UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009

FLAMARION DUTRA ALVES

Orientador: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração Organização do Espaço, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro para obtenção de título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)
2010

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Rio Claro
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009

Comissão Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira (UNESP – Rio Claro)

Profª. Drª. Vera Maria Favila Miorin (UFSM)

Profª. Drª. Darlene Aparecida Oliveira Ferreira (UNESP – Rio Claro)

Profª. Drª. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini (UFMG)

Profª Drª Giancarla Salamoni (UFPel)

Candidato: Flamarion Dutra Alves

RESULTADO: APROVADO

Rio Claro, 06 de outubro de 2010.

AGRADECIMENTOS

FAZER UMA TESE DE DOUTORADO EM TRÊS ANOS E MEIO NÃO É TAREFA FÁCIL, AINDA MAIS COM INÚMEROS PROBLEMAS DE DIVERSAS ORDENS, MAS A SUPERAÇÃO FEZ COM QUE A DETERMINAÇÃO E A VONTADE DE CONSEGUIR ALGO MELHOR FOSSEM MAIS FORTES QUE AS ADVERSIDADES ENCONTRADAS.

ESSA SUPERAÇÃO SE DEVE A ALGUMAS PESSOAS QUE SÃO ESPECIAIS PARA MIM E QUE DE CERTA FORMA, FORAM IMPORTANTES PARA ESTE TRABALHO ESTAR FINALIZADO.

MEUS IRMÃOS (FERNANDA E FABRICIO) E FAMILIARES QUE SEMPRE AJUDARAM DE VÁRIAS MANEIRAS PARA QUE EU NÃO DESISTISSE DO DOUTORADO, O MEU MUITO OBRIGADO!

MEU ORIENTADOR, ENÉAS RENTE FERREIRA, ALÉM DE PROFESSOR É UM SER HUMANO FANTÁSTICO, QUE SEMPRE SOUBE AUXILIAR NA HORA CERTA. MEU AGRADECIMENTO!

A PROFA. DARLENE FERREIRA E O PROF. DANTE REIS JÚNIOR QUE DERAM CONSELHOS IMPORTANTES AO ANDAMENTO DA PESQUISA NO EXAME DE QUALIFICAÇÃO.

MEUS AMIGOS CONQUISTADOS EM RIO CLARO, THAÍS FERNANDES, ELIAS SALES, LEANDRO ZANDONADI, IRACEMA E LEONARDO, ADRIANO MAIA, MARCOS SPAGNOLI, DANILO E TANTOS OUTROS, QUE SERVIRAM DE ESTÍMULO PARA PERMANECER NA ROTINA DE TRABALHO E NOS MOMENTOS DE DESCANSO E LAZER.

MINHAS AMIGAS MICHELE E SUELEN, QUE ASSIM COMO EU, SAIRÁM DE SANTA MARIA PARA CONSEGUIR ALGO MELHOR NA VIDA PROFISSIONAL E SOUBERAM AJUDAR NAS HORAS CERTAS NESSES TRÊS ANOS.

AOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, QUE FORAM PARCEIROS NO COTIDIANO.

AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E A UNESP QUE DERAM ESTA OPORTUNIDADE DE TRABALHO NA MINHA VIDA.

A AJUDA FINANCEIRA DO CNPQ PELOS 3 ANOS DE BOLSA QUE FORAM ESSENCIAIS PARA O RESULTADO FINAL.

A TOOS QUE DIRETA OU INDIRETAMENTE, AJUDARAM NA CONCLUSÃO DESSA TESE.

E ESPECIALMENTE A DEUS, POIS SEM ELE, NADA DISSO SERIA POSSÍVEL.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Geografia (Organização do Espaço)
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Rio Claro

TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009

AUTOR: FLAMARION DUTRA ALVES
ORIENTADOR: ENÉAS RENTE FERREIRA
Data e Local da Defesa: Rio Claro, 06 de outubro de 2010.

Este estudo analisou as bases teórico-metodológicas da geografia agrária brasileira partindo do ano de 1939 até 2009, com base em dez periódicos científicos selecionados em geografia. Evidenciou-se o pluralismo de concepções metodológicas e temáticas a partir da década de 1990. Assim, a pesquisa mostrou uma determinada coerência metodológica entre os períodos de 1939 a 1965, com base no método indutivo-descritivo-empírico alicerçado na geografia regional francesa. Após este momento, a geografia agrária passou a adotar uma linguagem matemática-estatística para a explicação dos fenômenos espaciais, com base no positivismo lógico, durante este paradigma vigente entre 1965 a 1980. A renovação crítica inseriu nos estudos agrários a preocupação com o dado social e as análises da contradição do capitalismo, abordagens políticas e econômicas, o auge dessa geografia agrária crítica foi nas décadas de 1980 a 2000. A partir desse momento, há uma diversidade de abordagens metodológicas não permitindo dizer que exista uma principal tendência paradigmática na geografia agrária brasileira neste início de século XXI. Destaca-se neste tese a importância do resgate de teorias e conceitos já utilizados na geografia agrária eu explicam os fenômenos atuais, além de salientar as principais tendências teórico-metodológicas no início do século XXI.

Palavras-chaves: Geografia Agrária, Epistemologia, Metodologia, História do Pensamento Geográfico, Teoria e Método.

ABSTRACT

Doctorate Thesis
Graduate Program in Geography (Organization of the Space)
Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Rio Claro

THEORETICAL-METHODOLOGICAL TRAJECTORY OF BRAZILIAN AGRARIAN GEOGRAPHY: The production in scientific journals between 1939 – 2009

AUTHOR: FLAMARION DUTRA ALVES
ADVISOR: ENÉAS RENTE FERREIRA
Date and Place of the Defense: Rio Claro, October, 6th 2010.

This study aims at analyzing the process of transformation occurred in the theoretical-methodological assumptions of Brazilian Agrarian Geography, based on ten scientific journals selected between 1939 and 2009, which attests the pluralism in methodological and themetic conceptions from the 1990s. Thus, this perspective demonstrated a determined methodologic coherence between the years of 1939 and 1965, based on inductive-descriptive-empirical method, rooted in the Frence Regional Geography. Until that moment, Agrarian Geography had chosen a mathematical-statistical language in order to explain space phenomena, based on logic positivism, during this paradigm current between 1965 and 1980. The critical renewal inserted in the agrarian studies a concern with the social datum and the analysis of the contradiction of capitalism, political and economic approaches, and the summit of that agrarian geography was between the 1980s and 2000s. From that moment on, there is a diversity of methodological approaches, which does not permit to affirm the existence of a main and paradigmatical trend in the Brazilian Agrarian Geography in the early 21st century.

Key-words: Agrarian Geography, Epistemology, Methodology, History of the Geographical Thought, Theory and Method.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Página

Box 1 –Pierre Monbeig 82
Box 2 – Pasquale Petrone 105
Box 3 – Leo Waibel 124
Box 4 – Orlando Valverde 170
Box 5 – Lucia Helena de Oliveira Gerardi 185
Box 6 – Manuel Correia de Andrade 215
Box 7 – Ariovaldo Umbelino de Oliveira 237
Box 8 – Bernardo Mançano Fernandes 262
Esquema 1 – Divisão teórico-metodológica em 6 momentos do estudo da geografia rural (até 1984).....19
Esquema 2 – Organização da estrutura metodológica segundo seus elementos.....25
Esquema 3 - Desenvolvimento metodológico para compreender a História do Pensamento Geográfico.....33
Esquema 4 – Esquema metodológico da investigação.....35
Esquema 5 – Características gerais da geografia agrária brasileira, 1939-1965.....129
Esquema 6 – Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos, conforme a Comissão de Tipologia Agrícola.....131
Esquema 7 – Características gerais da geografia agrária brasileira, 1965-1980.....184
Esquema 8 – Características gerais da geografia agrária brasileira, 1980-2000.....236
Esquema 9 - Características gerais da geografia agrária brasileira, 2000-2009.....261
Esquema 10 - Objeto de estudo, categorias e conceitos geográficos.....268
Figura 1 – Modelo espacial de Von Thünen, o Estado Isolado.....61
Figura 2 – Modelo espacial de do Estado Isolado, exemplificado.....61
Figura 3 – Gráfico da concentração da terra no Brasil, no ano de 1940.....85
Figura 4 – Uso da Teoria de Von Thünen na região central da Costa Rica.....87
Figura 5 – Tipos de habitat rural nas antigas colônias.....112
Figura 6 – Modelo e cartograma na análise da produção de sorgo no Texas.....120
Figura 7 – Cartograma com técnicas gráficas e estatísticas para a evolução produtiva agrícola no Paraná (1920-1950).....150
Figura 8 – Perfil do uso da terra na região da Baixada do Ribeira – SP.....152

Figura 9 – Mapa da área média dos estabelecimentos rurais no Brasil, 1950.....153
Figura 10 – Distribuição do habitat, no bairro rural em Piracicaba.....154
Figura 11 – Modelo espacial e estatístico demonstrando a orientação para a atividade agrícola.....172
Figura 12 – Utilização do modelo de von Thünen no Brasil.....175
Figura 13 – Habitat rural descrito por Pébayle (1971) 177
Organograma 1 – Características da metodologia hermenêutica.....32
Organograma 2 – Enfoque metodológico em geografia humana.....50
Organograma 3 – Síntese metodológica do geógrafo clássico.....51
Organograma 4 – Proposta metodológica de Edward Ackerman (1947).....54
Organograma 5 – Tipos de estudos geográficos conforme James (1949).....59
Organograma 6 – Abordagem teórico-metodológica da geografia francesa 83
Organograma 7 – Abordagem e temas estudados por Pasquale Petrone.....105
Organograma 8 – A categoria Paisagem Agrária na obra de Leo Waibel.....124
Organograma 9 – Abordagem teórico-metodológica da geografia alemã e de Leo Waibel...125
Organograma 10 – Procedimentos metodológicos na geografia clássica.....164

LISTA DE QUADROS

Página

Quadro 1 – Escolas do pensamento geográfico na temática agrária de acordo com Ferreira (2001).....21
Quadro 2 – Características, métodos e técnicas da Geografia Agrária Geral, (Migliorini, 1950).....64
Quadro 3 - Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1939 – 1950, nos periódicos nacionais.....90
Quadro 4 – Viagens científicas de Leo Waibel.....126
Quadro 5 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1951 – 1960, nos periódicos nacionais.....128
Quadro 6 - Diferenças básicas entre as concepções da geografia clássica e teorética.....144
Quadro 7 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1961 – 1970, nos periódicos nacionais.....169
Quadro 8 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1971 – 1980, nos periódicos nacionais.....183
Quadro 9 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1981 – 1990, nos periódicos nacionais.....214
Quadro 10 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1991 – 2000, nos periódicos nacionais.....234
Quadro 11 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 2001 - 2009, nos periódicos nacionais.....260
Quadro 12 – Abordagens, temáticas e escalas de análise na geografia agrária brasileira, pós 2000.....265
Quadro 13 – Síntese das categorias de análise e as correntes do pensamento geográfico.....270

LISTA DE TABELAS

Página

Tabela 1 – Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1939 e 1940.....68
Tabela 2 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1941 e 1950.....89
Tabela 3 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1951 e 1960.....127
Tabela 4 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1961 e 1970.....168
Tabela 5 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1971 e 1980.....182
Tabela 6 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1981 e 1990.....213
Tabela 7 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1991 e 2000.....233
Tabela 8 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 2001 e 2009.....259

LISTA DE ANEXOS

Página

Anexo 1 – Produção em periódicos entre 1939 a 2009.....337
Anexo 2 – Abordagens metodológicas e autores entre 1939 a 2009.....344

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB - Associação de Geógrafos Brasileiros

AGETEO – Associação de Geografia Teorética

BG – Boletim Geográfico

BGG – Boletim Goiano de Geografia

BGT – Boletim de Geografia Teorética

BPG – Boletim Paulista de Geografia

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CNG – Conselho Nacional de Geografia

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEA – Núcleo de Estudos Agrários

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RBG – Revista Brasileira de Geografia

SUNAB - Superintendência Nacional de Abastecimento

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UGI – União Geográfica Internacional

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Página

1. INTRODUÇÃO.....16

1.1. Tese.....17

1.2. Objetivos.....17

1.2.1. Objetivo geral.....17

1.2.2. Objetivos específicos.....17

1.3. História do pensamento na geografia agrária brasileira.....18

2. METODOLOGIA PARA COMPREENDER A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO.....23

2.1. Elementos metodológicos.....24

2.1.1. Método.....24

2.1.2. Metodologia.....24

2.2. Ruptura de paradigmas na ciência.....25

2.3. Método hermenêutico: uma metodologia para entender a história do pensamento geográfico.....28

2.3.1. Método Hermenêutico e a compreensão da linguagem.....28

2.3.2. As análises discursivas e de conteúdo.....31

2.4. Técnica de pesquisa e amostragem.....33

2.5. A utilização das abordagens metodológicas.....36

2.5.1. Abordagem Descritiva.....37

2.5.2. Abordagem Histórica.....37

2.5.3. Abordagem Estatística.....38

2.5.4. Abordagem Comparativa.....38

2.5.5. Abordagem Causa-Efeito / Causalidade.....38

2.5.6. Abordagem Determinista.....39

2.5.7. Abordagem Estatístico-fisionômico-ecológico.....39

2.5.8. Abordagem Histórico-Dialética.....39

2.5.9. Abordagem Neo-Positivista.....40

2.5.10. Abordagem Sociológica.....40

2.5.11. Abordagem Sistemática.....41

2.5.12. Abordagem Política.....41

2.5.13. Abordagem Cultural.....41
2.5.14. Abordagem Teórico-Metodológica.....42
2.5.15. Abordagem Agronômica / Agrícola.....42
2.5.16. Abordagem Econômica.....42
2.5.17. Abordagem Ambiental.....43
2.5.18. Abordagem Fenomenológica.....43
2.6. Considerações do capítulo.....43
3. A METODOLOGIA NA GEOGRAFIA HUMANA E AGRÁRIA ENTRE 1939 - 1960.....45
3.1. Abordagem histórica na geografia clássica.....47
3.2. A observação e descrição.....48
3.3. Comparação entre regiões.....51
3.4. As concepções da análise regional: dualismos, conceitos e metodologia.....54
3.5. Metodologias diferenciadas na geografia agrária positivista clássica.....64
3.6. Considerações do capítulo.....65
4. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1939 - 1950.....66
4.1. Os estudos clássicos da geografia agrária: 1939 - 1940.....67
4.1.1. Década de trinta: 1939 e 1940.....67
4.2. Década de quarenta - 1941 e 1950: Predomínio da descrição das paisagens e estudos regionais.....69
4.3. Abordagens diferenciadas na década de 1940.....84
4.3.1. Materialismo Histórico-dialético.....84
4.3.2. Quantificação e Estatística.....85
4.4. A influência alemã na produção da geografia agrária.....86
4.5. Considerações do capítulo.....89
5. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1951 - 1960.....92
5.1. Positivismo clássico: descrição das paisagens agrárias e o uso da estatística.....93
5.1.1. Produção em geografia agrícola no ano de 1954.....113
5.2. Abordagens diferenciadas na década de 1950..... 115
5.2.1. Abordagem determinista na geografia agrária.....116
5.2.2. Sociologia e materialismo histórico-dialético.....117

5.2.3 - Quantificação e Estatística.....119
5.3. A influência alemã na produção da geografia agrária.....120
5.4. Considerações do capítulo.....127
6. A METODOLOGIA NA GEOGRAFIA HUMANA E AGRÁRIA ENTRE 1961-1980.....130
6.1. Da geografia regional francesa para a quantificação: A metodologia entre 1961 a 1970.....131
6.1.1. Os primórdios da preocupação ambiental na geografia agrária.....140
6.2. A metodologia entre 1971 a 1980: A revolução quantitativa.....140
6.3 . Considerações do capítulo.....147
7. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1961 – 1980.....149
7.1. O fim da hegemonia clássica na geografia agrária: a produção entre 1961 a 1970.....149
7.2. Abordagens diferenciadas na década de 1960.....164
7.3. A produção científica na década de 1960.....168
7.4. O auge da quantificação na geografia agrária: a produção entre 1971 a 1980.....171
7.5. Abordagens diferenciadas na década de 1970.....176
7.6. Considerações do capítulo.....181
8. METODOLOGIA NA GEOGRAFIA HUMANA E AGRÁRIA ENTRE 1981-1990.....187
8.1. O materialismo histórico-dialético como base da Geografia Crítica.....188
8.2. Concepções multivariadas de pensamento filosófico e metodológico: o pluralismo contra o monismo.....191
8.3. Considerações do capítulo.....194
9. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1981 – 1990.....195
9.1. Abordagens marxistas, sociológicas, políticas e econômicas para entender o espaço agrário.....195
9.1.1. O materialismo histórico-dialético na geografia agrária.....195
9.1.2. Perspectiva sociológica na geografia agrária.....199
9.1.3. Abordagem econômica na geografia agrária.....200
9.1.4. Questões políticas no campo e o papel da geografia.....202
9.1.5. A quantificação na década de 1980.....204
9.1.6. Enfoque ambiental nos estudos agrários.....208
9.1.7. Abordagem teórico-metodológica na geografia agrária.....210
9.2. Considerações do capítulo.....213

10. METODOLOGIA NA GEOGRAFIA HUMANA E AGRÁRIA ENTRE 1991-2009.....216
10.1. Considerações do capítulo.....221
11. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1991 – 2009.....222
11.1. Produção entre 1991 – 2000.....222
11.1.1. Abordagem política nas questões agrárias.....222
11.1.2. Abordagem histórica para entender o presente.....225
11.1.3. A abordagem econômica no entendimento do espaço agrário.....227
11.1.4. O espaço agrário e a preocupação ambiental.....230
11.1.5. Estudos teórico-metodológicos na geografia agrária.....231
11.2. Considerações da década de 1990.....233
11.3. Produção entre 2001 – 2009.....238
11.3.1. A economia e o desenvolvimento rural.....238
11.3.2. A política e a organização do espaço agrário.....243
11.3.3. Espaço agrário e a preocupação ambiental no século XXI.....247
11.3.4. O espaço agrário entendido através da história.....249
11.3.5. A dialética presente nos estudos agrários.....252
11.3.6. Discussões teórico-metodológicas no início do século XXI.....255
11.4. Considerações da década de 2000.....258
12. CONCLUSÕES.....263
13. REFERÊNCIAS COMENTADAS.....272
14. ANEXOS.....336

1 – INTRODUÇÃO

As pesquisas acerca da história do pensamento geográfico são de grande importância para a avaliação do comportamento da ciência, as verificações da evolução e das tendências dos estudos garantem a mudança de teorias, conceitos e metodologias na geografia. A ciência geográfica passou, e ainda passa, por grandes transformações quanto à utilização de métodos, teorias e conceitos, e o estudo dessas mudanças é necessário para entendermos os rumos que a geografia está seguindo, ou seja, explicar os motivos do uso e desuso de algumas bases teórico-metodológicas é uma das funções dos pesquisadores que trabalham com a história do pensamento geográfico.

O estudo das metodologias de pesquisa contribui para a exemplificação e explanação das correntes de pensamento na geografia, além de tentar agrupar idéias e autores num mesmo nível teórico, ou seja, a classificação de vertentes teórico-metodológicas por estratos temporais.

Na geografia agrária, os estudos sobre a história o pensamento têm como marco inicial a década de 1930, aproximadamente, e o fim de suas análises por volta da década de 1990, lembrando os trabalhos de Gusmão (1978a), Diniz (1984) e Ferreira (2002) que pesquisou sobre a produção em geografia agrária até o início da década de 1990. Após esta data, pouco foi tratado a respeito da questão metodológica na geografia agrária, algumas perguntas são feitas como, quais seriam os métodos que predominam nas investigações geográficas em agrária? Ou ainda, quais os conceitos que são empregados? E existe uma coerência entre teoria e método? Há uma diversidade metodológica na geografia agrária brasileira?

Desse modo, as reflexões nessa tese caminham na direção de analisar e demonstrar as metodologias utilizadas nas pesquisas em geografia agrária, bem como os elementos que cercam e compõem as bases teórico-metodológicas.

1.1. Tese

Este estudo demonstrou a heterogeneidade de métodos e abordagens na geografia agrária após a década de 1990, salientando um equilíbrio teórico-metodológico entre 1939 a 1990, ou seja, nesse período existiu um padrão entre teoria, conceitos e métodos, após a década de 1990 houve uma diversidade, o que chamamos de pluralismo metodológico e ecletismo metodológico. Para tal comprovação, a amostragem estará pautada nos periódicos científicos em geografia, entre 1939 a 2009, assim, entre a década de 1930 e 1990 há uma predominância de abordagem e depois existe uma diversidade de abordagens.

1.2. Objetivos

1.2.1 - Objetivo Geral:

O objetivo geral da pesquisa foi resgatar a história da geografia agrária brasileira, enfocando as questões metodológicas que embasaram os estudos rurais nos periódicos nacionais em geografia.

1.2.2 - Objetivos específicos:

Como objetivos específicos da investigação apontamos:

- Agrupar e classificar os diferentes momentos teóricos da geografia agrária brasileira, destacando os autores principais, conceitos, métodos, abordagens, técnicas de pesquisa utilizadas e temas abordados;

- Analisar a importância da produção da geografia agrária nos periódicos nacionais, entre 1939 a 2009;

- Discutir sobre as questões metodológicas na geografia, ressaltando as definições e caracterizações dos elementos metodológicos.

1.3 - História do pensamento na geografia agrária brasileira

Algumas obras já trabalharam com a divisão e periodização dos momentos teórico-metodológicos na geografia agrária nacional. De forma geral, há uma separação que predomina na maioria dos trabalhos, Escola Clássica, Escola Teorética e Escola Crítica. Esse esforço classificatório vem contribuir para fins didáticos e explicativos das correntes de pensamento e doutrinas filosóficas. Todavia, existem sobreposições de correntes filosóficas, autores que mudam de perspectiva teórica, métodos que sobrepujam a produção científica entre outros aspectos que não separam fielmente uma escola da outra.

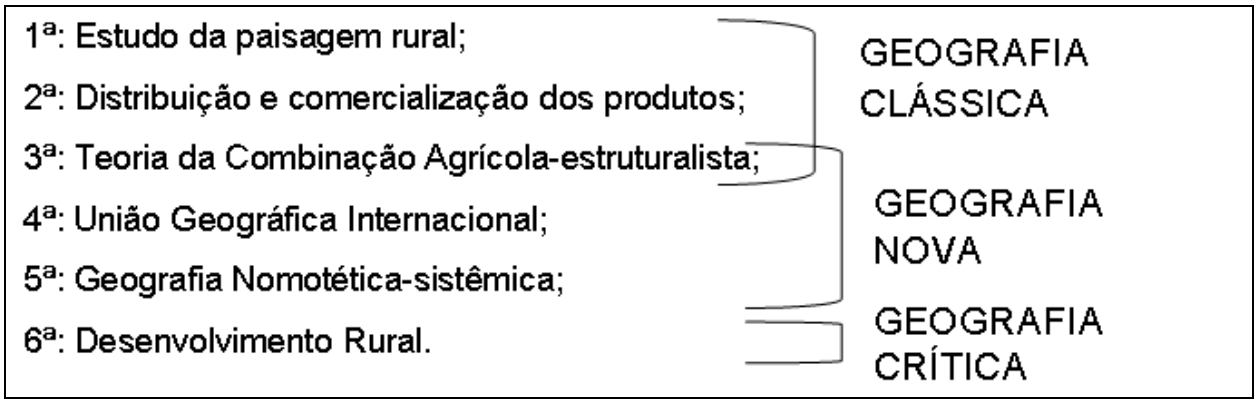
A história do pensamento na geografia agrária já foi trabalhada por diversos autores, Gusmão (1978a) o qual dividiu em três momentos, primeiro os "Estudos rurais de diferenciação de áreas", em seguida o "Estudos classificatórios do espaço rural, com base em modelos estatístico-matemáticos", e por fim, o "Estudos de desenvolvimento rural". Esta classificação realizada por Gusmão (1978a) vai ao encontro das diferentes escolas ou correntes do pensamento geográfico (Clássica, Quantitativa e Crítica).

Andrade (1995) pesquisou as questões teórico-metodológicas da geografia agrária constando alguns momentos dessa história, em um primeiro momento os estudos de "Geografia Rural, sem abrir mão de suas preocupações com a economia agrícola e agrária, dava uma ênfase especial à paisagem, chamando atenção para atividades econômicas mais diversificadas" (ANDRADE, 1995, p.8).

Nas décadas de 1960 e 1970, os estudos de geografia agrária "sofreram grande influência anglo-saxônica (...) baseando suas reflexões em documentação e usando métodos matemáticos, procuraram quantificar a geografia e formular modelos quantitativos para a mesma" (ANDRADE, 1995, p.8-9).

Outro estudo que tratou da geografia agrária em sua perspectiva histórica no Brasil foi de Ferreira (2001, 2002), a autora procurou elaborar um quadro síntese da disciplina no Brasil, dividindo em escolas e características teórico-metodológicas.

Analisando a obra de Diniz (1984) o autor faz algumas considerações acerca da história do pensamento geográfico, no que tange a geografia agrária. Nessa obra, o autor faz uma divisão da evolução dos conceitos geográficos e o estudo da agricultura. (Esquema 1):



Esquema 1 – Divisão teórico-metodológica em 6 momentos do estudo da geografia rural (até 1984).
Fonte: Diniz (1984).
Organização e adaptação: Flamarion Dutra Alves.

O esquema teórico-metodológico apresentado por Diniz (1984) revela uma divisão em seis vertentes, as duas primeiras "*estudo da paisagem rural*" e "*distribuição e comercialização dos produtos*" se refere à geografia clássica, fundamentada na abordagem regional das pesquisas. Esses estudos visavam conhecer as diferentes regiões do mundo, identificando as culturas locais, produção agrícola, as formas de *habitat* rural, ou seja, classificar os diferentes modos de vida, essas regionalizações agrícolas buscavam uma síntese geográfica.

A terceira vertente "*Teoria da Combinação agrícola-estruturalista"* é baseada em André Cholley, na qual defendia a tese da auto-regulação das estruturas no movimento de combinação dos elementos. Aqui ele classifica os elementos em três tipos: elementos de ordem física e biológica; elementos de ordem humana e elementos políticos e econômicos, essa Teoria da Combinação para Diniz (1984) acrescentou maior cientificidade aos estudos agrícolas:

> Inegavelmente, a Teoria de Cholley representa um avanço considerável sobre os trabalhos tradicionais da Geografia da Paisagem e da Geografia da Descrição dos Produtos. A ênfase no estudo das relações entre os elementos e na compreensão da combinação como uma estrutura colocou a Geografia numa posição mais condizente com o pensamento científico. (DINIZ, 1984, p.47).

Nessa etapa da evolução teórico-metodológica, a Teoria da Combinação apresenta algumas características da geografia clássica, bem como da geografia nova, pois a descrição e regionalização ainda são marcantes, todavia, outros elementos começam a ser levados em consideração pelo pesquisador.

O quarto e quinto momentos destacados por Diniz, "*União Geográfica Internacional(UGI)*" e "*Geografia Nomotética-Sistêmica*" traduz as características da

geografia nova, na qual as investigações acerca da produção agrícola deveriam seguir um esquema metodológico da UGI, que criou algumas comissões, entre elas está a Comissão de Tipologia da Agricultura, que basicamente objetivou tipificar as diferentes áreas agrícolas, quantificando e mapeando-as.

No último momento, Diniz (1984) observa um crescimento nos estudos sobre o desenvolvimento rural e nas questões ligadas ao social, diminuindo os estudos ligados a produção da agricultura. Outra característica desse momento é o uso de teorias e autores de outras áreas do conhecimento, como sociologia, economia, antropologia entre outros, esse fato faz o autor considerar uma diminuição do foco geográfico nas pesquisas em geografia agrária.

Assim, Diniz (1984) nos mostrou esses cinco momentos da geografia rural, mas também apontou as tendências da ciência geográfica, ressaltando a geografia radical de bases marxistas, com uma ênfase nas questões sociais.

Dessa maneira, o autor vê de forma benéfica essa multiplicidade teórica "as tendências atuais na geografia são variadas, o que é bastante útil ao desenvolvimento da ciência" (1984, p.52). Porém, afirma que a geografia nova e a radical assumem posturas bem distintas, mas não antagônicas:

> Em síntese, podemos observar dois enfoques dominantes na Geografia Agrária atual. O primeiro, essencialmente teórico, econômico e quantitativo, buscando leis e trabalhando com modelos, pode muito bem ser exemplificado pelos manuais de Morgan e Munton (1971) e de Tarrrant (1974). O segundo enfoque, mais social, preocupando-se com as condições de vida da população rural, a apropriação dos meios de produção por diferentes classes sociais, e as questões de desenvolvimento rural. Embora distintas, essas concepções não são necessariamente estanques ou contraditórias. (DINIZ, 1984, p.52).

Portanto, as diferentes escolas do pensamento geográfico diferem de alguns pontos e características, mas podem coincidir em alguns materiais e técnicas, que compreendem etapas de uma metodologia.

Ferreira (2001) divide a produção da geografia agrária no Brasil em quatro momentos. O primeiro a autora chama de *Estudos não-geográficos* na qual seriam os relatos de viajantes e descrição pura da paisagem. Nesse momento, não há nenhuma preocupação com uma metodologia científica na elaboração dos textos.

A partir da década de 1930, é denominada a *Geografia Agrária Clássica* sob forte influência francesa e alemã. A principal temática dessa corrente é a caracterização dos diferentes *habitat rural* e a distribuição agrícola, ou seja, o que e onde está sendo produzido. Os métodos e teorias são baseados na observação e no trabalho empírico-indutivo. Esse

momento é mais relevante até meados da década de 1960, quando a influência anglo-saxônica ganha força na geografia, inclusive na agrária, e as teorias e modelos estatísticos são utilizados para tipificar as diferentes *organizações espaciais agrícolas*, esse período é denominado de *Geografia Agrária Quantitativa*.

A Teoria Geral dos Sistemas e modelos de Von Thünen são exemplos da vertente teórico-metodológica dessa escola do pensamento, que buscou um maior rigor científico, aliados as sofisticadas técnicas de análise dos dados, sejam através de análises fatoriais, imagens aéreas, cartografia e outras técnicas estatísticas.

A partir da metade da década de 1970, surge uma corrente de pensamento com um caráter mais sociológico na geografia agrária, procurando entender e lutar contra as desigualdades no espaço agrário, esse momento é chamado de *Geografia Agrária Social.*

Para Ferreira (2001) as principais temáticas dessa corrente estão ligadas as relações de produção, modernização no campo e transformações do espaço rural. (Quadro 1).

SÍNTESE DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA					
Designação	**Período**	**Paradigma**	**Características teórico-metodológicas**	**Características socioeconômicas**	**Temáticas**
Estudos não-geográficos	Séc. XVIII, XIX até 1934	_____	Inexistência de método científico	Hegemonia agrícola	Informações sobre diferentes áreas e culturas
Geografia Agrária Clássica	1934 a meados dos anos 60	Diferenciação de áreas	Introdução do método científico sob influência francesa, descrição, interpretação, síntese, valorização do trabalho de campo	Domínio da agricultura, início da industrialização/ urbanização	Caracterização classificação e distribuição de produtos agrícolas por áreas, colonização, hábitat rural, paisagem rural
Geografia Agrária Quantitativa	Meados do anos 60 a meados dos anos 70	Classificatório	Enfoque classificatório, utilização de modelos estatísticos e matemáticos	Desenvolvimento urbano-industrial, introdução do Processo de Modernização da Agricultura	Estudos classificatórios, tipologia agrícola, caracterização social, funcional e econômica da agricultura, uso da terra, organização agrária
Geografia Agrária Social	1975 a 1995 *	Interação e ação sobre o espaço	Enfoque pragmático, análise da agricultura no contexto do desenvolvimento rural	Êxodo rural, constituição do CAI, capitalização e industrialização da agricultura	Transformação do espaço rural, modernização da agricultura, relações de trabalho, desenvolvimento rural, desequilíbrios regionais, pequena produção, produção familiar, agroindústria

Quadro 1 – Escolas do pensamento geográfico na temática agrária de acordo com Ferreira (2001).
Fonte: Ferreira (2001, p.67)

Através da síntese exposta pela autora, ficam as considerações sobre os três principais marcos na geografia agrária, coincidindo com as escolas do pensamento (Clássica, Quantitativa e Social) e suas vertentes filosóficas norteadoras.

No início deste século, dois livros foram lançados no século XXI para tentar visualizar as tendências na geografia agrária brasileira. O primeiro livro, fruto das discussões do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em 2006 no Rio de Janeiro, foi

organizado por Gláucio Marafon, João Rua e Miguel Ribeiro (2007)[1] que tratou das abordagens adotadas nos estudos agrários em geografia, como a análise dos assentamentos rurais, sustentabilidade, meio técnico-científico-informacional, relação campo-cidade, agricultura familiar e a utilização de técnicas de SIG para a organização do espaço agrário.

O outro livro, fruto das discussões do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado em 2005 no município de Presidente Prudente –SP, foi organizado por Bernardo Fernandes, Marta Marques e Júlio Suzuki (2007)[2], direcionou o debate para questões econômicas e políticas no campo, em especial acerca do campesinato, desenvolvimento territorial, lutas camponesas e reforma agrária.

Dessa forma, os trabalhos existentes sobre a história da geografia agrária servem para balizar algumas questões epistemológicas, pois enfocam diversos elementos que formam uma determinada escola ou corrente servindo como parâmetro o estudo histórico da geografia agrária brasileira. E a necessidade de averiguar a produção científica em geografia agrária pós 1990 é emergente, tanto para analisar os dados quantitativos dessa temática no bojo da geografia, bem como para verificar as tendências de abordagens e temas recorrentes na atualidade.

[1] MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro:EdUERJ, 2007.
[2] FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Org.). **Geografia Agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

2. METODOLOGIA PARA COMPREENDER A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

O processo investigativo da história do pensamento geográfico pode ser realizado de diversas maneiras para elucidar as questões teóricas e metodológicas do pesquisador, escola ou ramo da geografia. Os textos representam um mosaico de informações e pensamentos que podem ser compreendidos de diversas formas de análises textuais. Dessa forma, o esquema metodológico adotado seguirá uma tendência plural para entender a história do pensamento geográfico, partindo da explicação do pluralismo metodológico e da escolha dos métodos nesta tese, em seguida, abordar-se-á a questão paradigmática na ciência, pois quem estuda a história do pensamento geográfico tende a realizar divisão ou classificações por escolas, correntes ou linhas de pensamento. Essas divisões devem ser balizadas por um paradigma / filosofia dominante que dita à escolha das teorias e métodos daquele grupo de cientistas.

Neste caso, Kuhn (1975) explica essa mudança de paradigmas na ciência servindo de referência aos estudos de história do pensamento geográfico e através de suas idéias faremos essa subdivisão teórico-metodológica, primeiramente periodizando por décadas a produção bibliográfica nos periódicos em geografia e em seguida classificando por paradigmas e filosofias, desde 1939 até 2009.

As questões das técnicas de pesquisa serão tratadas referenciadas em torno das análises de conteúdo e discurso, que darão clareza na interpretação e compreensão dos textos pesquisados permitindo decifrar a qual filiação metodológica está inserido o autor.

Primeiramente, far-se-á uma breve explicação sobre as definições terminológicas dos elementos metodológicos, que serão analisadas ao longo da história da geografia agrária servindo como balizadores do discurso geográfico.

2.1 - Elementos metodológicos

Para entendermos os diferentes métodos e técnicas, se fará uma breve distinção entre método e metodologia, no sentido de elucidar as terminologias e explicar suas diferenças.

2.1.1 - Método

É um instrumento organizado que procura atingir resultados estando diretamente ligado a teoria que o fundamenta, conforme Japiassú e Marcondes (1990) é um conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado. Conforme Lalande (1999, p.678) o método é "o caminho pelo qual se chegou a determinado resultado".

Na obra de Sposito (2004) o autor cita alguns elementos que estão imbricados no método como a doutrina, ideologia, teoria, leis, conceitos e categorias. Esses elementos é que dão uma característica comum e o diferencia de cada método. Buscando caracterizar o método Bachelard (1983, p. 122) diz que:

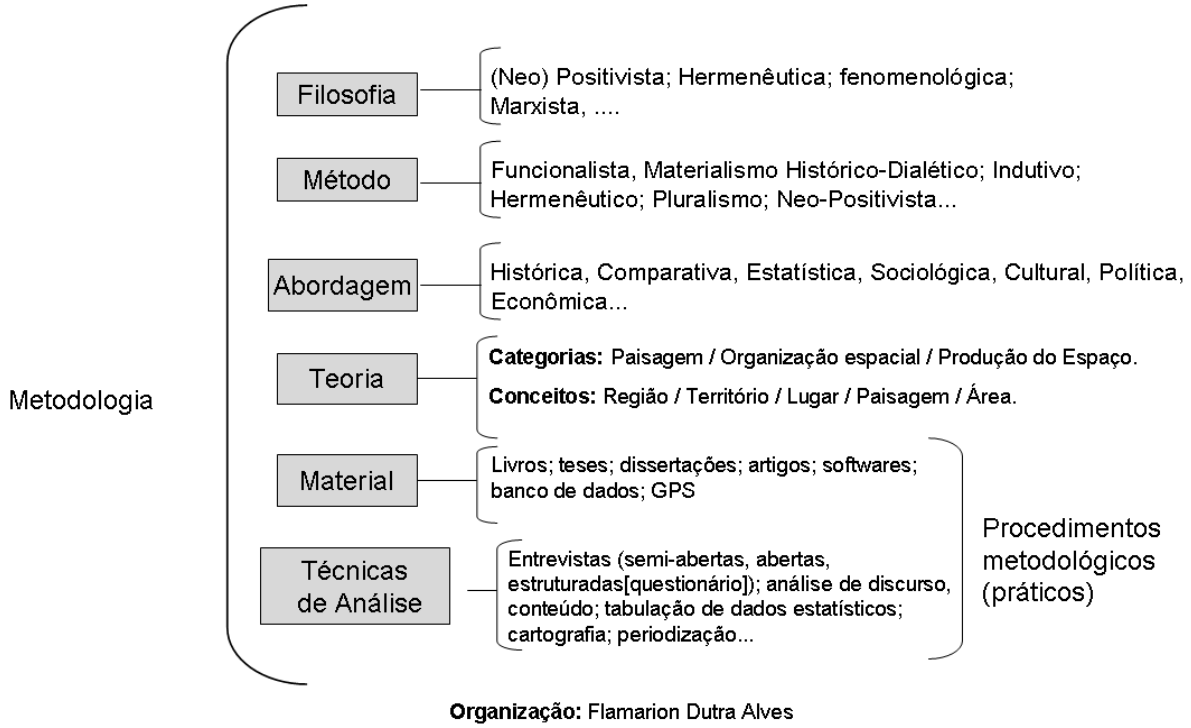
> O método é verdadeiramente uma astúcia de aquisição, um estratagema novo, útil na fronteira do saber" onde o método científico é "aquele que procura o perigo [...] e a dúvida está na frente, e não atrás", dessa maneira "não é o objeto que designa o rigor, mas o método (1983, p.122).

Portanto, o método é uma maneira de obter os resultados, ou seja, o pensamento do pesquisador, utilizando-se de uma teoria para fundamentar, citando, por exemplo, método dialético, indutivo, dedutivo, fenomenológico, hermenêutico, entre outros.

2.1.2 - Metodologia

São os procedimentos utilizados pelo pesquisador, material e métodos, em uma determinada investigação, sendo as etapas a seguir em um determinado processo. Segundo Lalande (1999, p.680) "é a subdivisão da Lógica, que tem por objeto o estudo *a posteriori* dos métodos, e mais especialmente, vulgarmente, o dos métodos científicos". A metodologia

contempla todos os elementos que constituem os passos a serem tomados na pesquisa (Esquema 2).



Esquema 2 – Organização da estrutura metodológica segundo seus elementos.

Neste esquema proposto por nós, está uma síntese dos elementos que compõem a metodologia que deverão estar incluídas na pesquisa científica, para o desenvolvimento do processo investigativo. Alguns elementos desse esquema metodológico serão mais evidenciados ou trabalhados com mais ênfase em nossas análises, devendo ficar claro a base teórico-metodológica dos autores em questão ou dos momentos na história da geografia agrária.

2.2 - Ruptura de paradigmas na ciência

Uma ciência é composta por seus paradigmas que norteiam a direção das pesquisas, bem como a fundamentação de todo arcabouço teórico, conceitual e técnico. Nesse sentido, concordamos com a base de pensamento de Thomas Kuhn (1975) da criação de paradigmas e de uma estrutura básica criada em cada ciência, fundamentada por teorias e métodos.

A constituição de novos paradigmas científicos impõe outra dinâmica, qualquer que seja o campo de saber em que nos situemos. A história do conhecimento se desenvolve a luz

da linguagem. É a partir da articulação lingüística que se produzem conceitos acerca da realidade que, em seu conjunto, formam o terreno de qualquer investigação.

A utilização de Kuhn (1975) serve para explicar a mudança das bases teórico-metodológicas de cada escola do pensamento na geografia, ou seja, o que faz mudar ou diminuir uma tendência de pensamento? Ou ainda quais motivos fazem os paradigmas permanecerem vigentes ou combinados a outros?

As divisões que existem na geografia estão ligadas aos paradigmas ou filosofias ou doutrinas que caracterizam um grupo de cientistas, assim, "a existência de um paradigma nem mesmo precisa implicar a existência de qualquer conjunto completo de regras" (KUHN, 1975, p.69).

Dessa forma, existe um padrão metodológico que baliza as pesquisas e a ocorrência de escolas de pensamento "os paradigmas orientam as pesquisas, seja modelando-as diretamente, seja através de regras abstratas" (KUHN, 1975, p.72).

As rupturas de paradigmas e as mudanças de bases teórico-metodológicas estão ligadas as questões de sua funcionalidade e validade:

> O período pré-paradigmático, em particular, é regularmente marcado por debates freqüentes e profundos a respeito de métodos, problemas e padrões de solução legítimos – embora esses debates sirvam mais para definir escolas do que para produzir um acordo. (KUHN, 1975, p.72-73).

> [...] a decisão de empregar um determinado aparelho e empregá-lo de um modo específico baseia-se no pressuposto de que somente certos tipos de circunstâncias ocorrerão. Existem tanto expectativas instrumentais como teóricas, que freqüentemente têm desempenhado um papel decisivo no desenvolvimento científico. (KUHN, 1975, p.86).

Assim, estas mudanças de orientação teórica e metodológica são salutares ao desenvolvimento científico, "Os procedimentos e aplicações do paradigma são tão necessários à ciência como as leis e teorias paradigmáticas [...] mudança de paradigma, e, portanto uma mudança nos procedimentos e expectativas" (KUHN, 1975, p.87).

O sentido de mudança paradigmática é observado na ciência cada vez que existe uma fragilidade ou crise:

> Na ciência [...] a novidade somente emerge com dificuldade (dificuldade que se manifesta através de uma resistência) contra um pano de fundo fornecido pelas expectativas. Inicialmente experimentamos somente o que é habitual e previsto, mesmo em circunstâncias nas quais mais tarde se observará uma anomalia. Contudo, uma maior familiaridade dá origem à consciência de uma anomalia ou permite relacionar o fato a algo que anteriormente não ocorreu conforme previsto.[..] Quanto maiores forem à precisão e o alcance de um paradigma, tanto mais sensível este será como indicador de anomalias e, consequentemente, de uma ocasião para uma mudança de paradigma. (KUHN, 1975, p.90-91-92)..

Para Burton (1977) sempre existe e é necessário a troca de paradigma vigente ou de ideia dominante:

> Uma revolução intelectual está terminada quando as idéias aceitas tenham sido derrubadas ou modificadas para incluírem novas idéias. Uma revolução intelectual está terminada quando as próprias idéias revolucionárias se transformam numa parte do critério convencional. (BURTON, 1977, p.67).

Dessa forma, a alteração de idéias, e consequentemente, de bases teórico-metodológicas conjugam com o período de renovação na ciência "O significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos" (KUHN, 1975, p.105). Quando uma corrente de pensamento não consegue explicar os fenômenos ou quando outra corrente de pesquisadores traz algo novo em termos teóricos acontecerá uma "[...]rejeição de um paradigma revelará de uma maneira mais clara e completa: uma teoria científica, após ter atingido o *status* de paradigma, somente é considerada inválida quando existe uma alternativa disponível para substituí-la" (KUHN, 1975, p.108). Assim:

> O juízo que leva os cientistas a rejeitarem uma teoria previamente aceita, baseia-se sempre em algo mais do que essa comparação da teoria com o mundo. Decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos os paradigmas com a natureza, *bem como* sua comparação mútua. (KUHN, 1975, p.108).

Essa mudança de paradigmas traz uma série de processos que podem estar ligados aos velhos paradigmas, uma nova corrente de pensamento pode aproveitar algumas teorias ou métodos, entretanto, as alterações são significativas e visíveis:

> A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera alguma das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações. (KUHN, 1975, p.116).

Silva e Ribeiro (1985) compreendem o paradigma como uma reflexão comum ou entre a maioria dos pesquisadores de uma dada época:

> [...] apreender a força de um paradigma significa, também, em ciências sociais, identificar o seu entorno, ou melhor, dito, compreender o conjunto de postulações gerais sobre o momento vivido por uma determinada sociedade que encaminha, por decorrência lógica, a inserção do paradigma na reflexão coletiva. (SILVA & RIBEIRO, 1985, p.78).

Essa exposição dos fundamentos de Kuhn (1975) e de outros autores mostrou a preocupação em entender o sentido das mudanças de paradigmas, e o que isso poderá

representar para as velhas e novas correntes de pesquisadores e pensamento. Transpondo este assunto para a geografia agrária, a ruptura dos paradigmas se deve ao enfraquecimento teórico-metodológico e as novas idéias que surgem com as combinações de pensamento e metodologias.

Não quer dizer que o pensamento predominante do passado deixou de existir, mas foi enfraquecido (quantitativamente), além de modificações nos conceitos operatórios e nas trocas de teorias e técnicas de pesquisas. Todavia, essa mudança de paradigma na geografia sempre traz uma perda significativa, pois os pesquisadores tendem a abandonar totalmente o conhecimento teórico-metodológico anterior, além de criar preconceitos com a utilização de termos ou referenciais teóricos de correntes de pensamento passadas.

2.3 - Método hermenêutico: uma metodologia para entender a história do pensamento geográfico

Para realizarmos uma análise das características metodológicas da geografia agrária, com base nos períodos científicos em geografia, 1939 a 2009, utilizamos a hermenêutica como esquema teórico-metodológico nesta investigação, compreendido pelo método hermenêutico e pelas análises de discurso (qualitativo) e conteúdo (quantitativo).

Assim, explicaremos as idéias do método hermenêutico fundamentado em Gadamer (2003) na investigação, servindo como referencial para os estudos de história da geografia, pois abarca uma gama de concepções qualitativas e quantitativas para o entendimento teórico-metodológico.

2.3.1 - Método Hermenêutico e a compreensão da linguagem

O método hermenêutico será uma das bases do nosso pensamento metodológico, a partir dessa metodologia conseguimos interpretar os trabalhos desenvolvidos e compreendemos o sentido teórico do material consultado. Como hermenêutica, Demo (1995) define:

> Podemos dizer que a metodologia da interpretação, ou seja, dirige-se a compreender formas e conteúdos da comunicação humana, em toda a sua complexidade e simplicidade. O intérprete é sempre alguém dotado de bagagem prévia, porque

> ninguém consegue compreender a comunicação sem deter algum contexto relativo a ela, em sentido prévio. (DEMO, 1995, p.249)

De uma forma sucinta, a hermenêutica designa "Conhecer é interpretar, fenômeno que acontece na própria linguisticidade que fundamenta qualquer 'verbum' mental ou expresso, como evento histórico" (BIAGIONI, 1983, p.13). A análise hermenêutica do texto e do autor, se interrelacionam com o contexto histórico, não sendo atemporal:

> [...] história e linguagem se interagem, não como condição do conhecimento que se torna compreensão, mas como o modo de ser do próprio homem. É assim que a linguagem passa a ser – historicamente – a estrutura ontológica desse ser histórico que é o homem, ser dialógico por natureza. Já que diante de qualquer conteúdo significativo ele sabe que este – conteúdo significativo – ocorre no seu próprio mundo de compreensão, interpretando-o no horizonte da sua compreensão histórica. (BIAGIONI, 1983, p.16).

Por este motivo, a utilização do método hermenêutico é essencial para a história do pensamento geográfico, pois traz à tona a questão do momento histórico e das relações com o contexto, a análise de Gadamer (2003) acerca da compreensão do momento histórico é fundamental para a investigação. Biagioni (1983) reforça esse elemento histórico na concepção hermenêutica, fundamentado em Gadamer, pois somente com esse contexto é possível entender o sentido da linguagem, ou seja, das obras, textos e o material escrito:

> A história, pois, é o fundamento objetivamente do pensamento. A consciência é história. Daí, a realidade hermenêutica em que só se podem compreender as partes no contexto do todo. (BIAGIONI, 1983, p.25).

Assim, através dessa análise hermenêutica podemos deixar evidente que este tipo de método tem como finalidade identificar o caminho percorrido pelo autor, correntes de pensamento, escolas através da análise da linguagem, utilizando a compreensão da linguagem adotada. Com relação à linguagem:

> A linguagem é o único meio da experiência hermenêutica. Em outras palavras: conhecer é compreender; compreender é interpretar e o interpretar só acontece na linguagem que é própria de quem "fala" (sujeito), mas, é também a única forma pela qual o "objeto" – e por ele o "sujeito" – se deixa ser conhecido e expresso. (GADAMER, 2003).

Os textos escritos pelos autores não bastam para o completo entendimento de seu pensamento, é necessário buscar a história "Não serão as 'letras', o dado gráfico (mesmo compreendidos com exatidão) que irão determinar a situação dialogal, mas, o texto enquanto transformado em linguagem viva, a 'história'". (BIAGIONI, 1983, p.42). O pensamento do autor está diretamente ligado a sua visão de mundo, a concepção científica a um determinado

assunto. Dessa forma, Biagioni (1983) traz algumas idéias de Gadamer em relação a essa questão:

> **Cada palavra** faz ressoar a **totalidade** da língua a que pertence e faz aparecer, também, a totalidade da "visão de mundo" que é base dessa mesma língua.[...] A própria linguagem que revela a finitude da nossa experiência, do "nosso mundo" como um "mundo" limitado, histórico. (BIAGIONI, 1983, p.54).

Utilizando a hermenêutica fundamentada em Gadamer (2003, p.358) deixamos claro o procedimento adotado nas análises dos textos "Aquele que quer compreender não pode se entregar de antemão ao arbítrio de suas próprias opiniões prévias, ignorando a opinião do texto da maneira mais obstinada a conseqüente possível". Assim, para uma leitura das obras o método hermenêutico de Gadamer (2003) permite entender a base teórica dos autores e também analisa o momento histórico das obras:

> Querer simplesmente subtrair a historiografia e a investigação histórica à competência da reflexão histórico-efeitual significa reduzi-la à indiferença extrema. É justamente a universalidade do problema hermenêutico que questiona o que está por trás de todas as espécies de interesses pela história, porque se refere àquilo que está como fundamento para a "questão histórica". (GADAMER, 2003, p. 18-19).

A historicidade é um elemento essencial para uma leitura hermenêutica das obras, conforme é posto por Caldas (1997) as idéias do método hermenêutico:

> [...] são meios para decompor, sintetizar, compreender, criar, destruir e recriar criticamente "determinado presente". Ao mesmo tempo em que é conjunto móvel e crítico de procedimentos, é a própria historicidade reduzindo-se e realizando-se ao nível do processo de investigação criativa. (CALDAS, 1997, p.23).

Caldas (1997) explica essas conjunturas que envolvem o método hermenêutico e sua utilização nas ciências humanas:

> A hermenêutica deve estabelecer as conexões entre a prática produtiva, a estrutura social, os diversos poderes de classe, as ideologias, as representações mentais. Exatamente por esta realidade social um amalgama de dicotomias é que o homem é um ser virtual e não um ser-em-si. (CALDAS, 1997, p. 28).

O método hermenêutico e as análises discursivas e de conteúdo são cooperações entre essas metodologias, e essa 'fusão' ajudará a desenvolver novos caminhos para as investigações científicas, por vezes, 'engessadas' com métodos pré-determinados ou simplesmente mecânicos para a realização de uma pesquisa. Para a história do pensamento e leitura da linguagem dos autores, cremos em um mosaico de idéias e esquemas metodológicos para enriquecer o debate epistemológico.

2.3.2 - As análises discursivas e de conteúdo

O método hermenêutico visando analisar as estruturas e a compreensão da linguagem se utiliza das análises de discurso e de conteúdo para o bojo metodológico da epistemologia, trazendo contribuições valorosas para o entendimento da história do pensamento geográfico.

O objetivo de desvendar o discurso remete as questões político-ideológicas do autor "Análise do Discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico." (ROCHA & DEUSDARÁ, 2005, p.308).

A concepção de mundo é desvendada pela Análise de Discurso, esta técnica ainda é "capaz de inter-relacionar "uma organização textual e um lugar social determinados [...] toda atividade de pesquisa é uma interferência do pesquisador em uma dada realidade" (ROCHA & DEUSDARÁ, 2005, p.315). Nesse sentido, a abordagem sócio-histórica é fundamental para essa questão:

> A linguagem, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do lingüístico e os do extralingüístico. A linguagem não se dissocia da interação social. (ROCHA & DEUSDARÁ, 2005, p.319).

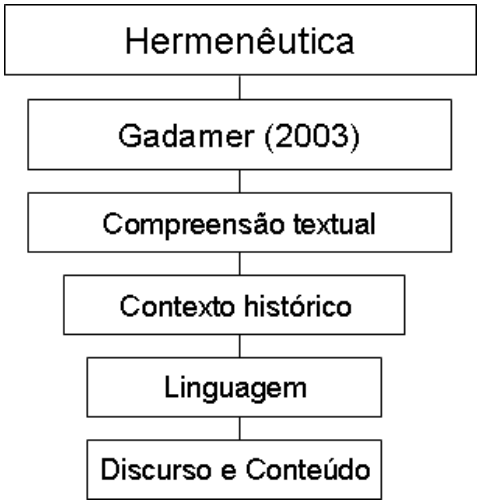
Analisar em qual perspectiva a relação social de poder no plano discursivo se constrói, articulação entre linguagem e sociedade, materialidade do discurso, ação no mundo e o espaço de construção de olhares diversos sobre o real. (ROCHA & DEUSDARÁ, 2005).

Dessa forma, para estudar a história do pensamento geográfico partimos para a técnica da análise do discurso, como uma ferramenta capaz de inferir e mostrar as idéias dos textos, linguagem através do discurso dos autores. Nesse sentido, acerca do discurso concordamos com Bardin (1995, p.170-171):

> O discurso não é um produto acabado, mas um momento num processo de elaboração [...] uma atualização parcial de processos na sua grande parte inconscientes e, por outro, a estruturação e as transformações provocadas pela passagem pelo fluxo da linguagem e pelo outro. (BARDIN, 1995, p.48).

Isto que dizer, que a idéia, o discurso do autor pode variar de acordo com o contexto histórico e suas matrizes ideológicas podem sofrer mudanças e não serem estáticas, ou seja, podemos inferir sobre o pensamento do autor desvendando sua matriz ideologia "A inferência é o procedimento que permite o analista captar em um dado tipo de documento (nos textos, por exemplo) os vestígios que permitirão descobrir "a manifestação de estados, de dados e de fenômenos" (ROCHA & DEUSDARÁ, 2006).

Dessa forma, a geografia como disciplina confere uma característica em comum, e suas subseqüentes divisões temporais apresentam propriedades ordinais. O que classifica uma escola de pensamento são suas maturações filosófica, ideológicas e a presença de uma doutrina que abarque todos esses elementos epistemológicos. Essa análise do conteúdo na estrutura da linguagem não é conclusiva, mas é um passo importante o entendimento das idéias do autor, juntamente com a hermenêutica centrada em Gadamer, essa complementaridade teórico-metodológica faz dessa metodologia não se filie apenas um método ou base teórica (Organograma 1).



Organograma 1 – Características da metodologia hermenêutica.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Para investigação sobre a história do pensamento geográfico utilizamos uma metodologia pautada na hermenêutica, que é complementar com relação aos estudos da linguagem e do discurso, nesse caso concordamos com a posição de Rocha (1990):

> Não há, pois, oposição entre as duas vias; a sua confrontação sugere mesmo a complementaridade: por um lado não há análise estrutural sem doação indireta de sentido que institui o campo semântico a partir do qual possam discernir-se homologias estruturais, e, por outro, a busca do sentido pressupõe um mínimo de compreensão das estruturas, porque, isolado, o símbolo é demasiado polissêmico; a análise estrutural não é um empreendimento exterior para a compreensão dos símbolos, mas o intermediário necessário para a incidência hermenêutica. (ROCHA, 1990, p.107).

Assim, neste estudo a utilização de dois métodos para entender a história do pensamento geográfico é favorável para atingir os objetivos propostos, lembrando Rocha (1990) a respeito da fusão entre esses dois métodos, da compreensão e do discurso:

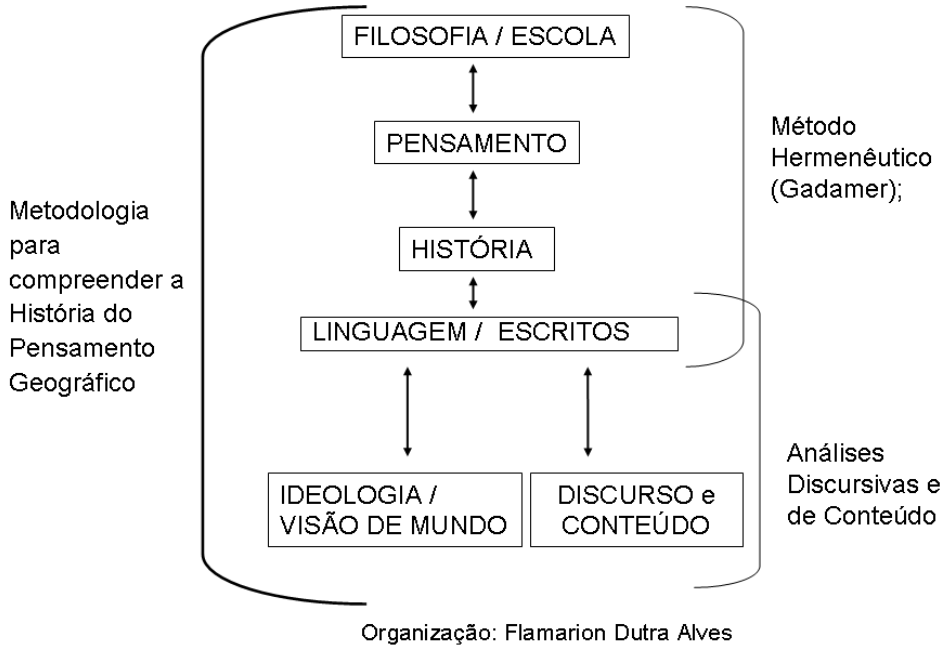
> [...] se uma explicação semiológica não implica a questão do sujeito, remetendo para as "categorias inconscientes do pensamento", o plano semântico envolve o campo da consciência; com efeito, a linguagem é mais que o plano semiológico; é, além da

> língua, também o discurso, e apenas então se pode falar de significação. (ROCHA, 1990, p.108).

Nesse sentido, os dois métodos podem ser utilizados e complementando-os conforme Paul Ricoeur (1976):

> O sujeito produtor de sentido na hermenêutica torna-se sujeito já inscrito no sentido no estruturalismo; de fato, a análise estrutural supõe que o sujeito se descentra relativamente ao objeto. A hermenêutica procura recuperar e assumir pela reflexão progressiva e regressiva a atualidade de compreensão das mensagens, projetadas numa totalidade, presente como ideal regulador e atuante como teleologia. (ROCHA, 1990, p.109).

Essa complementaridade dos métodos na explicação dos fenômenos da linguagem é exposto por Rocha (1990, p.121) "A este relação entre signo e frase, corresponde de algum modo a do estruturalismo e da hermenêutica: tal como o signo é integrado na frase, o estruturalismo é um intermediário da hermenêutica". O esquema 3 exemplifica as idéias se complementando nesse pluralismo metodológico.



Esquema 3 - Desenvolvimento metodológico para compreender a História do Pensamento Geográfico.

Dessa forma, a análise dos textos conjugará as técnicas advindas dos diferentes métodos explicando as bases teórico-metodológicas dos autores, a fim de estruturar uma classificação das diferentes linhas de pensamento.

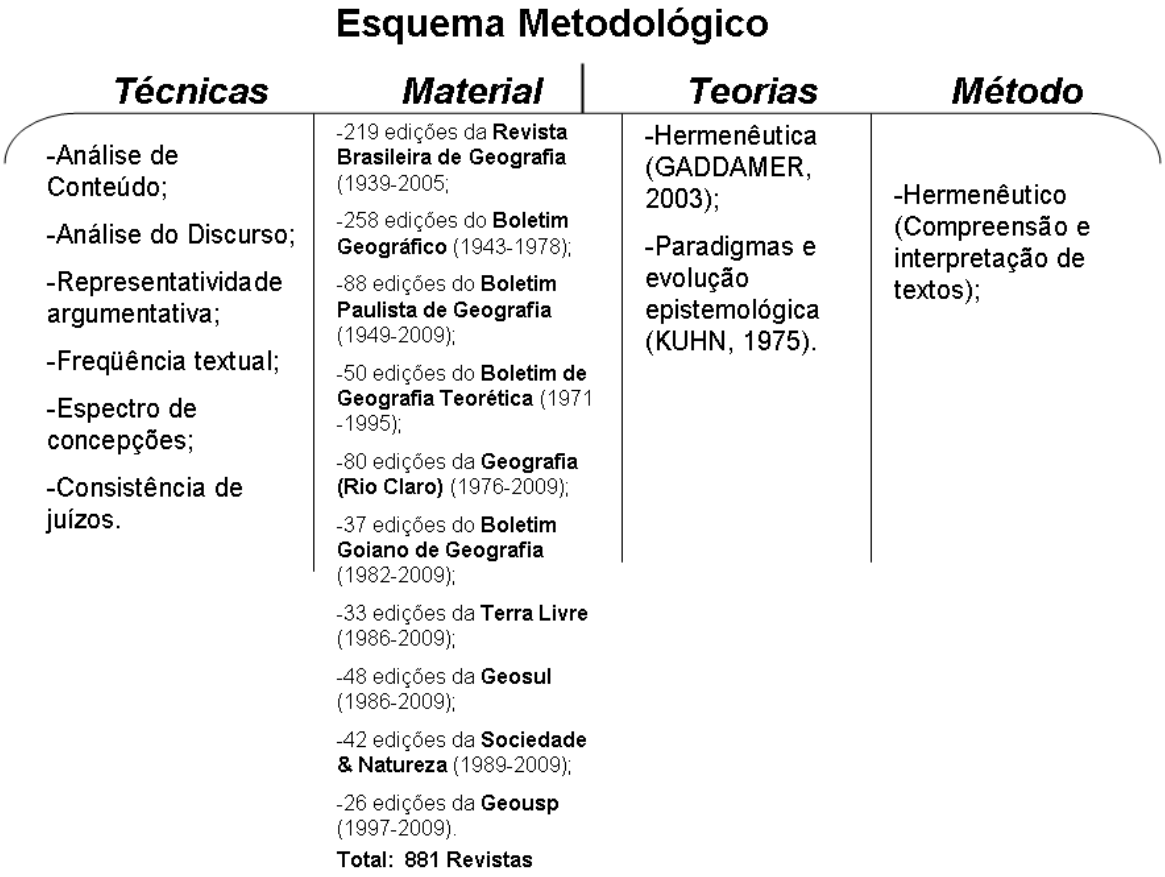
2.4 - Técnica de pesquisa e amostragem

Os estudos sobre a história do pensamento desenvolvidos por Reis Júnior (2008) nos mostrou técnicas divididas em 5 etapas para a interpretação do pensamento geográfico, 1) Representatividade argumentativa: o pesquisador trabalhará forçosamente com indícios mínimos; 2) Freqüência textual: se filosofia→discurso e filosofia→escola, então discurso=escola.; 3) Espectro de concepções: é a manifestação de sensíveis mudanças no conjunto de idéias do autor; 4) Consistência dos juízos: há dados que só seremos felizes em transplantar se formos buscá-los junto aos veículos literários mais explicitamente consagrados a examiná-los; 5) Dado biográfico: de algum modo o pesquisador se sente obrigado a procurar, na escala do indivíduo, dados potencialmente determinantes. (REIS JÚNIOR, 2008).

Algumas dessas técnicas utilizamos na interpretação dos artigos, na qual foram selecionados dez periódicos brasileiros em geografia, com no mínimo dez anos de circulação[3]:

A **Revista Brasileira de Geografia (RBG)** que circulou entre 1939 a 2005, totalizando 219 edições publicadas; **Boletim Geográfico (BG)** que circulou entre 1943 a 1978, totalizando 258 edições; **Boletim Paulista de Geografia (BPG)** que iniciou as atividades em 1949 e circula até hoje, totalizando 88 edições; **Boletim de Geografia Teorética (BGT)** que circulou entre 1971 a 1995, totalizando 50 edições publicadas; **Geografia (Rio Claro)** que iniciou as atividades em 1976 e circula até hoje, totalizando 80 edições; **Boletim Goiano de Geografia (BGG)** que iniciou as atividades em 1982 e circula até hoje, totalizando 37 edições; **Terra Livre** que iniciou as atividades em 1986 e circula até hoje, totalizando 33 edições; **Geosul** que iniciou as atividades em 1986 e circula até hoje, totalizando 48 edições; **Sociedade & Natureza** que iniciou as atividades em 1989 e circula até hoje, totalizando 42 edições; **Geousp** que iniciou as atividades em 1997 e circula até hoje, totalizando 26 edições. No montante dos periódicos consultados, chegou-se a 881 revistas com 691 artigos de geografia agrária (Esquema 4).

[3] Convém destacar a importância de outros periódicos em geografia, não menos importantes que os analisados, como Geouerj (UERJ), Boletim Gaúcho de Geografia (AGB), Mercator (UFC), Campo-Território (UFU), Território (UFRJ), Geogrphia (UFF), Revista do Departamento de Geografia (USP), Geografia (UEL) entre outras.



Esquema 4 – Esquema metodológico da investigação.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Os artigos analisados são referentes à geografia agrária ou rural, conforme Diniz (1984), estes estudos incluem aqueles ligados a geografia agrícola e da agricultura, além dos relacionados com a paisagem rural e seus elementos componentes. A seleção dos artigos não se limitou apenas aos trabalhos publicados por geógrafos brasileiros, mas sim a todos os autores de outras ciências e de outras nacionalidades. Tendo em vista, a grande importância de geógrafos estrangeiros (por exemplo: Pierre Monbeig e Leo Waibel) e de outros cientistas sociais e humanos.

Nos estudos lingüísticos, o método hermenêutico baseado em Gaddamer (2003) satisfez as necessidades propostas de **compreensão** dos textos escritos, analisando o contexto histórico-textual e as concepções do autor, precisamente aquilo que Reis Júnior (2008) chama de "espectro de concepções no tempo" e "consistência de juízos".

As informações quantificáveis e discursivas no texto foram entendidas pelas técnicas de análise de conteúdo e discurso, formando a "representatividade argumentativa" e "frequência textual" exemplificada por Reis Júnior (2008). Uma das técnicas utilizadas foi à seleção e grupamento das palavras-chave nos resumos dos artigos que continham esses

elementos, que serviu para a caracterização e classificação das abordagens dos artigos analisados.

Além das referências técnicas e metodológicas de Reis Júnior (2008), o processo investigativo na história do pensamento na geografia agrária, principalmente a teórico-metodológica, já foi estudada em Alves e Ferreira (2007, 2008a, 2008b). Todo material utilizado nessa tese foi consultado na Biblioteca da Universidade Estadual Paulista, *Campus* Rio Claro e através de consultas no sítio da Biblioteca Digital do IBGE, a qual disponibiliza todas as edições da Revista Brasileira de Geografia e boa parte dos exemplares do Boletim Geográfico, além da consulta nos periódicos via internet e dos trabalhos realizados no Núcleo de Estudos Agrários (NEA) na UNESP Rio Claro.

A análise dos artigos publicados nos periódicos em geografia foi realizada em uma seqüência temporal por décadas, sendo citados e mencionados os trabalhos publicados em cada ano, a fim de organizar um quadro com as abordagens e métodos utilizados pelos autores. Indicando através disso, a predominância metodológica de abordagem em cada década elaborando a divisão em paradigmas e filosofias que sobrepujaram o período, este levantamento historiográfico servirá para as análises de temas estudados, métodos e técnicas aplicadas no estudo agrário.

Algo semelhante foi desenvolvido no trabalho de Ferreira (2002) ao se debruçar nas pesquisas em geografia agrária realizadas entre 1930 a 1990, com base nos anais dos eventos científicos em geografia, periódicos, dissertações e teses. Na França, Jacqueline Bonnamour (1997) averiguou os caminhos epistemológicos da geografia agrária naquele país, em especial nas décadas de 1970 a 1990. Dessa forma, estes estudos mostraram um caminho metodológico para seguir nessa perspectiva da evolução teórico-metodológica da geografia agrária brasileira.

Em cada década destacaremos um ou mais autores que deram uma contribuição valorosa para a geografia agrária, estes autores estarão em *Box* com informações referentes à sua biografia, produção intelectual, metodologia de pesquisa e destacando suas idéias de acordo com o Esquema 2, que trata dos elementos metodológicos.

2.5 - A utilização das abordagens metodológicas

A definição das abordagens metodológicas seguiu alguns pressupostos classificatórios, na tentativa de sistematização do material consultado. Tendo em vista os grandes métodos da ciência, indutivo, dedutivo, dialético e fenomenológico, nos esforçamos

para não agrupar os artigos pesquisados neste rol de métodos, mas sim em expandir o horizonte classificatório, pois muitos textos não deixavam claros as suas bases teórico-metodológicas, bem como uma junção de idéias desconexas com o método aparentemente pré-julgado.

Nesse sentido, criaram-se dezoito abordagens metodológicas após as análises realizadas, com intuito de percorrer o trajeto da geografia agrária contemplando o máximo de concepções. A classificação dos artigos primou para a sua inserção em uma abordagem, entretanto, muitos artigos apresentavam múltiplos aspectos quanto sua abordagem, assim não se deteve a apenas uma.

2.5.1 - Abordagem Descritiva

Abordagem descritiva está relacionada com o método indutivo e o empirismo, ou ainda, a junção destes elementos Indutivo-Empírico-Descritivo (IED), nos estudos agrários na geografia clássica, a base desta abordagem é a concepção lablachiana da geografia regional:

> Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta a natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região. (LENCIONI, 2003, p.105).

A rotina do geógrafo em observar, localizar e descrever foi destacadamente importante para a fundação da geografia como ciência, a riqueza de detalhes nas inúmeras monografias regionais predominou nas décadas de 1940 e 1960, sendo referência e etapa primordial na metodologia geográfica.

Entretanto, pesquisas eminentemente descritivas são encontradas ao longo da trajetória cientifica da geografia agrária brasileira, fruto da herança francesa que deixou marcas na formação de boa parte dos geógrafos nacionais.

2.5.2 - Abordagem Histórica

Compreender a organização da paisagem nos remete entender sua evolução e construção, por isso, a abordagem histórica é para alguns geógrafos uma ferramenta importante na interpretação do espaço rural, pois elucida questões temporais, compreende o presente e propicia reflexões para o futuro.

Esta abordagem sempre existiu na geografia agrária, no entendimento do espaço e suas transformações, posteriormente, sua aliança com teorias marxistas e com o método dialético transformarão numa abordagem materialista histórica. O que deve ficar claro é o objetivo da abordagem histórica, referente ao entendimento dos processos formadores de uma determinada paisagem, região ou sociedade agrária, em especial, os estudos que analisam a evolução da estrutura fundiária e agrária.

2.5.3 - Abordagem Estatística

Com intuito de acrescentar informações nas interpretações da paisagem rural, a abordagem estatística favoreceu o desenvolvimento de outras análises sobre o rural, não se detendo apenas a observação direta e descrição das paisagens.

Um dos principais fatores para tal desenvolvimento da abordagem estatística, deve-se a implementação e divulgação dos Censos Agropecuários do IBGE[4], que veio contribuir para os diagnósticos feitos em campo pelos geógrafos agrários. Os trabalhos nessa perspectiva são amplamente elaborados com tabelas e gráficos, que indicam múltiplas variáveis a respeito da produção agropecuária, ocupação e uso da terra, estrutura fundiária e indicadores socioeconômicos.

Sem dúvida, esta abordagem deu ênfase e embasamento para muitas análises regionais, haja vista que as descrições, não eram suficientes, para alguns, para determinar resultados satisfatórios e, por conseguinte, servir como técnica de análise geográfica.

2.5.4 - Abordagem Comparativa

A análise entre regiões e as analogias entre as paisagens remontam os pressupostos teóricos de Karl Ritter, a partir de sua obra Geografia Comparada (1807), no qual destacou a inter-relação do meio físico com o meio humano, a relação natureza-sociedade.

Na geografia clássica, a abordagem comparativa é tratada como um método auxiliar na descrição das paisagens, pois traz algumas interpretações e possíveis deduções quanto às analogias realizadas, principalmente no que diz respeito aos gêneros de vida e aos *habitat* rurais de distintas regiões.

2.5.5 - Abordagem Causa-Efeito / Causalidade

[4] O primeiro Censo Agropecuário foi divulgado em 1920, depois em 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995-96 e 2006.

A relação entre causa e efeito aparece em alguns trabalhos na geografia agrária, sobretudo na perspectiva funcionalista do espaço rural. Os movimentos dos elementos físicos e humanos do espaço estão em constante interação causando trocas e efetuando mudanças na dinâmica das paisagens.

De certa forma, a abordagem de causa-efeito tem um viés sistêmico, pois todos os fatos estão interligados, entretanto, não há explicações profundas sobre tais conexões. Assim, as relações estão ligadas, sobretudo, aos elementos físicos atuando sobre os elementos humanos, não sendo determinante para a formação da paisagem, mas interferindo em alguns aspectos.

2.5.6 - Abordagem Determinista

Utilizada em poucos trabalhos geográficos no Brasil, a abordagem determinista está centrada nas imposições que o meio físico exerce na constituição das sociedades. Especialmente na fixação e organização dos *habitat* rurais, com relação às condições físicas (solo, clima, hidrologia, relevo etc) para a produção agrícola e criação da pecuária.

Para Leo Waibel (1961, p.613) a abordagem determinista é entendida como:

> Entendemos por determinismo geográfico o conceito de que os elementos da geografia humana sejam determinados principalmente pelos fatores naturais, ou melhor, físicos. Este conceito foi introduzido na geografia por Frederich Ratzel. Em contraste com esta filosofia materialista, Vidal de la Blache na França e Alfred Hettner na Alemanha afirmaram que os fatores físicos não exercem influencia determinativa e que a consideração de tais fatores pode chegar somente a "possibilidade". (WAIBEL, 1961, p.613).

Apesar dessa abordagem ser tão difundida nas classificações das escolas geográficas, sendo uma referência da geografia clássica, raros trabalhos na geografia agrária se desenvolveram sob esta base teórica.

2.5.7 - Abordagem Estatístico-fisionômico-ecológico

Esta abordagem se refere à metodologia criada e utilizada por Leo Waibel, e por seus discípulos, entre eles Orlando Valverde. A proposta metodológica consiste em analisar as paisagens naturais e paisagens culturais com base em três elementos (estatístico, fisionômico e ecológico).

2.5.8 - Abordagem Histórico-Dialética

A abordagem histórico-dialética representa uma nova visão de mundo e de ciência pelos geógrafos. O intuito de entender e desvendar a realidade social, esta abordagem permite

resgatar a história e fazer o movimento contraditório das idéias e dos atores e agentes envolvidos. Conforme Gomes (2005) sobre a estrutura do pensamento materialista histórico marxista:

> A base do sistema materialista-histórico é dada pelas regras que determinam o tipo de relação de produção frente ao desenvolvimento das forças produtivas; estes dois elementos são os termos fundamentais que definem um modo de produção e, ao mesmo tempo, constituem a causa da transformação dialética. (GOMES, 2005, p.283).

O método dialético tem várias nuances e distinções, desde a dialética do idealismo de Hegel ao materialismo histórico-dialético de Marx e Engels. Entretanto, na geografia agrária brasileira a perspectiva marxista foi hegemônica nesse pensamento.

2.5.9 - Abordagem Neo-Positivista

A abordagem neo-positivista ou positivismo lógico deu os primeiros indícios no final da década de 1950, com novas ferramentas e técnicas de pesquisa na geografia agrária. A ideia básica desta abordagem é entender o mundo de forma racional e lógica através da linguagem matemática e estatística para verificar as hipóteses e examinar a falseabilidade das indagações existentes.

Foi desenvolvida em meados da década de 1920 pelos membros do Círculo de Viena, e logo se espalhou nos diversos centros universitários pelo mundo, como o método científico capaz de tornar uma pesquisa com "rigor" metodológico. Na geografia agrária brasileira, adotou-se com ênfase, tal enfoque metodológico, a partir da década de 1960. A utilização de modelos de distância e localização espacial insere numa nova perspectiva as análises da geografia agrícola, o positivismo clássico da simples observação e descrição não é mais significativo para alguns pesquisadores são necessárias outras ferramentas e teorias para explicar a paisagem.

2.5.10 - Abordagem Sociológica

Sob influência das ciências sociais, os geógrafos agrários desenvolveram alguns trabalhos com a perspectiva sociológica, sem os detalhamentos descritivos da paisagem natural. Nesta abordagem, o enfoque se volta para as análises da sociedade e das demandas da população, decorrente das influências das outras áreas do conhecimento, ou seja, a inserção de teorias de outras ciências na geografia, bem como o pluralismo metodológico adotado por alguns geógrafos.

2.5.11 - Abordagem Sistemática

A noção da abordagem sistemática é defendida por Edward Ackerman (1947), na qual se apóia em Richard Hartshorne, pois entende que os estudos regionais, carecem de uma discussão mais profunda e geral, sendo necessário adotar uma postura sistemática e ampla, a fim de compreender a complexidade nas relações geográfica.

2.5.12 - Abordagem Política

Neste tipo de abordagem os trabalhos desenvolvidos se preocupam com as questões relacionadas com o poder e influência dos diferentes níveis de governos (municipal, estadual ou nacional) nas questões territoriais do campo, sejam para as políticas de abastecimento, políticas fundiárias ou políticas de preservação ambiental.

Retomando os clássicos da geografia, Frederic Ratzel introduziu a discussão do Estado na organização territorial e suas influências na dinâmica da população. Entretanto, na geografia agrária, esta abordagem se desenvolverá na década de 1980, com os trabalhos da corrente crítica, devido à conjugação de fatores que interferem nas relações sociais, entre esses fatores está à atuação do Estado e das políticas públicas.

A relação de poder é marcante nessas abordagens, e a categoria *território* ganha espaço nas bases conceituais das pesquisas agrárias, por se referir a um espaço intrínseco, delimitado por relações de poder ou identidade. Cita-se os referencias de Claude Raffestin[5], Rogério Haesbaert[6], Marcelo Souza[7] entre outros geógrafos que analisam a questão territorial sobre a perspectiva do poder na abordagem política.

Convém destacar, os estudos sobre políticas públicas para os agricultores, crédito, políticas fundiárias, políticas ambientais, ou seja, os impactos de diferentes políticas para o desenvolvimento do espaço agrário.

2.5.13 - Abordagem Cultural

Orientada para pesquisar temas ligados a religião, etnia, gênero ou costumes, a abordagem cultural não é sinônimo de uma geografia da percepção ou fenomenológica. Estudos de geografia podem e são desenvolvidos sob diversos prismas teóricos, o que deve

[5] RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. (Tradução Maria Cecília França) São Paulo: Editora Ática, 1993.
[6] HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
[7] SOUZA, Marcelo J. L.. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ser ressaltado nessa abordagem é o enfoque dado a questões humanas que não são recolhidas em dados estatísticos ou levantamento gerais, ou seja, a pesquisa qualitativa é uma das formas de análise nessa abordagem.

Conforme Corrêa (1999), a geografia cultural pós 1970 aparece como uma nova forma de compreensão do mundo, sendo útil nos estudos de organização espacial:

> O ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo. (CORRÊA, 1999, p.51).

Dessa forma, a abordagem cultural serve para a interpretação de fenômenos humanos que muitas vezes são renegados pelos trabalhos com metodologias restritivas.

2.5.14 - Abordagem Teórico-Metodológica

Estudos sobre marcos conceituais, evolução do pensamento ou debates teóricos são de extrema relevância para o estudo da ciência, para a constatação de tendências ou rupturas, ou para a discussão de novas perspectivas. Na geografia agrária a publicação de artigos com a abordagem teórico-metodológica representa grande importância a partir da década de 1960, mantendo-se constante até este início de século XXI, pois elucida as questões que sublinham todas as outras abordagens, seja a questão de método, técnica, conceitos ou revisões de temas ou autores.

2.5.15 - Abordagem Agronômica / Agrícola

Estes estudos na geografia agrária remetem diretamente a questão da produção agrícola ou pecuária como centro da pesquisa, ou seja, as análises dos tipos de solos para a agricultura ou quais tipos de adubos e implementos devem ser usados no cultivo de determinada espécie vegetal, além da verificação espacial da produção agropecuária através de dados estatísticos e sua representação cartográfica.

2.5.16 - Abordagem Econômica

A preocupação com o desenvolvimento econômico de espaços rurais como tema central de pesquisas na geografia brasileira, remonta o final da década de 1960, quando as descrições de campo não davam suporte às questões primordiais na população rural, como a renda, produção e geração de emprego. Sobre este assunto, Orlando Valverde (1964b) diz que a geografia agrária pode ser classificada como um ramo da geografia econômica ou humana.

Assim, o foco direcionado a abordagem econômica dos espaços rurais aumenta a importância para o entendimento das relações capitalistas na agricultura, este cenário é palco de discussão para os geógrafos críticos que trataram das desigualdades socioeconômicas promovidas pela má distribuição de renda no campo.

2.5.17 - Abordagem Ambiental

Com a modernização da agricultura instaurada no Brasil entre as décadas de 1960 – 1970, o espaço rural se transformou num complexo dinâmico entre a indústria a agricultura, entre o tradicional e moderno. Nesse cenário, ganhou força o discurso da preservação ambiental, dos ecossistemas degradados e do desmatamento de florestas decorrentes da expansão da fronteira agrícola.

O termo "desenvolvimento sustentável" foi criado a partir da 1983 das reuniões da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, que em 1987 através do Relatório de Brudtland que definiu a sustentabilidade ""suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas".

Sob este prisma, a geografia agrária denotou importantes trabalhos a partir da década de 1990, sendo uma linha de pesquisa crescente na geografia, conforme aponta Darlene Ferreira (2002):

> A preocupação com o legado natural e cultural que será deixado às próximas gerações parece ser o rumo da Geografia Agrária para o futuro, interessada em questões relacionadas à percepção dos impactos ambientais da atividade agrícola e às alternativas ecologicamente sustentáveis. (FERREIRA, 2002, p.340).

2.5.18 - Abordagem Fenomenológica

Esta abordagem valoriza o desenvolvimento humano, o espaço vivido pelo homem, à construção do espaço através da percepção. Na geografia agrária, os estudos fenomenológicos atrelam-se as questões ambientais junto com os agricultores, neste caso, pesquisas deste cunho emergem na década de 1990, sendo um referencial teórico-metodológico alternativo para o entendimento da construção e organização espacial.

2.6 - Considerações do capítulo

Com as necessidades e desafios impostos para a Ciência, as pesquisas estão cada vez mais atentas às novas técnicas, teorias e métodos para abordar realidades dinâmicas e

complexas. Sugerimos uma diversidade de abordagens para as investigações, caso não consigam atingir os objetivos propostos com a adoção de um método de pesquisa.

Nesta tese, a utilização da hermenêutica contemplou a diversidade temas que a geografia agrária brasileira abarcou ao longo de sua história, dessa forma a criação de dezoito abordagens metodológicas servirá para dar subsídio a essa multiplicidade de concepções.

3. A METODOLOGIA NA GEOGRAFIA HUMANA E AGRÁRIA ENTRE 1939 - 1960

A pesquisa científica é caracterizada pelo uso de uma metodologia, para que se cheguem aos resultados, conclusões ou reflexões, pautadas em um problema ou hipótese. Todavia, o emprego de um método é sempre questionado por correntes de pensamento opostas, que divergem da metodologia adotada, alegando a restrição do potencial da pesquisa, além de não contemplar uma variedade de elementos que nem sempre são verificados.

Sabe-se que o uso do método serve para balizar a investigação científica, ou seja, ter uma coerência teórica e prática, nivelando o conhecimento científico com o empírico. Entretanto, existem diversos tipos de pesquisas em geografia, e isso recorre em uma diversidade de métodos, nesse caso nos reportamos a George (1972, p.8) "a geografia tem que ser metodologicamente heterogênea [...] entre as ciências da terra ou da natureza [...] é esta a razão pela qual ela se encontra continuamente empenhada na busca de sua unidade".

Sobre a diversidade metodológica nas pesquisas em geografia Pierre George afirma que a:

> A pesquisa geográfica recorre sucessiva ou simultaneamente aos métodos de cada uma das ciências de que se vale para chegar ao conhecimento analítico dos dados incluídos nas combinações que constituem o objeto de seus estudos fragmentários ou globais. (GEORGE, 1972, p.8-9).

Entre esses métodos "não-geográficos" em sua origem, estão diversos métodos, como o histórico, positivista, estruturalista, hermenêutico, funcionalista, dialético entre outros:

> [...] não existe nenhum método geográfico para a abordagem dos dados sociais, econômicos, demográficos e culturais [...] existe uma maneira geográfica de

> confrontar os resultados [...] os métodos das diversas ciências humanas não conduzem a uma finalidade geográfica. (GEORGE, 1972, p. 35).

O que acontece em muitos trabalhos é uma pré-determinação de sua metodologia científica, antes mesmo de conhecer e explorar a realidade em sua essência. Nesse ponto, concordamos com Morin (2005, p.36) quando diz que "O método só pode se construir durante a pesquisa; ele só pode emanar e se formular depois, no momento em que o termo transforma-se em um novo ponto de partida, desta vez dotado de método", em outras palavras, o método se ajusta com o fenômeno e não o fenômeno que se ajusta com o método.

Para entender a história do pensamento geográfico é necessário utilizar um esquema metodológico que abarque as diferentes concepções produzidas pelos autores, além de salientar a posição discursiva nos textos produzidos. Neste trabalho, vamos priorizar os estudos centrados na geografia agrária brasileira, analisando as bases teórico-metodológicas e fazendo um panorama da evolução metodológica discorrendo sobre os diversos métodos usados por geógrafos desde o ano de 1939 até o ano de 2009.

Neste capítulo, foi abordada a questão metodológica na geografia humana e agrária entre 1939 a 1960, destacando as diferentes abordagens e concepções dos autores que embasaram este período na geografia brasileira, pautados no método positivista clássico, naturalista baseado na descrição da paisagem, fazendo comparações e correlações para chegar à síntese regional.

A forte influência francesa na geografia brasileira delineou o início dos aportes teóricos nos estudos rurais nas décadas de 1940 e 1960. As pesquisas regionais apoiadas no empirismo, técnicas de observação e descrição das paisagens determinaram o método predominante na geografia agrária brasileira, o método Indutivo-Empírico-Descritivo (IED).

Os geógrafos franceses que vieram fundar e construir os primeiros cursos de geografia no Brasil[8] tinham como mestre Paul Vidal de La Blache, e carregavam o conhecimento sobre os estudos regionais. Dessa forma, o positivismo fica evidente nos objetivos dos trabalhos regionais, na busca incessante pelos fatos concretos e a realidade da população local sejam nas definições dos gêneros de vida, habitat rural, tipo de povoamento ou descrição da paisagem natural (física).

Um dos geógrafos franceses que desenvolveu pesquisas acerca da geografia humana e agrária no Brasil foi Pierre Monbeig. Sob a perspectiva vidaliana, Monbeig aplicou seus

[8] São Paulo em 1934 e Rio de Janeiro em 1935. Durante a mesma década foram criados outros órgãos ligados a geografia, como em 1933 o Conselho Nacional de Geografia, em 1934 a Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada por Pierre Deffontaines e no ano de 1938 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

conhecimentos nos estudos regionais e monográficos em diversas áreas do Brasil, mas, sobretudo, no interior do Estado de São Paulo.

Apesar dos trabalhos iniciais na geografia estarem calcados na perspectiva francesa, outras bases teóricas serviram de suporte para as pesquisas na geografia agrária, como as abordagens históricas, estatísticas, comparativa, dialética, sociológica, determinista entre outros.

3.1 - Abordagem histórica na Geografia Clássica

A abordagem histórica foi trabalha por Pierre Monbeig, na questão dos estudos regionais, sobre isto ele faz algumas observações sobre os métodos científicos nos estudos geográficos, lembrando do método histórico "Basta citar a obra de Vidal de La Blache e seus discípulos para avaliar-se o papel essencial que o espírito e o método histórico devem desempenhar nos estudos e pesquisas geográficas" (1944, p.9). O autor ao tratar sobre a inter-relação da geografia humana e a história cita Demangeon "a geografia humana estuda as relações entre as sociedades humanas e o meio no presente e no passado" (1944a, p.9).

Monbeig (1944a, p.10) menciona um trabalho de Georges para exemplificar o método da Geografia Humana:

> É preciso simplesmente procurar explicar o gênero de vida atual analisando seus elementos à luz do método histórico que é o único a fazer compreender o lugar que ocupam hoje [...] o estudo de um gênero de vida é a aplicação de método histórico à atualidade regional.

O autor ainda alerta para o uso indevido do método histórico nas pesquisas geográficas:

> A interpretação da história e da geografia é, pois, geral e constante, uma pesquisa de geografia humana não tendo senão um resultado incompleto e um valor científico limitado se aquele que a realiza não tem, além do espírito geográfico, uma mentalidade histórica. (MONBEIG, 1944a, p.10).

Monbeig (1944a, p.11) se preocupa com a unificação do método na geografia "Toda a ciência que chega a elaborar um bom método de trabalho tende a cristalizar-se: satisfaz-se com sua técnica e tende a limitar-se à execução automática. A esclerose logo a estará rondando". Nesse sentido, a mudança é sempre benéfica para o desenvolvimento científico, lembrando Kuhn (1975) sobre as revoluções científicas e a quebra de paradigmas.

A questão metodológica na geografia foi sempre alvo de discussões e debates, Pereira (1957) faz uma excelente reflexão acerca do objeto, método, teoria e metodologia na

geografia, em especial na geografia humana. Ele reporta autores clássicos, como Paul Vidal de La Blache[9]:

> A geografia se distingue como ciência essencialmente descritiva. Não seguramente que ela renuncie à explicação: o estudo das relações dos fenômenos, do seu encadeamento e de sua evolução, são também caminhos que conduzem até ela. Mas este objeto mesmo a obriga, mais que toda outra ciência, a seguir minuciosamente o método descritivo. (LA BLACHE, 1913, p.297 *apud* PEREIRA 1957, p.102).

Pereira define a geografia como sendo uma ciência regional e descritiva:

> No que tange aos estudos de geografia regional, sabe-se que, neles, a *descrição* figura em primeiro lugar. Mas tendo em vista que esta descrição não se opera "segundo os métodos ou os meios de um Chateaubriand ou de um escritor de romance regionalista" [...] pela arte que soube imprimir às suas magníficas descrições, sem prejuízo para a ciência e a filosofia, figura Vidal de La Blache como incontestável e grande mestre. (PEREIRA, 1957, p.105-106).

Pereira (1957) entende que a geografia tem que buscar o princípio de síntese, para isso a metodologia deverá conter alguns elementos de análise, como a descrição, comparação:

> Mas para que a Geografia possa progredir como ciência é indispensável que os que a praticam [...] não lhe abandonem o *método*. Do ponto de vista da pesquisa, a geografia é uma ciência da observação e seu método é, portanto, **indutivo**. [...] Se a descrição em geografia é básica para as *comparações*, ela não é menos necessária para uma *classificação* científica. (PEREIRA, 1957, p.106).

Migliorini (1950, p.1084) também destaca a importância do estudo histórico na região a ser estudada "A evolução histórica tem grande importância nas pesquisas de Geografia Agrária, e pode explicar muitos fatos que de outra maneira não poderiam ser esclarecidos".

3.2 - A observação e descrição

A respeito da técnica da observação e de outros elementos metodológicos da geografia, Pereira (1945) menciona La Blache para afirmar o objeto de estudo da geografia:

> [...] a geografia é a análise da *paisagem*, como acentuou Vidal de La Blache. As formas, os fenômenos e os aspectos da superfície terrestre, resultantes das forças e dos agentes físicos, que continuamente trabalham, modelando-a ou transformando-a sob os nossos olhos, quando coexistem num determinado espaço, independentemente da presença do homem, formam o que modernamente se chama

[9] Paul Vidal de La Blache. **Des caracteres distinctifs de la géographie**, p.289-299. *In:* Annales de Géographie. Ano XXII, n.124. Paris, 1913.

> *paisagem natural*. Mas o homem com sua atividade na superfície terrestre altera em maior ou menor grau a paisagem natural donde o novo tipo plasmado pelo homem – a *paisagem cultural*. (PEREIRA, 1945, p.1480).

Para o autor a ciência geográfica auxilia no conhecimento do mundo através de seu método "esse método, como para as ciências físicas ou a psicologia experimental, é o da *observação*, realizada, sobretudo, no grande laboratório da Natureza" (PEREIRA, 1945, p.1480).

Pereira (1945) ressalta o principal método de análise da paisagem geográfica, a observação:

> Como ciência da *observação*, ensina a "ver", o que é precisamente o mais importante, o que é *típico*, traçando uma espécie de fundamento do quadro geográfico, a paisagem clássica [...] conforme Deffontaines, a fazer compreender melhor tudo o que há de particular em cada região, porque permite adquirir essa noção essencial na disciplina da observação que é a "noção de tipo". (PEREIRA, 1945, p. 1480).

Mas não basta observar a paisagem para compreendê-la, o autor explica como deve ser este procedimento "a observação que se decompõe em *análise, comparação e classificação*, constitui, com a *investigação*, os dois processos essenciais do método geográfico" (PEREIRA, 1945, p.1480).

Ruellan (1943) sobre a questão do método nas pesquisas geográficas aponta algumas preocupações e soluções:

> Nos ensaios que tendem a reconstruir os encadeamentos dos fatos a traçar sua evolução, os processos puramente dedutivos, em que apenas o raciocínio intervém, são particularmente perigosos porque se afastam dos fatos observados e negligenciam degraus importantes. (RUELLAN, 1943, p.56).

Assim, ele entende que a observação ainda é a principal ferramenta do geógrafo "Em resumo, como as ciências físicas e naturais, a geografia requer uma perfeita disciplina da observação e do raciocínio, como as ciências morais exigem um perfeito domínio da expressão" (RUELLAN, 1943, p.56).

A respeito dos estudos regionais, Melo (1955) afirma que o principal método de análise do geógrafo é *ir* e *ver*, ou seja, a observação e o trabalho de campo:

> Porque, para o geógrafo, como já se tem dito, nada como *ir* e *ver*. Laboratório insubstituível para os estudos geográficos é a própria natureza, é o campo onde os fatos são surpreendidos e, observados diretamente e ao vivo. O *ir* e *ver* não é só o fundamento e o ponto de partida metodológico dos trabalhos de elaboração do conhecimento geográfico. É também uma das formas, um dos meios auxiliares mais eficazes para o rendimento dos cursos. (MELO, 1955, p.73-74).

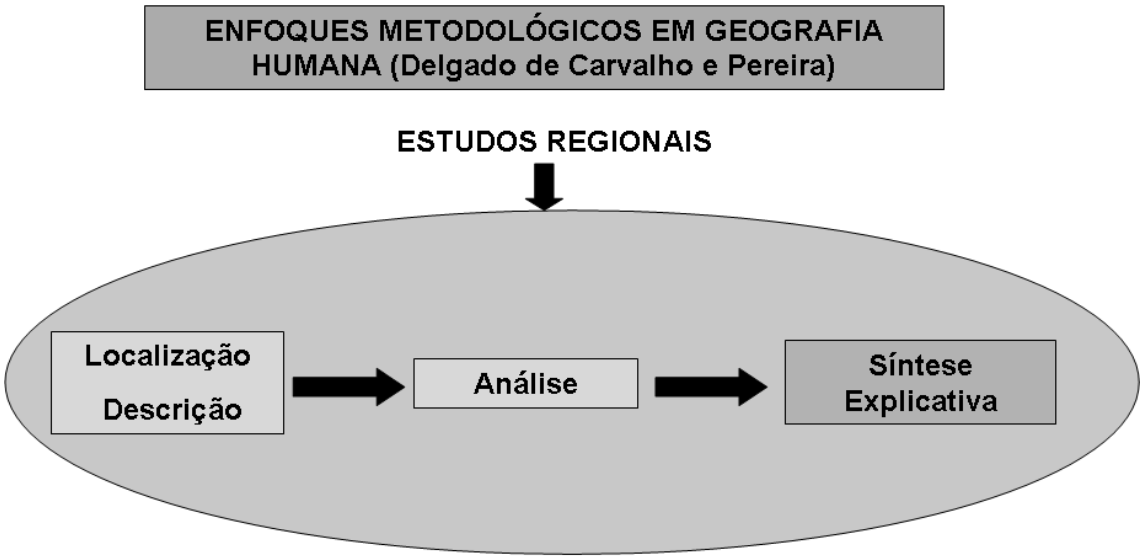
Ruellan (1944) entende que as pesquisas em geografia humana são consideradas as mais difíceis, no que tange a metodologia, mas esclarece alguns pontos para o bom andamento dessa pesquisa:

> As formas, a situação e a distribuição do *habitat* rural podem ser facilmente estudadas ao mesmo tempo em que se farão esboços rápidos da utilização do terreno em cada paisagem encontrada. Com esses esboços, poder-se-á tentar fazer uma carta de reconhecimento da utilização do terreno. [...] Essa investigação, completada por algumas informações sobre o regime de trabalho, dará imediatamente os elementos necessários para orientar o estudo dos gêneros de vida rural. (RUELLAN, 1944, p.40-41).

Pereira (1945, p.1481) destaca os outros métodos empregados na geografia humana "ao geógrafo avisado tratando dos fatos humanos, além do método da observação, ocorre o uso de outros métodos auxiliares, como o *histórico,* o *estatístico* e o *monográfico*".

Delgado de Carvalho (1945) também observa outros métodos empregados na geografia humana (Organograma 2), além do método da observação e da descrição da paisagem:

> Mas os demais métodos das ciências sociais também servem à Geografia Humana: o método estatístico, com suas tabulações bem interpretadas; o método histórico, com a sua evocação eloqüente do passado; o método monográfico, que permite os mais belos quadros mesológicos e os estudos regionais mais característicos. (CARVALHO, 1945, p.1169).

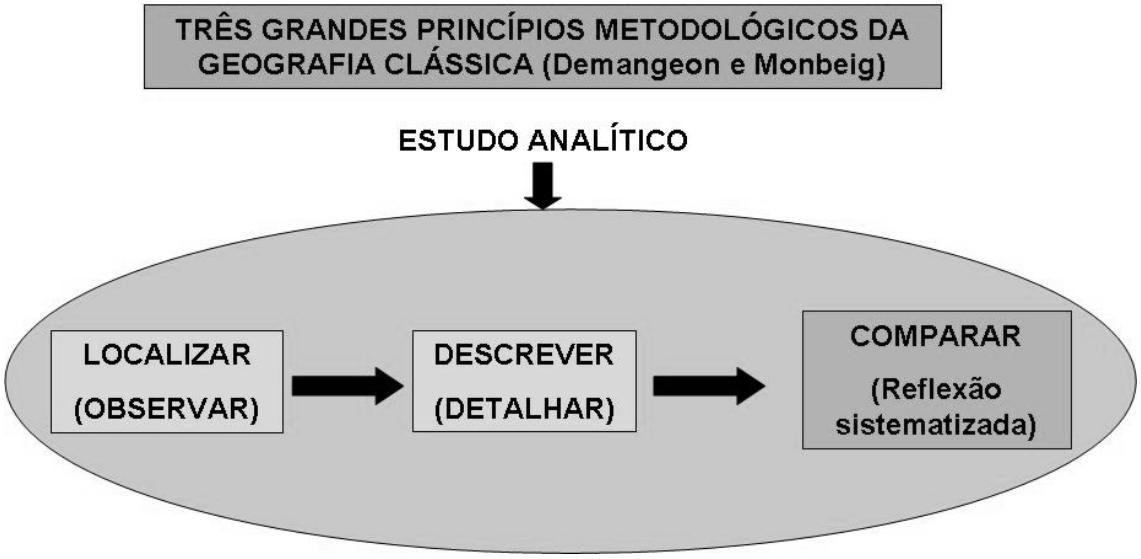


Organograma 2 – Enfoque metodológico em geografia humana.
Fonte: Carvalho (1945), Pereira (1957).
Organização: Flamarion Dutra Alves

As bases teóricas de Carvalho (1945) e Pereira (1957) conjugam no mesmo sentido, salientando que os estudos regionais devem seguir uma metodologia baseada na descrição, com posterior análise atingindo uma síntese explicativa da região.

3.3 - Comparação entre regiões

Baseado em Albert Demangeon, Pierre Monbeig (1945c, p.165-166) destaca três pilares metodológicos da geografia, "*o primeiro é que a geografia localiza* [...] *em segundo lugar, a geografia descreve* [...] depois de ter localizado, depois de ter descrito, o geógrafo *compara*", ou seja, a ferramenta principal do geógrafo é observação, na qual ele realiza um processo de descrição do que ele vê e a partir disso faz relações com outras paisagens ou elementos (Organograma 3).



Organograma 3 – Síntese metodológica do geógrafo clássico.
Fonte: Monbeig (1945c).
Organização: Flamarion Dutra Alves

Diferentemente da síntese explicativa da região, Monbeig e Demangeon conferem uma análise comparativa entre diferentes regiões, possibilitando um conhecimento maior das realidades. Sobre esse procedimento metodológico Monbeig (1945c, p.166) ainda diz que "o método comparativo ajuda ao mesmo tempo a fazer perceber aos jovens espíritos a transformação perpétua das coisas e das sociedades humanas". Ele ressalta que para fazer tais comparações o geógrafo deve desenvolver a capacidade de observar:

> [...] sem exagero, que *a geografia é a arte de saber ver*: saber ver a paisagem, saber ver um mapa, uma fotografia. Esse estudo analítico das paisagens ou de suas

> reproduções, que é feito por uma leitura atenciosa e precisa, constitui um excelente exercício de observação [..] a observação é a fase inicial da descrição e isso conduz a uma *reflexão sistematizada*. (1945c, p.166).

Após as duas etapas iniciais, o geógrafo se depara com a análise comparativa. A respeito desse método Monbeig (1945c) afirma que "a utilização do método comparativo permitirá assinalar que existem casos análogos, mas nunca casos perfeitamente idênticos. Imediatamente, aparecerá a idéia da multiplicidade das causas tanto quanto de seus efeitos", ou seja, a comparação serve como uma ferramenta para desenvolver idéias em regiões, paisagens ou estudos conhecidos.

Em outro artigo Monbeig reafirma a importância dos estudos regionais, a fim de conhecer a realidade:

> É, entretanto no quadro da região que melhor se entra em contato com a realidade: a complexidade das relações entre os grupos humanos e as condições naturais aparece em maior destaque que em golpes de vista de conjunto. O estudo é essencialmente analítico, tratando sucessivamente dos diferentes aspectos físicos e depois dos fatos humanos; não se limita a uma descrição seca e não exclui uma conclusão onde for possível trazer a luz o ajustamento ou, ao contrário, o desajustamento entre as condições geográficas permanentes e o estado atual das atividades humanas. (MONBEIG, 1945d, p.915).

Em outro trabalho sobre as questões metodológicas da geografia humana, Monbeig (1946) define o padrão metódico da escola clássica:

> [...] os estudos clássicos de Geografia não deixam nunca de descrever o *habitat* e a vida rural e, entretanto, não dedicam, e raramente, mais do que algumas pobres linhas à alimentação. Lacuna incompreensível. Talvez porque aos geógrafos faltasse ainda um método capaz de orientá-los nesse domínio; perceberam o perigo de penetrar nos domínios dos folcloristas ou dos higienistas. (MONBEIG, 1946,p.1268).

Nesse trabalho, Monbeig mostrou algumas fragilidades do método indutivo, na qual há pouco ou nenhum interesse em estudar a questão alimentícia da população. Monbeig (1945c) ao tratar sobre o papel do geógrafo e seus objetivos no ensino secundário, menciona os princípios básicos da geografia acerca do método e objeto de estudo.

James & Jones (1959, p.615) "a identificação das similaridades entre os lugares é o método geográfico para chegar à generalização, isto é, generalização das características da área"

> Se a significação da diferença entre as áreas for procurada em termos de causa e efeito, ela envolve inevitavelmente a perspectiva do tempo, pois processos operam através do tempo. Não pode existir uma cabal explanação da geografia atual sem o emprego de métodos da geografia histórica, que trata das geografias passadas e das alterações dos fenômenos geográficos através dos tempos. (JAMES & JONES, 1959, p.617).

Diegues Júnior (1948) defende uma proposta metodológica centrada nos estudos regionais, dando ênfase às questões culturais nessas pesquisas. A pesquisa regional baseada em uma localidade (particular) é importante para entender o Brasil (geral), pois diferentes estudos regionais se complementariam:

> O sentido regional da solução dos problemas brasileiros, além de seu caráter geo-econômico – em face da diferenciação geográfica e cultural das várias áreas de nosso país – deve ser considerado, sobretudo, como um complemento indispensável ao mecanismo constitucional. (DIEGUES JÚNIOR, 1948,p.494).

A obra de Sternberg (1946) elabora de forma didática e ao mesmo tempo simplificada, quais os procedimentos que o geógrafo deve tomar para a realização de um trabalho de campo:

> Embora constitua uma simplificação, pode-se dizer que a essência do autêntico trabalho geográfico consiste em (1) observar, (2) registrar (e, implicitamente, localizar), (3) descrever e delimitar e (4) correlacionar e explicar os elementos constituintes da paisagem. (STERNBERG, 1946, p.26).

Ackerman (1947) faz uma crítica à adoção do método regional na geografia humana e defende o uso do método sistemático, durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, o autor destaca aspectos importantes e relevantes da abordagem regional e propõe um estreitamento entre os métodos, condenando o dualismo existente entre eles.

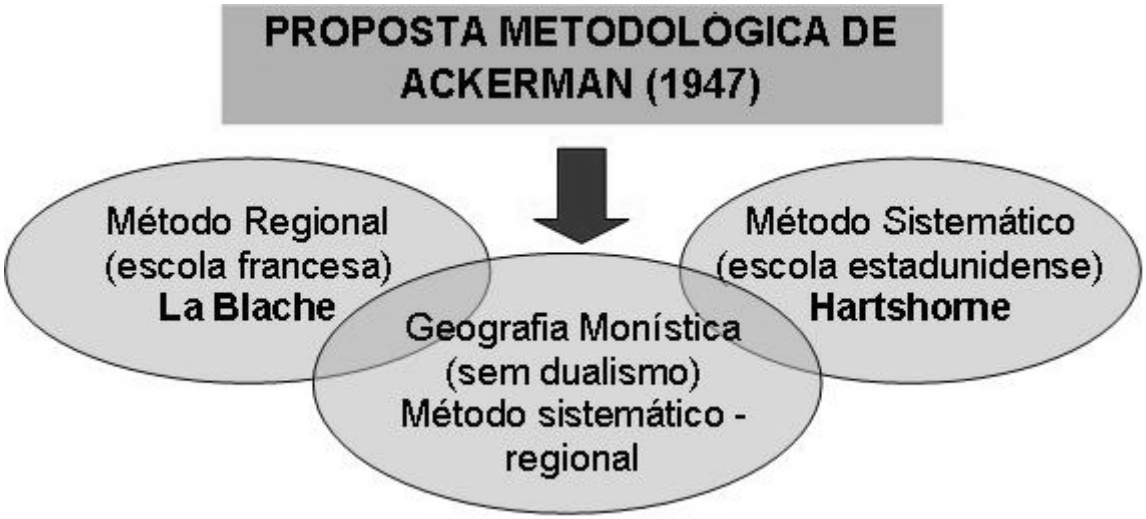
Entre os pontos relevantes do método regional Ackerman (1947) aponta para que:

> Os geógrafos regionais foram os pioneiros num ponto de vista e em métodos de organização que foram mais tarde adotados e que ainda são usados em outras ciências sociais. Além disso, os estudos regionais integrais serão sempre importantes para a ciência geográfica e, provavelmente, sempre serão um fim na sua pesquisa. (ACKERMAN, 1947, p.783).

A expansão do método sistemático é defendida por Ackerman, na qual se apóia em Richard Hartshorne[10], pois entende que o método regional, por si só, não da sustentação a uma pesquisa mais elaborada e profunda, sendo necessário adotar uma postura sistemática, a fim de compreender a complexidade geográfica.

Ackerman (1947) aponta para futuras aplicações do método sistemático, em conjunto com o método regional (Organograma 4), propondo um "possibilidade de um novo método" (Ackerman, 1947,p.785).

[10] Hartshorne, R. **The nature of geography**. Annals of Association of American Geographers, XXIX, 1939.



Organograma 4 – Proposta metodológica de Edward Ackerman (1947).
Fonte: Ackerman (1947).
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Após os apontamentos acerca dos pontos positivos e negativos dos métodos regional e sistemático, Ackerman (1947, p.788) defende a tese de que "a geografia é unidade e não dualidade", ou seja, as pesquisas geográficas têm como objetivo a descrição regional, mas essa deve descrever a totalidade dos elementos regionais de forma sistemática. Assim, Ackerman afirma:

> Não pode haver geografia sistemática que não seja também geografia regional parcial; não pode haver geografia regional que não seja baseada no estudo sistemático. A única distinção que existe entre a geografia sistemática e a regional é a que existe entre a parte e o todo. A geografia é, portanto, monística e não dualística. (ACKERMAN, 1947, p.789

Este princípio é uma concepção embrionária da abordagem sistêmica que nas próximas décadas ganhará relevância e destaque nas questões metodológicas na geografia.

3.4 - As concepções da análise regional: dualismos, conceitos e metodologia

O estudo regional é uma forma de compreender os modos de vida e os diferentes *habitat*, de acordo com as condições físicas, mantendo em permanente sintonia a relação *homem x meio*. Zarur (1946) apresenta a *análise regional* como à abordagem ideal para o estudo da geografia, entretanto, considera necessário o entendimento dos regionalismos físicos e humanos, não podendo ser estudo em separado, mas a "região como sendo uma área intrínsicamente constituída de elementos reais, dinâmicos e interdependentes" (ZARUR, 1946, p.5).

Ele salienta para a inter-relação entre os elementos físicos e humanos na geografia:

> [...] a Geografia passa a interpretar a região sob os dois pontos de vista – "físico" e "humano" – como uma entidade dinâmica sempre em mudança, cujos fatores físico-humanos se interrelacionam, alterando-se no correr do tempo. (ZARUR, 1946, p.5).

Para o autor o *regionalismo* é a filosofia e a *análise regional* é a técnica. Assim, a técnica da análise regional é primordial no sentido de uma pesquisa geográfica, levando em consideração alguns elementos:

> A primeira função da "análise regional" é de caráter local, procurando armar o planificador com os elementos positivos e negativos da região, possibilitando a sugestão de um programa prático que auxiliará a desenvolver os recursos locais e a mitigar e diminuir o efeito das forças naturais negativas. (ZARUR, 1946, p.7).

Dessa forma, o estudo regional deve abrigar uma área preferencialmente homogênea, formulando análises mais precisas e descrevendo regiões semelhantes para estudos mais amplos:

> As áreas ideais são aquelas que se apresentam homogêneas sob o ponto de vista de sua economia, e que permitem o estudo dos principais problemas relacionados com o trabalho produtivo e as condições sociais da região. (ZARUR, 1946, p.8).

Como importância dos estudos regionais, o autor destaca o desconhecimento de muitas áreas do Brasil, e estas pesquisas ajudam a suprir essa necessidade:

> Nenhum país precisa mais das "análises regionais" que o nosso Brasil, país novo com enormes áreas desconhecidas e outras já ocupadas há bastante tempo, precisando, porém de um reajustamento econômico e social. (ZARUR, 1946, p.10).

O conceito de **habitat rural** foi sem dúvida uma dos mais importantes no período denominado clássico da geografia, assim, diversos autores discutiram tal temática. O *habitat* rural foi trabalhado por Elza Keller (1959a,1959b) buscando recuperar em Max Sorre a sua definição e terminologia, adaptando aos estudos geográficos no Brasil, assim, ela define esse conceito como "Modo de ocupação do solo em vista da explotação agrícola. A explicação do modo de instalação das casas rurais sobre o espaço cultivado, constitui o objeto específico dos estudos de habitat." (KELLER, 1959a,p.138).

O estudo do *habitat* rural deve levar em consideração dois fatores fundamentais, os naturais e humanos, Keller (1959a) se embasando em Demangeon ressalta entre os elementos naturais a natureza dos solos, relevo, problema da água e as condições climáticas como fatores importantes para entender a localização e dispersão dos *habitat* rural. Em relação aos fatores humanos, a questão da necessidade de defesa, estrutura agrária, fatos econômicos, fatores sociais e tradições étnicas são os principais elementos a serem verificados. Por muito

tempo, este conceito foi muito estudado, onde o objetivo variava entre entender as formas de habitação, sua dispersão ou agrupamento, ou seja, entender os tipos de povoamento e suas dinâmicas internas.

Whittlesey (1960) trabalha a questão do conceito e método regional para a geografia, destacando a importância desses estudos, o que define seu objetivo como ciência "a geografia focaliza as semelhanças e as diferenças entre as áreas, sua correlação e suas atividades, e a ordem encontrada no espaço da superfície da terra ou próxima da mesma" (1960, p.5).

Debatendo a formação do geógrafo e os objetivos da geografia Backheuser (1946) e Silveira (1945) fazem algumas considerações. Na geografia humana Backheuser (1946, p.405) afirma que na necessidade de procurar a cientificidade da geografia "Na geografia humana assume destaque especial a ecologia humana, particularmente o estudo dos gêneros de vida".

A respeito da formação do geógrafo, João Dias da Silveira (1945) se preocupa com as questões metódicas nas pesquisas geográficas. O autor já destacava a importância da pluralidade metodológica nos trabalhos geográficos "essa diversidade de escolas em interpretações e métodos tem que existir para que se não padronize exageradamente o raciocínio e a conquista dos geógrafos" (1945,p.989).

Ao mesmo tempo que Silveira (1945) critica o uso uniforme de método na geografia, chama atenção ao uso indevido de métodos e conhecimentos de outras áreas do conhecimento:

> As fontes usadas apresentam métodos diversos, e via de regra, visam objetivos que não são geográficos. Os autores de tais fontes não sendo geógrafos em sua formação não aplicam métodos geográficos, e destarte, para a Geografia, suas conclusões atingem, apenas, aspectos dos temas. (SILVEIRA, 1945, p.690).

Dessa forma, Silveira (1945) reforça a necessidade do conhecimento metodológico pelo geógrafo, a fim de satisfazer os objetivos da ciência geográfica:

> Acreditamos que, na formação de um pesquisador, o que se deve desejar é a preparação de um especialista que possua conhecimentos do método geográfico em todo seu rigor e que seja capaz de, com segurança, atacar o que é interessante para a Geografia. Reunir os dados bons, indicar lacunas para serem preenchidas, relacionar todas as fontes com o fito de fazer sentir o conjunto de uma região, o equilíbrio e evolução de uma paisagem, é já ter avançado muito, é já estar em condições de prestar excelentes serviços à causa geográfica. (SILVEIRA, 1945, p.690).

Ary França (1950) discute a influência francesa de La Blache e a alemã de Ratzel na geografia, e propõe algumas definições e objetivos da geografia humana:

> Considerando, o homem como mergulhado no ambiente diverso e mutável que é a superfície da Terra, a Geografia Humana vem firmando o seu campo, nos dias atuais, como uma *Ecologia do Homem*, no sentido amplo de equilíbrio entre os indivíduos e sociedades com os ambientes. (FRANÇA, 1950, p.5).

O autor considera o homem um ser biológico, por isso a geografia humana tem que ser ecológica, nessa linha de pensamento, França (1950) se fundamenta em Max Sorre[11], "O método utilizado é o das ciências biológicas, consistindo na observação e experiência, o que modifica a posição indutiva tão freqüentemente assumida nos trabalhos geográficos" (1950, p.8).

Gottman (1949) debate sobre a dificuldade em criar um método de análise na geografia humana ressaltando a influência dos métodos aplicados na geografia ecológica e regional, a qual consiste em analisar os aspectos naturais e em seguida relacioná-los com os aspectos humanos. Com isso, existe uma carência nas propostas metodológicas em geografia humana:

> A matéria humana principalmente quando reveste a forma coletiva e social, é de uma fluidez extraordinária e os humanistas não dispunham de nenhum instrumento de análise, comparável aos que as ciências experimentais e matemáticas tinham descoberto para penetrar nos segredos dos fenômenos da natureza. (GOTTMAN, 1949,p.133).

Acerca da concepção determinista alemã na geografia humana, Gottman (1949) analisa tal influência nos trabalhos geográficos:

> Poucos geógrafos pensam hoje em tais termos. O método geográfico mantém-se fiel à concepção demasiado puramente ecológica, herdade de Fréderic Ratzel. A ecologia é, sem dúvida, um instrumento preciosismo, mas dificilmente admite que o agente (sujeito) possa remodelar o meio, o que é, entretanto, próprio do homem e constitui o aspecto essencial da geografia humana. (GOTTMAN, 1949, p.135).

Gottman (1949) lembra da influência francesa na geografia humana, mas critica tal utilização do método regional como principal meio de constituir uma disciplina científica:

> Introduziu Vidal de la Blache na geografia humana um primeiro sistema, formulando a definição do gênero de vida que permite um esboço de classificação. Todavia o gênero de vida apenas serve como instrumento de descrição, descrição racional, é certo, mas em que a explicação ainda se limita a envolver e amparar a descrição, sem lograr libertar-se lhe e muito menos precedê-la. O princípio do gênero de vida repousa no regionalismo; não conduz a nenhuma concepção geral. (GOTTMAN, 1949, p.134).

Ainda para Gottman (1949), essa dificuldade metodológica na geografia humana se deve a mobilidade e dinâmica social, cultural, religiosa e econômica da população o que dificulta a quantificação dos resultados. Todavia, elenca alguns fatores positivos do método

[11] SORRE, Maximilien. **Les fondements de La Géographie Humaine**. Paris: Armand Colin, 1947-1949.

regional “os únicos princípios verdadeiramente gerais de que se serve a geografia humana, ainda são as noções de povoamento e de *habitat*. Noções vagas, mas implicando rico conteúdo funcional [...] senão em relação a sua *extensão*” (GOTTMAN, 1949, p.135).

Gottman (1949) mencionando Albert Demangeon considera o êxito dos estudos sobre *habitat* rural:

> Pelo seu sistema de inquéritos sobre a estrutura agrária e pelas classificações das habitações rurais e dos tipos de exploração, que idealizou, criou Demangeon um método quase anatômico para a análise do *habitat* rural. A exploração rural é, para ele, uma célula viva cujo núcleo é a habitação. O bloco formado por um conglomerado dessas células, constitui uma região de *habitat*. (GOTTMAN, 1949, p.135).

A idéia de Albert Damengeon, em relacionar a região como uma célula viva se assemelha ao método funcionalista, ou seja, cada elemento da região tem uma função e esse deve desempenhar suas atividades para manter ativo o sistema no qual pertence. O autor, ainda faz uma crítica ao método ecológico de Ratzel:

> O método geográfico mantém-se fiel à concepção demasiado puramente ecológica, herdada a Fréderic Ratzel. A ecologia é, sem dúvida, um instrumento preciosíssimo, mas dificilmente admite que o agente (sujeito) possa remodelar o meio, o que é, entretanto, próprio do homem e constitui o aspecto essencial da geografia humana. (GOTTMAN, 1949, p.135).

O autor considera como fenômenos que devem ser estudados pela geografia humana “distribuição dos homens, dos seus modos de fixação e de seus gêneros de vida” (p.136). Finalizando a idéia do método na geografia humana para Gottman (1949):

> Na geografia humana é mister que o método de análise leve sempre em conta esse fator espiritual, investigue o fermento psicológico e lhe ausculte a força.(...) a vida psicológica encontra-se na base do dinamismo da geografia humana (e englobamos neste sentido, no “humano”, tanto o econômico como o político e social). Um método de análise, para ser científico, na nossa disciplina, tem que renunciar a um materialismo geográfico demasiado simples para os fatos e admitir que as forças espirituais podem compensar pressões cuja energia provem doutras fontes. (GOTTMAN, 1949, p.140).

James (1949) faz algumas reflexões sobre o objeto da geografia e como estudá-lo. Primeiramente, ele diz qual é o objeto de estudo geográfico em sua concepção “é o estudo do significado das diferenças de lugar para lugar na Terra” (1949,p.142). Para tal objeto geográfico, o autor propõe três tipos de estudos: *estudos exploratórios, estudos genéticos e estudos corretivos* (Organograma 5).

Organograma 5 – Tipos de estudos geográficos conforme James (1949).
Fonte: James (1949).
Organização: Flamarion Dutra Alves.

O estudo exploratório é essencialmente descritivo, na qual dois conceitos se enquadram melhor nesse tipo de pesquisa: *ocupação consecutiva* e *conceito regional*. O primeiro se refere aos tipos de ocupações ou gêneros/modos de vida que permanecem em um determinado lugar por várias gerações, o outro conceito para James (1949, p.143) "reconhece uma região como possuidora de um aspecto de unidade universal, que se sobrepõe à forte diversidade interna, sendo que muitos elementos regionais se estendem além da área pelas regiões vizinhas".

O estudo genético é baseado nas relações de causa e efeito e relações de áreas simples. O autor destaca os conceitos de coincidência, correspondência e discordância do sistema para o estudo das relações entre causa e efeito.

O estudo corretivo de forma sintética significa "quando se verifica na Terra, qualquer condição física, biológica ou cultural, considerada indesejável" (JAMES, 1949,p.144). Esse estudo procura entender as diferenças existentes nos lugares e visa criar condições mais satisfatórias para o homem.

Mas, James deixa claro em sua exposição, a necessidade da diversidade dos estudos e objetivos na geografia "devemos cuidar em não consentir que qualquer fórmula se torne em sua aplicação a tal ponto padronizada, que subordine a orientação do pensamento geográfico" (JAMES, 1949, p.145).

Elio Migliorini (1950) faz uma análise geral da produção do conhecimento em geografia agrária, buscando em diferentes autores da Itália, França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos os temas e o campo de estudo da geografia agrária.

A discussão predominante no período se firmava entre qual ramo da Geografia o estudo agrário pertencia? Geografia Econômica ou Geografia Humana, e o autor deixa claro sua posição, afirmando que a geografia agrária é

> [...] um campo de estudo deste ramo da Geografia Econômica, que tende cada vez mais a assumir caracteres diferenciados, se apresenta interessante porque a indagação geográfica da atividade agrária permite a possibilidade de avaliar, não somente as influências do ambiente fisiográfico, mas também a configuração do solo, da sua estrutura, situação, exposição, clima, como ainda a ação exercida pelo homem na escolha dos sistemas de utilização do solo, nas categorias de empreendimentos agrícolas. (MIGLIORINI, 1950, p.1072).

Entendendo a geografia agrária como um ramo da Geografia Econômica, o uso de teorias que dessem suporte aos objetivos requeridos foi se intensificando. A Teoria da localização de Von Thünen é um exemplo do referencial teórico-metodológico dessa vertente do pensamento.

Migliorini (1950, p.1073) explica a teoria "[...] von Thünen, o qual isolou um dos fatores que concorrem para determinar o custo da produção, isto é, as despesas inerentes ao transporte e representou graficamente sua importância mediante uma série de círculos concêntricos". Todavia, essa teoria não se fixa apenas nas características econômicas, podem-se estudar outros elementos e relações:

> A teoria de von Thünen, que revela a distribuição dos sistemas agrários em círculos concêntricos, resulta, portanto, de notável importância também no campo da Geografia; ela de fato, demostra: 1) que em dois lugares iguais em condições naturais, a utilização das terras pode ser diferente, excluindo o determinismo geográfico; 2) que o fator principal que determina os tipos de utilização da terra consiste na distância entre a região produtora e a região consumidora; 3) que os sistemas agrários e os tipos de agricultura têm grande importância para a Geografia Agrária, porque determinam, seja o aspecto da paisagem agrária, seja a sua estrutura econômica e social. (MIGLIORINI, 1950, p.1074).

O trabalho de Waibel (1948a) trouxe para a geografia agrária a Teoria do Estado Isolado de Von Thünen (Figuras 1 e 2), relacionando a distância dos mercados com a área da produção agropecuária. O autor destaca a importância desse tipo de método na geografia:

> O Estado Isolado de Von Thünen é o exemplo clássico de um método que determina a utilização da terra como influenciada por forças econômicas atuando como se fosse no vácuo. Thünen empregou um método abstrato e dedutivo e assim enriqueceu a literatura sobre economia com uma de suas mais expressivas obras. (WAIBEL, 1948a, p.3).

Figura 1 – Modelo espacial de Von Thünen, o Estado Isolado.
Fonte: Waibel, 1948a, p.5.

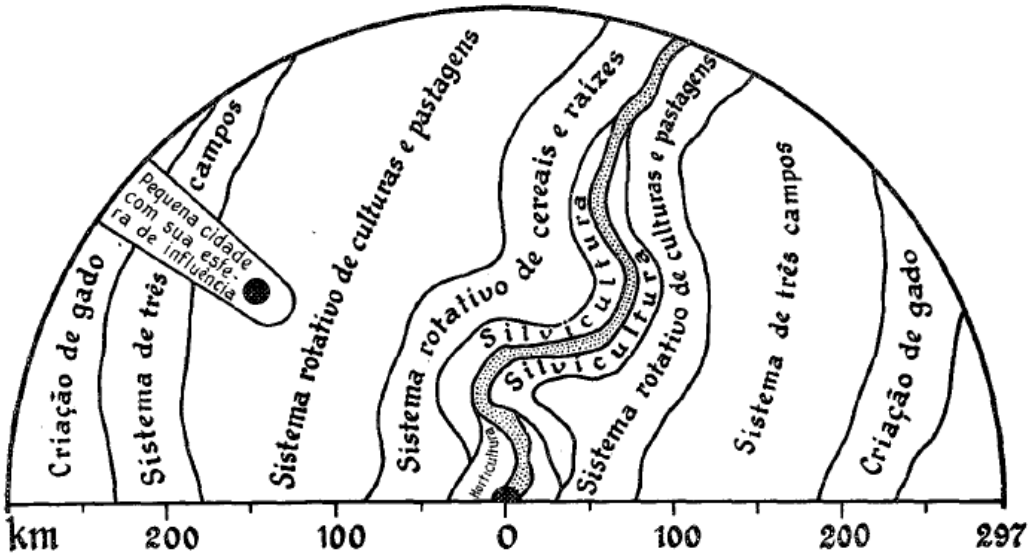


Figura 2 – Modelo espacial de do Estado Isolado, exemplificado.
Fonte: Waibel, 1948a, p.7.

Leo Waibel em suas pesquisas utilizava metodologias diferenciadas das abordagens regionais francesas, apesar de manter uma estrutura de análise que compartilhava algumas idéias. Waibel (1948b) ao trabalhar com a vegetação do Planalto Central, apontou três caminhos para a compreensão da área em estudo, a Descrição e classificação da área, Condições ecológicas e o uso da terra. (WAIBEL, 1948b).

Concordando com Leo Waibel, Migliorini (1950, p.1075) explica os objetivos da geografia agrária e como ela deve ser estudada:

> No espaço, não são isolados, mas em conexão recíproca, e maiores ou menores podem ser as modificações produzidas pelo homem, modificações essas que podem ser estudadas em sua evolução histórica, ou estudadas em suas recíprocas correlações entre o espaço modificado e o agente modificador.

A geografia agrária francesa desenvolvida por Daniel Faucher é diferenciada da geografia econômica, para ele o objetivo da geografia econômica é estudar as quantidades e a localização das culturas e produções agrícolas, ou seja, uma geografia com base estatística, com caráter quantitativo.

Dessa forma para Migliorini (1950, p.1079) define o objetivo da geografia agrária:

> A Geografia Agrária tem por fim essencial o estudo do homem dentro do envoltório vivo das plantas com as quais ele constitui o seu "*genre de vie*". Ela responde à pergunta de: Como?, mais ainda que à de: Quanto?, e tende a se tornar ciência autônoma.

A respeito do método empregado na geografia agrária, Migliorini (1950) vai até as obras de autores franceses (Demangeon, Cholley, Bloche Dion) para elucidar essa questão:

> [...] e mediante a **observação** sobre o terreno (**que é verdadeiramente sempre a base da Geografia**), auxiliada pelo estudo dos documentos históricos e pelo exame das cartas cadastrais, chegaram à determinação da existência de dois grandes tipos de paisagem rural (*grifo nosso)*. (MIGLIORINI, 1950, p.1079).

O estudo das paisagens rurais tem uma variedade de aspectos a serem analisados conforme Migliorini (1950):

> A vida inteira das sociedades rurais é influenciada pela diversidade dos sistemas; estrutura agrária, situação rural, ritmo sazonal das lavouras, comportamento recíproco dos habitantes (com tendências individualísticas ou coletivísticas) assumem diversos aspectos, Bloch, especialmente, reclama as atenções sobre a importância que adquire a morfologia dos loteamentos no desenvolvimento técnico da agricultura e no exame das condições econômico-sociais de uma região. (MIGLIORINI, 1950, p.1080).

Uma abordagem relacionada com as condições físicas do ambiente é defendida por Dino Gribaudi:

> O objetivo principal da Geografia [...] deveria ser aquele de mostrar a dependência do sistema agrário e do grau de intensidade das condições ambientais de natureza fitográfica, que contribuem de maneira tal a imprimir caracteres visíveis e duradouros na paisagem. (MIGLIORINI, 1950, p.1081).

Definindo os campos de estudo da geografia agrária, Migliorini (1950) dividiu esse ramo da ciência geográfica em *Geografia Agrária Geral e Geografia Agrária Regional*. Na *Geografia Agrária Geral* existem cinco objetos de estudos básicos no entendimento de Migliorini (1950):

> 1 – exame dos fatores naturais fundamentais para a agricultura. Se é necessário o conhecimento das condições geológicas e físicas de um país para que se obtenha uma visão exata da paisagem geográfica, torna-se indispensável tal conhecimento quando tratamos da paisagem agrária. (p.1082).
> 2 – Em segundo lugar, é levado na devida consideração o fator humano [...] a distribuição dos habitantes, a densidade da população, as formas de ocupação (aglomeradas ou esparsas), o tipo das moradias e dos centros habitados, a porcentagem da população ocupada em atividades agrícolas sobre a população total, a índole dos habitantes, o senso econômico, seu modo de alimentação, as relações com a propriedade e com os sistemas hereditários, em uma palavra tudo o que vem compreendido no termo "genre de vie". (p.1083).
> 3 – Em terceiro lugar, é levada em consideração a técnica e a organização agrícola. [...] O homem transforma em seu proveito o espaço natural em espaço agrário [...] A intensidade das modificações varia de zona para zona, e pode originar o aparecimento de culturas extensivas, culturas em anos alternados ou, ainda, culturas intensivas. (p. 1084).
> 4 – Avaliação da produção [...] o conhecimento da distribuição geográfica de cada produto pertence às ciências da produção econômica ou à merceologia, e pode ser dito como conhecimento geográfico dos produtos. (p.1086).
> 5 – Outro campo da Geografia Agrária geral é o exame do consumo, em relação com a venda de produtos. Também esta, é uma parte que tem uma base prevalentemente estatística, sendo seu objetivo as correlações entre produção de cada gênero agrícola, consumo interno e exportação. (p. 1087).

O outro ramo da Geografia agrária para Migliorini (1950) é definido como *Regional*, e para o autor esse estudo é tem como objetivo conhecer as distintas particularidades dos espaços agrários do planeta. Nesse estudo regional, a utilização da cartografia é essencial para a caracterização das diferentes regiões. Assim, Migliorini define a finalidade da geografia agrária regional:

> O objetivo da Geografia não é mais aquele de proceder a uma coleta dos fatos, separadamente, mas sim, o de mostrar as respectivas relações no espaço, de maneira a possibilitar, com método e espírito geográfico, uma visão de conjunto sintético. (p.1088).

Esse estudo conjunto do espaço agrário é realizado com dados recolhidos nos trabalhos de campo, com a averiguação histórica da região somada aos dados estatísticos existentes. Dessa forma, Migliorini toma cuidado em relação a uma simples descrição da paisagem observável nos trabalhos em geografia agrária, entendendo que apenas esse método não é suficiente para representar a paisagem agrária devendo:

> [...] estudar as correlações – Cholley fala em *combinaisons* - que aparecem pela convergência dos elementos físicos, biológicos e humanos. Tais correlações são consideradas no tempo e no espaço, estudando-se a sua estrutura de tempos em tempos, de um modo analítico, seja com método histórico, seja com método das ciências naturais. (MIGLIORINI, 1950, p.1091).

Dessa forma, as idéias de Migliorini (1950) são expostas no Quadro 2 para melhor visualização da geografia agrária na década de 1950.

Característica	Método	Técnicas
Examinar os aspectos e condições físicas	Método Indutivo-Empírico	Trabalho de campo *in loco*, observação da área
Análise dos fatores humanos e dos diferentes gêneros de vida	Método histórico; regional	Documentos, relatos de pessoas (qualitativo)
Consideração das técnicas e organizações agrícolas	Método histórico	Relatos de pessoas
Avaliação e conhecimento da produção agrícola	Método estatístico	Trabalho de campo *in loco,* dados censitários e estatístico (quantitativo)
Exame do consumo e distribuição da produção agrícola	Método estatístico	Dados censitários e estatísticos (quantitativo)

Quadro 2 – Características, métodos e técnicas da Geografia Agrária Geral, (Migliorini, 1950).
Fonte: Migliorini (1950).
Organização e adaptação: Flamarion Dutra Alves.

3.5 - Metodologias diferenciadas na geografia agrária positivista clássica

Alguns trabalhos trataram da questão metodológica que se diferenciou dos estudos regionais baseados no positivismo clássica, da indução e do empirismo. Foi o caso de Laurence Stamp (1956) apresentado no Brasil em 1956, que representou um avanço na questão metodológica quanto às análises de ocupação e utilização do solo. Representando a União Geográfica Internacional (UGI) o autor explica os motivos para a mudança nas pesquisas em geografia agrária, enfatizando a necessidade de um conhecimento mais aprofundado das questões históricas e fisiográficas, o que uma bela descrição não contemplaria:

> [...] precisamos ir muito além do simples delineamento do emprego da terra: torna-se necessário registrar a distribuição e a produção das colheitas, paralelamente aos fatos referentes à distribuição humana em todos os seus aspectos. [...] se precisa raciocinar no tempo e no espaço e reconhecer os fatores históricos e econômicos [...] Meu apelo é para uma verdadeira cooperação internacional num estudo intensivo, baseado em fatos, dos muitos problemas que suscitam as palavras "utilização da terra". (STAMP, 1956, p.494).

A necessidade da criação de um método padrão que avalie as condições de uso e utilização da terra nas diferentes regiões do mundo foi o motivo gerador da UGI para os estudos de geografia agrícola.

Com base na sociologia, Kolb (1953) traz para a ciência geográfica os métodos utilizados na sociologia rural que podem ser interdependentes para os estudos agrários. Dando

ênfase para as questões culturais e antropológicas, o autor lembra de alguns elementos em comum nessas duas Ciências "existem dois conceitos fundamentais para a ciência social, nessa espécie de método de estudo, chamados; tempo e lugar" (KOLB, 1953, p.632). Além destes métodos, o autor salienta outras técnicas que reforçam outros métodos, como a estatística e a experimentação, bem como estudos da relação rural-urbano, que já na década de 1950 já existia o debate sobre esses conceitos:

> Outro campo de interesse recente e em relação de grupo é o da ação simultânea rural e urbana. Crescentes facilidades de transporte e comunicação possibilitaram novos padrões de associação, de forma que os conceitos mais antigos de rural e urbano, ou campo e cidade, perderam grande parte de seu sentido e conceito. (KOLB, 1953, p.633).

Portanto, o padrão metodológico entre 1939-1960 se concentrou e uma geografia idiográfica, de caráter regional procurando descrever através de observações as paisagens, analisando-a e fazendo comparações e correlações com outras regiões.

3.6 - Considerações do capítulo

A metodologia da geografia humana e agrária apresentou características semelhantes quanto aos seus objetivos e conceitos, muitos esquemas metodológicos salientaram a abordagem regional no período selecionado, enfocando a paisagem como a categoria de análise geográfica, e a região como o conceito desse *lócus*, além de outros conceitos bastante utilizados como *habitat* rural, gênero de vida, modos de vida e fato geográfico.

O período de 1939 a 1960 pode ser considerado com uma metodologia padrão, sendo o positivismo clássico o predominante nos discursos dos autores que trataram das questões metodológicas. As características dessa metodologia são essas entre outras, método indutivo, trabalhos empíricos, abordagem idiográfica, estudos regionais, técnicas descritivas e de observação, métodos auxiliares como a comparação, histórico e estatística, além de apresentar pouca variação quanto as teorias usadas, devido sua base descritiva.

4. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1939 - 1950

Neste capítulo será analisada a metodologia em geografia agrária entre 1939 a 1950 nos periódicos científicos em geografia. Este período esta compreendido na conhecida Escola Clássica ou Tradicional da geografia, pois tratam os estudos geográficos como sínteses da observação da paisagem, ou seja, os resultados obtidos dos trabalhos são eminentemente descritivos, fruto das excelentes observações e detalhamentos dos geógrafos, que asseguraram a técnica da observação como a principal ferramenta desta Ciência.

Metodologicamente, este período apresenta um padrão conceitual e técnico nas pesquisas em geografia agrária. O predomínio dos estudos regionais, caracterizados pelo método indutivo sob enfoque empírico deu a tônica entre 1939 e 1960 nos periódicos analisados. A categoria geográfica de análise se centra na **paisagem**, sendo considerada o objeto de estudo na geografia, esta paisagem é constituída por dois elementos essenciais, natural e cultural. Dessa forma, os trabalhos primavam em detalhar e descrever estes dois elementos fazendo caracterizações físicas e biológicas das regiões, por conseguinte, caracterizar os elementos humanos.

Os conceitos enfatizados na geografia agrária clássica estavam relacionados com as organizações rurais, como o *habitat*, gêneros e modos de vida, tipos de povoamento e sistema agrícola. As influências teóricas e metodológicas francesas e alemãs embasaram as pesquisas no Brasil, por isso, do predomínio dos estudos regionais originários de Paul Vidal de La Blache que se difundiram com Pierre Monbeig ou os estudos das paisagens agrárias (econômicas e culturais) de Leo Waibel, que foi o grande mestre de Orlando Valverde.

Analisaremos os artigos e comentários acerca da geografia agrária identificando o padrão metodológico utilizado, abordagem, com suas técnicas, conceitos, teorias e temas abordados, compreendendo o pensamento geográfico da época.

4.1 - Os estudos clássicos da geografia agrária: 1939 - 1940

Como este estudo será divido em décadas analisando a produção bibliográfica da geografia agrária nos periódicos brasileiros, começar-se-á com a década de 1930, existindo apenas a circulação da Revista Brasileira de Geografia, lançada em 1939.

4.1.1 - Década de trinta: 1939 e 1940

O primeiro trabalho publicado sobre geografia agrária na Revista Brasileira de Geografia é de autoria de Preston James (1939), o qual abordou a questão da colonização no sul brasileiro. O autor destaca que a população rural no Brasil, de forma geral é muito atrasada em relação ao tempo de ocupação, concentrando-se nas áreas ao sul do Brasil e no Estado de São Paulo, apesar das ótimas condições geográficas, em outras regiões para a produção agropecuária:

> O Brasil possui também grandes áreas de boa terra para cultura, apropriada à colonização agrícola permanente. Nenhuma nação de extensão comparável à sua, perde tão pequena porção de seu território devido a elevações íngremes, excesso ou deficiência de umidade. (JAMES, 1939, p.74).

Com relação à imigração e colonização realizada no sul do Brasil, James (1939) utiliza o método da comparação para analisar esta imigração, com a realizada nos Estados Unidos:

> Várias nacionalidades estão representadas nessas colônias. Italianos, polacos e japoneses são os que mais facilmente se encontram. Elas nos lembram colônias semelhantes de estrangeiros nos Estados Unidos que, ficando isoladas, permaneceram distintamente diferenciadas do resto do país e formam agora pequenas ilhas de feitio especial. (JAMES, 1939, p.77).

O trabalho de Américo Oliveira (1940) trata da produção agrícola e do transporte da produção da castanha na Amazônia, mais especificamente do Alto Tocantins. Com uma abordagem descritiva de uma viagem realizada na floresta amazônica e no curso do rio Tocantins, o autor aborda com riqueza de detalhes o modo de vida das populações dessa região. Analisando os aspectos físicos, as condições climáticas dessa região são favoráveis a

essa cultura, conforme Oliveira (1940, p.5) "A castanha é hoje o sustentáculo da máquina administrativa do Pará. Em torno dela giram as leis e os regulamentos". Dessa forma, o autor entende que essa região tem grande potencial para futuros projetos de colonização e ocupação:

> [...] a existência da castanha poderia servir de base a uma colonização intensa. O cultivo da terra e o prepara das primeiras *invernadas* nas clareiras que se abriram na mata, seriam custeados pela colheita da preciosa castanha que a natureza fornece gratuitamente. A castanha arma o colono de recursos com que enfrentar todos os insucessos que o possam atingir nos primeiros anos. (OLIVEIRA, 1940, p.5-6).

A respeito da cultura da cana-de-açúcar e a organização da sociedade brasileira, Carli (1940) confirma a civilização desigual que se criou no Brasil. O açúcar foi o meio para o enriquecimento e o aumento das desigualdades sociais e econômicas:

> O açúcar era a riqueza do século do descobrimento e continuou sendo a maior cobiça dos dois séculos subseqüentes. De forma que sendo ambicionado o Brasil como colônia de produção de açúcar, o homem que vivia na cana e da cana de açúcar formou-se num ambiente de resistência. E num meio que ele plasmava a seu modo, em que a autoridade emanava do poder que lhe conferia a posse de um domínio de extensões desmedidas, em que o açúcar era a base da economia colonial, forçosamente, onde a cana de açúcar predominasse, ai criaria uma civilização. (CARLI, 1940, p.349).

De forma geral, a civilização do açúcar no Brasil foi formada pelo latifúndio, o trabalho escravo (até fim do século XIX) e a monocultura. Desenhando o padrão concentrador agrário e das relações sociais desiguais de trabalho, com o senhor de engenho como principal ator dessas relações desiguais.

Os trabalhos em geografia agrária na década de 1930 (Tabela 1) representam a produção da Revista Brasileira de Geografia, lançada em 1939, apresentam um caráter descritivo, adotando uma abordagem histórica em alguns trabalhos, mas o conjunto dos artigos publicados condizem ao método indutivo.

Tabela 1 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1939 e 1940.

Ano \ Periódico	**RBG**	**BG**	**BPG**	**TOTAL**
1939	1	-	-	**1**
1940	2	-	-	**2**
TOTAL	3	-	-	**3**

Fonte: Revista Brasileira de Geografia

A produção da década de 1930 apresenta apenas três artigos sobre geografia agrária, nos quais a característica básica é a descrição dos fatos encontrados, com algumas

comparações para reforçar a análise dos resultados, além de constatar a presença da abordagem histórica e comparativa nos trabalhos.

4.2 - Década de quarenta - 1941 e 1950: Predomínio da descrição das paisagens e estudos regionais

Muitos estudos geográficos da década de 1940 basearam-se nas viagens e trabalhos de campo realizados por geógrafos estrangeiros, principalmente da França, Estados Unidos e Alemanha trazidos pelo Conselho Nacional de Geografia (que depois se tornou IBGE) com a finalidade de desvendar e conhecer o território brasileiro. Entre muitos geógrafos estrangeiros que auxiliaram na missão de caracterizar e diferenciar as regiões brasileiras, pode-se citar Pierre Deffontaines, De Martonne, Pierre Monbeig, Francis Ruellan, Leo Waibel, Preston James entre outros. Dessa forma, verificaremos a produção científica destes estudos a fim de compilar o material obtido, servindo como referência para as análises sobre a história do pensamento geográfico brasileiro.

No artigo intitulado "Nota preliminar sobre as regiões pastoris do Brasil" de Otávio Domingues, o autor classifica o Brasil em sete regiões pastoris de acordo com "a fisiografia, os recursos forrageiros, o gado criado e os estados de desenvolvimento da pecuária" (1943, p.9). Baseado numa caracterização pormenorizada através da observação levando em consideração os aspectos naturais, fisiográficos e alguns aspectos populacionais, Domingues (1943, p.16) diz:

> Considero-a apenas como uma simples tentativa de divisão de regiões pastoris do Brasil, tendo por base elementos de natureza geral, e que poderá servir, pelo menos, como contribuição ou ponto de partida para um estudo mais pormenorizado e desenvolvido do assunto. (DOMINGUES, 1943, p.16).

Em uma resenha do Boletim Geográfico há uma descrição da paisagem levando em consideração os fatores naturais, com o título "Campos do Sul" de Lindalvo Bezerra dos Santos, o autor menciona as características dos campos sulinos e relaciona com as formas de ocupações populacionais:

> Considerando-se que na natureza é sempre efetivo, embora também muitas vezes útil o grau de correlação entre os fatos, temos que a região campestre, situada numa grande região natural como é o Brasil Sul, tem atualmente uma função econômica assaz importante. (SANTOS, 1943, p.36).

Para Santos (1943, p. 36) "a região campestre do Brasil Sul, muito embora apresente um tipo de povoamento algo disperso, ainda é o centro de gravidade demográfica,

principalmente nos Estados do Paraná e Santa Catarina". Estes estudos que relacionam a paisagem natural com a ocupação populacional são bastante visíveis nesse período da geografia clássica, a fixação das populações estaria relacionada com os recursos naturais disponíveis em cada região. A relação de dependência ou influência direta da paisagem natural poderia indicar uma determinação dos elementos físicos sobre o homem, neste caso o determinismo geográfico, ou a ausência desses fatores indicaria a possibilidade do homem dominar ou sobrepujar os elementos naturais da região, neste caso o possibilismo geográfico.

Outro artigo que retrata a fase descritiva da geografia agrária brasileira é encontrado em Monbeig (1944b), no qual o autor revela a evolução da paisagem rural no estado de São Paulo, considerando os aspectos físicos como moldadores da paisagem, mas também destaca a importância da imigração européia para a modificação da paisagem do interior paulista:

> Mas seria um erro querer a todo custo encontrar nos fenômenos atmosféricos a única explicação da paisagem rural atual. Apesar das frentes de povoamento paulista estarem em pleno desenvolvimento, apesar do observador notar muitas marcas de juventude, não se pode esquecer que este país jovem é explorado e, em parte, explorado há mais de quatro séculos. (MONBEIG, 1944b, p. 428).

Como característica marcante dessa fase na geografia rural são as definições dos gêneros de vida e dos *habitat* rurais, neste artigo Monbeig (1944b) mostra o modo de vida das populações no interior paulista:

> [...] para descrever os caipiras de São José dos Campos que só sabiam cultivar o solo pela enxada e pelo fogo, para produzir o pouco de milho, de arroz e de feijão necessário à sua subsistência. As reações psicológicas de nosso viajante tem o grande interesse de precisar os dois gêneros de vida tão fortemente opostos, um pelo seu nomadismo e pela pobreza de sua técnica agrícola, a outra, ao contrário, por sua vida sedentária e seu caráter semi-industrial. (MONBEIG, 1944b, p.429).

Assim, Monbeig (1944b, p.430) a respeito do campo paulista afirma que "as paisagens rurais atuais não revelam somente a revolução lenta e pacífica da agricultura e da sociedade rural; elas testemunham também uma melhor utilização dos solos", ou seja, a paisagem rural paulista não apresenta apenas a agricultura como base das atividades, mas sim, uma transformação diferenciada do sul brasileiro com atividades semi-industriais.

Outro estudo regional, está no artigo de Valverde (1944), no qual ele pesquisou a região do Rio São Francisco, partindo das regiões geográficas (naturais) até os aspectos humanos. O autor estudou o vale do São Francisco em três regiões – baixo, médio e alto – utilizando uma abordagem de causa e efeito, entre os elementos humanos e físicos:

> [...] os diferentes trechos do curso fluvial, acarretam diferentes conseqüências, sobretudo no campo antropogeográfico. Mas não é só; inversamente, o curso do rio sofre as conseqüências das diferenças geológicas, orográficas. Há, assim, entre as

> regiões geográficas do vale e os trechos correspondentes do rio, relações mútuas de causa e efeito. (VALVERDE, 1944, p.51).

Preston James, geógrafo oriundo dos Estados Unidos, da Universidade de Michigan, publicou em 1946 um livro intitulado *Brazil*[12], na qual ele faz uma sinopse das condições econômicas do período na qual viajou pelo Brasil, de 1930 a 1938. Uma parte desse livro foi publicada por ele em 1945, no Boletim Geográfico na qual ele faz um trabalho de campo no sudeste brasileiro, no ano de 1930, com intuito de conhecer o território brasileiro, analisar os diferentes gêneros de vida, culturas agrícolas e aspectos físicos, ou seja, verificar as bases físicas e relacionar com a ocupação humana. Neste artigo, James (1945) analisa a importância das lavouras de café no sudeste brasileiro, e estabelece algumas considerações após as observações feitas no trabalho de campo:

> Em geral, pode-se dizer, então, que dentro dos largos limites, estabelecidos pelo clima, os padrões da distribuição do café, em áreas onde a colonização tem principal e predominantemente por objetivo a produção do café, estão ligados mais estreitamente às linhas de comunicação durante os períodos de expansão; mas durante os períodos de intensificação, os padrões que estão relacionados com as qualidades de solo e relevo começam gradualmente a se cristalizar. (JAMES, 1945, p.716).

No trabalho de Pierre Deffontaines (1945) acerca das regiões e paisagens do estado de São Paulo, ficou evidente a preocupação do geógrafo em desvendar o território nacional, ainda pouco conhecido:

> O viajante que percorre pela primeira vez o Estado de São Paulo impressiona-se com uma certa monotonia: falta de relevo muito saliente e que forme compartimento; grandes rios que correm para oeste seguindo um curso grosseiramente paralelo e com regimes hidrográficos que parecem idênticos; um clima sem variações locais sensíveis; uma vegetação que difere unicamente pelo seu grau de degradação; do ponto de vista humano, o mesmo povoamento disperso, o mesmo regime da fazenda, o mesmo tipo de aglomerações incrivelmente uniformes. (DEFFONTAINES, 1945, p.1837).

A demonstração do método indutivo nos escritos corrobora com a tendência da época, dos trabalhos de campos baseados na observação para a compreensão da realidade regional. Em outro estudo, Deffontaines (1947a) caracteriza a geografia econômica do Brasil enfatizando a agricultura, como ele mesmo afirma "O Brasil, país essencialmente agrícola" (1947a, p.1571). Neste estudo, ele percorre os principais ciclos econômicos ocorridos no Brasil e descreve as culturas agrícolas predominantes indicando a localidade e as condições na qual é realizada. Outra preocupação de Deffontaines (1947a) é com relação à fixação do homem no campo e a grande propriedade monocultora:

[12] JAMES, P. **Brazil**. Nova Iorque: The Odyssey Press, 1946.

> A monocultura causou sérios dissabores, crises periódicas e até mesmo crônicas de superprodução. Evolui-se para uma agricultura mais variada, mais bem distribuída. As grandes propriedades decrescem e muitos latifúndios estão a caminho de retalhamento em lotes [...] a fixação do homem ao solo é ainda uma esperança. (DEFFONTAINES, 1947a, p.1576).

Deffontaines (1947b) tem o cuidado de diferenciar os *habitat* no estado de São Paulo, no que tange as habitações rurais. Primeiramente, ele descreve os *habitat* nas fazendas de café, na qual existe a casa grande onde vive o dono da fazenda, e uma casa menor na qual vivem os empregados dessa fazenda. Por fim, ele descreve as habitações do litoral, sobretudo ocupadas por pescadores. Esses estudos do *habitat* são de grande importância para a geografia agrária, porque através da classificação do conjunto de elementos que formam o *habitat*, como tipo de moradia, agricultura praticada e infra-estrutura são possíveis identificar os *habitat* rurais nas diferentes regiões brasileiras.

Monbeig (1945a) numa análise da produção de cacau no espaço rural do sul da Bahia faz uma caracterização do meio natural com o gênero de vida presente. O autor deixa claro seu método empregado nessa pesquisa:

> No estado atual de nossos conhecimentos, o trabalho do geógrafo baseia-se essencialmente no estudo regional: só o desenvolvimento de semelhantes estudos permitiu que abrandassem os velhos princípios do determinismo ratzeliano. (MONBEIG, 1945a, p.1878).

Monbeig (1945a) diz que para desenvolver um estudo regional, não se deve fundamentar em apenas um aspecto, seja ele humano ou natural. Deve-se ter um cuidado em não salientar uma característica, mas sim uma entendimento de ambos:

> Como o geógrafo parte de condições naturais, procura traçar um mapa de regiões naturais que não são precisamente unidades econômicas; e esse mapa não coincide com o dos gêneros de vida. Este exemplo é suficiente para mostrar a delicadeza com que todo geógrafo deve começar a delimitação da base territorial sobre a qual assentará o seu estudo, esforçando-se por não se restringir exclusivamente aos contornos geológicos, nem adotar uma zona econômica, nem ainda limitar-se a um agrupamento social. (MONBEIG, 1945a, p.1878).

Em outro estudo regional, Monbeig (1945b) viaja pelo norte paranaense relatando as características fisiográficas e humanas dessa região. Descreve a frente pioneira que ocupou o território, no sentido de conhecer as diferentes regiões do Brasil.

Demangeon (1946) aborda o desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, destacando a importância do café e do algodão para a economia, "uma coisa há que não muda e nem pode mudar na vida econômica de São Paulo: o índice preponderante da cultura do café [...] o algodão representa uma matéria preciosa, de alto valor. Pode aclimatar-se

indiferentemente por quase toda a região" (1946, p.701). Neste trabalho, Demangeon faz as correlações das culturas agrícolas e pastoril com os aspectos físicos. Fato predominante nesse período, na qual o método indutivo calcado no trabalho de campo valorizava os aspectos observáveis, seguindo a mesma linha metodológica James (1947) faz um estudo regional, na qual investiga os diferentes gêneros de vida do sul brasileiro. O autor faz uma caracterização física dos estados meridionais, e também se volta para o processo de ocupação e colonização dessas áreas, afirmando que tais condições foram propícias para o desenvolvimento da região.

Barreto (1946) faz algumas considerações sobre o aumento do êxodo rural pela população brasileira, destacando as causas desse processo migratório:

> O regime econômico-social que ainda conservamos – homem-coisa – sem laços que o prendam ao solo, sem terra, desamparado, sem educação rural, sem os contatos recíprocos com os meios urbanos, sem interesse pela comunidade rural, representa um dos mais poderosos fatores do êxodo para as cidades, o que entre nós começa a se tornar impressionante. (BARRETO, 1946, p.1129).

O autor lembra também de outras causas do êxodo rural "[...] a ausência de assistência educacional, técnica e financeira em que se encontram as populações rurais e sertanejas" (BARRETO, 1946, p.1131).

James (1947) faz um estudo regional, na qual investiga os diferentes gêneros de vida do sul brasileiro. O autor faz uma caracterização física dos estados meridionais, e também se volta para o processo de ocupação e colonização dessas áreas, afirmando que tais condições foram propícias para o desenvolvimento da região.

Os estudos regionais para conhecer novas áreas a partir da colonização formaram boa parte dos trabalhos de Waibel. O Sul de Goiás foi a área de estudo em sua pesquisa publicada em 1947, nesta região, Waibel (1947b) mostrou como as colônias agrícolas viviam e produziam, além de caracterizar o tamanho das propriedades e as origens da população residente.

Deffontaines (1947c,1947d) estudos os diferentes gêneros de vida que ocupam as montanhas, abordando o cultivo agrícola e a atividade pastoril. Estes trabalhos representam claramente o objetivo da geografia clássica, conhecer os diferentes modos de vida no globo, em especial as populações rurais:

> Os gêneros de vida agrícola asseguraram, portanto, a ocupação pelo homem de muitos maciços, apresentando tantas variedades quanto os gêneros de vida pastoril, de que definimos as diferentes soluções montanhesas. (DEFFONTAINES, 1947c, p.358).

Diegues Júnior (1947) sobre a produção açucareira no Brasil, faz uma retrospectiva utilizando o método histórico, dos principais momentos políticos e econômicos que influenciaram a economia açucareira. O autor retrata as principais regiões produtoras de cana-de-açúcar e mostra o panorama da estrutura fundiária desse cultivo, ou seja, o latifúndio exportador:

> Volta-se como que à primeira época da economia açucareira, a das vastas sesmarias, dos latifúndios que são mundos. À subdivisão da propriedade que se verifica no decorrer dos séculos, ora por sucessão dividindo-se entre vários herdeiros, ora para pagamento de dívidas, ora para criação de novos engenhos, substitui agora a concentração realizada pela usina. (DIEGUES JÚNIOR, 1947, p.401).

Outro estudo que auxiliou no conhecimento do território brasileiro é de Américo Oliveira (1947), neste trabalho o autor dividiu as regiões agropecuárias no Brasil, em Florestas Equatoriais, Pastagens Tropicais, Vale do São Francisco, Indústria Pastoril, Lavouras Tropicais e a Região Subtemperada e fez as análises dos *habitat* rurais e da estrutura fundiária vigente. Com relação a região das lavouras tropicais, ele destaca a importância dada a monocultura pela grande propriedade:

> A grande propriedade impôs-se por motivos de ordem econômica. A tendência à monocultura compreende-se, em vista do atrativo exercido pela desproporção entre o lucro da "lavoura tropical" e o das plantações de subsistência, tornando preferível comprar a peso de ouro os produtos destas últimas a derivar esforços e "cabedais" em sua produção. (OLIVEIRA, 1947, p.809).

A única região que foge da maioria do Brasil tropical é a subtemperada, na qual ele destaca o fator da pequena propriedade como diferencial da estrutura da sociedade. Assim, foi "nessas regiões temperadas que se ensaiou no Brasil o *Farm system* em grande escala" (OLIVEIRA, 1947, p.812).

Smith (1947a) faz uma análise da ocupação do território brasileiro, e faz algumas constatações sobre a sociedade rural após comparar os padrões de vida dos grandes proprietários e os sem terras. Essa análise mostra a concentração fundiária e os privilégios da classe dominante, além de verificar uma menor concentração de terras na região sul, devido à colonização. Sobre esse assunto, Smith, mostra-se surpreso com essa atitude:

> Valeria a pena tentar uma explicação para o fato de o Brasil, colônia de Portugal, que foi francamente um país de pequenos agricultores, jamais ter conhecido a quinta familial nos primeiros três ou quatro cem anos da sua história, acabando por recebê-la das mãos de outros europeus que não os portugueses. (SMITH, 1947a, p.885).

A concentração de terras no Brasil iniciada com as capitanias hereditárias e, em seguida pelas doações das sesmarias é considerada por Smith (1947a, p.891) uma "coisa

terrível que arruinou e despovoou o Brasil". Outro problema dessa organização agrária são os problemas sociais para as populações rurais:

> Nas terras dos grandes proprietários, não gozam de quaisquer direitos, pois não tem opinião livre; o grande proprietário é para eles a polícia, o tribunal, a administração, numa palavra, tudo; e, afora o direito e a possibilidade de deixá-los, a condição desses seres infelizes não difere em nada da dos servos medievais. (SMITH, 1947a, p.892).

O autor ainda faz algumas considerações sobre os efeitos da concentração da propriedade rural, principalmente a respeito das áreas açucareiras no nordeste brasileiro. Com a concentração de terras há a presença aristocrática das famílias dos engenhos e dos poderes sobre as populações locais.

A idéia de apenas descrever os fatos e as paisagens rurais não está presente nesses trabalhos de Smith (1947a,1947b), e sim, um fundo crítico e conflitante da situação brasileira, pois faz uma comparação dos escravos nos Estados Unidos e o Brasil, e diz que "deve ser salientado que no Brasil a grande propriedade e a escravidão que veio com ela não atiraram as secções da nação umas contra as outras na medida em que isto ocorreu nos Estados Unidos" (1947b, p.1002), ou seja, o conflito que deveria se instaurar no Brasil para diminuir a concentração de terras não ocorreu, e a centralização agrária permaneceu.

Smith (1947c) tratou da evolução dos diferentes sistemas agrícolas, na qual o sistema agrícola está diretamente relacionado com o nível de vida das populações rurais. O autor menciona três elementos que garantem um bom nível de vida para os agricultores:

> 1) a quantidade e qualidade das reservas naturais disponíveis para explotação pelo homem; 2) o trabalho produzido por operário e 3) o modo de distribuição dos resultados dos esforços de cada homem entre os que cooperam no processo de produção. (SMITH, 1947c, p.159).

Com base nisto, Smith (1947c) propõe que o sistema que dá maiores rendimentos para a satisfação do nível de vida são as fazendas familiares, ou o que hoje chamamos de "agricultura familiar":

> [...] obtém-se o máximo rendimento *per capita* no sistema de fazendas familiares, em que o lavrador possui terra suficiente para ocupar a si e aos membros de sua família, enquanto aumenta consideravelmente a força do seu braço pelo uso adequado de implementos agrícolas, equipamento e energia, aliado a uma compreensão dos processos de agricultura. Nesse sistema de fazendas familiares [...] o valor de cada ser humano é muito maior: o homem se "valoriza". Em uma sociedade organizada em tais moldes, o nível de vida poderá vir a ser muito alto. (SMITH, 1947c, p.161).

Com relação à estrutura fundiária e as leis agrárias, Carvalho (1948) ressaltou a importância dos estudos geográficos para determinações de leis agrárias, ou seja, o conhecimento das diferenças regionais para posteriormente elaborar as leis:

> Essa preocupação emerge logo das primeiras proposições e acompanha toda estrutura normativa, que se extremou no cuidado de consciência consulta ao quadro físico do território do país e ao da sua ocupação, à sua paisagem natural e à paisagem humana superposta, de maneira a bem conhecer senão as intimidades, pelo menos as grandes relações gerais de sua interdependência. (CARVALHO, 1948, p.537).

Carvalho (1948) destacou as peculiaridades geográficas regionais e em seguida comentou a situação das pequenas e grandes propriedades rurais:

> Não era possível, sem violentar dados da geografia física e humana, que o anteprojeto de lei agrária estabelecesse gabaritos rígidos para o tamanho das propriedades rurais, já que estas podem constituir-se ora de terras de "matas" ora de "campos", ora de umas e outras, em proporção variável, sem falar nas gradações que cada uma delas admite na sua qualidade e em outros fatores naturais condicionantes, como a água, o relevo e o alagamento. (CARVALHO, 1948, p. 543).

Procurando entender a dinâmica econômica e social da cultura da cana-de-açúcar no Brasil, Carli (1948) organiza seu raciocínio partindo da localização das áreas produtoras de cana, verificando a forte presença no nordeste brasileiro. Em seguida, faz uma caracterização da área na qual é desenvolvida a atividade açucareira, o latifúndio monocultor.

Com uma abordagem histórica, Carli (1948) entende que as Capitanias Hereditárias e as doações de sesmarias foram os principais momentos da estrutura agrária brasileira, e a monocultura da cana-de-açúcar baseada no latifúndio barra o desenvolvimento econômico e industrial brasileiro:

> Se a indústria açucareira no Brasil, por uma fatalidade econômica tem sua base na grande propriedade e se se quer remediar sem aniquilar, coíba-se que essa grande propriedade cada vez mais se elasteça e, em vez de combater o latifúndio açucareiro, o Estado deverá combater a monocultura canavieira. Ela é um mal de proporções maiores que o do latifúndio, se bem que só exista com a existência da grande propriedade. (CARLI, 1948, p.15).

Outro problema encontrado por Carli (1948) são as relações de trabalho na lavoura canavieira, do trabalho escravo ao trabalho assalariado. O autor destaca que até 1888 era o negro que era o responsável pela produção de açúcar no Brasil. Com o fim da escravidão, surge o trabalhador livre, no entanto, poucos fazendeiros conseguiram se adaptar ao sistema de pagamento ao trabalhador livre, ou seja, o trabalho assalariado.

Lourival Câmara (1948) estudou os imigrantes alemães em Santa Catarina, assinalando a estrutura fundiária vigente e as atividades econômicas desenvolvidas pelos imigrantes:

> O alemão inicia sua atividade, no estado, em geral, como agricultor. Assim há sido desde os primórdios da colonização. Favorecido pelo Governo, ou pelas companhias colonizadoras, adquire um lote, de 25 a 30 hectares, pagando o respectivo custo em troca da construção de estradas, ou em espécie, à medida que a terra lhe vai prodigalizando rendimentos. Exerce, entrementes, a indústrias no domicílio, como imperativo da economia de consumo. E breve se torna pequeno proprietário rural. (CÂMARA, 1948, p.220-221).

O objetivo dessa imigração foi a ocupação de área inabitadas e a produção de alimentos para a população:

> O sentido do lote colonial é a auto-suficiência, que serve de explicar, já inicialmente, a policultura. Plantam-se preferentemente, as espécies vegetais destinadas à alimentação humana, e os respectivos excedentes permitem ao colono efetuar a troca, geralmente num armazém. (CÂMARA, 1948, p.221).

Este estudo detalhou a importância das pequenas propriedades no contexto regional, pois a distribuição homogênea da terra favoreceu uma maior equidade entre a população. No entanto, não foi todo processo de colonização que obteve êxito, Speridião Faissol (1949) mostra a colonização dirigida em Goiás, com imigrantes alemães em 1924. Esse projeto não atingiu a expectativa do Governo, e o autor descreve as condições de vida dos colonos alemães, relatando as formas de produção dos alimentos e as atividades sociais dos imigrantes.

Em um estudo acerca dos diferentes gêneros de vida rurais no estado de São Paulo, Monbeig (1949) se esforçou para traçar uma classificação dos tipos de populações rurais. Nesse estudo regional da geografia humana, Monbeig dividiu em dois grandes gêneros de vida no estado de São Paulo, o fazendeiro e o caboclo, na qual o primeiro é o "grande proprietário que pratica a agricultura comercial introduzida pelos europeus nas regiões tropicais. O segundo é o desbravador indígena, isolado na floresta, com suas culturas à base de queimadas, deslocando-se continuamente" (1949, p.980).

Esta classificação é geral, pois o autor considera a existência de outras formas de vida nas diferentes regiões paulistas. Nem todo fazendeiro pratica a agricultura comercial, e nem todo pequeno agricultor é caboclo, esse gênero de vida é descrito como o "caipira".

Preocupado nos estudos regionais, Peluso Júnior (1949) caracteriza uma localidade no Planalto Catarinense, mais precisamente a Fazendo do Cedro. Estudo característico da

época, o autor faz o levantamento das condições naturais, organização econômica, social da fazenda, assim, demonstrando as condições do gênero de vida que ali reside.

> A área estudada, ainda que explorada pela criação de gado bovino, sujeita o gênero de vida ligado à pecuária, aos fatores climáticos e pedológicos que favorecem o aparecimento dos campos [...] a ausência de agricultura organizada nos pequenos vales que cortam os campos não decorre da qualidade do solo, mas da organização do grupo que vive na fazenda. (PELUSO JÚNIOR, 1949, p.1390-1391).

O primeiro trabalho sobre a geografia agrária no *Boletim Paulista de Geografia* foi de Schmidt (1949), nesse estudo o autor faz uma análise pormenorizada das condições de habitação rural na região de Paraitinga no estado de São Paulo. Como característica dessa corrente do pensamento geográfico, o trabalho se estrutura em descrever o meio natural, para em seguida analisar os aspectos humanos da região.

Schmidt (1949) divide seu trabalho em *O Meio*, na qual descreve os aspectos físicos "As rochas cristalinas deram origem a um solo barrento [...] Toda região é abundantemente drenada [...] assim, condições favoráveis ao desenvolvimento da criação e não dificultando, até um certo limite, a localização do homem." (p.34-35). Após analisar as condições físicas para o estabelecimento da agricultura e pecuária, o autor se detém em trabalhar *O Elemento Humano*, as origens e o desenvolvimento do trabalho no campo. Em seguida, o ponto trabalhado é *A Habitação* rural, na qual Schmidt (1949, p.37) caracteriza as condições de moradia e a situação das comunidades rurais "As habitações rurais da região do Paraitinga são, em sua grande maioria, construídas de *pau-a-pique*, barreadas e cobertas de sapé".

Assim, o objetivo desses estudos visava conhecer as diferentes regiões do Brasil, ele constatou que os *habitat rurais* alteram de acordo com a concentração fundiária: "Dispersa-se nos lugares onde predomina a pecuária e [..] menor grau de dispersão apresenta nos lugares onde a propriedade está mais subdividida [...] concentra-se, por outro lado, nos lugares onde se estabeleceram bairros" (SCHMIDT, 1949, p.39).

A respeito da imigração e a propriedade rural, Rios (1949) questiona as políticas imigratórias no Brasil e a ocupação de terras. Ele considera que a estrutura fundiária brasileira mantém uma sociedade agrária baseada no latifúndio e diz:

> Sustentamos que não será possível ao Brasil elaborar uma política imigratória sem uma correlata política de terras. Por política de terras entendemos um sistema jurídico que de ao imigrante o acesso à propriedade da terra no mais breve espaço de tempo. (RIOS, 1949, p.403).

José Arthur Rios (1949) ainda destaca as diferenças entre os processos imigratórios no sudeste e sul brasileiro. No sudeste, os imigrantes foram levados para os latifúndios

cafeeiros e não houve um sistema de colonização, já no sul, a colonização foi realizada com a doação de pequenos lotes de terras para cada família, a fim de dar sustentação a alimentação e as necessidades familiares.

Ele faz algumas considerações sobre o latifúndio e os imigrantes:

> O latifundiário no Brasil tudo fez para impedir a abolição, e tudo continua a fazer para impedir a colonização [...] O imigrante, dentro do sistema do latifúndio, só podia permanecer como braço, como proletário, jamais como proprietário livre. (RIOS, 1949, p.406).

O estudo da paisagem agrária e da atividade econômica desenvolvida é tema do trabalho de Mattos (1950), o local do estudo é o município de São Roque-SP e a produção de vinhos. A cultura vitivinícola na região de São Roque e Jundiaí é marcada pelas influências físicas e humanas para obtenção de seu êxito: "Parece-nos que a modalidade de povoamento seguida pelo elemento italiano em São Roque, aliada às condições do meio físico influiu poderosamente para a diversificação das técnicas agrícolas entre os dois municípios viticultores" (MATTOS, 1950, p.31-32).

O autor faz uma análise histórica da região e de sua evolução da paisagem agrária salientando que o sucesso econômico da atividade agrícola se deve muito pelas condições do meio físico, abordando as questões de solo, relevo, clima e vegetação. Essa região apresenta um tipo de *habitat rural* diferente da maioria do Brasil, o que produz cana-de-açúcar, café e algodão, pois as moradias ficam lado a lado das áreas agrícolas.

O trabalho de Araujo (1950) caracteriza a paisagem rural do município de Olímpia - SP, seguindo as características da época nos estudos geográficos, descrever o meio físico e a população que ali vive:

> Da paisagem natural da região quase nada resta. Por toda parte, nota-se o sinal do homem, que em poucos anos destruiu por completo a floresta primitiva, cobrindo a superfície de culturas, pastagens semeadas de capoeiras e cerrados, além dos pequenos núcleos de povoamento. (ARAUJO, 1950, p.13).

As habitações rurais são estudadas pelo autor, destacando a localização e dispersão das mesmas "nunca encontramos o homem morando no fundo dos vales, que o afugenta pela insegurança ou por causa do brejo e do perigo das enchentes, ou pela insalubridade" (ARAUJO, 1950, p.22). O trabalho de Jones (1950) remete aos trabalhos clássicos da geografia descritiva, ao analisar uma fazenda em Mato Grosso, o autor inicia a abordagem pelos elementos físicos que constituem a paisagem, em seguida descreve as atividades agrícolas e pastoris desenvolvidas.

Beneval de Oliveira (1950) trata dos problemas físicos referentes a geografia agrária, para o autor um dos principais entraves a questão agrária é o relevo. Essa análise entre os elementos físicos e humanos intrinsecamente ligados é muito difundida na geografia agrária clássica, dessa forma, ele se preocupou com as novas áreas de colonização e a relação com o relevo:

> No planejamento de áreas a serem colonizadas, principalmente, em se tratando de terrenos de relevo acidentado, sempre haverá que pensar-se na manutenção de faixas de mata tendentes a preservar o solo da erosão natural. (OLIVEIRA, 1950, p.488).

O trabalho de Caldeira (1950) mostra a influência do capital sobre a ocupação de terra e apropriação da produção agrícola no Brasil. O autor analisa os dados do Censo Agrícola de 1948 do IBGE, para verificar as características do arrendamento em São Paulo e Rio Grande do Sul. Nestes estados 8,62% e 14,36%, respectivamente, são terras sob arrendamento e em São Paulo 26,49% das propriedades são arrendadas, enquanto que no Rio Grande do Sul chega a 11,57% das propriedades rurais.

Sobre o arrendamento no Brasil ele diz que "A escravidão, associada ao sistema da monocultura latifundiária, era o grande obstáculo que se deparava à prática do arrendamento, em sua moderna forma de inversão de capitais" (CALDEIRA, 1950, p.204).

O autor se preocupou em salientar a decorrência do arrendamento de terras para a economia e estrutura fundiária:

> [...] a conclusão de que o sistema de arrendamento na lavoura arrozeira, no Rio Grande do Sul, é decisivo, não apenas quanto à área mas também quanto à produção, revestindo, sob vários aspectos, traços salientes de exploração capitalista. (CALDEIRA, 1950, p.213).

Louis Papy (1950) faz uma análise apurada dos diferentes tipos de sistemas de culturas agrícolas. O autor considera importante a classificação desses tipos de técnicas agrícolas para o estudo da Geografia Agrária:

> [...] um sistema de cultura aparece-nos como sendo uma combinação de técnicas agrícolas. O homem, na sua luta contra a natureza, tem de resolver este problema: viver num determinado meio e encontrar nele os elementos de sua nutrição. (PAPY, 1950, p.23).

Partindo desse pressuposto, Papy divide os sistemas em *Primitivos* e *Aperfeiçoados*. No primeiro tipo, as técnicas de cultivo das espécies vegetais e animais não requerem muito aprimoramento, se sub-divide em *agricultura itinerante*, *agricultura extensiva mecanizada* e *cultura de plantação do tipo "colonial"*. O segundo tipo, não é tão rudimentar como o primeiro e "oferecem combinações de técnicas mais avançadas e mais racionais" (PAPY,

1950, p.25). Dentre os sistemas avançados, esta o *afolhamento, arrozais irrigados* e *a plantação científica*.

O autor ressalta a importância de estudas os sistemas de cultura, porém, não basta estudá-los isolados, mas sim, verificá-los no conjunto das relações da sociedade "Cumpre considerar cada um de tais sistemas em suas relações com o tipo de povoamento, a organização econômica, a estrutura social" (PAPY, 1950, p.28). O estudo dessas inter-relações é um dos objetivos do geógrafo agrário nos apontamentos de Papy (1950), e o autor descreve um desses tipos de relações:

> Existem sistemas de cultura que implicam uma forte solidariedade social: é o caso do sistema tradicional da cultura do trigo, baseado no afolhamento trienal, com as divisões de terras de uma comunidade rural em três porções [...] A coesão social é mais fraca nas regiões de "Bocage" e de charnecas, onde não se pratica o sistema do afolhamento e onde cada qual é o senhor da terra. (PAPY, 1950, p.30).

Desta forma, os trabalhos demonstraram uma variedade de temas abordados, ora a geografia agrária se detinha mais com as questões imigratórias e os novos gêneros de vida ou as descrições e conhecimento de diferentes regiões do Brasil. Alguns trabalhos se enfocaram na questão agrícola, da produção de alimentos, a maioria dos artigos publicados nessa década não apresentou técnicas de análise diversificadas, centrando-se nas observações diretas.

BOX 1 – PIERRE MONBEIG

Um dos maiores nomes na geografia agrária brasileira foi sem dúvida Pierre Monbeig[13], discípulo dos ensinamentos de Albert Demangeon, no qual se inspirou nas bases metodológicas sistematizadas de Paul Vidal de La Blache, desenvolveu no Brasil seus mais importantes trabalhos geográficos. Pierre Monbeig (1908-1987) esteve no Brasil de 1935 a 1946, na fundação do curso de geografia na Universidade de São Paulo. Durante este período publicou diversos artigos nos periódicos em geografia e dois livros, "Ensaios de Geografia Humana Brasileira" (1940) e "La crise dês sciences de L'homme"(1943). Após sua volta a França publicou mais quatro livros "Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira", "Le Brésil", "La Croissance de la ville de São Paulo" e "Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo". Este último livro, resultado de sua tese de doutorado defendida e premiada em Sorbone, no ano de 1950. Além disso, orientou quatro teses de doutorado e geografia na USP, Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Ary França, Nice Lecocq Muller e Renato Silveira Mendes. Em sua metodologia, ressalta-se os estudos regionais e monográficos, oriundos dos intensos e bem descritos trabalhos de campo:

A prática vidaliana de trabalho de campo e a incorporação em suas pesquisas mostram muito bem como o "terrain", em certa medida, substitui o livro, o texto e, até mesmo, o arquivo histórico. Ele adquire um valor heurístico fundamental, visto que constitui o substrato no qual se lê a relação homem/meio, que se torna, a partir do início do século XX, a problemática explícita da geografia humana francesa. (DANTAS, 2005, p.26).

Silvio Bray (1980b, 1987, 2008) entende que Pierre Monbeig desenvolveu seus trabalhos no Brasil sob a ótica do positivismo-funcinalista-culturalista. A respeito do funcionalismo na geografia brasileira, ele exemplifica sobre este método de pesquisa:

Na geografia brasileira, a interpretação funcionalista normalmente apresentou-se sensível aos problemas geográficos de mudança no espaço, como é o exemplo do trabalho clássico de Monbeig (1952) "Pionniers et Planteurs de São Paulo". Essa preocupação com a dinâmica espacial e os arranjos da "fisiologia das paisagens" e das "alterações" e " persistências" dos elementos geográficos tem sido utilizada para explicar as organizações atuais, através de um perspectiva pluricausal. (BRAY, 1980b, p.40).

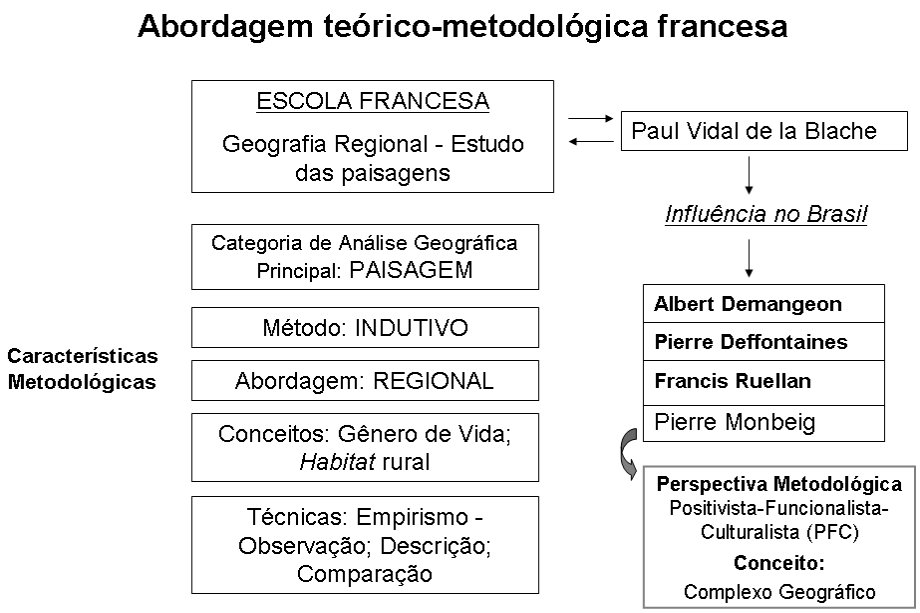
Com relação à perspectiva positivista-funcionalista-culturalista se entende que, foi *Positivista*, pois se atentou a observação e aos fatos concretos e não abstratos, com ênfase ao empírico. A questão *Funcionalista* no seu método abarca elementos da sociedade, nas quais exercem funções sociais que determinam co-relações diretas e indiretas, numa abordagem sistêmica do espaço, essa relação estaria em constante harmonia e conformidade. Por último, a perspectiva *Culturalista* que valoriza os aspectos humanos, na sua organização, modos e gêneros de vida.

Esse conjunto de perspectivas acadêmicas trabalhadas por Pierre Monbeig aprimorou o conceito por ele utilizado na explicação dos fatos geográficos, a noção de **Complexo Geográfico**

[13] Foto - Fonte: AB'SÁBER (1994).

Monbeig, desenvolveu o complexo geográfico como um sistema funcional-estrutural. O sistema funcional-estrutural da escola francesa de geografia positivista funcionalista-culturalista, tem por base o sistema biológico. No sistema biológico-organicista, o todo orgânico encontra-se regido pelas diferentes funções das diferentes partes. Portanto, a noção de sistema funcionalestrutural na geografia funcionalista-culturalista tem como paradigma o modelo biológico. Mas, queremos salientar, que a geografia não utiliza o modelo biológico como analogia - pois os fatos geográficos são diferentes dos fatos biológicos - e sim, utiliza-o como referência. (BRAY, 2008, p.4).

A relação do meio físico com os elementos humanos são exaltados na obra de Monbeig, ele não dissocia os impactos e dinâmicas do domínio físico sobre o homem, entretanto, isso são condições que alteram os modos de vida das populações. Porém, não é determinante quanto sua vivência, apenas devem ser considerados para entender determinadas situações daquele modo de vida existente. As obras de Pierre Monbeig destacaram a importância do trabalho de campo na geografia, ressaltando os aspectos observáveis e vividos pelo geógrafo na prática empírica. Essas características são fundamentais para Monbeig na compreensão dos modos e gêneros de vida, elementos básicos da geografia regional francesa. Analisando a produção de Monbeig podemos fazer um esquema (Organograma 6) a respeito da abordagem e perspectivas teórico-metodológicas da geografia francesa e suas influências na geografia agrária brasileira.



Organograma 6 – Abordagem teórico-metodológica da geografia francesa.
Fonte: Alves (2009, p.2009).

Os conceitos enfatizados na geografia agrária clássica estavam relacionados com as organizações rurais, como o *habitat*, gêneros e modos de vida, tipos de povoamento e sistema agrícola. As influências teóricas e metodológicas francesas e alemãs embasaram as pesquisas no Brasil, por isso, do predomínio dos estudos regionais originários de Paul Vidal de La Blache que se difundiram com Pierre Monbeig.

4.3 – Abordagens diferenciadas na década de 1940

O domínio dos trabalhos em geografia agrária na década de 1940 foram as pesquisas empíricas baseadas nas observações e através da indução. Todavia, alguns trabalhos seguiram caminhos diferentes para análise da paisagem ou as relações existentes nelas, como o materialismo histórico-dialético ou a análise quantitativa.

4.3.1 - Materialismo Histórico-dialético

Caio Prado Júnior (1944) ao fazer uma breve análise do campo brasileiro, se detêm em examinar a estrutura social do campo para explicar a concentração da estrutura agrária. O autor divide essa estrutura em 3 categorias principais: o fazendeiro capitalista, assalariado e o pequeno proprietário. O primeiro pouco exerce a função de agricultor, a terra é um negócio para ele (capitalista). O segundo trabalha para o fazendeiro, pois não tem terra para plantar e depende da sua força de trabalho. O último depende da terra para sobreviver, ele tira dali seu sustento e alimento, a terra é seu lugar de morada e estabilidade.

Sobre a importância da pequena propriedade rural Prado Júnior afirma que:

> Parece-me que não há argumentos que se possam considerar sérios, contra a pequena propriedade. E uma vez que ela resolve, como vimos antes, o problema fundamental do povoamento, e que é talvez o mais grave do Brasil, parece-me que a conclusão se impõe: trata-se simplesmente de substituir a grande propriedade, a fazenda, pela pequena. (PRADO JÚNIOR, 1944, p.27)

Prado Júnior (1945) faz uma caracterização da estrutura fundiária no estado de São Paulo, baseado nos dados estatísticos do *Boletim de Estatística Agrícola e Zootécnica (1932-33)*, dividindo as propriedades em pequenas, até 25 alqueires, média propriedade, até 100 alqueires, e por fim, grande propriedade com mais de 100 alqueires:

> A propriedade rural se organiza em São Paulo com a colonização das então capitanias de São Vicente e Santo Amaro, que reunidas formariam o atual Estado. O sistema de uniforme de distribuição de terras, adotado pela Coroa Portuguesa e seus donatários foi, como se sabe a concessão de sesmarias. Em São Paulo estas sesmarias sempre foram, em regra, muito extensas. (PRADO JÚNIOR, 1945, p.694).

O autor ressalta que o problema fundiário no estado de São Paulo está diretamente ligado ao processo de ocupação das terras e das atividades agrícolas desenvolvidas:

> Em conclusão, o aspecto geral que o problema analisado nos oferece é o da predominância em São Paulo da grande propriedade. A razão já conhecemos: é que o principal fundamento da economia agrícola paulista ainda é a grande lavoura. E

> enquanto esta se mantiver, a grande propriedade naturalmente continuará desempenhando o mais importante papel na organização fundiária do Estado. (PRADO JÚNIOR, 1945, p.699).

Neste artigo, o autor foge a metodologia predominante da época nos estudos geográficos, na qual baseava na descrição e detalhamento da paisagem através da observação, utilizando dados estatísticos e o método histórico-dialético.

4.3.2 - Quantificação e Estatística

Com relação à concentração de terras, o trabalho de Lourival Câmara (1949) apresenta uma análise estatística dos dados do censo nacional de 1940. O autor explica o uso de sua metodologia:

> *Síntese metodológica* – as desigualdades na distribuição da propriedade agrária – motivo de inquietações, rebeldias, reivindicações de todos os séculos e de diferentes latitudes – podem ser mensuradas através de áreas, razões ou índices específicos, a cuja metodologia a escola italiana de Estatística dedicou as maiores atenções e as mais aprofundadas pesquisas. (CÂMARA, 1949, p.516).

Os resultados da apreciação estatística através do índice de Gini e classificação de áreas para a estrutura fundiária revelaram aquilo que todos percebiam, a concentração de terras (Figura 3), "essas disparidades tão acentuadas na distribuição da propriedade agropecuária sugerem a existência, no Brasil, de fortíssima concentração" (CÂMARA, 1949, p.519).

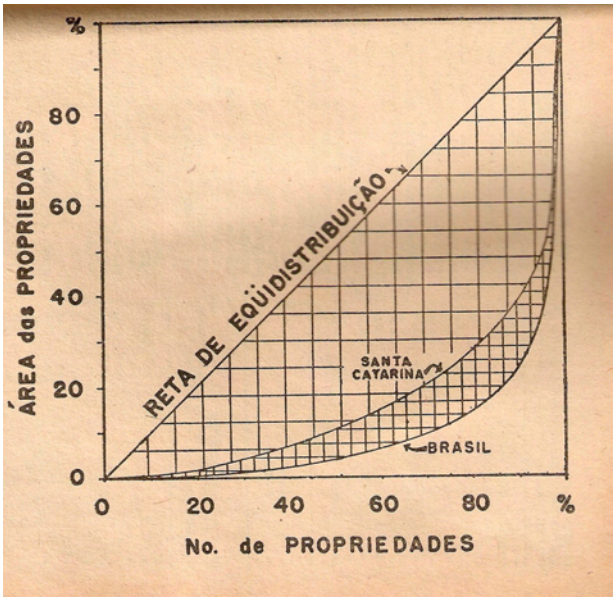


Figura 3 – Gráfico da concentração da terra no Brasil, no ano de 1940.
Fonte: Câmara (1949)

Outro estudo que trata dos dados censitários da produção agrícola é de Mortara (1950a, 1950b), ele pesquisou os dados do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. No primeiro artigo ele pesquisou baseado nos dados de 1945 a 1947, no segundo a pesquisa dos dados da produção agrícola foram apenas de 1949. Mortara (1950a, 1950b) utilizou quatro variáveis para caracterizar a produção agrícola brasileira: *área cultivada*, *quantidade produzida*, *valor da produção* e *rendimento médio por hectare*.

O trabalho de Melo (1950) apresenta a produção de café no Sudeste do Planalto Central, na qual abrange parte de Minas Gerais e o Estado de Goiás. As técnicas de análise se centram no cartograma elaborado com isaritimas de densidade de produção de café, através de dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura no ano de 1945. Este trabalho começa a introduzir outros métodos de análise da paisagem, com a utilização de ferramentas estatísticas e gráficas para visualizar a organização espacial, todavia, não deixa de explicitar a relação da produção agrícola com as condições naturais, principalmente, de solo com a agricultura. Seguindo esta mesma metodologia, Simões (1950a,1950b) analisou a produção de arroz e cana-de-açúcar na região Sudeste do Planalto Central.

4.4 - A influência alemã na produção da geografia agrária

A geografia alemã teve muita importância na construção do pensamento agrário brasileiro, com a presença de Leo Waibel as bases teóricas de suas investigações foram amplamente divulgadas e seguidas por geógrafos brasileiros, entre eles Orlando Valverde. A metodologia de Waibel era calcada na análise da *Geografia Agrária Estatística, Fisionômica e Ecológica* com a aplicação de teorias e modelos espaciais, principalmente a Teoria da Localização da Produção Agrícola.

Leo Waibel (1947a) tenta retratar a economia agrícola da região dos trópicos, fazendo uma caracterização geral da produção e a relação com as condições climáticas e a industrialização. O autor estuda os países asiáticos, africanos e latino-americanos, a idéia dessas pesquisas era de "desvendar" as diferentes regiões, ou seja, conhecer os diferentes modos de vida. Assim, Waibel (1948a) trabalhou com a Teoria do Estado Isolado de Von Thünen na espacialização das culturas agrícolas na Costa Rica (Figura 4).

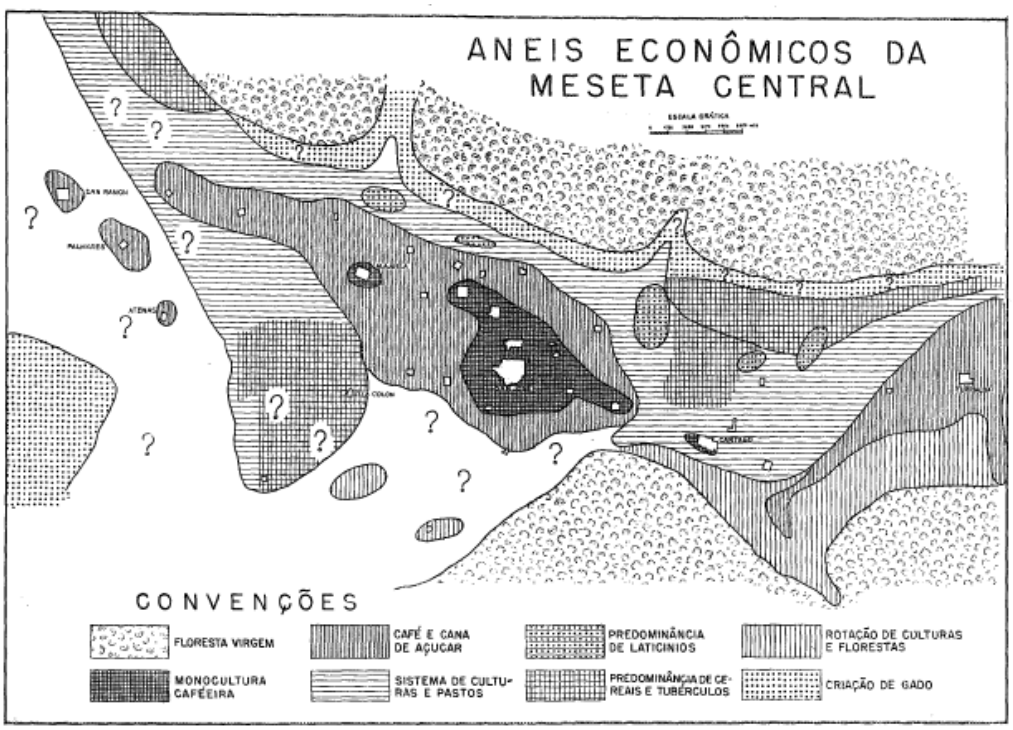


Figura 4 – Uso da Teoria de Von Thünen na região central da Costa Rica.
Fonte: Waibel (1948a, p.20).

Este estudo deu início a outras metodologias para a geografia agrária, dando um caráter espacial e ao mesmo tempo relacionando com os elementos econômicos, que são importantes para a agricultura e as populações rurais. Dessa forma, a geografia agrária deixa de ser meramente descritiva e passa a ser um ramo conexo com a geografia econômica, industrial, do comércio, assim, fazendo inter-relações que interferem na economia de determinada localidade.

Entretanto, esse modelo aplicado por Waibel na Costa Rica, não é estático e isolado como o modelo proposto por Thünen, às dinâmicas da região, população e o relevo acidentado não permitem compor anéis concêntricos. Mas a base teórica e metodológica serve como parâmetro desse novo estudo regional.

A respeito da colonização européia no Sul brasileiro, Waibel (1949) faz uma síntese das viagens realizadas nos três Estados que compõem essa região. Primeiramente, ele deixa clara a forma de entender a paisagem geográfica:

> O nosso modo de encarar o problema da colonização será do ponto de vista geográfico, salientando as relações entre a terra de um lado e as atividades do colono de outro. A paisagem cultural criada pelo colono, é o nosso tema principal. Os outros aspectos da colonização, tais como a história e as condições jurídicas, religiosas, sociais e políticas, serão mencionadas somente na medida que estiverem relacionadas com a paisagem cultural. (WAIBEL, 1949, p.160).

Neste trabalho, Waibel descreve as condições naturais da região, explicando como é a base física que dá suporte aos sistemas agrícolas ali existentes. Mostra também os tipos de colonizações e a origem dos imigrantes (alemães, italianos e eslavos). Essa combinação entre colonização e sistema agrícola está diretamente relacionada a construção da paisagem cultural, pois o tipo de atividade agrícola desenvolvida representa uma parte dessa paisagem:

> Depois do tipo de colonização, é o sistema agrícola adotado pelos colonos o fato de maior significado para a colonização. Estas coisas são, muitas vezes, consideradas como evidentes por si próprios e de pouco interesse científico. Contudo, os sistemas agrícolas são na realidade muito complicados e envolvem muitos problemas. Constituem os objetos de duas ciências que parecem mal conhecidas no Brasil, a **economia agrícola** e a **geografia agrícola**. (WAIBEL, 1949, p. 180).

Waibel (1949) distingue três tipos de sistemas agrícolas, nos quais entende como um processo evolutivo da paisagem cultural, 1) sistema da primitiva rotação de terras; 2) sistema de rotação de terras melhorada e 3) rotação de culturas combinadas com a criação de gado. Com relação aos tipos de povoamento, o autor descreve os habitat rurais e os núcleos de população, e na visão dele os imigrantes devem morar em núcleos homogêneos, não havendo muito contato com os "luso-brasileiros", essa idéia proposta pelo alemão Leo Waibel não confere com os ideais nacionalistas do Governo brasileiro de formar uma nação. Os núcleos "fechados" de colonos mantinham pouco contato com os brasileiros, além de manter a língua do país de origem.

Um dos discípulos de Leo Waibel foi Orlando Valverde, que usou em seus estudos e pesquisas a metodologia adotada pelo geógrafo alemão, com bases estatísticas, fisionômicas e ecológicas, além de salientar a paisagem cultural na categoria de análise. No trabalho desenvolvido acerca das colônias de imigração no Rio Grande do Sul, Valverde (1948) salienta o método utilizado na pesquisa:

> O método de pesquisa de campo aplicado pelo Prof. Leo Waibel, cujas idéias influíram neste trabalho nos seus próprios fundamentos, tem a particularidade de compreender a observação direta da paisagem cultural, especialmente da geografia econômica e da geografia agrária. (VALVERDE, 1948, p.477).

Este trabalho mostrou a ocupação realizada pelos imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul, ilustrando a formação dos centros urbanos e a produção agrícola das cidades da Serra Gaúcha e do Vale do Rio Caí, entre a explicação das comunidades rurais com os fatores naturais e a propriedade da terra que compunha a região. Neste trabalho, Valverde traz uma expressão que hoje é conhecida como "agricultura urbana ou periurbana", na qual chamou de agricultura suburbana entendendo aquelas culturas agrícolas que devem estar próximas ao mercado consumidor, como horticultura e produção de leite, nas colônias

alemãs e a uva nas colônias italianas. Este modelo de localização da produção agrícola remete aos fundamentos teóricos de Waibel, quando adota a Teoria de Von Thünen.

Um trabalho que demonstra um conceito pertinente a escola clássica é o do **fato geográfico**, fundamentado em Ratzel, Melo (1948) trabalhou com esse conceito acerca da produção açucareira:

> O fenômeno da produção é, antes do mais, um fato geográfico. A consideração das relações existentes entre o meio natural e as atividades humanas, - relações que estão no objeto da ciência geográfica, - conduz-nos a essa afirmação sentenciosa. (MELO, 1948, p.684).

Essa relação entre economia e geografia é considerada por Melo (1948) como um estudo da antropogeografia, ou seja, a relação entre o homem e meio:

> A melhor expressão das relações existentes entre os termos desse binômio, é, sem dúvida, o conjunto das modificações que o homem introduz na paisagem natural. Tornou-se comum admitir-se que essas modificações constituem o objeto precípuo da geografia humana. (MELO, 1948, p.685).

Após essas constatações, Melo (1948) não deixa de mencionar os fatos climáticos e geológicos como interventores na paisagem cultural, ou seja, as determinadas condições físicas ajudaram na localização da produção da cana-de-açúcar e essa determina o tipo de economia e paisagem cultural presente.

4.5 – Considerações do capítulo

As compilações do material publicado em geografia agrária nos três periódicos consultados resultaram em uma tabela que mostra a distribuição por ano e por revista (Tabela 2).

Tabela 2 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1941 e 1950.

Ano \ Periódico	**RBG**	**BG**	**BPG**	**TOTAL**
1941	-	-	-	**-**
1942	-	-	-	**-**
1943	-	2	-	**2**
1944	1	2	-	**3**
1945	-	5	-	**5**
1946	-	3	-	**3**
1947	4	7	-	**11**
1948	5	2	-	**7**
1949	2	4	1	**7**
1950	4	5	3	**12**
TOTAL	**16**	**30**	**4**	**50**

Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

A produção científica na década de 1940 totalizou 50 artigos referentes à geografia agrária nos três periódicos consultados[14]. Destes, 60% foram publicados no Boletim Geográfico, 32% na Revista Brasileira de Geografia e 8% no Boletim Paulista de Geografia. No ano de 1950, houve a maior circulação de artigos trabalhando a questão agrária, 24% do total publicado, apenas no ano de 1941 e 1942 não houve publicação de artigos sobre a geografia agrária. Destaca-se a publicação permanente em geografia agrária no Boletim Geográfico, desde sua criação em 1943.

Assim, o pensamento geográfico na década de 1940 representou o início da geografia científica no Brasil, sob forte influência estrangeira com diversos pesquisadores franceses, alemães e estadunidenses. Isso determinou o padrão metodológico da década situado no empirismo e na indução, trabalhos que partiam de uma realidade pontual em uma determinada região, para fazer co-relações e comparações com outras realidades pontuais. Este período enaltece a geografia regional de Vidal de La Blache, na qual a paisagem é o objeto maior da geografia, entender as características físicas e humanas, que formam a paisagem.

Contudo, alguns estudos foram adiante destas clássicas observações e descrições (Quadro 3), como a utilização de abordagens históricas, resgatando o passado de regiões ou de temas abordados, pois a paisagem não é apenas o presente e sim a construção e evolução de seus elementos.

Abordagem \ Década	**1939-1940**	**1941-1950**
Descritiva	1	24
Histórica	1	12
Estatística	-	5
Comparativa	1	4
Causa-efeito	-	3
Estatístico-fisionômico-ecológico	-	3
Histórico-Dialético	-	2
Neo-Positivista	-	1

Quadro 3 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1939 – 1950, nos periódicos nacionais.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves

[14] Lembrando que na década de 1940, a circulação do Boletim Geográfico era Bimestral, a Revista Brasileira de Geografia de circulação trimestral, e o Boletim Paulista de Geografia de circulação quadrimestral.

Com relação às abordagens, deve ficar claro que a maioria tinha como objetivo desvendar as características físicas e humanas nas diferentes regiões do Brasil, ou seja, o estudo regional foi à principal característica da década de 1940 . O método indutivo, através dos trabalhos empíricos foram os predominantes, com a observação sendo a principal "ferramenta técnica" do geógrafo, entretanto, os dados dos *Censos* Agropecuários foram de grande valia para a expansão das técnicas de análise na geografia agrária. Sendo que a descrição regional esteve presente em 48% dos trabalhos em geografia agrária, 24% adotaram em conjunto ou não com a descrição a abordagem histórica e 10% utilizaram uma abordagem estatística para analisar os fenômenos da paisagem.

5. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1951 - 1960

Durante a década de 1950, o padrão metodológico permaneceu pouco alterado em relação à década passada, o positivismo clássico, das descrições das paisagens e dos trabalhos empíricos pautados na observação direta. Entretanto, com a realização e divulgação de dados dos Censos, a respeito da situação agrícola e agrária do Brasil, muitos trabalhos acrescentam outras técnicas nas análises, principalmente os gráficos, tabelas, e ainda o mapeamento de regiões, com cartogramas temáticos. Apesar desse acréscimo de técnicas de análise, a teoria e método seguiram a mesma adotada na década de 1940, a indução através do empirismo.

A participação de estudos ligados ao IBGE aumentou significativamente na produção nos periódicos em geografia, estes trabalhos determinaram uma nova ótica de análise na paisagem, através dos dados estatísticos e da cartografia, até então muito pouco utilizada e sofisticada para o período. Salienta-se que apenas o uso dessas técnicas estatísticas não foi suficiente para alterar o paradigma vigente, mas a simples observação direta não era mais suficiente para explicar a dinâmica da paisagem e as correlações com outras regiões.

Há uma permanência metodológica da geografia francesa nos estudos de geografia agrária, acrescidos do pensamento alemão por Leo Waibel e de seu discípulo Orlando Valverde, além de outros trabalhos ligados ao IBGE, que de certa maneira, ajudou a difundir as técnicas estatísticas nas pesquisas em geografia agrária.

Os estudos de gêneros de vida, *habitat* e modos de vida permaneceram em evidencia na década de 1950, as temáticas sobre imigração, colonização, estrutura fundiária e produção agrícola foram os mais trabalhados nos periódicos. Assim, mostraremos a produção nos três periódicos científicos em geografia salientando as características metodológicas reunindo as peculiaridades da década de 1950, contribuindo na historia do pensamento geográfico.

5.1 – Positivismo clássico: descrição das paisagens agrárias e o uso da estatística

O estudo a respeito da imigração no Brasil foi investigado por Nogueira e Nunes (1951), as autoras verificaram os tipos de culturas agrícolas com o meio físico disposto aos imigrantes orientais, na região de Cotia no estado de São Paulo. O predomínio das áreas de agricultura é ocupado pela horticultura e criação de galinhas "a horticultura não só ocupa a maior área e as maiores atenções como, também, o lugar mais importante na economia" (NOGUEIRA & NUNES, 1951, p. 41). A paisagem na região de Cotia se deve pela imigração japonesa e as alterações que nela foram empregadas pela sociedade local, "Se há diferenças entre as propriedades, existe um traço comum a ambas: as culturas são resultantes da adaptação de técnicas agrícolas orientais ao novo quadro geográfico." (1951, p.59).

Trabalhando com a questão da colonização e ocupação de áreas novas para o povoamento, Egler (1951) estudou a Zona pioneira ao Norte do Rio Doce, fazendo um esboço da paisagem física em seguida partir para o passado histórico de colonização e povoamento realizado por indígenas e imigrantes europeus, após essa análise, o autor representa a paisagem humana atual da região.

> Além do aspecto agrícola o deslocamento da população rural para o norte do rio Doce apresenta um outro aspecto que merece ser considerado: o ponto de vista da adaptação climática dos imigrantes estrangeiros. (EGLER, 1951, p.260).

Acerca da imigração no Brasil, Rios (1951) faz uma análise baseada na relação causa e efeito entre condições físicas (relevo) e imigração (desenvolvimento da agricultura). Primeiro, a respeito da localização dos diferentes núcleos de imigrantes, no sul do Brasil, o autor comenta sobre o isolamento das colônias rurais com os núcleos urbanos. Outra questão abordada por Rios (1951) diz respeito às condições físicas (principalmente em relação ao solo) das localidades cedidas aos imigrantes, nas quais são favoráveis para o desenvolvimento agrícola, entretanto o distanciamento dos núcleos urbanos dificulta a comercialização. No sul brasileiro, as áreas colonizadas são geralmente encostas de serras ou vales de rios, mas em solos com condições satisfatórias para a produção agrícola, diferentemente do interior e litoral paulista com condições físicas muito boas, mas o imigrante não tem a posse da terra, trabalhando como assalariado em fazendas de café. (RIOS, 1951).

Essas observações a respeito das condições físicas e da estrutura fundiária foram apontadas por Rios (1951) muito claramente, porém, deixou algumas considerações sobre o isolamento territorial das colônias alemãs no Sul do Brasil, e questionou a integração desses

imigrantes com a pátria nacional. Pois, muitas colônias de imigrantes alemães continuavam a falar o idioma de origem, devido ao distanciamento e pouco contato com a população brasileira. Pierre Dénis (1951) também estudou a colonização dos imigrantes europeus no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX, analisando as condições e características dos núcleos de povoamento no espaço rural riograndense. A origem dos imigrantes que colonizaram o Rio Grande do Sul, até 1909, era advinda da Itália e Alemanha. Alguns judeus tentaram formar núcleos de colonização, porém não tiveram o mesmo êxito nesse processo, como realizado na Argentina (DÉNIS, 1951). As dificuldades encontradas pelos colonos são relatadas pelo autor:

> As colônias alemãs e italianas conheceram, a princípio, as mesmas dificuldades, ou melhor, a mesma dificuldade, pois todas as suas misérias resultavam de uma causa única: o isolamento, a falta de mercados. Os caminhos eram péssimos, os transportes caros, a exportação necessariamente reduzida. A terra fornecia abundantes colheitas, mas não se sabia o que fazer com elas. Os relatórios oficiais apresentavam os colonos vivendo em abundância. Não mentem, pois cada lote alimentava abundantemente uma família; entretanto, escondem uma parte da verdade já que esta abundância não era prova de riqueza. A fertilidade do solo não bastava e a letargia econômica era completa. (DÉNIS, 1951, p.236).

O autor ainda destaca a diferença que existe no Rio Grande do Sul, quanto às sociedades formadas pelos colonos imigrantes e aos gaúchos dos campos meridionais:

> O contraste entre colonos e gaúchos é nítido, e um dos fatos mais característicos da vida rural brasileira é esta oposição entre as populações agrícolas e as populações criadoras. [...] Os colonos são de raça italiana ou alemã, enquanto os gaúchos são de sangue português, fortemente mesclado com o espanhol. (DÉNIS, 1951, p.241-242).

Essa diferença cultural e étnica lembrada por Dénis (1951) constituiu a organização sociocultural do estado do Rio Grande do Sul, o autor ainda ressalta o isolamento de algumas colônias com o restante da sociedade brasileira, fato que preocupava em relação ao conjunto da nação, ou seja, não houve por parte do Governo a preocupação na integração dos imigrantes com a população brasileira.

Estes estudos sobre imigração partiram da descrição realizada em campo, e dos levantamentos históricos a respeito da imigração. A abordagem histórica se fez presente na elaboração dos estudos regionais, onde a paisagem cultural constitui o modo de vida presente entendido pela sua evolução.

Com relação ao habitat rural do Sertão Nordestino, Strauch (1951) faz um levantamento dessa área, através de fotografias aéreas e, principalmente, a observação direta, ressaltando as condições desse modo de vida existente “A carência d’água decorrente de um

tal regime leva a repercussões nítidas na vegetação, na drenagem e na utilização do solo. Conseqüentemente, influi poderosamente no tipo *habitat* rural" (STRAUCH, 1951, p.483).

Com bastantes descrições, o estudo detalhado sobre a estrutura fundiária do Estado de São Paulo é desenvolvido por Milliet (1951), baseado nos dados do *Boletim da Secretaria da Agricultura* no período de 1930 – 1936, o autor utiliza as técnicas estatísticas para dar suporte e desenvolver as considerações feitas a partir da estrutura fundiária do Estado de São Paulo. A análise das diferentes regiões no Estado de São Paulo foi realizada pela presença das categorias agrárias (pequena, média, grande propriedade e latifúndio), quantificando-as e fazendo a seguinte constatação:

> [...] a pequena propriedade se tem desenvolvido num ritmo de fato promissor, bem mais acentuado que o das outras classes. Por outro lado, o latifúndio cresce mais lentamente e contribui com uma importância cada vez menor para o conjunto das propriedades do estado. (MILLIET, 1951, p.29).

A geografia agrícola é enfatizada no trabalho de Carvalho (1951) abordando a produção tritícola no Brasil, em especial na região Sul. A autora fez um levantamento histórico da produção (área cultivada, rendimento e quantidade produzida) de 1920 a 1946. A base metodológica do estudo centra-se na estatística comparada com o processo histórico, neste caso, o trabalho não fez apenas inferências ou descrições sobre a produção de trigo no país, usou outras ferramentas para a análise da geografia agrícola. Ainda sobre a geografia agrícola, Bernardes (1951) analisou a produção de carne e banha no Rio Grande do Sul, baseado nos dados do *Boletim Estatístico do RS*, inferindo relações com as zonas de pecuária bovina (grande propriedade) e zonas de produção familiar (pequenas propriedades). Assim, a produção de carne advém dos municípios que apresentam grandes propriedades localizadas ao sul do Estado, na qual a imigração não teve participação. Porém, na zona de imigração (alemães e italianos), ao norte do Estado, tem-se grande parcela na produção de banha, pois a criação de suínos está presente, inclusive para a atividade industrial desse produto.

Mattos (1951) ao fazer um estudo regional da Zona de Itapecuru, Maranhão destacou a importância do ruralismo na cidade. De acordo com o Censo de 1940, 90,5% da população vivia no meio rural:

> O ruralismo, como vemos, constitui um fato dominante na região. Tal circunstancia, entretanto, transmite-nos um falso otimismo. O povoamento rural não corresponde, qualitativamente, o seu aspecto quantitativo. Esta parece ser uma das poucas regiões em que a vida urbana não exerce atuação muito forte sobre o meio rural. (MATTOS, 1951, p.35).

Esse trabalho descreveu os aspectos físicos e humanos dessa região, caracterizando mais uma pesquisa de caráter regional da geografia humana. Ab'Saber e Costa Júnior (1951) percorreram o Triângulo Mineiro e Sudoeste Goiano e relataram as experiências desse trabalho[15], tanto os aspectos do meio físico como o meio humano. Nesse artigo, os autores se detiveram na análise do povoamento e habitat rural. E chegaram as seguintes conclusões:

> [...] a região apresenta dois grupos de *habitat* rural, frutos de duas épocas da evolução econômica regional. De um lado, encontram-se as fazendas modernas ligadas à era do caminhão e aos novos padrões de atividades agrárias advindas da contigüidade com o Triângulo Mineiro. O outro grupo é representado pelo *habitat* rural clássico do velho Goiás, com suas grandes fazendas de gado, pontilhadas de "retiros", moradias de agregados, mangueirões, chiqueiros e paióis de milho. (AB'SÁBER & COSTA JÚNIOR, 1951, p.43).

De forma geral, os autores classificam essa região rural como "As paisagens rurais demonstram bem a pobreza geral das atividades agrícolas" (1951, p.56). Ab'Sáber (1952) estudou a região a nordeste da cidade de São Paulo, mais precisamente o município de Santa Isabel. Os principais assuntos que foram abordados pelo autor são as paisagens e os problemas rurais dessa região. Como característica fundamental de povoamento e produção agrícola, observa-se a imigração japonesa e suas culturas agrícolas:

> Na região, as paisagens rurais que mais se destacam pelo arranjo e cuidados de técnica agrária que refletem, são as que estão ligadas aos colonos japoneses. Algumas dezenas de famílias japonesas ali trabalham, empregando seus métodos de agricultura intensiva e horticultura e criando paisagens especiais. (AB'SÁBER, 1952, p.48).

Para Ab'Sáber (1952, p.52) a paisagem rural sofre influência dos imigrantes japoneses, mas também recebeu influência dos nativos: " as paisagens rurais e as técnicas agrícolas imperantes no município de Santa Isabel, na vertente do Paraíba, guardam muito das tradições agrárias caboclas". Com relação aos habitat rurais da região, o autor faz algumas considerações entre o meio físico, imigração e vias de acesso:

> As funções diferentes a quem se destinam o "habitat" *rural* e as formas de relevo peculiares às *regiões serranas*, justificam em grande parte o fato. Mas é sem dúvida a presença de vias de circulação naturais, no eixo dos vales principais, que justificam a concentração do povoamento e a fixação do "habitat". Quanto mais movimentadas as formas de relevo e menor o numero de vales, maior a função dos mesmos como vias de passagem naturais e mais intensas a concentração linear dos diversos tipos de "habitat". (AB'SÁBER, 1952, p.59).

[15] AB'SÁBER, A.N. & COSTA JR. M. Contribuição ao estudo do sudoeste goiano. p.3-26. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**, v.4. mar. 1950.

As condições da zona rural da região amazônica (baixo amazonas) são trabalhadas por Penteado (1952), dando destaque aos *habitat* rural, relacionando com as questões culturais, infra-estrutura e produção agrícola:

> Em contato com esse meio natural, a população da região tem de enfrentar uma série de problemas: uns ligados à alimentação e ao vestuário; outros ligados as condições sanitárias; outros, ainda, referentes às comunicações e a produção agrícola. (PENTEADO, 1952, p.33).

Os estudos regionais são caracterizados nessa época com levantamentos monográficos, com descrições bem detalhadas, desde as moradias rurais, as condições de transporte, ocupação do solo e *habitat* rural, os autores faziam levantamentos de diferentes regiões no Brasil, a fim de caracterizar e conhecer o território nacional. Aroldo de Azevedo (1952) relata algumas impressões de uma viagem realizada no Rio Grande do Sul, descrevendo as paisagens e as diferentes culturas existentes nelas. Existe nesse trabalho, uma forma clássica nos trabalhos desse período da geografia, ou seja, a descrição minuciosa dos elementos que constituem a paisagem física / natural e os traços culturais da população residente. Porém, sem um aprofundamento mais rico dos elementos culturais, devido às técnicas de observação e de relatos rápidos das populações:

> A "Zona da Mata" do Rio Grande do Sul [...] olhada em seu conjunto, essa área dominada pelas formações arbóreas caracteriza-se, sob o ponto de vista antropogeográfico, pela presença do *colono de origem européia* e, com ele, pela luta travada entre a agricultura e a floresta. (AZEVEDO, 1952, p.59-61).

Além dos trabalhos descritivos das paisagens, a geografia agrícola ganhou importância nas investigações agrárias, Guerra (1952) examinou a produção de cacau na Bahia, com uma abordagem regional a autora analisa vários elementos da paisagem, além de mencionar a estrutura fundiária vigente, explicando de forma sucinta as conseqüências dessa concentração da terra:

> No sul da Bahia domina a monocultura do cacau, sendo este o único produto cultivado, na maioria das fazendas. Este fato traz sérias dificuldade para a zona que se vê obrigada a importar quase todos produtos necessários à vida da população, tornando-a extremamente difícil. [...] Não há praticamente na região pequenas propriedades e as que existem foram vendidas por seus proprietários aos chamados "coronéis" (possuidores de extensas terras) quando se deu a queda súbita no preço do cacau, depois da primeira grande guerra. (GUERRA, 1952, p.91).

Os trabalhos ligados ao IBGE publicados nos periódicos selecionados começam com Sousa (1951) onde pesquisou a questão da densidade da população rural pela área das propriedades e a área média das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais, baseado no Censo de 1940. Através de cartogramas de isaritimas, concluiu que as áreas com menor

densidade demográfica é aquela onde as propriedades rurais são maiores e a produção é baseada na pecuária, e as maiores densidades demográficas estão situadas nas áreas de pequenas e médias propriedades, e a atividade dominante é a agricultura.

Estes trabalhos apresentam metodologias diferentes e mais criteriosas com relação às técnicas de abordagem, ou seja, a utilização de ferramentas estatísticas e cartográficas que diversificaram as análises em geografia agrária. Entretanto, a categoria e os conceitos estudados continuaram os mesmos da geografia clássica, da década passada. O estudo de Mesquita (1952b) acerca da distribuição do gado bovino na região sudeste do Planalto Central mostra as diferentes áreas e as oscilações de densidade da atividade pecuária, e o conceito em questão é o *habitat* rural. Com relação à densidade demográfica da população rural dessa região, Eloísa de Carvalho (1952a) mostrou que a maior concentração está nas áreas de agricultura de subsistência e comercial, e as menores densidades nas áreas de pecuária. Sousa (1952) faz a análise do tamanho médio das propriedades rurais nessa região.

Ainda sob enfoque metodológico do IBGE, Carvalho (1952b) destaca a importância da produção da batata na região Sul do Brasil, através de dados estatísticos e descrições empíricas a autora retrata as características dessa cultura na formação da paisagem:

> A rotação de terras melhorada, em que se utiliza o arado e onde a capoeira é elemento constante na paisagem, é o sistema em que se produz geralmente a batata no sul do Brasil; em certas áreas muito restritas ela aparece em rotação de culturas com outros elementos, constituindo pequenas exceções dentro da área estudada. (CARVALHO, 1952b, p.361).

Acerca da produção de uva no Rio Grande do Sul, Ruth Simões (1952) faz uma análise da distribuição dessa cultura no Estado, dando uma contribuição a geografia agrícola, em especial a sua localização e áreas mais produtivas:

> O mapa considerado procura representar de uma maneira esquemática, como se distribui a cultura da uva no Rio Grande do Sul, tomando por base as densidades de produção dos municípios. A primeira observação a que se chega é sobre a desigual distribuição da cultura, concentrada em zonas perfeitamente definidas, que representam os centros de alta e média produção, enquanto à maior parte da área estadual corresponde uma produção mínima ou mesmo inexistente. (SIMÕES, 1952, p.472).

A cartografia foi utilizada para a explicação e representação da produção agrícola no Planalto Central, no trabalho de Mesquita (1952a), Lessa (1952a,1952b) e Mello (1952) com um cartograma de *isaritimas de densidade de produção*, Mesquita conseguiu mostrar a distribuição e as localidades com a concentração de produção de algodão, Lessa (1952) apresentou a mesma metodologia na espacialização da produção do feijão e milho, enquanto que a produção de mandioca, foi analisada por Mello (1952).

A produção agrícola da Bahia foi expressa através de cartogramas nos trabalhos de Simões (1953a, 1953b, 1954, 1955) tratando da produção da mandioca cana-de-açúcar, côco-da-Bahia e arroz. Mayor (1953, 1954a,1954b) analisou a produção de fumo, café, mamona, Inês Guerra (1954b, 1955b, 1955c) analisou o rebanho bovino, caprinos e produção de milho na Bahia, todos trabalhos apresentaram a mesma metodologia, com intuito de mapear as produções agrícolas.

Estas pesquisas sob influência metodológica do IBGE apresentaram algumas mudanças na estrutura dos trabalhos agrários em geografia. A descrição continuava importante no contexto geográfico, mas as técnicas estatísticas e cartográficas ganharam atenção na explicação das dinâmicas regionais. A visualização por meio de gráficos, tabelas e cartogramas refletem aquilo que a descrição não consegue exprimir da paisagem.

Os trabalhos de Pasquale Petrone sobre a geografia agrária caracterizam sua base metodológica centrada nos estudos regionais. Petrone (1952) apresenta um estudo monográfico sobre a região do Corumbataí em São Paulo, o autor divide a estrutura da monografia regional em *(1) Habitat rural* na qual descreve as condições de relevo, hidrografia e sua relação com a densidade demográfica e estrutura fundiária. Em seguida, estuda o *(2) Povoamento e sua evolução* para entender como se deu à expansão e ocupação na região, na seqüência o autor trata da *(3) Ocupação do solo* é caracterizada pelos aspectos culturais e físicos da região:

> A paisagem cultural atual da região de Corumbataí é a resultante natural da evolução que acabamos de sintetizar. Em conseqüência, as propriedades da região obedecem a determinados padrões condicionados por essa evolução. (PETRONE, 1952, p.15).

Dando seqüência ao estudo monográfico, Petrone (1952) aborda *(4) Os aglomerados humanos* trata da questão habitacional e sua localização, *(5) O problema das comunicações* está relacionada com a infra-estrutura da região. Em seguida, o autor aborda o *(6) Êxodo rural* que é marcante na região, levando os moradores a cidades vizinhas como Rio Claro, Santa Gertrudes ou São Paulo, por fim, o autor traz o *(7) Problema da erosão* para dar ênfase ao processo agrícola com o desmatamento de matas ciliares e dragagem das águas do rio Corumbataí para as lavouras das grandes propriedades, em detrimento dos pequenos proprietários.

Apesar da colonização européia e da pequena propriedade predominante na região, o desenvolvimento não se efetuou, com base nisso, Petrone (1952) conclui sobre a política de reforma agrária e desenvolvimento:

> A região de Corumbataí nos dá algumas lições entre muitas outras de ordem secundária. Não é bastante a presença do colono estrangeiro para que uma região se desenvolva. Não é bastante presença da pequena propriedade, apregoada por muitos, para que uma área se torne próspera. Numa época em que muito se fala de reformas agrárias, é necessário frisar que, em certos casos, Corumbataí o atesta, a fragmentação da terra é um mal como o é em outros casos a presença da grande propriedade. (PETRONE, 1952, p.32).

A imigração foi tema nos trabalhos de Nilo Bernardes (1952a,1952b), na qual detalhou a ocupação dos colonos europeus na região sul do Brasil. A importância para a agricultura, principalmente a de gêneros alimentícios e principalmente para a o desenvolvimento das cidades. Sebastião Soares (1951, 1952a, 1952b, 1952c, 1952d, 1952e,1952f, 1953a,1953b) analisou a produção agrícola no Brasil Colônia através dos dados censitários e fez um contraponto com a questão alimentícia e da fome da população brasileira. Na mesma perspectiva metodológica, Musso (1956a,1956b,) pesquisou a evolução histórica dos produtos dominantes dos ciclos econômicos no Brasil

O fim do tráfico de escravos e a produção de café foi o tema abordado por Soares (1951), com o uso de estatísticas, o autor comprovou que o fim da escravidão não diminuiu a produção de café, pelo contrário a lavoura monocultora continuou a aumentar sua produção agrícola. Em contrapartida, houve uma diminuição e encarecimento dos gêneros alimentícios de primeira ordem:

> Os braços que até certa época se empregavam promiscuamente na cultura dos gêneros exportáveis, e nos de mais comum alimentação tem sido nos últimos tempos ocupados exclusivamente na grande lavoura, desprezando-se a pequena agricultura por menos lucrativa, como seja a do feijão, milho, mandioca, etc. (SOARES, 1951, p.933).

Outro trabalho de caráter regional, a respeito da produção agrícola é de Egler (1952), na qual estudou a produção de fumo no Recôncavo Baiano, além das condições de trabalho estabelecidas na região e o tamanho das propriedades rurais. Cleofas (1952) analisou a evolução da agricultura brasileira, considerando os dados do valor total da produção agrícola e da produção industrial, na qual observou um aumento da importância da atividade industrial na economia nacional, em decorrência da falta de investimentos no campo e a aceleração urbana, ocorrendo o êxodo rural:

> Em geral a agricultura é profissão precária. [...] a partir do qüinqüênio 1935- 1940 o valor da produção industrial superou o da produção dos campos, é o contraste dos preços dos produtos industrializados e dos produtos da lavoura. Os primeiros se elevam em curva constante, ao passo que os índices dos preços dos produtos agrícolas oscilam freqüentemente, desorganizando por completo a economia rural. (CLEOFAS, 1952, p.222).

A criação de gado e as feiras agrícolas no pampa uruguaio são temas dos trabalhos de Deffontaines (1953a, 1953b), o autor usa uma abordagem histórica mostrando a evolução e a organização da pecuária nesse país, utilizando a descrição minuciosa das condições de trabalho dessa atividade.

O trabalho de Lysia Bernardes (1953) descreve os problemas relacionados às zonas pioneira no Paraná, com um enfoque regional descritivo, percorre os aspectos físicos e posteriormente relata a distribuição da população nessa base. Uma das preocupações do estudo centra-se nos gêneros de vida constituídos nessas regiões:

> Como conseqüência deste gênero de vida essencialmente pastoril que caracterizava a ocupação luso-brasileira no planalto paranaense, permaneceram desocupadas por longos anos as áreas de mata virgem que confinam com os campos de Guarapuava, separando-as dos Campos Gerais. (BERNARDES, 1953, p.338-339).

O artigo de Monbeig (1953) que trata da estrutura agrária no oeste paulista, começa descrevendo as condições físicas dessa região, entretanto no decorrer do trabalho, nota-se uma mudança no texto do autor. Antes, os trabalhos eram detalhados com relação à descrição das paisagens e com os aspectos de *habitat*, nesse artigo, o autor toca em assuntos como a condição jurídica da terra, migrações, estrutura fundiária e fragmentação das terras "A condição jurídica das terras, num Brasil que havia sido domínio português, trazia sérios obstáculos à colonização pioneira". (MONBEIG, 1953, p.457). O conceito de paisagem é bastante utilizado pelo autor, indicando o local habitado e com as transformações realizadas pelo homem:

> A estrutura social do mundo pioneiro está impressa na paisagem: muito cheia de contrastes, é mais bem compreendida no terreno, o que não se dá nos campos muito alongados do nosso país. Contrasta a zona de sítios com a de fazendas. (MONBEIG, 1953, p.465).

Todavia, o caráter metodológico do autor, centra-se na observação e no método indutivo. A descrição continua sendo a principal ferramenta de Monbeig, mas nesse texto, o autor insere temas antes não abordados em sua produção científica, entretanto, o autor deixa claro que uma análise mais aprofundada da situação da paisagem dessa frente pioneira somente através de um inquérito mais apurado.

O estudo de Antônio Teixeira Guerra (1955a) é essencialmente descritivo, com auxilio de estatísticas sobre o rebanho bovino, faz algumas considerações sobre os processos de produção e comercialização. Nesta mesma região, o autor faz uma caracterização das habitações rurais através do estudo empírico e de fotos retiradas das habitações, ele distingue três tipos de habitações conforme as zonas econômicas, "1- zona da produção extrativa

mineral, 2- zona da pecuária e 3- zona da produção extrativa vegetal" (GUERRA, 1955a, p.173). Assim, ele resume os motivos da necessidade em identificar as habitações rurais para a geografia humana:

> [...] desejamos frizar que as habitações representam um traço de indiscutível valor na humanização da paisagem, estando condicionadas naturalmente pelas atividades econômicas caracterizando assim, os gêneros de vida, da "coleta", da "extração de minério" e da "pecuária". (GUERRA, 1955a, p.177).

A produção de cacau mundial foi analisada por Viers (1955) assinalado os principais países produtores e consumidores desse gênero alimentício, através de tabelas e, principalmente, gráficos elucidativos a respeito da produção e das localidades produtoras de cacau, o estudo apresenta uma abordagem sistemática da produção de cacau.

Em um estudo realizado por Pasquale Petrone, com intuito de contribuir para o conhecimento das diferentes regiões no Brasil, fez-se um levantamento da geografia humana da região do Cariri no estado do Ceará. Com características essenciais da geografia clássica, está pesquisa ao tratar da questão da seca e dos *habitat* rural, deixa evidente uma posição não determinista, ou seja, as moradias e os modos de vida não são determinados pelas condições físicas:

> [...] o "habitat" rural da região do Cariri caracteriza-se pela dispersão. Não é possível falar-se em "habitat" concentrado-disperso [...] Entre os fatos que parecem explicar essa dispersão, alguns merecem referência [...] o principal problema, o da água, está longe de determinar a concentração das casas. (PETRONE, 1955, p.7).

Neste trabalho, o autor utiliza dados estatísticos da estrutura fundiária e produção agrícola para dar suporte às observações feitas no trabalho de campo.

Baseado numa metodologia que salienta os aspectos históricos, a regionalização das atividades agropecuárias na América do Sul foi abordada por Enjalbert (1955a,1955b) analisando as áreas agrícolas no Brasil, desde o litoral até a expansão da nova fronteira, no nordeste da Argentina os 'oásis' de cana-de-açúcar e a vinha, além dos pecuarista do Prata e do café em São Paulo. A questão da imigração européia na América do Sul também é tratada por Enjalbert (1955b), bem como o nível de modernidade da agricultura no Brasil:

> Traço fundamental da paisagem agrícola sul-americana: as regiões que de fato são cultivadas de modo permanente ocupam áreas ainda bem limitadas. É bastante penetrar-se um pouco no país para encontra-se logo, sobretudo no Brasil, a região da agricultura primitiva de tipo sertanejo ou então a velha zona pastoril. (ENJALBERT, 1955b, p.495).

O autor ainda traz alguns dados do *Anuário Estatístico do Brasil* para mostrar a proporção e importâncias das diferentes culturas agrícolas. Sobre a geografia agrícola Strauch

(1955) analisa a produção de erva-mate na região Sul do Brasil, através de descrições e dados estatísticos da cultura, faz algumas inferências quanto à exportação e ao consumo interno dessa erva-mate.

O trabalho de Roberto Galvão (1955) representa o método predominante na geografia clássica, indutivo, através de trabalhos empíricos. A viagem realizada pelo autor na Amazônia foi possível destacar algumas características observadas sobre a importância da borracha na economia do Território do Acre, entretanto, o autor deixa explícito sua abordagem de análise "devemos esclarecer que o presente trabalho não terá a pretensão de corrigir ou criticar o que observamos no território; será antes uma visão geral dos fatos ali encontrados" (GALVÃO, 1955, p.153). Assim, os objetivos destes trabalhos nada mais são do que observações e descrições de paisagens, para entender as diferentes regiões do Brasil. Somente alguns pesquisadores tinham como objetivo principal, planejar e criticar as condições sociais e econômicas das populações rurais.

O trabalho de Campos (1955) descreve a produção de gados bovinos na região Sul do Brasil, fazendo correlações com o meio físico e aspectos fundiários, para isso, utiliza cartogramas de pontos e círculos para mostrar a distribuição da produção, além de conter muitas fotografias expressando a paisagem rural:

> Uma conclusão de ordem geral, que se pode tirar desse estudo sobre a distribuição do gado bovino na região sul é a interrelação entre o tamanho da propriedade e o aspecto da própria pecuária, mais ou menos intensivo. Nas zonas de campo, de ocupação luso-brasileira, essencialmente pastoris, criadoras de gado de corte, raçado, dominam propriedades de áreas extensas (110 hectares de área média), ao passo que nas regiões de gado predominantemente leiteiro, as propriedades são pequenas (menos de 50 hectares), nas zonas de economia mista, as propriedades são de tamanho médio (acima de 50 hectares). Isto é também, em parte, condicionado pelo meio físico diverso e pelo tipo de colonização. (CAMPOS, 1955, p.341).

O trabalho de Matos (1956) faz uma relação entre a expansão da rede ferroviária e a cultura do café, e como esses elementos transformam a paisagem no interior paulista, sendo aspectos decisivos para o povoamento nas regiões próximas as estradas de ferro:

> Os trilhos são criadores de paisagens. E tão grande é a distinção entre estas paisagens que o povo considera como verdadeiras regiões do estado exatamente as regiões ferroviárias [...] a estrada de ferro, na maioria dos casos paulistas, seguiu a marcha da agricultura, é ela que nessa terra nova, onde os homens pela primeira vez exploram as riquezas do solo gera uma consciência regional. (MATOS, 1956, p.381).

O trabalho de Côrrea Filho (1956) faz um levantamento histórico do processo de doação de terras através das sesmarias, desde o século XVI até o século XX, e comenta os resultados dessa política de terras:

> Ao regime das sesmarias coloniais não cabe maior quinhão de culpa na formação de latifúndios imensos, mantidos como bens de raiz, ainda que os donos residissem em paragens distantes, interessados em atividades de ordem diversa. (CORRÊA FILHO, 1956, p.496).

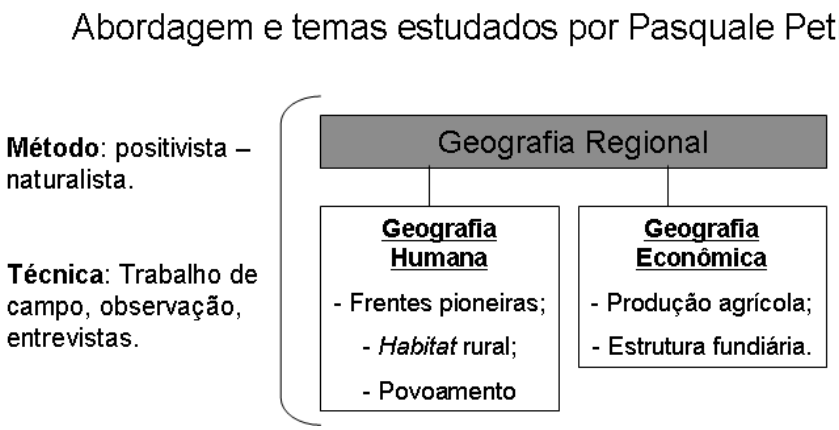
A respeito da colonização e ocupação de novas áreas no Brasil, Müller (1956) estudou a região do Norte do Paraná, adotando critérios básicos da geografia clássica, ou seja, o estudo regional com ênfase nos *habitat* rural que compõem a paisagem:

> Na *colonização rural*, o elemento básico da posse da terra é o café, fator da unidade paisagística da região e de sua individualidade no conjunto do Estado. [...] Outro elemento introduzido na paisagem pela predominância da pequena propriedade é o "habitat" disperso. (MÜLLER, 1956, p.83-85).

Outro tópico pesquisado por Müller (1956) diz respeito às frentes pioneiras, nas quais eram importantes temas de estudo na geografia humana. Antônio Guerra (1957) analisou a cultura do palmito e o processo de industrialização desse produto, nos municípios de Iguape e Cananéia no Estado de São Paulo, através de descrições da paisagem, sendo o trabalho da geografia agrícola. Com a mesma temática, geografia agrícola, Valverde (1957) estudou os aspectos econômicos e sociais da cultura do babaçu no Meio Norte, analisando as condições dessa cultura e as potencialidades para a industrialização dessa matéria-prima.

BOX 2 – PASQUALE PETRONE

Nascido na Itália, chegou ao Brasil na década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial. Ingressou como aluno em 1944 na USP, tendo como professores Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. Os trabalhos de Pasquale Petrone representaram grande participação e influência na produção científica em geografia agrária, caracterizando-o como um geógrafo regional de base francesa na década de 1950-1960 (Organograma 7).



Organograma 7 – Abordagem e temas estudados por Pasquale Petrone
Organização: Flamarion Dutra Alves

Foi professor no curso e pós-graduação em geografia da USP, orientando 24 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado, entre algumas citamos Manoel Fernando Gonçalves Seabra, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Lea Goldenstain. Com uma abordagem regional nas suas pesquisas, Petrone primou pelas investigações em geografia humana, procurando entender como era formada e constituída as paisagens culturais das diferentes regiões brasileiras. O trabalho de campo sempre foi essencial para o desenvolvimento das pesquisas, a observação e entrevistas peças fundamentais como técnicas de análise. Não se enquadrando nos modelos classificatórios na Geografia Clássica "Possibilista ou Determinista", conforme Pasquale Petrone aponta:

> *[...] em Geografia, recusei-me sempre a aceitar etiquetas como Determinismo ou Possibilismo; e é por isso mesmo que em nenhum momento julguei correto identificar-me com determinadas correntes, teoréticas, quantitativas, estruturalistas, qualquer que fosse. Por isso mesmo sempre procurei encarar com muita cautela a utilização da obra de Marx no campo da Geografia. A realidade das atividades de pesquisa tem possibilitado a observação de muitas direções, e interpretações diferentes. Daí julgar importante a não aceitação passiva de qualquer diretriz, não enquadrar-se de modo mais ou menos definitivo, de modo a sempre deixar portas abertas para o novo. (PETRONE, 1998, p.63).*

Dando continuidade aos estudos regionais, Pasquale Petrone (1957) relata a viagem realizada no vale do Rio Paraná, entre a divisa de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nessa excursão, evidencia-se a busca pela caracterização detalhada da região, ainda pouco estudada, desde as condições do *habitat*, produção agrícola e infra-estrutura:

Os pequenos núcleos e mesmo habitações isoladas situam-se de preferência junto à confluência de pequenos afluentes do Paraná, que, em muitos casos, entalharam vales suficientemente profundos para originar barrancas tão elevadas quanto às do Paraná. [...] Em todo o percurso, domina um "habitat" disperso. (PETRONE, 1957, p.58-59).Neste trabalho de geografia humana, Petrone (1957) ainda se preocupa com as frentes pioneiras nessa região, observando a presença de migrantes nordestinos e paraguaios: Um fato, que nos chamou a atenção em todo o trecho percorrido, foi a freqüência com que apareciam, no seio da população, os elementos nordestinos [...] O paraguaio, que ainda constituía boa percentagem da população de Guaíra e arredores. (PETRONE, 1957, p.92).

Entretanto, sua obra de maior destaque foi na região "Baixada do Ribeira", na qual determinou o gênero de vida presente, os "homens dos sambaquis", que viviam ao longo dos rios e lagunas da região.

O trabalho de Dantas (1957) faz um levantamento histórico da produção mundial de açúcar e a participação do Brasil, no ano de 1954-1955, baseado em dados estatísticos com uma abordagem histórica. Com uma abordagem semelhante, Soares (1957) detalha a evolução histórica da agricultura do Maranhão, porém, com mais dados estatísticos sobre a pecuária e agricultura.

Ainda sobre a geografia agrícola, Araujo Filho (1957) pesquisou a importância econômica da cultura da banana no Brasil, destacando as principais regiões e as condições de plantio e cultivo. O autor utiliza dados estatísticos de produção e exportação do produto, indicando a grande importância dessa atividade, principalmente para a região Sudeste, em especial o litoral. Mello (1957) faz algumas constatações sobre a produção agrícola no Brasil no ano de 1951, salientando os aspectos de cada região brasileira e produzindo um mapa com as principais culturas agrícolas representadas em círculos.

A questão da paisagem rural é abordada por Roberto Galvão (1957), correlacionada com os aspectos físicos e ambientais, destaca as criações de gado na região do Acre:

> A cobertura vegetal da região, a Hiléia de Humboldt, dificultou sobremodo a instalação de propriedades criadoras já que a não existência de campos naturais obrigou o povoador a realizar uma verdadeira mudança na paisagem da região a fim de que pudesse desenvolver uma atividade pecuária incipiente. (GALVÃO, 1957, p.727).

Álvaro Gonçalves (1957a, 1957b, 1957c) aborda a questão política da aristocracia construída sobre a cultura do café no Estado de São Paulo, suas conseqüências para a sociedade brasileira, e os impactos ocorridos com o fim da escravidão e a política de imigração européia. O estudo apresenta uma abordagem histórico-descritiva a respeito da questão do trabalho nas fazendas de café.

A questão agrária é estudada por Smith (1957), no qual elabora um trabalho indicando os principais motivos para a realização da reforma agrária no Brasil, considerando o grau elevado de concentração de propriedade e controle da terra, latifundismo, alta proporção de trabalhadores agrícolas na população rural. Nesse sentido, o autor foge da descrição básica dos trabalhos geográficos, e exalta a condição e preocupação do homem, como o objeto principal do estudo:

> Simultaneamente com a subdivisão dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, a reforma agrária cuidará também de valorizar o homem e a terra, de modo que assegure a todos trabalho que possibilite a existência digna. [...] O objetivo primordial da reforma agrária é elevar a qualidade e aumentar o bem-estar do habitante comum do Brasil rural. (SMITH, 1957, p.479).

Papy (1957) estudou as regiões litorâneas em São Paulo, que estavam à margem do "Império do Café", ou seja, lugares esquecidos ou menos valorizados pelos estudos geográficos. Até então, muitos trabalhos destacavam a importância da cultura do café no interior paulista, bem como a imigração para essas lavouras e também a expansão ferroviária no interior. Nesse sentido, Papy (1957) apresenta um estudo regional procurando desvendar os diferentes tipos humanos e gêneros de vida:

> O tipo físico dessa gente do litoral indica uma mestiçagem mais ou menos generalizada. Distinguem-se apenas algumas raras ilhas de raça branca quase pura, como em algumas praias isoladas da ilha de São Sebastião. [...] Sua habitação de barro e madeira, é construída na areia da restinga, e desaparece em meio do jardim. Em torno, alguns pés de café, de cana, uma touceira de bananeiras, uma roça de mandioca, algum feijão, milho ou batata-doce. (PAPY, 1957, p.148-149).

Outro estudo regional é de João Moraes (1957), na qual analisa os aspectos físicos da região litorânea do Nordeste e correlaciona com a produção agrícola existente, bem como a estrutura fundiária do local e sua influência na estrutura social

> [...] com a monocultura latifundiária do açúcar na zona da mata e a pecuária e o algodão nas zonas secas [...] O latifúndio em regiões despovoadas é perfeitamente lógico: é uma estrutura agrária, harmonizando-se com a estrutura social: despovoamento, sistema patriarcal de administração do dono das terras.

Ainda na região Nordeste, Egler (1957a) descreve as características físicas e humanas do agreste e dos brejos em Pernambuco, identificando os produtos alimentícios cultivados e a dinâmica das populações rurais e urbanas:

> A criação extensiva sustentada em grande parte pela "palma" plantada e uma agricultura incipiente de cereais, algodão e mamona são as principais atividades desta faixa do vale. Causa surpresa, portanto, de encontrar dentro desta paisagem angustiada, cidades importantes como Caruaru, cognominada de a "capital do agreste". Esta surpresa é tanto maior ao se assistir às feiras destas cidades em que a

> abundância e a fartura em frutas, verduras, flores, toda espécie de produtos agrícolas, inclusive galinhas, porcos, etc, constituem contraste chocante com o ambiente seco e pedregoso dos arredores das mesmas. (EGLER, 1957a, p.296).

Em outro estudo, acerca do sertão da Paraíba Egler (1957b) apresenta a mesma metodologia de estudo, com descrição e detalhamento da paisagem rural. Monbeig (1957) analisa as tendências da agricultura paulista, além de verificar os impactos do êxodo rural e suas conseqüências para a atividade agrícola. Ainda sobre as migrações internas, Borges (1958) destaca a tendência de esvaziamento das populações rurais em direção a cidades de médio e grande porte, principalmente no Estado de São Paulo:

> [...] a existência de grandes correntes internas de migração. Parte delas – as mais significativas de resto – orientam-se no sentido rural-urbano, alimentando o crescimento das cidades a expensas de áreas campesinas, fenômeno próprio de país em fase de industrialização; outras refletem o abandono de extensas áreas rurais em busca não dos centros populosos, mas de novas áreas rurais mais florescentes, o que também é natural que suceda em país novo e extenso. (BORGES, 1958, p.358).

Este estudo, esta baseado nas estatísticas realizadas nos Censos Demográficos, onde o autor analisa os dados com a realidade abordando essas relações em causa-efeito. Os motivos das migrações internas, e o êxodo rural estariam relacionados por causa da seca no norte de Minas Gerais e no Nordeste, os salários baixos, e a possibilidade de maiores salários em São Paulo.

Strauch (1958) analisa em seu trabalho a localização das atividades agrícolas e industriais na região Sul, incluindo o Estado de São Paulo, de acordo com as características físicas, principalmente, em relação ao relevo. Valverde (1958b) aborda a geografia econômica do Estado do Rio de Janeiro de forma histórica, descrevendo os principais momentos históricos e a situação de cada atividade econômica.

Em outro estudo acerca das aptidões agrícolas relacionando com o tipo de solo, Ab'Sáber (1958) analisa as condições geológicas e o uso da terra para a agricultura no Estado do Maranhão. Com enfoque de geógrafo físico, Ab'Sáber (1958) faz um levantamento geológico e geomorfológico do Maranhão e ressalta as áreas com melhores aptidões para a agricultura, "Na fachada costeira do Maranhão, há áreas de solos agricolamente muito pobres e ácidos, quer na região dos tabuleiros [...] como principalmente na zona dunosa dos 'lencóis maranhenses'." (AB'SÁBER, 1958, p.31-32).

O trabalho sobre a imigração japonesa é destaque no estudo de Mattos (1958), na qual pesquisou a região da Zona Bragantina no Estado do Pará. Essa região recebeu migrantes nordestinos e japoneses, e estes últimos introduziram a cultura da *pimenta do reino* nas atividades agrícolas da região, entretanto, o extrativismo vegetal predomina na região. O

trabalho é de caráter regional e descritivo, mantendo características da geografia francesa com aspectos possibilistas, ou seja, o meio não é condição fundamental para a constituição de uma sociedade. Nesse caso, Mattos (1958) faz a relação com a colonização japonesa nessa região, apesar das diferenças extremas de clima, solo, povoamento e agricultura do Pará com o Japão, esses imigrantes conseguiram se estabelecer.

Alonso (1958) comenta a cultura do fumo no Rio Grande do Sul, verificando as condições climáticas favoráveis e as regiões produtoras mencionando os tipos de produtores rurais que exercem essa atividade, ou seja, os produtores familiares:

> A cultura fumícula sul-rio-grandense favorecida pelos fatores clima e solo, está em franco desenvolvimento. É uma lavoura bem organizada, de iniciativa privada, praticada por grande número de pequenos agricultores[16] e respectivas famílias, em áreas que atingem no máximo 1,5 hectares. (ALONSO, 1958, p.309).

Com um trabalho com características da geografia clássica, Hilda da Silva (1958) analisa a Zona agrícola do Distrito Federal[17], salientando o estudo dos gêneros de vida e a da paisagem (natural e cultural):

> A região do vale do Mendenha situada no Distrito Federal, ao norte do subúrbio de Campo Grande, apresenta características que a definem como zona de ocupação rural. Suas **paisagens culturais** fornecem forte contraste com a aglomeração suburbana de Campo Grande no que se refere à ocupação humano do solo, povoamento e **gêneros de vida** apresentados. (SILVA, 1958, p.429).

O trabalho também teve a finalidade de propor uma regionalização na área estudada, para isso "Ao delimitarmos a região, procuramos grupar o que nos pareceu constituir, por seus aspectos físicos e humanos, bastante peculiares, uma unidade diferentes das demais regiões circunvizinhas" (SILVA, 1958, p.429).

Geraldo Côrtes (1958) descreve a importância da cultura do côco-da-Bahia para a economia do Nordeste, este trabalho sendo apenas informativo, sem preocupações metodológicas.

Analisando o comportamento e o movimento da população brasileira, José Camargo (1958, 1959) fez um levantamento das migrações *inter-regionais* e *rural-urbanas* baseadas nos Censos Demográficos de 1940 e 1950. O autor explica os movimentos migratórios *inter-regionais* de acordo com a produção econômica no Brasil nas diferentes regiões, ou seja, o deslocamento da população para as regiões onde a economia está em evidência:

[16] O termo "Pequeno Agricultor" pode ser entendido como "Agricultor Familiar", definição criada na década de 1990 no Brasil e amplamente utilizada na geografia agrária.
[17] Neste período o Distrito Federal era o município do Rio de Janeiro.

> Desde as primeiras fases de sua evolução, pode-se notar na Economia brasileira, a constância dos deslocamentos inter-regionais de população, acompanhando a expansão econômica ou a penetração do território imenso e desconhecido. São as Entradas e Bandeiras; são as fases de predomínio monocultor do açúcar, do gado, das minas, do café, da borracha, etc. População escassa e território de dimensões quase continentais explicam tal contingência dessa Economia itinerante. (CAMARGO, 1958, p.8).

A respeito do êxodo rural, Camargo (1958) constata que nas regiões com maior desenvolvimento econômico existe uma atração pelas populações rurais, principalmente no Estado de São Paulo:

> Nota-se assim uma relação muito estreita entre o ritmo de desenvolvimento econômico e a intensificação do êxodo rural nas diversas regiões geoeconômicas de nosso país. Desenvolvimento econômico identificado mesmo, até certo ponto, com o processo de industrialização da Economia brasileira. (CAMARGO, 1958, p.11).

Os centros urbanos em franco desenvolvimento na década de 1950 e a falta de perspectiva no campo, aliada a concentração fundiária, fez com que as migrações do campo para a cidade se acentuassem, sendo zonas de atração (Sudeste) e de repulsão populacional (Nordeste):

> Dessa maneira, cafeicultura, migrações, urbanização e industrialização, são fenômenos correlatos no desenvolvimento populacional e econômico da importante região Sudeste. [...] Latifúndios de um lado e minifúndios de outro, grande número de trabalhadores da agricultura sem qualquer esperança de seu acesso à propriedade da terra, salários de fome, constituem causas decisivas para as migrações no interior do país. (CAMARGO, 1959, p.13-16).

Além da migração para o espaço urbano, Camargo (1959) observou uma migração *inter-rural* para o Norte do Paraná, principalmente para as lavouras de café e algodão, por populações dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste:

> [...] destaca-se a região Norte (do Paraná) [...] a qual, baseada no prolongamento da cafeicultura paulista, viu seu povoamento expandir-se em ritmo extraordinariamente acelerado, nos últimos anos, pois sua população, que abrangia 12,1% da do Estado em 1920, abrangerá mais da metade em nossos dias. (CAMARGO, 1959, p.9).

Elza Keller (1959b) analisa os tipos de povoamento rural no Brasil, tomando o conceito de *habitat* como peça-chave, verificando os fatores naturais e humanos que determinam a dispersão ou aglomeração. Assim, "a dispersão original remonta ao período colonial e resulta do sistema de doação de sesmarias" (KELLER, 1959b, p.144), sendo observado em boa parte do Brasil, mais evidenciado na região Nordeste. Já a aglomeração é observada na região Sul, nas áreas de colonização européia.

José Almeida (1959) verifica as áreas férteis para a agricultura no Vale do Rio São Francisco, salientando os aspectos econômicos e sociais favoráveis para a atividade agrícola.

Um estudo que indica áreas para um planejamento rural, mesmo sem uma metodologia elaborada, apenas mencionando alguns elementos favoráveis.

A geografia agrária da África foi tema no trabalho de Antônio Penteado (1959), na qual estudou a organização da agricultura e dos modos de vida do Congo Belga. verificou-se dois tipos distintos de agricultura praticadas pelos indígenas da região: *agricultura itinerante* e *agricultura fixa do colonato*. No primeiro caso, a propriedade privada inexiste e no segundo caso, são propriedades organizadas para a subsistência dos grupos cooperados.

O trabalho de Carvalho e Silva (1959) faz um balanço da produção agrícola brasileira no ano de 1957, utilizando os dados do IBGE como base, as autoras elaboram diversos catogramas de isaritimas para mostrar as regiões e a densidade da produção de café em São Paulo, além de outros mapas de produção e densidade agrícola. Este trabalho teve como objetivo demonstrar as regiões produtores de alimentos no Brasil.

Pasquale Petrone (1959) elabora um estudo regional sobre São Luis do Paraitinga, analisando a paisagem, destacando a geografia humana do local enfatizando todas culturas agrícolas ali desenvolvidas, informações obtidas por meio de trabalhos de campos e inquéritos realizados com as populações locais. Além disso, verifica o sistema de trabalho, tamanho e tipo das propriedades rurais, esses três elementos dão consistência para a definição dos *habitat* rural e os gêneros de vida presentes.

Bernardes (1959) analisa a paisagem cultural estabelecida com o desenvolvimento da agricultura nas montanhas do Distrito Federal, modificando os gêneros de vida presentes. O trabalho de Vieira e Azevedo (1959) descrevem a situação da Fazenda Amália, suas atividades pastoris e agrícolas, interligadas a agroindústria. Oliveira (1960) analisa a região do Rio da Prata, Distrito Federal[18], sob os aspectos agrícolas, para isso a autora aborda o quadro natural, ocupação humana e paisagens rurais, após isso, já tem informações para pontuar os *habitat* rurais e a paisagem cultural. O referencial da autora esta pautada em Pierre Monbeig.

Sobre o uso da terra, Preston James (1960) analisou através de trabalhos de campos os tipos de uso da terra na região nordeste do Brasil, usando uma abordagem possibilista em relação às condições físicas impostas ao cultivo de plantes e criação de animais, ressaltou também, a ocupação feita pelos portugueses que geraram as péssimas condições de vida das populações residentes nessa região:

> Não se pode dizer que os habitantes desta região estejam condenados à pobreza pelas condições físicas e biológicas do meio; nem se pode dizer que um povo com as tradições econômicas dos brasileiros deva ser pobre indefinidamente. Mas o

[18] Neste ano, o Distrito Federal localizava-se no Rio de Janeiro.

> conjunto das condições físicas e biológicas, de um lado, e as condições econômicas introduzidas pelos portugueses de outro empobreceram a região através da destruição gradativa dos recursos básicos disponíveis. (JAMES, 1960, p.353),

O trabalho traz uma série de mapas relacionando as condições físicas e biológicas com as culturas agrícolas, fazendo uma relação entre causa e efeito, entre esses fatores "o tipo mais intensivo de uso da terra em qualquer parte do Nordeste rural acha-se naqueles terrenos que são alternadamente inundados e expostos à variação de nível dos riachos" (JAMES, 1960, p.362).

No ano de 1959 é divulgado o Anuário Estatístico do Brasil, organizado pelo IBGE, e através dele, Azevedo (1960) publica um trabalho acerca desses dados sobre o Estado do Rio Grande do Norte. Na qual, a produção de algodão e a criação de bovinos representam metade do valor total de produção agropecuária.

Roche (1960) apresenta um trabalho clássico da geografia francesa ao analisar a imigração alemã no Rio Grande do Sul, enfocando primeiramente a descrição física da região (clima, relevo, hidrografia, etc) para em seguida fazer a análise dos gêneros de vida, suas culturas agrícolas e identificar o *habitat* rural (Figura 5).

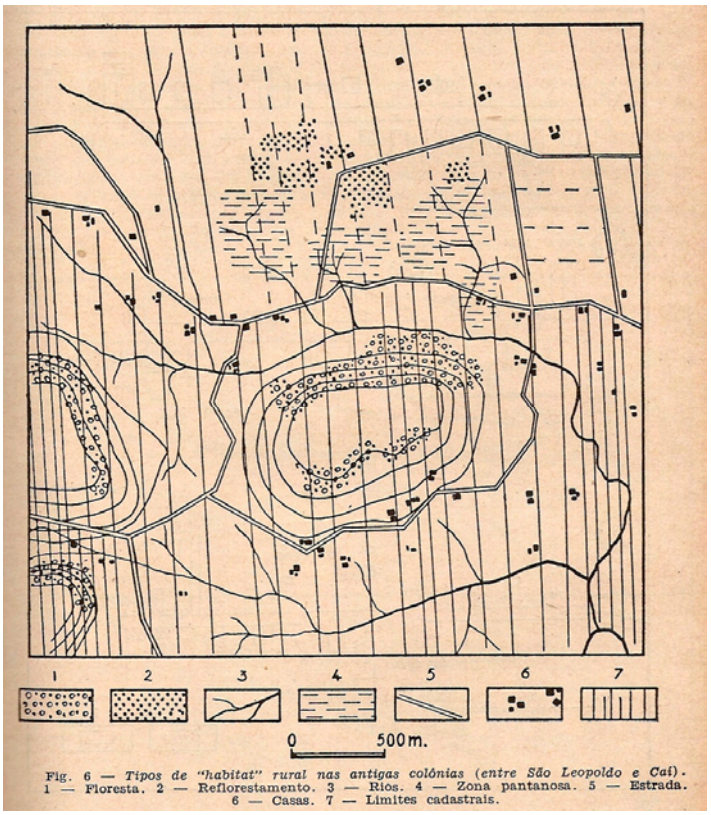


Fig. 6 — *Tipos de "habitat" rural nas antigas colônias (entre São Leopoldo e Caí).*
1 — Floresta. 2 — Reflorestamento. 3 — Rios. 4 — Zona pantanosa. 5 — Estrada.
6 — Casas. 7 — Limites cadastrais.

Figura 5 – Tipos de *habitat* rural nas antigas colônias.
Fonte: Roche (1960, p.391).

A figura 5, mostra um dos conceitos mais investigados na geografia agrária da década de 1940 e 1950, o *habitat* rural, como os elementos humanos eram organizados com relação aos elementos físicos e biológicos. E a partir disso, classificavam em *habitat* disperso ou aglomerado, fazendo correlações entre a atividade agrícola e os gêneros de vida existentes.

5.1.1 – Produção em geografia agrícola no ano de 1954

Sobre a geografia agrícola, diversos trabalhos foram publicados no ano de 1954, dos 18 artigos de geografia agrária neste ano, 15 trataram sobre a questão agrícola. Ressalta-se a importância dessa temática no período pós-guerra e do desenvolvimento do campo brasileiro, e as questões ligadas aos dados gerados pelos Censos a respeito da produção agrícola.

Carlos Botelho (1954) investiga os aspectos da produção de cacau na Bahia, fazendo diversas análises, entre o meio físico e a economia regional, ocupação humana e suas características, tipos de uso da terra e as vias de comunicação e transporte. Através do trabalho empírico, dados estatísticos da produção de cacau e cartogramas sobre a produção agrícola, o estudo apresenta as características básicas da geografia clássica.

O estudo realizado por Pierre Barrère (1954) tem como característica o caráter econômico da cultura da banana. Com destaque para os principais países importadores e exportadores, o autor mapeia a circulação dessa atividade agrícola. Além de verificar as condições das técnicas de transporte e socioculturais, pois em algumas regiões na América Central, o cultivo da banana é realizado em latifúndios monocultores e o risco é alto, tanto para as questões ambientais como sociais.

Com relação a seca e a agricultura, Mariano Feio (1954) analisa as perspectivas da criação de açudes para alimentar as reservas de água na região, além de auxiliar na produção agrícola e diminuir o problema da emigração por causa da seca.

Pierre Monbeig (1954) analisa a economia cafeeira no Brasil ao longo de sua trajetória do século XIX e XX, com análises estatísticas da produção além de caracterizar os aspectos sociais e econômicos, situando no contexto do mundo atual:

> A geografia econômica do café reflete perfeitamente o mundo atual: dela apreendemos aquilo que subsiste ainda de uma época em que os grandes países industrializados do hemisfério norte dominavam as economias e exploravam os recursos dos países tropicais. Mas, ao mesmo tempo, esta geografia permite medir os esforços dos países subdesenvolvidos para se libertarem ao preço de mil dificuldades. (MONBEIG, 1954, p.285).

Geiger e Santos (1954) analisam a composição da paisagem na baixada fluminense, sob os aspectos humanos em relação ao meio físico, nesse sentido, destacam as condições físicas com a produção agrícola:

> O clima da Baixada é suficientemente quente e úmido para a cultura dos bananais e a existência de uma estação seca, relativamente acentuada em certas áreas, é favorável às plantações de abacaxi e de laranjais. Quanto aos solos, existem os que são bastante argilosos e fofos, necessários às touceiras de banana e os mais ou menos arenosos e menos úmidos para a cultura de laranja e abacaxi. (GEIGER & SANTOS, 1954, p.297).

O trabalho de Beatriz Pettei (1954) analisa a produção de milho e suínos da região Sul do Brasil, com descrições, fotos, mapas temáticos, dados estatísticos e históricos, o estudo não objetivou apenas descrever a paisagem rural da região, mas sim caracterizar e mostrar as potencialidades da região:

> [...] o mapa representativo de sua produção nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul indica não somente a extensão e a localização de sua cultura, mas tem também a virtude de assinalar, de maneira bastante expressiva, as zonas agrícolas neles existentes. (PETTEI, 1954, p.362).

Lysia Bernardes (1954) usa o mesmo procedimento metodológico de Pettei (1954) para analisar a importância orizicultura na região Sul. Estes trabalhos dão ênfase à geografia agrícola, com o início de outras técnicas de pesquisa em geografia, como a cartografia e estatística. Mário Lacerda Melo (1954) estuda os aspectos da lavoura canavieira no Brasil, procurando entender o *habitat* rural e a paisagem agrária criada pela atividade agrícola, com base na descrição esse estudo detém um padrão metodológico da geografia clássica. Com relação às construções das destilarias e usinas de açúcar, o autor analisa as transformações no *habitat* rural:

> As atividades da população, exercidas na indústria, retiram o caráter rural, ou pelo menos o caráter agrícola a esse tipo de *habitat*. Mas, por outro lado, ele não apresenta nitidamente os característicos de um *habitat* urbano, embora muitas vezes tenda para isso e embora sua área, certas vezes, seja um prolongamento de área urbana. [...] A paisagem agrária que se vê é, então, a do tipo *plantation* com o mar verde-claro dos canaviais ondeando ao vento. (MELO, 1954, p.475-476).

Além dos traços básicos da geografia clássica, este trabalho inclui técnicas estatísticas e cartogramas acerca da produção do açúcar no Brasil. A produção agrícola é tema do trabalho de Mário Campos (1954) na qual analisa a cultura do feijão na região Sul, as análises foram feitas com base em dados estatísticos e na descrição dos fatos, utilizando a mesma metodologia de Carvalho (1952):

> Os dados estatísticos confirmaram esse maior desenvolvimento agrícola, tanto que a produção de feijão do município de Santa Rosa em 1951, foi de 339.800 sacas de 60 quilogramas numa área cultivada de 17.650 hectares, bem razoável , portanto. Chega-se até pensar que todo esse feijão não sirva só para o consumo desse município e que, em parte, seja enviado a Cruz Alta e Ijuí, mas à falta de dados estatísticos, não se pode fazer tal afirmação. (CAMPOS, 1954, p.56).

A produção cafeeira é de Heitor Lima (1954), o autor analisou as estatísticas relativas à economia desta cultura, desde 1817 a 1889, além de identificar as zonas produtoras e destacar a importância do Estado de São Paulo, atraindo os imigrantes para as lavouras de café. A respeito da criação de gados está em Guerra (1954a), na qual analisa essa produção na Amazônia, nos campos de Rio Branco.

O trabalho realizado por Preston James (1954) expressa as tendências no desenvolvimento agrícola brasileiro, verificando através de uma abordagem histórica com alguns dados estatísticos, o autor prepara prognósticos da agricultura no país. Primeiramente, o método histórico se faz presente para entender o atual momento agrícola no Brasil:

> A história econômica do Brasil está dividida em períodos durante cada um dos quais um certo tipo de produto era lucrativo. Houve o período do açúcar nos séculos 16 e 17. o período da mineração do ouro e diamantes no século 18 e o período do café, que começou no século 19 e teve seu fim em 1930; e houve o interesse explosivo pela borracha, pelo cacau, pela laranja, pelo sisal e outros. (JAMES, 1954, p.252).

O autor menciona que a tendência da agricultura brasileira é voltar-se a modernidade, a agricultura científica aliada com a expansão da fronteira agrícola:

> Quando a agricultura científica e moderna for adotada pelos proprietários brasileiros, ao invés de fornecer uma base para a expansão da fronteira de colonização para o oeste, terá o efeito oposto, levando antes a um decréscimo de população nas áreas pouco habitadas e uma concentração ulterior nos lugares já densamente habitados. (JAMES, 1954, p.251).

Entretanto, o autor considera alguns aspectos positivos dessa nova tendência moderna para a agricultura: "Não pode haver dúvida que a agricultura científica pode ser aplicada com êxito no Brasil e que essa aplicação resultaria em elevar tanto a quantidade quanto a qualidade dos produtos alimentícios e baixar o custo dos alimentos" (JAMES, 1954, p.269).

Nesse sentido, a questão de agricultura técnico-científica surge neste ano, e anos mais tarde, precisamente na década de 1970, a Revolução Verde vai atingir o campo brasileiro e os trabalhos ligados ao desenvolvimento e modernização na agricultura ganharam destaque na geografia agrária, e por volta da década de 1990 vai aparecer o termo *meio técnico-científico*. Todavia, deve-se fazer o registro dessa evolução sobre esta temática, ou seja, a construção de conceitos sobre a agricultura moderna ou científica na geografia agrícola.

5.2 – Abordagens diferenciadas na década de 1950

Não foi somente a geografia francesa, *lablachiana* que ganhou espaço na produção científica da geografia agrária brasileira, houve trabalhos com abordagens deterministas em relação à constituição das paisagens, os meios físicos e biológicos determinaram a sociedade em uma dada região.

A abordagem sociológica e o materialismo histórico-dialético também tiveram participação na produção na década de 1950, além da quantificação e estatística.

5.2.1 - Abordagem determinista na geografia agrária

Com relação à pecuária em zonas tropicais, Veyret (1956) apresenta uma abordagem determinista e conservadora a respeito da fixação do homem e das atividades desenvolvidas nos trópicos. Relata a dificuldade da pecuária nas zonas tropicais, fazendo uma correlação com as zonas temperadas, por causa da temperatura, umidade, vegetação entre outros aspectos, somado a isso, o autor salienta a dificuldade de desenvolver a atividade pecuária com as populações nativas, em especial os indígenas:

> A intervenção européia não operou milagres e, aliás, não poderia fazê-lo. É oportuno lembrar que a natureza tropical, pelo calor do clima, pelo regime das chuvas e pela rudeza da vegetação, impõe aos herbívoros condições de vida muito mais duras que as dos países temperados. [...] Uma revolução psicológica deveria, também, ter sido feita: tal tarefa é bem mais difícil que a educação dos agricultores, pois, além dos hábitos, fere religiões e crenças tão enraizadas quanto à religião. As resistências humanas acrescentaram-se, portanto, às dificuldades físicas para limitar de modo bem restrito a ação colonizadora em matéria de pecuária. (VAYRET, 1956, p.9-10).

Outro trabalho que retrata a produção de gados bovinos está em Abreu (1953), na qual afirma que esta cultura pecuária determinou alguns traços culturais e sociais no Rio Grande do Sul, ou seja, a influência dessa cultura na Antropogeografia, de Ratzel, no território gaúcho. Ainda nessa mesma região, Aurélio Pôrto (1956, 1957) fazendo um estudo histórico da ocupação nas Missões no Rio Grande do Sul, ressalta a influência da pecuária bovina na constituição da sociedade naquela região: "a geografia do gado imporá ao homem, imperativamente, em função do meio, novas condições modificadoras de sua vida material e moral, em suas modalidades topográficas, econômicas e sociais" (1956, p.446-447).

Com relação às condições climáticas sobre o homem, Reis (1956) caracteriza aos elementos sociais e culturais na Amazônia, dando ênfase ao migrantes brasileiros e estrangeiros. Sob um enfoque descritivo da situação naquela região, o autor ressalta as

dificuldades encontradas pelos migrantes e a conjuntura fundiária da Amazônia, pautada no latifúndio de extração vegetal:

> O quadro das sociedades amazônicas, integrado por tais parcelas humanas, é um quadro que não expressa bem-estar. Os altos e baixos de seu desenvolvimento tem estado à mercê das flutuações dos mercados consumidores de matéria-prima regional. O regime das terras é o latifúndio, mercê do progresso econômico vigente, baseado fundamentalmente na exploração da floresta. A pequena propriedade, que significa a existência do lavrador constante, não têm significação com unidade econômica. Representa muito pouco na criação de riqueza e do tipo social do rurícola. (REIS, 1956, p.38).

Após a descrição dos grupos migrantes que ocupam a região amazônica, o autor deixa clara a questão determinista de seu discurso "naquelas realidades sociais tão angustiantes que surpreendemos na hinterlândia amazônica, o que há de positivo é o domínio do meio sobre a humanidade regional" (REIS, 1956, p.40).

5.2.2 – Sociologia e Materialismo histórico-dialético

A produção científica nos periódicos em geografia não foram somente elaborada por geógrafos, mas teve a participação de autores de áreas do conhecimento afins, como o sociólogo Gilberto Freire (1951), que investigou a respeito da invasão da monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste e a devastação da mata natural. Sobre este tema ressalta que:

> A natureza, sabe-se pelos estudos de ecologia do animal ou da planta, que é "essencialmente variada". O homem rompe o equilíbrio que depende dessa variedade quando faz que uma planta única e no momento valorizada mais do que as outras, cresça sobre uma região inteira. É o drama da monocultura. (FREIRE, 1951, p.772).

Além da monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste, Freire (1951, p.774) observa a relação de trabalho dessa atividade agrícola "a monocultura teve de ser latifundiária e escravocrata pelas suas próprias condições de sistema de exploração agrícola quase militar, talvez necessário em terras como as do Brasil de 1500". Outro trabalho que desenvolveu análises sociológicas foi Pedro Geiger (1951), caracterizando a geografia humana da região do Norte do Rio Doce, expressa da seguinte forma:

> Para compreender o aproveitamento da terra, é fundamental o conhecimento da estrutura e relações sociais, não só da região estudada, mas, do conjunto político em que ela está integrada. A atividade do homem é conforme ao grupo social a que este pertence, ao sistema econômico-social em vigor e adaptada às condições do meio físico. (GEIGER, 1951, p.436).

O trabalho de José Artur Rios (1954) ressalta o caráter histórico e crítico da situação fundiária no Brasil, com uma abordagem histórico-dialética o autor insere uma metodologia diferenciada nos estudos agrários na geografia tratando das contradições e desigualdades no campo brasileiro:

> [...] o minifúndio, a propriedade de pequena área que representa exatamente uma conseqüência do sistema latifundiário, uma concomitante e um sintoma da sua decadência. Latifúndio e minifúndio não são pontos extremos de um *gradient* sócio-econômico, mas pólos do mesmo eixo, tese e antítese da mesma dialética. (RIOS, 1954, p.172).

O pensamento de Rios (1954) entende que além de uma reforma agrária no Brasil, deve ser feita uma Lei Agrária, que estabeleça normas e condutas com a propriedade rural, com intuito de beneficiar a maior parte da sociedade brasileira. Ainda sobre os latifúndios, Prado (1955) analisou os aspectos sociais da cultura do café na sociedade brasileira, verificando o processo econômico, a religião, escravidão, imigração e gênero, enfatizando o momento da imigração:

> A feliz combinação do potencial humano, da generosa lavoura cafeeira e de condições ecológicas e telúricas, permitiu o milagre de transformar em meio século, apenas, inculto território em enorme oficina de trabalho. Vários fatores inesperados contribuíram para a feliz aclimação do imigrante no novo *habitat*. (PRADO, 1955, p.323).

Rômulo Almeida (1957) analisa a economia da Bahia considerando a agricultura e os demais setores, salientando a metodologia e abordagem utilizada "devemos estudar com critério econômico e sociológico a história recente, não apenas para nos conhecer – o que já em si é uma finalidade – mas também para descobrir os caminhos mais francos do futuro" (ALMEIDA, 1957, p.596). Com uma abordagem semelhante, Rondon (1958) comenta a regularização de algumas áreas em Rondônia, e a expansão das atividades agropecuárias nessa porção do território nacional, destacando os aspectos sociais presentes na região.

A proposta de Gomes (1959) ressalta para que os estudos em geografia agrária mudem a direção das exigências, que "talvez seja mais conveniente falar-se em **organização agrária**, do que em **reforma agrária**, porque não se pode reformar o que quase ainda não existe. O que é preciso é organizar" (GOMES, 1959, p.383). Nesse sentido, deve-se organizar a terra, homem, saúde, alimentação, habitação, colonização, sociedade, educação entre outros elementos que constituem a dinâmica agrária, ou seja, a **organização agrária** surge nos trabalhos de geografia agrária, justamente com a idéia de planejar e entender como a sociedade está constituída, e poder auxiliar os problemas evidentes.

O problema da concentração fundiária é estudado por Valpassos (1959) sob um enfoque crítico, baseando-se nas políticas de reforma agrária, considera a importância da atividade agrícola no País, porém, não há um crescimento e equidade entre as populações que vivem no campo, e que este setor não acompanhou o mesmo crescimento industrial brasileiro "se a agricultura do Brasil tivesse acompanhado os passos do nosso surto industrial, hoje não estaria nesse estado de mendicidade que nós conhecemos" (1959, p.649).

O autor salienta para os tamanhos das propriedades rurais, mas ao mesmo tempo, analisa as condições de assistência técnica, saúde, educação para a fixação do homem do campo, para que não haja o êxodo rural. "a fixação do homem rurícola ao solo é ponto capital e isso não é possível sem assistência técnica, sem saneamento, sem hospitais, sem escolas, sem tributação honesta. A falta dessas condições tem dado lugar ao êxodo" (1959, p.651).

Com pensamento social contrário Edgard Leite (1959) discute a questão do problema da terra no Brasil e algumas definições referentes a essa temática, como latifúndio, minifúndio, pequena propriedade. Com um discurso contra a reforma agrária e em favor das grandes propriedades. Sobre a reforma agrária o autor afirma:

> Antes de mais nada, é preciso afastar, como perigosa e sobretudo inexeqüível, qualquer medida desse tipo de âmbito nacional, aplicada indiscriminadamente a todo país, como tem pretendido fazer alguns terapeutas mal informados, sociais e políticos. (LEITE, 1959, p.133).

A questão social está em discussão em Valpassos (1959), mas Leite (1959) vem com discurso contrário a reforma agrária, pois considera a simples divisão de terras uma medida insuficiente para o problema do desenvolvimento agrícola.

O trabalho desenvolvido por Milton Santos (1959) diz respeito à produção das culturas de café e cacau, destinadas a economia industrial na Costa do Marfim. Nesse artigo, o autor define seu objetivo e conceitos a serem estudados:

> [...] tentamos aqui examinar, sobretudo, os problemas decorrentes da *reorganização do espaço* e do *gênero de vida*, com a irrupção das culturas industriais em país onde uma velha agricultura alimentar presidia a um antigo equilíbrio entre o homem e o meio natural. (SANTOS, 1959, p.68).

Santos (1959) observa a substituição das culturas tradicionais de subsistência voltada para o consumo interno, para a produção agrícola comercial e industrial destinada a exportação:

> Em lugar da agricultura de subsistência, que gerou um tipo de economia e de sociedade, o mesmo quadro natural está conhecendo uma nova organização do espaço, com a ruptura dos antigos vínculos sociais, uma revolução ainda não

> terminada, mas que, em meio século, modificou a fisionomia do país. (SANTOS, 1959, p.94).

Dessa forma, os autores incluíram novas preocupações nos objetivos de pesquisa, a constituição da sociedade e as relações sociais, ganharam relevância na geografia agrária, mesmo de forma embrionária.

5.2.3 - Quantificação e Estatística

O trabalho de Taylor (1958) apresenta a demanda do sorgo na região do Texas, nos Estados Unidos. Através de uma análise "quantitativa e modelística" entre área cultiva, valor total da produção e condições naturais o autor destaca o crescimento e a importância da cultura do sorgo nessa região dos Estados Unidos.

Ilustra através de um diagrama que relaciona as culturas agrícolas e sua concentração, com as condições climáticas e de relevo (Figura 6). Outro aspecto importante quanto à metodologia utilizada pelo autor, refere-se ao cartograma de concentração de produção por pontos. Ao usar essas ferramentas (estatísticas, cartogramas e modelos) para explicar a concentração do sorgo nessa região, Taylor (1958) insere nos veículos de produção científica em geografia, um material diferenciado nas análises geográficas, não se limitando a descrição dos fatos observáveis, característica predominante da produção bibliográfica nas revistas científicas em geografia.

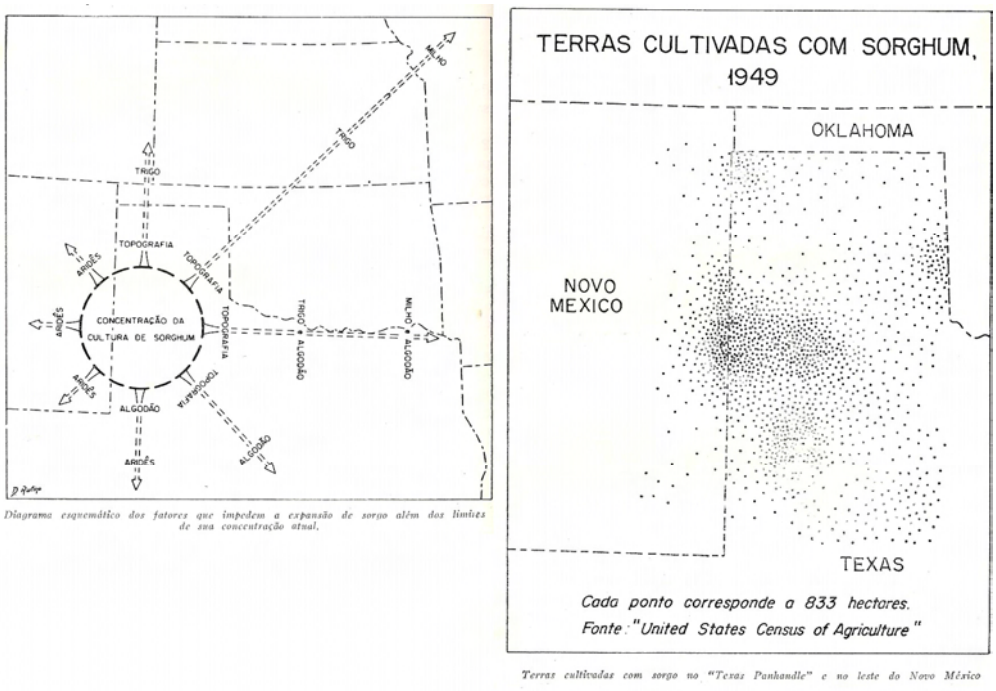


Diagrama esquemático dos fatores que impedem a expansão do sorgo além dos limites de sua concentração atual.

Terras cultivadas com sorgo no "Texas Panhandle" e no leste do Novo México

Figura 6 – Modelo e cartograma na análise da produção de sorgo no Texas, Estados Unidos.
Fonte: Taylor (1958).

A utilização de modelos de distância e localização espacial insere numa nova perspectiva as análises da geografia agrícola, o positivismo clássica da simples observação e descrição não é mais significativo para alguns pesquisadores, é necessário outras ferramentas e teorias para explicar a paisagem.

5.3 - A influência alemã na produção da geografia agrária

A participação de alemães no IBGE foi um dos motivos que levou o Brasil a receber influência da metodologia alemã na geografia agrária brasileira, destacando o geógrafo alemão mais influente Leo Waibel.

Leo Waibel (1954) pesquisou uma das formas de ocupação do espaço agrícola nas regiões tropicais, o "Plantage", sendo um local de atividade intensa e de monocultura. Conforme as bases teóricas de Waibel, o autor considera paisagem como a categoria da análise na geografia agrária, e sobre estes temas ele afirma:

> Este contraste fisionômico da paisagem entre os estabelecimentos nativos e os estabelecimentos do tipo "plantage", até as primitivas condições de vida da população nativa sofreram fundamentais transformações na sua estrutura social, econômica e política por influência dos europeus. (WAIBEL, 1954, p.370).

Waibel (1954, p.376) define o "Plantage" da seguinte forma: "uma "plantage" é um grande estabelecimento agroindustrial, que via de regra, sob direção de europeus produz, com grande emprego de trabalho e de capital, produtos agrícolas valorizados para o mercado mundial". Assim, o autor considera esse tipo de cultura agrícola voltada para o mercado externo, alterando a paisagem cultural típica das regiões tropicais, nesse aspecto teórico, Waibel se apóia nos fundamentos e trabalhos de Karl Ritter e Alfred Hettner. Waibel (1955a) verifica essa produção de "plantage" nas zonas tropicais com as áreas de colonização realizadas pelos europeus, analisando a questão do abastecimento do mercado europeu.

A respeito da Teoria do Estado Isolado de Von Thunen na geografia agrária, Leo Waibel (1955b) tece algumas considerações sobre o método e a aplicabilidade da teoria. Primeiramente, ele discute sobre qual filosofia pertence o método de Thünen:

> Indiscutivelmente, a favor do método indutivo depõe, em todo caso, a preferência de Thünen pelo emprego dos métodos matemático-algébricos, que se tornam para ele uma verdadeira paixão, sendo empregados inclusive onde não são necessários. Isto dificulta sobremaneira a leitura de sua obra e em parte é uma das causas que contribuíram para a sua pouca divulgação. Dedutiva é também a sua concepção da abstração, "que ele manuseia com grande virtuosidade e que lembra inteiramente o processo de trabalho do pesquisador experimental em ciências naturais. [...] O

> fundamental no método de Thünen é, portanto, que ele pesquisou e raciocinou tanto de modo dedutivo como indutivo. (WAIBEL, 1955b, p.277).

Como bases teóricas de Leo Waibel, destacam-se Carl Ritter e Alfred Hettner delineando um pensamento naturalista da formação da paisagem. Todavia, através da teoria de Von Thünen, Waibel conseguiu trazer para a geografia os fundamentos teórico-metodológicos do modelo espacial e locacional, essencialmente para os espaços agrários.

> O "Estado Isolado" de Thünen demonstra ser a chave da geografia agrária. ele nos possibilita discernir entre as causas intrínsecas inerentes à economia e atuantes na organização agrogeográfica da Terra e as causas referentes as condições naturais. O forte contraste entre as forças endógenas e exógenas torna-se claro na geografia econômica, e somos levados a tentar elucidar a sua influência na individualização das paisagens econômicas da Terra. (WAIBEL, 1955b, p.294).

Waibel (1955c) estudou as "zonas pioneiras" criadas pela expansão da agricultura no Brasil, analisando os principais impactos decorrentes da criação dos novos povoamentos na paisagem agrária e urbana. Destacando as zonas pioneiras desde o século XVIII, com a cultura do algodão no Maranhão, e posteriormente, no século XIX, o desenvolvimento da cultura do café sendo o principal produto para a criação dessas zonas pioneiras no Brasil Central, em especial, o Estado de São Paulo. Além dessas regiões, o Sul do Brasil também teve suas zonas pioneiras nesse mesmo século, com as colônias de imigrantes europeus. No século XX, as zonas pioneiras destacadas por Waibel (1955c) concentram-se no Centro-Oeste, e na região Sul, mais ao norte do Paraná com o desenvolvimento do café, e ao oeste da região Sul. Após estas constatações realizadas através de trabalhos de campo, Waibel (1955c) faz algumas comparações entre aas zonas pioneiras e a agricultura no Brasil e dos Estados Unidos.

Uma das temáticas amplamente estudadas por Waibel foi a de zona pioneira, para o autor a classificação deste conceito baseia-se na ampliação das atividades agrícolas e humanas numa dada região:

> De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera. Quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial de *boom* ou *rush*. (WAIBEL, 1958, p. 266).

Lysia Bernardes (1956) analisa a agricultura e a paisagem agrária no entorno da cidade de Curitiba, trazendo referências de Waibel (1949), lembrando Von Thünen, para fundamentar a importância da localização dos produtores em relação ao mercado consumidor:

> Para a compreensão dessa diversidade nos sistemas de utilização de terra e da permanência de técnicas rotineiras entre colonos de origem européia, apesar das condições quase ideais de proximidade de mercado, devemos primeiramente analisar mais de perto a distribuição das colônias em torno de Curitiba, estabelecendo a correlação necessária com as condições de solo e a cobertura vegetal. (BERNARDES, 1956, p.270).

O método usado por Lysia Bernardes (1956) se pauta no indutivo, com análise empírica do trabalho de campo, fazendo as correlações entre ocupação humana e condições físicas, para assim tentar explicar os fatos existentes na paisagem agrária. Faissol (1957) pesquisou a questão do desenvolvimento agrícola no sudeste do Planalto Central brasileiro, para isso, ele afirma sua metodologia de trabalho:

> O propósito deste estudo é o de fazer uma análise do problema do desenvolvimento agrícola do sudeste do Planalto Central do Brasil, através do uso de métodos de investigação geográfica. Isto envolve o estudo de relações especiais e associações características de uso da terra e suas qualidades físicas. (FAISSOL, 1957, p.3)

O desenvolvimento do trabalho teve o suporte de técnicas cartográficas para mapear as condições de vegetação, distribuição da população, rebanho bovino, transportes, preço dos produtos agrícolas, relevo, clima, área das propriedades rurais, além de fotografias para detalhar a região, bem como se apoiando nos trabalhos realizados por Leo Waibel. Valverde (1955) ao analisar a questão agrária no leste paraibano, utiliza a metodologia de Waibel, na qual esta pautada, em parte, na teoria de Von Thünen da distância dos mercados consumidores em relação aos sistemas agrícolas:

> A tese ora apresentada tem como objetivos caracterizar e representar cartograficamente os sistemas de utilização da terra e os regimes de propriedade em vigor no leste da Paraíba, apresentar sugestões para um planejamento rural na região estudada e, finalmente, realizar uma experimentação de método, qual seja o da interpretação de fotografias aéreas no sistema trimetrogon para cartografar a utilização da terra. (VALVERDE, 1955, p.49).

Além de descrever e mapear a região em estudo, Valverde (1955) procurou elaborar medidas para o planejamento rural, idéia inovadora nos trabalhos até então realizados na geografia agrária, cujo objetivo primordial era descrever e conhecer as regiões brasileiras, mas sem se preocupar com as questões de planejamento e organização da sociedade. Valverde (1958a) estudou a Zona da Mata em Minas Gerais, utilizando a observação como a principal ferramenta em sua análise, além de fotografias aéreas, na qual procurou descrever os *habitat* daquela região, levando em considerações os aspectos físicos e humanos:

> O conjunto das habitações grupavam-se, deste modo, junto às sedes das fazendas, que iam pontilhando os vales para obter facilmente água para as pessoas e animais, para os serviços da casa, o monjolo, as moendas, ao mesmo tempo que a floresta

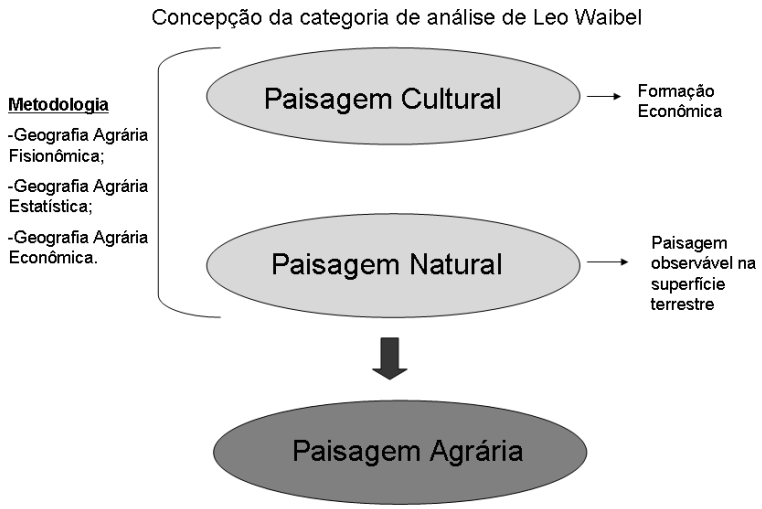
> retrocedia. Formou-se assim um *habitat* nucleado, seguindo uma diretriz linear que era o vale. (VALVERDE, 1958a, p.30).

O uso de outras técnicas para analisar a paisagem vem contribuir no trabalho de Valverde (1958a, p.4-5), todavia deixa claro que a observação continua sendo a técnica chave do geógrafo "por mais perfeita que seja a técnica empregada nas fotografias aéreas, elas não suprem o conhecimento direto do terreno, único método que permite descrever com precisão a fisionomia das diferentes formações". Neste caso, o autor se refere às formações vegetais, componentes da paisagem natural.

BOX 3 – LEO WAIBEL

Leo Waibel[19] nasceu em 22 de fevereiro de 1888 em Kützbrunn Baden na Baviera Setentrional, naturalizado estadunidense, estando no Brasil de 1946 a 1950. Convidado a lecionar nos Estados Unidos, por Richard Hartshorne, Waibel aceitou a proposta, por publicar o livro em 1933 ""Problems der Landwirtschaftsgeographie" (Problemas de Geografia Agrária) onde contrariava a tese da supremacia ariana "Blut-und Boden" ou "Sangue e Solo", exemplificando o caso de uma comunidade rural que apresentava baixos índices de desenvolvimento[20]. Sua obra se destaca pela importância da interação dos elementos culturais e naturais na formação da paisagem agrária. Para Waibel, a construção da paisagem se dá através dos (1) elementos físicos (solo, vegetação, relevo etc) perceptíveis na superfície terrestre, isso o autor chama de *aspectos fisionômicos*, (2) elementos culturais (população, religião, economia etc) que são as características da paisagem cultural, na qual determinam a formação econômica da paisagem. A base metodológica, influenciada por Alfred Hettner, aponta para uma classificação das diferentes paisagens agrárias considerando os dados **Estatísticos, Ecológicos e Fisionômicos.** Esses elementos determinam uma paisagem agrária (Organograma 8) o que entendemos hoje de espaço rural.

[19] Foto: Fonte – Bernardes (1962, p.201).
[20] Informações extraídas em entrevista com Orlando Valverde. **Geosul**. v.6, n.12-13, 1991, p.224.247.



Organograma 8 – A categoria Paisagem Agrária na obra de Leo Waibel.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

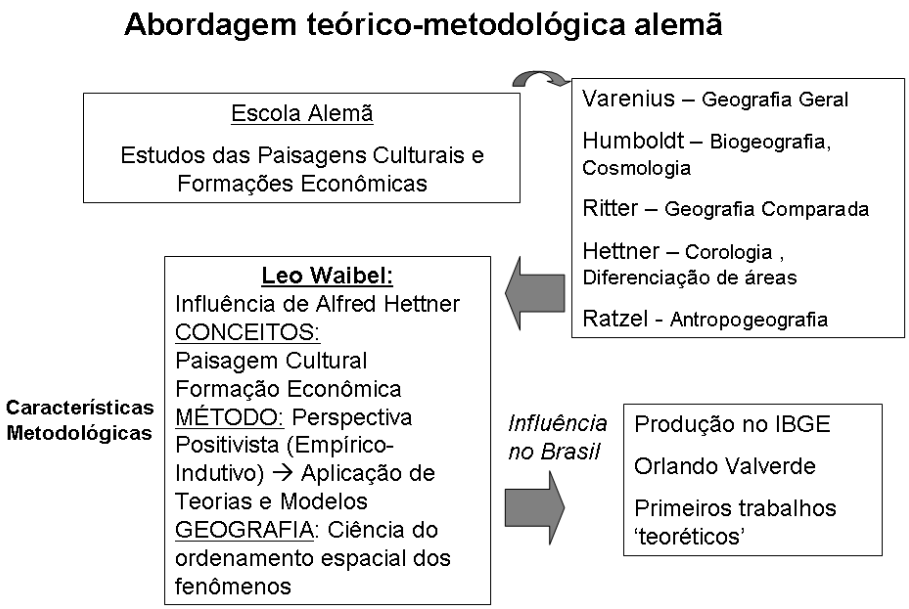
Waibel teve muita influência da geografia econômica no desenvolvimento de seus estudos da paisagem agrária, desprendendo-se do determinismo alemão que considerava e valoriza os aspectos físicos sobre o homem:

[...] Waibel passou a orientar-se para análises sistemáticas no campo da Geografia Econômica, especialmente no que dizia respeito ao espaço agrário. Nas discussões referentes à Geografia da Paisagem (Landschaftskunde) Waibel deu a sua contribuição quando passou a destacar o papel dos homens na formação da paisagem cultural, conceito este que tem sua origem nas pesquisas sobre a paisagem do início do século XX, expressando a influência dos homens na formação e transformação da superfície terrestre. (ETGES, 2000, p.40).

Schneider (2002) trata o conceito de paisagem cultural utilizado por Waibel como uma possibilidade nos estudos e reflexões na inter-relação entre o espaço rural e urbano:

[...] parece sugestivo o conceito de paisagem cultural, que poderá constituir-se em ferramenta analítica interessante para auxiliar na reflexão acerca das inter-relações espaciais entre o rural e o urbano, cujas fronteiras são cada vez mais difíceis de serem delimitadas. A superação desta dicotomia, de corte setorial (do tipo agrícola versus indústria) e não raramente embebida de conteúdo ideológico (no sentido de comparar o atrasado versus o moderno), poderá ser o primeiro passo para se pensar a dinâmica sócio-espacial do meio rural em sentido mais amplo que aquele relacionado aos atributos produtivos e comerciais das atividades econômicas que ali são predominantes. (SCHNEIDER, 2002, p.40).

Dessa forma, o papel desempenhado por Waibel foi de significativa importância para a geografia agrária, superando o determinismo geográfico associando o cultural na formação da paisagem agrária – a paisagem cultural. Conceito este que pode ser utilizado proficuamente nos estudos sobre a relação cidade campo, conforme referido por Schneider (2002), uma vez que Waibel vai introduzir na análise espacial (Organograma 9), além das análises da forma e função contidas nos modelos de Von Thünen, a questão da estrutura sócio-cultural influencia esse espaço específico.



Organograma 9 – Abordagem teórico-metodológica da geografia alemã e de Leo Waibel.
Fonte: Alves (2009, p.2013)

Verdum (2005) ao discorrer sobre a importância de alguns geógrafos que trabalham com as transformações no espaço geográfico decorrentes da modernização, ele cita a contribuição de Leo Waibel: "através da abordagem considerada como sendo a da paisagem cultural, esses geógrafos são, na sua maioria, testemunhas vivas das opções de desenvolvimento rural brasileiro e das degradações ambientais" (2005, p.92).

O acréscimo teórico-metodológico da obra de Waibel surge em 1923, quando ocupa a cátedra no Instituo de Kiel, onde desenvolve diversos trabalhos de geografia econômica, especificamente a geografia agrícola. Entretanto, as viagens de campo foram de suma importância para o enriquecimento do conhecimento geográfico aplicado de Waibel (Qaudro 4).

Quadro 4 – Viagens científicas de Leo Waibel.

Período	Destino
1911 - 1912	Camarões
1914	Sudoeste Africano (Colônias alemãs)
1925 – 1926	México e Estados Unidos
1937	América Central
1939	Estados Unidos
1946 - 1950	Brasil

Fonte: Bernardes (1952)
Organização: Flamarion Dutra Alves.

O período de cinco anos que ficou no Brasil é considerado o mais profícuo da carreira cientifica de Waibel, foi nas áreas de colonização e de expansão da agricultura que ele, juntamente com outros

geógrafos do IBGE, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, Walter Alberto Egler, Nilo Bernardes e Speridião Faissol desenvolveram as pesquisas sobre as novas áreas ocupadas no território nacional, sob a política governamental do Estado Novo de Getúlio Vargas. (ALMEIDA, 2003).

5.4 – Considerações do capítulo

As compilações dos materiais publicados em geografia agrária nos três periódicos consultados resultaram em uma tabela que mostra a distribuição por ano e revista (Tabela 3).

Tabela 3 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1951 e 1960.

Ano \ Periódico	RBG	BG	BPG	TOTAL
1951	5	6	3	**14**
1952	6	14	4	**24**
1953	2	9	-	**11**
1954	6	12	-	**18**
1955	5	10	1	**16**
1956	1	8	2	**11**
1957	3	15	2	**20**
1958	3	4	4	**11**
1959	5	7	3	**15**
1960	1	2	1	**4**
TOTAL	**37**	**87**	**20**	**144**

Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

A produção científica na década de 1950 totalizou 144 artigos referentes à geografia agrária nos três periódicos consultados. Destes, 60,4% foram publicados no Boletim Geográfico, 25,7% na Revista Brasileira de Geografia e 13,9% no Boletim Paulista de Geografia. No ano de 1952, houve a maior circulação de artigos trabalhando a questão agrária, 16,6% do total publicado, e apenas no ano de 1960 foram publicados 2,8% da década. Observa-se a ausência de produção no Boletim Paulista de Geografia nos anos de 1953 e 1954, nos demais anos e revistas sempre houve produção.

A geografia agrícola teve grande participação nos trabalhos publicados na década de 1950, além dos estudos relacionados com a imigração e colonização européia. A inserção de novas metodologias acresceram no pensamento geográfico agrário, sobretudo aquelas relacionadas às questões sociológicas (Quadro 5).

Abordagem \ Década	1951-1960
Descritiva	60
Estatística	49
Histórica	39
Sociológica	9
Estatístico-fisionômico-ecológico	8
Comparativa	6
Determinista	5
Causa-efeito	3
Sistemático	2
Neo-Positivista	1
Histórico-Dialético	1

Quadro 5 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1951 – 1960, nos periódicos nacionais.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves

Apesar de novas abordagens nos estudos agrários, a geografia descritiva permaneceu em evidência com 41,7% dos artigos publicados na década de 1950, aliado a descrição a abordagem estatística e histórica corresponderam a 34% e 27,1% dos trabalhos publicados, respectivamente. A abordagem sociológica nos trabalhos de geografia agrária representou em 6,25% do total de artigos na década de 1950. Assim, os 22 anos pesquisados nos periódicos em geografia, resultaram em um esquema com as características essenciais da geografia agrária (Esquema 5), embasados nos 197 trabalhos publicados, fez-se a leitura e compreensão teórico-metodológica dos textos.

Características Gerais da Geografia Agrária Brasileira (1939-1965)

TEORIA E MÉTODO
- Positivismo Clássico;
- Indutivo
- Empirismo.

CONCEITOS
- Paisagem;
- Modos de vida;
- Fato Geográfico;
- Gênero de vida;
- Região;
- *Habitat*

ABORDAGENS
- Descritiva;
- Comparativa;
- Histórica;
- Estatística;
- Determinista;
- Ecológica-Estatística-Fisionômica;
- Sociológica;

PRINCIPAIS AUTORES
- Pierre Monbeig;
- Pierre Deffontaines;
- Preston James;
- Caio Prado Júnior;
- Léo Waibel;
- Orlando Valverde;
- Nilo Bernardes;
- Pasquale Petrone.

TÉCNICAS
- Trabalho de campo;
- Observação e descrição;
- Tabelas e Gráficos;
- Relatos;
- Cartografia.

TEMÁTICAS
- Colonização e Imigração;
- Relação Meio Físico– Sociedade;
- Produção e sistemas agrícolas;
- Análise Regional

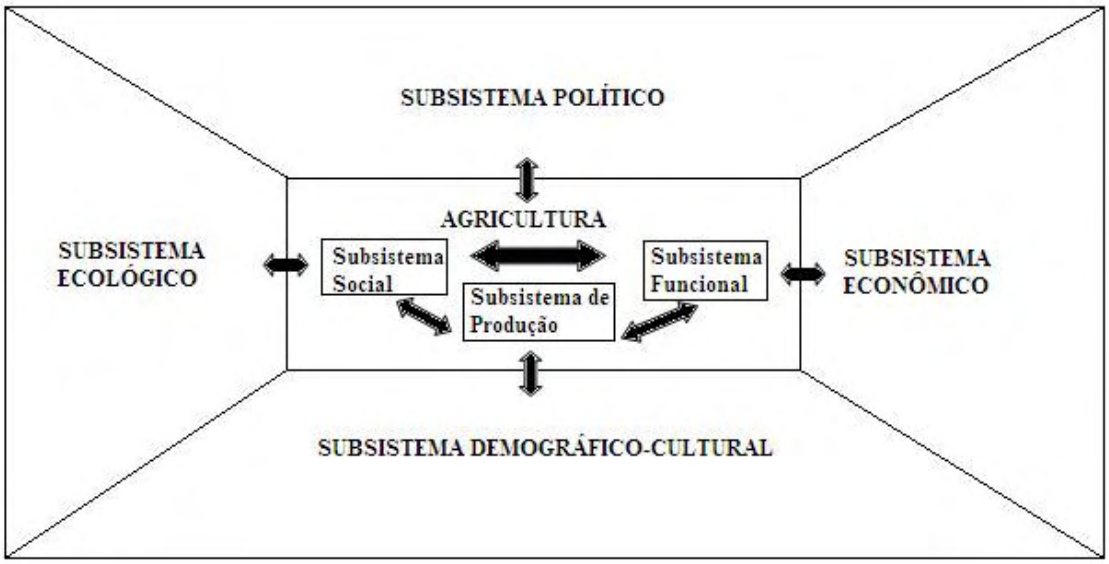
Síntese:
Os estudos regionais procuraram conhecer as diferentes regiões, através das técnicas empíricas, do trabalho de campo (observação e descrição) e fazer co-relações entre aspectos físicos e humanos a fim de entender a paisagem.

Esquema 5 – Características gerais da geografia agrária brasileira, 1939-1965.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

6. A METODOLOGIA NA GEOGRAFIA HUMANA E AGRÁRIA ENTRE 1961-1980

O período compreendido entre o ano de 1961 a 1980 teve algumas mudanças quanto ao modo de fazer geografia agrária no Brasil. Os estudos descritos e regionais, graças à influência francesa, seguiram com vigor na década de 1960, mas com um declínio na década seguinte, motivado por fatores que oriundos de uma conjuntura mundial na geografia, destacando a criação da Comissão de Tipologia da Agricultura em 1964, da União Geográfica Internacional que propunha a criação de uma metodologia padrão para analisar todos os tipos de atividades agrícolas no planeta.

Essa tipologia abarcaria os elementos internos e externos da agricultura (Esquema 6), e as formas de análise dos resultados seriam provenientes de fórmulas matemáticas, desenvolvimento estatístico e agrupamento das informações resultando na tipologia da agricultura.



Esquema 6– Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos, conforme a Comissão de Tipologia Agrícola.
Fonte: DINIZ (1984, p.58).

Entretanto, o método indutivo-descritivo-empírico sempre esteve presente no período supramencionado, mas a descrição e comparações entre regiões não davam sustentação aos fenômenos e explicações mais profundas. A tradição francesa na geografia agrária perdeu espaço para as inovações e quantificações anglo-saxônicas sob a defesa de Richard Chorley, William Bunge, Ian Burton entre outros teóricos pertencentes a uma geografia positivista-lógica, conforme aponta Bessa (2004, p.102) "o positivismo clássico orientou a construção de uma *geografia das aparências*, de uma *geografia das superfícies*; a abordagem do positivismo lógico determinou a constituição de uma *geografia do padrão espacial*".

Dessa forma, a década de 1960 revela o período de transição de concepções filosóficas na geografia agrária, alterando não só as teorias e métodos, mas principalmente o arsenal técnico.

6.1. Da geografia regional francesa para a quantificação: A metodologia entre 1961 a 1970

O caráter eminentemente qualitativo e descritivo da geografia agrária veio perdendo fôlego com o passar das décadas, e a discussão para quais modelos teóricos e metodológicos serviriam no entendimento da realidade geográfica. A geografia clássica da análise da localização espacial passa a uma geografia que procura entender sua distribuição e padrões

espaciais, com a idéia de organização dos elementos que compõem o espaço, seja ele econômico, político, cultural entre outros.

Assim, a preocupação de classificar a geografia agrária como um ramo da geografia econômica foi posta por Orlando Valverde (1961b), pois considera o estudo da geografia agrária não apenas qualitativo, mas uma conexão entre uma geografia quantitativa e qualitativa. Nesse caso, a geografia econômica seria quantitativa e a geografia humana qualitativa, mas ele considera os aspectos qualitativos voltados para a geografia cultural:

> Os fatos puramente culturais são, porém, de superestrutura e se revelam em pormenores da paisagem, não se podendo contrapor às leis econômicas. Aspectos como o *habitat*, os tipos de habitação, a alimentação e os gêneros de vida agrícola só foram estudados com a devida profundidade quando relacionados com a atividade econômica: a estrutura agrária e as relações de produção. (VALVERDE, 1961b, 431).

Esta discussão metodológica trazida por Valverde (1961b) já havia sido debatida em outros trabalhos, no qual consideravam a geografia agrária como o ramo da geografia econômica: "a geografia agrária deve ser considerada parte da geografia econômica, conforme advogam Hartshorne, Waibel, P. George e E. Otremba" (1961b, p.432). Ele ainda entende que o conceito estudado pelo *agrogeógrafo* deve ser o de 'sistema agrícola', pois engloba mais elementos, que interagem e interferem na organização agrária, diferente do estudo dos produtos agrícolas.

Dentro deste pensamento, Valverde (1961c) faz uma distinção das definições de sistema agrícola extensivo e intensivo, considerando que "todo o empreendimento agrícola envolve necessariamente três elementos: terra, trabalho e capital, tomando este termo em seu sentido mais amplo da economia política" (1961c, p.718).

O conceito de gênero de vida é aplicado nos trabalhos em geografia humana, como a descrição das condições e características de grupos humanos. Max Sorre (1963) lembrando Paul Vidal de La Blache entende que o gênero de vida evolui, nasce, transforma-se e expande-se, quando chega num grau de maturidade. Ainda sob influência francesa, Nilo Bernardes (1963b) faz um resgate teórico do conceito de *habitat*, termo muito utilizado nos trabalhos de geografia rural, que classifica como as formas de povoamento estão organizadas, ou seja, são classificadas como dispersas, intermediárias, concentração, espontâneas e planejadas. Entretanto, existem zonas de transição entre cada uma delas, pois a estrutura agrária brasileira é altamente concentrada, e às vezes a agricultura de cunho familiar esta aglomerada próxima as lavouras monocultoras, nas quais o *habitat* é extremamente disperso.

Ainda sobre o termo *habitat* rural Bernardes (1963b) lembra que este conceito é advindo da escola francesa, que representa a dinamicidade da paisagem, sua expansão. Todavia, o autor considera a terminologia mais adequada para descrever a questão do povoamento e sua dinâmica, a expressão da geografia portuguesa, denominada "*Formas de Povoamento"*, na qual concebe melhor a organização da paisagem agrária.

Daniel Faucher (1963) ao tratar dos métodos em geografia agrária destacou o processo gerador da paisagem agrária e como se deve entender essa construção de pensamento:

> Os sistemas agrícolas, ajustados aos modos de vida e às condições geográficas, são geradores da maioria dos fenômenos por onde se caracteriza, num dado lugar, a paisagem agrária. [...] A influência dos sistemas agrícolas sobre o *habitat* não é menos evidente. A dispersão ou a concentração da população podem ser criadas ou favorecidas por fatores físicos, às vezes por circunstâncias históricas. (FAUCHER, 1963, p.186-187).

A respeito da distinção dos métodos usados nos estudos rurais Faucher (1963) distingue os procedimentos e elementos a serem pesquisados nos diferentes ramos da geografia rural (econômica, agrária e da agricultura). Na geografia econômica, tem como objeto de análise "o estudo da repartição das culturas do mundo, o conhecimento de seu volume, de seu emprego, de sua circulação" (1963, p.185), e tem como fundamento básico a estatística, por este motivo é uma geografia quantitativa.

A geografia agrária "visa as formas de atividades que criam as culturas e todos trabalhos inscritos no meio geográfico em função desta atividade" (FAUCHER, 1963, p.185). O objetivo é analisar os elementos qualitativos, como gêneros de vida, modos de vida, *habitat* e os elementos que compõem a paisagem. A geografia da agricultura se atrela somente as questões da produção agrícola em questão, assim, seria um ramo da geografia econômica que trata da produção agrícola.

O trabalho de André Cholley (1964a) traz para o debate teórico o uso das combinações dos elementos que compõem a estrutura geográfica, estes elementos são entendidos com funções e que compreendem um complexo geográfico, assim, há uma mudança de concepção no fazer geográfico:

> Quando procuramos reduzir a realidade geográfica e seus elementos mais simples, chegamos à noção de combinação de complexo, expresso, essencialmente, por fenômenos de convergência. [...] As combinações que são objeto da geografia oferecem uma localização especial, é a primeira diferença a assinalar. (CHOLLEY, 1964a, p.139-140).

A utilização dessa teoria das combinações não é uma questão abstrata para Cholley (1964a) ela conduz ao entendimento da realidade, para compreender a dinâmica da agricultura, meio físico, população, cidades entre outros assuntos que compõem a organização espacial:

> As combinações exprimem, para nós, a realidade geográfica não correspondem a uma simples construção do espírito. Nós a percebemos em plena evolução, e podemos, mesmo, assistir a seu nascimento e seu desaparecimento, o que nos leva, evidentemente, a melhor conhecer sua estrutura e seu dinamismo. (CHOLLEY, 1964a, p.142).

Essa teoria elaborada por Andre Cholley contempla o espaço como um sistema organizado entre seus elementos, ou seja, a inter-relação entre meio físico e elementos humanos são constantes e interdependentes. Essas combinações são organizadas e classificadas em três categorias, "[...] as que resultam, unicamente, da convergência dos fatores físicos [...] complexas, de ordem física e biológica [...] as mais complicadas [...] de interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos" (CHOLLEY, 1964a, p.140-141).

Assim, para o estudo da geografia agrária, a teoria das combinações pode ser usada de acordo com as necessidades exigidas:

> [...] a complexidade das combinações de ordem humana se avoluma com um número de fatores, que para as mesmas convergem. A combinação da criação de gado, que chamamos nomadismo é, relativamente, simples. Que diferença do sistema de criação de nossos campos, que responde a uma forte densidade de população, a uma estrutura social mais estratificada, a uma técnica mais complexa e sem dúvida, também, a fatores de ordem política. (CHOLLEY, 1964b, p.268).

A teoria das combinações entra numa lógica sistêmica do espaço, centrada nas inter-relações com outros fenômenos e fatores elencados na organização espacial.

O trabalho de Luiz Carlos Costa (1966) introduz algo novo no estudo regional, ele entende que os planejamentos regionais devem ter enfoques territoriais por abranger características que o planejamento regional não consegue suprir:

> Uma nova dimensão de planejamento territorial foi atingida quando se multiplicaram as experiências de planejamento mais completo sobre determinadas áreas – devastadas, economicamente atrasadas ou deprimidas – ou ainda a propósito de instalações de grandes conjuntos tecnológicos. (COSTA, 1966, p.356).

A questão teórico-metodológica sobre as categorias geográficas foram debatidas por Antônio Teixeira Guerra (1964a, p.175) acerca da paisagem, onde define dois tipos de paisagens "o conjunto das paisagens naturais e culturais forma o *espaço geográfico*", no qual

o objeto de estudo da geografia pode ser definido como "a ciência que estuda a organização do espaço terrestre e as modificações nele implantadas pelo homem" (1964, p.176).

Dessa forma, a geografia rural como a geografia humana apresentam a paisagem como o estudo das habitações, que estão ligadas aos traços culturais e a geografia histórica, que determinam as formas de atividades econômicas. Especificamente na geografia rural, Guerra (1964a) enfatiza as *paisagens agrícolas* e *paisagens rurais*, a primeira ligada aos sistemas agrários e de produção, enquanto que a segunda está ligada aos aspectos culturais e a paisagem natural.

As questões conceituais na geografia, entre espaço, paisagem e região são fortemente marcadas pela influência francesa e alemã nestes debates, ainda na década de 1960. Juillard (1965) tenta definir o conceito de região, para um melhor entendimento do objeto de estudo do geógrafo e seu campo de atuação. Assim, ele afirma que "o geógrafo estuda a organização de um espaço diferenciado, individualizado" (p.225), neste caso, a região contemplaria essas funções e elementos, sendo algo 'maior' que a paisagem, ou seja, um conjunto de paisagens geográficas.

Já Orlando Valverde (1969) discute a cerca dos conceitos dos tipos de agricultura, o sistema de roças itinerante ou agricultura nômade e o *Plantation*, este último é conceituado de acordo com o referencial de Leo Waibel, ou seja, a formação teórica de Orlando Valverde baseada em Waibel segue nos trabalhos exercidos por Valverde.

A respeito do método utilizado pelos geógrafos, Afonso Freile (1965) discorre sobre qual ramo da ciência a geografia se classifica: como físico -matemática ou humanístico – social. Neste aspecto, discute a questão do método indutivo, até então utilizado na geografia:

> A geografia, ao contrário das demais ciências, é uma disciplina que, forçosamente e devido ao fato de ser uma ciência antropocêntrica, dirigida a ver a importância do homem no meio, tem que *generalizar*. A geografia como outras Ciências Sociais, usa como método de investigação, o *muestreo*, que dizer, escolhe um "todo" social ou físico e analisa somente uma parte e, dessa parte estudada, deve ser capaz de *generalizar* um princípio igual para toda essa grande massa da qual a geografia analisou só uma amostra. (FREILE, 1965, p.866).

Dessa forma, Freile (1965) crê que o método indutivo não seja o mais confiável para analisar e generalizar os fatos geográficos, e sim, numa perspectiva sistemática. Para o autor, a geografia se enquadra numa concepção social, no qual o meio físico deve ser estudado para entender a dinâmica da sociedade, estas relações são consideradas por Freile como sendo a Geografia Humana "é o estudo do homem organizado em sociedade como produtor, transformador e distribuidor de recursos naturais" (FREILE, 1965, p.870).

O trabalho de Pedro Geiger (1967) analisa as novas formas de planejamento e metodologia nos estudos geográficos, elencando três elementos, conforme Bernard Kayser, o meio, a localização e a situação:

> Ao tratar do espaço regional, o geógrafo costuma estudar o "meio" no qual o grupo humano evolui, considerando-se como tal o exame das condições naturais e históricas. [...] o geógrafo localiza as diversas combinações geográficas, a sua extensão e distribuição, expressando a organização do espaço e chega mesmo a ser confundido com o cartógrafo. [...] O estudo da situação transcende o das combinações, pois pressupõe uma apreciação do balanço da ação das forças interdependentes e convergentes – sociais, econômicas, políticas, históricas, naturais, que irão influir nas formas do homem utilizar o espaço. (GEIGER, 1967, p.115).

A respeito sobre como localização e verificar a distribuição espacial Ceron e Diniz (1966) mostram a novas técnicas, através de fotografias aéreas para interpretar o espaço agrícola, por meio das análises das cores, texturas, dimensões e altura, é possível complementar os trabalhos de campo com esta técnica.

Ainda nesta perspectiva cartográfica, Elza Keller (1969) publica as normas estabelecidas pelo IBGE para analisar o uso da terra, conforme as recomendações da UGI:

> O documento apresenta o projeto de mapeamento da utilização da terra a ser feito no Instituto Brasileiro de Geografia, o qual atenderá as recomendações da Comissão de Utilização da terra da União Geográfica Internacional. (KELLER, 1969, 151).

Essa metodologia tinha como objetivo padronizar as técnicas e procedimentos de uma pesquisa acerca da utilização da terra por imagens aéreas, para mapear os tipos de cultivos e culturas agropecuárias em todas as partes do mundo:

> O primeiro objetivo do levantamento mundial é registrar o uso atual da terra, em todas as partes do mundo, em um sistema uniforme de classificação e notação, com as ampliações que forem necessárias localmente. O estudo deve ser realizado na escala mais apropriada para garantir a exatidão e deve ser baseado essencialmente no trabalho de campo, não se excluindo o uso de outros materiais básicos, como as fotografias aéreas e os mosaicos aerofotogramétricos. (KELLER, 1969, p.152).

Aliado a cartografia, essencial para a Comissão de Tipologia da Agricultura está o arsenal técnico proveniente das bases matemáticas e estatísticas. De acordo com o trabalho publicado no Boletim Geográfico pelo estadunidense Herry Emrick (1966), ressalta-se a importância da utilização de novos métodos de análises nos estudos geográficos, destacando a Análise Fatorial nas comparações entre regiões:

> O fator de análise organiza os dados das pesquisas enquanto que o significado dos testes separa a fragilidade e a firmeza das variações correlatas. Não desejamos inferir que cada método quantitativo substitui cada processo lógico particular, mas que essas sofisticadas técnicas aumentam a investigação acadêmica. (EMRICK, 1966, p.450).

As técnicas de análise destes dados agrupados fogem do padrão até então vigente na geografia agrária, ou seja, da descrição através das observações "[...] torna-se necessário transformar-se os dados por meio de logaritmos ou por técnicas trigonométricas, de modo a obter uma ordem ao colocá-las na fila" (EMRICK, 1966, p.450). Dessa forma, o objetivo não é mais observar e descrever a paisagem, mas sim comparar os dados (geográficos, econômicos e agrícolas) com outras regiões, sobretudo com técnicas modernas de compreender a organização espacial.

Para dar ênfase a esse momento de renovação na geografia, Antônio Teixeira Guerra (1967) salienta a importância dos anuários estatísticos para a pesquisa geográfica, sendo fontes ricas de informações:

> Podemos afirmar que o *Anuário Estatístico* constitui uma verdadeira radiografia do poder de um país. Ele contém friamente sem nenhum comentário interpretativo os elementos formadores da grandeza de um povo. (GUERRA, 1967, p.49).

Os dados estatísticos servem para o geógrafo fazer as interpretações necessárias para o entendimento da dinâmica espacial, conforme Guerra (1967, p.52) "Atualmente não se concebe um trabalho moderno no campo da geografia econômica, ou mesmo na geografia social sem que os levantamentos estatísticos específicos sejam realizados". Dessa forma, a descrição não dá conta da multiplicidade dos elementos que o geógrafo estuda, até porque as fontes de dados estatísticos estão cada vez mais presentes no contexto das pesquisas da década de 1960.

Na geografia agrária, o uso de dados estatísticos para entender a organização espacial é primordial para Guerra (1967):

> Que se pode dizer dos problemas da produção e consumo dos diversos produtos de um país sem se dispor de dados estatísticos? Na própria geografia agrária tem-se dois campos bem distintos: um referente à *morfologia agrária*, isto é, a descrição e explicação dos diferentes tipos de paisagens agrárias, e outro à *estatística da produção*, isto é, a geografia da agricultura. (GUERRA, 1967, p.52).

A busca para a mudança de paradigma na geografia é destacado no trabalho de Annaert (1968), quando ressalta a necessidade de uma geografia aplicada e não apenas descritiva, levantando discussões sobre o papel do geógrafo em relação a paisagem e sociedade. Nesse sentido, utiliza o termo francês *Aménagement*, que significa *Organização*, ou seja, o geógrafo deve entender a organização do espaço e suas relações nele existentes, não apena observar e descrever.

Nilo Bernardes (1969) também salienta para a mudança de paradigma na ciência geográfica, sendo necessário abandonar "em certa medida, o sentido fundamentalmente ecológico da fase clássica" (p.108) por uma geografia aplicada e prática, servindo os interesses da sociedade e de sua organização e dinâmica:

> A idéia fundamental da geografia moderna, repito, é a compreensão das *formas de organização* do espaço pelos grupos humanos. É a definição do modo como se repartem as atividades de como se enfeixam, se adensam ou se rarefazem os fluxos da vida de relações. Na formulação dos objetivos da pesquisa assim orientada, variaram as tendências no modo de focalizar o homem geográfico. Estudo do homem, habitante para alguns, do homem produtor, do homem consumidor, para outros. De qualquer modo, trata-se da preocupação pela repartição das funções em um espaço (veja-se aqui o reforço dos velhos princípios de localização e extensão) e dos mecanismos eu elas criam segundo seu arranjo. (BERNARDES, 1969, p.109).

No trabalho de Maria Novais Pinto (1969) sobre a produção de sisal na Bahia, a autora faz descrições em seu trabalho de campo na região, mas acrescenta-se o uso de questionários no inquérito geográfico, algo novo nos estudos regionais:

> As pesquisa foram realizadas durante 7 meses, sendo esse período dividido entre inquérito, os estudos estatísticos e a bibliografia, quatro meses foram dedicados ao trabalho de campo. [...] Utilizei o questionário em 40 estabelecimentos. (PINTO, 1969, p.6).

Mas, a grande mudança de paradigma na geografia ocorre com a chamada *Renovação da Geografia*, pela adoção de técnicas e teorias que pudessem diagnosticar e prever cenários futuros (modelos) das relações entre os elementos constituintes do espaço geográfico, por meio da linguagem matemática. O artigo de Pedro Geiger (1970) revela este momento de renovação da geografia brasileira, citando o trabalho de Ian Burton[21] (1963) como referência:

> A geografia quantitativa não consiste, no entanto, apenas no uso de computador para realizar mais rapidamente uma quantidade de operações. Ao descrever a superfície terrestre, a geografia apresenta um modelo do que seria a realidade; ao tomar atitudes prospectivas, ela sugere a possibilidade do desenvolvimento de outros modelos. A tendência quantitativa significa o emprego constante da linguagem matemática na definição destes modelos, isto é na caracterização de suas relações internas, seus movimentos e formas. (GEIGER, 1970, p.68-69).

No trabalho desenvolvido por Ceron e Diniz (1970) os autores explicam que no Brasil, foi aplicada uma metodologia para analisar e tipificar a agricultura com base na Comissão de Tipologia da Agricultura da UGI, e que neste pressuposto teórico-metodológico é possível entender o lastro sistêmico dessa abordagem e a mudança de paradigma:

[21] Ian Burton. The Quantitative Revolution and Theoretical Geography. p. 151-162. *In:* **The Canadian. Geographer**, v. 7, 1963.

> Esta praticamente estabelecido que a noção suprema deve ser chamada "Tipo de Agricultura", sem nenhum adjetivo. Deve ser entendida de uma maneira ampla, incluindo todas as formas de culturas e criação de gado; deve ser entendida como uma noção **hierárquica**, compreendendo desde os tipos de baixa **ordem** onde os estabelecimentos ou propriedades seriam a unidade básica, até os tipos mais elevados, como os tipos mundiais de agricultura; deve ser entendida como uma noção **complexa**, que **combina** vários aspectos da agricultura, bem como uma noção **dinâmica**, que sofre mudanças através das transformações de suas características básicas. *(grifo nosso)* (CERON & DINIZ, 1970, p.42).

A mudança de paradigma da chamada geografia clássica / tradicional para a geografia teorética / quantitativa / nova geografia, deve-se pelas dúvidas e falta de precisão de alguns trabalhos descritivos, no qual se calcavam apenas no objeto observado. Nesse sentido, Ceron e Diniz (1970) afirmam a importância da quantificação para a geografia:

> Sem dúvida nenhuma, métodos quantitativos devem ser empregados, tanto quanto possível, a fim de que os resultados possam ser medidos e comparados. Cada dia se tornam mais contestadas conclusões calcadas exclusivamente em observações de campo e análise de exemplos, em virtude do alto grau de subjetivismo, da impossibilidade de medir o grau de generalização dos exemplos tomados. Não é suficiente a descrição de um fato ou a comprovação de sua ocorrência em alguma área. Fundamental se torna que o mesmo seja quantificado, delimitado segundo critérios precisos e perfeitamente caracterizado. (CERON & DINIZ, 1970, p.44).

Dando ênfase a esta renovação, Galvão e Faissol (1970) afirmam que a geografia precisa de um aporte teórico-metodológico que a sustente como ciência. Neste caso, a quantificação e suas teorias são bases importantes para esta afirmação:

> [...] os métodos quantitativos na geografia representam uma nova e poderosa arma para a análise dos fenômenos geográficos, capazes de tornar a geografia um ramo do conhecimento humano igual aos outros de natureza científica, pela sua capacidade de precisar os fenômenos e estabelecer princípios gerais, segundo os quais os mesmos ocorrem. (GALVÃO & FAISSOL, 1970, p.5).

Além disso, há a mudança do pressuposto idiográfico-monográfico para um padrão nomotético-geral:

> As concepções atuais não são mais excepcionalistas e sim procuram enquadrar os fenômenos geográficos num contexto geral, formando o que se costuma denominar de disciplinas nomotéticas, isto é, aquelas que procuram identificar as leis gerais segundo as quais os fenômenos ocorrem. (GALVÃO & FAISSOL, 1970, p.7).

Se na década de 1930, 1940 e 1950 a presença de geógrafos franceses impulsionou a geografia regional, descritiva, no final de década de 1960, o IBGE trouxe inúmeros geógrafos estadunidenses para difundir e ensinar a geografia quantitativa, entre eles cita-se Brian J.L. Berry da Universidade de Chicago e Howard Gauthier da Universidade de Ohio, além do geógrafo britânico John P. Cole da Universidade de Nottingham.

6.1.1 - Os primórdios da preocupação ambiental na geografia agrária

Pouco debatida na geografia agrária, a preocupação com a poluição, degradação e conservação do meio ambiente, foi trazida para o cenário brasileiro por geógrafos estrangeiros, com publicações no Boletim Geográfico e Revista Brasileira de Geografia, com o intuito de mostrar os impactos das práticas agrícola nos sistemas ambientais, como a modernização da agricultura e o uso de fertilizantes e defensivos químicos.

No trabalho de Walter Braun (1961) inicia-se uma tendência de pesquisas em geografia agrária, sobre a preocupação em conservar o meio ambiente e a relação com as atividades agrícolas. O autor faz um resgate histórico sobre o nomadismo na agricultura, além de explicar os tipos e causas de erosões, indicando os melhores meios de controlar a erosão e os tipos de sistemas agrícolas que podem combater a evolução das erosões.

O trabalho de Dasmann (1970) deixa evidente essa concepção de desenvolvimento, tanto para a conservação das cidades como para o campo, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, no qual, intensificou-se o uso de fertilizantes no meio rural e aumentou severamente a poluição nas cidades, devido às indústrias químicas:

> A partir da Segunda Guerra Mundial, a história da agricultura nas fazendas americanas tem sido um relato de sucessos. Melhor trato na terra, uso de fertilizantes em combinações balanceadas e inseticidas e o desenvolvimento de novas variedades de plantas de cultura contribuíram para a produção de magníficas safras de alimentos [...] Todavia não foram solucionados todos os problemas de conservação do solo em terras agrícolas. (DASMANN, 1970, p.18).

Dessa forma, estes foram os primeiros indícios de uma abordagem ambiental na geografia agrária, sendo mais ativa, a partir da década de 1980.

6.2 - A metodologia entre 1971 a 1980: A revolução quantitativa

A geografia agrária na década de 1970 apresentou mudanças significativas, no que diz respeito às bases teórico-metodológicas. A descrição da paisagem, enfocando o quadro natural e o quadro cultural continuou nas pesquisas, entretanto com menor ênfase e sendo aos poucos substituída por novas técnicas de pesquisa calcado na quantificação e o referencial teórico com um enfoque sistêmico.

Diversos trabalhos deram ênfase a introdução da quantificação e dos modelos espaciais e teoréticos na geografia. Speridião Faissol (1972) trabalho dentro desta perspectiva, por entender que:

> [...] os fenômenos geográficos ocorrem no espaço e evoluem no tempo, sendo, por isso mesmo, o tempo uma dimensão básica da análise. Dentro do fundamento filosófico de que retrospecto e prospecto são pontos de uma mesma trajetória, a simulação é uma técnica essencial na geografia. Assim, modelos temporais são associados a técnicas de simulação, e neste contexto são analisados os modelos de causa e efeito e deterministas, bem como os funcionais, estes últimos tendendo já para as formulações sistêmicas. (FAISSOL, 1972, p. 146-147).

Elza Keller (1973) a respeito da revolução quantitativa e pela utilização de uma metodologia que pudesse tipificar a agricultura no Brasil, com os mesmos critérios e variáveis afirma:

> A geografia, atualmente por sua renovação filosófica-metodológica, não tem mais seu interesse centrado sobre a simples localização e descrição dos fatos geográficos, porém tem a preocupação básica de identificar e explicar estruturas e processos espaciais. Daí o desenvolvimento das técnicas matemático-estatísticas que possibilitam estruturar a ciência geográfica em termos de teorias e leis. (KELLER, 1973, p.135).

Nesse caso, Keller (1973) se refere à metodologia da Comissão de Tipologia Agrícola da UGI, nos quais as técnicas mais utilizadas foram a Análise Fatorial e a Análise de Agrupamento.

Freire, Soares e Teixeira (1977) discutem acerca das questões teórico-metodológicas da Nova Geografia nos estudos agrários, dizendo que:

> No estudo da organização da agricultura três conceitos são da maior importância: o de diversificação / especialização, o de concentração e o de combinação. É através deles que se tem uma noção da variedade ou especialização de uma área quanto às culturas ou criação, da maior concentração no espaço de cada tipo de lavoura ou animal e, finalmente, do número e tipos de culturas que entram em determinada combinação. (FREIRE, SOARES e TEIXEIRA, 1977, p.41-42).

Christofoletti e Oliveira (1971) expressam as principais características da geografia teorética, que vem substituir a geografia descritiva "o envolvimento metodológico da análise quantificativa de problemas anteriormente tratados de maneira puramente descritiva e verbal. É a renovação metodológica que melhor caracteriza essa década" (1971, p.3).

Essa renovação metodológica altera toda estrutura da pesquisa, desde o uso de teorias, técnicas e método:

> A análise também intenta descrever os objetos, não mais utilizando o processo intuitivo, mas o racional. O procedimento analítico procura conhecer a natureza dos objetos através da decomposição, buscando a compreensão e a validade universal. A fim de atingir tal objetivo é preciso empregar técnicas matemáticas sofisticadas. (CHRISTOFOLETTI & OLIVEIRA, 1971, p.7).

Ian Burton (1977) reforça o uso da quantificação e modelização na geografia:

> As técnicas quantitativas são o método mais apropriado para o desenvolvimento da teoria na geografia. A era quantitativa permanecerá tanto tempo quanto seus métodos possam se revelar como auxiliares no aperfeiçoamento da teoria, e pode não ter fim a necessidade de mais e melhores teorias. (BURTON, 1977, p.77).

Além da quantificação, o uso de modelos na geografia ganhou relevância nas estruturas metodológicas, acrescentando novas técnicas para atingir os objetivos do pesquisador. Diniz (1971) discute sobre as tendências na geografia, e explica a utilização dos modelos:

> Para concluir esta rápida apresentação dos modelos matemáticos, apresentando, quando possível, exemplos de aplicação no Brasil, devemos alertar para o fato de que esses modelos não **explicam nada**. Os resultados dos cálculos ou as raízes das equações resolvidas são apenas números, e é o geógrafo com sua bagagem teórica que explica e compreende os números. (grifo do autor) (DINIZ, 1971, p.27).

O autor explica que a quantificação e os modelos matemáticos servem como técnicas auxiliares numa pesquisa, cabendo ao geógrafo a interpretação, comparação e discussão teórica acerca das constatações atingidas nesses esquemas abstratos.

Na perspectiva de Ceron (1973) a geografia agrária deveria se apossar de meios e técnicas metodológicas, capazes de evoluir a questão entre espaço e tempo. Uma dessas condições seriam os usos de modelos e teorias sofisticadas na pesquisa agrária, como a Teoria Geral dos Sistemas e a Teoria da Difusão Espacial das Inovações. O autor entende e delimita o espaço como um sistema, e a partir dessa classificação seleciona as variáveis e elementos internos e externos nesse sistema, existindo subsistemas que estão se inter-relacionando.

Para Ceron (1973) existem duas formas de pensar teórico-metodologicamente a geografia agrária:

> a) os estudos empíricos, que procuram dar ênfase a atividade espacial agrícola de forma não apoiada em leis, modelos ou teorias formais e, b) os não empíricos, nos quais tanto o isolamento das partes do mundo real, de forma que constitua estruturas, bem como o estudo das relações que há entre as partes são orientados por teorias e modelos com forte poder explanatório. (CERON, 1973, p.36).

Sobre a Teoria dos Sistemas, Ceron (1973) reitera a importância e o avanço dessa utilização na geografia agrária:

> A grande vantagem do emprego desta teoria parece ser resumida no forte poder explanatório que possui para explicar o processo responsável pela atividade agrícola. [...] a análise sistêmica da atividade, num dado período de tempo e determinado espaço, permite enfocar não somente a morfologia, mas principalmente o processo, em toda a sua dinâmica de interações com outras estruturas, da mesma natureza ou de naturezas diferentes e em níveis menores de resolução – de subsistemas e elementos – permite colocar em evidência as interações internas que mantêm a estrutura como foi isolada do mundo real, de forma teórica. (CERON, 1973, p.36).

Dentre as técnicas de estudo utilizadas na década de 1970, reforçam-se aquelas ligadas a modelos estatísticos e espaciais. Ligia Poltroniéri (1974) ressalta o uso da análise fatorial e análise de agrupamento:

> 1. Análise Fatorial – que consiste em reduzir um conjunto de variáveis a um número menor, denominados "fatores", de forma que sejam mostradas as correlações entre as variáveis originais e as novas variáveis hipotéticas ou fatores latentes.
> 2. Análise de Agrupamento – que classifica as unidades do espaço por meio dos coeficientes de similaridade que há entre os fatores. (POLTRONIÉRI, 1974, p.5).

Rivaldo Pinto Gusmão (1977) reforça os ensinamentos e questionamentos acerca do uso de referenciais matemático-estatísticos no estudo da geografia da agricultura.

> O objetivo destas considerações consiste em contribuir para uma maior precisão na mensuração da concentração em geografia agrária, especialmente no que se refere aos estudos de lavouras e rebanhos. (GUSMÃO, 1977, p.137).

O IBGE foi o órgão de pesquisa que mais estimulou e difundiu o uso de técnicas matemáticas e estatísticas, além de diversos pesquisadores publicarem resultados de seus estudos em revistas científicas, eventos e palestras. Assim, a partir da metade da década de 1960, as teorias e modelos quantitativos ganharam relevância na geografia, a respeito deste momento, Rivaldo Gusmão (1978b) explica os objetivos do IBGE:

> As duas linhas preferenciais adotadas nos estudos agrários realizados no IBGE nos últimos dez anos diferenciam-se fundamentalmente. A primeira restringiu seu enfoque analítico às características internas da organização agrária e se voltou essencialmente para fins classificatórios através de experimentação de índices de modelos estatístico-matemáticos. Já a linha de preocupação atual volta-se para a consideração mais abrangente da própria organização agrária através da análise de suas características internas e externas sob a ótica do desenvolvimento, para estudo do espaço rural e para a identificação das vinculações entre espaço rural e urbano. (GUSMÃO, 1978b, p.145).

O modelo de von Thünen, a respeito da Teoria do Estado Isolado e da localização das atividades econômicas, entorno de um centro de atração e a divisão em anéis separando as atividades agropecuárias foi amplamente discutido e aplicado nesta fase da geografia agrária. O trabalho de Geiger, Lima e Abib (1974) explica a utilização e exemplifica no Estado de São Paulo:

> O modelo de von Thünen, que se refere à distribuição de atividades agropastoris pelo espaço geográfico, é bem conhecido. Segundo este modelo, tendo em vista o destino da produção destas atividades para o consumo de um centro que funciona como mercado [...] as atividades acabarão por se organizar de forma ordenada, segundo anéis, em torno do centro-mercado. Estes anéis serão caracterizados pela presença de determinados gêneros de produtos e sistemas de cultivo. (GEIGER, LIMA e ABIB, 1974, p.3).

Ainda sobre o modelo de von Thünen, Mesquita (1978) publica o artigo na Revista Brasileira de Geografia, referente a dissertação de mestrado defendida na UFRJ, no qual discute os referenciais teóricos da localização das atividades econômicas e do modelo de organização espacial agrária das atividades agrárias.

David Harvey (1976) salienta o uso de modelos espaciais no estudo da utilização da terra agrícola, enfatizando a utilização do referencial e esquema metodológico de von Thünen, do modelo de equilíbrio espacial, modelos *input-output*, modelos econômicos dinâmicos e modelos de tomada de decisões. A utilização de modelos por geógrafos é criticada por Harvey (1976), mas salienta a importância do modelo de von Thünen.

Na visão de Cláudio Castro (1972) as ciências sociais e a questão metodológica deveria ser mais discutida, principalmente quanto aos métodos de estudo e as respostas as hipóteses de pesquisa, cobrando uma maior atenção ao rigor metodológico:

> O teste de hipótese é uma maneira formal e elegante de mostrar a confiança que se pode ser atribuída a certas proposições. Se esta confiança pode ser medida e estabelecida, é injustificável a omissão do teste. Mas, quando a natureza dos dados ou do problema não nos permite avaliar formalmente esta confiança, não há desdouro para a ciência ou para o investigador em dizer apenas isto em seu relatório de pesquisa. (CASTRO, 1972, p.108).

Dessa forma, as mudanças se tornaram necessárias para o amadurecimento da geografia como ciência, rompendo ou acrescendo de outros marcos teórico-metodológicos (Quadro 6).

Característica/Corrente	**CLÁSSICA**	**TEORÉTICA**
Abordagem	Idiográfica	Nomotética
Filosofia	Positivismo Clássico	Positivismo Lógico
Objetivação espacial	Descrever, Localizar	Organizar, Distribuir
Técnicas	Observação - Comparação	Quantificação - Estatística
Perspectiva	Local - Particular	Geral - Ampla
Relação Espaço-Tempo	Presente	Prospecção
Método	Indutivo	Hipotético-Dedutivo

Quadro 6 – Diferenças básicas entre as concepções da geografia clássica e teorética.
Organização: Flamarion Dutra Alves

Entre as diferenças teórico-metodológicas da geografia descritiva regional e a geografia quantitativa, notam-se as abordagens idiográficas que "focaliza os fatos estudados como se fossem únicas" (TAVARES, 1975, p.5) utilizadas amplamente pela geografia clássica, valorizando o empírico e as monografias regionais francesas. Todavia, a nova

geografia muda a direção dessa abordagem para uma visão nomotética que "encara os fatos estudados, não como únicos, mas como exemplos de séries genéricas" (TAVARES, 1975, p.9), ou seja, apenas a descrição de uma única região não pode servir como exemplo e regra geral para a explicação dos fenômenos.

Ian Burton (1977) também discorre sobre a necessidade de mudança nas bases metodológicas na geografia:

> Foi inspirada por uma necessidade genuína de tornar a geografia mais científica e por uma preocupação em desenvolver um corpo de teoria. A insatisfação com a geografia idiográfica está na raiz da revolução quantitativa. O desenvolvimento da geografia teorética, de construção de modelos, será provavelmente a maior conseqüência da revolução quantitativa. (BURTON, 1977, p.73).

O trabalho de Lúcia Helena Gerardi (1976) deixa claro este momento de renovação na geografia agrária, ao tratar da abordagem sistêmica e as novas técnicas de pesquisa como a tipologia e a quantificação. Neste artigo a autora faz um levantamento bibliográfico sobre a Comissão de Tipologia Agrícola da UGI e acerca da Teoria dos Sistemas.

> A tipificação da agricultura, desde a criação da Comissão de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional (1964), tem merecido de parte dos geógrafos uma atenção toda especial, quer pelo sentido de renovação que veio trazer à geografia da agricultura, quer pela maior objetividade dos estudos, baseados em critérios uniformes estabelecidos pela comissão. (GERARDI, 1976, 83).

A Comissão de Tipologia Agrícola da UGI foi importante para a geografia, na medida em que trouxe uma metodologia padrão com critérios claros de métodos e técnicas a serem utilizados, fugindo das descrições para elaboração de classificações e tipificações:

> A criação da Comissão de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional, dirigida por J. Kostrowicki, veio trazer uma nova abordagem aos estudos de geografia da agricultura e, em especial, aos estudos de classificação, ao buscar a padronização de critérios, métodos e técnicas que fornecessem uma base para a tipificação da agricultura mundial, objetivando, fundamentalmente, a ordenação dos conhecimentos sobre a agricultura e sua compreensão como um fenômeno complexo, o que posicionaria a geografia da agricultura como disciplina científica. (SILVA, 1980, p.6).

Solange Silva (1980) discorre sobre a temática da classificação na geografia agrária, apontando aspectos positivos e negativos desta técnica que foi amplamente utilizada, a partir do final da década de 1960 no Brasil:

> Outra preocupação, sentida também nos estudos que objetivaram classificação, é a de torná-los um recurso eficiente a ser utilizado no planejamento rural, o que lhes emprestaria propósitos práticos bastante definidos. A eficiência da tipologia como instrumento a ser aplicado ao planejamento rural implica a necessidade de assumir a validade dos tipos de agricultura para um período determinado de tempo e também a necessidade de identificar fatores críticos de mudança dentro da amplitude de fatores

> do meio natural e ou de fatores socioeconômicos capazes de influenciar na formação dos tipos. (SILVA, 1980, p.21).

Sobre a abordagem sistêmica Manuel Correia Andrade (1977) aponta alguns elementos positivos e negativos dessa perspectiva de pesquisa:

> A visão sistêmica, a aplicação da Teoria Geral dos Sistemas à geografia, apresenta alguns aspectos positivos ao lado de outros negativos. Primeiramente, não há uma certa uniformidade nesta teoria; em segundo lugar, ela tem uma base organicista, tendendo a confundir o sistema social com um organismo, e em terceiro lugar ela procura fazer um diagnostico do existente e estabelecer a meta do desejado, procurando estabelecer o caminho para atingir esta meta. [...] A teoria dos sistemas leva um raciocínio dentro de uma lógica formal, que encara os fatos como estáticos e não como um resultado de um processo que está permanentemente em evolução, em transformação. (ANDRADE, 1977, p.15).

A abordagem sistêmica e o uso de teorias espaciais foram reforçadas na década de 1970 na geografia agrária, uma dessas teorias é a Teoria do Estado Isolado de von Thünen. Ceron (1976c) explica o uso da teoria na geografia agrária:

> A obra de von Thünen talvez tenha sido uma das mais discutidas, criticadas e elogiadas deste século. Inúmeros artigos têm sido a ela dedicados no âmbito dos estudos de localização do uso agrícola da terra. Sua contribuição para a teoria da localização dos padrões de uso da terra é incontestável, particularmente, no que diz respeito à função da distância. (CERON, 1976c, p.43).

Ian Burton (1977) apresenta um artigo clássico tratando da geografia teorética e a quantificação, enfatizando as principais características e avanços dessa nova perspectiva teórico-metodológica:

> [...] quantificação como parte da disseminação e crescimento geral da análise científica num mundo dominado principalmente por uma preocupação com o excepcional e único. (BURTON, 1977, p.64-65).

Já na geografia agrária, Ceron e Gerardi (1979) definem os principais objetivos deste ramo da ciência geográfica:

> Procurando compreender a organização espacial da atividade agrícola, incluindo seus elementos de interação e hierarquia, aos objetivos da disciplina se impõe a necessidade de vencer obstáculos no sentido de contribuir para o planejamento e desenvolvimento da agricultura, em termos de bem estar social e econômico das comunidades rurais. (CERON & GERARDI, 1979, p.61).

Os autores ainda ressaltam a importância de quatro pontos que devem ser considerados nas pesquisas em geografia agrária "a questão da análise dos padrões e processos; modelos e teorias; quantificação e o posicionamento ideológico-filosófico" (CERON & GERARDI, 1979).

Mas ao mesmo tempo em que as abordagens quantitativas ganhavam pertinência nos estudos rurais, a questão qualitativa nunca deixou de ser debatida entre os geógrafos, em especial os ligados a geografia francesa. O exemplo esta em Raymond Pebáyle (1977), quando discute a utilização de tipologias, não só de ordem quantitativa, mas que favoreçam as abordagens qualitativas.

Entretanto, essa mudança de pensamento nas bases metodológicas é encarada com resistência por alguns geógrafos, conforme afirma Pebáyle (1977, p.54-55) "a complexidade da novidade é considerada como um elemento negativo para sua adoção. Em compensação, o fato de uma inovação ser facilmente observável e aplicável em pequena escala, favoreceria sua propagação".

Esta mudança metodológica, com base qualitativa representa uma nova tipologia para os estudos rurais na geografia:

> Nós também proporemos uma tipologia, por hora puramente qualitativa, que, sem ignorar as aquisições das pesquisas geográficas e sociológicas, toma por ponto de partida um agricultor bem esclarecido e atualizado. É isto o que nós ensaiaremos resumir no quadro tipológico que se segue, no qual três categorias permitem uma classificação compreensiva das inovações rurais, segundo sua complexidade real, suas modalidades de adoção e suas formas de difusão espacial. (PEBÁYLE, 1977, p.55).

A noção do espaço vista como um sistema é enfatizado por Pebáyle (1977, p.55) "Definir-se-á, ainda, a tradição rural como um sistema herdado de relações entre a terra e o homem, num dado lugar e época, tendo como objetivo a produção agrícola".

Dessa forma, a mudança de paradigma ocorre com intuito de fortalecimento das pesquisas em geografia, acrescendo técnicas mais rígidas quanto à extração e desenvolvimento dos resultados, sendo um novo lastro para os geógrafos frente a deficiência da observação e descrição para explicação dos fenômenos geográficos.

6.3 – Considerações do capítulo

A mudança de orientação paradigmática na geografia agrária brasileira ocorreu no final da década de 1960, ultrapassando as barreiras da descrição das paisagens e do método indutivo alicerçado na tradição francesa. Essa alteração de base metodológico se deu por diversas causas: o questionamento da descrição como ferramenta de rigor metodológico; a necessidade de avançar metodologicamente; a criação da Comissão de Tipologia da Agricultura em 1964, que trouxe outra caráter de pesquisas na geografia agrária, além do avanço de técnicas e teorias sobre a organização do espaço.

Neste cenário, que a metodologia da geografia agrária se transforma na década de 1970, denominando-se teorética ou quantitativa, calcada em técnicas de análise dos resultados baseadas na estatística, matemática e cartográficas em sua grande maioria. Entretanto, alguns trabalhos foram desenvolvidos sobre outras abordagens e características que fugiram do padrão quantitativo.

Ressalta-se que este modelo de explicação do real, desenvolvido a partir da década de 1960 no Brasil, já era aplicado em outros países e ainda são ferramentas utilizadas nas pesquisas em geografia, dando suporte para muitas análises da sociedade, seja com técnicas quantitativas ou não.

7. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1961 - 1980

A análise da produção das décadas de 1961 a 1980 irá desvendar a mudança de orientação teórico-metodológica na geografia agrária brasileira, do fim da hegemonia do método indutivo-descritivo-empírico para a renovação de pensamento, calcado no positivismo lógico e na utilização das técnicas estatísticas e cartográficas.

Assim, na década de 1960, ainda há um predomínio da base clássica da geografia agrária, mas indicando novos caminhos de pesquisa, em especial na segunda metade da década, quando a idéia de estudar o espaço agrário, através da abordagem sistêmica entra com vigor no desenvolvimento teórico e prático na geografia.

7.1 – O fim da hegemonia clássica na geografia agrária: a produção entre 1961 a 1970

Nesta década em questão, os estudos agrários demonstraram o fim do predomínio do método indutivo-descritivo-empírico acenando para novas perspectivas de análise. Entretanto, a produção na década de 1960 mostrou a importância da base metodológica da geografia clássica para a fundação da geografia como ciência, por este motivo, que mais de três décadas seguiram com esta linha de pensamento.

O trabalho de Heloisa Barthelmes (1961) demonstra uma mudança nas técnicas de pesquisa, para a análise da agricultura brasileira, o uso de técnicas cartográficas e formulas matemáticas vem complementar o arsenal de ferramentas do geógrafo, até então, centrado nas observações de campo. Estas técnicas desenvolvidas por Barthelmes (1961) objetivavam analisar a produção de produtos agrícolas numa escala temporal, para tal, usou cartogramas e círculos que indicam a produtividade por cada período, na região (Figura 7):

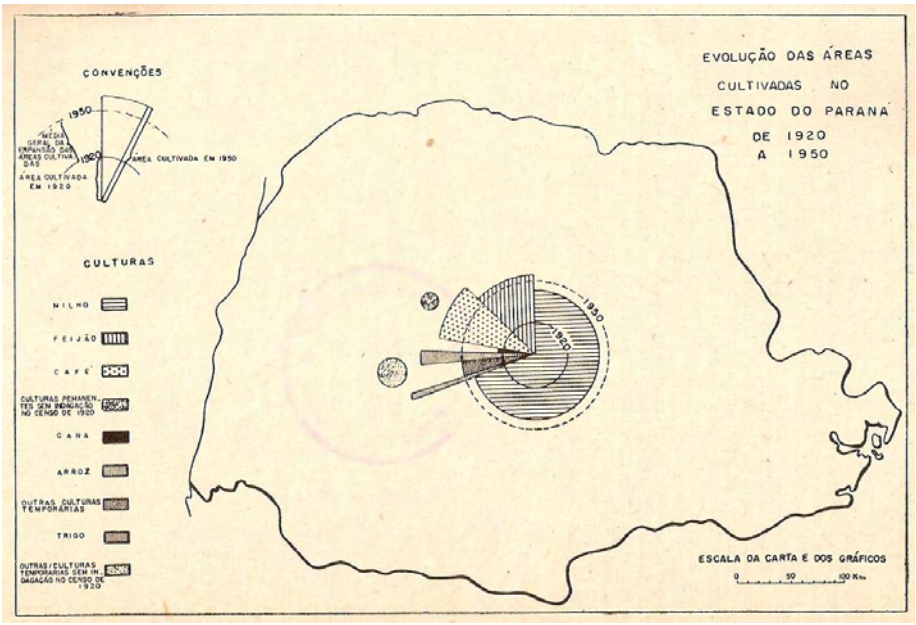


Figura 7 – Cartograma com técnicas gráficas e estatísticas para a evolução produtiva agrícola no Paraná (1920-1950).
Fonte: Barthelmes (1961, p.31).

Essa técnica cartográfica representa um acréscimo nas análises geográficas, assim expostas pela autora:

> O ganho (ou perda) total de área de cada setor representa a variação absoluta (positiva ou negativa) da respectiva cultura; enquanto isto, a variação relativa pode ser facilmente comprovada pois às culturas de maior variação relativa correspondem, no gráfico, setores particularmente salientes ou reentrantes (BARTHELMES, 1961, p.28).

Dessa forma, a explicação da variação produtiva de uma determinada região poderia ser explicada através de cartogramas e gráficos, que representavam a evolução de uma dada cultura numa determinada região.

Apesar destes indícios de mudança técnica, a base teórico-metodológica seguia o padrão da geografia clássica. Os trabalhos de Orlando Valverde demonstram essas características quando retrata a imigração italiana no Brasil, como a cultura migrante mudou aspectos da sociedade brasileira.

Trazendo a categoria de análise de Leo Waibel, Valverde (1961a, p.147) remete a "as paisagens agrárias criadas pelos colonos italianos", ou seja, como a agricultura e o modo de vida modificou a paisagem brasileira, em especial na região Sul e em São Paulo.

Entre a descrição dos elementos da paisagem (cultura e natural) Valverde (1961a) comenta como é composto o meio físico, *habitat* e o modo de vida dos italianos em São Paulo:

> A paisagem cultural na região de São Roque é de invulgar beleza e sugere prosperidade [...] O relevo aqui é suavemente ondulado; as pequenas propriedades mantêm uma densa população rural. As casas, distribuídas em *habitat* disperso, são bem cuidadas, feitas de tijolos e telhas. (VALVERDE, 1961a, p.164).

Assim, Valverde (1961a) explora vários temas e conceitos da geografia clássica neste estudo, desde a organização da paisagem agrária, com os *habitat*, modos de vida, meio físico, agricultura e aspectos culturais da imigração no Brasil.

Na mesma linha de pensamento, Valverde e Mesquita (1961) investigaram os aspectos da geografia agrária da região do Baixo Açu, situado nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, com caráter descritivo e regional, o trabalho desvenda os diferentes tipos de *habitat* rural, as condições físicas e os tipos de sistemas agrícolas empregados.

G. Silva (1961) faz um estudo histórico sobre as causas da pobreza e dos problemas alimentares no nordeste brasileiro. Desde a estrutura agrária, que concentra as terras em seus extensos latifúndios, clima, economia, transporte e consumo dos municípios. O embasamento teórico de Silva (1961) passa por diversas matrizes, mas seu caráter é sociológico e econômico ao utilizar Gilberto Freire[22], Caio Prado Júnior[23], Kautsky[24], Josué de Castro[25] entre outros.

Essa gama de problemas existentes no nordeste anuncia a forte migração do meio rural para a cidade, além da migração que vai além dos limites municipais, como a migração para outros estados. Entretanto, o tema central do artigo é a estrutura agrária do nordeste, onde Silva (1961) propõe mudanças nas políticas para os pequenos e médios produtores, além da diminuição da concentração de terras, melhorias na educação dos produtores, cooperativismos e garantias de preço mínimo para os produtos agrícolas. Ainda sobre a região nordeste, Milton Santos (1961) analisa a comercialização do cacau na Bahia, sob um ponto de vista econômico o autor faz considerações sobre esta atividade.

O trabalho de José Honório Rodrigues (1961) faz um breve histórico sobre a concessão de terras no Brasil, desde a legislação das sesmarias à Lei de Terras de 1850. Com uma abordagem política e histórica, o autor perpassa em diferentes momentos da sociedade brasileira retratando e apontando os principais motivos da concentração de terras e do predomínio do latifúndio no campo brasileiro.

---

[22] Gilberto Freire. **Casa Grande e Senzala**, 1943; **Nordeste**, 1952; **Sociologia**, 1945.
[23] Caio Prado Júnior. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 1945; **História Econômica do Brasil**, 1945.
[24] Karl Kautsky. **A questão agrária**, 1899.
[25] Josué de Castro. **A alimentação no Brasil à luz da geografia humana**, 1937; **Inquérito alimentar nas classes operárias do Recife**, 1934; **Raça e alimentação**, 1936.

A respeito da produção do café, Taunay (1961) faz uma descrição histórica dessa cultura na economia brasileira, comentando as melhores regiões, aptas ao sucesso da produção cafeeira e também, das regiões menos favoráveis ao cultivo do café:

> No Pará e no Maranhão, limitou-se as culturas às escassas chácaras em que era produzido, em muito pequena escala. Não lhe era o *habitat* favorável, aliás, precisando viver abrigado à sombra das grandes árvores, e ameaçado por moléstias criptogâmicas numerosas e mortíferas sem o recurso das áreas das terras altas como sucede na Colômbia e na Venezuela. (TAUNAY, 1961, p.448).

O conceito de *habitat* é encontrado nesse texto, adotando a noção de ambiente, muito atrelado aos elementos naturais e físicos, que são condicionantes, para a fixação do homem e do desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias.

Pasquale Petrone (1961) caracterizou os diferentes tipos de sistemas agrícolas na Baixada do Ribeira – SP, o trabalho consiste em distinguir os tipos de povoamento e as formas das atividades agrícolas. Com uma abordagem descritiva da região, o autor analisa o perfil do uso da terra com mapas mostrando a organização da localidade (Figura 8).

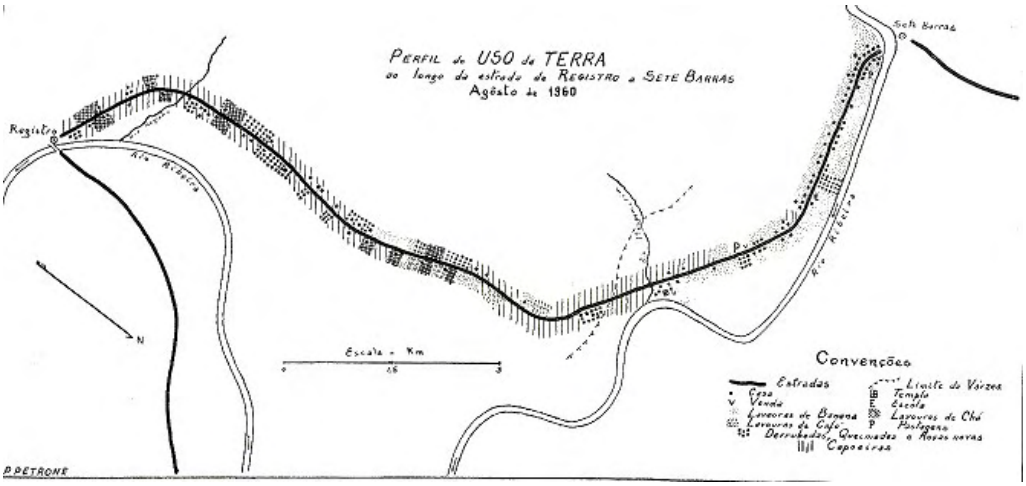


Figura 8 – Perfil do uso da terra na região da Baixada do Ribeira – SP.
Fonte: Petrone (1961, p.50).

A figura 8 mostra a técnica utilizada pelos geógrafos clássicos de identificar os tipos de atividades econômicas, modos de vidas existentes e o perfil geográfico entre os aspectos físicos / naturais e a relação com homem / sociedade. A tentativa de classificação dos sistemas agrícolas nessa região foi fundamentada nas teorias de Leo Waibel[26], no qual definiu oito tipos de sistemas agrícolas.

Nilo Bernardes (1961) faz uma análise apurada das características gerais da agricultura brasileira no século XX, tanto sob o enfoque agrícola e da produção, como da

[26] Leo Waibel. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

estrutura fundiária e condições socioculturais. Baseado no Censo Agrícola de 1950 elaborou cartogramas com isolinhas da estrutura fundiária brasileira (Figura 9), além de mapas sobre a utilização da terra, localização de tratores e arados. Estes dados serviram para mostrar a desigualdade existente no campo brasileiro, nos aspectos econômicos e sociais. A cerca deste assunto, Bernardes (1961) utilizou referências de Caio Prado Júnior para retratar o contraste existente no cenário agrário brasileiro:

> A quantos se têm interessado pelos problemas rurais brasileiros não escapou a forte persistência na estrutura agrária das características coloniais de origem. Persistência que se faz sentir em um tríplice aspecto: tanto na organização fundiária e nos regimes de exploração, de tão profundas conseqüências sociais, quanto nas modalidades principais de utilização da terra. (BERNARDES, 1961, p.381).

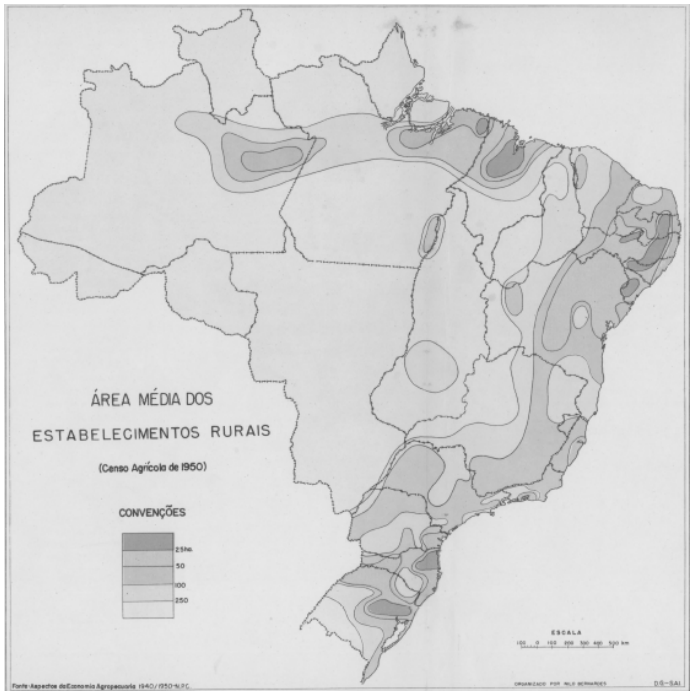


Figura 9 – Mapa da área média dos estabelecimentos rurais no Brasil, 1950.
Fonte: Bernardes (1961, p.368).

O trabalho de Roy Nash (1961) teve como objetivo estudar as diferentes habitações rurais no Brasil. Enfocando na abordagem metodológica de Jean Brunhes[27] que determina uma visão antropocêntrica da região, ou seja, analisar os diversos elementos que compõem o meio rural, citando Nash (1961):

> Brunhes considera essenciais esses seis pontos da antropogeografia: casas e caminhos; campos lavrados e animais domésticos; a exploração mineral e a devastação da vida tanto no reino vegetal quanto no animal. O aproveitamento improdutivo do solo, a conquista do mundo vegetal e da vida animal, e, finalmente a economia destrutiva. Em seu conjunto, esses fatores talvez retratam perfeitamente a

[27] Jean Brunhes. **Human Geography**, 1929.

> civilização material brasileira, cem anos após ter conquistado à metrópole sua independência política. (NASH, 1961, p.461).

Nesse sentido, Nash (1961) elencou algumas formas de habitações no rural brasileiro, as com folhas de palmeiras, barrotes, casa de pedra, paredes de esteira, casas de turfa, madeira e tijolos.

As caracterizações dos *habitat* rurais foram evidentes na geografia clássica, Nice Müller (1966) analisa a organização agrária dos trinta bairros rurais no município de Piracicaba (Figura 10).

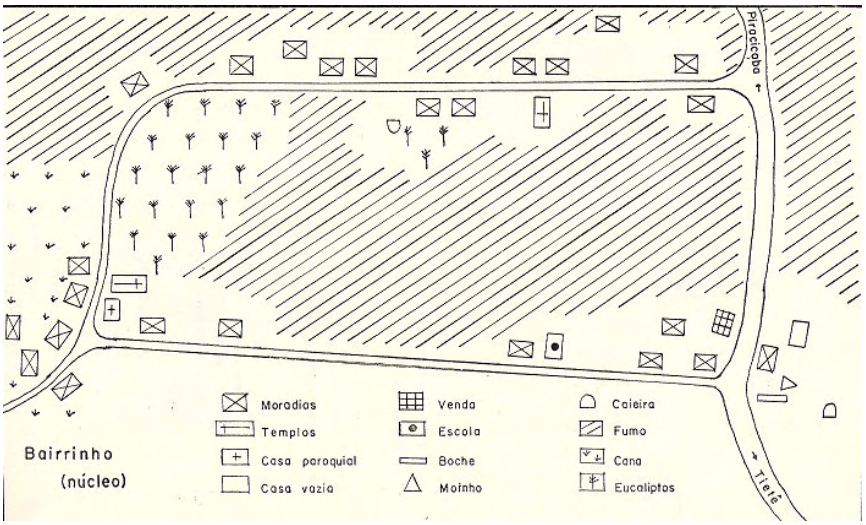


Figura 10 – Distribuição do *habitat*, no bairro rural em Piracicaba.
Fonte: Müller (1966, p.115).

O trabalho de Valverde, Mesquita e Scheinvar (1962) descrevem as condições geográficas da região nordeste do Rio Grande do Norte através de inquéritos globais que visam:

> a) estudo de antropologia cultural; b) estudo de geografia agrária; c) estudo botânico – fitogeografia aplicada à alimentação; d) estudo de hábitos e consumo alimentar pela técnica de pesada; f) estudo clínico de avaliação do estado nutritivo por sintomas e sinais de carência. (VALVERDE, MESQUITA e SCHEINVAR, 1962, p.3).

A descrição foi à ferramenta principal para a amostra dos resultados, com observações diretas e levantamentos das condições físicas foi possível retratar os *habitats* rural dessa região "a morfologia agrária gerou, nos pequenos vales, um *habitat* linear disperso, cujas casas, de aspecto suburbano, pertencentes ao sitiantes, ao longo da estrada" (1962, p.33).

Ainda na região nordeste, o trabalho de Melo (1962) apresenta as características típicas da geografia clássica, ao descrever as condições físicas e humanas através das observações de campo empiricamente.

Com base em Elza Keller para tratar dos *habitat* rurais, Müller (1966) destaca a existência de vários tipos de *habitat* no Brasil e justifica o uso desse conceito:

> Sendo o habitat disperso forma inegavelmente dominante no meio rural brasileiro, deveria ele merecer estudos numerosos e detalhados que possibilitassem, no futuro, o estabelecimento de uma sistemática e melhor compreensão dos nossos sistemas agrários e da organização de nossas comunidades rurais [...] No entanto, embora reconhecido como forma identificada de habitat rural, o *bairro* é ainda um grande desconhecido no que se refere a detalhes sobre sua gênese, funcionalidade e variedades morfológicas. (MÜLLER, 1966, p.83-84).

Outro trabalho que avaliou os bairros rurais foi desenvolvido por Liliana Fernandes (1968), onde centrou-se suas análises na organização do espaço e na formação da paisagem no município de Limeira.

O trabalho de Raquel Brito (1961) apresentou um apanhado histórico da imigração lusa para o Brasil, descrevendo as principais regiões que se encontravam, além das atividades agropecuárias que desenvolviam, com um enfoque descritivo do processo de ocupação e colonização dos portugueses no Brasil.

Alberto Passos Guimarães (1962) analisa com viés sociológico e histórico as condições da estrutura agrária brasileira, o predomínio do latifúndio em detrimento às pequenas propriedades de subsistência. O autor examina vários fatores que contribuíram e contribuem para a situação concentradora de terras no Brasil

> A agricultura de exportação, implantada segundo os interesses e necessidades das metrópoles, à base da propriedade latifundiária, da monocultura e do sistema de *plantações* é mantida em detrimento da agricultura de subsistência. (GUIMARÃES, 1962, p.53).

Com base em alguns dados dos censos agrícolas, sobre a divisão de terras no Brasil, além de constatações a cerca da pobreza das populações rurais pela falta de condições para agricultura, Guimarães (1962) conclui que:

> À base dos fatos e dados aqui expostos que há uma crise estrutural no sistema agrário brasileiro, a qual só terá solução com uma reforma agrária que realize profundas mudanças no regime de propriedade da terra, que promova e acelere o desenvolvimento da agricultura e eleve o nível de vida dos trabalhadores agrícolas. (GUIMARÃES, 1962, p.57).

O trabalho de Max Schmidt (1962) apresenta aspectos característicos da geografia clássica, do empirismo realizado pela observação e do detalhamento das descrições do que

encontrava nas expedições realizadas. Neste caso, nas tribos indígenas da América do Sul, em especial os métodos praticados na agricultura e o modo de vida dos indígenas "com um tempo de trabalho de mais ou menos seis horas, o serviço estava terminado nesse dia e todos os índios foram cantando, tomar o seu banho" (SCHMIDT, 1962, p.266).

Rawitscher (1962) comenta que o uso de técnicas agrícolas advindas de climas temperados prejudicou os solos nas regiões tropicais, no caso brasileiro. O texto com uma abordagem de causa-efeito, classifica as melhores condições de métodos agrícolas para as regiões tropicais.

Nilo Bernardes (1962, 1963a) analisa a relação da vegetação com o processo de ocupação nas regiões de Planalto e de Campos no Rio Grande do Sul e a formação dos *habitat* rural e as aglomerações urbanas. Com enfoque regional e com caráter possibilista, pois entende que as condições naturais deram origem as atividades agropecuárias desenvolvidas, além da formação das estruturas econômico-sociais. Porém, com o passar do tempo as condições naturais não foram predominantes para tal organizações distintas, no Estado do Rio Grande do Sul:

> Esta justaposição de duas estruturas econômico-sociais tão distintas, com limites tão rígidos, mantém-se até os dias atuais sem que se verifique uma interpenetração originando área de transição. Se a distribuição da vegetação causou esta dualidade, sua persistência só se explica pela interferência permanente dos fatores culturais. (BERNARDES, 1962, p.620).

O trabalho de Manuel Correia de Andrade (1963) é típico da corrente clássica da geografia agrária apresentando um panorama sobre a produção do fumo no Brasil, descreve os principais Estados fumicultores e a região de Arapiraca (Pernambuco) onde analisa as condições do meio físico com a organização da paisagem rural, salientando o tipo de *habitat* nessa região "A extensão das propriedades é refletida no *habitat* que é disperso apresentando tendência à concentração nas sedes das propriedades" (ANDRADE, 1963, p.183).

Com bases teóricas em Manuel Corrêa de Andrade e Orlando Valverde, o trabalho de Roberto Lobato Corrêa (1963a) classifica os tipos de relações de trabalho ou explotação da terra na região nordeste do Brasil. A divisão exposta por Corrêa (1963a) centra-se em trabalhadores não-remunerados, trabalhadores assalariados e parceiros, após esta classificação o autor analisa as relações de trabalho no campo com base no Censo Agropecuário e transforma os dados num diagrama triangular:

> Para este trabalho usamos o diagrama triangular no qual, para cada município são figuradas simultaneamente as porcentagens de assalariados, parceiros e não-remunerados. Concentrações se evidenciaram no triângulo, onde um dos três elementos predominava, ou onde entravam em proporção idêntica. É esta distribuição

> dos elementos do regime de explotação que procuraremos analisar. (CORRÊA, 1963a, p.344).

A análise do autor baseia-se nos dados estatísticos do Censo e nos referenciais teóricos sobre a região nordeste, para posteriormente tipificar as relações de trabalho no campo nordestino. Em outro trabalho, Corrêa (1963b) analisa a colonização rural e as conseqüências para a organização do espaço, valorizando a forma planejada de ocupação:

> A colonização visando, em última análise, à valorização regional, fundamenta-se na organização planejada do espaço em bases agrárias. A Colônia de Pindorama localizada parte no município de Cururipe e parte no de Penedo, é um exemplo de como em terras tradicionalmente consideradas impróprias para a agricultura, pode valorizar uma região empregando-se não somente sistemas agrícolas adequados, mas também uma forma conveniente de organização do espaço. (CORRÊA, 1963b, 479).

Assim, Corrêa (1963b) trata da questão regional enfocando as modificações nas paisagens agrárias, proveniente do processo de colonização planejado considerando a estrutura fundiária, relações de trabalho e demografia no conjunto da organização do espaço.

As condições do meio físico para a agricultura são tratadas por Fernando Mota (1963) ao pesquisar o regime pluviométrico do Rio Grande do Sul, a exploração agropecuária tem variação com relação à quantidade de chuva e seus excessos. Com uma abordagem de causa-efeito, o autor explica essa co-relação:

> As culturas de inverno e primavera e aquelas cujo amadurecimento e colheita se dão no outono, encontram nos excessos de águas outonais, invernais e primaveris, comuns em todo o Rio Grande do Sul, uma séria adversidade climática. A pecuária, igualmente sofre tremendos prejuízos devido ao excesso de chuvas no inverno e na primavera. Naturalmente esta adversidade é mais grave nas zonas de topografia plana. (MOTA, 1963, p.399).

A localização de espécies vegetais é um tema comum nos trabalhos em geografia agrária nesse período clássico da geografia agrária. O trabalho de Rizzini (1963) faz este diagnóstico a respeito da cultura do babaçu, identificando as diferentes espécies e a localização no território brasileiro, ou seja, este trabalho esta intimamente relacionada com a biogeografia.

O trabalho de Sylvio Abreu (1963) faz um histórico da cultura da borracha no mundo e no Brasil, apontando para as conseqüências econômicas e sociais desse cultivo, além de verificar o consumo mundial, e a produção nacional (área plantada, consumo, quantidade e valor). Em contrapartida, mostra as novas tecnologias na produção e criação da borracha sintética, com as vantagens desse ramo da produção industrial, indicando a diminuição da extração vegetal.

Os trabalhos descritivos e regionais permanecem em constante presença na produção científica em geografia agrária, Antonio Mariani (1963) relata as condições naturais da região

do Baixo São Francisco para a produção agrícola. Outro estudo regional sobre a população rural é de Aluízio Duarte (1964), no qual incrementa técnicas cartográficas e estatísticas para analisar a população na região leste do Brasil, em foco o Estado de São Paulo ao Estado de Sergipe.

Outro trabalho de Duarte (1963) evidencia as condições do *habitat* rural em Irecê na Bahia, o autor faz a análise relacionando as condições físicas e a agricultura e povoamento:

> Quando não há ressurgência, mas o lençol freático está a uma profundidade suficiente, permitindo a construção de um poço, processa-se, igualmente, a concentração do *habitat*. O número de casas varia de acordo com a possibilidade do fornecimento de água do poço; assim encontramos pequenos aglomerados indo 5 até 30 casas. (DUARTE, 1963, p.463).

Nesta paisagem agrária há uma boa perspectiva para a prática da agricultura, devido às condições físicas ímpares com relação ao restante do sertão baiano, propicio para a prática da pecuária "Dois fatores físicos ressaltam como sendo as condicionantes principais de sua existência: a maior fertilidade natural do solo e a presença de água subterrânea" (DUARTE, 1963, p.469).

A questão da fome e da distribuição de alimentos foi tema do trabalho de Webb (1965) onde tentou formular algumas idéias que causam a falta de abastecimento de alguns gêneros alimentícios em grandes centros do Brasil. Entre algumas causas da falta de abastecimento, cita-se a dificuldade de transportar os alimentos das regiões produtores até os centros urbanos, pela precariedade das estradas e dos transportes, outro, remete-se as condições físicas dos solos e climáticas que são desfavoráveis para algumas regiões do Brasil.

Com uma abordagem teórico-metodológica para tratar das questões do solo para a agricultura, Antônio Teixeira Guerra (1964b, 1965a, 1965b) divide os solos segundo as concepções dos agrônomos, geólogos e engenheiros, a fim de enunciar as contribuições para a geografia e a reforma agrária, além disso, faz uma classificação geral dos solos em território brasileiro e a importância dos solos para a sociedade "os sistemas agrícolas desde os mais primitivos até os mais adiantados vão ser da máxima importância para a vida do solo" (1964b, p.229).

O autor ainda pensa no meio físico como suporte para as relações humanas, no caso a reforma agrária:

> No nosso entender sintetizaríamos em: *melhoria do homem e melhoria da produtividade*. Por conseguinte fazemos distinção daquela reforma agrária que visa apenas a partilha da terra. A reforma agrária implica em modificar as relações do homem com a terra, assegurando-lhe assistência e promovendo a justiça social. (GUERRA, 1965b, p.129).

Visando a exploração e o uso dos recursos naturais, Vianna (1964) discorre sobre a questão do planejamento em área rural, observando os potenciais naturais de cada região brasileira. Para tal planejamento, é necessário o estudo ecológico, fisiológico, agronômico e genético dos tipos de vegetação.

Dessa forma, o estudo dos tipos de vegetação e o planejamento resultariam numa perspectiva de desenvolvimento regional "o preciso conhecimento do *habitat* e do comportamento da espécie é imprescindível não só para o estabelecimento de normas para uma exploração racional, mas, também para o incremento da reprodução natural ou domesticação" (VIANNA, 1964, p.233).

Orlando Valverde (1964) a pedido da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) fez um estudo na bacia leiteira do Estado do Rio de Janeiro, e através de sua abordagem estatístico-fisionômico-ecológico constatou o cenário agrário da referida região. Partindo do quadro natural e descrevendo a paisagem, Valverde (1964) traduziu a realidade física do local com as condições dos *habitat* rurais e estabelecimentos agrícolas e mensurou os dados referentes aos custos de produção.

A questão da reforma agrária foi estudada por Valverde (1965) no qual propôs uma regionalização no Brasil, em regiões geo-econômicas a fim de classificar as áreas de acordo com suas especificidades e potencialidade (físicas, econômicas e sociais). Contudo, seria necessária uma mudança na estrutura agrária vigente do país, alterando a padrão latifundiário. Este estudo usou como base o referencial alemão de Leo Waibel, no qual usou-se o cálculo para indicar o *minimale Ackernahrung,* ou seja, o tamanho mínimo para agricultura de uma dada área, além dos modelos teóricos de Von Thünen que indicam a distância das áreas agrícolas com os centros urbanos.

Assim, Valverde (1965) resume esse assunto da reforma agrária brasileira:

> [...] a reforma agrária é uma operação muito complexa, mas inadiável, e que só pode ser enfrentada em soluções regionais. o problema agrário de cada região requer: a) o conhecimento mais completo possível da estrutura agrária atual; b) a formulação da estrutura desejável e mais adequada, assim como dos meios de alcançá-la; c) a resolução dos problemas correlatos, não menos importantes da educação do crédito, do fomento rural e ajuste da legislação civil. (VALVERDE, 1965, p.619).

Na perspectiva histórica, Valverde (1967) retrata as fazendas de café durante o período escravocrata no Brasil. Através da abordagem descritiva e histórica, o autor perpassa minuciosamente nos elementos desse modo de produção, e nos aspectos do cultivo do café:

> Os roçados prosseguiam pela encosta inferior dos morros, aí para plantar café. Esse penoso serviço nunca era feito pelos escravos, mas pelos caboclos, geralmente mineiros, seguindo fielmente as técnicas de seus mestres, os índios. Faziam incisões a machado no tronco das árvores maiores, à medida que iam subindo o morro. Lá

> em cima, era derrubado o "matador", árvore mais alta, previamente escolhida, que, na sua queda, ia por abaixo todas as demais. (VALVERDE, 1967, p.44).

Já o trabalho de Theophilo de Andrade (1965) analisa o processo histórico da cultura do café, sua expansão pelo interior do Brasil e as exportações, sobretudo através do porto do Rio de Janeiro. Ainda sobre a produção de alimentos, Cruz (1965) descreveu a importância do arroz para a alimentação da população brasileira, com um enfoque descritivo o autor mostrou os principais estados produtores de arroz.

O trabalho de Aluízio Duarte (1967) ainda apresenta os traços marcantes da geografia clássica, com fortes descrições realizadas pelas observações diretas, provenientes de excursões realizadas pelo Conselho Nacional de Geografia na região do Planalto da Conquista. Entretanto, o autor deixa clara a preferência da técnica da observação e a não utilização de outras técnicas "Um desses relatórios registra as observações feitas ao longo do itinerário. Nele não se teve a preocupação de inserir dados estatísticos ou consultar qualquer bibliografia a respeito" (DUARTE, 1967, p.39). Essa observação centrou-se em dois elementos a serem caracterizados, a paisagem natural e a paisagem humanizada.

Manuel Correia de Andrade (1967) correlaciona as atividades agrícolas desenvolvidas em Pernambuco com os elementos naturais e fundiários. Além das condições naturais agirem diretamente na dinâmica da agricultura, dando ênfase ao clima e solo, a estrutura fundiária é vista pelo autor como um fator que determina nas relações socioeconômicas da região:

> Se os grandes e médios proprietários preocupam-se, sobretudo, com a pecuária e as culturas de café e de algodão, desenvolve-se ao lado destas uma série de outras culturas feitas por pequenos proprietários e por agricultores sem terras. O acesso destes a terra é feito segundo várias modalidades de relações, que visam da parte do proprietário não só a obtenção de uma renda sem sua participação direta na exploração da terra, como, sobretudo, na procura da obtenção de alimentação suplementar para o gado nos meses mais secos do ano, justamente naqueles em que o gado mais se ressente da falta de alimentos. (ANDRADE, 1967, p.75).

Em outra análise regional, Andrade (1968) descreve as condições da produção de côco e cana-de-açúcar no norte de Alagoas, relacionando com a estrutura agrária vigente na região, ou seja, como se comporta a população e os agricultores frente ao latifúndio.

A descrição do Estado de Mato Grosso é colocada no trabalho de Mário Carneiro (1969) sob a perspectiva de desenvolvimento da região. O autor divide o trabalho analisando a população, regiões, estrutura agrária, predatorismo, energia, comunicações, atividades econômicas e pólos. Sobre a estrutura agrária afirma que:

> O Estado de Mato Grosso retrata bem o entrave que determina forma de distribuição da propriedade rural representa para o desenvolvimento rápido e harmônico. A rigidez de sua estrutura agrária não abre oportunidades para a diversificação econômica. (CARNEIRO, 1969, p.80).

O trabalho de Gérard Prost (1968) no Cariri semi-árido revela as principais características metodológicas da década de 1960, a descrição. O autor faz uma breve descrição física da região, e em seguida analisa os aspectos humanos, em especial o quadro agrário para sintetizar o cenário da paisagem que analisa:

> É a humanização da paisagem tendo como corolário a densificação da população. Ao fazendeiro-criador e ao vaqueiro, quase sempre pobres e diluídos no meio da caatinga, sucederam tipos de habitantes muito mais numerosos e complexos, geralmente mais favorecidos economicamente, porém socialmente mais diferenciados e dependentes de fatores novos, exteriores à região. (PROST, 1968, p.23).

André Tosello (1967) analisou a produção e a industrialização do café no Brasil, ao longo do século XVIII até o XX, mostrando a importância dessa atividade agrícola para a economia brasileira. Musso (1968a, 1968b) trabalhou com os ciclos econômicos do Brasil do Pau-Brasil, cana-de-açúcar, tabaco, gado, café e algodão com uma abordagem descritiva e histórica, utilizando uma linguagem que expressasse toda riqueza de detalhes do período citado:

> A casa-de-engenho, próxima a casa grande situava-se geralmente nas cercanias de um rio, era a fábrica do açúcar [...] O senhor de engenho era um produtor do meio rural em que vivia, uns conservando a rispidez dos que abusam do mando. (MUSSO, 1968a, p.59-60).

O trabalho desenvolvido por Raymond Pébayle (1968) na Campanha Gaúcha é um típico trabalho clássico na geografia, primeiramente com descrições do quadro natural, fazendo uma breve argüição da história da região, para em seguida detalhar a produção agropecuária e as condições populacionais e econômicas do contexto regional.

Souza Barros (1970) faz um levantamento histórico da cultura da borracha no Brasil, desde o século XVI até a década de 1960, com o processo de industrialização e a produção sintética da borracha. Para tal análise, o autor utilizou cartogramas, gráficos e tabelas como técnicas para corroborar as afirmações sobre o processo agrícola-industrial da borracha no Brasil.

A respeito da região amazônica, Valverde (1969) partiu das observações realizadas em campo para delinear algumas premissas para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia. Detalhou as condições de solo e clima da região, bem como as atividades extrativistas e os projetos agropecuários, fazendo algumas projeções para o futuro, ressaltando

a necessidade de ser um projeto de desenvolvimento "Estatal e dos brasileiros" (1969, p.50), afirmando o momento político da época[28].

Manoel Seabra (1969a, 1969b) desenvolveu uma pesquisa sobre a comercialização dos produtos agrícola na cidade São Paulo entre 1964 a 1965, analisando dezessete cooperativas. O estudo resultou em diversas tabelas, gráficos e cartogramas que mostram a dinâmica das cooperativas agrícolas e a comercialização na cidade de São Paulo, com uma abordagem econômica dessa atividade.

A colonização foi tema do trabalho de Pasquale Petrone (1965), ao estudar a região da Baixada do Ribeira, analisou o processo de ocupação populacional da área e constatou as potencialidades agrícolas e o desenvolvimento econômico:

> Não cremos que as vicissitudes da colonização na Baixada da Ribeira tenham que ser consideradas apenas como meros acidentes na evolução do povoamento. Acreditamos que a área em questão ainda oferece condições favoráveis e iniciativas de organizar racionalmente novos espaços agrícolas realmente integrados na economia paulista, portanto para a criação de colônias, não necessariamente com estrangeiros, e aproveitando a experiência anterior. (PETRONE, 1965, p.49-50).

Ainda sobre a colonização, Nilo Bernardes (1967) estudou este processo no Estado de Alagoas, indicando alguns apontamentos demográficos servindo de base para projetos de reforma agrária:

> [...] em se tratando de região onde as densidades demográficas são razoavelmente elevadas, a colonização é, na realidade, um esforço de reforma agrária, em domínio de estruturas defeituosas, tema que se impõe com atualidade constante. (BERNARDES, 1967, p.65).

Este estudo com cunho descritivo focalizou em três variáveis de cada colônia, o *elemento físico*, ou seja, as condições do sítio, sua topografia, drenagem, solos e vegetação. O estudo da *posição* em relação às rodovias, proximidade de grandes centros e climas do nordeste, por fim, o *elemento humano*, no qual esta ligada a população, condições de educação, saúde, serviços em gerais, bem como o nível técnico para a produção agrícola.

Baseado nesses três elementos, Nilo Bernardes (1967) verificou seis colônias e apontou para algumas considerações sobre estrutura fundiária, sistemas produtivos, *habitat* rural e elemento humano:

> [...] o problema não é somente determinar e implantar o tamanho mínimo de parcela essencial à manutenção de uma família média em padrão econômico e cultural decente em determinadas condições de utilização da terra (conforme Leo Waibel: o

[28] Início do regime militar (1968 -1984), na qual havia um projeto de ocupação do território nas regiões poucos habitadas, como a fronteira oeste do Brasil e a Amazônia.

> conceito de *minimale Ackernahrung*). Comporta também prever a prazo relativamente curto os efeitos da evolução fundiária. (BERNARDES, 1967, p.81).

A respeito da colonização Adilson Abreu (1967) verificou o processo de ocupação realizado por italianos e alemães no Espírito Santo e como se deu essa ocupação na formação da paisagem local "No conjunto, tanto as habitações dos teuto-brasileiros quanto dos ítalo-brasileiros marcam a paisagem e distinguem-se da casa dos caboclos, dando um aspecto mais favorável a quem chega a região" (1967, p.92).

Nimer e Binsztok (1967) estudaram o processo de imigração italiana na região de Castelo, na Bahia, e suas conseqüências para o meio rural. Com o enfoque descritivo, os autores analisam primeiramente o quadro natural e povoamento, para em seguida descrever e detalhar o quadro agrário, com análises sobre a estrutura fundiária, uso da terra, relações de trabalho, *habitat*, e estrutura social. Numa análise mais densa, os autores fazem co-relações com a estrutura comercial dentro e fora do município. Enfatizando esses aspectos físicos e humanos, Nimer e Binsztok (1967) elencam doze conclusões sobre a região, nos quais selecionamos uma para resumir o quadro da região:

> Todos esses fatores humanos e econômicos: superpovoamento, decadência da lavoura de café, fase de transição na economia rural, ausência quase completa de financiamento às atividades primárias e de assistência agronômica básica e objetiva são responsáveis pela quase estagnação econômica que caracteriza o vale do Castelo a partir dos últimos 6 anos, aproximadamente. (NIMER & BINSZTOK, 1967, p. 73).

O trabalho de Speridião Faissol (1968) representa um estudo geral do uso da terra, condições, limitações e potencialidades para agricultura, nas regiões do Brasil. Contudo, ressalta a impossibilidades e possibilidades que o solo exerce sobre a sociedade:

> A terra é o mais estático de todos, na realidade neutro e indiferente às aspirações humanas, significando ao mesmo tempo barreiras insuperáveis ou possibilidades enormes, em função apenas do conjunto de padrões culturais e tecnológicos do grupo humano considerado. Em outras palavras, a significação e a conseqüente avaliação da capacidade de uma determinada extensão de território, para fins de exploração econômica, varia em função da capacidade cultural de seus habitantes. (FAISSOL, 1968, p. 107).

O trabalho de Maria Pinto (1969) reflete as características básicas do método indutivo-empírico-descritivo, porém ressalta-se o advento de novas formas de atingir os resultados, ou seja, através de dados estatísticos dos censos e de aplicação de questionários aos agricultores. A base conceitual neste trabalho segue a maioria dos trabalhos, como o estudo do *habitat* e do uso do solo:

> As necessidades de relações humanas para a comercialização do sisal provocaram o agrupamento do *habitat* em áreas de pequenas lavouras. As novas aglomerações situam-se nas bordas das vias de comunicação, nos esporões, devido as cheias; à proximidade das lavouras acrescenta-se a vantagem das relações com o exterior. (PINTO, 1969, p.45-46).

O quadro regional era desvendado pelos geógrafos clássicos através de três grandes temas: o quadro físico, quadro agrário e o povoamento (Organograma 10).

Organograma 10 – Procedimentos metodológicos na geografia clássica.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Os princípios básicos nos estudos regionais sobre o espaço agrário se concentravam na caracterização do quadro físico inicialmente através da descrição, posteriormente a análise do quadro agrário juntamente com os aspectos da população local. Essa conexão dos fatos físicos e humanos ou da paisagem natural e cultural definiria o tipo de gênero de vida ou modo de vida existente numa dada região.

7.2 – Abordagens diferenciadas na década de 1960

As pesquisas para entender o comportamento dos solos e sua importância para agricultura é detalhado em Eitel Braun (1962), a abordagem essencialmente pedológica e agronômica do solo de Brasília contribui para a geografia agrária, pois insere outras variáveis para o estudo do desenvolvimento agrícola, agregando aspectos físicos. Todavia, após a análise dos tipos de solos e fatores que interferem no seu comportamento conclui que:

> Os primeiros, conforme visto, com exceção das aluviões recentes, são solos bem evoluídos, com índices altos de matéria orgânica, e embora ácidos, têm boa capacidade de troca de cátions [...] Uma vez corrigidos, devem produzir satisfatoriamente e se prestarão para a agricultura intensiva, principalmente legumes e hortaliças. A condição topográfica plana possibilita a exploração mecanizada e a

> água farta, durante todo o ano, irrigará culturas. A situação geográfica destas várzeas é também excepcional, uma vez que circundam a cidade e poderão vir a constituir o verdadeiro cinturão verde de Brasília. (BRAUN, 1962, p.74).

Com uma abordagem agronômica sobre as questões ligadas a agricultura, Leão (1966) destaca o uso de fertilizantes no Brasil relacionando com a produção agrícola. O autor entende que o aumento do uso de fertilizante estimulou o aumento da produtividade agrícola, entretanto, através da importação desse insumo. Nesse sentido, propõe uma intensificação na produção nacional da indústria química voltada para os adubos químicos, a fim de diminuir os custos com a importação, logo a diminuição do preço dos produtos agrícolas.

O trabalho de Massukado (1964) analisa a inserção da cultura da cânfora no litoral paulista, sob o ponto de vista agronômico e econômico dessa atividade agrícola. Armely Maricato (1966) analisou a produção de cereais no Brasil, enfocando os aspectos fitoclimáticos e sua distribuição. De certa forma, o trabalho apresenta um viés determinista, resultante das condições físicas não serem as ideais para a produção de cereais em boa parte do Brasil, mas analisa também os elementos físicos que fornecem condições para tal plantio:

> Nas regiões tropicais, o trigo, a aveia, o centeio e a cevada se desenvolvem mal, razão pela qual, no Brasil, sua produção se localiza na região sub-tropical, onde os elementos climáticos possibilitam um desenvolvimento econômico razoável. (MARICATO, 1966, p.264).

O trabalho de Setzer (1967) analisa eminentemente os aspectos geológicos do solo, as propriedades voltadas para a agricultura e a necessidade do uso de implementos químicos para o cultivo, na região do Alto Xingu:

> O teor alto de cálcio e magnésio comunica estabilidade ao húmus, e este preserva a lixiviação não só aqueles dois catiônios, mas também o zinco, o cobre e outros catiônios di e trivalentes. Trata-se de latossol virgem típico, aliás, bem de acordo com o clima. Blocos de laterito até 1 m de diâmetro existem ao pé das barrancas do Xingu. Assim bastarão poucos anos de cultivo com queimadas para dissipar a riqueza do solo mesmo nos lugares de matas melhores. Arrasada a mata, o aquecimento do solo pelos raios solares será tanto maior quanto mais baixa e ala a vegetação das culturas e das pastagens. (SETZER, 1967, p.106).

Os trabalhos resultantes das publicações dos dados do Censo Demográfico são marcantes no período denominado 'Geografia Clássica', pois objetivava conhecer as diferentes regiões do Brasil, caracterizando os elementos constituintes da sociedade brasileira (população, estrutura urbana, estrutura agrária, agricultura, comércio, indústria, etc...). O trabalho de Silva Filho (1966) apresenta os dados do Estado de Alagoas, com relação à demografia, enfocando a densidade demográfica e a divisão das propriedades rurais.

O trabalho de Borgonovi (1966) expressa os primeiros sinais de mudança nas técnicas de pesquisa em geografia, ao utilizar a fotointerpretação e dados estatísticos para

verificar o uso da terra no município de Andradina, o autor analisa o uso do espaço pela agricultura, não apenas pela observação direta no campo, mas sim de forma geral com bases estatísticas e cartográficas. Na mesma linha de pensamento, Oliveira e Carvalho (1966) apresentam o uso do solo no município de Ribeirão Preto baseado em 134 fotografias aéreas e cartas topográficas.

Ainda nessa perspectiva das imagens aéreas sendo utilizadas para analisar o uso da terra, o trabalho de Roberto Lopes de Moraes (1968) usa fotografias aéreas na escala 1:25.000 para identificar as culturas agrícolas presentes nas áreas selecionadas.

A análise quantitativa ganhou ênfase nos trabalhos desenvolvidos no final da década de 1960, Antonio Olívio Ceron (1968) classificou as propriedades agrícolas conforme técnicas de agrupamento, utilizando os dados estatísticos referentes aos tamanhos das propriedades no município de Limeira, gerando gráficos, tabelas e cartogramas.

O trabalho desenvolvido por Tarifa (1970) a respeito da evapotranspiração, balanço hídrico e culturas agrícolas representa o início de teorias e modelos para explicar as dinâmicas dos espaços, enquadrando-se na perspectiva da geografia aplicada. Tarifa (1970) utiliza o método do balanço hídrico de Thornthwaite, em que consiste:

> Trata a água do solo como uma grandeza contabilizável, permite estimar a umidade disponível, cotejando dois elementos meteorológicos opostos: a chuva, que representa o ganho de umidade do solo e a evapotranspiração potencial, que representa a perda potencial da umidade do solo. (TARIFA, 1970, p.35).

A modelização e quantificação ficaram evidentes nos trabalhos de José Alexandre Diniz, uma série de trabalhos na região da Depressão Periférica Paulista demonstram a metodologia aplicada nesses estudos

> O presente trabalho procura estudar exatamente o conjunto, pelo menos sob o ponto de vista da eficiência agrícola, visando a uma futura regionalização da área. A pesquisa exigiu não só a criação de um índice matemático, mas intenso trabalho de coleta de dados e cálculos, pois foram relacionados 85 municípios. (DINIZ, 1970, p.66).

As técnicas cartográficas, índices para detectar a eficiência das culturas agrícolas, pecuárias e agropecuárias foram apuradas para constatar as regiões mais desenvolvidas e eficientes para atividade agropecuária. Com advento das técnicas estatísticas e cartográficas, Mesquita e Silva (1970) fizeram um estudo das culturas agrícolas no Estado do Paraná utilizando técnicas e teorias de combinação e estatísticas para atingir os resultados esperados:

> Foram encontrados dezoito combinações de culturas básicas para o estado do Paraná, com a aplicação do método proposto por J. WEAVER[29] que não considera a hierarquia de culturas na identificação das combinações.

Elza Keller (1970) aplicou a análise fatorial no estudo dos tipos de agricultura no Estado do Paraná, baseada na metodologia da Comissão de Tipologia Agrícola da UGI, a autora analisa apenas os elementos internos da agricultura:

> De acordo com a orientação indicada, o *tipo de agricultura*, a noção suprema que reúne todas as propriedades importantes de uma dada agricultura, deve ser determinado na base de três grupos principais de características:
> 1) *Características sociais* que indicam quem é o produtor;
> 2) *Características técnicas e de organização* que tratam da maneira pela qual a produção é obtida, as técnicas e práticas adotadas e a intensidade da agricultura;
> 3) *Características de produção* que respondem à questão sobre o que é produzido e para que é obtida a produção agrícola. (KELLER, 1970, p.41).

O estudo realizado por Berry e Pyle (1970) engloba os pressupostos quantitativos, eles utilizam 80 variáveis relacionadas à produção industrial e agrícola, nas 360 microrregiões brasileiras. E a partir destas variáveis, verificam, quantificam e mapeiam as produções, elaborando regionalizações da produção industrial e agrícola.

O processo técnico é descrito pelos autores:

> O preparo da matriz de dados (360 x 80) foi da responsabilidade da Fundação IBGE, que forneceu aos autores informações codificadas em folhas especiais (coluna 80) prontas para serem perfuradas. As análises e interpretações forma levadas a efeito na Universidade de Chicago. (BERRY & PYLE, 1970, p.24).

A abordagem econômica sobre a produção agrícola no mercado de abastecimento na cidade do Rio de Janeiro foi ressaltada por Becker (1966a), analisando a origem dos produtos primários e os custos de produção, transporte e comercialização, até chegar ao preço final para os consumidores, a autora destaca esse processo de análise como sendo uma "geografia do abastecimento":

> Ciência que explica a organização do espaço pelo homem, a geografia não poderia ficar alheia ao problema, e são inúmeras as áreas em que ela pode contribuir para o seu estudo e solução, quer estudando a produção em si, tipos de mercado e formas de comercialização, quer efetuando um estudo global de abastecimento, analisando as relações que se estabelecem entre o mercado e as áreas produtoras, através dos canais da comercialização. (BECKER, 1966a, p.129).

Em outro trabalho, Berta Becker (1966b) estuda quantitativamente a produção pastoril do norte-nordeste de Minas Gerais e sua distribuição e integração ao mercado carioca. Através de gráficos, tabelas e cartogramas, a autora ressalta as condições existentes no norte-nordeste de Minas Gerais, baseadas no latifúndio pastoril.

[29] Neste método é possível realizar combinações espaciais associadas com os elementos da paisagem, em especial as variáveis pedológicas e atmosféricas.

7.3 – A produção científica na década de 1960

As compilações do material publicado em geografia agrária nos três periódicos consultados resultaram em uma tabela que mostra a distribuição por ano e revista (Tabela 4).

Tabela 4 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1961 e 1970.

Ano \ Periódico	**RBG**	**BG**	**BPG**	**TOTAL**
1961	5	7	2	**14**
1962	3	4	-	**7**
1963	4	7	-	**11**
1964	3	4	1	**8**
1965	1	5	1	**7**
1966	5	4	2	**11**
1967	4	4	2	**10**
1968	2	5	3	**10**
1969	2	6	-	**8**
1970	6	4	-	**10**
TOTAL	**35**	**50**	**11**	**96**

Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

A produção científica na década de 1960 totalizou 96 artigos referentes à geografia agrária nos três periódicos consultados. Destes, 52% foram publicados no Boletim Geográfico, 36,5% na Revista Brasileira de Geografia e 11,5% no Boletim Paulista de Geografia. No ano de 1961, houve a maior circulação de artigos trabalhando a questão agrária, 14,6% do total publicado, constata-se uma publicação constante em todos os anos da década. Destaca-se a publicação permanente em geografia agrária no Boletim Geográfico desde sua criação em 1943.

Assim, o pensamento geográfico na década de 1960 mostrou que a geografia clássica ainda estava forte, principalmente na primeira metade da década, mas a renovação dos esquemas metodológicos estava prestes a penetram no bojo das investigações agrárias, com o advento das técnicas quantitativas e da abordagem sistêmica. Contudo, a maioria dos estudos foram eminentemente descritivos ou históricos em suas abordagens (Quadro 7).

Abordagem \ Década	1961-1970
Descritiva	34
Histórica	20
Teórico-metodológica	18
Estatística	17
Neo-Positivista	10
Agronômica	8
Causa-efeito	8
Econômica	6
Comparativa	4
Política	3
Sociológica	2
Estatístico-fisionômico-ecológico	2
Cultural	2
Ambiental	2
Histórico-Dialético	1
Determinista	1

Quadro 7 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1961 – 1970, nos periódicos nacionais.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves

A influência francesa estava muito presente nas pesquisas geográficas sobre o rural, fica evidente no quadro 7, que o método indutivo permeou as abordagens das investigações. Entretanto, nota-se um crescimento de outras abordagens nas pesquisas em geografia agrária, além de estudos referentes aos procedimentos teórico-metodológicos, sinal da renovação que estava por vir.

BOX 4 – ORLANDO VALVERDE

Nascido em 16 de abril de 1917, orlando Valverde[30] viveu até os 89 anos quando faleceu no dia 15 de junho de 2006. Sua participação na Geografia Brasileira tem destaque, pois formou discípulos e acrescentou sua contribuição nas pesquisas desenvolvidas no IBGE, no qual trabalhou de 1938 a 1982. A base teórico-metodológica de seus trabalhos foi fortemente influenciada por Leo Waibel (1946-1950). Publicou ao longo de sua vida 29 livros, traduziu 16 trabalhos científicos e publicou dezenas de artigos em Revistas Científicas e Anais de Congressos. Foi Vice-Presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia entre 1963 a 1973, de 1965 a 1966 foi professor visitante na Universidade da Califórnia (UCLA) ministrando o curso de Geografia Agrária Tropical. Em 1967 ministrou o mesmo curso na Universidade de Heidelberg (Alemanha) e em 1969 na Universidade de Bordeaux. Em 2007, foi homenageado no III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em Londrina-PR com a criação da Jornada Orlando Valverde. As temáticas de suas pesquisas voltaram para as áreas de colonização e imigração, agricultura, reforma agrária e a Amazônia. Entre as publicações mais importantes destacam-se os livros "Geografia Agrária do Brasil" (1964), "A Rodovia Belém-Brasília - Estudo de Geografia Regional" (1967), "Problemática da Amazônia" (1971), "Estudos de Geografia Agrária Brasileira" (1985) e "Grande Carajas: Planejamento da destruição" (1989). Para Orlando Valverde, o espaço agrário sofre diversas influências na sua construção, duas delas, a econômica e a social. As influências econômicas dizem respeito à produção agrícola, comercialização, distribuição, transportes, etc., enfim tudo relacionado aos aspectos econômicos, aqui o autor menciona a teoria de von Thünen, para exemplificar o mercado consumidor e a organização do espaço agrícola. As influências sociais são indicadas pelo autor afirmando que o geógrafo deve "armado de conhecimentos seguros de Economia Política" para dar sustentação às afirmações. Nessa influência, os itens primordiais são os modos de produção que são constituídos das forças produtivas e das relações de produção, além do gênero de vida. Valverde deixa claro a importância de se estudar tanto as classificações de sistemas agrícolas como os elementos culturais, históricos, sociais e econômicos na paisagem agrária, assim:

> *Já vimos que a Geografia Agrária não deve restringir-se a uma simples classificação de sistemas agrícolas. Deve ir além, e tratar de todos os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola. Não tentamos, pois, invadir os domínios da Geografia Humana strictu sensu. A dificuldade de demarcar os diversos ramos da Geografia resulta da própria unidade desta ciência. A Geografia Agrária é, em ultima análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na luta pela vida, quotidiana e silenciosa. (VALVERDE, 1964, p.37).*

[30] Foto – Fonte: http://www.confea.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2814&pai=4&sid=204&sub=197&tpl=printerview

Desse modo, existe a importância de se estudar o espaço agrário de forma integrada, relacionando os diversos elementos, além de utilizar técnicas e aspectos qualitativos como quantitativos, pois só assim a Geografia Agrária terá um cunho científico e será praticada com utilidade. Conforme Valverde "amputada de uma de suas partes, ela (...) jamais contribuirá para a solução de qualquer dos problemas que afligem o homem" (p.37).

7.4 – O auge da quantificação na geografia agrária: a produção entre 1971 a 1980

Na década de 1970, com a introdução das técnicas estatísticas e cartográficas, mudam-se os enfoques das pesquisas agrárias, seja pela Comissão de Tipologia da Agricultura proposta pela UGI, seja pelas transformações ocorridas na agricultura com o advento da modernização no processo produtivo. As descrições não são mais suficientes para explicar os fenômenos espaciais, ou seja, foram necessárias outras técnicas e enfoques metodológicos para embasar as investigações. Conforme Ferreira (2002, p.262) na década de 1970 "Consolidava-se, também, a chamada Revolução Teorético-quantitativa na geografia brasileira, dinamizada, principalmente, a partir de Rio Claro e do IBGE".

A pesquisa de José Alexandre Diniz e Lucia Oliveira (1971) incluem as técnicas e métodos neopositivistas no pensamento geográfico agrário, ao estudar a distribuição espacial e tipificar a agricultura no Estado de São Paulo, utilizando a Curva de Lorenz como técnica de análise.

O trabalho de Antonio Olívio Ceron (1972) utiliza as técnicas cartográficas e estatísticas para representar a utilização da terra no Planalto Ocidental de São Paulo, a partir de fotografias aéreas, dados censitários e levantamentos de campo, demonstrando o tipo de mão-de-obra empregada, área média, cultivos perenes, semiperenes, anuais, pastagens, matas e reflorestamento.

Na mesma ótica da representação gráfica e estatística do espaço geográfico, Ceron e Sanchez (1973) selecionam variáveis agrícolas e analisam a distribuição espacial destas culturas. O trabalho segue a tendência da Nova Geografia, que caracteriza-se pelo uso de modelos espaciais e das técnicas quantitativas, na parte teórica da pesquisa, os autores ressaltam a preocupação espacial, elencando o uso dos conceitos de espaço estatístico e espaço cartográfico ou locacional:

> Os conceitos de espaço estatístico e espaço cartográfico ou locacional aqui empregados envolvem os conceitos de distribuição espacial, intensidade de uma

> distribuição espacial e natureza das distribuições espaciais, bem como os conceitos de espaço absoluto e espaço relativo. Os 3 primeiros estão relacionados ao espaço estatístico, enquanto os dois últimos ao espaço cartográfico ou locacional. (CERON & SANCHEZ, 1973, p.45-46).

Outro trabalho com o mesmo enfoque foi realizado por Ligia Poltroniéri (1973a), onde analisa a ocupação e uso da terra, através das técnicas quantitativas (Figura 11) e fotografias aéreas na região centro-norte do Estado de São Paulo.

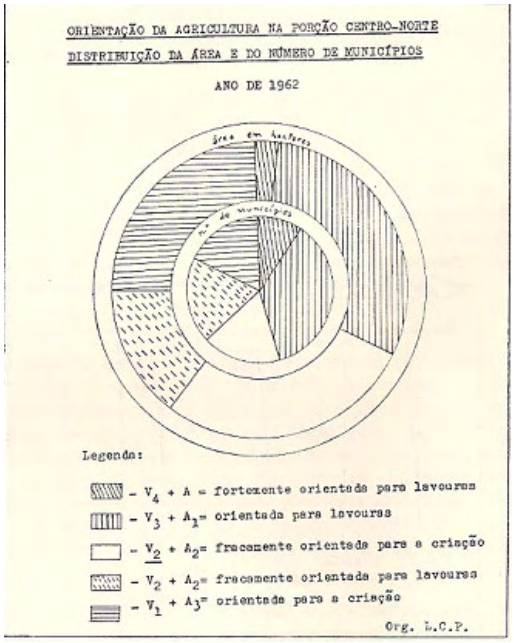


Figura 11 – Modelo espacial e estatístico demonstrando a orientação para a atividade agrícola.
Fonte: (POLTRONIÉRI, 1973a, p.78).

Em outro trabalho Poltroniéri (1973b, 1974) emprega a análise fatorial para entender o sistema da agricultura no Estado de São Paulo, selecionando 15 variáveis, como produção vegetal, animal, intensidade humana, animal, mecânica e global para fazer as correlações com os atributos selecionados:

> [...] por meio da técnica da correlação canônica, tentaremos medir a relação que há entre uma estrutura e outra no seu conjunto. Nestas circunstancias, esquemas e gráficos deverão ser utilizados para indicar a correlação dos elementos dentro de cada estrutura, a correlação dos elementos de uma estrutura com os elementos de outra estrutura e a correlação das estruturas entre si no seu conjunto. (POLTRONIÉRI, 1973b, p.64).

Rivaldo Pinto Gusmão (1974) também se vale da técnica da análise fatorial para explicar a organização agrária na região sul do Brasil, selecionando trinta e cinco variáveis para verificação quantitativa. Neste mesmo viés metodológico, Mesquita, Gusmão e Silva (1977) selecionam vinte e oito variáveis para mensurar o índice de modernização da

agricultura e discorrer sobre a questão do desenvolvimento rural. Ainda sob a análise fatorial e de dados estatísticos, Gusmão e Mesquita (1978) analisam a agricultura na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Steffan e Brito (1977) empregam a técnica da análise fatorial e agrupamento para verificar os sistemas agrícolas nos Estados da Paraíba e Pernambuco, resultando em regionalizações agrícolas, por cultura produzida (agricultura e pecuária). Gervaise, Tuyuma e Cunha (1975) analisam a ocupação do solo pela agricultura no Estado de Minas Gerais, através de modelos que englobam fatores de produção, estrutura e uso da terra, na tentativa de criar uma regionalização das atividades agropecuárias.

A análise fatorial foi sem dúvida uma das técnicas de pesquisa mais desenvolvidas nos estudos agrários na geografia teorética. Mesquita e Gusmão (1975) analisaram a produção agropecuária na região sul, conforme a análise fatorial com base nos dados estatísticos do censo agropecuário do IBGE:

> Neste estudo foram selecionados vinte e duas variáveis: no caso de lavoura, pela sua maior representatividade espacial e, no caso dos rebanhos, pela expressividade de sua participação no total de unidade-gado.[...] uma primeira análise das variáveis foi feita a partir da matriz de correlação, empregando-se a análise elementar de ligação, que revelou os padrões de intercorrelação dessas variáveis que serão posteriormente evidenciados na matriz fatorial. (MESQUITA & GUSMÃO, 1975, p.24).

Antonio Ceron (1976a) pesquisou sobre a agricultura no Estado de São Paulo, considerando as variáveis, distância dos mercados e a intensidade do uso da terra, para tal análise o autor utilizou algumas teorias de localização e adaptou outras, como o caso da Teoria do Estado Isolado de von Thünen, reforçando com técnicas quantitativas:

> [...] é necessário lembrar que, se o papel da distância é aqui analisado com base na estrutura teórica do modelo de von Thünen, não pretendíamos esperar que os padrões resultantes de distribuição da força de trabalho desenhassem anéis concêntricos a partir da capital de São Paulo. (CERON, 1976a, p.146).

La Corte (1976) estudou o abastecimento hotifrutícola da cidade de São Paulo, mostrando de forma gráfica e cartográfica as origens das mercadorias, além das quantidades de alguns alimentos, chegando como resultado a classificação de zonas e setores hortifrutícolas no Estado de São Paulo, ou seja, um trabalho que se preocupou com a dinâmica espacial da geografia agrícola.

Ainda sobre a horticultura, Poltroniéri (1979) estudou a distribuição e localização dessa atividade no Estado de São Paulo em 1970, utilizando o cálculo do quociente locacional.

Ao utilizar os dados meteorológicos para explicar sua relação com a agricultura, Mitiko Une (1979a, 1979b) e Brito e Guitton (1979) adotaram o método dedutivo com o advento de técnicas estatísticas e matemáticas no bojo da metodologia sistêmica empregada. Com o mesmo enfoque sistêmico, mas para explicar a localização da agricultura no Estado do Rio de Janeiro, Freire, Soares e Teixeira (1977) utilizam os modelos de von Thünen e de Sinclair, e a utilização de índices estatísticos para avaliar e quantificar a produção das culturas agropastoris.

Lucia Helena Gerardi (1980) dando continuidade aos trabalhos teoréticos na geografia agrária, pesquisou a cultura cafeeira no Estado de São Paulo, sob o prisma da Teoria da Difusão Espacial, utilizando técnicas estatísticas, gráficas e de representação cartográfica. Utilizando a Teoria da Difusão Espacial das Inovações, Ceron e Halbsgut (1978) analisam a distribuição espacial dos tratores utilizados na agricultura do Estado de São Paulo, de 1940 a 1970.

Nilo Bernardes (1978) trabalhou a noção de diversificação da agricultura baseado em teorias e modelos estatísticos, exemplificando sua utilização em algumas microrregiões. O emprego da curva de Lorenz serviu para sustentar os índices de Ayyar e Shear, que determinaram o grau de diversificação das categorias agrícolas.

Olindina Mesquita (1979) desenvolveu trabalhos na perspectiva da teoria de localização de von Thünen, a respeito da agricultura no Estado de São Paulo.

> A característica da organização agrária representada pela intensidade da agricultura mereceu, no início do século XIX, a atenção ao grande teórico da localização que foi Von Thünen, já que ele coloca a variação espacial dos sistemas agrícolas como um de seus assuntos de investigação. (MESQUITA, 1979, p.27).

O modelo de von Thünen também foi utilizado por Geiger, Lima e Abib (1974) entorno de São Paulo, para identificar e tipificar as regiões agropastoris (Figura 12).

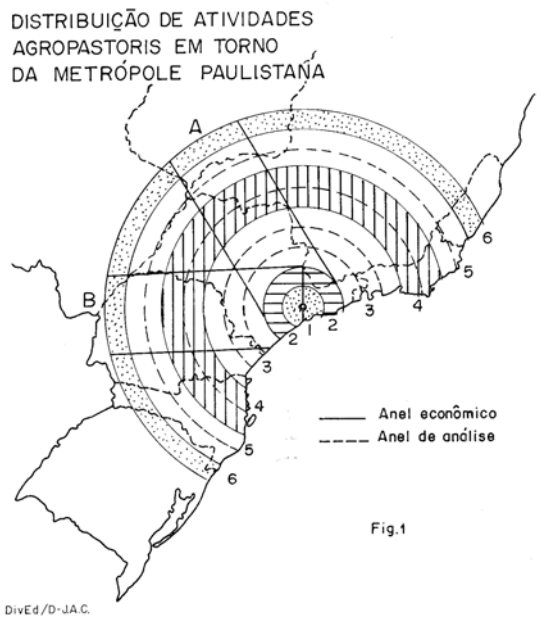


Figura 12 – Utilização do modelo de von Thünen no Brasil.
Fonte: Geiger, Lima e Abib (1974, p.7).

O modelo teórico de von Thünen foi amplamente difundido nas investigações no espaço agrário, pois dá a noção da localização e distribuição espacial das atividades econômicas, como as formas e elementos estão organizados no espaço e como se inter-relacionam.

Ainda na perspectiva teorética, Miguel Sanchez (1980) utilizou a técnica da Análise de Superfície de Tendência para explicar o comportamento e fazer o diagnóstico da lavoura canavieira no Estado de São Paulo entre 1920 a 1970. Já ao estudar a modernização da agricultura, Gerardi e Ceron (1979) utilizaram técnicas estatísticas para verificar o índice do grau de modernização de determinada região, com base em diversas variáveis, como uso da terra, insumos, estrutura fundiária, trabalho, produtividade e rendimento.

Os dados estatísticos do IBGE serviram de base para inúmeras pesquisas desenvolvidas na geografia agrária, e através de diversas técnicas de análise foi possível entender a dinâmica do espaço agrário brasileiro.

A respeito da modernização da agricultura, aspectos fundiários e sociais do espaço agrária paulista, Ligia Poltroniéri (1980) analisa tais atributos conforme os dados estatísticos dos censos do IBGE. O trabalho de Marques (1971) apresenta uma análise sobre a estrutura fundiária em Pernambuco, tendo como base o Censo de 1960. Com a utilização dos dados o autor faz diversas fórmulas, gráficos e tabulações sobre os diferentes tipos de propriedades, entretanto não discute a respeito de dados socioeconômicos nem aborda a reforma agrária, apenas diagnostica a concentração de terras e a desigualdade fundiária.

Bertha Becker (1973a,1973b) faz uma análise da região norte do Estado de Espírito Santo através de dados estatísticos do IBGE, a respeito da produção agrícola (exportação, área plantada, etc), em especial a produção cafeeira. Através dos dados censitários de 1950 e 1960, Senra (1974) analisa a estrutura fundiária brasileira e os dados sobre mão-de-obra empregada nas regiões brasileira.

Brito e Senra (1978) produzem análises estatísticas acerca do pessoal ocupado na agricultura no Estado do Paraná, baseados nos dados do Censo de 1970, elaborando gráficos e tabelas para visualizar a produção nas microrregiões, salário do pessoal ocupado, total de empregados entre outras análises.

Com o mesmo intuito, Brito e Guimarães (1979) analisam estatisticamente a produção agrícola no nordeste, fazendo contraponto com a seca. Ainda com uma abordagem estatística, Nunes (1979) mostra o desempenha da cultura cafeeira em 1978 e 1979, e Mesquita e Brito (1979) fazem estas considerações a respeito da cultura do cacau em 1979.

7.5 – Abordagens diferenciadas na década de 1970

A respeito do predomínio metodológico neopositivista, outros tipos de abordagens permaneceram nos periódicos em geografia, entre os quais a abordagem descritiva, que remete a geografia clássica. Este fato é mencionado por Ferreira (2002, p.262) "Apesar das mudanças factuais e teóricas, ainda se encontravam trabalhos, realizados na ótica tradicional [...] mostrando a força dessa escola na geografia".

A geografia regional e descritiva de Raymond Pébayle (1971) analisa o processo de ocupação na área rural de Brasília aplicando a indução, relaciona os aspectos físicos e suas ligação com a agricultura, em busca da classificação do *habitat* rural (Figura 13):

> Os núcleos rurais foram previstos exclusivamente para os vales amplos. A administração quis, portanto, utilizar as terras que mais se prestavam ao aproveitamento, ainda que não fossem as mais férteis. De fato, enquanto os solos mais ricos concentram-se nos afloramentos calcários do norte, apresentando, porém, sérios problemas de irrigação, devido a topografia bastante acidentada da zona. (PÉBAYLE, 1971, p.42).

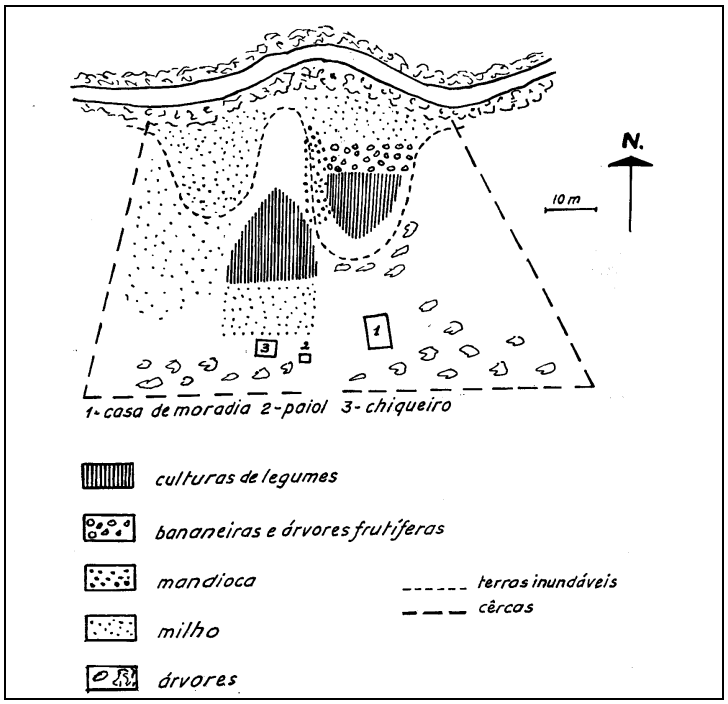


Figura 13 – Habitat rural descrito por Pébayle (1971).
Fonte: Pébayle (1971, p.46).

Orlando Valverde (1972) faz um diagnóstico da região rural de Corumbá no Pantanal matogrossense, com traços típicos da abordagem metodológica descritiva (quadro natural, estrutura agrária e povoamento), o autor descreve a situação do passado e presente da região:

> O patriarcalismo dominava absoluto nesta sociedade. A esposa e as filhas moças viviam bastante reclusas. A vida social se intensificava na época das chuvas, quando o fazendeiro ia com a família a Cuiabá ou alguma cidade mais próxima. (VALVERDE, 1972, p.116).

A respeito das antigas capitais do café no Brasil, Pazera Júnior e Bernardes (1974) descrevem a importância dessa atividade para a formação territorial e econômica. Com uma abordagem descritiva, baseados nos referenciais de Pierre Monbeig, Taunay, Ary França e Araujo Filho os autores tentam criar uma 'geografia do café'. O trabalho de Araújo Filho (1976) aborda a produção do café no Estado de São Paulo, mas não com o enfoque da quantificação e modelização que predominou na década de 1970. Esta pesquisa trouxe aspectos descritivos e um contexto histórico da produção cafeeira em São Paulo, salientando a modificação na paisagem:

> O povoamento e a organização do seu espaço nos planaltos interiores, bem como a construção do seu porto e o crescimento vertiginoso da sua capital, refletem, neste século, a contribuição que a lavoura cafeeira trouxe como principal responsável pela humanização da paisagem, neste trecho do território brasileiro. (ARAÚJO FILHO, 1976, p.59).

Liliana Fernandes (1978) estuda a questão dos bairros rurais em São Paulo descrevendo a organização espacial, desde sua construção até o quadro recente:

> O elevado número de bairros rurais encontrados atualmente no Estado de São Paulo, aliado a uma diferenciação marcante quanto aos processos de origem, à dinâmica de sua evolução, as suas características étnico-culturais, à sua estrutura social e econômica, torna seu estudo, segundo nos parece, de real interesse para a análise do processo de ocupação e de organização do espaço. (FERNANDES, 1978, p.43).

A autora utiliza uma referencial teórico da sociologia e geografia, todavia enfoque através da organização espacial sua delimitação no objeto de estudo, centrando-se na investigação geográfica.

A respeito da geografia agrícola, Silvio Bray (1980a) pesquisa a organização da produção da laranja no município de Bebedouro, o autor faz um breve histórico da cultura do citrus na região de 1950 a 1972,além de mapear através dos dados censitários e do INCRA as principais zonas produtoras no Estado de São Paulo.

Na perspectiva histórica se insere o trabalho de Armem Mamigonian (1976) associando à geografia industrial com a produção pecuária, em especial os avanços dos frigoríficos e o processo de industrialização. Com base numa abordagem histórica para entender a evolução e espacialização dos frigoríficos no Brasil, o autor faz inferências e prognósticos para essa atividade econômica.

Na mesma abordagem histórica, associada à descrição Manuel Correia Andrade (1976) salienta a comércio internacional e a distribuição espacial da produção de açúcar no Brasil. O autor enfatiza a questão da localização dos cultivos da cana-de-açúcar e sua evolução histórica discutindo suas conseqüências "O crescimento da população paulista primeiro tirou ao Nordeste o mercado do Sul e do Sudeste e agora concorre com o mesmo no mercado internacional" (ANDRADE, 1976, p.29).

Manuel Correia de Andrade (1978) desenvolve uma análise acerca da modernização agrícola e as condições de produção e trabalho aos agricultores, abordando de forma histórica e sociológica este processo:

> Esta análise pretende desenvolver uma linha de pensamento teórico que caracterize os modos de produção em áreas que estiveram sujeitas ao sistema colonial, e que continuam ligadas a uma economia primário-exportadora. Visa também analisar as condições de vida, ou a qualidade de vida do trabalhador rural face à sucessão dos modos de produção dominante. (ANDRADE, 1978, p.31).

O autor analisa o sistema escravista e a situação da agricultura brasileira, passando pela modernização da agricultura e a expansão do modo de produção capitalista no campo:

> O sistema fundiário, herança das sesmarias do período colonial, e a disponibilidade de terras por ocupar, vêm contribuindo, como já salientamos, para que o crescimento da produção agrícola se faça pela agregação de novas terras, sem que haja um crescimento vertical da produção. (ANDRADE, 1978, p.39).

Com uma abordagem econômica e sociológica, Kageyama e Silva (1979) analisam a agricultura paulista sob o viés da inserção do capital nesta atividade e suas conseqüências para a organização socioeconômica. Referenciando-se em literaturas marxistas e de autores que tratam da expansão do capitalismo no campo, os autores destacam os efeitos nocivos da modernização da agricultura, chamando-a de "Modernização Dolorosa".

Sobre isto, os autores defendem uma análise integrada da agricultura, em uma perspectiva macro, e não apenas regional:

> [...] só se faz sentido pensar a reprodução do capital na agricultura como um setor inserido e vinculado à economia como um todo; e esta, por sua vez, ao sistema capitalista mundial. Da mesma maneira, é insuficiente ater-se a uma análise da agricultura a nível das unidades da federação, como se as fronteiras político-administrativas o fossem também para o capital. Pelo contrário, muitas das questões que surgem no decorrer do desenvolvimento da agricultura brasileira só podem ser entendidas a nível das inter-relações que se estabelecem entre aquelas unidades. (KAGEYAMA & SILVA, 1979, p.32).

As contradições do capitalismo na agricultura também foram ressaltadas pelos autores, mencionando que o Estado de São Paulo, por mais desenvolvido economicamente, apresenta contradições e problemas de ordem estrutural:

> São Paulo, com os mais elevados níveis de capitalização, de produtividade e de renda agrícola do país, depende, em larga medida, de outras regiões menos desenvolvidas no que se refere ao abastecimento alimentar de sua população [...] a contradição é apenas aparente, pois, na verdade, é um dos pontos de apoio a sustentar o desenvolvimento do país. (KAGEYAMA & SILVA, 1979, p.46-47).

Sonia Rocha (1979) discute a questão política e governamental que altera e cria novos planos e medidas econômicas voltados para o setor agropecuário, com uma abordagem política a autora faz suas considerações obre a política na década de 1970.

José de Souza Martins (1980) utiliza uma abordagem dialética para explicar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, e nas relações de produções entre os atores e agentes envolvidos nesse processo:

> A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (MARTINS, 1980, p.47).

Assim, a abordagem dialética com embasamento marxista tenta esclarecer a trama que é desenvolvida com o capitalismo no campo brasileiro:

> [...] a contradição representada pela terra não é deste último tipo, não é de "fora" do capitalismo; é contradição interna, constitutiva do próprio modo capitalista de produção [...] Mas essa contradição somente será resolvida com o avanço do próprio processo do capital, separando, como figuras históricas, o capitalista e o proprietário, levando a nacionalização da propriedade. (MARTINS, 1980, p.44).

Essa análise evoca uma linguagem e conceitos marxistas para a geografia agrária. Através de cientistas de outras áreas (sociologia e economia) o ramo agrário da geografia entrou na tendência dialética, crítica, social e marxista como forma de pensar as relações entre sociedade e natureza no campo.

7.5.1 – Discussões sobre teoria e método nos periódicos

Alguns trabalhos publicados nos periódicos selecionados percorreram o caminho da discussão conceitual e metodológica da geografia agrária, em especial sobre questões ligadas as novas técnicas e abordagens da geografia teorética.

No trabalho de Antonio Ceron (1976b) o autor menciona algumas questões teóricas a respeito dos conceitos utilizados na geografia da agricultura, como a distinção da geografia agrícola, geografia da agricultura e as temáticas tratadas pela atividade agrícola e econômica, sendo direcionada para a geografia teorética e a quantificação.

Mesquita, Gusmão e Silva (1976) propõem uma metodologia de pesquisa para analisar a intensidade do desenvolvimento rural. Os pressupostos básicos são os dados censitários e o método dedutivo para inferir sobre os índices de desenvolvimento conferindo tipologias agrícolas e arranjos de distribuição espacial:

> - Estabelecer as dimensões contidas no conceito abrangente de desenvolvimento;
> - Analisar os padrões da distribuição espacial do desenvolvimento rural;
> - Estabelecer uma tipologia do desenvolvimento rural;
> - Enquadrar os padrões de desenvolvimento rural em um modelo teórico de abordagem do desenvolvimento regional. (MESQUITA; GUSMÃO; SILVA, 1976, p.99).

Para o desenvolvimento das pesquisas na Nova Geografia não eram necessários os estudos empíricos para comprovar os resultados, os dados secundários, como dados censitários serviam para fazer as análises:

> A pesquisa de gabinete se desenvolverá em duas etapas: na primeira serão analisados os dados censitários de 1970, a nível nacional, utilizando as microrregiões como unidade de observação, com o objetivo de fornecer uma

> caracterização geral do desenvolvimento rural brasileiro; na segunda serão utilizados os dados censitários de 1970 em estudos de âmbito macrorregional, usando os municípios como unidade de observação, com o objetivo de caracterizar as dimensões desse desenvolvimento em uma outra escala de análise. (MESQUITA, GUSMÃO e SILVA, 1976, p.101).

O artigo de Silva e Mesquita (1979) levantam alguns pontos pertinentes ao estudo da geografia agrária na temática da agricultura e da questão agrária, como política agrícola, crédito, estrutura fundiária e capitalismo na agricultura. Lucia Gerardi (1980b) discorre a respeito da modernização da agricultura brasileira, enfocando os processos causadores do avento tecnológico no campo, bem como suas relações com as atividades humanas, econômicas e os problemas decorrentes:

> A política agrícola no Brasil, embora incipiente, tem incentivado a modernização e transformação da propriedade agrícola em empresa rural, alterando o processo produtivo, sem ter envolvido nos benefícios decorrentes do aumento da produção e produtividade parte considerável da população ocupada na tarefa de produzir (assalariados, parceiros, arrendatários) e discriminando o pequeno proprietário. (GERARDI, 1980b, p.33).

Januário Megale (1976) discute a questão do método e do objeto de estudo da geografia agrária. Ainda com um caráter da geografia clássica ele descreve o método de estudo em geografia agrária:

> Nós, nas ciências de observação – ciências humanas – não trabalhamos diretamente com a realidade. Colhemos dados destas, constituindo estes dados as instâncias empíricas: dados ou informações de uma situaão real, viva, dinâmica. Com estes dados é que procuramos descobrir a causa do problema de estudado. (MEGALE, 1976, p.68).

Desta maneira, algumas considerações foram feitas, principalmente pela introdução das novas técnicas estatísticas e teorias no cerne das investigações sobre o espaço rural na geografia.

7.6 – Considerações do capítulo

As compilações dos materiais publicados em geografia agrária nos cinco periódicos consultados resultaram em uma tabela que mostra a distribuição por ano e por revista (Tabela 5).

Tabela 5 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1971 e 1980.

Ano \ Periódico	**RBG**	**BG**	**BPG**	**BGT**	**Geografia (RC)**	**TOTAL**
1971	3	-	-	-	******	**3**
1972	1	-	1	-	******	**2**
1973	3	2	2	2	******	**9**
1974	2	3	-	1	******	**6**
1975	-	1	-	-	******	**1**
1976	1	3	6	-	2	**12**
1977	3	2	-	-	-	**5**
1978	5	3	1	-	3	**12**
1979	5	******	1	3	3	**12**
1980	3	******	1	3	1	**8**
TOTAL	**26**	**14**	**12**	**9**	**9**	**70**

Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia, Bol. Geografia Teorética, Geografia (Rio Claro)
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

A produção científica na década de 1970, totalizou 70 artigos referentes à geografia agrária nos cinco periódicos consultados[31]. Destes, 37,1% foram publicados na Revista Brasileira de Geografia, 20% no Boletim Geográfico e 17,1% no Boletim de Geografia Teorética. No anos de 1976, 1978 e 1979 houve as maiores circulações de artigos trabalhando a questão agrária, 17,1% do total publicado em cada ano, apenas no ano de 1975 houve a publicação de um artigo sobre geografia agrária.

O predomínio de artigos ressaltando as temáticas sobre a modernização da agricultura e desenvolvimento rural na década de 1970, indica a mudança de temáticas na geografia agrária e as mudanças no modo de fazer geografia, passando do método indutivo para o hipotético-dedutivo, com ênfase nas abordagens estatísticas e uma visão sistêmica de pensar a organização espacial. Entretanto, algumas pesquisas permaneceram com enfoques diferentes (Quadro 8), como a utilização de abordagens históricas e descritivas.

[31] O Boletim Geográfico circulou até 1978, enquanto que o Boletim de Geografia Teorética começou a circular em 1971 e a Revista Geografia de Rio Claro em 1976.

Abordagem \ Década	1971-1980
Estatística	32
Neo-Positivista	31
Teórico-metodológica	17
Histórica	10
Descritiva	7
Agronômica	3
Política	2
Sociológica	2
Histórico-Dialético	2
Econômica	1

Quadro 8 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1971 – 1980, nos periódicos nacionais.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico e Bol. Paul. de Geografia, Bol. Geografia Teorética, Geografia (Rio Claro)
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

Durante a década de 1970 houve uma transformação nas abordagens adotadas nas pesquisas em geografia agrária, da descrição da geografia clássica que perdurou durante décadas, cedeu espaço para as análises de distribuição e organização espacial, sobretudo com técnicas quantitativas. De acordo com o material consultado, 58% das abordagens se balizaram sobre as técnicas estatísticas ou estudos neopositivistas,

Salienta-se o aumento de estudos sobre teoria e método na geografia agrária, com 15,9% do total das abordagens estudadas, reflexo das novas orientações conceituais e técnicas, preocupando-se com a difusão e aprimoramento desse novo paradigma.

Desta forma, as décadas que compuseram o período do governo militar no Brasil, deixaram a geografia agrária com um caráter mais técnico e com aplicabilidade da teoria, ressaltando o estudo sistêmico e as técnicas quantitativas. (Esquema 7).

Características Gerais da Geografia Agrária Brasileira (1965-1980)

TEORIA E MÉTODO
- Positivismo Lógico;
- Hipotético-Dedutivo;
- Funcionalismo.

ABORDAGENS
- Sistêmica;
- Comparativa;
- Estatística;
- Descritiva;
- Agrícola/Agronômica.

CONCEITOS
- Sistemas agrícolas;
- Geossistema;
- Região-Regionalização;
- Distribuição espacial;
- Difusão Espacial;
- Sistemas.

TÉCNICAS
- Dados estatísticos;
- Índice de Gini;
- Análise Fatorial;
- Modelização (Von Thünen);
- Curva de Lorenz;
- Tipificação – regionalização;
- Combinação.

PRINCIPAIS AUTORES
- Lucia Helena de Oliveira Gerardi;
- José Alexandre Felizola Diniz;
- Orlando Valverde;
- Manuel Correia de Andrade;
- Raymond Pebáyle;
- Rivaldo Pinto Gusmão.
- Antonio Olívio Ceron;
- Miguel Cezar Sanchez;
- Nilo Bernardes;
- Pasquale Petrone;
- Berta Becker;

Síntese:
Os estudos procuravam interpretar a distribuições dos elementos espaciais, e através de técnicas estatísticas se faziam tipologias, agrupamentos e regionalizações para organizar o espaço.

Esquema 7 – Características gerais da geografia agrária brasileira, 1965-1980.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico, Bol. Paul. de Geografia, Boletim de Geografia Teorética e Geografia (Rio Claro).
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

BOX 5 –LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GERARDI

Nascida em 05 de abril de 1949, Lúcia Helena de Oliveira Gerardi foi formada na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, hoje Universidade Estadual Paulista (UNESP – Rio Claro) no curso de geografia no ano de 1970, concluiu o doutorado em geografia no ano de 1973. Foi professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro até 2009, atuando principalmente nas áreas de agricultura familiar, métodos e técnicas em geografia e organização do espaço, orientou mais de 40 trabalhos na pós-graduação entre teses, dissertações e monografias de especialização. Entre as orientações, citam-se alguns pesquisadores que atuam nas universidades brasileiras como: Walquíria Corrêa (UFSC), Meri Bezzi (UFSM), Darlene Ferreira (UNESP –Rio Claro), Cássio Hissa (UFMG), Giancarla Salamoni (UFPel), Maria Ap. Tubaldini (UFMG), Ana Rute do Vale (UNIFAL) entre outros. Publicou 8 livros, no qual se destaca "Quantificação em Geografia" (1981) com co-autoria de Bárbara – Christine Nentwig Silva, uma obra seminal para as pesquisas que exigem quantificação aplicadas a geografia. Publicou 65 artigos em revistas especializadas, diversos capítulos de livros e artigos em anais de eventos científicos, bem como palestras e conferências em diversos eventos científicos. Sua tese defendida, em 1973, pode ser considerada como a primeira a utilizar a abordagem sistêmica na geografia brasileira voltada para a atividade agrícola, neste trabalho a utilização de técnicas e modelos quantitativas trouxe novas perspectivas de estudos na geografia agrária, até então fortemente ligada a geografia francesa lablachiana. Lucia Gerardi foi uma das fundadoras da Associação de Geografia Teorética (AGETEO) no de 1971, juntamente com Antonio Christofoletti, José Alexandre Felizola Diniz, Antonio Olívio Ceron, Lívia de Oliveira, Miguel Cezar Sanchez e Lucy Marion Machado. A fundação da AGETEO foi um marco para a geografia teorética brasileira, pois no mesmo ano fundou-se o Boletim de Geografia Teorética, um veículo difusor teórico e prático das pesquisas sob esta perspectiva quantitativa. Lucia Gerardi participou das discussões e organização do primeiro Encontro Nacional de Geografia Agrária, no ano de 1978 em Sergipe, organização que foi debatida no encontro da AGB em 1978 entre alguns geógrafos agrários da UNESP – Rio Claro e do IBGE, como Rivaldo Pinto Gusmão, Olindina Vianna Mesquita e Solange Tietzmann Silva. Sua obra perpassa o estudo da agricultura, organização do espaço agrário, os impactos da modernização no campo para a sociedade, além de diversos temas relacionados a questões da sociedade contemporânea, prevalecendo a perspectiva sistêmica. Muitas críticas foram feitas aos geógrafos de Rio Claro no período "quantitativo", por dizerem que os trabalhos não atendiam aos objetivos sociais e não passavam de pesquisas matemáticas, quanto a isso Gerardi discorda:

Não era o interesse nos números pelos números, como foi a crítica que a geografia quantitativa sofreu. Sei que alguns trabalhos que saíram, até do próprio grupo, pareciam mais exercícios de estatística - porque a gente tinha mesmo que exercitar - mas o grupo tinha a preocupação com a teoria da geografia. A questão não era a conformação espacial, quando se estudava Lösch, mas o princípio do custo em relação à distância; estudamos profundamente as teorias e modelos geográficos, procuramos aprender, além da estatística, filosofia, epistemologia etc.(GERARDI, 2003, p.181)[32]

Atualmente, Lucia Gerardi é professora aposentada na UNESP – Rio Claro e coordena a Revista Geografia, da AGETEO, que está em circulação desde 1976.

[32] Entrevista concedida a Revista GEOSUL. v.18, n.36, 2003. p.175-190.

8 - METODOLOGIA NA GEOGRAFIA HUMANA E AGRÁRIA ENTRE 1981-1990

O cenário metodológico da geografia teorética indicou pesquisas altamente aprimoradas quanto a técnicas e teorias, temas antes não estudados como a distribuição espacial, concentração e dispersão de atividades agrícolas, além de tipologias e regionalizações. Com base na teoria geral dos sistemas as investigações em geografia agrária alcançava um número elevado de inter-relações e conexões entre os elementos componentes do espaço agrário, denominados de variáveis e atributos.

A análise das variáveis e atributos eram realizadas por técnicas modernas de cartografia e estatística, aliando os dados quantificáveis e sua interpretação gráfica. Entretanto, essa metodologia foi muito criticada por geógrafos que entendiam que o objetivo da geografia era de desvendar os problemas sociais e as desigualdades sociespaciais, ou seja, não bastava localizar e distribuir o fenômeno, era urgente a discussão sobre os processos formados das desigualdades.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas no corpo teórico da geografia no final da década de 1970, aproximou-a em metodologias e teorias das ciências sociais, com abordagens sociológicas, políticas e econômicas, salientando o caso do materialismo histórico-dialético.

Essa questão da geografia sempre estar "buscando" uma metodologia que contemple a vastidão e complexidade das relações entre sociedade e natureza, acendeu nos geógrafos a obrigação de testar teorias, conceitos e métodos de outras ciências. Foi assim, na geografia clássica francesa, quando alguns geógrafos interpretaram o espaço como um ser ou um

organismo, com funções vitais e totalmente inter-relacionado, utilizando abordagens funcionalistas e sistêmicas, ou seja, a aproximação das ciências naturais.

Na Nova Geografia, a proximidade com as ciências exatas trouxe para a geografia uma nova maneira de interpretar o espaço, com seus elementos dispostos e integrados, devendo o geógrafo entender e planejar a organização espacial através do uso de modelos locacionais, estatísticos ou econômicos.

Dessa forma, a Geografia Nova ou Crítica, surge no fim da década de 1970 no Brasil, com o intuito de aproximar às ciências sociais no arcabouço teórico-metodológico, prestando serviço à sociedade, denunciando e expondo os problemas gerados pelo processo histórico de formação do território brasileiro.

8.1 – O materialismo histórico-dialético como base da Geografia Crítica

O pensamento social e econômico na geografia agrária foi fortemente influenciado pela aproximação com as bases marxistas, a partir da década de 1980. Até então, faziam-se poucas críticas sobre as relações de trabalho, concentração de terras e o desenvolvimento desigual no campo, e quando aconteciam as críticas, essas não eram baseadas num referencial histórico-dialético, ou seja, a grande mudança na crítica sobre as desigualdades agrárias foi na inserção do método.

Assim, diversos autores explicam a utilização desse método e abordagem de estudo na geografia. Conforme Odette Seabra (1988) ao pensar a dialética do espaço, promove o debate histórico de formação espacial e territorial do Brasil e na produção do espaço:

> A natureza só existe para o homem, na medida em que esse mesmo homem se reconhece como ser histórico em conseqüência do desenvolvimento de uma relação teórica e prática com o universo imediato sensível. Assim, o ser histórico homem – para quem começa a haver um universo natural – mantém relações imediatas e concretas nesse mesmo universo, que constitui o seu próprio desenvolvimento orgânico e social, reforçando uma certa e fundamental ambivalência que lhe constitui a própria essência: a de ser natural e histórico. (SEABRA, 1988, p.98).

Decorrente do uso de teorias e metodologias com bases sociológico-econômicas, o referencial marxista é âncora deste pensamento na geografia. Assim, a natureza não percebida como um palco onde as atividades humanas ocorrem, mas o homem passa a interagir e produzir a natureza, segundo Mário Cezar Silva (1988):

> Marx conclui-se que a natureza apresenta-se como dupla condição. Ela preexiste ao homem, representando condição *sine qua non* para sua criação. E o homem surgir apresenta-se tal qual um feixe de necessidades [...] não é apenas a natureza que produz o homem, este também produz a natureza. A partir do momento em que se

> estabelece a relação entre homem e natureza, a ação humana passa a interferir no curso da natureza, e mais, a modificá-lo. (SILVA, 1988, p.114).

A historicidade e a dialética deveriam emergir nos debates geográficos segundo Antonio Carlos Robert de Moraes (1984) nas questões metodológicas, além de uma mudança no referencial teórico e conceitual:

> Emergem os temas da organização do território, da produção do espaço, da apropriação da riqueza natural [...] uma esquemática projeção da luta de classes no território, com a possibilidade de perda das mediações existentes (é interessante observar que a problemática da luta das classes aflora mais claramente nas análises geográficas marxistas do campo) [...] Em termos metodológicos, tem-se a introdução do materialismo histórico e dialético, na geografia. (MORAES, 1984, p.103).

Para o autor a renovação crítica da geografia, na década de 1980 decorre de dois pontos que devem ser levados em conta, objeto e metodologia:

> Em primeiro lugar observa-se que muito resta a se fazer no deslindamento claro do objeto geográfico. tal preocupação pode agora ser retomada sem as amarras do "geografismo" positivista que buscava um objeto ímpar. Em segundo lugar, observa-se que muito resta a se fazer no plano da elucidação metodológica. A tematização do próprio marxismo, o contato com a produção contemporânea, são tarefas que impõem. A renovação crítica da Geografia demanda um avanço substancial nesses dois planos de discussão. (MORAES, 1984, p.110).

O mesmo autor propõe uma leitura do espaço, através da interação dos referenciais teóricos de Foucault:

> Observou-se duas possibilidades de absorver as formulações foucaultianas no debate atual da geografia, ou posto de outra forma, de apreender o conteúdo geográfico do pensamento de M. Foucault: uma arqueologia do saber geográfico e uma prática interessando a apropriação humana da superfície terrestre. Captar a vinculação entre as práticas e os saberes parece ser o intento maior da empresa teórica de Foucault. O desafio é inquietador para o geógrafo: articular numa mesma argumentação o "pensar o espaço" e o "produzir o espaço", entendendo que "o poder se inscreve nos solos e nos discursos". (MORAES, 1988, p.135).

Dessa forma, a geografia considerada crítica emerge em novas concepções de entender o espaço, seja pelo viés econômico, sociológico ou até mesmo psíquico.

Miorin, Bezzi e Zibordi (1989, p.67) aplicam o materialismo dialético nos estudos da evolução do espaço agrário no Rio Grande do Sul "a utilização deste método deve-se à possibilidade de apreender a realidade no seu movimento e ver o espaço como objeto de transformações sob o processo da produção que organiza e desorganiza suas relações", entendendo como uma nova perspectiva metodológica para os geógrafos.

Já Maria do Carmo Galvão (1989) ao comentar o processo de mudança de orientação filosófica, do positivismo lógico-formal para a dialética, houve perdas e ganhos para a ciência geográfica, em especial a geografia agrária:

> Em oposição às estruturas analíticas positivas da *New Geography*, protagonista da quantificação e dos modelos então vigentes, a postura dialética materialista, incorporada com entusiasmo e rapidamente difundida (embora nem sempre com o devido respaldo filosófico), promoveu uma orientação total das investigações, polarizando a atenção e o esforço de grande numere de geógrafos, em diferentes instituições de pesquisa do país. Não obstante a forca e o vigor do seu impulso inicial, e o significado de muitos dos trabalhos por ele inspirados, o novo modele em alguns anos se esgotou como processo criativo, permanecendo em sua forma mais radical como via de reprodução, mas não de avanços do conhecimento. (GALVÃO, 1989, p.98).

Galvão (1989) ainda aponta para novos rumos nas pesquisas agrárias em geografia, reportando a relação rural-urbano:

> Há que considerar outras estruturas que não as puramente econômicas viabilizando mecanismos de decisão, controle e gestão, ou seja, instrumentalizando tipos diferenciados de agentes sociais e modalidades diversas de apropriação e organização do espaço - rural e/ou urbano, com suas particularidades. (GALVÃO, 1989, p.99).

Assim, a década de 1980 concentra um espectro de abordagens sobre o espaço rural e urbano, mas Milton Santos (1988) ao enfatizar a produção do espaço como a categoria filosófica principal na ciência geográfica, dissemina suas idéias sobre o espaço, essencialmente urbano:

> O espaço resultado da produção, e cuja evolução é conseqüência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais, é a expressão mais liberal e também mais extensa dessa práxis humana, sem cuja ajuda a existência não pode ser entendida. Assim, o pensamento espacial não se pode fazer fora da busca de uma compreensão do fato tal qual se dá, mas uma busca que vai além da apresentação e nos permite chegar à representação. (SANTOS, 1988, p.12).

Reforçando a relação existente entre os sistemas de objetos (naturais ou artificiais) e sistemas de ações (processos humanos):

> O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento. (SANTOS, 1988, p.16).

Assim, ao promover a intersecção da geografia, filosofia e a sociedade nos debates teórico-metodológicos, Orlando Almeida (1988) aponta a dialética como uma forma metodológica desejada no estudo da questão agrária:

> Verifica-se assim que entre o indivíduo e a sociedade existe uma unidade dialética, uma conexão interdependente. Promover o homem é sempre promover um ser intrinsecamente social, um ser que se torna mais autoconsciente na medida em que se integra na sociedade. (ALMEIDA, 1988, p.3).

Dessa forma, o materialismo histórico-dialético surge como uma alternativa para superação da quantificação e do pragmatismo, pois insere técnicas e abordagens qualitativas, com o intuito de valorizar as questões e problemas socioeconômicos. Entretanto, esta posição metodológica e filosófica prevaleceu nos estudos geográficos a partir da década de 1980, mas não foi unanimidade, o que é valoroso para a ciência, tendo outras matrizes de pensamento.

8.2 – Concepções multivariadas de pensamento filosófico e metodológico: o pluralismo contra o monismo

A diversidade de concepções filosóficas sempre existiu na geografia, do positivismo clássico até o materialismo histórico-dialético, sempre houveram nuances e divergências entre o pensamento hegemônico. Mas tal fato, foi se sobressair a partir da década de 1980, com a promoção de uma geografia crítica e mais a frente, de uma geografia plural.

Apesar da constatação do espaço geográfico como categoria de análise da ciência geográfica, outras formas de entender o objeto de estudo da geografia seguiram paralelas a este pensamento, como a definição da organização espacial ou do espaço como categoria, além da filosofia fenomenológica como ponto de partida na análise do espaço.

José William Vesentini (1987) reflete sobre a utilização do método dialético como única saída ou medida a ser adotada pelos geógrafos:

> E dizer que o "método dialético" constitui a solução para essa crise é desconhecer que o marxismo dos nossos dias é plural e que mesmo entre os que se dizem adeptos desse "método" — que por sinal não é entendido nem praticado da mesma forma por todas as correntes que afirmam desenvolver o materialismo histórico e dialético — existe igualmente uma crise: a crise do marxismo, derivada principalmente do refluxo do movimento operário ao lado do recrudescimento das lutas ecológicas, feministas, regionais, étnicas, etc, além do resultado concreto da evolução histórica do "socialismo real". (VESENTINI, 1987, p.65).

Assim, é um risco para a diversidade de concepções e a construção do conhecimento geográfico, concentrar as diferentes temáticas, pesquisas e enfoques geográficos em um método, isso vai contra os princípios de uma geografia crítica, conforme aponta Vesentini (1987):

> [...] o surgimento das geografias críticas ou radicais, no plural, deve ser visto como posicionamento(s) teórico-metodológico e político dos geógrafos (incluindo os professores) frente ao leque de possibilidades que a atual situação histórica nos oferece — possibilidades essas que, inclusive, variam em alguns aspectos de acordo com a sociedade específica onde se atua. (VESENTINI, 1987, p.69-70).

A pluralidade metodológica é salutar para o debate epistemológico na geografia, confronta idéias e ideais, além de emergir novas possibilidades de estudos:

> É no interior desse contexto histórico-social que se deve situar a construção da(s) geografia(s) critica(s). Mas ela não está isenta de ambigüidades e práticas diferenciadas. Isso talvez seja salutar, pois o (novo) pensamento crítico é sem dúvida aberto à pluralidade e às divergências, assim como desconfiado da harmonia e da unidade (que sempre elimina pela força as "dissidências" e as oposições). (VESENTINI, 1987, p.71-72).

Por fim, Vesentini (1987) alerta para o dogmatismo do método, ou seja, a pré-disposição metodológica antes de qualquer conhecimento profundo do objeto de pesquisa em questão. E na geografia crítica marxista, tem-se o hábito da utilização das teorias de Marx e do método dialético para solucionar diversos problemas da realidade, entretanto, isto vai contra a própria concepção de Marx sobre suas idéias:

> O marxismo dogmático, contudo, entra em desacordo com esse espírito da obra de Marx, atendo-se às suas letras: os conceitos transformam-se em "verdades sagradas" que apenas carecem de "aplicação" no real; a teoria, que nasceu como pensamento crítico colado à práxis, acaba virando uma "camisa de força" que procura controlar a realidade: daí a hostilidade frente à história como luta de classes, como possibilidade do novo, e o enaltecimento do planejamento, do Estado, do partido "dirigente" e da "vanguarda" (eles próprios!). (VESENTINI, 1987, p.72).

Com uma postura contrária a pluralidade filosófica na geografia, inclusive o marxismo, John Frazier (1981) defende o pragmatismo como base teórico-metodológica nas pesquisas geográficas, tendo em vista as poucas contribuições dadas por outras vertentes ideológicas e filosóficas:

> A introdução de alternativas filosóficas na geografia, incluindo a fenomenologia, o existencialismo, o idealismo e o marxismo, produziu importante reflexão sobre o valor e o propósito da pesquisa geográfica. Nenhuma das filosofias mencionadas anteriormente parece, entretanto, suficientemente flexível para oferecer uma fundamentação a partir da qual as relacionadas com o trabalho aplicado possam desenvolver-se. Já o pragmatismo parece oferecê-lo como base. (FRAZIER, 1981, p. 316).

Esta posição diverge do aspecto plural da geografia pós década de 1980 se emerge, todavia, lembramos a opinião de Frazier (1981) com intuito de mostrar as diferenças de concepções sobre a pesquisa geográfica. O debate entre ponto de vistas contrários tende a enriquecer a construção epistemológica, entender as fragilidades e contribuições de cada filosofia, método e técnicas.

Além do arcabouço teórico do materialismo histórico e dialético para geografia, outra visão de entender o espaço ganhou relevância nos estudos geográficos, a abordagem comportamental e da percepção. Paul Claval (1983) debateu a importância da introdução de

novas perspectivas filosóficas e metodológicas nos estudos geográficos, entre elas a fenomenologia e percepção:

> A geografia da percepção visa muito além da simples compreensão dos esquemas de comportamento: ela tenta descobrir aquilo que une o homem à terra, o que o enraíza, o que dá sua vivência uma densidade particular. (CLAVAL, 1983, p. 252).

A fenomenologia, inseriu-se nas pesquisas como uma nova forma perspectiva para verificar a organização do espaço sob o viés humano. Müller Filho (1986) trata dessas questões elencando a estrutura metodológica do conceito de *organização do espaço*, considerando quatro itens que o compõem: os elementos, arranjos, relações dinâmicas e funcionamento. Estes conceitos que estruturam a *organização do espaço* podem ser associados às questões perceptivas e comportamentais do homem:

> Há uma nítida relação entre *percepção do mundo* e *organização do espaço*, e há entre ambas um elo real, ainda que inaparente e abstrato: é o processo de tomada-de-decisões, que é um *processo comportamental*. Esboça-se, assim, uma outra linha auxiliar para a compreensão, logo para a investigação em geografia: a *análise do comportamento, enquanto fenômeno psíquico ou psíquico-social*, como um dos elementos subjacentes à atividade do homem como agente organizador dos espaços em que vive ou que lhe permite viver. (MÜLLER FILHO, 1986, p.143).

O autor ressalta essa abordagem comportamental como uma metodologia auxiliar e complementar nos estudos geográficos:

> A análise comportamental [...] é apenas um instrumento de trabalho, podendo ser colocada ao lado da estatística ou da fotointerpretação [...] o enfoque comportamental, entretanto, é um instrumento de trabalho imprescindível para o geógrafo que se dedique a tarefas de Planejamento, de reorganização do espaço, porque o espaço sempre deve ser reorganizado em função da sociedade, e esta é constituída por seres humanos, que tem deveres, mas também direitos e aspirações. (MÜLLER FILHO, 1986, p.145).

Dessa forma, a organização do espaço pode ser apreendida pelo viés fenomenológico através da percepção e da análise comportamental. Contudo, as organizações espaciais podem ser estudas pela abordagem sistêmica ou outros enfoques metodológicos, conforme aponta Moro (1990):

> A consolidação da organização do espaço como objeto de análise geográfica não implica na rejeição das demais objetivações da investigação geográfica da superfície da Terra, como a interação homem-meio, a paisagem, a região, a área, o espaço, consagradas ao longo da evolução do pensamento geográfico. Estas nada mais são do que ângulos de enfoques diversos e às vezes semelhantes da dimensão espacial da realidade [...] sob o ângulo da organização, vem sendo enriquecida metodologicamente pelo enfoque sistêmico, modelístico, comportamental, idealista, têmporo-espacial, crítico ou radical. (MORO, 1990, p. 11-12).

Assim, entendemos que a organização do espaço é a categoria de análise que melhor representa o objeto de estudo da geografia, as relações entre sociedade e natureza, segundo lembra Moro (1990):

> A organização do espaço envolve o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais. (MORO, 1990, p. 8).

Como o objeto de estudo da geografia é complexo, ou seja, há uma trama de relações e conexões que podem e devem serem feitas, a abordagem plural de concepções metodológicas é a mais conveniente para determinado problema em questão. As organizações espaciais por serem dinâmicas exigem esta multiplicidade, conforme aponta Moro (1990):

> No plano teórico, a questão da organização do espaço, quanto sua transformação, é enfocada, pelo menos, sob duas perspectivas. A primeira considera a organização do espaço no sentido estrito, isto é, a ação do homem organizado no espaço em que vive, com o intuito de crescer, desenvolver-se e produzir-se socialmente, numa forma dialética entre a sociedade e natureza. O homem é o principal agente no processo de organização; é a corrente historicista. A segunda considera a organização do espaço como uma "produção". O processo de sua organização dar-se-ia como resultado do modo de produção. Constrói-se, historicamente, uma segunda natureza. (MORO, 1990, p.14).

> A compreensão da ordem no espaço geográfico só se pode conseguir através da análise de todas as peças componentes de uma organização espacial, em suas múltiplas relações. Estas combinadas contribuem para dar origem a uma situação, isto é, uma unidade na diversidade, devido as combinações produzidas pelos diversos aspectos fragmentários que compõem a realidade concreta em toda sua complexidade, síntese de múltiplas determinações. (MORO, 1990, p.16).

Assim, a partir da década de 1980 a expansão da utilização de diversas referências teórico-metodológicas na geografia agrária significou o amadurecimento entre os pesquisadores sobre o rural, convivendo com as diferenças de posições que só tende ao crescimento da ciência geográfica.

8.3 – Considerações do capítulo

Neste capítulo, tratou-se de mostrar os enfoques metodológicos na década de 1980, seja com o predomínio do materialismo histórico-dialético, centrado nos lastros marxistas, seja nos novos modos de análise do espaço, com a introdução das bases fenomenológicas no estudo da organização do espaço ou na defesa de múltiplas concepções teórico-metodológicas e filosóficas.

9. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1981 - 1990

A década de 1980, representa o início dos estudos marxistas na geografia agrária, além do crescimento das abordagens históricas mas não marxistas, da preocupação com temáticas políticas e econômicas como centro das análises, bem como a preocupação ambiental em decorrência da modernização da agricultura.

9.1 – Abordagens marxistas, sociológicas, políticas e econômicas para entender o espaço agrário

Algumas abordagens se destacaram como as bases da geografia crítica clássica, com o estudo do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo os geógrafos se apoiaram em pressupostos marxistas, sociológicos, políticos e econômicos para discutir tais relações no espaço rural.

9.1.1 – O materialismo histórico-dialético na geografia agrária

A respeito da utilização do materialismo histórico-dialético na geografia agrária, centramos as análises em Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que traz uma carga teórica da sociologia para a geografia, em especial das obras de José de Souza Martins, transforma a geografia agrária num ramo da geografia social, que preocupa-se com as contradições do capitalismo, conforme pode ser visto em Oliveira (1981), quando salienta o desenvolvimento desigual do capitalismo na agricultura:

> [...] o desenvolvimento desigual do capitalismo é nesse contexto entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, que o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia. (OLIVEIRA, 1981, p.5).

Com uma abordagem marxista, o autor reproduz a idéia do desenvolvimento desigual do campo, e das relações de subordinação do camponês, principalmente sob os referenciais sociológicos de José de Souza Martins:

> [...] a expansão do modo capitalista de produção do campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer comprando a terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção do tipo camponês. (OLIVEIRA, 1981, p.8).

Ariovaldo Oliveira trata da questão modernizante da agricultura embasado na dialética, da contradição do capitalismo, da formação do capital monopolista e da subordinação do camponês:

> Assim, a agricultura brasileira está subordinada à indústria, de um lado, como consumidora potencial de produtos de origem industrial, mediada pelo Estado, e de outro, subordinada aos proprietários de terras que têm cobrado também o seu tributo para permitir a produção necessária. (OLIVEIRA, 1981, p.19).

A temática das contradições no campo brasileiro decorrentes do modo de produção capitalista é novamente abordada por Oliveira (1982):

> [...] é necessário lembrar que foi o desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, no que se refere a agricultura, que o próprio capital instituiu a apropriação camponesa da terra, como conseqüência evidente da crise do trabalho escravo. Portanto, a apropriação camponesa da terra é fruto da contradições do capital o que vale dizer, o camponês é fruto da história atual do capitalismo no país. (OLIVEIRA, 1982, p.168).

Com a mesma abordagem teórica, Oliveira (1988) destaca a situação do campo brasileiro no final dos anos 80, mencionando as conseqüências do capitalismo para a agricultura e estrutura fundiária, contrastando dialeticamente o aumento do latifúndio e o crescimento do trabalho familiar no campo.

Ariovaldo Oliveira (1986) utiliza a teoria da mais-valia de Karl Marx, para tentar explicar a acumulação capitalista da agroindústria de *citrus* no Estado de São Paulo:

> É dessas lições de Marx que tiramos o fio condutor para entendermos o processo de transferência da renda da terra na agricultura e de como ela é apropriada pelo capital. Pois, como podemos verificar, a laranja, ao se transformar em matéria-prima para a indústria do suco, traz consigo, produto de relações estabelecidas nas negociações entre produtores e industriais, fração ou mesmo a renda total da atividade, e mesmo em alguns casos até fração de lucro médio, senão ele por inteiro, gerando a crise no setor. A questão é saber como ela foi produzida e como ela foi adquirida pelas indústrias. (OLIVEIRA, 1986, p. 28).

Outro trabalho que segue na linha marxista é de Aparecida Rodrigues (1984), onde analisa as contradições do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo. Neste estudo, a autora analisou a situação da agricultura em Catuçaba, São Paulo:

> Através de um estudo do conjunto das relações que configuram a vida dos pequenos produtores de leite de Catuçaba São Paulo, desde a gênese do produtor mercantil [...] discute-se uma das formas como o capital se reproduz, através da subordinação de relações não tipicamente capitalistas de produção, redefinidas pelo próprio capital. (RODRIGUES, 1984, p.45).

O trabalho de Nilson Barros (1985) analisa o processo histórico de formação do território nordestino e a expansão da atividade canavieira sob a luz da dialética marxista, aplicando a noção de processo de trabalho ou produção de valores de uso, conforme salienta Barros (1985):

> [...] o trabalho emprega a noção de processo de trabalho e, através da análise das exigências do processo de trabalho para a produção do açúcar, expõe a formação de várias atividades que conformaram uma divisão intra-regional do trabalho social. (BARROS, 1985, p.118).

Tratando da questão territorial, Samira Kahil (1985) discute a relação dos posseiros e a luta da terra no município de Presidente Epitácio, São Paulo, sob abordagem histórico-dialética com referenciais de Kautsky, Marx, Caio Prado Júnior e Ariovaldo Oliveira, demonstrando um caráter crítico da questão agrária, enfocando elementos sociais e culturais da relação agrícola com a sociedade, e a construção/destruição do território.

A respeito das políticas de reforma agrária, Ruy Moreira (1986) faz uma análise crítica do Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, e tece alguns comentários sobre o processo contraditório do desenvolvimento agrário no Brasil:

> O que revela a espacialidade diferencial sobre a questão do campo senão a progressiva usurpação pelo capital das margens de autonomia do campesinato, que, reproduzindo no Brasil o processo geral comum ao desenvolvimento do capitalismo em qualquer espaço-temporalidade (MOREIRA, 1986, p.17).

Moreira (1986) traz ao debate a questão do campesinato no desenvolvimento capitalista no campo e seu espaço na conjuntura política e econômica:

> Uma primeira singularidade é a negação, pela acumulação capitalista, da possibilidade de diferenciação vertical para o campesinato pela via do emburguesamento. Não se está afirmando a inexistência dessa diferenciação no campo brasileiro, mas negando-se que esteja acontecendo como tendência geral do processo. As alternativas que dessa forma restam para o campesinato, nos quadros do desenvolvimento do capitalismo, são a proletarização, a única vertente da diferenciação clássica realmente em processo como evolução geral, ou a permanência, como uma forma de unidade familiar autônoma, cuja autonomia é

> cada vez mais restringida pela teia da espacialidade diferencial monopolista, até tornar-se aparente, embora ainda longe de ser ultrapassado o limite que configure uma proletarização geral e definitiva da massa rural. (MOREIRA, 1986, p.18).

Em outro artigo, Ruy Moreira (1989) acerca dos conflitos agrários no Acre comenta o processo desigual de ocupação do território brasileiro, este fato foi o gerador da concentração de terras e da desigualdade agrária. Em um segundo momento, a modernização na agricultura acelerou as desigualdades no campo, estes momentos são refletidos sob a luz do materialismo histórico:

> O primeiro passo pela modernização dos processos produtivos, mediante a qual a grande propriedade atrasada acabe por transformar-se numa moderna empresa rural capitalista, consistindo num caminho de lenta evolução do capitalismo e conseqüentemente doloroso para o campesinato. O segundo é o caminho em que a revolução camponesa empreende o confisco radical da terra e a redistribui de modo radical entre as famílias camponesas, abrindo a economia de mercado generalizadamente à totalidade da população. (MOREIRA, 1989, p.22).

O processo contraditório do capitalismo no campo foi debatido por Vera Miorin e Meri Bezzi (1988) enfocando a estrutura agrária no Rio Grande do Sul, utilizando a dialética para discutir a sociedade capitalista e o processo histórico de ocupação do território gaúcho. Nesse mesmo caminho metodológico, Miorin, Bezzi e Zibordi (1989) utilizaram a dialética fundamentada em Lefebvre para explicar a evolução contraditória do espaço gaúcho:

> Este trabalho tem como objetivo analisar a ocupação e evolução do espaço no Estado do RS, segundo um novo enfoque teórico, o da reprodução das relações de produção, desenvolvidas por Lefebvre – e da utilização do método dialético que, de certo modo, permitiu perceber a dinâmica do espaço segundo as leis do materialismo dialético. (MIORIN, BEZZI, ZIBORDI, 1989, p.67).

Cavalini (1989) e Cavalini e Gerardi (1989) discutem as transformações no espaço rural de Conquista – Minas Gerais, sob a ótica da evolução histórica para compreender a totalidade das relações de produção.

> O reconhecimento do tempo histórico, no estudo desta totalidade social, permitiu-nos compreender as mudanças que marcaram determinados períodos, resultantes das forças produtivas e que foram incorporados pelo espaço e representadas na distribuição da propriedade e no seu uso, nas formas de trabalho e na movimentação de população. O conjunto das transformações que se incorporaram na forma e no processo de ocupação do espaço foi tratado no trabalho como parte integrante do desenvolvimento do capitalismo. (CAVALINI & GERARDI, 1989, p.94).

Dessa forma, o materialismo histórico-dialético se inseriu na geografia como uma perspectiva de análise para o entendimento da evolução histórica e o processo na formação da sociedade, levando em consideração as contradições no seu desenvolvimento.

9.1.2 – Perspectiva sociológica na geografia agrária

Aliada ao pensamento crítico na geografia, a perspectiva sociológica introduz a visão no homem, sua participação na sociedade e a preocupação do geográfico em entender sua dinâmica e a relação com o contexto geral. Nesse sentido, valoriza-se a questão do trabalhador rural e suas relações de trabalho, conforme é visto no trabalho de Gebara e Baccarin (1983) ao enfocar a produção da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto, dando ênfase ao corte da cana e suas implicações aos trabalhadores rurais. Mencionaram o aumento da área de corte por trabalhador e suas conseqüências, de ordem financeira e física:

> Interessante salientar também que o cortador de cana, sempre malnutrido, aumenta seu ritmo de trabalho e diminui seus horários de almoço e café para tentar manter sua diária. Daí advém o aumento do desgaste físico, que provoca elevação do número de acidentes de trabalho e deterioração na capacidade física dos trabalhadores. (GEBARA & BACCARIN, 1983, p.53).

Na mesma linha de pensamento Zoccoler, Baccarin e Gebara (1983) e Thomaz Junior (1983) descrevem as condições do trabalhador rural no corte da cana-de-açúcar na região de Jaboticabal. A geografia do trabalho foi posta em discussão novamente no artigo de Oliveira (1983) ao trazer inúmeras notícias de jornais acerca dos trabalhadores rurais envolvidos no corte de cana-de-açúcar e na colheita da laranja.

Maria Henriques (1982) salientou as condições de vida dos agricultores que se fixaram em Rondônia através dos projetos de colonização e reforma agrária do INCRA:

> O objetivo deste artigo é o de examinar as condições de vida dos colonos de Rondônia e proporcionar respostas a questões tais como, quem são os colonos, quais são os seus antecedentes, suas formas de produção e pretensões. (HENRIQUES, 1982, p.3).

Sobre a luta pela terra Tarelho (1989) aborda as questões sociológicas deste grupo frente às condições desiguais do capitalismo:

> A análise apresentada a seguir é fruto de uma pesquisa realizada junto aos dois primeiros grupos, durante os anos dc 1985/6, e tem como objetivo principal explicar como se deu a emergência desse movimento. Antes, porém, convém ressaltar que a concepção teórico-metodológica que norteou essa pesquisa foi a de que os sujeitos das lutas sociais e as próprias lutas não podem ser entendidos em sua essência, se não forem levados em conta tanto os determinantes "histórico-materiais" (relacionados às condições econômicas, sociais e políticas) como os "psico-sociais" (relacionados à vontade e à cultura) - concepção que é defendida, entre outros, por Habermas em sua teoria sobre a evolução social. (TARELHO, 1989, p.93-94).

Bernadete Oliveira (1989) se preocupa com as condições sociais dos agricultores no contexto da modernização e do avanço capitalista no campo:

> Essas transformações nas relações de trabalho foram acompanhadas por transformações na composição do capital na agricultura, representado pelas composições das classes dominantes que se assenhoraram da terra. Transformando o proprietário de escravos em proprietário de terras, e unindo depois em uma só pessoa proprietários fundiários e empresários (dos setores industrial, financeiro e comercial). (OLIVEIRA, 1989, p.108).

A autora ainda destaca a formação de um contingente de trabalhadores rurais sem terra no Estado de São Paulo:

> Outra categoria que tem aumentado numericamente são os trabalhadores rurais sem-terra. É constituído por aqueles que foram expropriados, ou que não tinham terra própria para trabalhar (meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários), que resistem ao subemprego, emprego temporário ou assalariamento. No Estado de São Paulo, o movimento dos sem-terra tem se caracterizado pelo questionamento da propriedade fundiária, do latifúndio inexplorado ou subutilizado, contrapondo-o a uma outra forma de direito à terra: o trabalho (a terra de trabalho). Negando assim, a função social da propriedade aclamada pelas classes dominantes como sendo aquela que permite o enriquecimento, seja através da produção capitalista ou simples especulação. (OLIVEIRA, 1989, p.110-112).

Em outra perspectiva de análise sociológica, Bitoun e Silva (1988) descrevem o trabalho artesanal dos camponeses no agreste pernambucano, como estratégia de reprodução e sobrevivência perante o capitalismo, assim "a pesquisa teve como objetivo principal estudar o artesanato cerâmico da área, enfocando a sua inserção na atividade agrícola e o seu papel na manutenção dos pequenos produtores" (BITOUN & SILVA, 1988, p.123).

Já Nelson Rego (1988) procura descrever as condições socioeconômicas e culturais de algumas famílias de agricultores num assentamento rural em Nova Ronda Alta – RS frente ao avanço das relações capitalistas e agroindustriais na agricultura. Com uma forte descrição dos aspectos sociais e culturais das famílias, o autor enfatiza estes elementos no artigo:

> [...] a condição de trabalhadores que são coletivamente proprietários de seus meios de produção (terra, máquinas, ferramentas, animais de tração e insumos) e que, através de sua forte coesão social, deliberam no interior da esfera de alternativas que lhes são possíveis realizar, garante para essa comunidade um nível material de existência substancialmente superior ao da maioria dos trabalhadores pequenos proprietários de terras, que acabam por serem levados à proletarização, ou, mesmo conservando a propriedade de seus escassos meios de produção, a um estado de quase indigência, através de sua subordinação ao circuito agroindustrial. (REGO, 1988, p.65).

Portanto, esta abordagem surge na geografia agrária fazendo novas explanações sobre o espaço, enfatizando o espaço social e as relações de produção social no contexto da sociedade.

9.1.3 – Abordagem econômica na geografia agrária

A geografia agrária considerada por alguns geógrafos, exemplo de Orlando Valverde, como um ramo da geografia econômica preocupada em analisar a dinâmica dos agricultores e sua relação com o mercado, comercialização e geração de renda. Nesse sentido, a partir da década de 1980, exalta-se um crescente número de artigos mostrando a dinâmica do campo na conjuntura econômica.

O trabalho de Sá, Chmatalik e Aguiar (1984) fazem um estudo do sistema de abastecimento de alimentos básicos e hortícolas na região de Brasília, baseados nos dados do IBGE e EMATER entre 1960 a 1975, fazendo um levantamento evolutivo da organização da atividade agrícola. Ainda sobre hortaliças está o estudo de Prates e Corrêa (1987) pesquisaram o sistema de produção e comercialização de hortaliças no município de Antonio Carlos – Santa Catarina:

> A nossa contribuição, expressa neste trabalho tem somente o sentido de trazer a discussão alguns dos aspectos relevantes para a produção e comercialização de produtos hortículas no município de Antonio Carlos - SC e o abastecimento da Grande Florianópolis em relação a esses produtos. (PRATES & CORRÊA, 1987, p.65).

Augusto Zeferino (1988) aborda a questão da distribuição e comercialização dos produtos agrícolas, investigando a geografia econômica do espaço rural:

> Além dos fatores ligados a produção e demanda, o fluxo de produtos requer um sistema de facilidades físicas para classificação, estocagem e comercialização da produção. Estruturas de comercialização incluem ambos os tipos: atacado e varejo. Em uma economia de mercado livre ambos os níveis de comercialização são prioritariamente desenvolvidos e controlados pelo setor privado. Todavia, em uma economia em desenvolvimento como o Brasil, com parcos recursos, o governo tem continuamente aumentado sua participação no setor para complementar a limitada participação do setor privado, principalmente ao nível de atacado. (ZEFERINO, 1988, p.45).

O trabalho de Darlene Ferreira e Lucia Gerardi (1989) expressa uma preocupação com a organização agrária no município de Charqueada, dando ênfase as unidades de produção familiares que trabalham na sericicultura e estão envolvidas no processo vinculado aos complexos agroindustrial têxtil.

> O presente trabalho objetiva a análise da organização do espaço agrário através da persistência de unidades de produção camponesas. Avalia o papel da família como unidade de produção e consumo na atividade mercantil sericícola. [...] Efetua-se uma análise do processo de desenvolvimento da sericicultura tanto no município de Charqueada quanto no Estado de São Paulo e ainda uma descrição do processo produtivo e da comercialização realizada entre produtor e indústria. (FERREIRA & GERARDI, 1989, p.45).

A respeito da produção familiar em Paraopeba - Minas Gerais, Gerardi et.al.(1990) caracterizam as condições de produção agrícola e socioeconômica da região:

> O campesinato e sua expressão espacial e sócio-econômica são o objeto deste trabalho. Três municípios do Estado de Minas Gerais (Crucilândia, Rio Manso e Bonfim) foram escolhidos como estudo de caso. Pesquisa direta, entrevistando cerca de 250 camponeses foi a fonte das informações que foram analisadas segundo o ponto de vista teórico de A.V. Chayanov, J. Tepicht e T. Shanin. (GERARDI, et.al., 1990, p.82).

Investigar os processos geradores de renda no campo é uma das funções que o geógrafo tenderá a desenvolver em suas pesquisas, saber que tipo de atividade é exercida na propriedade rural e sua importância para a economia rural.

9.1.4 – Questões políticas no campo e o papel da geografia

A geografia entrou no cenário nas discussões sobre as políticas adotas nas questões agrárias e fundiárias, a modernização da agricultura, políticas de aumento de produção ou políticas de crédito. O contexto histórico-político favoreceu uma análise dos geógrafos para as políticas agrárias, em especial dos temas relacionados ao Proálcool e a reforma agrária, entretanto outros temas entraram no rol de debates na geografia agrária.

A respeito da produção canavieira em São Paulo, Enéas Ferreira e Silvio Bray (1983, 1984), Ferreira (1987) e Bray (1985, 1987a) analisam os processos políticos dos projetos do Álcool e Açúcar no Estado de São Paulo, principalmente após a década de 1970. nesse sentido, as questões políticas ganham relevância na abordagem dos autores, na disputa do território entre usineiros e agricultores:

> O setor canavieiro de Araras é palco de uma acirrada disputa entre os grupos usineiros, em busca de terras que possam ser utilizadas pela cultura canavieira. Atualmente os grupos penetram em municípios mais distantes, sempre em busca de terras. As agro-indústrias estão altamente mecanizadas, sendo capazes de preparar e plantar em qualquer área, em curto espaço de tempo. (FERREIRA & BRAY, 1983, p.67).

O trabalho de Bray (1984) discute as questões políticas da implantação do Instituto do Açúcar e do Álcool para a organização do espaço agrário na região do Vale do Paranapanema:

> O objetivo deste estudo é o de relacionar a política estabelecida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) no país, principalmente a partir da década de 60 e executada na década de 70, com os reflexos na área canavieira do Paranapanema. No início da década de 70, a criação e a implantação do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira passou a provocar grandes transformações na área do Paranapanema. (BRAY, 1984, p.116).

Pessoa e Sanchez (1983) debatem sobre as políticas empregadas no processo de modernização da agricultura Brasil tratando das conseqüências geradas e a relação com a organização agrária:

> Conclui-se que a modernização da agricultura no município de Uberlândia se enquadra perfeitamente bem no que se convencionou chamar de uma "transformação conservadora" da agricultura, pois sendo os insumos, máquinas e crédito rural privilégios dos grandes proprietários só estes conseguem realmente uma renda satisfatória das atividades agrícolas e podem melhorar cada vez mais seu padrão sócio-economico. (PESSÔA & SANCHEZ, 1983, p.157).

Ainda sobre a modernização agrícola, Geraldo Müller (1987) debate a economia política que implementou o complexo agroindustrial no Brasil assinalando os conceitos básicos dessa discussão, além de mostrar o processo e as conseqüências de mudança do complexo agrocomercial (tradicional) para o complexo moderno:

> Pensar em integrar à modernização (sob o atual modelo ou sob um outro modelo) micros e pequenos agricultores como também os "camponeses" sem ter presente essas novas formas econômicas e políticas que controlam a esfera dinâmica da agricultura, é elidir a realidade geral posta pela industrialização parcial dos últimos 20 anos [...] o estilo "produtivista" de industrialização do campo não operou como uma mancha de óleo capaz de incorporar a maioria dos produtores, *enquanto produtores*, à sociabilidade moderna. (MÜLLER, 1987, p.141).

A questão da modernização da agricultura e as medidas políticas governamentais foram discutidas por Pessoa e Sanchez (1989) no contexto da organização agrária no cerrado de Minas Gerais, em especial na região de Paracatu e Alto Paranaíba:

> A ação do Estado para modernizar a agricultura teve como respaldo não só o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, mas também o apoio de órgãos como EMBRAPA, EMBRATER e Banco do Brasil. Porém, foram os programas especiais de desenvolvimento agrário que desempenharam papel importante no processo de acumulação do capital no campo e começaram a ser implantados a partir de 1970. (PESSÔA & SANCHEZ, 1989, p.67).

Paulo Machado (1985) discute oito pontos polêmicos na política agrícola embasado na Constituição Federal relacionando com a respeito da legislação ambiental, sendo eles: o zoneamento agrícola, a cultura da cana-de-açúcar e o uso do álcool como combustível, erosão, pesticidas e legislação, legislação florestal e reserva provada, fauna silvestre e a propriedade agrícola, subsolo e o proprietário agrícola e a zona rural e zona urbana.

O trabalho de Magaldi (1989) estabelece uma relação no processo histórico de produção florestal no sudoeste paulista, conectando as políticas voltadas para este setor:

> Outra relação fundamental que se procura estabelecer, situa-se na aferição da articulação das decisões de política econômica setorializadas, efetivadas pelos governos do Estado brasileiro nas últimas três décadas, com o desenvolvimento das

> atividades de produção florestal e a indústria de base florestal. (MAGALDI, 1989, p.37).

Continuando nos trabalhos que discutiam a política ligada a geografia agrária, Cabreira (1989) trata dos projetos de recursos hídricos para assentamentos rurais da reforma agrária na região nordeste.

A respeito das políticas públicas para extensão rural aos agricultores, Prates e Corrêa (1989) examinam algumas ações governamentais em Santa Catarina:

> O presente estudo tem por objetivo mostrar como o governo, utilizando o serviço de Extensão Rural, tenta resolver os problemas da estrutura agrária e êxodo rural de maneira lenta, gradual e pacifica através de modificações no uso da terra, sem alterar a estrutura vigente. (PRATES & CORRÊA, 1989, p.30).

A respeito dos agricultores, mas sob os conflitos políticos e fundiários Ycarim Barbosa (1990) relata os problemas gerados entre posseiros, fazendeiros e grandes empresas agroindustriais na região do Médio Araguaia em Tocantins.

Dessa forma, o debate sobre questões políticas entra na agenda de discussões da geografia agrária, em especial sobre a reforma agrária e assentamentos rurais que se tornarão uns dos temas freqüentes nas pesquisas geográficas.

9.1.5 – A quantificação na década de 1980

Os estudos baseados nos dados estatísticos, variáveis e atributos sobre o espaço rural, em especial da produção agrícola, continuaram nas publicações dos periódicos em geografia, principalmente na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim de Geografia Teorética.

Apesar desse predomínio de trabalhos na década de 1980, a abordagem estatística mudou seu enfoque, diminuindo a utilização das técnicas de análise, como análise fatorial, análise de agrupamento etc, entretanto, as comprovações dos resultados através do dado estatístico como foco de análise foram predominantes na década de 1980, com base nos periódicos selecionados.

O trabalho de Nédio Piran e Lucia Gerardi (1982) analisam a estrutura da pequena produção familiar em Erechim, enfatizando a evolução agrária municipal. Para tal análise os autores seguiram o seguinte caminho:

> No estudo da "Evolução Agrária do Município" utilizamos dados censitários referentes ao tamanho dos estabelecimentos, à produção agropecuária, à composição da mão-de-obra, à condição do produtor, ao emprego de força à mecanização. (PIRAN & GERARDI, 1982).

Brito e Mesquita (1982), Hess (1983), Guimarães (1983), Innocêncio e Oliveira (1983) selecionam algumas variáveis da agricultura para comprovar o crescimento das atividades modernas no campo brasileiro, destacando o período entre 1970 a 1975. Para tal análise, a análise é centrada nas microrregiões homogêneas do IBGE. Ribaldo Pinto Gusmão (1984) analisa o sistema de arrendamento no Brasil com base nos dados estatísticos do IBGE entre 1960 a 1975, caracterizando a condição do produtor e a situação em cada Estado brasileiro.

Guimarães, Innocêncio e Brito (1984a) ponderam os dados censitários de 1980 extraindo informações dos trabalhadores volantes da agricultura, numa tentativa de caracterizar os chamados "bóias-frias":

> O presente estudo resulta de uma primeira tentativa de caracterização do trabalhador agrícola volante – comumente, também denominado "bóia-fria" – através de dados levantados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico de 1980. (1984, p.5).

Guimarães, Innocêncio e Brito (1984b) estudam os dados estatísticos sobre a Microrregião do Médio Tocantins-Araguaia referentes às condições sociais e a organização agrária regional, enfocando o contingente de mão-de-obra empregada na agricultura. Já Figueiredo, Mesquita e Silva (1984) analisam a evolução da organização do espaço agrário e a modernização agrícola no oeste do Paraná, baseados em dados estatísticos dos censos agropecuários e demográficos:

> A fim de atender aos objetivos da pesquisa, foram usados como cadastro básico para a seleção dos estabelecimentos a serem investigados os dados preliminares do Censo Agropecuário do Paraná – 1980 – através das Folhas de Coleta, que oferecem não só a localização dos estabelecimentos, das variáveis: área total, área de lavoura permanente, área de lavoura temporária, pessoal ocupado, tratores e efetivos bovinos, suínos e aves. (FIGUEIREDO; MESQUITA; SILVA, 1984, p.527).

Antonio Ceron (1985) discute o processo de reforma agrária no Brasil analisando os dados censitários do IBGE entre 1940 a 1980, fazendo relações entre a distribuição da terra agrícola e categoria que ocupa a terra (proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante). Ainda na mesma ótica, Antonio Ceron e Lucia Gerardi (1981) analisam a evolução agropecuária no Estado de São Paulo, com base nos dados estatísticos entre 1940 e 1970 propõem o planejamento rural, utilizando uma abordagem neopositivista, calcada em índices estatísticos e cartogramas para referendar a modernização tecnológica da agricultura paulista.

Miguel Sanchez (1981) utilizou a técnica de Análise de Superfície de Tendência para verificar o comportamento no espaço e tempo da lavoura de trigo no Estado de São Paulo, entre 1962 a 1977. Com a utilização de processos estatísticos nos estudos agrários, Ligia

Poltroniéri (1981) utilizou a técnica do quociente locacional para verificar a distribuição espacial das atividades agrícolas no Estado de São Paulo entre 1935 a 1970:

> O quociente locacional possibilita medir a concentração regional dos cultivos agrícolas e, ao mesmo tempo, diferenciar áreas significantes no que se refere à distribuição dos cultivos no estado. Num nível mais elevado de análise, pode ser constatada alguma relação entre a dominância regional de um determinado produto e a presença de outros, determinando os graus de especialização ou diversificação da agricultura. (POLTRONIÉRI, 1981, p.405).

Gusmão e Mesquita (1981) para entender o processo de desenvolvimento rural na região do Cerrado utilizaram a técnica da análise fatorial aplicando a 65 variáveis selecionadas resultando em 14 fatores que explicaram 83,74% da variância contida na matriz de dados:

> Para identificação das estruturas diferenciadoras do espaço rural na região foi utilizada a técnica multivariada da análise fatorial que possibilitou resumir os atributos selecionados em algumas dimensões básicas que se constituem em linhas discriminadoras do desenvolvimento rural (GUSMÃO & MESQUITA, 1981, p.420).

Nos trabalhos de Barreto (1982), Barreto e Gerardi (1982) as autoras utilizaram a técnica da análise fatorial para identificar os tipos de atividades agrícolas, além de regionalizar a modernização da agricultura na Microrregião Homogênea Mato Grosso de Goiás:

> Para tratamento dos dados empregou-se como técnica a Análise Fatorial, já amplamente utilizada por geógrafos em trabalhos de regionalização. As 26 variáveis foram selecionadas em consenso com o tipo de enfoque pretendido e disponibilidade de dados no Censo Agropecuário do Estado de Goiás-1975 IBGE e Recadastramento Rural-1972 INCRA. (BARRETO & GERARDI, 1982).

O trabalho Lucia Gerardi (1983) segue a linha de pensamento na geografia que se aprofundou nas pesquisas hipotético-dedutivo, no qual testou algumas hipóteses sobre o impacto da urbanização no setor agrícola paulista. A autora elencou cinco variáveis, 1) Relação urbanização – despesas por hectare cultivado; 2) Relação urbanização – uso de força mecânica; 3) Relação urbanização – fracionamento da terra; 4) Relação urbanização - valor dos bens e investimento; 5) Relação urbanização – tamanho médio dos estabelecimentos e através de dados estatísticos do IBGE e INCRA calculou os índices dos impactos da urbanização sobre o setor agrícola.

Maria Juraci Santos (1983) analisou a produção agrícola da cana-de-açúcar em São Paulo, em três núcleos (Ribeirão Preto, Jaú e Piracicaba) através do modelo de Nerlove:

> A estrutura da oferta da cana-de-açúcar pode ser explicada por meio do modelo econométrico de defasagens distribuídas, também chamado de Modelo de Nerlove. É composto de duas equações que explicam separadamente e em conjunto a produção canavieira do Estado de São Paulo, na série temporal – 1959/60 e 1973/74. (SANTOS, 1983, p.81).

Correa e Gerardi (1984) verificaram o índice de modernização na agricultura no Estado de Santa Catarina, entre 1950 a 1975, através do método estatístico de Büttner "o método permite o levantamento da modernização da agricultura dentro das condições econômicas de cada ano em que foi feito o estudo" (CORREA & GERARDI, 1984, p.216).

Diniz, França e Wanderley (1987) empregam a análise fatorial como base técnica para explicar as mudanças na organização do espaço rural no litoral sergipano, utilizando vinte variáveis em trinta e um municípios, baseados nos dados censitários de 1970 a 1980:

> Uma análise fatorial elaborada dessa maneira corresponde bem mais aos seus objetivos, que são tornar visíveis as razoes de explicação dos fenômenos. O mesmo procedimento é agora empregado para análises das grandes mudanças que ocorrem no setor rural do litoral de Sergipe, a fim de servir como quadro referencial básico para estudos mais pormenorizados. (DINIZ; FRANÇA; WANDERLEY, 1987, p. 31).

Santos, Andrade e Oliveira (1987) fazem análises sobre a organização agrária em Sergipe, identificando os principais tipos de sistemas agrícolas, estrutura fundiária, relações de trabalhos entre outros elementos que compõem a estrutura agrária. As técnicas utilizadas nos dados estatísticos entre 1970 a 1980, foram o Índice de Gini e Curva de Lorenz, além de cartogramas temáticos e tabelas explicativas.

Sobre a modernização da agricultura Mesquita e Silva (1986) visualizam as variáveis que indicam a mecanização da agricultura na região sul do Brasil entre 1970 – 1980:

> Com base nos dados censitários, ficou evidenciado que mecanismos creditícios na área específica dos investimentos em máquinas, a difusão da prática da prestação de serviços de mecanização e a compra financeira de equipamento agrícola usado tiveram efeitos diretos sobre a mecanização acentuada do processo produtivo e sobre a composição do parque de tratores. (MESQUITA & SILVA, 1986, p.533).

A Revista Brasileira de Geografia lançou em 1987, uma edição especial com seis artigos a respeito dos dados da agricultura brasileira na década de 1970, enfocando os dados em cada região do Brasil, todos os artigos foram escritos por geógrafos do IBGE.

Brito e Innocêncio (1988) analisam os dados censitários de 1980, a respeito da organização agrária do Estado do Rio de Janeiro:

> O trabalho se propõe fazer uma caracterização do espaço agrário fluminense, com base em dados censitários referentes a 1980, considerados a nível dos municípios. São focalizados aspectos relacionados ao nível de aproveitamento das terras para atividades agropecuárias, ao volume e à composição da produção agrícola, à

> estrutura fundiária e às relações de produção na agricultura. (BRITO & INNOCENCIO, 1988, p.120).

O trabalho de Sanchez e Ceron (1989) explora os dados estatísticos do IBGE entre 1940 a 1980, para fazerem uma análise evolutiva da produção agropecuária na região de Araçatuba em São Paulo, identificando os índices de produtividade das culturas.

Ainda sob a luz dos dados censitários do IBGE, Müller Filho (1985) classifica e distribui em classes a estrutura fundiária do Estado do Rio Grande do Sul, com base nos dados estatísticos de 1980. Barbara-Christine Silva (1989) aborda o crescimento da população urbana na Bahia, entre 1940 a 1980, relacionando com o esvaziamento da população rural. Para tal análise, utilizou os dados estatísticos do IBGE para apresentar gráficos de crescimento linear e exponencial:

> Este trabalho analisa a dinâmica do crescimento urbano e rural no Estado da Bahia, no período 1940-80, através de um estudo integrado das taxas geométricas de crescimento anual e dos modelos de crescimento. Os resultados obtidos permitem afirmar que foi intenso o processo de urbanização acompanhado de desruralização e que esta tendência deverá se acentuar ainda mais em futuro próximo. (SILVA, 1989, p.76).

Portanto, os dados estatísticos do IBGE foram de grande relevância para as análises da organização agrária no Brasil, tanto medindo o grau de modernização do campo, como indicando parâmetros da produção agrícola.

9.1.6 – Enfoque ambiental nos estudos agrários

Os impactos gerados pelo uso de técnicas modernas na agricultura, surgidas na Revolução Verde foram temas debatidos nos artigos da década de 1980, e compreendem uma parcela importante dos estudos agrários. Assim, o geógrafo agrário expande o leque de pesquisas sobre o espaço rural discutindo não somente assuntos referentes a produção, mas também as conseqüências do mal uso dos produtos químicos e da mecanização na agricultura.

A respeito deste discurso, Carlos Walter Gonçalves (1990) enfatiza a necessidade do geógrafo agrário em estudar a natureza e as questões ambientais, no contexto da complexidade do espaço geográfico:

> Venho fazendo um esforço há muitos anos na discussão e no aprofundamento deste tema, mostrando que pensar ecologia, de uma maneira que não seja também global, e negar a própria concepção até filosófica embutida na idéia de ecologia, que é exatamente resgatar a complexidade dos diversos seres vivos, e a complexidade do ser vivo homem que, inclusive, faz história. Então o ecologista que não leva em consideração que é da natureza do homem, natureza biológica do homem, a

> capacidade de produzir cultura, não está levando a sério o homem na sua profunda complexidade. (GONÇALVES, 1990, p.43).

A preocupação com os impactos no meio ambiente também devem estar nas investigações realizadas pelos geógrafos agrários e pesquisadores que trabalham com os elementos da organização do espaço agrário.

Ademar Romeiro e Fernando Abrantes (1981) discutem os impactos da modernização agrícola no meio ambiente, principalmente relacionados ao meio rural, poluição de rios, erosão, perdas de propriedades químicas no solo, desmatamento entre outras conseqüências negativas do processo modernizante no campo.

> O equilíbrio, do ponto de vista ambiental, de funcionamento da agricultura camponesa acaba por ser completamente rompido com essa nova revolução agrícola, que tem na *monocultura intensiva* em grande escala sua forma típica de produção. Embora de alta produtividade, os cultivos contínuos de uma só espécie são sistemas altamente instáveis que provocam grandes perdas e doenças do solo e o aumento de infecções por insetos-pragas não acompanhadas pelo desenvolvimento de seus inimigos naturais, reforçando a necessidade de utilização de fertilizantes químicos e abrindo caminho para a aplicação de uma série de defensivos químicos altamente tóxicos. (ROMEIRO & ABRANTES, 1981, p.27).

Romeiro e Abrantes (1982) ainda destacam os efeitos nocivos da modernização agrícola para a ineficiência energética na agricultura e para a degradação ambiental, em especial os processos erosivos:

> O outro grande fator de degradação dos solos agrícolas é a erosão. Decorrente de práticas agrícolas predatórias que não protegem os solos, os processos erosivos se não começaram a atuar a partir da modernização da agricultura certamente também não foram com ela resolvidos, tendo, pelo contrário, se acelerado enormemente. (ROMEIRO & ABRANTES, 1982, p.484).

O trabalho de Maria Helena Santos (1984) salienta as inúmeras conseqüências negativas do processo de agroindustrialização no campo brasileiro, mostrando os efeitos na ordem social, econômica e ambiental:

> Outras conseqüências advindas do monopólio das agro-indústrias açucareiras podem ser observados nas relações de trabalho e no comportamento ambiental. O primeiro pode ser exemplificado pela presença do "bóia-fria", cuja condição de vida tem sido objeto de investigação por inúmeros pesquisadores. Quanto à questão ambiental, pode-se considerar os efeitos tão propalados por ecologistas, na destruição da fauna aquática, além do efeito alelopático que reduz a homeostase tornando as áreas de monoculturas vulneráveis à proliferação de pragas, sem falar na ação mecânica do "splash" na fase de brotação das soqueiras, ou das queimadas que prejudicam a vida microbiana, destruindo a composição húmica do solo. (SANTOS, 1984, p.65).

Wanda Sales et.al. (1986) preocupam-se com a utilização de agrotóxicos na agricultura e suas conseqüências ambientais:

> O desenvolvimento de uma economia voltada para ã exportação fez com que na agricultura brasileira predominassem as monoculturas. Estas propiciaram o aparecimento de pragas antes não existentes, em função da pouca diversidade florística e da alteração primária do ambiente. A tentativa de exterminar as pragas da agricultura provocou a introdução do uso de defensivos agrícolas, e a necessidade de aumentar a produção para responder à demanda externa e interna fomentou o uso dos fertilizantes, químicos. (SALES, et.al. 1986, p.43).

Nesse sentido, recorrem a legislação vigente e quais as mudanças nas políticas que poderiam auxiliar na diminuição dos impactos ambientais. Outro trabalho que aponta os efeitos negativos do uso de agrotóxicos na agricultura esta em Viana et.al. (1987), no qual ressalta os efeitos degradantes nas bacias hidrográficas no Paraná.

A pesquisa desenvolvida por Omar Barros (1989) discorre acerca dos problemas ambientais decorrentes da modernização da agricultura:

> Nossa atenção deve estar voltada sobretudo para as áreas que na atualidade já encontram-se em estado de avançada degradação devido a utilização intensa dos insumos modernos. Elas necessitam de um esforço adicional para sua recuperação. Recuperação esta entendida como uma retomada e incremento das "forças potenciais da natureza"; uma ativação dos processos naturais. (BARROS, 1989, p.49).

Gilberto Garcia (1988) utilizando dados estatísticos referentes a produção de cana-de-açúcar e mapas de aptidão agrícola, evidencia algumas conseqüências ambientais do Proálcool e da cultura canavieira na região oeste do Estado de São Paulo:

> Do ponto de vista da poluição, como já demonstrado, o problema é preocupante, já que nem todos os solos respondem bem ao uso do restilo, como adubo. Uma série de medidas foram propostas aos usineiros, pela CETESB, visando minimizar os problemas de poluição e, para áreas tradicionais, as mesmas vem sendo gradativamente colocadas em prática. (GARCIA, 1988, p.116).

Poltroniéri e Souza (1989) discutem as conseqüências do uso de praguicidas na agricultura no município de Rio Claro – São Paulo:

> A pesquisa realizada em Rio Claro (SP) pode comprovar o quanto os praguicidas são desconhecidos pela maioria dos agricultores e quanto têm sido ineficientes os cursos de instrução oferecidos pelos técnicos. [...] O desrespeito com o meio ambiente fica evidente com esse tipo de atitude. Esses produtos quando afetam a um país, a um território ou seja qual for a divisão política, estão afetando todo o restante. (POLTRONIÉRI & SOUZA, 1989, p.63).

Souza e Poltroniéri (1990) abordam as questões políticas e legislativas, do uso de insumos e defensivos químicos na agricultura, em especial o de praguicidas. Com o mesmo enfoque Rosângela Hanna (1990) aborda sobre o uso de produtos químicos na agricultura, como pesticidas e seus efeitos degradantes nos rios em Uberlândia.

9.1.7 – Abordagem teórico-metodológica na geografia agrária

Entre as temáticas discutidas nos periódicos da geografia na década de 1980, forma especialmente sobre as teorias agrárias de Chaynov, Kautsky, Lenin entre outros e a respeito da explicação da utilização de imagens aéreas e dados estatísticos nos estudos de planejamento rural.

Claude Servolin (1983) discute as questões referentes às teorias que embasam o tema do capitalismo na agricultura e suas relações de produção com os camponeses e grandes proprietários rurais. Debatendo a relação entre o camponês e o desenvolvimento do capitalismo, o autor utiliza os referenciais de Karl Kautsky e Karl Marx. Na mesma perspectiva de debate Lucia Gerardi (1990) trata das questões teóricas a respeito do conceito de camponês no estudo da geografia agrária, referendando Chayanov, Shanin, Tepicht entre outros.

Enfatizando as abordagens econômicas, sociológicas e marxistas no estudo do solo e o espaço, Guigou (1984) discute essas múltiplas concepções na produção do espaço e a luta pela terra:

> Nossa perspectiva teórica não consiste em tentar integrar de modo indireto ou qualquer outro, o solo e o espaço nas teorias econômicas preexistentes, mas, através das pesquisas específicas e empíricas sobre as relações entre os homens, o solo e o espaço, tentar precisar qual (ais) lei (s) do valor (lei econômica, lei social, desejo) caracteriza (m) a propriedade do solo em relação a certas práticas do espaço. sob este aspecto, nossa problemática não consiste mais em tentar compreender como o econômico estrutura o espaço e determina a propriedade do solo mas, antes, como os indivíduos reagem a essa estrutura pelo econômico (valor econômico) e são determinados pela lei ou pelo desejo. (GUIGOU, 1984, p. 563).

Guigou (1984) afirma que essas teorias econômicas e marxistas respondem em parte as questões ligadas aos problemas espaciais na agricultura:

> Chegamos assim à conclusão de que a teoria econômica neoclássica e a teoria sócio-econômica neomarxista esclarecem bastante bem os aspectos econômicos dos problemas espaciais e agrícolas, mas à custa de um empobrecimento dos conceitos (o que é normal), à custa de numerosas contradições internas, de ambigüidades, recorrendo constantemente à analogia com outros conceitos econômicos [..] fazendo desvio de conceitos (a produção) e utilizando metáforas [...]. (GUIGOU, 1984, p.562-563).

Maria Helena Whateley (1986) discutiu o uso de fotos aéreas, fotointerpretação e aerofotos convencionais na análise do uso do solo agrícola como ferramenta metodológica para o planejamento rural. Em outro estudo que enfocou o planejamento de áreas rurais está o de Malagutti e Garcia (1988) que tratam das questões teóricas e técnicas para elaboração de mapas de declividades, direcionadas para agricultura e previsão de áreas com potencial de erosão:

> O relevo é caracterizado através da classificação dos declives e, neste caso, o material fundamental é a carta topográfica. O presente trabalho estuda diversas técnicas disponíveis, com a seleção de uma delas, para a classificação dos declives de uma região na zona oeste do Estado de São Paulo. (MALAGUTTI & GARCIA, 1988, p.152).

Mara Weill (1990) recorre a vários autores para discutir sobre o planejamento do uso da terra e para classificações e avaliação do uso do solo:

> Diferentes metodologias de avaliação de terras para fins agrícolas, em uso no Brasil e em outros países, são comentadas quanto às suas características distintivas e peculiaridades. A evolução metodológica estabelecida no Brasil recebe atenção especial, assim como é destacado o esquema da FAO para avaliação da aptidão.
> A análise efetuada revela que grande parte dos métodos e sistemas existentes são de natureza qualitativa. Métodos quantitativos foram desenvolvidos para atender a condições particulares. (WEILL, 1990, p.160).

Maristella Brito (1988) texto discute as possibilidades teóricas e metodológicas dos dados disponibilizados pelos censos agropecuários para a pesquisa geográfica:

> No desenvolvimento de tais análises, um instrumento que pode ser muito valioso, e que é freqüentemente utilizado no decorrer dos trabalhos geográficos, é o mapeamento de variáveis construídas a partir das informações censitárias. O padrão de distribuição espacial que emerge dos mapeamentos realizados pode, por um lado, constituir-se em teste de consistência dos dados analisados e, por outro lado, revelar aspectos desconhecidos da organização do espaço agrário, conduzindo à formulação de novas hipóteses de trabalho. (BRITO, 1988, p.170).

Antonio Ceron (1989) explica alguns fundamentos cartográficos, fotografias aéreas e dados estatísticos no estudo do planejamento rural voltado à reforma agrária:

> O emprego de fotografias aéreas, para identificação dos elementos a serem representados ou controle de precisão, ou mesmo controle das informações obtidas nas fontes, sempre será de grande utilidade. Não é preciso insistir sobre a necessidade de constituição de banco de dados, inclusive com a incorporação de informações pré-existentes e, sobretudo, que esteja à disposição dos usuários em potencial. A aplicação de técnicas, métodos ou modelos estatísticos mais sofisticados, já que a cartografia os tem incorporado de modo crescente, dependerá da disposição do pesquisador e, sobretudo, do seu conhecimento teórico e habilidade de controle dos seus resultados. (CERON, 1989, p.13).

Desta forma, o conteúdo dos artigos teóricos trataram mais de questões práticas e da aplicabilidade das técnicas de sensoriamento remoto e sistema de informações geográficas para o planejamento rural.

Além disso, estava em voga a discussão sobre as conceituações do trabalhador no campo, seja ele produtor familiar, pequeno produtor ou camponês. Tema este, que segue até a décadas posteriores mas sendo encarada como uma posição ideológica e política, esse assunto da definição terminológica do agricultor, atualmente é muito mais discursivo, do que algo

propriamente relevante na pesquisa geográfica, servindo apenas como suporte de classificação de produtores rurais.

9.2 – Considerações do capítulo

A compilação dos materiais publicados em geografia agrária nos oito periódicos consultados resultaram em uma tabela que mostra a distribuição por ano e por revista (Tabela 6).

Tabela 6 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1981 e 1990.

	RBG	**BGG**	**BPG**	**BGT**	**Geografia (Rio Claro)**	**Terra Livre**	**Sociedade & Natureza**	**Geosul**	**TOTAL**
1981	3	-	1	-	2	-	******	******	**6**
1982	4	2	-	-	2	-	******	******	**8**
1983	4	-	4	2	3	-	******	******	**13**
1984	6	1	1	1	4	-	******	******	**13**
1985	-	-	3	-	4	-	******	******	**7**
1986	5	-	-	-	-	4	******	-	**9**
1987	8	-	1	4	4	1	******	2	**20**
1988	5	2	1	2	5	1	******	3	**19**
1989	-	-	5	2	4	4	3	3	**21**
1990	3	2	-	-	1	2	2	-	**10**
TOTAL	**38**	**7**	**16**	**11**	**29**	**12**	**5**	**8**	**126**

Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol.Goiano de Geografia, Bol. Paul. de Geografia, Bol. Geografia Teorética, Geografia (Rio Claro), Terra Livre, Sociedade & Natureza, Geosul.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

A produção científica na década de 1980, totalizou 126 artigos referentes à geografia agrária nos oito periódicos consultados. Destes, 30,15% foram publicados Revista Brasileira de Geografia e 23% na Revista Geografia de Rio Claro. No ano de 1989, houve a maior circulação de artigos trabalhando a questão agrária, 16,66% do total publicado, o menor ano com publicação de artigos em geografia agrária foi o de 1981, com 4,76% do total.

O pensamento em geografia agrária no Brasil, começou a mudar com a utilização de abordagens e enfoques voltados para as análises sociais, políticas, econômicas, ou seja, da descrição da geografia clássica passando pela quantificação da geografia teorética, a década de 1980 representa a mudança de orientação paradigmática com caráter mais social nas análises, apesar de muitos trabalhos estarem sob a luz da quantificação (Quadro 9).

O fato que representa a grande veiculação de trabalhos com enfoques estatísticos e neopositivistas, deve-se a publicação de artigos por pesquisadores do IBGE nos periódicos

como a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim de Geografia Teorética, já sobre a abordagem ambiental, as investigações se concentraram na revista Sociedade & Natureza, que tem uma linha de pesquisa voltada para essas questões.

Abordagem \ Década	**1981-1990**
Estatística	38
Política	20
Histórica	18
Histórico-Dialético	13
Sociológica	12
Neo-Positivista	11
Teórico-metodológica	10
Ambiental	10
Econômica	9
Agronômica / Agrícola	6
Descritiva	4
Comparação	2
Cultural	1
Fenomenológica	1

Quadro 9 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1981 – 1990, nos periódicos nacionais.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Goiano de Geografia, Bol. Paul. de Geografia, Bol. Geografia Teorética, Geografia (Rio Claro), Terra Livre, Sociedade & Natureza, Geosul.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

As abordagens adotadas pelos pesquisadores na década de 1980 são as mais variadas, reflexo das posições plurais e multifacetadas da geografia crítica, como análises históricas de regiões produtoras ou áreas agrícolas e suas características agronômicas ou diretamente relacionadas com uma geografia social, como as abordagens sociológicas, econômicas, histórico-dialéticas, cultural e políticas que representam 35,5% do total analisado.

Ressalta-se os trabalhos publicados por geógrafos do IBGE e pesquisas provenientes de dados secundários, como o Censo Agropecuário, além de estudos com o caráter estatístico como base metodológica que representaram 24,5% do total das análises.

Portanto, a década de 1980 assegurou o início da diversidade de abordagens na geografia agrária, com uma dispersão de abordagens e enfoques para entender o espaço agrário. Essa diversidade de temáticas estudas, apenas expressou o quanto o espaço agrário é complexo e dinâmico, não somente agrícola e atrasado, como foi considerado por muito tempo.

BOX 6 – MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Nascido no dia 03 de agosto de 1922 em Pernambuco, falecido em 22 de junho de 2007, Manuel Correia de Andrade[33] foi um geógrafo que pesquisou entre tantas temáticas (Economia, Geografia dos Continentes e Geografia do Brasil) destinou sua maior parte da vida acadêmica as questões rurais, em especial a reforma agrária, e a sociedade nordestina. Sua formação inicial é em Direito (1945) e posteriormente Geografia e História em 1947. Publicou mais de 100 livros, mais de 250 artigos em revistas e anais de eventos científicos, além de várias conferências e palestras, ministrou cursos na Universidades de Sukuba (Japão) e Universidade de Buenos Aires, além de ser professor na Universidade Federal de Pernambuco e ser professor visitante na USP e UFSC. Foi membro da Academia Pernambucana de Letras e Doutor Honoris Causa na UFRN. Entre 1964-1964 fez pós-graduação na França sob orientação de Pierre Monbeig. Entre os principais livros há obras clássicas como "A terra e homem no nordeste" (1963); "Geografia econômica" (1973); "Agricultura & Capitalismo" (1979); "Latifúndio e reforma agrária no Brasil" (1980); "Geografia: Ciência da Sociedade" (1987) e "Caminhos e descaminhos da geografia" (1989). Por ultrapassar mais de cinqüenta anos na vida acadêmica, fica difícil tentar classificar Andrade em alguma corrente da geografia, pois sempre teve uma posição crítica quanto as desigualdades socioeconômicas no Brasil, mas a forma da maioria de seus textos eram ricos em descrição, ou seja, não há como classificar Andrade nas correntes clássicas da geografia. Todavia, sua obra é expressiva e rica em detalhes e temas, servindo de referencia não só para a geografia como para outras ciências humanas e sociais. Andrade (1995) reforça a idéia de que a geografia agrária brasileira amadurece com o debate entre geógrafos agrários de formações filosóficas divergentes, pois independente da técnica utilizada, o objetivo da geografia é estudar o processo de ocupação do homem no espaço, e das "transformações deste espaço em território, área de domínio do homem" (p.6). Quanto a metodologia da Geografia Agrária, Andrade se posiciona a favor do pluralismo de idéias:

Quanto às posições técnicas e à metodologia, o geógrafo deve permanecer sempre um humanista, sempre preocupado com a totalidade, mesmo quando utiliza as tecnologias mais sofisticadas [..] Admitimos que a Geografia brasileira chegou ao estágio das opções as mais diversas, de domínio de um pluralismo que longe de homogeneizar, heterogeniza as soluções, trazendo um enriquecimento à produção científica. Passaram as fases do tradicionalismo ambientalista, da geografia teorética, da geografia crítica marxista, da geografia da percepção, como fases "imperialistas" que hostilizavam umas as outras, para entrarmos em uma fase de maturidade em que os geógrafos se posicionem de acordo com sua formação filosófica e dialogam com aqueles de quem divergem. (ANDRADE, 1995, p.15).

[33] Foto - Fonte: http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Manoel+Correia+de+Andrade&ltr=M&id_perso=461
Informações sobre a vida e obra de ANDRADE podem ser encontradas na entrevista concedida para a revista GEOSUL. n.12-13, v.6, 1991.

10 - METODOLOGIA NA GEOGRAFIA HUMANA E AGRÁRIA ENTRE 1991-2009

Considerado o período da multiplicidade de idéias e concepções na geografia, a partir da década de 1990, encontramos uma teia de possibilidades nas pesquisas geográficas. Esta abertura de opiniões, deu-se com o discurso da renovação da geografia, uma geografia crítica que objetivava desmascarar as diferenças sociespaciais, para tal foi necessário a utilização de diversas abordagens que embasasse essa postura.

Desta forma, a pluralidade de visões sobre o espaço reforça a tendência de multiplicidade metodológica existente na geografia atual, questões como a complexidade do espaço, abordagem sistêmica para entender a organização espacial ou entender os processo de produção do espaço e das formações socioespaciais estão em voga no discurso epistemológico geográfico.

Para dar conta de tantos viés, os geógrafos foram procurar em outras ciências o marco teórico para o desenvolvimento das pesquisas, como é o caso de Bernardo Mançano Fernandes (1998) que traz para o debate as questões teórico-metodológicas no estudo dos assentamentos rurais da reforma agrária. O autor entende que a pesquisa interdisciplinar entre a filosofia, sociologia, história e literatura pode auxiliar na geografia agrária, no caso o estudo dos assentamentos rurais:

> A interdisciplinaridade pode ser construída pela interação que podemos fazer com diversas áreas do conhecimento, através da reflexão filosófica sobre a construção dos conceitos utilizados: sociedade, trabalho, capital, espaço, tempo, território, ambiente, cidade, campo, forma, organização, sujeito, instituição, estrutura, processo, produção, relações sociais, transformação, movimento, classe, cultura etc. (FERNANDES, 1998, p.128).

Os conceitos geográficos podem ser interpretados sob outras nuances e prismas filosóficos segundo Fernandes (1998) numa pesquisa geográfica. O autor ainda coloca a questão da interdisciplinaridade como uma barreira a ser superada pelos geógrafos, pois a compartimentação do conhecimento inibe a expansão da ciência:

> [...] para a realização de um trabalho interdisciplinar não devemos nos intimidar com o policiamento intensivo que alguns "teóricos" exercem nas fronteiras das áreas do conhecimento. Essa postura em nada contribui para o processo de construção do conhecimento. [...] É fundamental ler trabalhos de outras áreas do conhecimento que possam contribuir para a construção de nossas idéias. (FERNANDES, 1998, p.129).

Essa defesa na multiplicidade de idéias deu o tom das abordagens a partir da década de 1990, com um cenário da globalização e da pós-modernidade da sociedade atual, foi entendido que métodos e teorias únicas não são condizentes com a complexidade das relações e as velocidades das transformações que ocorrem no espaço geográfico.

O espaço rural foi altamente alterado com esse incremento de tecnologias e a aproximação das relações industriais em boa parte do campo brasileiro, mas esta mudança vem sendo realizada paulatinamente desde a década de 1960, sendo acelerada pós 1990.

Nesse sentido, as temáticas sobre a relação campo e cidade ou urbanização do campo vem ganhando força no discurso geográfico brasileiro, conforme salienta Gláucio Marafon (2009), quando discute sobre a contemporaneidade e os estudos do espaço rural, entendendo a diversidade de relações sociespaciais que congregam numa rede complexa de situações, entre elas a relação campo-cidade:

> Configuram-se, então, novas relações entre campo e a cidade, com novas qualidades e impressão fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização, temos novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. (MARAFON, 2009, p.330).

Neste contexto, inúmeras relações sociais ocorrem nesse espaço rural que são processos geradores de conflitos políticos, como é o caso dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Neste caso, Marafon (2009) destaca este movimento de complexidade que se forma e transforma no espaço rural, a partir de um elemento que compõe o espaço:

> A complexidade do espaço rural é decorrente das profundas transformações ocorridas recentemente, e ela são responsáveis pela subordinação desse espaço aos interesses da cidade. Busca-se, então, compreender essas relações e como os movimentos sociais presentes no campo estabelecem estratégias, nas suas relações com o Estado, para que um maior número de trabalhadores rurais passem a condição de produtores rurais. (MARAFON, 2009, p.330).

Na perspectiva campo-cidade estudada pela geografia, João Rua (2005) ao definir o espaço como multidimensional, entende que a relação entre campo e cidade é resultado de múltiplas relações, transescalares, não-hierarquizados num movimento histórico:

> Buscando um método multidimensional, pretende-se compreender o espaço (rural), percebendo-o como um espaço híbrido (será explicado mais à frente) pleno de possibilidades e onde experiências inovadoras (algumas com características de resistência) podem ser desenvolvidas. (RUA, 2005, p.47).

Entra em questão, a complexidade do espaço, os avanços tecnológicos, industriais e a força que a cidade exerce na dinâmica rural. Por isso, salienta-se diversas posturas teóricas para tratar desse assunto, Dimas Peixinho et.al. (2003) enfocam o estudo do espaço como um sistema:

> Uma instância espacial deve ser vista como um sistema que se hierarquiza na formação do todo, não sendo, portanto, sinônimo de escala, mesmo que a escala seja um recurso para dimensioná-la. Cada instância guarda em si aspectos que particulariza na sua interação com o todo. Nessa perspectiva a escala serve de recurso para focar a dimensão da instância, mas a identidade de cada instância está na função que cada uma exerce dentro do sistema espacial. Portanto, os recortes espaciais que nos ajudam a dimensionar os fenômenos, fundamentais para a nossa análise, não são os constituidores das próprias identidades. (PEIXINHO et.al., 2003, p.85-86).

Com posição teórica semelhante, Leila Limberger (2006) discute a abordagem sistêmica e a teoria da complexidade como formas de entender a organização espacial na geografia:

> Como a Geografia estuda a organização do espaço, e isto engloba entender vários aspectos tanto do geossistema quanto do sistema sócio-econômico e a emergência de sua relação; e como se sabe que tal junção é ainda bastante hipotética (porque se se separa estes "sistemas"; então, se perde a característica sistêmica), enfatiza-se a necessidade de aprofundamento nas discussões e pesquisas em torno da complexidade deste tema. Ou seja, apesar de algumas incompatibilidades entre o conceito e a prática da teoria dos sistemas, não se deve deixar de lado esta abordagem que tende a muito contribuir para o progresso da ciência, inclusive e principalmente, a geográfica. (LIMBERGER, 2006, p.108).

Outro geógrafo que questiona os tipos de enfoques teórico-metodológicos e o objeto de estudo na geografia é Paulo César da Costa Gomes (2005, 2009), para ele a evolução do objeto de estudo da geografia sofreu algumas transformações, mas salienta que toda pesquisa necessita de uma abordagem geográfica, mesmo na atualidade, quando se discute a complexidade do espaço geográfico. Entretanto, considera que a geografia estuda as inter-relações numa determinada ordem dispersa espacialmente, mas não em sua totalidade, pois é impossível:

> Nunca chegaremos a envolver todos os aspectos da miríade dos elementos inter-relacionados na composição dos sistemas espaciais. Seus desenhos, embora possam ser traduzidos em esquemas simplificados para fins de apresentação são o produto de sofisticados processos. (GOMES, 2009, p.26).

Ele reforça a idéia de ordem ou ordenamento espacial, como sendo o enfoque nas pesquisas geográficas, apesar da multiplicidade de temas que podem e devem ser trabalhados pelo geógrafo, deve-se ter com clareza, a questão da ordem espacial:

> Há, contudo, sempre uma análise geográfica quando o centro de nossa questão é a ordem espacial, pouco importando o tipo do fenômeno, inorgânico, orgânico ou social, até porque essas fronteiras são de difícil delimitação em muitos casos, quando falamos de natureza e de sociedade. (GOMES, 2009, p.27).

Em outro momento Paulo Cesar da Costa Gomes (2005) analisa o discurso marxista na perspectiva do materialismo histórico-dialético e sua utilização na geografia:

> O materialismo histórico e dialético é o método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento. a primeira etapa deste método é, pois, a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam o real [...] A perspectiva marxista encontra no método materialista-histórico o instrumento capaz de projetar a percepção para além do fenomenológico, fazendo sobressair as verdadeiras essências escondidas atrás das aparências. (GOMES, 2005, p.281-282).

Essa discussão é posta por Flaviana Nunes (2006) que traz a importância do estudo das relações e processos econômicos para as pesquisas em geografia. Entretanto, o autor deixa claro que estas análises se diferenciam de uma abordagem marxistas e dialética do espaço, no qual o econômico faz parte do entendimento histórico-dialético, sendo muitas vezes o centro da pesquisa. Na abordagem econômica, não necessariamente, faz-se uma análise histórica e contraditória do capitalismo e das complexidades do espaço geográfico, mas uma introdução das relações sociais na perspectiva econômica.

Nunes (2006) ressalta a predominância de estudos histórico-dialéticos na geografia, no decorrer das décadas de 1980 a 1990:

> Para compreender esta complexidade, verifica-se, nos últimos anos, a presença de uma multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas na geografia, caracterizando um momento diferenciado em relação aos anos 1980, por exemplo, em que havia uma predominância dos referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético. (NUNES, 2006, p.186-187).

Para Nunes (2006) a estrutura teórico-metodológica da geografia econômica esteve pautada no positivismo, passando pelo marxismo e pelo viés fenomenológico:

> As influências teórico-metodológicas deste projeto identificam-se com as próprias formas de entender a geografia após a crise do positivismo: o estruturalismo de

> caráter relativamente marxista e o humanismo fenomenológico impulsionado pelas filosofias pós-modernas, ambos imbuídos de um sentido crítico em relação ao capitalismo imperante e, sobretudo, em relação às suas conseqüências em todas as escalas e ordens. (NUNES, 2006, p.189).

A abordagem econômica é muito útil para as análises do espaço geográfico e suas relações e processos:

> Para a geografia, o econômico é imprescindível para entender a lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais. Como a economia mudou, dinamizou-se e tornou-se mais presente nas diversas esferas das relações humanas devido à mercadorização de todas as relações, isso se reflete na ordem e vivência espacial, cobrando análises pertinentes. (NUNES, 2006, p.193).

A partir da década de 1990, Nunes (2006) vê uma multiplicidade de concepções teórico-metodológicos na geografia em geral, e também nos estudos econômicos:

> [...] a partir do momento em que esse referencial teórico-metodológico (o materialismo histórico e dialético) deixa de ser hegemônico e são introduzidas novas abordagens na geografia, outras dimensões da realidade tais como cultura, gênero, etnia, entre outras também passam a ser valorizadas. (NUNES, 2006, p.195).

Já em outra perspectiva Ana Fani Carlos (2009) entende que o objeto de estudo e análise na geografia é o espaço produzido, transformado pelas ações e processos do homem:

> A noção de produção do espaço associar-se-ia, assim, ao processo de constituição da humanidade do homem, o ser humano ao longo da história produzindo e produzindo a si próprio no ato de produção do espaço. Neste raciocínio é possível definir o espaço como condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade. (CARLOS, 2009, p.77).

Para a autora a natureza transformada faz parte desse processo de produção, que envolve os movimentos de relações sociais históricos na produção do espaço:

> O processo de produção do espaço tem como pressuposto a natureza, envolve um conjunto de elementos, fundados na atividade humana produtora, transformadora, bem como na vontade e disposição, acasos e determinações, conhecimento todos estes voltados à reprodução da sociedade. (CARLOS, 2009, p.79).

Com relação a geografia contemporânea, Dirce Suertegaray (2009) destaca cinco abordagens adotadas do movimento da geografia crítica a outra perspectiva, sendo elas: geografia cultural, geografia neo-marxista, geografia instrumental, geografia fundada no desenvolvimento sustentável e na geografia fundada na natureza externalizada, ou seja, a multiplicidade de concepções ganham relevância nas pesquisas geográfica.

Essas discussões acerca do espaço e das múltiplas abordagens são algumas características da geografia agrária pós 1990, no qual já foi estudada por Darlene Ferreira (2002) até 1995, onde entende que a geografia agrária crítica:

> [...] corresponde uma Geografia Agrária preocupada com as questões sociais e econômicas em relação homem-terra e com as relações dos homens do campo entre si e com aqueles das cidades. Essa posição é coerente com uma liberdade de expressão ideológica conquistada após o período ditatorial e com o acirramento dos conflitos sociais numa situação de fechamento de fronteiras à apropriação de terras. É coerente também com preocupações da ordem dos direitos humanos e do uso (e abuso) dos recursos naturais, num mundo que se tecnifica e imediatiza (FERREIRA, 2002, p.340).

A autora, destaca o aumento da análise sociológica nos estudos geográficos do rural, salientando uma diminuição das abordagens espaciais "a incorporação de conceitos e teorias sociológicas e econômicas marcou presença nos estudos da década de 1990. A questão espacial foi suplantada pelo social, e a referência a grupos, sujeitos, classes sociais, entidades, lutas, tornou-se evidente" (FERRREIRA, 2002, p.333).

Após o ano de 1995, não houve um levantamento bibliográfico denso sobre o tema metodológico e historiográfico na geografia agrária, no qual fizesse algumas constatações do cenário atual e apontamentos para o futuro.

10.1 – Considerações do capítulo

Torna-se necessário estudos teóricos que apontam para o cenário futuro da geografia agrária diante da *complexidade* do espaço e das transformações que ocorrem em velocidades, cada vez mais rápidas e dinâmicas, interligando vários elementos que compõem a organização espacial. Assim, neste início de século XXI o debate está em descobrir metodologias que contemplam essa diversidade de relações e processos, numa perspectiva geográfica mas não isolada das outras ciências.

Entra com força o debate da interdisciplinaridade, pois muitos cientistas não consideram suficiente uma base teórica e prática para explicar os fenômenos da sociedade. Na geografia o emprego de referenciais de outras áreas do conhecimento sempre estiveram presentes (Geografia Clássica – Ciências Naturais; Geografia Teorética – Ciências Exatas) mas o enfoque geográfico (relação sociedade x natureza e a organização do espaço) esteve presente nas análises, a grande preocupação se refere a geograficidade dos trabalhos interdisciplinares.

Desta forma, adotamos uma postura coerente com as necessidades de cada pesquisa, mas nunca deixando o enfoque geográfico em segundo plano. A questão espacial deve ser base de qualquer investigação geográfica.

11. PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL: 1991 - 2009

Após, 1990 a geografia agrária brasileira é marcada pela diversidade de temáticas abordadas, não somente sobre a produção e produtividade agrícola ou sobre a organização do espaço agrário sob o enfoque das atividades agropecuárias. Houve na geografia agrária uma expansão de temas que cercam o espaço agrário, como a multifuncionalidade do espaço rural, pluriatividade dos agricultores, urbanização do campo, questão culturais da população rural, ou seja, é indispensável para o geógrafo agrário entender essas dinâmicas que ocorrem no espaço agrário.

Neste capítulo, far-se-á uma divisão entre a produção bibliográfica na década de 1990 e outra a partir de 2001, indicando as tendências em cada década, mas analisando-as conjuntamente, pois é o período marcado pela diversidade de concepções na geografia agrária.

11.1 – Produção entre 1991 - 2000

11.1.1 – Abordagem política nas questões agrárias

Na década de 1990, salienta-se a grande preocupação dos geógrafos em discutir temas relacionados as questões políticas que interferem diretamente na organização agrária, seja para o aumento da produção agrícola ou para as questões fundiárias. Conforme o trabalho de Kohlhepp (1991) que mostra a evolução dos sistemas agropecuários no Paraná desde a década de 1960, enfatizando as decisões políticas nestas mudanças estruturais:

> A exposição a seguir tem por objetivo a análise das sucessões de uso da terra no norte do Paraná desde os anos 60, assim como a pesquisa de suas causas e conseqüências. No centro do interesse encontram-se as transformações de estruturas agroespaciais da monocultura do café em uma modernização agropecuária baseada em uma nova política agrária estatal. (KOHLHEPP, 1991, p.79).

Esse processo de modernização no campo, expandiu a fronteira agrícola atingindo novas áreas produtivas, como o Centro-Oeste e a Amazônia, sobre isso Lia Machado (1992) analisa o processo histórico de ocupação da Amazônia, a fronteira agrícola, e as políticas governamentais de ocupação e colonização do território amazônico:

> [...] o problema mais grave na fronteira agrícola amazônica é a reprodução da mesma estrutura econômica socialmente injusta que gera a organização do conjunto do território brasileiro, reforçado pelo domínio do transitório, fato comum as áreas de ocupação recente, o que permite caracterizá-la como área de instabilidade e incerteza, aumentando as pressões sobre a população além do limiar dos riscos inerentes a uma ocupação pioneira. (MACHADO, 1992, p.54).

Na mesma linha, Maria Socorro Brito (1995) discute as políticas adotadas pelos órgãos governamentais, a partir da década de 1960, para ocupação do uso de terras na Amazônia Legal, para fins agropecuários e de povoamento:

> O fato de essa região ter se constituído em área estratégica do planejamento oficial, no contexto de expansão da fronteira de recursos do País, favoreceu mudança de seu papel de área extrativista, para transformá-la em espaço aberto ao capital, onde a incorporação de terras ao processo produtivo se deu, não só, pela implantação de grandes projetos agropecuários, como pela colonização dirigida e pelo povoamento espontâneo. (BRITO, 1995, p.74).

Ainda sobre a região amazônica, José Amaral (1998) apresenta os aspectos políticos e sociais da colonização realizada em Rondônia:

> A dimensão espacial envolve trajetórias sociais de regiões distintas, seja no sentido rural/rural, seja no sentido rural/urbano. Estas migrações estão recheadas de conteúdos particulares, porém existe uma reciprocidade nas relações. O colono passa simultaneamente por dois vieses: o da dessocialização em sua região de origem, e o da ressocialização nas novas terras. (AMARAL, 1998, p.132).

Para Amaral (1998) o Estado foi decisivo para aumentar as contradições sociais e acirrar os conflitos fundiários, nos projetos de colonização em Rondônia:

> O papel do Estado é ressaltado como "maestro" dos conflitos sociais e dos processos sociais emergentes. Ele exerce funções normativas na acumulação e na legitimação e age como "fio condutor" dos processos sociais. Intervém diretamente em várias escalas espaciais, estimulando diversos fluxos, aliviando tensões sociais localizadas e combatendo frontalmente outros movimentos. (AMARAL, 1998, p.135).

A respeito das decisões políticas para o desenvolvimento rural, Maria Vargas (1992) mostra as políticas de desenvolvimento adotadas para solucionar o problema das secas no nordeste, a partir da década de 1960:

> Na produção do espaço e reprodução de seu espaço, o "Polígono das Secas" é definido territorialmente como área sujeita a secas periódicas, politicamente como área problema e economicamente como área carente de modernização, de transformação de sua base produtiva. [...] A intenção do Estado em converter o sertão em terras agricultáveis com base no desenvolvimento de uma agricultura moderna, realizada por agricultores proprietários e não por agricultores posseiros e arrendatários, passa pela atuação de agentes nos níveis federal, estadual, e principalmente local, geralmente atravessados pelo jogo das forças sociais nos seus diversos níveis. (VARGAS, 1992, p.53-54).

Já o trabalho de Candiotto e Soares (1996) discutem as políticas públicas voltadas para a prática do turismo em área rurais, em especial o ecoturismo. Os autores descrevem os fatores naturais e ambientais positivos numa fazenda no município de Prata – MG:

> O conhecimento dos aspectos físicos da área pesquisada para a atividade turística é fundamental para se determinar com clareza o tipo de uso e manejo do local, ou seja, como pode ser explorada e o que deve ser preservado, o tipo de atividade econômica a ser desenvolvida, com o intuito de minimizar os impactos negativos, pois é necessário para manter a qualidade dos atrativos à visitação de turistas, principalmente no ecoturismo e turismo rural, que dependem da preservação da natureza para seu desenvolvimento e sustentabilidade. (CANDIOTTO & SOARES, 1996, p.65-66).

Cyro Lisita (1996) mostra a evolução da estrutura agrária em Goiás e a ligação com as políticas vigentes no país, desde a Lei de Terras de 1850 passando pelo Estatuto da Terra de 1964, até as políticas recentes da década de 1980.

A questão fundiária é tema, de grande parte dos trabalhos sob esta abordagem na geografia agrária, e entre esses autores, destaca-se Bernardo Mançano Fernandes, que através de estudos empíricos com o MST, desenvolve teorias sobre a territorialização dos assentados, sob o viés do poder, identidade e constituição política do movimento. A respeito disso, Fernandes (1997) analisa as políticas e formas jurídicas que são adotadas na questão agrária em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra pela luta da terra:

> Iniciamos uma reflexão a respeito de uma questão que vem se destacando nos conflitos fundiários: a judiciarização da reforma agrária. Discutimos as diferentes respostas que o Poder Judiciário tem dado às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com o objetivo de contribuir com o debate a respeito da questão da reforma agrária. (FERNANDES, 1997, p.34).

Em outra linha de análise, Paulo Alentejano (20000) discute as políticas governamentais e textos acadêmicos com relação ao conceito do "Novo Rural" para o campo brasileiro:

> O objetivo deste texto é analisar os principais processos de transformação em curso no agro brasileiro, de modo a identificar as novidades e as permanências, permitindo uma compreensão do que há de novo neste mundo rural.
> Para isto, analisaremos alguns textos que buscam explicar as transformações em curso na realidade agrária brasileira, assim como documentos governamentais e posicionamentos de organizações não-governamentais (ONGs) e de movimentos sociais a respeito da questão. (ALENTEJANO, 2000, p.87).

Estes estudos que enfocam os aspectos políticas da questão agrária, muitas vezes estão associados aos aspectos econômicos dessas políticas, a respeito dessas abordagem Geraldo Müller (1992) apresenta as conseqüências da mudança de padrão tecnológico e produtivo na agricultura na década de 1980, numa abordagem econômica-política:

> O subdesenvolvimento no Brasil não radica em sua agricultura, em sua agroindústria e em sua indústria, comércio e serviços, mesmo que nestes setores, como em outros de nossa vida nacional, tenhamos que superar defasagens tecnológicas, organizacionais e institucionais. Nosso subdesenvolvimento se funda na inexistência de instituições capazes de permitir a transferência de fundos intersetoriais, em relação aos quais se considere os serviços sociais como condição indispensável para assegurar o crescimento econômico e uma coesão social dinâmica. (MÜLLER, 1992, p.46).

Espíndola (1999) analisa as possibilidades de integração das agroindústrias do oeste catarinense no mercado sul-americano, em especial, os países componentes do MERCOSUL:

> [...] os grupos agroindustriais do oeste catarinense, principalmente, Sadia, define suas estratégias em função de uma gama de produtos, chegando a uma agressiva política de penetração nos mercados mais dinâmicos. Com isso, define suas estratégias nos diferentes espaços regionais e internacionais. Trata-se, portanto, de uma relação intrínseca entre estruturas de sustentação produtiva e estratégias dinâmicas empresariais. (ESPÍNDOLA, 1999, p.136-137).

Temas políticos ganham força após 1980 na geografia como um todo, e na geografia agrária não poderia ser diferente, a luta pela reforma agrária, melhor distribuição dos recursos financeiros com os agricultores são questões em debate na geografia. O que deve ser indispensável de se ressaltar nessa abordagem, é o foco na questão espacial, como as políticas públicas, em especial, interferem na organização da sociedade agrária.

11.1.2 – Abordagem histórica para entender o presente

Esta abordagem enaltece a categoria tempo, como a organização de um determinado espaço se deu ao longo do tempo, quais as características do passado que interferiram e interferem na conjuntura atual. A geografia agrária também se preocupa em desvendar os processos históricos em determinadas regiões, como o trabalho de Grabois, Marques e Silva

(1991) que analisam o processo histórico dos sistemas agrícolas na região do semi-árido paraibano:

> Visando compreender as transformações que se passam nesta área de ocupação tradicional e extensiva, o trabalho foi estruturado em dois blocos onde se estudou a morfologia agrária, os sistemas agrícolas, as relações de trabalho, a estrutura fundiária e a comercialização. (GRABOIS, MARQUES e SILVA, 1991, p.114).

Grande parte dos estudos históricos, remetem-se a ocupação do território, como foi realizado e que em certa medida foi a gênese das disparidades fundiárias no Brasil e na América Latina. O trabalho de Manuel Correia Andrade (1992) expõe o processo de formação territorial dos países latino-americanos, enfatizando a colonização e reforma agrária:

> Sem que haja uma reforma agrária real, através da qual o produto do trabalho reverta em benefício do trabalhador rural, não há condições para se formar um grande mercado interno na América Latina, que faça com que a sua economia deixe de depender do mercado do Primeiro Mundo e possa ter um desenvolvimento equilibrado, favorecendo aos próprios latino-americanos. (ANDRADE, 1992, p.144).

Jê em um trabalho local, Liliana Garcia (1994) mostra a evolução histórica da cidade de Rio Claro através da cafeicultura e da expansão da ferrovia:

> A ferrovia constituiu-se em uma das mais importantes atividades do complexo cafeeiro, preenchendo múltiplos papéis. Ela atuou primeiramente no sentido de desbravar a fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis as terras do "oeste paulista". (GARCIA, 1994, p.150).

Em outro estudo local, Júlio Suzuki (1997) destaca o processo de ocupação e urbanização em Rondonópolis-MT, sob o viés da relação campo-cidade e as medidas políticas efetuadas para a expansão da propriedade privada:

> A expansão da propriedade privada possibilitou a transformação da terra em mercadoria, tanto na cidade, quanto no campo. Isso corrobora a interpretação de que o processo de urbanização, ao invés de separar o rural e o urbano, une-os na discussão da propriedade privada da terra. (SUZUKI, 1997, p.69).

Nesta mesma região, Gislaene Moreno (1999) percorre o processo histórico de ocupação de terras no Mato Grosso, desde o final do século XIX até o final do século XX.

Armando Costa (1998) discorre sobre o processo histórico e a perspectiva econômica de ocupação do território realizada por três empresas nacionais de carne no oeste catarinense:

> O estudo buscará entender tanto a produção das mercadorias como a logística de distribuição adotada por estas empresas. A análise será feita do ponto de vista histórico, agregando elementos da geografia e de economia apara compreender o avanço destes grupos buscando conquistar o mercado nacional e internacional. (COSTA, 1998, p.39).

Numa perspectiva histórica, mas conceitual e teórica Silvio Bray (1998) apresenta um resgate da produção bibliográfica em geografia agrária sobre a temática agroindustrial da cana-de-açúcar e da cafeicultura no Estado de São Paulo, para explicar as transformações espaciais ocorridas desde a metade do século XIX até o fim do século XX:

> O objetivo deste artigo é discutir os trabalhos que versam sobre a agroindústria açucareira, em São Paulo, e que levantaram como paradigma as sucessivas crises do café na explicação do desenvolvimento das usinas paulistas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas deste século. Nesse período, o estado de São Paulo passou a ter de 667 fazendas de cana, em 1852, para 2494 engenhocas e oito usinas, em 1900, justamente na fase de maior expansão da cafeicultura paulista. (BRAY, 1998, p.45).

Assim, esta abordagem trás para o debate algumas respostas aos processos contraditórios e desiguais da sociedade atual, pois nos remete a origem dos fenômenos espaciais.

11.1.3 – A abordagem econômica no entendimento do espaço agrário

Estudos sobre a abordagem econômica contemplam diferentes escalas de análise (local, regional e nacional , dessa forma, as pesquisas em geografia agrária nessa abordagem são múltiplas, mas predominantemente local-regional.

Em uma perspectiva de análise local Giancarla Salamoni e Lúcia Gerardi (1992) investigam de forma sistêmica a organização econômica agrária em Pelotas, enfocando o sistema agrícola familiar do Pêssego:

> [...] neste trabalho tem como primeira preocupação avaliar, dentro de condições históricas concretas, a inter-relação dos elementos que atuam no processo produtivo de uma parcela específica do setor agrário – a produção familiar – e sua necessária vinculação com as demais instâncias do sistema econômico. (SALAMONI & GERARDI, 1992, p.45).

Nessa mesma escala, Arlene Prates e Walquíria Corrêa (1992) fazem considerações sobre a atividade agrícola no município de Águas Mornas em Santa Catarina, dando ênfase a produção hortícula no contexto da economia local, além de apontar possíveis alternativas de geração de renda para os agricultores:

> O município em questão, dispõe apenas de pequenas porções de áreas propicias a agricultura e, em função disso, as atividades econômicas deverão ser diversificadas. Neste aspecto, merece destaque a exploração do turismo através do aproveitamento de fontes de águas naturais existentes no município, turismo rural, etc.
> Recomenda-se ainda, a silvicultura e o reflorestamento como forma de aproveitamento das partes mais íngremes do relevo e que já foram desmatadas. Por outro lado, as áreas com resquícios de vegetação nativa, deveriam ser preservadas

> em forma de "Parque", podendo ser integradas ao complexo turístico da região. (PRATES & CORRÊA, 1992, p.78).

Com o mesmo enfoque Walquíria Corrêa (1997) aborda as questões econômicas e as transformações no espaço catarinense realizadas pelo grupo USATI-PORTOBELLO, detentor de áreas agrícolas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar:

> Apesar das transformações sócio-espaciais e econômicas desencadeadas pelo Grupo USATI-PORTOBELLO nos meios rural e urbano de Tijucas, no final dos anos 80 mudanças na economia brasileira extinguiram o IAA, passando a funcionar livremente o mercado de açúcar. Muito embora o Grupo dispusesse de terras para produção de cana-de-açúcar, as glebas eram pequenas, dificultando a competição com a produção das usinas paulistas. (CORRÊA, 1997, p.66).

Helena Mesquita (1991) analisa o processo histórico da modernização da agricultura em Catalão – Goiás, e suas relações diretas com o meio ambiente, estrutura fundiária e a economia:

> As recentes políticas agrícolas e a dinamização do mercado de terras provocaram a penetração de novos empresários rurais que, com o emprego de vultosos capitais, aceleraram o processo de modernização. A produção agrícola de Catação cresceu cinco vezes; todavia, nos últimos anos, a quantidade de empregos gerados para o setor agropecuário foi muito pequena. (MESQUITA, 1991, p.58).

André Santos e Vera Salazar Pessôa (1997) apresentam uma caracterização dos agricultores familiares que produzem leite C em Uberlândia e o papel desempenhado pela Cooperativa Agropecuária de Uberlândia no processo de comercialização dos produtos derivados do leite:

> A pequena produção de leite em Uberlândia tem resistido às custas de sacrifícios dos membros da unidade familiar. Os problemas enfrentados pelos pequenos produtores de leite C no município são diversificados e vão desde a mão-de-obra, a falta de tecnologia e capital, a compra de insumos e as dificuldades em conseguir empréstimos. (SANTOS & PESSÔA, 1997, p.64).

O estudo sobre a relação campo-cidade e a dinâmica econômica em Ribeirão Preto foram pesquisadas por Denise Elias (1997), além da modernização da agricultura sob a perspectiva teórica de Milton Santos, do meio técnico-científico-informacional:

> O resultado é uma grande metamorfose e crescimento da economia urbana das cidades próximas das produções agrícolas modernas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre cidade e campo, que pode ser vislumbrado mediante os diferentes *circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação*. (ELIAS, 1997, p.76).

Em uma escala regional, destaca-se o estudo de Grabois, Silva e Maciel (1992) ao descrevem os aspectos físicos e humanos da região de transição entre o agreste a mata do

norte no Estado de Pernambuco, e posteriormente utilizam uma abordagem histórica para entender o contexto da organização agrária local:

> Com o sentido de embasar a análise das formas atuais da organização do espaço agrário regional, é necessário pensá-la numa perspectiva histórica, buscando a compreensão das diferentes etapas da sua evolução econômica. (GRABOIS, SILVA e MACIEL, 1992, p.136).

Angela Santos (1995) também faz uma investigação numa escala regional, quando analisa a relação entra cidade-campo, na perspectiva econômica, onde a geração e circulação de renda efetuada no espaço urbano interferem na organização do espaço agrário:

> Neste artigo procuramos investigar o fenômeno da expansão dos capitais urbanos em direção ao espaço agrário, tomando como referencia estudo de caso de comerciantes estabelecidos em cidades nos projetos de colonização na Amazônia. (SANTOS, 1995, p.73).

Roland Pizzolatti (1996) analisa as condições econômicas e de trabalho dos pequenos produtores agrícolas de Santa Catarina frente à modernização dos processos produtivos e da agroindustrialização que foram submetidos. Tratando desde o crédito rural, financiamento para a produção e a inserção / integração na cadeia da agroindústria, o autor explora as conseqüências socioeconômicas desse processo:

> O sistema econômico de produção em que vivem os "integrados", criadores de aves e/ou suínos, subordinados a um grupo industrial, é contraditório ao promover, ao mesmo tempo, a sobrevivência de um certo número e o fracasso de muitos outros. (PIZZOLATTI, 1996, p.104).

Abordando as transformações econômicas corridas nas últimas décadas e suas conseqüências para a região denominada Frente Pioneira na Amazônia, Martin Coy (1998) identifica os níveis de desenvolvimento diferenciados nessa região:

> [...] as formas de apropriação dos recursos e de uso da terra, a estrutura das novas redes sociais e econômicas e a sua ligação com o "mundo afora" são submetidas a lógicas diferentes. Esta diferenciação interna resulta em conflitos de interesse e em uma dinâmica de avanços e retrocessos das respectivas formações sócio-econômicas. (COY, 1998, p.15).

Único trabalho numa escala nacional, levantando nessa ótica econômica, Adma Figueiredo (1992) faz uma análise dos recursos creditícios na agricultura, indicando os impactos políticos e econômicos no período da modernização agrícola brasileira:

> A política de distribuição de recursos financeiros, além de concorrer para acentuar essa concentração fundiária, contribuiu também, no decorrer do processo de modernização, para acentuar as disparidades regionais, principalmente por meio do incentivo a algumas culturas destinadas à exportação. (FIGUEIREDO, 1992, p.86).

Portanto, podemos identificar o caráter local-regional dos estudos econômicos a respeito do espaço agrário, a preocupação em desvendar os processos locais refletem na emergência de dados e respostas imediatas sobre determinado município ou região. Não é maioria ainda, estudos que contemplem uma visão macro da economia e suas conseqüências para a organização da sociedade, preserva-se enraizada a tradição francesa do estudo regional, nas pesquisas atuais, mesmo sem ter isso como pressuposto.

11.1.4 – O espaço agrário e a preocupação ambiental

A tendência de estudos relacionados com as questões ambientais, entraram definitivamente nas temáticas da geografia agrária. principalmente, acerca dos impactos da modernização da agricultura ocorrida a partir da década de 1960. O estudo de Rose Laroche (1991) analisa os impactos ambientais da modernização agrícola nos ecossistemas do Vale do São Francisco, através de imagens de satélite:

> Foi necessário escolher métodos e técnicas utilizando imagens satélites para melhor estudar os Ecossistemas do Vale do São Francisco, as potencialidades dos seus recursos naturais e os impactos ambientais da modernização agrícola. (LAROCHE, 1991, p.64).

Magnago et.al. (1995) mostram os impactos ambientais decorrentes da modernização da agricultura na Microrregião do Entorno de Brasília, verificando os graus de comprometimento ambiental nos espaços rurais e urbanos.

Os estudos locais se sobressaem, como o trabalho de Fernández et.al. (1997) no qual faz explanações sobre a degradação ambiental no pampa argentino decorrente da exploração agropecuária, na região de Tandil. Na mesma ótica, Ligia Poltroniéri (1997) apresenta a preocupação ambiental e de saúde pública, resultante do uso de praguicidas na agricultura no Estado de São Paulo. enquanto que, Furtado, Scheibe e Lopes (2000) analisam o impacto ambiental Ca cultura do arroz, na bacia hidrográfica do Rio D'uma em Santa Catarina, através da incidência de metais pesados na águas.

Numainvestigação, a fim de equacionar os problemas seca no nordeste Maria Brito (1991) pesquisou os projetos de irrigação para a região nordeste e os impactos socioeconômicos e ambientais dessa política:

> Em face do objetivo fundamental do Programa Nacional de Irrigação – PRONI -, centrado no aumento da produção e da produtividade, na criação de empregos, na fixação do homem ao campo e no fortalecimento de cidades de pequeno e médio portes, com metas estabelecidas para irrigar 3 milhões de hectares no período 1986/1990, este trabalho procura avaliar algumas realizações do PRONI,

> equivalentes a apenas três anos de vigência do referido programa. (BRITO, 1991, p.125).

Na mesma linha de análise, Suertegaray e Bertê (1997) visualizam as políticas adotadas para inibir os processos de arenização no sudoeste gaucho, através da prática de florestamento nas áreas degradadas. Utilizando os textos publicados pela imprensa sobre ao assunto e com base na análise do discurso, as autoras discutem as conseqüências dessas políticas:

> A idealização desta proposta apropria-se do conceito ambiental e busca difundir a idéia de que o florestamento além de resolver os problemas ecológicos de áreas degradadas, promoveria outras fontes de renda para a região, cujas atividades tradicionais, pecuária e agricultura (comercial) particularmente do arroz, passam por severa crise. (SUERTEGARAY & BERTÊ, 1997, p.69).

Cunha, Mendes e Sanchez (1999) elaboram técnicas cartográficas para a análise de áreas com potencial erosivo e de degradação ambiental em áreas rurais:

> A erosão dos solos constitui-se em um problema ambiental cujas conseqüências podem vir a ter sérios reflexos econômicos, principalmente através da inutilização de terras, ou então, do encarecimento da produção agrícola devido à aplicação de técnicas de contenção. Desse modo, a prática de um uso de terra adequado às condições naturais oferecidas pela região constitui-se no primeiro passo para a conservação da fertilidade dos solos. (CUNHA; MENDES; SANCHEZ, 1999, p.32-33).

Entra em debate na geografia agrária, a produção agroecológica e orgânica, conforme aponta o estudo de Assis et.al. (1995) onde apresentam as características de agricultores que trabalham de forma orgânica, pensando na conservação ambiental, no Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, são novas visões de entender o espaço agrário, preocupando-se com os impactos das atividades agropecuárias e propondo outras formas de produzir.

11.1.5 – Estudos teórico-metodológicos na geografia agrária

Ressalta-se a continuidade de pesquisas a cerca de teorias, conceitos, técnicas e metodologias na geografia agrária, mas com diversos enfoques, o que mostra a heterogeneidade no pensamento do geógrafo agrário.

Com ênfase nas técnicas de pesquisa, o trabalho de Marinho et.al. (1991) agrupa bibliografias brasileiras referentes ao levantamento de interpretação de mapas identificando as aptidões do uso do solo:

> O objetivo central da Bibliografia é o de promover a divulgação do levantamento realizado a nível nacional, acerca dos mapeamentos de solos e trabalhos de interpretação para fins agrícolas já efetuados no Brasil até 1985. (MARINHO et.al., 1991, p.147).

Claudio Santos et.al. (1996) discutem as novas bases cartográficas digitais e o sistema de informações geográficas para o mapeamento de áreas rurais, para o Censo do IBGE de 2000. Com o mesma enfoque técnico da pesquisa, Koffler (1993b) aponta algumas questões práticas e técnicas do uso de sensoriamento remoto e de sistemas de informações espaciais para a análise e mapeamento de solos, ou seja, as inovações na área de sensoriamento remoto ao dispor das análises na geografia agrária.

Com base em discussões teórico-conceituais Lucia Gerardi e Giancarla Salamoni (1994) trazem ao debate da geografia agrária o conceito de campesinato sob a luz da obra de Alexander V. Chayanov. As contribuições deixadas, principalmente pela obra "*La organización de la unidad económica campesina*", no qual, entende a sistema camponês como um modo de produção.

O texto apresentado por Bernardo Fernandes (2000) traz reflexões teórica sobre o estudo de movimentos sociais na ciência geográfica. O autor propõe o movimento social, ora como categoria geográfica ora como objeto de estudo por geógrafos, definindo dois processos geográficos como embasadores desse objeto de estudo: a espacialização e a territorialização:

> Este texto é um ensaio teórico que apresento como contribuição aos geógrafos que têm os movimentos sociais como objetos de estudo. É uma reflexão que venho desenvolvendo com o objetivo de propor análises dos movimentos sociais a partir de dois processos geográficos: a espacialização e a territorialização. (FERNANDES, 2000, p.59).

Já uma análise da obra de Pierre Monbeig, Barreira (1995) discutiu a importância teórico-metodológica nas pesquisas sobre as frentes pioneiras no Brasil, em especial aquelas ocorridas na região Centro-Oeste:

> Este trabalho constitui, então, uma tentativa de produzir uma análise que – através das indagações históricas relativas ao processo de conhecimento, enquanto fenômeno social e intelectual – seja, ao mesmo tempo, capaz de revelar como se dá o processo de legitimação científica através da produção de um geógrafo engajado na explicação, na descrição e na viabilização da expansão da fronteira econômica brasileira, e na institucionalização da geografia do Brasil. (BARREIRA, 1995, p.90).

Numa visão ampla da geografia agrária brasileira, Darlene Ferreira (2000) apresenta a história dessa disciplina e suas mudanças teórico-metodológicas, a partir dos eventos científicos, teses, dissertações e revistas em geografia, entre o final da década de 1930 até 1990, "o levantamento bibliográfico referente aos periódicos e anais de congressos permitiu

um registro de 1635 trabalhos, sendo 862 artigos e 773 comunicações, resumos e trabalhos completos publicados em anais" (2000, p.67).

Dessa maneira, são importantes os estudos sobre as bases teórico-metodológicas de cada ciência, devendo ser permanente esse debate, para indicar os caminhos a serem seguidos, analisar os principais êxitos de cada teoria, bem como a eficiência de novas técnicas de pesquisa ou a superação de teorias e técnicas, pois só assim, uma ciência amadurece, e a geografia agrária tem tentado trilhar esse caminho.

11.2 – Considerações da década de 1990

A compilação dos materiais publicados em geografia agrária nos nove periódicos consultados resultaram em uma tabela que mostra a distribuição por ano e por revista (Tabela 7).

Tabela 7 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 1991 e 2000.

	RBG	**BGG**	**BPG**	**BGT**	**Geografia (Rio Claro)**	**Terra Livre**	**Sociedade & Natureza**	**Geosul**	**Geousp**	**TOTAL**
1991	7	1	-	1	1	-	1	-	*****	**11**
1992	4	-	1	*	2	1	2	1	*****	**11**
1993	-	-	1	-	2	-	2	-	*****	**5**
1994	-	-	-	2	3	-	-	-	*****	**5**
1995	4	1	-	*****	1	-	-	1	*****	**7**
1996	2	1	-	*****	2	-	1	1	*****	**7**
1997	*****	-	-	*****	-	-	3	2	3	**8**
1998	*****	-	2	*****	1	-	2	1	1	**7**
1999	*****	1	-	*****	1	-	-	2	-	**4**
2000	*****	-	-	*****	3	2	-	-	-	**5**
TOTAL	**17**	**4**	**4**	**3**	**16**	**3**	**11**	**8**	**4**	**70**

Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Goiano de Geografia, Bol. Paul. de Geografia, Bol. Geografia Teorética, Geografia (Rio Claro), Terra Livre, Sociedade & Natureza, Geosul e Geousp.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

A produção científica na década de 1990, totalizou 70 artigos referentes à geografia agrária nos nove periódicos consultados. Destes, 24,3% foram publicados na Revista Brasileira de Geografia, 22,8% na Revista Geografia (Rio Claro) e 15,7% na Sociedade & Natureza . Nos anos de 1991 e 1992, houveram as maiores circulações de artigos trabalhando a questão agrária, 15,7% em cada ano do total publicado. Destaca-se a publicação permanente em geografia agrária durante todos os anos da década.

Houve uma queda de produção em geografia agrária em relação a década de 1980, de 126 artigos para 70. Com base nesse dado, podemos inferir que a preocupação com temáticas relacionadas a urbanização ganharam espaço, pois a população urbana brasileira na década de

1990 representa mais de 80% do total. Outra questão relevante, é na miscigenação de temas e áreas da geografia, os estudos não estão mais divididos claramente em suas especificidades como há décadas anteriores.

Todavia, a geografia agrária permaneceu forte como ramo da ciência geográfica, sendo uma linha de atuação nas mais diferentes matrizes de pensamento e abordagens, conforme pode ser analisado no quadro 10.

Abordagem \ Década	**1991-2000**
Histórica	15
Política	15
Econômica	13
Estatística	10
Ambiental	9
Agronômica / Agrícola	9
Teórico-metodológica	8
Descritiva	4
Neo-Positivista	2
Sociológica	2
Fenomenológica	2
Cultural	1
Histórico-Dialético	1

Quadro 10 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 1991 – 2000, nos periódicos nacionais.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Goiano de Geografia, Bol. Paul. de Geografia, Bol. Geografia Teorética, Geografia (Rio Claro), Terra Livre, Sociedade & Natureza, Geosul e Geousp.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

A análise da produção bibliográfica em geografia agrária na década de 1990 ponta para algumas constatações. Primeiramente, não há o predomínio de uma abordagem metodológica, que possa ser considerada hegemônica, como foi visto em décadas passadas. Outro ponto, refere-se a diversidade de abordagens que a geografia agrária utiliza, mostrando a amplitude que os estudos agrários na ganhou no curso da ciência, esta diversidade pode ser entendida pela complexidade e velocidade das transformações no campo, aliado as novas relações impostas pela cidade.

Ressalta-se a diminuição abrupta da abordagem histórico-dialética nos periódicos selecionados. Após a efervescência da década de 1980, nesta década não houveram artigos publicados que pudessem dar fôlego a esta discussão, ao menos neste veículo de publicação.

A geografia agrária brasileira, por mais que se dilua em diferentes abordagens metodológicas, sua base de análise ainda é local – regional. Não há esforços evidentes e maciços por parte de pesquisadores para criar metodologias que contemplem escalas de análise mais amplas. Os estudos empíricos e de relevância ímpar para a geografia, consagram-se na trajetória acadêmica brasileira apresentando fatos inusitados e realidades diversas, herança forte da geografia francesa.

Portanto, a década de 1990 se mostra heterogênea quanto as abordagens (Esquema 8), mostrando um amadurecimento quanto a utilização de diferentes concepções de análise, as abordagens histórica e política se sobressaem com 16,5% cada uma, mas logo seguida pelas abordagens econômica e estatística, com 14,2% e 11% respectivamente.

Características Gerais da Geografia Agrária Brasileira (1980-2000)

TEORIA E MÉTODO
- Materialismo Histórico - dialético;
- Marxismo;
- Sociologia-Política;

ABORDAGENS
- Econômica;
- Sociológica;
- Ambiental;
- Política;
- Estatística.

CONCEITOS
- Marxismo;
- Formação Sócioespacial;
- Espaço Social;
- Desenvolvimento desigual;
- Contradições do Capitalismo;
- Reforma Agrária;
- Territorialização;
- Campesinato;

TÉCNICAS
- Pesquisa qualitativa;
- Entrevistas – relatos;
- Pesquisa participante;
- Diminuição do "rigor" estatístico;
- Trabalho de campo.

PRINCIPAIS AUTORES
- Ariovaldo Umbelino de Oliveira;
- Vera Lucia Salazar Pessoa;
- Lucia Helena de Oliveira Gerardi;
- Manuel Correia de Andrade;
- Walquíria Kruger Correa;
- Ligia Celoria Poltroniéri;
- Silvio Carlos Bray;

Síntese:

A década de 1980, representa o início dos estudos marxistas na geografia agrária, além do crescimento das abordagens históricas mas não marxistas, da preocupação com temáticas políticas e econômicas como centro das análises, bem como a preocupação ambiental em decorrência da modernização da agricultura.

Esquema 8 – Características gerais da geografia agrária brasileira, 1980-2000.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Geográfico, Bol. Paul. de Geografia, Boletim de Geografia Teorética, Boletim Goiano de Geografia, Sociedade & Natureza, Geosul, Geousp, Terra Livre e Geografia (Rio Claro).
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

BOX 7 – ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

Ariovaldo Umbelino de Oliveira[34] é graduado em geografia na USP em 1970 e doutor em geografia (Geografia Humana) na USP em 1979, e livre docente na USP em 1997. Sua tese de doutorado é uma crítica ao modelo teórico-espacial de Von Thünen. Publicou 23 livros, 36 artigos em revistas, mais de 50 capítulos de livros, além de dezenas de artigos em anais de eventos, bem como palestras e conferências. Orientou mais de 40 dissertações de mestrado e mais de 30 teses de doutorado. Entre esses pesquisadores orientados citaremos alguns que atuam em universidades brasileiras: Eliseu Sposito (UNESP –P.Prudente), Maria Sposito (UNESP – P.Prudente), Bernardo Fernandes (UNESP –P.Prudente), Marcio Rocha (UEM), Eliane Tomiasi (UEL), Virginia Etges (UNISC) entre outros. Sua área de atuação esta vinculada a questão agrária, mais precisamente a reforma agrária, agricultura camponesa e os territórios indígenas. Entre os livros publicados, destacam-se "Modo Capitalista de Produção e Agricultura" (1986), "Agricultura Camponesa no Brasil" (1991) e "A Geografia das Lutas no Campo" (1996). Em 2005, foi homenageado no III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado em Presidente Prudente, com a "Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira", o resultado deste evento foi o lançamento do livro "Geografia Agrária: teoria e poder"[35] no qual há uma seção especial, com 4 textos em sua homenagem. Defensor de uma postura crítica e social nas pesquisas em geografia agrária, sua obra se embasa na perspectiva do materialismo histórico-dialético, por entender que o processo histórico é fundamental para o entendimento das sociedades atuais. Ressalta-se o emprego do referencial sociológico em suas obras, em destaque, o de José de Souza Martins que deu para a geografia agrária uma ligação com as ciências sociais, e um novo sentido aos estudos agrários. Outro aspecto de sua obra é a denúncia da manutenção do latifúndio agora transformado no palco do agronegócio, especialmente no Centro-Oeste e na Amazônia, e as manobras políticas feitas pelos governos para a manutenção dessa prática, quanto a isso ele afirma:

> *E qual tem sido a posição do governo Lula, agora no caso da crise?*
> *Cedeu aos capitalistas do agronegócio e criou mecanismos de transferência de recursos do fundo público para as contas dos capitalistas modernos da agricultura brasileira, continuando a viabilizar com recurso público a insustentável cultura soja de Mato Grosso para o mercado mundial. (OLIVEIRA, 2006, p.43).*

Atualmente é professor aposentado pela USP e orienta no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da mesma universidade, além de ser líder do grupo de pesquisa "Geografia Agrária".

[34] Foto – Fonte: http://ceget.blogspot.com/2009/10/ariovaldo-umbelino-na-cbn.html
[35] FERNANDES, B.M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C. **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

11.3 – Produção entre 2001 - 2009

A partir dos anos 2000, viu-se na geografia agrária uma heterogeneidade de abordagens trabalhadas, conforme apontamentos expostos sobre as novas dinâmicas do espaço rural, o acirramento entre os movimentos sociais do campo contra as grandes propriedades, a urbanização do campo (simbólica e material) ou pelo viés *miltoniano*, a revolução do meio técnico-científico-informacional atingindo todas as formas da paisagem.

Por isso, houveram em artigos consultados a utilização de mais de um enfoque metodológico, com a divisão do foco central de análise, ou seja, pesquisas que não se contentaram em enfatizar um aspecto da organização agrária, mas sim, uma sobreposição de abordagens a fim de explicar os fenômenos da contemporaneidade.

Vale ressaltar, que o predomínio dos trabalhos seguem numa lógica local-regional, fato que consolida as raízes empíricas da geografia, do trabalho de campo e da urgência em apontar soluções para determinados problemas que afetam pequenos extratos da população.

11.3.1 – A economia e o desenvolvimento rural

A preocupação com o desenvolvimento rural nos estudos em geografia agrária foram significativos, e um dos indicadores ou meio para analisar o comportamento e a caracterização dos produtores rurais foi a investigação sobre as relações econômicas (terra – trabalho – capital), que demonstram uma amostra do nível de desenvolvimento dos produtores, sejam eles agricultores familiares, assentados ou grandes produtores.

Com uma abordagem econômica, Peixinho et.al. (2003) estudam o sistema agrícola da soja, passando pela perspectiva local-global. Os autores analisam essa interação dentro de uma lógica sistêmica:

> A vantagem de articular o espaço em instâncias geográficas é a possibilidade de caracterizá-lo em uma hierarquia, porém mantendo uma identidade através de particularidades que cada parte assume dentro do sistema. As identidades são condicionantes dentro da lógica sistêmica, ou seja, as particularidades é que criam os elementos de ligação. (PEIXINHO et.al.2003, p.86).

O enfoque sistêmico quando utilizado pelo geógrafo, faz com que se possa induzir diversas variáveis em suas análises, assim, João Minatto e Walquíria Corrêa (2003) mostram as formas e estratégias de reprodução da agricultura familiar, analisando os aspectos sociais e econômicos em Turvo-SC:

> Apesar das transformações estruturais nas atividades agropecuárias, em face da política de modernização, as pequenas unidades agrícolas adequaram-se à lógica da produção contemporânea. Além disso, a característica familiar de produção foi mantida, pois a propriedade fundiária da terra continua pertencendo à família. (MINATTO & CORRÊA, 2003, p.97).

Ainda sob a luza do enfoque sistêmico, Jean Ferreira, Losane Schwartz e Giancarla Salamoni (2008) analisam a organização da agricultura familiar de Harmonia I – em São Lourenço do Sul – RS, sob a perspectiva da abordagem sistêmica de Diniz (1984), para o entendimento do funcionamento da economia e suas relações com os outros elementos do sistema:

> O roteiro das entrevistas foi organizado segundo a divisão de subsistemas internos da agricultura (social, funcional e produção), desenvolvido pela Comissão de Tipologia da agricultura. A Comissão definiu a agricultura como um sistema formado por três subsistemas internos: social (caracterização do operador), funcional (engloba os mecanismos de transformação) e de produção (output e objetivo do sistema). (FERREIRA; SCHWARTZ; SALAMONI, 2008, p.451).

O enfoque sistêmico possibilita uma gama de inter-relações entre as variáveis componentes na organização do espaço agrário, sendo uma forma coerente para entender e explicar a complexidade das relações de produção na agricultura familiar. A respeito dela no Rio Grande do Sul foi evidenciada no estudo de Flamarion Alves e Vicente Silveira (2008) ao abordarem, de forma sistêmica, os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Candiota - RS, utilizando fontes estatísticas e dados empíricos:

> A territorialização dos assentamentos rurais gera diferentes impactos no espaço conquistado. Nesse sentido, a utilização da metodologia sistêmica busca compreender os fatores históricos, questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais, e as inter-relações entre os elementos e suas disputas internas no sistema, onde os fenômenos devem ser estudados dentro de um contexto e não de forma isolada e separada. (ALVES & SILVEIRA, 2008, p.126).

Uma alternativa para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar é o associativismo e cooperativas de agricultores, nesse sentido, Luiza Bezerra e João Cleps Júnior (2004) mostram o associativismo como forma de reprodução socioeconômica entre os agricultores familiares em Orizona-GO:

> A organização social, no seu sentido mais amplo, é um local de geração e acumulação de capital, em que a congruência de idéias, opiniões e ações, podem ser entendidas como um processo de enriquecimento, que, ao longo do tempo, redundará em acumulação de capital social. (BEZERRA & CLEPS JÚNIOR, 2004, p.149).

Enfatizando os principais pontos para um desenvolvimento rural, Andréia Couto (2003) faz um comparativo entre os produtores rurais de leite do norte de Portugal e o sul do Brasil, e os processos históricos, relações econômicas e sociais:

> Ao visualizar esse setor como estratégico, não só do ponto de vista econômico, mas também social (fixação do homem na terra), o Estado buscou redimensionar os processos produtivos, organizando cooperativas e fortalecendo econômica e politicamente os produtores, através de políticas específicas fundamentais. Diante da sustentação oferecida pelo Estado, os produtores modificaram a forma de produzir, buscando adequar-se a um mercado cada vez mais exigente e competitivo. (COUTO, 2003, p.168).

Ainda sobre os agricultores familiares europeus, Ideni Antonello (2004) apresenta as transformações ocorridas no campo francês, onde o agricultor se profissionalizou e integrou-se aos mercados e a indústria. "As transformações processadas no espaço rural removeram os obstáculos levantados pela visão tradicional do camponês e remeteu-os a sociedade moderna do trabalho – transformando-os em profissionais agrícolas" (2004, p.154).

Algumas saídas foram apontadas para os agricultores familiares: associação-cooperação ou a aproximação com a indústria ou agroindústria. No estudo de Noeli Pertile (2004), verifica-se a organização do espaço agrário no oeste catarinense considerando a agricultura familiar nos diversos níveis de integração com a indústria. Com relação a produção de leite no Triângulo Mineiro, Murilo Souza e David Francis (2003) apresentam os impactos econômicos do processo de venda de leite a granel para os produtores familiares no Triângulo Mineiro. Para a realização desse levantamento, os autores aplicaram entrevistas semi-estruturadas e reuniões informais:

> O trabalho foi desenvolvido metodologicamente, pela realização de entrevistas semi-estruturadas e reuniões informais com produtores de leite assentados e produtores familiares tradicionais do município de Uberlândia. Para complementar os dados coletados junto aos produtores, foi realizada uma pesquisa com as empresas responsáveis pela coleta e industrialização de leite no município de Uberlândia e região. (SOUZA & FRANCIS, 2003, p.21).

Outra forma de desenvolvimento rural é própria indústria na pequena propriedade, chamada de agroindústria familiar, como é destacado no trabalho de Sulzbacher e David (2009), onde apresentam a atividade agroindustrial familiar como alternativa para o desenvolvimento sustentável para os agricultores em Chapada-RS:

> A valorização das estratégias que se apresentam viáveis dentre as quais agroindústria familiar rural, precisa ocorrer paulatinamente de forma a criar um ambiente promova a construção de novas possibilidades, motivadas principalmente pelos jovens. (2009, p.88).

Numa análise sobre a agroindústria, mas não em pequenas propriedades Claudia Carvalho e Flávia Campos (2009) fazem um levantamento do potencial econômico da cadeia agroindustrial da produção do tomate em Goiás:

> No que tange à produção de tomate industrial em Goiás, pode-se verificar uma intensificação cada vez maior na utilização de inovações tecnológicas, tanto em termos de maquinário como em termos da utilização cada vez maior de novos produtos químicos com o intuito de aumentar a produção e diminuir a grande quantidade pragas e doenças que podem ocorrer na cultura do tomate industrial. (CARVALHO & CAMPOS, 2009, p.175).

Diagnosticando as territorialidades e a atividade econômica no Estado do Rio de Janeiro, Pedro Biazzo e Glaucio Marafon (2009) apontam para a agroindústria da cana-de-açúcar e a agroindústria frutícola, como pólos importantes para a economia regional.

Outros estudos sob o viés econômico, preocuparam-se em mostrar a dinâmica das grandes propriedades, desde o processo de modernização da agricultura iniciado na década de 1960, até a pujança do agronegócio brasileiro no contexto mundial.

Baseado nisso, Patrício Carneiro et.al. (2005) apresenta as transformações ocorridas na agricultura do cerrado mineiro, analisando as mudanças espaciais na cultura do café, e mapeando as microrregiões produtoras entre 1990 e 2000. No mesmo sentido, Patrícia Matos e Vera Pessôa (2006) indicam as transformações no espaço rural de Catalão-GO, com o advento da modernização da agricultura ocorrida a partir da década de 1970, enfatizando a ação do Grupo Rampelotti. Nesse estudo, o referencial teórico está calcado nas inovações técnico - cientificas propostas por Milton Santos.

A mesma base teórica proposta por Milton Santos é utilizada por Denise Elias e Renato Pequeno (2005) ao pesquisarem a modernização da agricultura, territorialização do capital e a oligopolização do espaço agrário no contexto da globalização da economia:

> [...] defende-se a tese de que é possível identificar no Brasil agrícola moderno vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à consecução e expansão do agronegócio, formando-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores associados à modernização da agricultura, sendo que nestas cidades se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. (ELIAS & PEQUENO, 2005, p.13).

Utilizando o referencial teórico trabalhado por Milton Santos, os autores advogam para a reestruturação do território brasileiro através do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional:

> A construção de modernos sistemas de objetos associados aos transportes e às comunicações e a diminuição relativa de seus preços propiciaram um aumento da fluidez do território. Como conseqüência, ocorreram, concomitantemente, a dispersão espacial da produção e inúmeras especializações produtivas pelo território

> nacional, disseminando-se diferentes arranjos produtivos locais. (ELIAS & PEQUENO, 2005, p.15).

Marcio Toledo e Ricardo Castillo (2008, 2009) utilizam o referencial de Milton Santos para explicar o sistema produtivo da soja e laranja no espaço brasileiro e as conseqüentes políticas do agronegócio, ou seja, é uma linha de análise que pode ser feita pelos geógrafos agrários, ao falar da modernização no campo brasileiro, que antecede os estudos de Milton Santos.

Com uma abordagem econômica do território, Roberto Santos (2003) analisou os processos modernizantes na agricultura e as estratégias de regulação e competitividade entre os grupos e atores participantes desse processo:

> A modernização do setor agrícola certamente fez surgir novas formas de concorrência, de regulação e, sobretudo de competitividade sobre os territórios, seja no âmbito local, seja no âmbito global onde os dispositivos institucionais tiveram de revestir de novas formas regulacionistas nos mercados e nos territórios. (SANTOS, 2003, p.32-33).

Já Arana (2002) verificou a integração de produtores de aves e as transformações ocorridas nas relações de trabalho e produção:

> A partir de um quadro geral da avicultura brasileira, procurou-se caracterizar os produtores avícolas como um grupo específico de produtores, que vivenciam situações bastante diversas em suas relações com a empresa integradora. Desta forma, a pesquisa trata das relações de trabalho na avicultura evidenciando um novo perfil de produtor integrado, o empresário. (ARANA, 2002, p.147).

A região Centro-Oeste foi alvo de estudos sobre a expansão da cultura da soja, Júlia Bernardes (2003) apontou para as transformações territoriais ocorridas em Mato Grosso e as inovações tecnológicas e da industrialização no campo:

> [...] temos que capturar o fenômeno da técnica, da produção moderna, de maneira crítica, desvendando a ideologia da globalização. É necessário trazer à discussão as urbanizações do modelo sojífero, a apropriação das áreas da pobreza, impedindo suas lutas. (BERNARDES, 2003, p.166).

Nesse mesmo tema, Mizusaki (2005) apresenta as transformações no campo sul mato-grossense decorrentes da modernização e industrialização da agricultura, afetando os elementos sociais, ambientais e econômicos:

> Consideramos que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao deparar-se com o obstáculo produzido pelo caráter privado da terra, produz e permite que sejam produzidas contradições, o que nos remete à compreensão de que esse desenvolvimento é desigual e combinado. Nessa perspectiva, o capital também pode criar e recriar relações, capitalistas e não capitalistas, de forma a manter a sua produção e reprodução ampliada. (MIZUSAKI, 2005, p.89).

A expansão da sojicultura chegou até o nordeste, e Maria Ferreira (2006) analisou a nova fronteira agrícola instaurada na região do sul maranhense, através da instalação de produtores do sul e sudeste brasileiro com a cultura da soja atribuindo inovações no processo produtivo local:

> Assim é que o domínio das técnicas após ter se instalado no fazer do mundo urbano, levando consigo o poder das transformações sócio-espaciais, e que na atualidade inclui o mundo rural, insere-o na dinâmica da forma de produção capitalista global tendo sua área permanentemente expandida através do incremento das modernas técnicas agrícolas. (FERREIRA, 2006, p.151).

Outra atividade que exige médias e grandes propriedades para o alcance de rendimentos econômicos satisfatórios é a silvicultura. No trabalho de Thiara Almeida et.al. (2008), faz-se uma análise das transformações socioeconômicas ocorridas no sul da Bahia após a inserção da atividade silvícola do eucalipto:

> O que se pode afirmar, é que, a implantação do seguimento de celulose na região provocou a concentração fundiária no campo, diminuição no número de empregados no campo (permanentes e temporários) e do trabalho familiar, que resultou um processo intenso de êxodo rural e uma reorganização socioeconômica. Como conseqüência teve-se o aumento da população urbana, que implicou na busca de empregos e novas oportunidades nas cidades, ocasionando um crescimento desordenado das áreas urbanas, provocando novas paisagens locais. (ALMEIDA et.al., 2008, p.17).

Ressalta-se que a economia rural não advêm somente das atividades agropecuárias, a respeito da multifuncionalidade do espaço rural Silvio Silva (2005) discute a viabilidade da introdução do turismo rural em comunidades camponesas na floresta amazônica no Estado do Acre, além da preservação da cultura, trocas de experiências e viabilidade econômica:

> [...] no espaço agrário, em territórios de vida camponês, a prática do turismo rural e do ecoturismo, pode ser também um processo de conhecimento do modo de vida, da história, dos valores, da cultura e da forma que este homem produz sua sobrevivência. Consuma-se assim como uma alternativa complementar de renda ao trabalhador camponês, num processo de diversificação de atividades, o que no atual momento, poderá ser condição para que este continue vivendo na terra e da terra. (SILVA, 2005, p.90).

Dessa forma, os estudos nesta perspectiva econômica na geografia agrária é múltipla, desde a valorização da agricultura familiar, principalmente sob o enfoque sistêmico, a ênfase na relação entre agricultura e indústria da agroindústria familiar até análise das agroindústrias de grande porte, além da expansão do agronegócio e das alternativas de renda não-agrícola, como o turismo rural.

11.3.2 – A política e a organização do espaço agrário

Indiscutivelmente, a preocupação da geografia em expor os problemas e demandas de políticas públicas para a organização do espaço agrário, ganhou relevo neste início de século. Como um instrumento que pode interferir decisivamente social e economicamente para os agricultores, as questões políticas denotam o caráter crítico e preocupado com o social que o geógrafo incorporou. É conveniente exaltar essa preocupação, obviamente, quando associada aos princípios e pressupostos da ciência geográfica.

Tratando das políticas direcionadas a agricultura familiar, Flavio dos Anjos et.al. (2009) discorre sobre a política de crédito rural do PRONAF, e a inadimplência nos contratos, revelando as dificuldades encontradas por uma parcela de agricultores. Em outro estudo, Rosângela Hespanhol e Vera Costa (2001) discorrem sobre a importância de ordem político-econômico do PRONAF e dos Conselhos Locais na agricultura familiar, situando o caso dos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado em São Paulo:

> Nesse contexto, deve-se reconhecer, ainda que de forma preliminar, a importância que o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços tem assumido em alguns municípios que foram contemplados com os recursos dessa linha de financiamento, criando condições econômicas e políticas para que as associações de produtores familiares intervenham na realidade local, firmando-se como entidades aglutinadoras e representativas dos agricultores nas demais instâncias do poder local (prefeituras municipais, Conselhos de Desenvolvimento Rural, Casas da Agricultura, etc.). (HESPANHOL & COSTA, 2001, p.88-89).

A mesma autora mostra o perfil dos agricultores membros de uma associação de produtores em Presidente Prudente, e seus aspectos econômicos, políticos e sociais, verificando as políticas de organização rural dos produtores na França, enfocando o processo de modernização tecnológica da agricultura (HESPANHOL, 2007b).

As estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores familiares em Urubici - SC foram discutidas por Walquíia Corrêa (2001) que apontou as políticas de crédito e de assistência técnica como alternativas para a cultura da maça. por alguns autores, essas políticas estão diretamente associadas ao desenvolvimento rural e, inclusive, desenvolvimento sustentável, conforme o estudo de Luciano Candiotto e Walquíria Corrêa (2004), onde apresentam algumas atribuições do Governo Federal referente ao desenvolvimento rural sustentável frente à agricultura familiar:

> Através dos documentos que analisamos, bem como da comparação entre o discurso do governo sobre o desenvolvimento sustentável e de suas ações efetivas – que praticamente não ocorreram, e muitas das que ocorreram nada têm a ver com a sustentabilidade, tanto no governo FHC, como no governo Lula até então – podemos afirmar que o Brasil está buscando única e exclusivamente, o caminho do desenvolvimento sustentado. (CANDIOTTO & CORRÊA, 2004, p.278).

Na linha de pesquisa sobre os assentamentos rurais, João Fabrini (2002) aborda o contexto político e econômico do MST na formação e construção do território camponês:

> No processo de construção do território, verifica-se que as cooperativas despontaram como forma de participação dos assentados enquanto sujeito político. Entretanto, é a partir da inclusão econômica e produtiva que as cooperativas representam, que o MST entende que os assentados vão se tornar sujeitos políticos. E ainda, é como se a participação política exigisse o desenvolvimento de forças produtivas para existir. (FABRINI, 2002, p.91).

Numa escala regional das políticas voltadas para a agricultura, Clécio Silva (2001) analisa as políticas de desenvolvimento rural e agrícola européias, como a Política Agrícola Comum (PAC) e suas contribuições para o desenvolvimento regional.

> É certo que a experiência européia de integração de políticas rurais no desenvolvimento regional é muito particular no universo capitalista e não pode apresentar pistas diretas para a investigação de um processo de integração periférica como, por exemplo, o bloco MERCOSUL. Contudo, pode-se extrair alguns importantes aspectos metodológicos. (SILVA, 2001, p.70).

Outro trabalho que segue a abordagem política é desenvolvido por Silva (2004), ele discorre sobre as possibilidades da gestão de bacias hidrográficas e dos recursos hídricos como política de desenvolvimento rural.

Fazendo um levantamento histórico das políticas aplicadas no campo brasileiro desde 1960 a te o início do século XXI, Cesar de David e Walquíria Corrêa (2002) discutem a respeito deste tema:

> O papel do Estado, como gestor de projetos, deve ser enfatizado quando se analisam os processos econômico-sociais no espaço agrário, efetivados através de políticas públicas: as agrárias, que envolvem os projetos de colonização e reforma agrária; e as agrícolas, voltadas ao crédito e aos preços mínimos. (DAVID & CORRÊA, 2002, p.24).

O cenário do campo brasileiro da década de 1960 pouco se alterou até o início do século XXI, quanto as desigualdades socioeconômicas, conforme o estudo desenvolvido por Helena Mesquita (2008),que expressa essa desigualdade às políticas governamentais:

> O modelo de desenvolvimento do país, especialmente o que se refere ao campo, como no processo de modernização da agricultura, é gerador de concentração e exclusão. A estratégia da modernização adotada foi claramente conservadora, e teve como objetivo básico o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho. A forma foi uma renovação tecnológica com utilização de equipamentos, insumos, técnicas e métodos modernos, e o emprego mínimo de mão-de-obra, com tendência à especialização da mesma. (MESQUITA, 2008, p.135).

Uma crítica pontual as políticas nos governos FHC e Lula foram discutidos por Eduardo Scolese (2004), no qual, através de uma análise de textos de jornais expôs os números e informações sobre a reforma agrária do governo FHC e o início do governo Lula:

> [...] a exposição, narrada de forma jornalística, sobre os números da reforma agrária nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 e início de 2004). A pressão dos movimentos sociais e dos partidos de oposição a tais governos tem ou tiveram como base as metas de assentamentos, deixando a qualidade dos projetos em segundo plano. (SCOLESE, 2004, p.123).

No mesmo tom de crítica, Ariovaldo Oliveira (2006) explora as questões políticas da ocupação do território amazônico, analisando o crescimento da produção de soja e a luta pela reforma agrária:

> Este artigo pretende continuar contribuindo para a discussão sobre o significado da expansão da soja sobre a floresta amazônica, seu estágio e seus cenários futuros. Mas esta discussão não se completa se as questões relativas à grilagem das terras públicas e devolutas não estivessem também na ordem do dia. Por isso, a questão da expansão da soja está relacionada ao movimento dos grileiros de terra sobre a Amazônia. (OLIVEIRA, 2006, p.15).

Em uma perspectiva desenvolvimentista das lavouras modernas, Vencovsky e Castillo (2007) discutem as políticas do sistema ferroviário brasileiro e seu uso para escoamento da produção agrícola no cerrado brasileiro, sob a égide do referencial de Milton Santos, acerca do meio técnico-científico-informacional:

> Para o escoamento da produção de soja dos novos fronts agrícolas, governos e empresas estão fortalecendo ainda mais os corredores de transporte e exportação. Estes são considerados como o espaço dos fluxos que não abrangem todo o espaço, ou seja, são subsistemas formados por pontos, linhas e manchas (SANTOS, 2002, p. 296)[36] e utilizados por poucos. (VENCOVSKY & CASTILLO, 2007, p.129).

Essa modernização no campo, ocorrida pelas políticas que se iniciaram na década de 1960, transformaram a forma do espaço rural, acrescendo novos elementos para este espaço, antes intrínsecos do espaço urbano. Nesse sentido, Josel Corrêa, Walquiria Corrêa e Lucia Gerardi (2001) apresentam algumas definições sobre o espaço rural e urbano de acordo com as leis ordinárias, como a Constituição Federal e o Estatuto da Terra. Este tema entrará com intensidade na geografia agrária, sobre a ruralidade, multifuncionalidade do espaço e pluriatividade dos agricultores, assim, a respeito da multifuncionalidade do espaço rural Ivo Elesbão (2008) discorre sobre o processo de produção do turismo rural em Portugal, na perspectiva política, já no artigo de Bernardo Fernandes e Karina Ponte (2002) exploram as

[36] SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

questões políticas da questão da ruralidade e o "Novo Rural" no estudo das vilas rurais no Estado do Paraná:

> [...] pretendemos analisar os significados e os componentes do Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná. Para isso, partiremos de questionamentos sobre o método de análise do "novo rural" e buscaremos repensar novos métodos que permitam entender as novas ruralidades que estão se configurando. Sendo assim, contribuirá para uma reflexão dos sentidos assumidos pelas políticas públicas no Brasil e principalmente das Vilas Rurais, o que vem no sentido de viabilizar certos interesses das classes dominantes. (FERNANDES & PONTE, 2002, p.113).

Assinalamos esta tendência na geografia agrária neste início de século, a inquietação dos pesquisadores com as políticas governamentais que subsidiam aos sistemas agropecuários no Brasil, sejam eles para a reorganização da estrutura fundiária, no caso dos assentamentos rurais ou para a expansão das atividades empresariais, como é o caso da soja. Entre esses dois pólos, começa-se a debater novas políticas de desenvolvimento para o campo, que não seja eminentemente agrícola, neste caso, as políticas direcionadas a pluriatividade.

11.3.3 – Espaço agrário e a preocupação ambiental no século XXI

Decisivamente, o debate sobre sustentabilidade e a preservação ambiental ganharam relevo na produção em geografia agrária. Relacionada com as políticas desenvolvimentistas das décadas anteriores, a agricultura se modernizou, modificando o seu modo de produzir inserindo novas técnicas de plantio, manutenção e colheita. O uso de fertilizantes, adubos químicos, pesticidas, praguicidas, sementes modificadas, mecanização entre tantas outras mudanças, causaram inúmeras conseqüências para o espaço (agrário e urbano).

No artigo de Marcelo Madeira (2001), o autor adota uma abordagem ambiental, com a preocupação das implicações da atividade agrícola da produção de arroz para a demanda hídrica na Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria – RS, propondo novas medidas no processo produtivo para geração de outro tipo de desenvolvimento sustentável. Com a mesma preocupação, Flávio Sousa e Cláudia Lima (2007) analisam a utilização das bacias hidrográficas como planejamento rural, com base no uso e exploração dos recursos naturais:

> O estudo da capacidade de uso das terras tem por finalidade o planejamento de ações que venham ao encontro do potencial ecológico, econômico e produtivo dos solos, levando, a cada local, técnicas de cultivo e de manejo adequados à sua aptidão. Dentre os maiores problemas relacionados ao uso das terras destaca-se, o risco de erosão, fato comum nas terras cultivadas sem planejamento, onde, muitas vezes, a recuperação se torna inviável ou até impossível. (SOUSA & LIMA, 2007, p.96).

Na mesma linha de análise, Giancarla Salamoni e Lucia Gerardi (2002) discorrem sobre as conseqüências do uso de produtos químicos na fumicultura no Rio Grande do Sul, abordando os fatores ambientais, socioeconômicos e políticos dessa atividade:

> Fica evidente que as demandas externas à unidade de produção familiar, baseadas em critérios puramente econômicas, produzem irracionalidades ecológicas, tanto na organização interna das propriedades rurais, quanto na degradação dos recursos básicos à reprodução da sociedade como um todo (contaminação das reservas hídricas, dos solos e dos alimentos). (SALAMONI & GERARDI, 2002, p.129).

Ainda sobre isso, Fabiana Funk e Giancarla Salamoni (2007) analisam o desenvolvimento tecnológico na agricultura familiar e seus efeitos para o meio ambiente, sob o viés da sustentabilidade no município de São Pedro do Butiá – RS:

> [...] a agricultura familiar não sucumbiu diante das inovações tecnológicas advindas com o capitalismo. Ao contrário, foi evoluindo baseada na multiplicidade de estratégias e adaptação as situações que surgiram ao longo do tempo. [...] Os agricultores, embora conscientes dos impactos negativos, apontam o uso dos agrotóxicos como única alternativa para continuarem a produzir, demonstrando a grande dependência externa existente no processo produtivo. (FUNK & SALAMONI, 2007, p.151).

Luiz Souza (2005) aborda a modernização da agricultura brasileira após a década de 1970, enfatizando os problemas causados ao meio ambiente. Nesse debate, o autor utiliza o referencial teórico de Milton Santos, para explicar a mudança no padrão tecnológico, no período técnico-científico. Já Hadlich e Scheibe (2007) com a utilização da abordagem sistêmica analisam os impactos ambientais da produção de suínos, na forma intensiva em Santa Catarina, através dos sistemas locais e globais:

> Nessa perspectiva, foi delimitada espacialmente a bacia hidrográfica em estudo como o sistema aberto onde se consolidou a atividade suinícola de confinamento, que se mantém através de estrutura e organização definidas não somente pelo espaço local, mas também pelas relações estabelecidas com o "sistema global". (HADLICH & SCHEIBE, 2007, p.607).

Além dos impactos da modernização agrícola, os trabalhos com a abordagem ambiental focaram as alternativas produtivas no espaço agrário, como no artigo de Andréia Couto (2004), no qual discute a viabilidade da agricultura agroecológica e sustentável a ser implantado no assentamento rural de reforma agrária Rio das Pedras em Uberlândia-MG:

> No sentido de apresentar um outro paradigma para enfrentar os problemas socioeconômicos e ambientais na região, parte-se do pressuposto de que a utilização de que o desenvolvimento rural sustentável enquadra-se mais adequadamente no perfil da estruturação dos assentamentos locais. (COUTO, 2004, p.60-61).

Considerando a perspectiva territorial Cabral e Scheibe (2005), apresentam o desenvolvimento da agricultura familiar ecológica em Santa Catarina sob a perspectiva

territorial, enfatizando a territorialidade mercantil que são geradas pelas estratégias e ações através da comercialização. Enquanto que, Patrício Carneiro (2007) discute a questão da sustentabilidade dos agricultores familiares no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, com base nos referenciais de Chayanov, Kautsky e Lamarche, discutindo também a inserção dos agricultores familiares em agroindústrias e sua dependência dessa cadeia produtiva. Neste caso, a dependência econômica contrapondo com a auto-suficiência do produtor familiar, logo estariam ligadas num desenvolvimento rural sustentável.

Na região amazônica o desenvolvimento de florestas sustentáveis é apresentado por Walmon Fonseca (2005), ao indicar alternativas de exploração agrosilvícola, enfocando a questão da sustentabilidade. Em uma escala local, Roberto Finatto e Giancarla Salamoni (2008) apontam para o desenvolvimento da agroecologia em unidades familiares rurais em Pelotas-RS, como perspectiva de trabalho, manutenção da família e dos ecossistemas:

> [...] para a concretização da organização de um sistema agroecológico, portador de transformações econômicas, políticas e socioambientais, a agricultura como um todo deve tornar-se verdadeiramente sustentável e, os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos precisam estar compatíveis com os pressupostos da agroecologia. (FINATTO & SALAMONI, 2008, p.215).

Foram incluídas novas alternativas para o desenvolvimento agrário, opondo-se ao sistema moderno implantado na década de 1960 para o crescimento agrícola, denominado Revolução Verde. Para muitos geógrafos, este modo de produção está ultrapassado, no que diz respeito a preservação do meio ambiente, sendo urgente a aplicação de medidas inovadoras e sustentáveis para o espaço agrário, neste caso a agroecologia é um modelo ideal para o pretenso desenvolvimento rural sustentável.

11.3.4 – O espaço agrário entendido através da história

A categoria 'tempo' sempre foi uma aliada nos estudos geográficos, e neste início de século XXI é peça-chave para o entendimento do espaço agrário atual. Nesse sentido, Manuel Correia Andrade (2002) perpassa sobre o processo histórico de formação do espaço agrário brasileiro, enfatizando o trabalhador rural, as desigualdades sociais e a reforma agrária:

> [...] o problema premente do Brasil é o da realização da reforma agrária, visando tanto diversificar a produção e comprometê-la com o mercado interno como garantir a fixação do homem ao campo, atenuando o êxodo rural.
>
> Uma reforma agrária deve estar voltada tanto para a democratização do acesso à terra, por parte do trabalhador rural, como o da orientação do que produzir, de como produzir e do destino e deve ser dada à produção. Ela deve atingir tanto as formas como as funções da produção. (ANDRADE, 2002, p.18).

Nesta mesma abordagem, Marcelo Mendonça e Antônio Thomaz Júnior (2003) discorrem sobre o processo de modernização na agricultura e seu conteúdo histórico-geográfico na formação da sociedade:

> [...] as mediações entre o capital geral e os capitais múltiplos e sua territorialização no tempo e no espaço. Isso é possível graças à existência dos modos de regulação, que de certa forma expressam o conteúdo histórico-geográfico de cada formação sócio-espacial e suas inter-relações com as mais diversas e diferentes formas de vida, mediadas certamente pela técnica. (MENDONÇA & THOMAZ JÚNIOR, 2003, p.174).

A análise temporal das transformações no espaço, sob a perspectiva local-regional são maioria nos artigos selecionados. O trabalho de Nazareno Campos (2002) resgata o processo histórico de ocupação das terras na Ilha de Santa Catarina, desde a colônia portuguesa até o final do século XX:

> No caso das ilhas costeiras, e especificamente da Ilha de Santa Catarina, o uso e/ou apropriação da terra reflete o regime de terras do Brasil. Por conseguinte, muitas foram a áreas distribuídas em sesmaria na Ilha. Igualmente, muitos foram os espaços ocupados em forma de posse e que continua, bem como em relação as terras de uso comum, hoje desaparecidas na região. (CAMPOS, 2002, p.133).

Com uma reflexão aos movimentos pela luta da terra, Marco Mitidiero Júnior (2005) faz um levantamento de 13 movimentos sociais que atuam no campo no Estado de São Paulo, entre 1995 a 2001, abordando histórica e politicamente a luta pela terra:

> O objetivo deste texto é analisar o recente surgimento e organização de inúmeros movimentos sociais no campo, diante da perspectiva histórica de não realização da Reforma Agrária pelo governo Fernando Henrique Cardoso e da luta pela terra como pressuposto de realização desta reforma levantada pelos movimentos sociais organizados, sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (MITIDIERO JÚNIOR, 2005, p.8).

A luta pela terra também foi o centro das discussões de Silvio Silva (2006), ao mostrar o processo histórico do campesinato acreano e dos seringueiros na floresta amazônica:

> Neste trabalho buscamos fazer alguns apontamentos para uma compreensão como e quando numa escala espaço/temporal, o seringueiro da Amazônia-acreana, migrante nordestino recrutado para a extração do látex, irrompendo das estruturas do trabalho compulsório dos seringais inicia e conquista maior autonomia e lança as bases para a recriação de um campesinato na região. (SILVA, 2006, p.46).

No que tange as novas técnicas de pesquisa para a análise temporal, destaca-se o uso de imagens de satélite para o acompanhamento da evolução da ocupação de terras, conforme é visto no artigo de Passos, Dubreuil e Bariou (2006) ao abordar a evolução histórica da

ocupação das áreas agrícolas no Mato Grosso, a partir da década de 1960, utilizando imagens de satélite para identificar o avanço das culturas agrícolas no Estado:

> A escala das transformações e a rapidez com as quais elas se desenvolvem justificam a utilização das imagens de satélite que, por si só, permite um inventário completo das mudanças na utilização dos solos ressaltando as configurações espaciais (parcelas, redes) atuais e herdadas. (PASSOS; DUBREUIL; BARIOU, 2006, p.77).

Na mesma linha de análise, Eduardo Maeda, Antonio Formaggio e Yosio Shimabukuro (2008) analisam o processo histórico de ocupação e uso de áreas agrícolas na Bacia do Rio Suia-Miçu mostrando o desmatamento causado na região:

> O presente trabalho procurou descrever a dinâmica de ocupação na Bacia do Rio Suiá-Miçu por meio da análise do uso e cobertura da terra nos anos de 1973, 1984 e 2005. Verificou-se que a expansão das atividades agropecuárias na bacia acarretou no desflorestamento de aproximadamente 40% da vegetação original até 2005. A criação extensiva de gado de corte e a extração madeireira foram as principais responsáveis pelo início das ocupações na região, entretanto o plantio de grãos passou a ter um importante papel nas mudanças no uso da terra a partir do ano de 2000. (MAEDA, FORMAGGIO, SHIMABUKURO, 2008, p.23).

Aline Rodrigues e Meri Bezzi (2005) descrevem alguns momentos da história agropecuária de Rosário do Sul (1940-2000). Ainda na mesma linha, as autoras abordam o processo histórico de concentração de terras na Campanha Gaúcha:

> [...] a presente pesquisa teve como preocupação central caracterizar o processo de formação e os fatores que permitiram a permanência do latifúndio na Microrregião Geográfica da Campanha Central frente à consolidação de novos interesses na economia gaúcha. (RODRIGUES & BEZZI, 2008, p.22).

Marlon Brandt e Nazareno Campos (2008) fazem um resgate histórico da ocupação das terras do Planalto Catarinense pelas populações rurais nativas, desde o final do século XVIII:

> No Planalto Catarinense, se estabeleceu desde fins do século XVIII, uma significativa parcela de pequenos e médios sitiantes, na maioria posseira, que viviam às margens dos latifúndios pastoris das áreas de campos naturais [...]Isso vai se desestruturando, à medida que uma nova dinâmica sócio-espacial, ligada à economia capitalista vai se instaurando na região, frente aos novos condicionantes espaciais que se fazem sentir, como a colonização, a propriedade legal, o cercamento das terras e a devastação das florestas. (BRANDT & CAMPOS, 2008, p.43).

Por fim, a questão da ruralidade também é analisada sob o viés histórico por Paulo Alentejano (2003) ao apresentar o resgate da discussão conceitual do campo-cidade no contexto brasileiro, e faz algumas considerações a respeito da reforma agrária:

> O presente artigo aborda a problemática das relações campo-cidade neste princípio do século XXI e defende que o embate em torno da concepção de reforma agrária

> está no centro de uma discussão maior a respeito do modelo de desenvolvimento no Brasil. (ALENTEJANO, 2003, p.25).

Portanto, a abordagem histórica sempre esteve presente nos estudos geográficos sobre o rural, desde a década de 1930, ora fazendo periodizações de produtos agropecuários, ora da estrutura fundiária, ora sobre a infra-estrutura e ocupação do solo ou acerca dos debates teóricos. Em outra perspectiva, mas com o pressuposto histórico alijado ao método dialético, esta a abordagem materialista histórico-dialética, que permanecerá em cena neste início de século.

11.3.5 – A dialética presente nos estudos agrários

Após o enfraquecimento, e a quase ausência de trabalhos com esta abordagem na década de 1990, os pesquisadores que se embasam nessa metodologia publicaram alguns artigos apontando as contradições do espaço agrário. Em uma perspectiva genérica dessa abordagem na geografia, Luciano Souza (2008) apresenta o artigo que trata do exame dialético da relação sociedade-natureza-agricultura das transformações capitalistas no campo. O autor afirma que a abordagem dialética com base no marxismo contribui para o entendimento dos conflitos resultantes do avanço do capital no contexto do espaço agrário:

> A análise marxista oferece mecanismos teóricos acerca do mecanismo de dominação do capital sob a relação sociedade-natureza. Por conseguinte, para o levantamento dos meios necessários à explicação da relação agricultura-natureza, a teoria marxista fornece uma leitura crítica acerca da predominância da lei capitalista sobre a agricultura e, como tal, sobre a natureza. (SOUZA, 2008, p.124).

Assim, o autor salienta a utilização dessa abordagem na geografia, como uma forma de entender os processos históricos do capitalismo:

> [...] onde ocorre a ação motivada pelo processo produtivo-social impulsionado pelo desenvolvimento histórico baseado na divisão social do trabalho, possibilita-se a visualização do impacto das relações sociais de produção sobre a natureza. A problemática contida no impacto das relações sociais sobre a natureza é explicitado através do efeito espoliativo da divisão social do trabalho sobre os recursos naturais durante o processo de extração do valor de uso espacial. (SOUZA, 2008, p.125).

A base marxista na abordagem dialética continuou em destaque nos estudos de geografia agrária, com estudos locais – regionais - nacionais, como no artigo de Ideni Antonello (2002) ao expor as contradições do capitalismo no campo e as formas e estratégias de reprodução do campesinato sergipano utilizando o referencial marxista na análise do trabalho concreto e abstrato:

> É a conjugação dessas duas formas de trabalho que propicia à recalcitrância do trabalho coletivo familiar no agro sergipano, envolto em uma labuta rudimentar sem grandes perspectivas de mudança, e sem um retorno econômico condizente à proporção de energia física depreendida pelo grupo doméstico na objetivação da interprodução. (ANTONELLO, 2002, p.62).

As teorias agrárias clássicas do desenvolvimento do capitalismo, ainda servem de base para a discussão do rural brasileiro, no artigo de Estevane Mendes (2003), faz-se o desenvolvimento desigual da produção familiar no campo frente ao capitalismo, discutindo as teorias de Kautsky, Marx e Chaynov, sob a perspectiva histórico-dialética:

> O objetivo deste trabalho é estabelecer uma reflexão teórico-metodológica que permita a orientação da análise sobre a questão agrária no Brasil, dano ênfase ao surgimento e desenvolvimento da produção rural familiar. É proposto, enquanto método de análise, que o capitalismo, em seu processo de expansão (Divisão Internacional de Trabalho), não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, como também engendra relações não capitalistas de produção. (MENDES, 2003, p.114).

Ariovaldo Oliveira (2003) aponta as contradições do capitalismo no campo, enfatizando o desenvolvimento do agronegócio e do latifúndio em detrimento a agricultura camponesa:

> No Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas. Os integrantes do mundo do agronegócio continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado mundial. (OLIVEIRA, 2003, p.114).

Com uma perspectiva dialética e de transformação do espaço, Maria Estrada (2005) aponta para os movimentos sociais e suas relações com as mudanças territoriais ocorridas na América Latina, avaliando a presença de um desenvolvimento desigual na produção da sociedade, a autora entende que os movimentos sociais surgem destes conflitos contraditórios:

> La naturaleza social del espacio adquiere um carácter distinto em cada etapa histórica y como espacio organizado por el hombre, em él se plasman lãs diferencias em el desarrollo de lãs fuerzas productivas que atañen a los distintos sectores de estas sociedades, materializando, especializando la lucha de classes. (ESTRADA, 2005, p.87).

Sobre o processo de reforma agrária no Brasil, a utilização da abordagem materialista histórico-dialético representa um mecanismo metodológico para inferir a relação socioeconômica existente. Baseado nisso, Alexandra Oliveira (2006) debate as políticas de reforma agrária e no campo no Estado do Ceará, sob a perspectiva social de Marx, centrada na dialética materialista:

> A reflexão sobre a política de contra-reforma agrária do Banco Mundial, e sua relação com os camponeses, passa por uma discussão acerca das políticas de

> assentamentos rurais no Brasil. A matriz teórica dessa pesquisa é a teoria social de Marx a partir da leitura de autores como Shanin (1983)[37], Martins (1986, 1995 e 1999)[38] e Oliveira (1981, 1986, 1990, 1991, 1998 e 2001)[39], intelectuais que desenvolveram, com base na dialética materialista, um conjunto de trabalhos de importância fundamental para a compreensão da questão camponesa no interior do movimento contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo. (OLIVEIRA, 2006, p.153).

Com o mesmo tom, Eliane Paulino (2007) debate as mudanças ocorridas sob a mundialização do capital sobre o campo brasileiro, revelando as transformações contraditórias no agronegócio, produção energética e agricultura camponesa. Sob a luz da teoria marxista, do desenvolvimento contraditório e paradoxal do capitalismo, a autora embase seu debate sobre a modernização no campo:

> É evidente que desconsiderar a enorme capacidade que os capitalistas tem tido de perpetuar a lógica da acumulação ampliada, o que pressupõe separação dos trabalhadores dos meios de produção, seria um contra-senso. Contudo, ao longo do último século isto não se deu de maneira unidirecional na agricultura, dada sua dinâmica ímpar, a começar pela dependência dos ciclos da natureza, algo que a produção industrial e demais atividades urbanas desconhecem. (PAULINO, 2007, p.99).

Considerando o estudo do campesinato, João Fabrini (2006, 2007) explora essa questão sob a ótica do cooperativismo e das suas relações contraditórias frente ao desenvolvimento desigual do capitalismo:

> As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e as forças sociais que se pode compreender a manifestação coletiva dos camponeses. (FABRINI, 2007, p.573-574).

---

[37] SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**. Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo. (Rusia 1910 – 1925). Tradução TAPIA, Fernando Andrada. Madrid:Alianza Editorial, 1983.

[38] MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis: Vozes, 1986.
_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ª edição, Petrópolis: Vozes, 1995. 230p.
_____. **O poder do atraso**: ensaio de sociologia da história lenta. 2 ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

[39] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. N. 58. AGB – São Paulo. São Paulo, 1981. Pp. 05 – 64.
_____. Renda da Terra. In: **Revista Orientação**. N.05. IG - USP: São Paulo, 1986. p. 94 - 95.
_____**. Modo capitalista de produção e agricultura**.3.ed. São Paulo: Ática, 1990.
_____**. A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
_____. **As transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. São Paulo: [s.n.], 1998. Pp. 1 - 28.
_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.
_____.A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: 15 (43), 2001. Pp. 185 – 206.

Na ótica do desenvolvimento desigual, Anselmo Alfredo (2008) discute as contradições da agroindústria leiteira em Minas Gerais, da renda da terra, acumulação de capital e reprodução capitalista, sob a base teórica de Marx:

> A dinâmica de uma realidade cujo elemento lógico se estabelece sob o prisma da acumulação ampliada da riqueza, projeta um sentido dos processos sociais cujas temporalidades co-existentes acabam por ser a expressão da forma pela qual esta universalidade da forma se efetivou. Assim, embora seja totalizante, as contradições próprias da forma exigem que a mesma se ponha ilusória e antecipadamente enquanto conceito posto (GIANNOTTI, 2000)[40], de modo a iludir as suas contradições, dentre elas a própria ilusão temporal como necessária incorporação ilusória às determinações espaciais da forma valor. Sob esta perspectiva, as resultantes críticas da forma valor, ao estabelecerem o tempo como barreira a ser superada para a sua própria reprodução, acabam por iludir o próprio tempo como elemento constituinte daquilo que está posto, e não como algo a ser superado. (ALFREDO, 2008, p.65-66).

Na mesmo sentido, Rosimary Rocha (2009) aponta para as contradições da modernização agrícola em Gerais de Balsas-MA, resultantes do processo histórico de formação espacial:

> Os Gerais de Balsas encontram-se envoltos numa complexa trama, em que as marcas espaciais aí estabelecidas revelam as ações que o capital cria e usa para se reproduzir e se consolidar. São fatores históricos construidores de territórios que se re-estruturam continuamente. Não obstante, essa construção obedece a uma lógica, que é a lógica da reprodução ampliada e seletiva dos meios de produção, precarização do trabalho e exploração e expropriação de imensa quantidade de trabalhadores. (ROCHA, 2009, p.83-84).

A questão da ruralidade e urbanidade é posta em destaque no artigo de Sandro Melo (2008), ao discorrer sobre a definição e da relação campo-cidade na geografia, apontando para um estudo de um assentamento rural em Goiás, numa perspectiva dialética:

> Nossa perspectiva em pensar a afinidade campo-cidade presentes em Canudos, aproxima e separa essa relação por meio de uma perspectiva dialética [...] Na realidade, o quadro apresentado da relação cidade-campo em tempos atuais, deve se reorientar, dando um novo vigor a compreensão que se tinha do isolamento do rural e do urbano durante um longo período, mas que na verdade sempre estiveram relacionados, com maior ou menor intensidade. (MELO, 2008, p.109).

Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético se faz presente nas análises geográficas do espaço agrário contemplando uma parte significativa da produção, deixando em evidência essa base crítica e marxista que ainda ocupa no debate teórico-metodológico.

11.3.6 – Discussões teórico-metodológicas no início do século XXI

[40] GIANNOTTI, José Arthur, **Certa Herança Marxista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000

O debate epistemológico da geografia agrária se mostrou pertinente na primeira década do século XXI, com as mais diferentes temáticas, desde a história do pensamento geográfico até as definições do agricultor familiar / camponês. O levantamento bibliográfico realizado por Darlene Ferreira (2001) se preocupou em periodizar os diferentes momentos da geografia agrária brasileira, entre 1930 a 1990, verificando as principais tendências de estudo:

> As diferentes concepções de Geografia Agrária, ao longo do tempo, que marcaram o período compreendido entre meados da década de 1930 e meados da década de 1990, foram buscadas em autores que discutiram a definição deste ramo e seu papel no contexto da ciência geográfica. Como tais análises e definições variaram e, principalmente, como o desenvolvimento de tal ramo da Geografia não foi uniforme, a indicação de diferentes fases nos estudos foi detectada e tratada num Quadro Síntese da Geografia Agrária Brasileira. (FERREIRA, 2001, p.39).

Tratando dos movimentos sociais, Jean Martin (2002) propõe uma linha especifica de pesquisa na geografia, que contemple os movimentos socioterritoriais, enfatizando a presença do MST:

> [...] a partir da análise do caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), queremos mostrar que a geografia já dispõe, fora do beco da "pósmodernidade", de um conjunto de conhecimentos em elaboração que a destaca. Nesse processo se busca a construção de um novo paradigma – no sentido real da palavra – que objetiva fazer da geografia uma ciência social do espaço pluriescalas, da conflituosidade territorial, da emergência de novas identidades socioespaciais, da pesquisa participante dos geógrafos e de seu comprometimento com a realidade. (MARTIN, 2002, p.11).

Ainda na discussão teórica dos movimentos sociais na geografia, Angel Calle (2002) faz uma análise comparativa entre 3 movimentos sociais do campo, e sugere o aprimoramento das questões teórico-metodológicas para esta temática na geografia.

> Este artigo tem dois objetivos. O primeiro é realizar uma análise comparada de três movimentos sociais que se desenvolvem em três contextos políticos diferentes: a Red Ciudadana por la Abolición de la Deuda Externa (RCADE), na Espanha; o movimento de direitos sociais e indígenas, na Guatemala e o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil. O segundo é, a partir dessa análise, refletir sobre questões epistemológicas na análise dos fenômenos de mobilização social: o que são? que relação existe entre conflito e mobilização social? como os conflitos são representados pelos movimentos sociais? quais fatores culturais e estruturais condicionam a evolução de um movimento social? (CALLE, 2002, p.36).

Fernandes, Silva e Girardi (2003) apresentam a organização de informação sobre a reforma agrária e a luta pela terra no Brasil num banco de dados dividido em diversas escalas, denominado de DATALUTA.

As teorias agrárias de Chayanov, Kautsky, Lênin entre outros, serviram para explicar o cooperativismo e o papel do MST no contexto rural brasileiro, no trabalho de Tânia Silva (2002):

> Procurar-se-á discutir as contribuições de autores da questão agrária como Chayanov (1974); Kautsky (1968); Lênin (1982); Oliveira (1994); Stedile (1999); Fernandes (2000); acerca do cooperativismo agrícola. Por sua vez, tendo em vista o nosso objeto de pesquisa, qual seja, a produção e cooperação nos assentamentos do MST, buscaremos resgatar o que o Movimento tem construído em termos de cooperação, bem como os desafios enfrentados nestas frações conquistadas do território capitalista. Por fim, de posse destas reflexões tentaremos pensar a prática do MST, ou melhor, o nosso projeto à luz das contribuições dos pensadores escolhidos para análise. (SILVA, 2002, p.229).

Ainda sobre estes autores, Lyz Duarte (2002) também explora as teorias acerca do campesinato e das unidades familiares, como um referencial para ação do Estado, na formulações de políticas públicas. Rosemeire Almeida (2003) discute o conceito de classe camponesa e sua reprodução frente ao desenvolvimento do capitalismo, percorrendo as idéias de Alexander Chayanov, Teodor Shanin, Karl Marx e José de Souza Martins para embasar o debate teórico:

> O fato da luta pela terra diferir da luta entre o capital e o trabalho não significa que o campesinato não pode ser o protagonista de conflitos abrangentes e anticapitalistas. Ao contrário, é a classe que ainda pode lutar para não viver a expropriação; logo, experimentar a desumanização do capital em sua totalidade. (ALMEIDA, 2003, p.87).

Outro trabalho que enfocou essa discussão conceitual foi o de Larissa Bombardi (2003a), que debateu as conceituações de campesinato e agricultura familiar, sob o prisma ideológico de suas utilizações e suas finalidades:

> Os conceitos com os quais trabalhamos não são de forma alguma neutros, temos sempre que ter em conta a responsabilidade social que nos cabe enquanto pesquisadores. Neste sentido, penso que o debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e (versus) agricultura familiar é mais complexo do que parece ser à primeira vista. Embora os termos soem como sinônimos, estão por trás dos mesmos conceitos teóricos que são diametralmente opostos. (BOMBARDI, 2003a, 108).

No que tange a discussão entre campo – cidade, alguns trabalhos trataram de apresentar referenciais teóricos para essa questão, Diamantino Pereira (2008) traz o conceito de paisagem, relacionando com o conceito de espaço sob a perspectiva do rural e urbano e a teoria de Henri Lefebvre. Em outra análise, Antônio Hespanhol e Rosângela Hespanhol (2006) discutem as questões teóricas e práticas da relação campo-cidade e a perspectiva territorial deste debate no Brasil, a partir da década de 1990.

Definindo pontualmente as diferentes definições do espaço rural, Marta Marques (2002) explora essa questão conceitual baseada nas ciências humanas, enfocando as teorias sociológicas e geográficas:

> [...] o atual debate em torno das mudanças verificadas no campo e da necessidade de repensar o conceito de espaço rural e suas possibilidades de desenvolvimento. Na primeira parte, são apresentados e discutidos, criticamente, tanto o conceito de espaço rural adotado no Brasil como teorias sobre o rural e o urbano elaboradas pela sociologia e pela geografia. Em seguida, são analisados os significados que o espaço rural assume em diferentes períodos na sociedade ocidental à luz da relação cidade-campo,com base nas idéias de autores como Marx, Lefebvre e Williams. Estes dois espaços são pensados como segmentos de uma totalidade dialética, ou seja, totalidade cuja unidade se forma na diversidade. (MARQUES, 2002, p.95).

Por fim, Larissa Bombardi (2003b) apresenta comentários sobre a produção do conhecimento da geografia agrária e as discussões sobre neutralidade científica e responsabilidade social:

> Os conceitos com os quais trabalhamos não são de maneira alguma neutros, é necessário que tenhamos consciência da raiz teórica com a qual trabalhamos e do que há por trás dos conceitos com os quais operamos, sob o risco de acharmos que, por exemplo, estamos diante de um novo rural, quando na verdade, o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário do que se poderia supor, tem provocado o acirramento dos conflitos do campo. (BOMBARDI, 2003b, p.52).

Assim, a geografia agrária inicia o século XXI dando continuidade a antigos e novos temas, que devem ser mantidos na medida em que o debate tende a amadurecer idéias, gerar novos conceitos e alterar teorias vigentes. Esse é o melhor caminho para a ciência geográfica, o da troca de conhecimento com as diferentes posições teórico-metodológicas.

11.4 – Considerações da década de 2000

A compilação dos materiais publicados em geografia agrária nos oito periódicos consultados resultaram em uma tabela que mostra a distribuição por ano e por revista (Tabela 8).

Tabela 8 - Produção da geografia agrária em periódicos nacionais entre 2001 e 2009.

	RBG	BGG	BPG	Geografia (Rio Claro)	Terra Livre	Sociedade & Natureza	Geosul	Geousp	TOTAL
2001	******	3	-	3	1	1	1	-	**9**
2002	******	2	-	2	8	-	3	1	**16**
2003	******	4	2	2	6	3	3	1	**21**
2004	******	-	-	4	3	4	3	-	**14**
2005	2	1	2	3	2	2	1	-	**13**
2006	******	-	-	3	4	2	3	2	**14**
2007	******	3	-	5	1	3	3	1	**16**
2008	******	3	-	3	2	7	2	1	**18**
2009	******	2	-	6	6	1	1	1	**17**
TOTAL	**2**	**18**	**4**	**31**	**33**	**23**	**20**	**7**	**138**

Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Goiano de Geografia, Bol. Paul. de Geografia, Bol. Geografia Teorética, Geografia (Rio Claro), Terra Livre, Sociedade & Natureza, Geosul e Geousp.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

A produção científica na década de 2000, totalizou 138 artigos referentes à geografia agrária nos nove periódicos consultados. Destes, 23,9% foram publicados na Revista Terra Livre, 22,5% na Revista Geografia (Rio Claro) e 16,6% na Sociedade & Natureza . No ano dede 2003, houve a maior circulação de artigos trabalhando a questão agrária, 15,2% do total publicado. Destaca-se a publicação constante em geografia agrária durante todos os anos da década.

Houve um aumento de produção em geografia agrária em relação a década de 1990, de 70 artigos para 138, quase 100%. Baseado nisso, podemos constatar que a temática agrária ganhou novas ramificações de estudo, como a inserção de teorias como o meio técnico-científico-informacional, ruralidade e urbanidade, multifuncionalidade do espaço rural, pluriatividade, aspectos culturais, movimentos sociais pela luta da terra, ou seja, a diversidade de temas se ampliaram na geografia agrária, não se restringindo a produção agropecuária (Quadro 11).

Abordagem \ Década	2001 - 2009
Econômica	40
Política	25
Ambiental	17
Histórica	16
Estatística	13
Teórico-metodológica	13
Histórico-Dialético	12
Cultural	7
Sociológica	4
Comparação	3
Fenomenológica	3
Agronômica / Agrícola	3
Descritiva	1

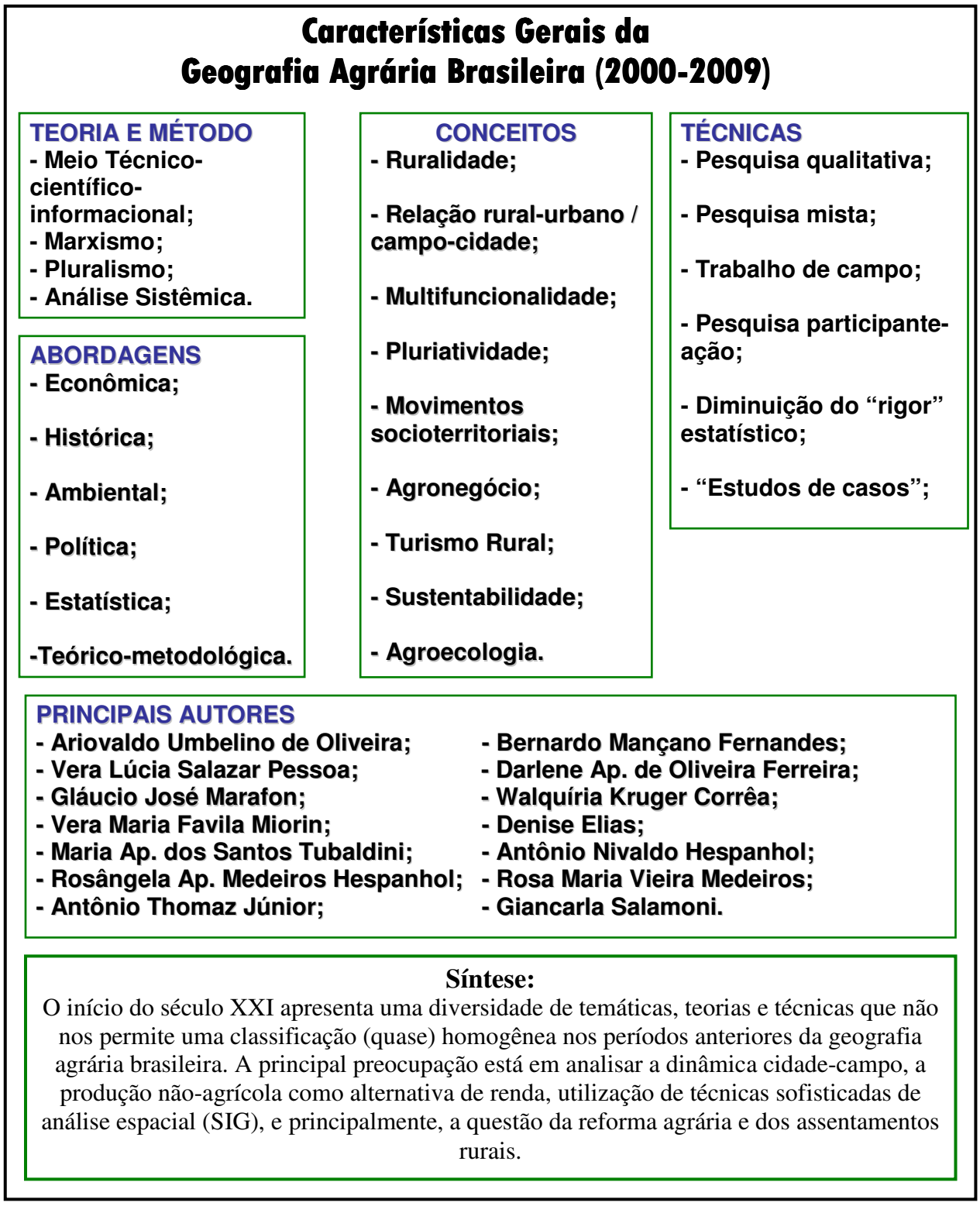
Quadro 11 – Abordagens utilizadas na produção da geografia agrária entre 2001 - 2009, nos periódicos nacionais.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Goiano de Geografia, Bol. Paul. de Geografia, Bol. Geografia Teorética, Geografia (Rio Claro), Terra Livre, Sociedade & Natureza, Geosul e Geousp.
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves. 157

Destaca-se o crescimento de questões políticas tratadas pela geografia agrária neste início de século, o geógrafo tende a desenvolver pesquisas que entendam a dinâmica espacial e como as políticas podem interferir positivo e negativamente nessa distribuição e organização do espaço, como é o caso das políticas fundiárias e de reforma agrária. Dessa forma, as atividades econômicas são peças importantes neste tipo de análise e quase sempre estão associadas a abordagem política.

Considerando a análise ambiental na geografia agrária, observa-se a necessidade, cada vez maior, de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre essa temática. A geografia pode auxiliar nessas questões, a medida em que tem como objeto de estudo a relação da sociedade e natureza organizada espacialmente, fica claro que se deve apontar os grandes problemas decorrentes da modernização da agricultura ao meio ambiente, mas também é importante indicar soluções e alternativas de geração de renda e preservação ambiental, neste caso a agroecologia é uma saída estratégica para boa parte dos agricultores.

Por fim, achamos válidos os estudos com caráter teórico-metodológico na geografia em geral, não só na agrária. Pois são esforços em compilar conceitos, teorias e métodos em torno de grandes temas, que por vezes esquecidos, mas estão no dia a dia da pesquisa

geográfica. Esse exercício de reflexão epistemológica nunca deve se findar, pelo contrário, o amadurecimento da geografia como ciência passa obrigatoriamente por essas discussões.



Esquema 9 – Características gerais da geografia agrária brasileira, 2000-2009.
Fonte: Rev.Bras. de Geografia, Bol. Paul. de Geografia, Boletim Goiano de Geografia, Sociedade & Natureza, Geosul, Geousp, Terra Livre e Geografia (Rio Claro).
Levantamento e organização: Flamarion Dutra Alves.

BOX 8 – BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Bernardo Mançano Fernandes[41] é formado em Geografia pela USP em 1988, doutor em Geografia Humana na mesma instituição em 1999 sob orientação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e Pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin American and Caribbean - University of South Florida (2008). É coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, onde preside a coleção Vozes do Campo.

Atualmente é docente na Universidade Estadual Paulista – Campus Presidente Prudente, atuando na graduação e pós-graduação. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, e a Revista NERA. Também ministra aulas em algumas universidades sul-americanas. Trabalha com as temáticas relacionadas com a reforma agrária, movimento e desenvolvimento socioterritorial, desenvolvimento territorial entre outras. Tem mais de 10 livros publicados, 89 artigos publicados em revistas, 59 capítulos de livros, mais de 60 trabalhos em anais de congressos. Entre os livros publicados, destacam-se "MST: formação e territorialização" (1996), "A formação do MST no Brasil" e a "Questão agrária, pesquisa e MST" (2001), estes livros retratam a preocupação de Bernardo Fernandes com a questão desigual da estrutura fundiária brasileira. Orientou 9 mestres e 7 doutores em geografia, coordena a Revista do NERA,

Desenvolveu o conceito de territorialização na formação dos assentamentos rurais da reforma agrária, associando esse território a um espaço delimitado politicamente, apresentando características intrínsecas, que o divergem do latifúndio. A abordagem política é saliente em seu discurso, bem como o processo histórico de formação dos espaços agrários.

A luta pela terra é uma peça-chave para a questão do poder nesse processo de territorialização do MST. Por estes estudos sobre a reforma agrária, tornaram Bernardo Mançano Fernandes referência na geografia agrária dos movimentos socioterritoriais, sendo convidado a dar inúmeras palestras em eventos científicos, bem como na participação de bancas de mestrado e doutorando, chegando a 79 no período entre 2000-2009.

[41] Fonte – Foto: http://lattes.cnpq.br/2836764800084585

12 - CONCLUSÕES

Percorridos setenta anos de análises nos periódicos científicos, constatou-se inúmeras questões relevantes para o debate epistemológico da geografia agrária, acerca das teorias, métodos, técnicas e abordagens empregadas no estudo do espaço rural. Considerações serão feitas em torno dos resultados obtidos no longo acervo bibliográfico consultado, entretanto, deixaremos muitas indagações e afirmações sobre a história da geografia agrária brasileira.

Primeiramente, a construção de uma ciência, ou ramo, se faz pela acumulação do conhecimento ao longo de sua trajetória, ou seja, tudo que já foi produzido na geografia agrária deve ser levado em consideração no seu caminho como área de atuação do geógrafo. O conhecimento adquirido no início do século XX não pode ser renegado, como se todas pesquisas realizadas não tivessem relevância no que é, hoje, a geografia agrária. O abandono de conceitos e teorias são comuns em todas ciências, mas é necessário se fazer uma reflexão quanto a isso, pois os paradigmas e tendências da época apresentam bases teórico-metodológicas e filosóficas diferentes das anteriores, mas não é obrigação do cientista abandonar todo conhecimento adquirido anteriormente.

Vejamos no caso da geografia agrária brasileira, o conceito de **gênero de vida** utilizado na geografia clássica, de origem francesa *lablachiana*, foi esquecido pela geografia no final da década de 1960. Este conceito consegue representar uma noção do objeto de estudo da geografia, que é a relação e os processos entre sociedade e natureza organizados espacialmente, representando um grupo social, organizado ou espacialmente produzido

mantendo sua relação com a natureza (intocada ou artificializada) e com grupos sociais, de forma local, regional ou em outra escala.

Alguns apontamentos devem estar claros, como a evolução dos conceitos, isso quer dizer que ao retomar este conceito, estudos deverão ser feitos em torno desse conceito e viabilizando sua evolução, de acordo com as novas realidades que estão impostas no século XXI. O conceito de gênero de vida não deve ser associado, exclusivamente, a geografia francesa, pois sua evolução poderá ser embasada em outras vertentes de pensamento, com isso alterando sua base inicial, mas sempre deixando em evidência a relação e processos entre os elementos que compõem o gênero de vida, como a *História do local*, *identificação dos recursos físicos*, *aspectos populacionais em geral*, *dinâmica econômica*, *estrutura agrária e política*, entre outros elementos que fazem parte deste conceito, além de outros que devem ser incluídos, ou seja, o conceito de gênero de vida é um dos conceitos mais geográficos, e deve ser retomada a discussão conceitual.

Outra questão importante a ser analisada na geografia agrária brasileira é quanto a escala de análise. Desde a década de 1930 há o predomínio de investigações em escala local, quanto muito regional, por isso, devemos pontuar alguns motivos dessa ocorrência:

1) O trabalho de campo, o empírico, ainda é a grande técnica do geógrafo;
2) Tempo limitado para desenvolvimento das pesquisas;
3) Possibilidade de uma análise mais profunda, mais relações entre os elementos;
4) Emergência para resolver ou dispor resultados a comunidade/sociedade;
5) Pesquisas referentes aos locais de origem ou formação dos pesquisadores;
6) Praticidade / Facilidade de análise;
7) Falta de recurso para pesquisas em áreas muito grandes;
8) Tradição francesa da geografia regional.

Esses são alguns dos motivos que levam ao geógrafo, não só agrário, a pesquisar em uma escala local, e isso tem conseqüências positivas e negativas para a ciência geográfica. Quanto aos fatores positivos, destacamos a riqueza de detalhes, informações e elementos que são explorados. Outro ponto exitoso é o resultado direto da pesquisa para uma comunidade rural, o convívio e o contato entre pesquisador e população é extremamente relevante para a obtenção de informações durante a pesquisa. Entretanto, os pontos negativos se remetem a

construção de trabalhos amplos que contemplem uma maior fração da população brasileira, com discussões que interliguem as diferentes regiões do Brasil e uma gama de variáveis, pois, a grande maioria dos estudos locais são específicos a um tema de um município ou comunidade, sendo mais direcionado, com poucas conexões a outras abordagens (Quadro 12).

ABORDAGEM	Temáticas	Escala
Econômica	Pluriatividade Agricultura Familiar Agronegócio	Local/Regional
Política	Reforma Agrária Crédito Leis trabalhistas	Local/Regional/Nacional
Ambiental	Sustentabilidade Agroecologia Preservação Impactos da agricultura	Local / Regional
Sociológica	Campesinato Trabalhador rural Gênero Campo-cidade Agricultura Familiar	Local/Regional
Estatística	Sensoriamento Remoto Produtividade agrícola Imagens de Satélite – Cartografia digital	Local/Regional/Nacional
Cultural	Multifuncionalidade Ruralidade Assentamento rural	Local
Histórico-dialético	Desigualdades sociais Contradições do capitalismo	Local/Regional/Nacional

Quadro 12 – Abordagens, temáticas e escalas de análise na geografia agrária brasileira, pós 2000.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

As abordagens metodológicas adotadas nessa tese, como critérios para estabelecer a evolução da geografia agrária brasileira, deixaram evidentes as ruptura de paradigmas em determinados momentos da história geográfica. Todavia, ficou claro que apesar dos momentos de rupturas, nunca houve uma homogeneidade absoluta de concepções na geografia agrária, sempre quando uma abordagem se sobressaiu, outros enfoques foram utilizados. E este cenário vai se acentuar, a partir da década de 1990, quando não haverá uma abordagem predominante e sim uma convivência entre várias abordagens.

Os trinta anos de geografia agrária clássica no Brasil foram importantes para expor as diferentes regiões, seus modos de vida e os sistemas agropecuários de acordo com as paisagens naturais e culturais componentes da região. No período de 1939 a 1965, a maioria da população brasileira vivia no espaço rural, por isso a atenção voltada as questões rurais

eram mais evidentes nos trabalhos geográficos, inclusive a década com maior produção nos periódicos foi em 1950, esse denota a importância que as relações e dinâmicas do espaço rural tinham para a sociedade brasileira.

A partir da década seguinte, houve a transição do pensamento hegemônico francês para os ideais quantitativos, fato que evidenciou o potencial teórico e técnico do geógrafo agrário frente as novas demandas da época. O aprimoramento estatístico deu para a geografia credibilidade de diversos dados quanto a produção agropecuária, população, estrutura fundiária entre outros. A utilização correta da estatística numa pesquisa geográfica só tem a acrescentar no resultado final, pois a estatística-matemática (quantificação) é uma técnica e não filosofia norteadora, essa confusão ainda existe por parte de geógrafos mal esclarecidos.

Outro estigma criado na geografia quantitativa, foi quanto a utilização da abordagem sistêmica no estudo da organização do espaço agrário. A Teoria Geral dos Sistemas foi uma referência teórica para as pesquisas em geografia agrária, no período da Nova Geografia, e por isso, criou-se esta relação errônea da abordagem sistêmica na geografia e técnicas quantitativas, pois se pode fazer uma pesquisa sistêmica sem ser quantitativo.

Este período da geografia quantitativa, deve ser lembrado associado ao regime político da época, onde a liberdade de expressão era reprimida, fato que dificultava a exposição dos problemas agrários, como a concentração de terras, políticas destinadas aos grandes produtores rurais, reforma agrária entre tantos temas que foram ocultados neste período.

Durante a década de 1980, a geografia agrária passou pelo momento de renovação–transição com a inserção das teorias marxistas no processo explicativo da produção do espaço geográfico. E assim, como na geografia teorética pouco se aproveitou da corrente de pensamento passada, mesmo sendo filosofias distintas, há resultados positivos desenvolvidos que poderiam ser adaptados e reformulados, mas não abandonados pelos geógrafos críticos como por exemplo, os modelos espaciais, muito úteis e explicativos nas análises geográficas, pois os elementos estão distribuídos espacialmente, pode-se explicar a origem histórica de cada elemento, analisar o cenário momentâneo, além de fazer projeções numa ótica crítica, que valorize o social.

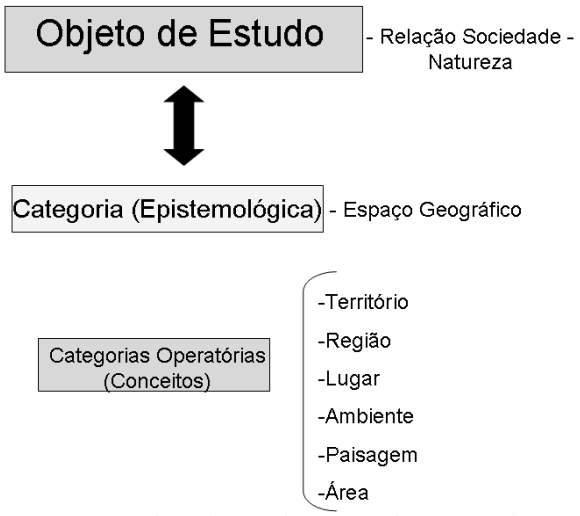
Houve grandes conquistas na geografia agrária crítica, como a discussão dos efeitos contraditórios do capitalismo no campo brasileiro, bem como os efeitos negativos do processo modernizante na agricultura brasileira, ocorrido a partir da década de 1960. Essa reflexão das conseqüências das iniqüidades econômicas e políticas no campo brasileiro para a sociedade, em especial os agricultores familiares / camponeses, foi de extrema significância no contexto acadêmico.

A partir da década de 1990 há uma diversidade de abordagens na geografia agrária que ganham visibilidade, pois o espaço rural não é somente agropecuário nem é um espaço social somente. Há outras relações entre esses dois grandes eixos de pesquisa em geografia agrária, como a identidade rural, ruralidade, relação campo-cidade, questões ambientais, sustentabilidade entre outros temas que emergem da necessidade de explicação das realidades cada vez mais dinâmicas.

Por isso, a possibilidade do geógrafo em trabalhar inúmeras questões e temáticas sobre o espaço geográfico, enfatiza-se a seguinte questão: *O que é geográfico?*

Para alguns geógrafos, numa perspectiva social, são os fenômenos que ocorrem no espaço social ou na formação socioespacial, considerando a natureza um elemento artificializado desse espaço social. Para outros, numa linha clássica é a relação entre a sociedade/homem *versus* natureza/meio organizado e distribuído espacialmente. Além de outras perspectivas teóricas que pode ser qualquer fenômeno humano no espaço e assim por diante.

Entende-se que essas visões sobre *o que é geográfico*, levam as antigas discussões sobre o objeto de estudo da geografia, mas apenas retratando nossa opinião a esse respeito, percebemos que a geografia se fundou com o *status* de ciência que estuda a dinâmica e os fenômenos da natureza relacionando-os com as relações humanas. Nesse sentido, a geografia não pode perder esse foco central do seu objeto de análise, sendo que, ora o foco será maior nos aspectos físicos, ora nos aspectos humanos, mas isso faz parte das subdivisões da geografia (Esquema 10).



Esquema 10 - Objeto de estudo, categorias e conceitos geográficos
Organização: Flamarion Dutra Alves.

O grande diferencial nos estudos agrários pós 1990 são as diversidades de temáticas, autores referenciados e objetos de análises, estendeu-se o leque de assuntos e abordagens na geografia. A geografia social foi buscar nas fontes das ciências sociais e filosofia o suporte para essas pesquisas, bem como a abordagem cultural na antropologia ou a abordagem ambiental com base em estudos realizados por agrônomos ou economistas agrícolas, ou seja, o trabalho geográfico não depende, exclusivamente, dos referencias escritos por geógrafos.

A utilização dessas teorias de outras áreas do conhecimento em um trabalho geográfico não é visto como preocupante na ciência geográfica, o que deve ser preocupante é o foco da pesquisa na geografia.

Qual a contribuição para a ciência geográfica de uma pesquisa com referencias somente de outras áreas?

Será que o objetivo da pesquisa está de acordo com o objeto de estudo da geografia?

Será que as categorias e conceitos são geográficos?

São perguntas que devem ser feitas em qualquer trabalho na geografia para entender o rumo das pesquisas, e verificar as tendências de pesquisa, pois essas discussões são essenciais para o entendimento das questões epistemológicas em geografia. Mas essa diversidade teórico-metodológica sempre esteve presente nos estudos agrários na geografia, conforme salienta Alves e Ferreira (2009):

> O referencial teórico utilizado na geografia rural brasileira se destaca pela heterogeneidade das áreas do conhecimento. A fundamentação baseada em autores e teorias da sociologia rural, economia rural, agronomia, antropologia rural entre outras são constantemente consultadas pelos geógrafos que trabalham com a temática agrária. (ALVES & FERREIRA, 2009, p.154).

Embora haja essa necessidade de procurar em outras áreas do conhecimento o suporte para as pesquisas geográficas, muitas vezes para explicar o que as teorias da geografia não explicam, o trabalho em geografia agrária sempre deverá se atentar a explicação dos fenômenos e acontecimentos que interferem na produção ou organização do espaço.

Na geografia agrária brasileira há contribuições realizadas ao longo da história, que muitas vezes são esquecidos ou não conhecidos. Como os trabalhos de Manuel Correia Andrade quanto a questão agrária e as relações de trabalho no campo, em sua vasta obra Andrade deixou várias pistas sobre as conseqüências do capitalismo no campo brasileiro, tanto para as questões produtivas, quanto para a organização da sociedade.

Outros autores que são chaves no desenvolvimento teórico-metodológico da geografia agrária brasileira são José Alexandre Felizola Diniz, que em relação a modernização da agricultura e metodologia na geografia agrária desenvolveu pesquisas importantes, como a abordagem sistêmica e os elementos internos e externos da agricultura, que servem para fazer uma caracterização elementar de qualquer localidade, município ou região rural.

Os trabalhos de Lucia Helena Gerardi sobre a modernização da agricultura e utilização da abordagem sistêmica são pesquisas que servem como suporte em investigações geográficas. A obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira também é destaque na geografia agrária brasileira, pois interpreta o espaço rural sob o viés histórico-dialético para compreender as relações capitalistas na agricultura, e consequentemente, os processos gerados por estes efeitos para as populações rurais.

Dessa forma, a geografia brasileira, bem como ramo agrário evoluíram quanto as categorias de análises, objetos estudados, conceitos operacionais e métodos de análise (Quadro 13).

	Categoria Principal	Objeto de estudo	Conceitos operatórios freqüentes	Método de na análise
Geografia Clássica	Paisagem (Natural e Cultural)	Natureza se impõe ao homem N → H	Região, Área	Indutivo-Empírico-Descritivo
Geografia Quantitativa	Espaço (organizado)	Natureza e homem em equilíbrio – sistêmico N ←→ H	Região, (Geo)Sistema	Dedução-modelagem-estatístico
Geografia Crítica	Espaço (produzido) Espaço (vivido)	Homem produz e transforma a natureza H → N	Território, Lugar, Paisagem	Dialético-histórico-percepção
Geografia Plural	Espaço (multidimensional / complexo)	Homem produz e transforma a natureza que serve o homem H → N → H	Território, Rede, Lugar, Paisagem	Ecletismo-Pluralismo

Quadro 13 - Síntese das categorias de análise e as correntes do pensamento geográfico.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Assim, pode-se fazer uma perspectiva para este início de século XXI quanto a categoria de análise geográfica, que ainda é o espaço, mas abordado de uma forma multidimensional e complexo entendo suas diversas relações espaciais, como a questão campo-cidade, multifuncionalidade do espaço rural entre outros.

O domínio do homem sobre a natureza foi sempre discutido pela geografia, desde a geografia possibilista, mas hoje há uma preocupação em preservar essa natureza, não apenas se apropriar, produzir nela. Dessa forma, entendemos que as abordagens ambientais se adéquam a essa nova realidade imposta na geografia agrária, dando alternativas para as questões produtivas, por exemplo a produção agroecológica e orgânica.

As questões sociais, econômicas e políticas são temáticas que refletem o uso dos conceitos geográficos, como o território, que espelha os processos de desigualdade, poder, identidade e daí surgem novos processos, como a territorialização, desterritorialização e reterritorialização, em especial dos movimentos sociais e assentamentos rurais, que estão em voga na geografia agrária deste início de século.

Por fim, acreditamos que a geografia atual é plural, pois contempla a diversidade de concepções metodológicas, técnicas e conceituais, além de permitir a utilização de teorias de outras áreas do conhecimento para explicar os fenômenos espaciais. Entretanto, apesar desse

pluralismo é necessário dar o enfoque geográfico para toda pesquisa, mesmo tendo como base abordagens diversas. Já o ecletismo, é o emprego de teorias, conceitos e métodos distintos, inclusive de filosofias divergentes, mas sem a preocupação em explicitar o utilização dos mesmos, cremos que na geografia agrária atual existe uma confusão quanto a isso, e para auxiliar nessas questões, torna-se preponderante o estudo epistemológico da geografia, entendendo a gênese da ciência e suas tendências, pois conhecendo as origens podemos traçar o caminho a ser seguido e quais as contribuições de cada momento deixou de positivo para a construção geográfica.

13 – REFERÊNCIAS COMENTADAS

ABREU, Adilson Avansi de. A colonização ítalo-germâmica no Espírito Santo. p.85-102. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.44, out, 1967. *O autor descreve a ocupação dos colonos italianos e alemães no Estado do Espírito Santo.*

ABREU, Florêncio de. O gado bovino e sua influência sobre a antropogeografia do Rio Grande do Sul. p.466-476. *In*: **Boletim Geográfico**. v.11, n.116, 1953. *O texto mostra a importância da produção pecuária na organização da cultura gaúcha.*

ABREU, Sylvio Fróes. Borracha natural e borracha sintética. p.416-434. *In:* **Boletim Geográfico**. v.22, n.175, 1963. *O autor faz um apanhado histórico da cultura da borracha no mundo e no Brasil, aprontando para as novas tecnologias na produção sintética da borracha.*

AB'SÁBER, Aziz Nacib & COSTA JÚNIOR, Miguel. Paisagens rurais do sudoeste goiano, entre Itumbiara e Jataí. p.38-63. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.7, mar. 1951. *O texto mostra algumas características da geografia humana, em especial o povoamento e o habitat rural da região do sudoeste de Goiás.*

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Paisagens e problemas rurais da região de Santa Isabel. p.45-70. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.10, mar. 1952. *Nesse texto, o autor mostra os tipos de paisagens e as condições rurais do município de Santa Isabel.*

_____. Aptidões agrárias do solo maranhense. p.31-37. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.30, out. 1958. *Analisa as áreas favoráveis à agricultura no Estado do Maranhão, levando em consideração a geologia e geomorfologia.*

_____. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. p.221-232. *In:* **Estudos Avançados**. v.8, n.22, 1994. *O autor faz uma homenagem a Pierre Monbeig, detalhando sua passagem no Brasil e sua contribuição para a geografia.*

ACKERMAN, Edward A. Treinamento geográfico, pesquisa em tempo de guerra e objetivos profissionais imediatos. p.780-795. *In:* **Boletim Geográfico**. v.5, n.55, 1947. *Nesse texto, o autor traz a influência geográfica estadunidense e faz um paralelo entre o método regional e sistemático, defendendo o segundo, mas também considerando aspectos positivos do método regional.*

AHMAD, Farooq. Runoff farming in reducing rural poverty in cholistan desert. p.177-188. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.20, n.1, 2008. *O texto analisa a agricultura e os recursos hídricos no Deserto de Cholistão na Índia, e seus impactos sociais na população local.*

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? p.87-112. *In:* **Terra Livre**. n.15, 2000. *O autor analisa as políticas governamentais e textos acadêmicos com relação aos conceitos do "Novo Rural" para o campo brasileiro.*

_____. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. p.25-39. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.19, 2003. *Com uma abordagem histórica, o texto apresenta o resgate da discussão campo-cidade no contexto brasileiro.*

ALFREDO, Anselmo. Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. p.63-108. *In:* **Geousp**. n.24, 2008. *o texto discute as contradições da agroindústria leiteira em Minas Gerais, da renda da terra, acumulação de capital e reprodução capitalista.*

ALMEIDA, José. Pioneiros no Vale do São Francisco. p.227-228. *In:* **Boletim Geográfico**. v.17, n.150, 1959. *Estudo que indica áreas favoráveis e prósperas para a atividade agrícola no Vale do Rio São Francisco.*

ALMEIDA, Maria Geralda de. Espaço rural em mutação no Québec. p.219-241. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.23, n.2, 2003. *O texto discute a ruralidade e patrimônio histórico e cultural e sua relação com a preservação do lugar e do meio ambiente.*

ALMEIDA, Orlando Francisco da Rocha. A questão agrária no Brasil: um exemplo de interdependência entre Filosofia, Ciência Geográfica e Sociedade. p.1-37. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.7-8, n.1-2, 1988. *O texto discute algumas ligações teóricas entre a filosofia, geografia e o estudo da questão agrária.*

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. p. 576-597. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.140, 1957. *O autor estuda a economia da Bahia, enfocando o caráter histórico e sociológico em sua abordagem.*

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. p.73-88. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.21, 2003. *O texto discute o conceito de classe camponesa e sua reprodução frente ao desenvolvimento do capitalismo.*

ALMEIDA, Thiara Messias de; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos; MOREAU, Maurício Santana; PIRES, Mônica de Moura; FONTES, Ednice de Oliveira; GÓES, Liliane Matos. Reorganização socioeconômica no extremo sul da bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. p.5-18. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.20, n.2, 2008. *O texto analisa as transformações socioeconômicas ocorridas no sul da Bahia após a inserção da atividade silvícola do eucalipto.*

ALONSO, Delnida Martinez. Aspectos geográficos da cultura fumageira no Estado do Rio Grande do Sul. p.295-314. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.20, n.3, 1958. *O texto analisa as regiões produtoras de fumo no Rio Grande do Sul.*

ALVES, Flamarion Dutra. A influência alemã e francesa na geografia agrária brasileira. p.2000-2016. *In:* IX Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: AGETEO, 2009. *O texto apresenta as contribuições teórico-metodológicas de Leo Waibel e Pierre Monbeig na geografia agrária.*

ALVES, Flamarion Dutra. & FERREIRA, Enéas Rente. Evolução e perspectivas da metodologia em Geografia Agrária. p.725-735. *In:* Seminário de pós-graduação em geografia da UNESP- Campus Rio Claro, v.7. **Anais...** Rio Claro: AGETEO, 2007. *O texto traz a análise de três autores de diferentes escolas do pensamento na geografia agrária, Orlando Valverde, José A. Diniz e Ariovaldo Oliveira.*

_____. Pressupostos teórico-metodológicos da geografia rural brasileira: evolução e tendências. p.1-14. *In:* Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, v.1. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2008a. *O texto faz uma análise das diferentes correntes do pensamento na geografia rural, indicando uma geografia rural plural após a década de 1990.*

_____. Elementos metodológicos da geografia agrária clássica: a produção em periódicos brasileiros. p.43-61. *In:* **Geo UERJ**. v.2, n.18. Rio de Janeiro, 2008b. *O texto mostra as diferentes abordagens metodológicas na geografia agrária clássica.*

_____. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. p.147-156. *In:* **Mercator**. v.8, n.16, 2009. *O texto discute as teorias agrárias de Chayanov, Kautsky e Lênin na Geografia Rural.*

ALVES, Flamarion Dutra & SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. A metodologia sistêmica na geografia agrária: um estudo sobre a territorialização dos assentamentos rurais. p.125-137. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.20, n.1, 2008. *O texto aborda de forma sistêmica os impactos dos assentamentos rurais em Candiota-RS, utilizando fontes estatísticas e dados empíricos.*

AMARAL, José Januário de Oliveira. O sentido da colonização agrícola de novas terras: o exemplo de Rondônia/Brasil. p.131-142. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.71, dez. 1998. *O texto mostra os aspectos políticos e sociais da colonização realizada em Rondônia.*

AMARAL FILHO, Zebino Pacheco do & OENNING, Isaias. Aptidão agrícola e zoneamento agrícola da Gleba 01 – Projeto Assentamento Machadinho. p.135-148. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.59, n.1, 2005. *O texto apresenta o zoneamento dos solos e suas aptidões agrícolas, no Assentamento Machadinho em Rondônia com base nas imagens de satélite.*

ANNAERT, Jean. Por uma geografia aplicada. p.30-36. *In:* **Boletim Geográfico**. v.27, n.202, 1968. *O texto ressalta a necessidade de desenvolver uma geografia aplicada, preocupada em entender a organização do espaço.*

ANDRADE, Manuel Correia de. Considerações geo-econômicas sobre a cultura do fumo no Brasil. p.181-184. *In:* **Boletim Geográfico**. v.21, n.173, 1963. *O autor adota as características da geografia clássica para descrever a cultura do fumo no Brasil, em espacial na região de Arapiraca. Condições físicas, aspectos humanos, habitat e paisagem.*

_____. Condições naturais e sistema de exploração da terra no Estado de Pernambuco. p.63-84. *In:* **Boletim Paulista de Geografia.** v.44, out. 1967. *O autor analisa os tipos de agricultura em Pernambuco e suas relações com o meio físico e humano.*

_____. Latifúndio, cana de açúcar e côco no norte de Alagoas. p.16-58. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.45, jun. 1968. *O texto apresenta a relação entre meio físico e estrutura fundiária na análise regional no norte de Alagoas.*

_____. Comércio internacional e distribuição espacial da produção de açúcar no Brasil. p.15-30. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.51, jun. 1976. *O autor aborda a produção do açúcar no Brasil, sob o enfoque histórico e salienta suas transformações no espaço.*

_____. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. p.05-28. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.54, jun. 1977. *O texto discorre sobre a história da geografia e a realidade brasileira.*

_____. O processo de modernização agrícola e a proletarização do trabalhador. p.31-41. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.3, n.5, 1978. *Utilizando uma abordagem histórica e sociológica, o autor interpreta as novas tendências na agricultura, enfocando a questão do trabalhador rural.*

_____. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. p.03-14. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.25, n.49-50. Rio Claro, 1995. *O texto de Andrade elucida algumas questões teóricas e metodológicas da geografia rural, mostrando favorável a uma diversidade metodológica na ciência.*

_____. América Latina: presente, passado e futuro. p.140-148. *In:* **Terra Livre**. v.10, 1992. *O texto mostra o processo de formação territorial dos países latino-americanos, enfatizando a colonização e reforma agrária.*

_____. Espaço Agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas , velhas funções. p.11-19. *In:* **Geousp**. n.12, 2002. *O texto perpassa sobre o processo histórico de formação do espaço agrário brasileiro, enfatizando o trabalhador rural, as desigualdades sociais e a reforma agrária.*

ANDRADE, Theophilo de. Rio de janeiro, a porta do café. p.369-372. *In:* **Boletim Geográfico**. v.24, n.186, 1965. O texto apresenta o processo histórico do café no Brasil e o desenvolvimento do município do Rio de Janeiro através das exportações de café pelo porto.

ANJOS, Flávio S. dos; CALDAS, Nádia V; SILVA, Fernanda N. da; VALENTE, Gracieli B; SILVA, Médelin M. da. Estudo sobre a inadimpl~encia em contratos do PRONAF no Brasil. p.473-486. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.34, n.3, 2009. *O texto discorre sobre a política de crédito rural do PRONAF, e sua inadimplência nos contratos.*

ANTONELLO, Ideni Terezinha. Trabalho concreto, trabalho abstrato – reprodução do campesinato sergipano. p.41-63. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.27, n.1, 2002. *O texto expõe as contradições do capitalismo no campo e as formas e estratégias de reprodução do campesinato sergipano, em análise do trabalho concreto e abstrato.*

_____. Ascensão do "Profissional Agrícola" no espaço rural francês. p.145-157. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.29, n.2, 2004. *A autora apresenta as transformações socorridas no campo francês, onde o agricultor se profissionalizou e integrou-se aos mercados e a indústria.*

ARANA, Alba Regina Azevedo. Os avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações – o caso Coperguaçu Descalvado – SP. p.147-162. *In:* **Terra Livre**. n.19, 2002. *O texto analisa a integração de produtores de aves e as transformações ocorridas nas relações de trabalho e produção.*

ARANA, Alba Regina Azevedo & BALDASSI, Gláucia. A Reserva Legal no Paraná e os desafios à sua implantação: um estudo sobre os produtores rurais no município de Paranacity – PR. p.79-91. *In:* **Geousp**. n.26, 2009. *O texto discute as políticas ambientais, em especial a Reserva Legal, em áreas rurais no Estado do Paraná.*

ARAUJO, Ely Goulart Pereira de. Alguns aspectos da paisagem rural no município de Olímpia. p.12-22. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.4, mar. 1950. *O autor descreve as condições de vida da população de Olímpia – SP, mostrando as condições do meio físico e as habitações rurais.*

ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de & MARCHESAN, Jairo. A questão ambiental na produção agrícola do município de Concórdia (SC) e a constituição da consciência dos sujeitos pela superação da racionalidade técnica. p.113-130. *In:* **Geosul**. v.18, n.36, 2003. *O texto analisa a percepção dos agricultores frente as inovações tecnológicas na agricultura e a questão ambiental.*

ARAUJO FILHO, José Ribeiro de. A cultura da banana no Brasil. p.27-54. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.27, out. 1957. *O autor destaca a importância econômica da cultura da banana na região sudeste, em especial o litoral.*

_____. O café em São Paulo. p.57-82. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.50, mar. 1976. *O texto apresenta algumas contribuições que a lavoura cafeeira trouxe para a organização e transformação da paisagem no Estado de São Paulo.*

ASSIS, Renato Linhares de; AREZZO, Dryden Castro de; ALMEIDA, Dejair Lopos de; DE-POLLI, Helvécio. Caracterização dos agricultores orgânicos fluminenses e análise de suas experiências. p.153-160. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.20, n.1, 1995. *O texto apresenta as características de agricultores que trabalham de forma orgânica, pensando na conservação ambiental.*

AZEVEDO, Aroldo. Paisagens do Rio Grande do Sul (impressões de viagem). p.46-64. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.12, out. 1952. *O texto traz alguns relatos das diferentes paisagens encontradas no Rio Grande do Sul, com ênfase nas descrições e detalhes físicos e humanos.*

_____. Estrutura econômica do Rio Grande do Norte. p.55-73. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.35, jul. 1960. *Através do Anuário Estatístico do IBGE, o autor faz uma análise estatístico-geográfica da produção agropecuária.*

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. 2.ed.Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. *O livro aborda questões referentes as mudanças e evoluções da ciência, acerca da epistemologia.*

BACKHEUSER, Everardo. Alguns conceitos geográficos e geopolíticos. p.403-409. *In:* **Boletim Geográfico**. v.4, n.40, 1946. *O texto traz diferenciações dos conceitos de geopolítica e geografia política, além de definir os objetos e métodos da geografia.*

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro & MARAFON, Gláucio José. A inserção do município de Quissamã no complexo agroindustrial sucro-alcooleiro. p.153-167. *In:* **Geografia**. v.28, n.2, 2003. *O texto apresenta uma abordagem econômica do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar no Norte Fluminense.*

BARBOSA, Ycarim Melgaço. Conflito pela posse da terra, posseiros x a grande empresa Fazenda Pantanal de Cima. p.121-126. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.9-10, n.1-2, 1990. *Com abordagem política, o autor relata os fatos conflitantes pela posse de terra na região do Médio Araguaia em Tocantins.*

BARRAS, Raimundo de. O seringueiro. p.23-42. *In:* **Terra Livre**. n.7, 1990. *O texto descreve as condições de vida e o cotidiano do seringueiro na Amazônia.*

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. O papel de Pierre Monbeig na análise da ocupação da frente pioneira do Centro-Oeste (1930-1940). p.89-107. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.15, n.1, 1995. *O texto discute a importância da obra de Monbeig no estudo das frentes pioneiras no Centro-Oeste.*

BARRÈRE, Pierre. O mercado mundial da banana. p.141-158. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.121, 1954. *O autor trabalha a questão econômica da cultura da banana, verificando os países importadores e exportadores desse gênero alimentício.*

BARRETO, Castro. Considerações sobre o êxodo rural. p.1127-1135. *In:* **Boletim Geográfico**. v.4, n.45, 1946. *Nesse artigo, o autor faz algumas considerações das causas e conseqüências do êxodo rural no Brasil.*

BARRETO, Maria José Rezende. Dimensões da agricultora e regionalização do Mato Grosso de Goiás – 1975. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.2, n.2, 1982. *O texto mostra a regionalização da agricultura e da modernização agrícola realizada através da técnica da Análise Fatorial.*

BARRETO, Maria José Rezende & GERARDI, Lúcia Helena Oliveira. Dimensões da agricultura e regionalização da modernização no Mato Grosso de Goiás – 1975. p. 147-153. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.7, n.13-14, 1982. *O texto mostra a regionalização da agricultura e da modernização agrícola realizada através da técnica da Análise Fatorial.*

BARROS, Nilson Cortez Crocia. A produção/organização do espaço Nordeste canavieiro do sistema engenho: ensaio de geografia histórica. p.109-118. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.62, 2º sem. 1985. *O texto aborda historicamente a questão da ocupação e formação territorial no nordeste, enfatizando a cultura canavieira.*

BARROS, Omar Neto Fernandes. Impacto ambiental da agricultura moderna. p.45-50. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.67, 1º sem. 1989. *O autor aponta os problemas ambientais decorrentes da modernização agrícola.*

BARROS, Souza. Brasil, país da borracha? p.111-120. *In:* **Boletim Geográfico**. v.29, n.214, 1970. *O texto aborda estatística e historicamente a produção da borracha no Brasil.*

BARTHELMES, Heloisa. Novo tipo de cartograma aplicável à representação do uso da terra. p.27-32. *In:* **Boletim Geográfico**. v.19, n.160, 1961. *O texto apresenta novas técnicas para o estudo da evolução de produtos agrícolas, através de cartogramas e gráficos.*

BECKER, Bertha K. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. p.129-156. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.28, n.2, 1966a. *O texto apresenta uma análise do abastecimento dos produtos agropecuários na cidade do Rio de Janeiro, sob uma abordagem econômica.*

_____. Expansão do mercado urbano e transformação da economia pastoril. p.297-328. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.28, n.4, 1966b. *O texto apresenta uma análise do abastecimento dos produtos agropecuários na cidade do Rio de Janeiro, sob uma abordagem econômica e estatística, com relação a região norte-nordeste de Minas Gerais.*

_____. O Norte do Espírito Santo: Região periférica em transformação. p.107-132. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.35, n.3, 1973a. *O texto da ênfase aos dados estatísticos sobre a região norte do Espírito Santo, em especial a produção cafeeira.*

_____. O Norte do Espírito Santo: Região periférica em transformaçao. p.35-112. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.35, n.4, 1973b. *O texto da ênfase aos dados estatísticos sobre a região norte do Espírito Santo, em especial a produção cafeeira.*

BERNARDES, Júlia Adão. Territorialização do capital trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. p.157-167. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.21, 2003. *O texto aponta para as transformações territoriais ocorridas em Mato Grosso decorrentes da commodity soja.*

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "Frentes Pioneiras" no estado do Paraná. p.335-384. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.15, n.3, 1953. *O texto mostra os diferentes gêneros de vida formados no estado do Paraná com os processos de colonização.*

_____. Cultura e produção do arroz no Sul do Brasil. p.403-438. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.16, n.4, 1954. *O texto faz uma análise descritiva com elaboração de mapas temáticos baseados em dados estatísticos e históricos da produção de arroz na região Sul do Brasil.*

_____. Problemas da utilização da terra nos arredores de Curitiba. p.271-276. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.18, n.2, 1956. *A autora faz correlações entre a ocupação humana e aspectos físicos na paisagem agrária nos arredores de Curitiba, além de fundamentar as discussões da distância das lavouras com o mercado consumidor, com a teoria de Von Thünen e Leo Waibel.*

BERNARDES, Nilo. Notas sobre a distribuição da produção de carnes e banha no Rio Grande do Sul. p.605-609. *In:* **Boletim Geográfico**. v.9, n.102, 1951. *Analisa a produção pecuária nas zonas de imigração e de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul.*

_____. A colonização européia no Sul do Brasil. p.89-102. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.106, 1952a. *O autor destaca a importância da colonização realizada pelos imigrantes europeus nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.*

_____. A colonização européia no Sul do Brasil. p.442-448. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.109, 1952b. *O autor destaca a importância da colonização realizada pelos imigrantes europeus no estado Paraná.*

_____. Leo Waibel. p.199-201. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.14, n.2, 1952. *O texto mostra um pouco da história e obra de Leo Waibel no Brasil.*

_____. Notas sobre ocupação humana da montanha no Distrito Federal. p.363-388. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.21, n.3, 1959. *O autor analisa a paisagem constituída com a agricultura realizada na região montanhosa do Distrito Federal.*

_____. Características gerais de agricultura brasileira no século XX. 363-420. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.23, n.2, 1961. *O autor analisa os fatores que tornaram a agricultura brasileira desigual, tanto nos aspectos econômicos, sociais e regionais.*

_____. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. p.587-620. *In:* **Boletim Geográfico.** v.20, n.171, 1962. *O texto compreende a relação entre o processo de ocupação no Planalto e Campos do Rio Grande do Sul e a relação com o meio físico e aspectos culturais.*

_____. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. p.3-29. *In:* **Boletim Geográfico.** v.21, n.172, 1963a. *O texto compreende a relação entre o processo de ocupação no Planalto e Campos do Rio Grande do Sul e a relação com o meio físico e aspectos culturais.*

_____. O problema do estudo do *habitat* rural no Brasil. p.529-544. *In:* **Boletim Geográfico**. v.22, n.176, 1963b. *O autor faz uma análise histórica do conceito de habitat, tipos e utilização desta terminologia nos estudos rurais.*

_____. Condições geográficas da colonização em Alagoas. p.65-83. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.29, n.2, 1967. *O texto mostra o processo de colonização no Estado de Alagoas, sob a abordagem descritiva da população, elementos físicos e localização.*

_____. Geografia e desenvolvimento. p.107-112. *In:* **Boletim Geográfico**. v.28, n.211, 1969. *O texto trata das questões teóricas da renovação na geografia, a mudança de paradigma, da localização e descrição dos fatos, para a organização do espaço e suas dinâmicas.*

_____. Sobre diversificação e sua medida aplicada à geografia agrária. p.15-29. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.3, n.5, 1978. *O autor adota a quantificação para explicar o grau de diversificação da agricultura em microrregiões brasileiras selecionadas.*

BERRY, Brian J.L. & PYLE, Gerald F. Grandes regiões e tipos de agricultura no Brasil. p.23-40. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.32, n.4, 1970. *O texto apresenta uma regionalização brasileira, com base na produção industrial e agrícola, utilizando técnicas quantitativas e cartográficas.*

BERTOLAMI, Miguel Angel; SAMPAIO, Sandra Maria Neiva; KOFFLER, Natalio Felipe. Avaliação das modificações do solo e uso da terra na microbacia do Ribeirão Jacutinga (SP), através de técnicas de geoprocessamento. p.87-109. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.21, n.2, 1996. *O texto apresenta uma análise do uso do solo e da aptidão agrícola através de técnicas de sensoriamento remoto.*

BESSA, Kelly Cristine. A diferenciação espacial e as interpretações da geografia teorético-quantitativa e da geografia crítica. p.101-124. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.16, n.31, 2004. *O texto discorre sobre as mudanças de paradigmas e concepções teóricas na geografia.*

BEZERRA, Luiza Maria Capanema & CLEPS JÚNIOR, João. Associativismo rural e agricultura familiar: o caso de Orizona (GO). p.137-154. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.16, n.31, 2004. *O texto mostra o associativismo como forma de reprodução socioeconômica entre os agricultores familiares em Orizona-GO.*

BEZZI, Meri Lourdes & GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. São Borja: transformações no espaço agropecuário – o processo de despecuarização. p.47-63. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.12, n.23, 1987. *O texto expõe o processo de despecuarização em São Borja, com base na modernização agrícola.*

BIAGIONI, João. **A ontologia hermenêutica de H.G. Gadamer**. Uberlândia: UFU, 1983. 76p. *O autor analisa a obra de Gadamer, Verdade e Método, na qual o autor reflete sobre a hermenêutica, suas características e bases filosóficas.*

BIAZZO, Pedro Paulo & MARAFON, Gláucio José. Territorialidades agroindustriais no norte do Estado do Rio de Janeiro – Brasil. p.91-102. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.34, n.1, 2009. *O texto explora as territorialidades no Estado do Rio de Janeiro, conforme a atividade econômica (agroindústria da cana-de-açúcar, agroindústria frutícola e exploração do petróleo).*

BITOUN, Jacqueline P. G. & SILVA, Marlene Maria da. Artesanato rural e reprodução do campesinato no agreste pernambucano: o artesanato cerâmico em Passira / PE. p.122-127. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.18, n.35-36, 1988. *Com uma abordagem enfocando a questão sociológica da reprodução dos "camponeses", o texto analisa a região do agreste pernambucano.*

BLEINROTH, Ernesto W. Aspectos da produção da banana. p.84-85. *In:* **Boletim Geográfico**. v.26, n.196, 1967. *O autor analisa a produção de banana no estado de São Paulo, através de dados estatísticos oriundos do IBGE.*

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. p.107-117. *In:* **Geousp**. n.14, 2003a. *O texto discute as conceituações de campesinato e agricultura familiar, sob o prisma ideológico de suas utilizações.*

_____. Geografia agrária e responsabilidade social da ciência. p.41-53. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.19, 2003b. *O texto apresenta comentários sobre a produção do conhecimento da geografia agrária e as discussões sobre neutralidade científica e responsabilidade social.*

BONNAMOUR, Jacqueline. La géographie rurale pendant le dernier quart de siècle. *In :* **Ruralia**. v.1, 1997. *O texto faz um balanço da produção em geografia agrária na França entre 1975 a 1997.*

BORGES, Pompeu Accioly. Migrações internas no Brasil. p.358-376. *In:* **Boletim Geográfico**. v.16, n.144, 1958. *O autor faz uma análise de causa-efeito a respeito das migrações internas no Brasil, enfatizando as migrações para São Paulo no ano de 1952.*

BORGONOVI, Mário. Estudo do uso da terra por fotointerpretação do município de Andradina, no Estado de São Paulo. p.224-233. *In:* **Boletim Geográfico**. v.25, n.191, 1966. *O trabalho usa as técnicas de fotointerpretação e estatísticas para analisar o uso da terra em Andradina.*

BOTELHO, Carlos de Castro. Aspectos geográficos da Zona Cacaueira da Bahia. p.161-212. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.16, n.2, 1954. *O texto utiliza as análises do trabalho empírico, estatística e cartografia para caracterizar a zona cacaueira na Bahia.*

BRANDT, Marlon & CAMPOS, Nazareno José de. Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. p.43-64. *In:* **Geosul**. v.23, n.45, 2008. *O texto faz um resgate histórico da ocupação da terras do Planalto Catarinense pelas populações rurais nativas.*

BRAUN, Eitel H. G. Os solos de Brasília e suas possibilidades de aproveitamento agrícola. p.43-78. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.24, n.1, 1962. *O autor faz uma abordagem agronômica e física do solo de Brasília fazendo considerações e cenários para a agricultura.*

BRAUN, Walter A.G. Contribuição ao estudo da erosão no Brasil e seu controle. p.591-642. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.23, n.4, 1961. *O texto mostra os tipos e causas de erosões existentes, e detalha os sistemas agrícolas que podem combater nesse processo.*

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da cultura da laranja em Bebedouro. p.5-24. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.57, dez. 1980a. *O texto apresenta uma abordagem histórica da cultura da laranja no Estado de São Paulo, bem como uma representação gráfica e estatística dessa cultura.*

_____. Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na geografia. p.33-43. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.10, n.20, 1980b. *O texto analisa a utilização da abordagem funcionalista na geografia.*

_____. A política do Instituto do Açúcar e do Álcool na década de 70 e seus reflexos na área canavieira do Vale do Paranapanema (SP). p.105-118. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.61, 2º sem. 1984. *O autor aborda as políticas em torno da produção de açúcar e álcool, e seus impactos na região do vale do Paranapanema.*

_____. As políticas do Instituto do Açúcar e do Álcool e do Programa Nacional do Álcool e suas influências na área açucareira-alcooleira de Catanduva. p.99-123. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.10, n.20, 1985. *O autor discute as questões políticas do IAA e PNA na organização agrária no Estado de São Paulo.*

_____. PROÁLCOOL: a fórmula milagrosa no processo de desenvolvimento capitalista da agroindústria açucareira – acooleira nacional. p.400-408. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.16-17, n.31-34, 1987a. *O texto expõe os problemas e soluções na política agrícola da cana-de-açúcar no Brasil.*

_____. Pierre Monbeig, o patriarca da geografia paulista e nacional. p.119-120. *In:* Geografia. Rio Claro, v.12, n.24, 1987b. *O texto traz informações sobre a história e obra de Pierre Monbeig.*

_____. A expansão da cafeicultura e o desenvolvimento da agroindústria açucareira de São Paulo. p.45-56. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.10, n.19, 1998. *O texto apresenta um resgate da produção bibliográfica em geografia agrária sobre a temática agroindustrial da cana-de-açúcar e da cafeicultura no Estado de São Paulo.*

_____. A geografia acadêmica tradicional no Brasil: positivismo com historicismo? p.1-8. *In:* I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico. **Anais...** Uberlândia, 2008. *A palestra discute o período clássico da geografia brasileira e suas nuances metodológicas.*

BRITO, Maria Socorro. O Programa Nacional de Irrigação: uma avaliação prévia dos resultados. p.113-126. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.53, n.2, 1991. *O texto analisa as políticas para irrigação no Nordeste e a viabilidade para as sistemas agrícolas.*

_____. Políticas públicas e padrões de uso da terra na Amazônia Legal. p.73-94. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.57, n.3, 1995. *O texto discute as políticas adotadas para ocupação do uso de terras na Amazônia Legal.*

BRITO, Maria Socorro & GUITTON, Maria Cléia Henri. Influência dos fenômenos climáticos na produção agrícola brasileira. p.123-129. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.41, n.3, 1979. *O texto mostra as influências do clima na produção agrícola.*

BRITO, Maria Socorro & SILVA, Solange Tietzmann. O papel da pequena produção na agricultura brasileira. p.191-262. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.44, n.2, 1982. *O texto mostra uma análise estatística comparativa da estrutura agrária, em especial a pequena propriedade, nas microrregiões de Imperatriz (MA) e Bragança Paulista (SP).*

BRITO, Maria Socorro & UNE, Mitiko Yanage. A evolução da agricultura na Região Norte na década de 70. p.11-46. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.49, n.1, 1987. *O texto apresenta os dados estatísticos dos censos acerca da agricultura na Região Norte na década de 1970.*

BRITO, Maristella de Azevedo. Questões associadas à evolução recente da agricultura brasileira. p.139-162. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.49, n.3, 1987. *O texto analisa os dados estatísticos do IBGE sobre a organização agrária brasileira entre 1970 a 1980.*

_____. Problemas relacionados à utilização de dados dos censos agropecuários. p.165-170. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.50, n.4, 1988. *O texto discute as possibilidades teóricas e metodológicas dos dados disponibilizados pelos censos agropecuários para a pesquisa geográfica.*

BRITO, Maristella de Azevedo & INNOCENCIO, Ney Rodrigues. Organização do espaço agrário no Estado do Rio de Janeiro p.85-120. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.50, n.3, 1988. *O texto apresenta uma caracterização do espaço agrário fluminense, com base nos dados estatísticos de 1980.*

BRITO, Maristella de Azevedo & MESQUITA, Olindina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75. p.3-50. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.44, n.1, 1982. *Com uma abordagem estatística, as autoras analisam a evolução da modernização agrícola no Brasil, selecionando variáveis que comprovam o crescimento.*

BRITO, Raquel Soeiro de. Agricultores e pescadores portugueses no Rio de Janeiro, p. 724-771. *In:* **Boletim Geográfico**. v.19, n.165, 1961. *A autora portuguesa analisa o processo imigratório por portugueses no Brasil, e suas atividades agropecuárias desenvolvidas.*

BRITO, Sebastiana Rodrigues de. & GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires. Conseqüências sociais da seca no nordeste. p.90-99. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.41, n.4, 1979.

Utilizando abordagem estatística os autores mostram as condições dos sistemas agrícolas frente a seca no nordeste brasileiro.

BRITO, Sebastiana Rodrigues de. & SENRA, Nelson de Castro. Notas sobre o pessoal ocupado no setor agropecuário do Paraná, segundo dados censitários de 1970. p.123-141. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.40, n.1, 1978. *Utilizando abordagem estatística os autores analisam a questão econômica na agricultura paranaense.*

BURTON, Ian. A revolução quantitativa e a geografia teorética. p.63-84. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.7, n.13, 1977. *O texto é um clássico sobre a inserção da quantificação na geografia, indicando as características e procedimentos desse nova perspectiva metodológica.*

BUSS, Maria Dolores & SCHMIT, Wilson. Estudo integrado do solo: uma experiência com agricultores. p.48-52. *In:* **Geosul**. v.2, n.4, 1987. *O texto mostra a percepção dos agricultores a respeito das condições de uso do solo.*

BUSTAMANTE, Marina; ZALAZAR, Diego Fabian; AGÜERO, Ricardo Oscar. Relación entre agroindustrias y empresas agrocomerciales con la explotación primaria agrícola en el área aledaña. p.121-133. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.20, n.2, 2008. *O texto discute os processos economicos entre as agroindústrias e comercialização de produtos primários em Rio Cuarto – Argentina.*

CABRAL, Diogo de Carvalho; FREITAS, Simone R; FISZON, Judith Tiomny. Combining sensors in landscape ecology: imagery-based and farm-level analysis in the study of human-driven forest fragmentation. p.69-87. *In:* **Sociedade & Natureza**. V.19, n.2, 2007. *O texto discute as metodologias aplicadas para entender as mudanças no uso da terra e métodos geoecológicos.*

CABRAL, Luiz Otávio & SCHEIBE, Luiz Fernando. Sobre a dinâmica do território mercantil num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar. p.21-35. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.30, n.1, 2005. *O texto apresenta o desenvolvimento da agricultura familiar ecológica em Santa Catarina sob a perspectiva territorial.*

CABREIRA, Márcia Maria. A reforma agrária e os projetos especiais em assentamentos recentes no nordeste brasileiro: recursos hídricos e irrigação. p.89-101. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.67, 1º sem. 1989. *O texto discorre sobre os planos e projetos políticos de recursos hídricos para assentamentos rurais da reforma agrária no nordeste brasileiro.*

CABRERA, Julio. **Margens das filosofias da linguagem**. Brasília: Ed. UnB, 2003. 320p. *O livro aborda as tendências de análise da filosofia da linguagem, discutindo a relação entre filosofias analíticas, hermenêuticas, fenomenologias e metacríticas da linguagem.*

CALDAS, Alberto Lins. Dialética e hermenêutica: uma questão de método. p.23-29. *In:* **Geousp**. v.1, 1997. *O autor discorre sobre os métodos dialético e hermenêutico e suas diversas utilizações nas ciências humanas.*

CALDEIRA, Clóvis. Arrendamento rural no Brasil. p. 203-213. *In:* **Boletim Geográfico**. v.8, n.86, 1950. *Nesse texto, o autor delimita algumas características do sistema de arrendamento de terras, e demonstra esse sistema exemplificando o Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul.*

CALLE, Angel. Análisis comparado de movimientos sociales: MST, Guatemala y España. p. 37-58. **Terra Livre**. n.19, 2002. *O autor faz uma análise comparativa entre 3 movimentos sociais do campo, e sugere o aprimoramento das questões teórico-metodológicas para esta temática na geografia.*

CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. p.211-253. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.10, n.2, 1948. *O texto mostrou a ocupação alemã no Estado de Santa Catarina, a estrutura fundiária e a economia da região.*

_____. A concentração da propriedade agrária no Brasil. p.516-528. *In:* **Boletim Geográfico**. v.7, n.77, 1949. *Com base nos dados censitários de 1940, o autor faz uma análise estatística da estrutura fundiária brasileira, em especial do estado de Santa Catarina.*

CAMARGO, José Francisco de. Migrações internas e desenvolvimento econômico no Brasil. p.5-12. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.30, out. 1958. *O autor divide as migrações brasileiras em inter-regionais e êxodo rural, na qual o centro irradiador são as regiões com elevado desenvolvimento econômico.*

_____. Características e tendências principais das migrações internas no Brasil, nas suas relações com a urbanização e a industrialização. p.3-22. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.33, out. 1959. *Analisa as migrações inter-rurais no Norte do Paraná e a urbanização no Estado de São Paulo.*

CAMPOS, Maria da Glória de Carvalho. Produção de feijão no Brasil Meridional. p.50-58. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.118, 1954. *O texto aborda a geografia agrícola na Região Sul, focando na produção do feijão, utiliza dados estatísticos e uma abordagem descritiva.*

_____. Notas para um estudo da distribuição do rebanho bovino no Brasil Meridional. p.331-342. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.17, n.3, 1955. *O texto apresenta a distribuição da produção de gados bovinos na região Sul, usando técnicas cartográficas, fotografias e correlações com aspectos fundiários e físicos.*

CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. p.113-135. *In:* **Geosul**. v.17, n.34, 2002. *O texto resgata o processo histórico de ocupação das terras na Ilha de Santa Catarina, desde a colônia portuguesa até o final do século XX.*

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Indicadores para o desenvolvimento do turismo eco-rural na bacia do rio Araguari-MG. p.91-114. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.13, n.25, 2001. *O texto apresenta os potenciais e atrativos naturais para o eco-turismo em espaços rurais, valorizando a categoria paisagem.*

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa & CORRÊA, Walquíria Kruger. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal. p.265-280. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.29, n.2, 2004. *O texto apresenta algumas atribuições do Governo Federal referente ao desenvolvimento rural sustentável frente a agricultura familiar.*

CANDIOTTO, Luciano Zanetti & SOARES, Beatriz Ribeiro. Fazenda Boa Vista: uma proposta de ecoturismo. p.63-70. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.8, n.16, 1996. *O texto apresenta os potenciais naturais para o turismo / ecoturismo em uma fazenda, atrelando os aspectos das políticas voltadas para o turismo.*

CARLI, Gileno De. Civilização do açúcar no Brasil. p.349-371. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.2, n.3, 1940. *O texto trata das desigualdades geradas pela civilização do açúcar (latifúndio – monocultura – escravidão).*

_____. Geografia econômica e social da cana-de-açúcar no Brasil. p.8-33. *In:* **Boletim Geográfico**. v.6, n.61, 1948. *O autor faz um panorama das lavouras de cana-de-açúcar no Brasil, enfocando sua caracterização social e econômica.*

CARLOS, Ana F.A. da "geografia abstrata" à "geografia concreta". p.73-90. *In:* MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Org.) **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. *A autora discutira sobre a produção do espaço da teoria a pratica.*

CARNEIRO, Mário Afonso. Mato Grosso – perspectivas de desenvolvimento. p.79-87. *In:* **Boletim Geográfico**. v.28, n.209, 1969. *O autor descreve os potenciais para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, elencando a estrutura fundiária, energia, atividades econômicas entre outros elementos para análise.*

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Agricultura familiar e especialização agrícola: caminhos e descaminhos para o desenvolvimento rural sustentável no Sul/Sudoeste de Minas Gerais. p.349-362. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.32, n.2, 2007. *O texto discute a questão da sustentabilidade dos agricultores familiares no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, com base nos referenciais de Chayanov, Kautsky e Lamarche.*

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; FONTES, Maurício Paulo Ferreira; FONTES, Rosa; KER, João Carlos. Transformações sócio-regionais decorrentes da consolidação e modernização da cultura do café no cerrado mineiro. p.491-505. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.30, n.3, 2005. *O texto mostra as transformações na agricultura no cerrado mineiro, analisando as mudanças espaciais na cultura do café.*

CARVALHO, Afrânio. A lei agrária e a geografia. p.535-552. . *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.10, n.4, 1948. *O texto apresenta os procedimentos adotados para o estabelecimento das leis agrárias, levando em conta os elementos geográficos.*

CARVALHO, Claudia Regina Rosal & CAMPOS, Flávia Rezende. Análise dos aspectos econômicos e ambientais da cadeia agroindustrial do tomate no Estado de Goiás. p.163-178. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.29, n.1, 2009. *O texto faz uma análise econômica da cadeia agroindustrial da produção do tomate em Goiás.*

CARVALHO, Delgado de. Evolução da geografia humana. p.1163-1172. *In:* **Boletim Geográfico**. v.3, n.33, 1945. *O autor resgata os diferentes momentos da geografia humana, desde o antropocentrismo de Ratzel até a abordagem possibilista regional de Vidal de La Blache, e a situação da geografia humana no Brasil.*

CARVALHO, Eloísa de. O trigo no Brasil. p.591-608. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.13, n.4, 1951. *O texto traz estatísticas e comparações históricas da produção tritícola no Brasil.*

_____. Densidade da população rural no Sudeste do Planalto Central, em 1940. p.203-208. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.14, n.2, 1952a. *Com a metodologia baseada na estatística e cartografia a autora espacializa a densidade demográfica da população rural da área em estudo.*

_____. A produção de batata inglesa no Sul do País. p.354-362. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.14, n.3, 1952b. *Utilizando dados estatísticos sobre a produção da batata, o trabalho descreve a caracterização dessa cultura na paisagem sulina.*

CARVALHO, Eloísa de. ; SILVA, Hilda da. A produção agrícola do Brasil em 1957. p.195-220. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.21, n.2, 1959. *O texto utiliza os dados estatísticos da produção agrícola do IBGE para elaborar cartogramas sobre a geografia agrícola do Brasil.*

CARVALHO, Maria Bernadete Sarti da Silva; POLTRONIÉRI, Lígia Celoria. Praguicidas e meio ambiente – uma reflexão com crianças e jovens de Rio Claro/SP. p.13-28. *In:* **Sociedade**

& Natureza. v.4, n.7-8, 1992. *O texto enfoca a percepção de crianças e jovens que residem no meio rural, sob os reflexos do uso de praguicidas na agricultura e as conseqüências no meio ambiente.*

CARVALHO, Paulo. Patrimônio e (re) descoberta dos territórios rurais. p.173-196. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.23, n.2, 2003. *O texto aborda a ruralidade na perspectiva do desenvolvimento territorial, na valorização cultural e na implantação de políticas públicas.*

CASTANHO, Roberto Barboza; CASSOL, Roberto; BEZZI, Meri Lourdes. Geoprocessamento x modernização da agricultura: estudo de dois distritos no município de Palmeiras das Missões (RS). p.13-32. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.16, n.30, 2004a. *Os autores analisam duas localidades através de imagens de satélites e inferem sobre a ocupação do solo.*

_____. A modernização agrícola e o uso de técnicas de geoprocessamento no uso da terra em dois distritos de Palmeira das Missões-RS. p.159-183. *In:* **Geosul**. v.19, n.38, 2004b. *Os autores analisam duas localidades através de imagens de satélites e inferem sobre a ocupação do solo.*

CASTRO, Cláudio de Moura. A ortodoxia metodológica nas ciências sociais. p.99-108. *In:* **Boletim Geográfico**. v.31, n.231, 1972. *O texto debate as questões metodológicas (hipóteses, métodos, rigor) em ciências sociais.*

CAVALINI, Maria Benedita. Relações de trabalho na agricultura: o caso de Conquista (MG). p.45-51. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.1, n.2, 1989. *O texto apresenta as conseqüências das relações de produção capitalistas nas transformações do espaço rural em Conquista – MG.*

CAVALINI, Maria Benedita & GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A conquista do capital: as transformações no espaço rural de Conquista. p.93-104. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.13, n.26, 1988. *O texto apresenta as conseqüências das relações de produção capitalistas nas transformações do espaço rural em Conquista – MG.*

CERON, Antônio Olívio. As categorias dimensionais de propriedades agrícolas: técnicas de agrupamento. p.106-123. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.45, jun. 1968. *O texto apresenta noções de estatística para a classificação das propriedades agrícolas, através das técnicas de agrupamento.*

_____. Alguns padrões de utilização da terra agrícola no Planalto Ocidental de São Paulo. p.3-29. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.47, maio. 1972. *Através de fotografias aéreas e dados censitários, o autor analisou a utilização da terra no Planalto Ocidental Paulista, demonstrando os resultados por meio de cartogramas e índices quantitativos.*

_____. Revolução industrial e sistema espacial agricultura. p.5-38. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.3, n.5, 1973. *O texto analisa a industrialização e os sistemas espaciais na agricultura.*

_____. Distância do mercado e intensidade do uso da terra como fatores de localização da força de trabalho agrícola no Estado de São Paulo. p.143-158. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.50, mar. 1976a. *O autor utiliza o modelo de von Thünen para explicar a localização da produção agrícola e o mercado consumidor no Estado de São Paulo.*

_____. Conceitos econômicos básicos para a geografia da agricultura. p.35-52. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.1, n.1, 1976b. *O texto discute conceitos pertinentes a geografia da agricultura, sob a ótica da nova geografia.*

_____. A função da distância e os padrões de intensidade e uso da terra no modelo thuniano de localização. p.25-53. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.1, n.2, 1976c. *O autor discorre sobre a temática da localização agrícola com base na teoria de von Thünen.*

_____. Distribuição da terra agrícola e a questão da reforma agrária no Brasil. p.1-35. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.10, n.20, 1985. *O texto mostra a evolução da estrutura fundiária brasileira entre 1940 a 1980 ressaltando a necessidade de reforma agrária no Brasil.*

_____. Técnicas cartográficas e planejamento de reforma agrária: possibilidades e limitações. p.1-14. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.14, n.28, 1989. *O texto apresenta possibilidades de técnicas estatísticas e cartográficas para o estudo da reforma agrária.*

CERON, Antônio Olívio. & GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Geografia Agrária e Metodologia da Pesquisa. p.59-68. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.9, n.17-18, 1979. *O texto trata das questões técnica, teóricas e sobre método na geografia agrária, discutindo as várias posições e tendências da geografia.*

_____. Bases geográficas para planejamento rural no Estado de São Paulo. p.105-159. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.6, n.11-12, 1981. *O texto utiliza os dados estatísticos entre 1940 a 1970 da produção agropecuário no Estado de São Paulo, e através de índices estatísticos e cartogramas os autores mostram a evolução agrícola.*

CERON, Antônio Olívio & DINIZ, José Alexandre Felizola. O uso de fotografias aéreas na identificação das formas de utilização agrícola da terra. p.161-173. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.28, n.2, 1966. *O texto apresenta novas ferramentas no estudo do espaço agrícola, as fotografias aéreas.*

_____. Tipologia da agricultura – questões metodológicas e problemas de aplicação no Estado de São Paulo. p.41-72. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.32, n.3, 1970. *Os autores explicam os procedimentos teórico-metodológicos da Comissão de Tipologia da Agricultura da UGI, e afirmam a importância da quantificação para a ciência geográfica.*

CERON, Antônio Olívio & HALBSGUT, Herbert Sílvio A.P. Tendências espaciais na difusão dos tratores empregados na agricultura paulista, a partir de 1940. p.75-88. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.3, n.6, 1978. *Os autores utilizam a Teoria da Difusão Espacial das Inovações para explicar a distribuição dos tratores no Estado de São Paulo.*

CERON, Antônio Olívio & SANCHEZ, Miguel Cezar. Alguns problemas de análise das distribuições espaciais: exemplos de variáveis agrícolas no espaço paulista. p.45-64. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.48, nov. 1973. *O texto enfoca a questão espacial, para a análise da produção agrícola em São Paulo.*

_____. Estrutura da produção agrícola da região de Araçatuba. p.5-43. *In:***Boletim de Geografia Teorética**. v.21, n.41, 1991. *Através dos dados do Censo Agropecuário de 1990, os autores analisam a produção agropecuária da região de Araçatuba, verificando a mudança da matriz produtiva.*

CHELOTTI, Marcelo Cervo & CASTANHO, Roberto Barboza. Territórios da Lavoura de Arroz e de Soja no Rio Grande do Sul: Especificidades na Produção do Espaço Agrário Regional. p.115-132. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.18, n.34, 2006. *O texto faz o comparativo das regiões norte e sul do Rio Grande do Sul através da cultura da soja e do arroz.*

CHOLLEY, Andre. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. p.139-145. *In:* **Boletim Geográfico**. v.22, n.179, 1964. *O autor mostra a teoria das combinações geográficas, entendendo as relações complexas da organização espacial.*

_____. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. p.267-276. *In:* **Boletim Geográfico**. v.22, n.180, 1964. *O autor mostra a teoria das combinações geográficas, entendendo as relações complexas da organização espacial.*

CHRISTOFOLETTI, Antonio & OLIVEIRA, Lívia de. Geografia teorética. p.5-24. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.1, n.1, 1971. *O texto apresenta as principais características e tendências da geografia teorética, mencionando bibliografias pertinentes aos estudos nessa perspectiva.*

CLAVAL, Paul. A geografia e a percepção do espaço. p.243-256. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.45, n.2, 1983. *O autor expõe as questões teórico-metodológicas da geografia da percepção e da fenomenologia no entendimento do espaço.*

CORRÊA, Josel Machado; CORRÊA, Walquiria Krüger; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. p.37-58. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.26, n.1, 2001. *O texto apresenta algumas definições sobre o espaço rural e urbano de acordo com as leis ordinárias, como a Constituição Federal e o Estatuto da Terra.*

CORRÊA, Roberto Lobato. Regime de explotação da terra no nordeste, uma tentativa da expressão cartográfica. p.343-371. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.25, n.3, 1963a. *O autor utiliza os dados do censo agropecuário para tipificar as relações de trabalho rural no nordeste brasileiro.*

_____. A colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos. p.479-484. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.25, n.4, 1963b. *O texto apresenta algumas considerações sobre a organização do espaço feita sob o viés da colonização em espaços rurais e a conseqüente modificação da paisagem.*

_____.Geografia cultural: passado e Futuro: uma introdução. *In*: CORRÊA, Roberto L. et al . **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. *O texto aponta para a história da abordagem cultural na geografia e suas perspectivas de estudo.*

CORRÊA, Walquíria Krüger. As estratégias de ação do grupo USATI-PORTOBELLO e as transformações no meio rural de Tijucas (SC). p.54-68. *In:* **Geosul**. v.12, n.24, 1997. *O texto aborda as* questões econômicas e as transformações no espaço realizadas pelo grupo USATI-PORTOBELLO.

_____. A agricultura familiar e a nova modalidade de integração ao mercado: o caso da cultura da maça. p.113-130. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.26, n.3, 2001. *A autora coloca as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores familiares em Urubici-SC, analisando as políticas de credito e de assistência técnica.*

CORREA, Walquiria Kruger & GERARDI, Lúcia Helena Oliveira. A atividade agrícola e a evolução da modernização da agricultura no Estado de Santa Catarina – 1950 a 1975. p.216-222. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.9, n.17-18, 1984. *O estudo mostra o cálculo do índice de modernização da agricultura em Santa Catarina, através do método de Büttner.*

CORRÊA FILHO, Virgilio. Considerações a cerca de sesmarias. p.482-496. *In:* **Boletim Geográfico**. v.14, n.135, 1956. *O autor faz um resgate histórico do processo de doação de sesmarias no Brasil, e as descreve as conseqüências dessa política fundiária.*

CÔRTES, Geraldo de Menezes. O coqueiro. p.644-645. *In:* **Boletim Geográfico**. v.16, n.146, 1958. *Descreve a importância da cultura do côco-da-Bahia para a economia nordestina.*

COSTA, Armando Dalla. Agroindústrias brasileiras e sua estratégia de ocupação do território nacional. p.39-64. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.23, n.3, 1998. *O texto discorre sobre o processo histórico e a perspectiva econômica de ocupação do território realizada pelas empresas nacionais de carne no oeste catarinense.*

COSTA, Luiz Carlos. O planejamento territorial no quadro do planejamento regional. p.356-366. *In:* **Boletim Geográfico**. v.25, n.192, 1966. *O autor propõe uma análise territorial para o planejamento global.*

COSTA, Vera Mariza H. de Miranda. A reforma agrária perante a nova constituição. p.106-115. *In:* **Geosul**. v.4, n.7, 1989. *O texto percorre uma discussão histórica das leis de terras no Brasil chegando na constituição de 1998, exprimindo uma abordagem histórica e política sobre a reforma agrária.*

COSTA, Yara Maria Marinho da. A sericicultura em São Paulo. p.26-38. *In:* **Boletim Geográfico**. v,32, n.232, 1973. *O texto expõe os procedimentos da produção da sericicultura e sua dinâmica econômica no Estado de São Paulo.*

COUTO, Andréia Terzariol. Agricultura familiar e produção leiteira: análise do setor cooperativo leiteiro da região norte de Portugal e do setor familiar produtor de leite no sul do Brasil. p.153-171. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.23, n.2, 2003. *O texto faz um comparativo entre os produtores rurais de leite do norte de Portugal e o sul do Brasil, e os processos históricos, relações econômicas e sociais.*

_____. A viabilidade de um projeto sustentável em assentamentos rurais de reforma agrária. p.57-74. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.16, n.30, 2004. *O texto discute a viabilidade da agricultura agroecológica e sustentável a ser implantada no assentamento Rio das Pedras em Uberlândia.*

COY, Martin. Frentes pioneiras perante a globalização. Dinâmica interna e reorganização do espaço social na Amazônia brasileira. p.7-35. *In:* **Geosul**. v.13, n.25, 1998. *O texto aborda as transformações econômicas corridas nas últimas décadas e suas conseqüências para a região denominada Frente Pioneira na Amazônia.*

CLEOFAS, João. Evolução da Agricultura. p.219-222. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.107, 1952. *O texto apresenta algumas considerações sobre a tendência na agricultura brasileira, como o êxodo rural, crescimento industrial e dependência do campo.*

CRUZ, Péricles Santos. Arroz, alimento básico do Brasil. p.440-444. *In:* **Boletim Geográfico**. v.24, n.186, 1965. *O autor analisou a importância do arroz para a população brasileira.*

CUNHA, Cenira Maria Lupinacci; MENDES, Iandara Alves; SANCHEZ, Miguel Cezar. A cartografia das perdas de solo por erosão e a propriedade rural: a busca de uma unidade espacial de mapeamento. p.21-36. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.24, n.2, 1999. *O texto aponta para o mapeamento de áreas com potenciais erosivos, e suas técnicas para previsão.*

DANTAS, Aldo. Monbeig: paisagem e geografia estigmática. p.71-78. *In:* **Mercator.** v.1, n.2, 2002. *O texto debate questões teóricas e metodológicas na obra de Pierre Monbeig.*

DANTAS, Garibaldi. O Brasil no quadro mundial da produção de açúcar. p.321-322. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.138, 1957. *O texto mostra a evolução da produção de açúcar mundial e a participação brasileira nos anos de 1954-1955.*

DASMANN, Raymond F. Um ambiente propício ao homem: o novo significado da conservação. p.10-23. *In:* **Boletim Geográfico**. v.29, n.218, 1970. *A perspectiva ambiental se*

insere nos estudos geográficos, preocupados com a conservação do meio ambiente, na cidade e no campo.

DAVID, Cesar De & CORRÊA, Walquíria Krüger. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira - de 1960 aos dias atuais. p.23-43. *In:* **Geosul**. v.17, n.33, 2002. *O texto resgata as transformações ocorridas nas políticas agrárias entre 1960 ao início do século XXI.*

DEFFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional. p.1837-1850. *In:* **Boletim Geográfico**. v.2, n.24, 1945. *Deffontaines descreve os aspectos naturais e humanos fazendo uma abordagem regional no estado de São Paulo no início da década de 1940.*

_____. Geografia humana do Brasil: capítulo IV. p.1571-1597. *In:* **Boletim Geográfico**. v.4, n.48, 1947a. *Importante estudo de Deffontaines acerca dos principais aspectos da sociedade brasileira, neste artigo o autor se detêm à geografia econômica do Brasil.*

_____. Investigações sobre os tipos de povoamento no estado de São Paulo. p.249-252. *In:* **Boletim Geográfico**. v.5, n.51, 1947b. *Nesse texto, Deffontaines classifica os diferentes habitat no estado de São Paulo.*

_____. Ensaio de geografia humana da montanha. p. 343-366. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.9, n.3, 1947c. *Este texto caracteriza os gêneros de vida nas diversas montanhas dos continentes, ressaltando a produção agrícola e pastoril.*

_____. Ensaio de geografia humana da montanha. p. 477-496. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.9, n.4, 1947d. *Este texto caracteriza os gêneros de vida nas diversas montanhas dos continentes, ressaltando a produção agrícola e pastoril.*

_____. História do gado nos países do Prata particularmente no Uruguai. p.249-257. *In:* **Boletim Geográfico**. v.11, n.114, 1953a. *O autor faz um levantamento histórico da criação de gado no pampa uruguaio.*

_____. Caminhos de gado e tipos de feira no Uruguai. p.326-331. *In:* **Boletim Geográfico**. v.11, n.115, 1953b. *O autor analisa a organização produtiva e comercial da economia pecuária no Uruguai.*

DEMANGEON, Albert. O desenvolvimento econômico do estado de São Paulo. p.701-705. *In:* **Boletim Geográfico**. v.4, n.42, 1946. *Texto publicado em 1921, mas traduzido para o Boletim Geográfico em 1946, descreve o desenvolvimento econômico em São Paulo, destacando a economia agrícola e pastoril, industrial e comercial.*

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995. *O livro serve de referência para as pesquisas em ciências sociais e humanas, tratando das questões metodológicas.*

DÉNIS, Pierre. A colonização do Rio Grande do Sul. p.235-242. *In:* **Boletim Geográfico**. v.9, n.99, 1951. *O autor comenta o processo de colonização realizado no Rio Grande do Sul, mostrando os grupos étnicos que colonizaram parte do estado gaúcho, além de comentar as diferenças entre o gaúcho dos campos e pecuária e os colonos da agricultura.*

DIAS, Catharina Vergolino. PROTERRA – Justificativa para sua aplicação nas áreas prioritárias da Amazônia. p.105-130. *In:* **Boletim Geográfico**. v.32, n.233, 1973. *O texto aborda de forma política a questão da SUDAM e das medidas para colonização e povoamento na região amazônica.*

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Síntese histórica da economia açucareira no Brasil. p.397-401. *In:* **Boletim Geográfico**. v.5, n.52, 1947. *O autor faz uma retrospectiva apontando para os*

principais momentos econômicos da cultura açucareira, desde as capitanias hereditárias até a década de 1930.

_____. Estudos regionais para os problemas brasileiros. p.493-495. *In:* **Boletim Geográfico**. v.6, n.65, 1948. *Nesse artigo, o autor ressalta a importância dos estudos regionais (particulares) para o entendimento do território brasileiro.*

DINIZ, Alexandre M.A. Migração e evolução da fronteira agrícola. p.363-378. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.28, n.3, 2003. *O autor analisou a evolução dos assentamentos e colônia em Roraima e os processos migratórios existentes.*

DINIZ, José Alexandre Felizola. Cálculo da eficiência da agricultura na depressão periférica paulista. p. 66-75. *In:* **Boletim Geográfico**. v.29, n.218, 1970. *O autor usa a matemática e a modelização para fazer uma regionalização na região da Depressão Periférica Paulista, com relação à eficiência agropecuária.*

_____. Modelos e paradigmas na geografia. p. 5-42. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.1, n.2, 1971. *O texto apresenta as novas tendências da geografia, enfocando a geografia teorética.*

_____. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984. *Livro padrão para o estudo de geografia agrária, tendo conceitos básicos importantes para o estudo rural, seguindo uma metodologia neo-positivista o autor exprime sua visão sistêmica do espaço.*

DINIZ, José Alexandre Felizola & OLIVEIRA, Lúcia Helena Baptista de. O emprego de modelos na análise da distribuição da terra e das categorias dimensionais de estabelecimentos agrícolas no leste do Estado de São Paulo. p. 123-140. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.33, n.1, 1971. *O texto apresenta métodos e técnicas quantitativas ao estudo da agricultura, utilizando a curva de Lorenz como ferramenta técnica.*

DINIZ, José Alexandre Felizola; FRANÇA, Vera Lúcia Alves; WANDERLEY, Lilian de Lins. Mudanças recentes na organização do espaço rural no litoral sergipano. p.31-45. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.12, n.23, 1987. *Através da análise fatorial os autores diagnosticaram as mudanças na organização do espaço agrário no litoral sergipano.*

DOMINGUES, Otávio. Nota Preliminar sobre as regiões pastoris do Brasil. p.9-17. *In:* **Boletim Geográfico**. v.1, n.1, 1943. *Esse texto é o primeiro referente a geografia rural no Boletim Geográfico, tratando de uma classificação das regiões pastoris no Brasil, conforme as condições naturais, fisiográficas e populacionais através de uma abordagem regional com caráter metodológico indutivo.*

DUARTE, Aluízio Capdeville. Irecê: uma área agrícola "insulada" no sertão baiano. p.453-474. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.25, n.4, 1963. *O texto mostra uma região propicia para o desenvolvimento da agricultura no sertão baiano.*

_____. Distribuição da população rural na Grande Região Leste em 1960. p.752-755. *In:* **Boletim Geográfico**. v.23, n.183, 1964. *O texto apresenta um panorama da população rural da região leste brasileira, entre o estado de São Paulo a Sergipe.*

_____. Alguns aspectos do Planalto de Conquista a Chapada Diamantina. p.39-64. *In:* **Boletim Geográfico**. v.26, n.199, 1967. *O texto é totalmente descritivo (observação direta) com base numa excursão ao Planalto de Conquista, procurando caracterizar as paisagens naturais e humanizadas.*

DUARTE, Élio Garcia. As ocupações de terra em Goiás. p.35-50. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.19, n.2, 1999. *O texto analisa o movimento contraditório pela luta da terra no Estado de Goiás, sob a perspectiva marxista.*

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. Unidades familiares de produção: uma indagação teórica. p.93-122. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.22, n.2, 2002. *O texto explora as teorias de Marx, Chaynov e Kautsky acerca do campesinato e das unidades familiares.*

EGLER, Walter Alberto. A Zona pioneira ao Norte do Rio Doce. p.223-264. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.13, n.2, 1951. *O autor comenta como foi o processo de ocupação dos imigrantes no Espírito Santo e a construção da paisagem humana nessa região.*

_____. Aspectos gerais da cultura do fumo na região do Recôncavo na Bahia. p. 679-688. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.111, 1952. *O autor desenvolveu uma análise em cima da produção de fumo na região do Recôncavo Baiano, considerando o tamanho das propriedades e o modo de produção agrícola.*

_____. O agreste e os brejos. p. 294-306. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.138, 1957a. *Com características descritivas da paisagem, o autor caracteriza a região do agreste pernambucano, identificando os aspectos físicos e as atividades agrícolas.*

_____. O sertão da Paraíba. p. 598-602. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.140, 1957b. *Com características descritivas da paisagem, o autor caracteriza a região do sertão paraibano, identificando os aspectos físicos e as atividades agrícolas.*

ELESBÃO, Ivo. A experiência de turismo no espaço rural (TER) em Portugal. p.553-568. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.33, n.3, 2008. *O texto discorre sobre o processo de produção do turismo rural em Portugal, na perspectiva política.*

ELIAS, Denise. Região de Ribeirão Preto: o Brasil agrícola moderno. p.73-83. *In:* **Geousp**. v.1, 1997. *O texto analisa a modernização da agricultura e a relação campo cidade na perspectiva teórica de Milton Santos, do meio técnico-científico-informacional.*

_____. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. p.223-240. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.30, n.2, 2005. *O texto mostra as novas funções do espaço agrário cearense sob a égide do meio técnico científico-informacional.*

ELIAS, Denise & PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. p.13-33. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.25, 2005. *O texto explora a modernização da agricultura, territorialização do capital e a oligopolização do espaço agrário no contexto da globalização da economia.*

EMRICK, Harry W. Método de comparações inter-regionais (Fator Análise). p.450-452. *In:* **Boletim Geográfico**. v.25, n.193, 1966. *O texto apresenta o uso de técnicas quantitativas para o estudo das organizações de regiões.*

ENJALBERT, Henri. Problemas de ocupação do solo em país novo. p.371-391. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.127, 1955a. *Utilizando uma abordagem histórica, o autor realiza uma regionalização da produção agropecuária na América do Sul.*

_____. A agricultura européia na América do Sul. p.483-502. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.128, 1955b. *O autor analisa os tipos e agricultura na América do Sul, além de fazer relações com a imigração européia.*

ESPÍNDOLA, Carlos José. Competitividade das agroindústrias do oeste catarinense no âmbito do MERCOSUL: considerações preliminares. p.125-138. *In:* **Geosul**. v.14, n.28, 1999. *O autor analisa as possibilidades de integração das agroindústrias no mercado sul-americano.*

ESTRADA, Eduardo Moyano & YRUELA, Manuel Perez. Agricultura, mundo rural y cambio social: uma aproximación sociológica. p.21-27. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.3, n.5-

6, 1991. *O texto trata das questões teóricas a respeito das mudanças sociológicas e culturais no campo, após a inserção das atividades modernas na agricultura.*

ESTRADA, Maria de. Análises territorial de los movimientos sociales em América Latina. p.87-124. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.82, set. 2005. *O texto aponta para os movimentos sociais e suas relações com as mudanças territoriais ocorridas na América Latina.*

ETGES, Virginia E. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. p.27-47. In: **GEOgraphia**. n.4, ano 2, 2000. *O texto trata da importância de Leo Waibel para o estudo do rural no Brasil, analisando a categoria paisagem agrária em sua obra.*

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. p.75-94. *In:* **Terra Livre**. n.19, 2002. *O autor aborda o contexto político e econômico do MST na formação e construção do território camponês.*

_____. A escala de luta e resistência camponesa. p.63-91. *In:* **Geosul**. v.21, n.42, 2006. *O texto apresenta a luta pela terra e as características da agricultura camponesa no contexto dos movimentos sociais no campo.*

_____. Concepções e práticas coletivas entre os camponeses. p.571-585. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.32, n.3, 2007. *O autor explora a questão do campesinato sob a ótica do cooperativismo e das suas relações contraditórias frente ao desenvolvimento desigual do capitalismo.*

FAISSOL, Speridião. A colônia alemã de Uvá. p.93-110. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.11, n.1, 1949. *O autor descreve os motivos do insucesso da colonização realizada no Estado de Goiás com os imigrantes alemães..*

_____. O problema do desenvolvimento agrícola do Sudeste do Planalto Central do Brasil. p.3-66. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.19, n.1, 1957. *O texto visa analisar as potencialidades da região Sudeste do Planalto Central para o desenvolvimento agrícola.*

_____. Elementos básicos da nacionalidade – a terra. p.107-120. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.30, n.1, 1968. *O autor analisa o solo como barreira e possibilidade de desenvolvimento nas regiões brasileiras.*

_____. Teorização e quantificação na geografia. p.145-164. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.34, n.1, 1972. *O texto indica algumas considerações sobre a quantificação e a geografia teorética.*

FAUCHER, Daniel. Reflexões sobre o método em geografia agrária. p.185-188. *In:* **Boletim Geográfico**. v.21, n.173, 1963. *O texto faz uma distinção entre geografia agrária, econômica e da agricultura, mostrando os principais temas a serem estudados e os métodos de abordagem.*

FEIO, Mariano. Perspectivas da açudagem no Nordeste seco. p.213-229. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.16, n.2, 1954. *O texto mostra a utilidade da criação de açudes para diminuir o problema da seca, ressaltando a emigração e agricultura.*

FERNANDES, Bernardo Mançano. A judiciarização da reforma agrária. p.35-39. *In:* **Geousp**. v.1, 1997. *O autor analisa as políticas e formas jurídicas que foram adotadas na questão agrária em relação ao MST.*

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos da reforma agrária. p.83-129. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.75, dez. 1998. *O autor faz um breve levantamento das discussões teóricas e metodologias em geografia agrária no*

Brasil, fazendo alguns apontamentos na pesquisa em assentamentos rurais julgando necessária a interdisciplinaridade como base.

_____. Movimento social como categoria geográfica. p.59-85. *In:* **Terra Livre**. n.15, 2000. *O texto apresenta uma abordagem teórica sobre o estudo de movimentos sociais na ciência geográfica.*

FERNANDES, Bernardo Mançano & PONTE, Karina Furini da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. p.113-126. *In:* **Terra Livre**. n.19, 2002. *O texto explora as questões políticas da questão da ruralidade e o "Novo Rural" no estudo das vilas rurais no Estado do Paraná.*

FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVA, Anderson Antonio da; GIRARDI, Eduardo Paulon. DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. p.89-112. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.21, 2003. *O texto apresenta a organização de informação sobre a reforma agrária e a luta pela terra no Brasil num banco de dados dividido em diversas escalas.*

FERNANDES, Liliana Lagana. Aspectos da organização do espaço no bairro rural dos Pires, município de Limeira (Estado de São Paulo). p.72-105. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.45, jun. 1968. *O texto descreve a organização do espaço agrário no bairro rural de Pires em Limeira.*

_____. Introdução a um estudo geográfico de bairros rurais em São Paulo. p.31-46. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.55, nov. 1978. *O texto aborda sobre os bairros rurais na perspectiva geográfica, da organização do espaço em São Paulo.*

FERNANDEZ, Elisabete A. de. N; FERRAZ, Epaminondas S.B; OLIVEIRA, Helder de. Radioatividade natural em solos canavieiros do Estado de São Paulo. p.75-79. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.5, n.9-10, 1993. *O texto discute a radioatividade existente no solo, em decorrência da atividade agrícola da cana-de-açúcar em Piracicaba – SP.*

FERNÁNDEZ, Guillermina; GUERRERO, Marcela; JACINTO, Guillermina; NOGAR, Graciela; VALENZUELA, Silvia; POSADA, Marcelo. Degradación ambiental, agricultura y decisiones productivas. Um estúdio de um área de la Pampa Argentina. p.23-39. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.9, n.17, 1997. *O texto explana sobre a degradação ambiental no pampa argentino decorrente da exploração agropecuária, na região de Tandil.*

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90. p.55-79. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.25, n.1, 2000. *O texto apresenta a história da geografia agrária brasileira e suas mudanças teórico-metodológicas.*

_____. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. p.39-70. *In:* **Terra Livre**. São Paulo. n.16, 1° semestre, 2001. *O texto se preocupa em periodizar os diferentes momentos da geografia agrária brasileira.*

_____. **Mundo Rural e Geografia. Geografia agrária no Brasil**: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002. *O livro traz a produção em geografia agrária brasileira de 1930 a 1995, dos encontros científicos em geografia agrária, periódicos e livros.*

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira & GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A persistência da unidade familiar de produção: a sericicultura em Charqueada. p.1-45. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.14, n.27, 1989. *O texto aborda o processo econômico da sericicultura em Charqueada e suas conseqüências para a organização agrária e unidade familiar.*

FERREIRA, Enéas Rente. Considerações preliminares sobre a política alcooleira nacional: a questão da produção extra-quota. p.389-391. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.16-17, n.31-34, 1987. *O texto discute as questões relativas à política canavieira no Brasil.*

FERREIRA, Enéas Rente & BRAY, Silvio Carlos. As agro-indústrias e a formação do setor canavieiro em Araras. p.57-68. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.13, n.25, 1983. *O texto analisa os processos políticos da expansão das usinas de álcool e açúcar no Estado de São Paulo.*

_____. As influências do Proálcool e do Pró-oeste nas transformações das áreas canavieiras do Estado de São Paulo. p.101-113. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.9, n.17-18, 1984. *O texto analisa os processos políticos da expansão das usinas de álcool e açúcar no Estado de São Paulo.*

FERREIRA, Ignez C.B. A gestão do espaço agrário. p.149-160. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.53, n.3, 1991. *O texto debate a modernização agrícola brasileira, utilizando os dados estatísticos de 1975 a 1985 sobre a produção agropecuária.*

FERREIRA, Jean Samarone Almeida; SCHWARTZ, Losane Hartwig; SALAMONI, Giancarla. A organização da agricultura familiar na localidade de Harmonia I – São Lourenço do Sul – RS. p.449-465. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.33, n.3, 2008. *O texto analisa a organização da agricultura familiar sob a perspectiva da abordagem sistêmica, para o entendimento do funcionamento da economia e suas relações com os outros elementos do sistema.*

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. (Re) organização do espaço a partir da produção de soja: Balsas-MA. p.149-164. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.27, 2006. *O texto analisa a nova fronteira agrícola instaurada na região do sul maranhense, através da instalação de produtores do sul e sudeste brasileiro com a cultura da soja.*

FERREIRA, Nilson Clementino; MIZIARA, Fausto; RIBEIRO, Noely Vicente. Preço da terra em Goiás: pressupostos e modelos. p.47-62. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.27, n.1, 2007. *O texto aborda o preço da terra em Goiás através de um modelo geo-estatístico aplicado a tipos de ocupação e distribuição espacial da terra.*

FIGUEIREDO, Adma Hamman de. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. p.83-117. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.54, n.2, 1992. *O texto faz uma análise dos recursos creditícios na agricultura, no processo da modernização agrícola.*

FIGUEIREDO, Adma Hamman de; MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. O impacto desigual da modernização da agricultura no Oeste do Paraná. p.425-550. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.46, n.3-4, 1984. *O texto mostra a evolução da organização agrária e a modernização agrícola no oeste do Paraná, baseados nos dados estatísticos de 1980.*

FINATTO, Roberto Antônio & SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. p.199-217. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.20, n.2, 2008. *O texto aponta para o desenvolvimento da agroecologia em unidades familiares rurais em Pelotas-RS.*

FLEURY, J. M. As possibilidades da utilização da vermiculita fina não-expandida na agricultura. p.75-93. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.7-8, n.1-2, 1988. *O texto apresenta uma técnica de adubação agroecológica em sistemas agrícolas.*

FLORIANI, Nicolas; KOZEL, Salete; FLORIANI, Dimas. Representações espaciais: mapeando os saberes vernaculares acerca das paisagens rurais. p.271-286. *In:* **Geografia**. Rio

Claro, v.34, n.2, 2009. *O texto analisa a paisagem rural sob o aspecto cognitivo dos agricultores, acerca da prática agroecológica no território.*

FONSECA, Walmon Nogueira da. Noções sobre aproveitamento agrossilvicultural na Amazônia. p.75-92. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.59, n.1, 2005. *O texto analisa as alternativas de exploração agrosilvícola na Amazônia, enfocando a questão da sustentabilidade.*

FRANÇA, Ary. Novas diretrizes em geografia humana. p.3-11. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.5, jul. 1950. *O autor fundamenta sua discussão sobre a Geografia Humana basicamente em Max Sorre.*

FRAZIER, John W. Geografia aplicada e pragmatismo. p.313-320. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.43, n.2, 1981. *O autor discute a importância do pragmatismo e da geografia aplicada no escopo metodológico e filosófico.*

FREILE, Alfonso Jose. Geografia e ciências sociais. p.865-872. *In:* **Boletim Geográfico**. v.24, n.189, 1965. *O texto apresenta questões metodológicas acerca da geografia como uma ciência social.*

FREIRE, Gilberto. A cana e a mata. p.771-776. *In:* **Boletim Geográfico**. v.9, n.104, 1951. *Com uma visão sociológica e crítica da colonização e ocupação do Nordeste, o autor observa a expansão da monocultura escravocrata da cana-de-açúcar em detrimento da vegetação natural.*

FREIRE, Lucy A. Da R; SOARES, Maria T. De S; TEIXEIRA, Marlene P.V. Organização espacial da agricultura no Estado do Rio de Janeiro. p.41-98. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. V.39, n.2, 1977. *O texto mostra a utilização de modelos espaciais e técnicas estatísticas para analisar a organização agrária no Estado do Rio de Janeiro.*

FUNK, Fabiana & SALAMONI, Giancarla. Transformações no sistema técnico da agricultura familiar: o caso dos abastecedores comunitários em Santa Teresinha – São Pedro do Butiá – RS. p.143-152. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.32, n.1, 2007. *O texto analisa o desenvolvimento tecnológico na agricultura e seus efeitos para o meio ambiente, sob o viés da sustentabilidade.*

FURTADO, Sandra Maria de Arruda; SCHEIBE, Luiz Fernando; LOPES, Lilian Jussara. Rizicultura e poluição por metais pesados na bacia hidrográfica do Rio D'uma, SC. p.5-21. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.25, n.1, 2000. Os autores *analisam o impacto ambiental Ca cultura do arroz, na bacia hidrográfica do Rio D'uma em Santa Catarina, através da incidência de metais pesados na águas.*

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 5.ed. Tradução Flávio Paulo Maurer. Petrópolis: Vozes, 2003. *O livro aborda as questões ligadas a hermenêutica, os principais teóricos e sua aplicação na filosofia e ciência.*

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Questões e desafios para a investigação em geografia agrária. p.92-105. *In:* **Geosul**. v.4, n.7, 1989. *O texto foi a Conferência de Abertura do ENGA de 1988, realizado na UFSC e exibiu algumas considerações sobre o geógrafo agrário e seus objetivos e métodos.*

GALVÃO, Marília Velloso & FAISSOL, Speridião. A revolução quantitativa na geografia e seus reflexos no Brasil. p.5-22. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.32, n.4, 1970. *O texto indica as principais características da quantificação na geografia e salienta este tipo de teoria e técnica nos estudos geográficos.*

GALVÃO, Roberto. Aspectos da economia da borracha no Território do Acre. p.153-174. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.17, n.2, 1955. *O texto descreve os principais aspectos da economia borracheira no Acre, através de observações realizadas em trabalhos empíricos.*

_____. Notas sobre algumas fazendas de criação no município de Rio Branco, Território do Acre. p.727-733. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.141, 1957. *O texto analisa a paisagem rural, observado a relação dos aspectos físicos e naturais com a atividade humana.*

GARCIA, Gilberto José. O impacto do Proálcool na região oeste do Estado de São Paulo. p.105-118. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.13, n.26, 1988. *O autor utiliza técnicas cartográficas e estatísticas para explicar os problemas ambientais da cultura canavieira no oeste de São Paulo.*

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. Imagens do passado: café, ferrovia e a cidade de Rio Claro. p.149-166. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.19, n.2, 1994. *O texto mostra a evolução histórica da cidade de Rio Claro através da cafeicultura e da ferrovia.*

GARCIA, Maria Franco & THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalhadoras rurais e luta pela interlocução entre gênero, trabalho e território. p.257-272. *In:* **Terra Livre**. n.19, 2002. *Com uma abordagem cultural e sociológica sobre as mulheres assentadas, os autores discorrem sobre a produção do trabalho e do território.*

_____. A interlocução entre gênero, trabalho e território na luta pela terra no pontal do Paranapanema. p.109-134. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.80, dez. 2003. *Com uma abordagem cultural e sociológica sobre as mulheres assentadas, os autores discorrem sobre a produção do trabalho e do território.*

GEBARA, José Jorge & BACCARIN, José Giacomo. Alterações no sistema de corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores. p.47-55. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.60, 2º sem. 1983. *O texto aborda as conseqüências do aumento na carga horária do trabalhador rural no corte da cana-de-açúcar em Ribeirão Preto.*

GEIGER, Pedro Pinchas. Alguns problemas geográficos na região entre Teófilo Otoni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo). p.403-442. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.13, n.3, 1951. *O artigo caracteriza a região norte de Minas Gerais, analisando a geografia humana relacionando com a geografia física.*

_____. Geografia e planejamento. p.111-118. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.29, n.3, 1967. *O texto analisa as novas metodologias na geografia acerca do planejamento regional.*

_____. Renovação na geografia. p.67-72. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.32, n.1, 1970. *O autor analisa as novas perspectivas da geografia, enfatizando a revolução quantitativa nos estudos geográficos.*

GEIGER, Pedro Pinchas; LIMA, Maria Salette Ney da Motta; ABIB, Myriam Emile Abi. Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo. p.3-36. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.36, n.4, 1974. *O texto analisa a distribuição espacial das atividades agropastoris segundo o modelo espacial de von Thünen.*

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na baixada fluminense. p.291-314. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.16 n.3 1954. *O texto detalha a produção agrícola e industrial da baixada fluminense, descrevendo a importância das condições físicas para a prática da fruticultura.*

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. *O autor faz um esforço para mencionar os métodos em cada ramo da geografia.*

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Sobre tipologia da agricultura e análise sistêmica. Uma revisão bibliográfica. p.83-92. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.52, out. 1976. *O texto apresenta um referencial para o estudo da geografia agrária, sob vistas da abordagem sistêmica e da metodologia da Comissão de Tipologia Agrícola.*

_____. Expansão da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo. p.61-74. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.10, n.19, 1980a. *A autora utiliza a Teoria da Difusão Espacial para explicar a expansão da lavoura de café no Estado de São Paulo.*

_____. Algumas reflexões sobre a modernização da agricultura. p.19-34. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.5, n.9-10, 1980b. *O texto discute as principais características da modernização da agricultura e o desenvolvimento rural.*

_____. O processo de urbanização / industrialização e seu impacto sobre algumas características do setor agrícola do Estado de São Paulo: resultados preliminares. p.37-56. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.13, n.25, 1983. *O texto discute os impactos da urbanização no setor agrícola, através de índices estatísticos a autora testa as hipóteses de relação.*

_____. Norte Sul: dois estudos de campesinato. p.199-206. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.52, n.1, 1990. *A autora discorre sobre o conceito de camponês e campesinato, em Chayanoy e Tepicht, e sua utilização na geografia agrária.*

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira & CERON, Antonio Olívio. Disparidades em modernização da agricultura no Estado de São Paulo: primeiros resultados. p.43-54. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.4, n.8, 1979. *Os autores utilizaram índices para identificar o grau de modernização da agricultura, através de variáveis selecionadas.*

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira & FERREIRA, Therezinha J.L. O retorno do café às antigas áreas produtoras. p.103-116. *In:* **Boletim Geográfico**. v.33, n.242, 1974. *O texto aborda a produção do café no Brasil, nos aspectos históricos, agronômicos e estatísticos da produtividade.*

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira & SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: a contribuição de A.V. Chayanov. p.197-208. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.19, n.2, 1994. *O texto traz ao debate o conceito de campesinato sob a luz da obra de Alexander V. Chayanov.*

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira et.al. Camponses do Paraopeba – diagnóstico e alternativas. p.75-82. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.52, n.2, 1990. *O texto explora as questões socioeconômicas da área rural de Paraopeba-MG, abordando as condições de produção dos agricultores familiares.*

GERVAISE, Yves; TUYAMA, Victória; CUNHA, João da Cruz Jardim da. A utilização da tipologia agrícola na definição do uso potencial da terra: um ensaio metodológico. p.81-96. *In:* **Boletim Geográfico**. v.34, n.244, 1975. *O texto apresenta uma tentativa de regionalização da agropecuária no Estado de Minas Gerais.*

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. *O livro traz uma contribuição para história da geografia, desde sua fundação como ciência até a geografia humanista na década de 1990.*

_____. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. p.13-30. *In:* MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Org.) **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba:

ADEMADAN, 2009. *O texto percorre a evolução do objeto de estudo da geografia e suas categorias.*

GOMES, Pimentel. Panorama agrário no Brasil. p.383-390. *In:* **Boletim Geográfico**. v.17, n.151, 1959. *O termo organização agrária surge nos trabalhos de geografia agrária, com o intuito de planejar e auxiliar os problemas agrários.*

GONÇALVES, Álvaro. Aristocracia rural e fidalgos do café. p. 484-487. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.139, 1957a. *O autor comenta a aristocracia cafeeira no Estado de São Paulo, as conseqüências dessa estrutura social e os impactos do fim da escravidão e a imigração européia.*

_____. Aristocracia rural e fidalgos do café. p. 615-618. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.140, 1957b. *O autor comenta a aristocracia cafeeira no Estado de São Paulo, as conseqüências dessa estrutura social e os impactos do fim da escravidão e a imigração européia.*

_____. Aristocracia rural e fidalgos do café. p. 749-754. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.141, 1957c. *O autor comenta a aristocracia cafeeira no Estado de São Paulo, as conseqüências dessa estrutura social e os impactos do fim da escravidão e a imigração européia.*

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A defesa da natureza começa pela terra. p.43-52. *In:* **Terra Livre**. n.7, 1990. *O texto expõe a necessidade do geógrafo em estudar a ecologia ligada a geografia agrária.*

GOTTMANN, Jean. Acerca do método de análise na Geografia Humana. p.133-140. *In:* **Boletim Geográfico**. v.7, n.74, 1949. *O autor faz considerações sobre os objetos de estudo da geografia, dividindo em ecológicas e humanas fazendo apontamentos sobre o uso de métodos para a análise dos diferentes fenômenos.*

GRABOIS, José; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SILVA, Mauro José da. A organização do espaço no Baixo Vale do Taperoá: uma ocupação extensiva em mudança. p.81-114. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.53, n.4, 1991. *O texto mostra a evolução agrária de uma região na Paraíba, analisando historicamente os sistemas agrícolas.*

GRABOIS, José; SILVA, Mauro José da; MACIEL, Caio Augusto Amorim. Reordenação espacial e evolução da economia agrária: o caso das terras altas da transição agreste – mata do norte de Pernambuco. p.121-177. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.54, n.1, 1992. *O texto descreve as condições naturais e humanas na região em destaque e em seguida faz a análise da evolução da organização agrária.*

GUERRA, Antônio Teixeira. Notas sobre a pecuária nos campos do Rio Branco. p.422-434. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.123, 1954a. *O texto descreve a região criadora de gados na Amazônia, nos campos de Rio Branco.*

_____. Notas sobre as habitações rurais do território do Rio Branco. p.173-177. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.125, 1955a. *O texto analisa os habitat rurais na região de Rio Branco.*

_____. Notas o palmito em Iguape e Cananéia. p.345-356. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.19, n.3, 1957. *O texto é uma análise da produção de palmito e sua industrialização nos municípios de Iguape e Cananéia no Estado de São Paulo.*

_____. Paisagem geográfica. p.175-184. *In:* **Boletim Geográfico**. v.22, n.179, 1964a. *O texto explica as diferentes conceituações da paisagem e sua aplicação nos diferentes ramos da geografia.*

_____. Os solos – Recurso natural renovável. p.227-230. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.26, n.2, 1964b. *O texto classifica, de forma geral, os solos brasileiros e a importância para a agricultura.*

_____. Fundamentos geográficos dos solos, tendo em vista a reforma agrária. p.239-243. *In:* **Boletim Geográfico**. v.24, n.185, 1965a. *O texto explica os diferentes tipos de concepções de solos para os agrônomos, geólogos e engenheiros, dando uma contribuição para a geografia e o estudo da reforma agrária.*

_____. Os solos e a reforma agrária no Brasil. p.129-136. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.27, n.1, 1965b. *O texto explica os diferentes tipos de concepções de solos para os agrônomos, geólogos e engenheiros, dando uma contribuição para a geografia e o estudo da reforma agrária.*

_____. O valor dos anuários estatísticos na pesquisa e ensino da geografia. p.45-53. *In:* **Boletim Geográfico**. v.26, n.197, 1967. *O texto de Guerra exprime a mudança de paradigma na geografia brasileira, da descrição e empiria para o uso da estatística e quantificação nos estudos geográficos.*

GUERRA, Antônio Teixeira; REGIS, Wilson Duque Estrada; ALMEIDA, Neide Oliveira de; MOURA, Josilda R. da S. de; LIMA, Iracilde Moura Fé. Contribuição ao estudo da erosão dos solos agrícolas no Brasil. p.68-78. *In:* **Boletim Geográfico**. v.36, n.258-259, 1978. *O texto analisa as condições do solo para a agricultura e os processos que geram a erosão e suas conseqüências socioeconômicas.*

GUERRA, Inês Amélia Leal Teixeira. O cacau na Bahia. p.81-100. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.14, n.1, 1952. *Estudo regional que aborda os aspectos da cultura do cacau na Bahia, a organização social e estrutura fundiária vigente.*

_____. Comentário do mapa de densidade de rebanho bovino no Estado da Bahia. p.294-298. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.122, 1954b. *O texto é resultado de um levantamento do rebanho bovino no Estado da Bahia, elaborando um cartograma temático e dividindo em regiões.*

_____. Comentário do mapa de criação de caprinos no Estado da Bahia. p.78-80. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.124, 1955b. *O texto é resultado de um levantamento do rebanho caprino no Estado da Bahia, elaborando um cartograma temático e dividindo em regiões.*

_____. Comentário do mapa de produção de milho no Estado da Bahia. p.178-179. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.125, 1955c. *O trabalho é resultado de um levantamento da produção de milho no Estado da Bahia, elaborando um cartograma temático e dividindo em regiões.*

GUIGOU, Jean-Louis. O solo e o espaço: enigmas para os economistas. p.551-568. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.46, n.3-4, 1984. *O texto discorre sobre as abordagens econômicas, sociológicas e marxistas no debate do espaço.*

GUIMARÃES, Alberto Passos. A questão agrária brasileira. p.53-57. *In:* **Boletim Geográfico**. v.20, n.166, 1962. *O texto explora os elementos desiguais da questão agrária brasileira, e propõe a reforma agrária como solução para o campo brasileiro.*

GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires. Transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura em áreas de baixo nível de modernização. p.155-204. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.45, n.2, 1983. *Com uma abordagem estatística, o autor faz algumas considerações sobre os impactos da modernização da agricultura nas diferentes microrregiões homogêneas do IBGE entre 1970 a 1975.*

GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires & INNOCENCIO, Ney Rodrigues. A evolução da agricultura na Região Sudeste na década de 70. p.107-158. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.49, n.1, 1987. *O texto apresenta os dados estatísticos dos censos acerca da agricultura na região sudeste na década de 1970.*

GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires; INNOCENCIO, Ney Rodrigues; BRITO, Sebastiana Rodrigues. O trabalhador volante na agricultura. p.5-78. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.46, n.1, 1984a. *O texto caracteriza a situação do "bóia-fria' no Brasil, através dos dados censitários do IBGE de 1980.*

_____. Organização agrária e marginalidade rural no Médio Tocantins-Araguaia. p.227-362. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.46, n.2, 1984b. *O texto aborda as questões ligadas a mão-de-obra empregada na agricultura e a organização agrária na Microrregião do Médio Tocantins-Araguaia.*

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. Estudo da organização agrária da Região Sul através da uma análise fatorial. p.33-52. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.36, n.1, 1974. *O texto usa a técnica da análise fatorial como forma para explicar o espaço agrário na região sul, selecionando 35 variáveis.*

_____. Contribuição a metodologia do estudo de concentração em geografia agrária. p.137-143. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.39, n.3, 1977. *O autor reforça o uso de teorias e modelos estatísticos no estudo da geografia agrária.*

_____. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. *In:* Encontro Nacional de Geógrafos, v.3. **Anais...** Fortaleza: AGB, 1978a. *O autor divide em três momentos a geografia rural, descritiva, matemático-estatística e sobre modernização da agricultura.*

_____. Os enfoques preferenciais nos estudos rurais do IBGE. p.142-146. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.40, n.1, 1978b. *O texto apresenta um breve histórico dos objetivos e metodologia do IBGE nos estudos rurais.*

_____. O sistema de arrendamento no Brasil e a sua inserção no processo de capitalização da agricultura. p.55-80. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.9, n.17-18, 1984. *O autor analisa o sistema de arrendamento no Brasil com base nos dados estatísticos no IBGE no período de 1960 a 1975.*

_____. Algumas considerações sobre a ocupação de novos espaços pela agricultura. p.535-540. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.48, n.4, 1986. *O texto discute o papel do Estado e as políticas de distribuição de terras.*

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de & MESQUITA, Olindina Vianna. Difusão da infra-estrutura de armazenagem e suas vinculações com a atividade agrária no noroeste do Rio Grande do Sul. p.52-130. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.40, n.3-4, 1978. *O texto apresenta o uso de diversas técnicas estatísticas para analisar a agricultura no Rio Grande do Sul.*

_____. Estrutura espacial do desenvolvimento rural na região do Cerrado. p.419-448. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.43, n.3, 1981. *Os autores utilizam a técnica da análise fatorial para explicar o processo de desenvolvimento rural na região do Cerrado.*

HADLICH, Gisele Mara & SCHEIBE, Luiz Fernando. Uma visão sistêmica da poluição de águas superficiais pela suinocultura intensiva. p.601-628. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.32, n.3, 2007. *Com a utilização da abordagem sistêmica, os autores analisam os impactos ambientais da produção de suínos, na forma intensiva em Santa Catarina.*

HANNA, Rosângela Abdala. Rio Uberabinha – levantamento sanitário das fontes agropastoris. p.63-68. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.2, n.3, 1990. *O texto aborda sobre o uso de produtos químicos na agricultura e seus efeitos degradantes nos rios em Uberlândia.*

HARVEY, David W. Conceitos teoréticos e a análise dos padrões de uso da terra agrícola na geografia. p.43-62. *In:* **Boletim Geográfico**. v.34, n.251, 1976. *O autor faz uma crítica ao uso de modelos no estudo da geografia agrícola, mas faz o contraponto mostrando os pontos positivos do modelo espacial de von Thünen.*

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes de Trindade. Os colonos de Rondônia: conquistas e frustações. p.3-42. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.44, n.4, 1982. *Com uma abordagem sociológica a autora descreve as condições socioeconômicas dos agricultores em Rondônia, fixados através dos projetos de colonização.*

HESPANHOL, Antonio Nivaldo & HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil. p.133-148. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.27, 2006. *Os autores discutem as questões teóricas e práticas da relação campo-cidade e a perspectiva territorial deste debate no Brasil, a partir da década de 1990.*

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Perfil das associações de produtores na região de Presidente Prudente – SP. p.133-142. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.32, n.1, 2007a. *O texto mostra o perfil dos agricultores membros de uma associação de produtores em Presidente Prudente, e seus aspectos econômicos, políticos e sociais.*

_____. As organizações de produtores rurais na França. p.155-174. *In:* **Geosul**. v.22, n.44, 2007b. *A autora analisa as políticas de organização rural dos produtores na França, enfocando o processo de modernização tecnológica da agricultura.*

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros & COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. A agricultura familiar no âmbito do poder local: a atuação do PRONAF infra-estrutura e serviços municipais. p.69-90. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.26, n.2, 2001. *O discorre sobre a importância de ordem político-econômico do PRONAF na agricultura familiar, situando o caso dos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado em São Paulo.*

HESS, Dora Rodrigues. A apropriação do espaço nas áreas de fronteira agrícola brasileiras. p.703-720. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.44, n.4, 1982. *Com uma abordagem histórica, a autora explana acerca do processo de ocupação territorial na região denominada "fronteira agrícola".*

_____. Transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura brasileira. p.3-50. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.45, n.1, 1983. *O texto expõe as transformações na agricultura decorrentes da modernização, com base nos dados censitários entre 1970 a 1975.*

HEES, Dora Rodrigues & AGUIAR, Tereza Coni. A apropriação do espaço agrícola pela pecuária no Centro-Oeste. p.41-60. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.50, n.1, 1988. *O texto mostra a evolução da pecuária na região Centro-Oeste, com base nos dados estatísticos do Censo do IBGE de 1970-1980.*

HEES, Dora Rodrigues; SÁ, Maria Elisabeth de Paiva Corrêa; AGUIAR, Tereza Coni. A evolução da agricultura na Região Centro-Oeste na década de 70. p.197-257. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.49, n.1, 1987. *O texto apresenta os dados estatísticos dos censos acerca da agricultura na região centro-oeste na década de 1970.*

INNOCÊNCIO, Ney Rodrigues & OLIVEIRA, Tereza Maria Ramos de. Transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura brasileira em áreas de nível médio de modernização. p.263-310. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.45, n.3-4, 1983. *O texto expõe as transformações na agricultura decorrentes da modernização, com base nos dados censitários entre 1970 a 1975.*

JAHNEL, Teresa Cabral. As Leis de Terra no Brasil. p.105-116. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.65, 2º sem. 1987. *Com abordagem histórica, o autor analisa a evolução das leis de terra no Brasil.*

JAMES, Preston. O problema da colonização permanente no sul do Brasil. p.70-84. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.1, n.4, 1939. *O autor elabora uma comparação entre a colonização feita nos Estados Unidos com a realizada no sul brasileiro, apontando algumas deficiências e potencialidades desse processo.*

_____. As terras cafeeiras do Brasil Sudeste. p.701-716. *In:* **Boletim Geográfico**. v.3, n.29, 1945. *O autor faz uma caracterização regional da produção cafeeira no sudeste brasileiro, demarcando as principais regiões produtoras.*

_____. A expansão das colônias do Brasil Meridional. p.21-34. *In:* **Boletim Geográfico**. v.5, n.49, 1947. *Em uma obra que retrata a ocupação humana do sul brasileiro, James faz primeiramente uma caracterização física das áreas e, logo em seguida, perfaz as atividades econômicas, principalmente a agrícola, resultando nas diferenciação dos gêneros de vida.*

_____. Formulando objetivos de pesquisa geográfica. p.141-145. *In:* **Boletim Geográfico**. v.7, n.74, 1949. *O conteúdo deste texto aborda as formas de como analisar e estudar a ciência geográfica.*

_____. Tendências no desenvolvimento agrícola brasileiro. p.251-271. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.120, 1954. *O autor faz alguns prognósticos da agricultura brasileira, citando a exaustão do solo agricultável, a inserção de uma agricultura científico-moderno e a expansão da fronteira agrícola para o oeste.*

_____. Tipos e uso da terra no Nordeste do Brasil. p.353-377. *In:* **Boletim Geográfico**. v.18, n.156, 1960. *O autor verifica as culturas agrícolas e suas localizações de acordo com as condições físicas, biológicas e históricas de ocupação, fazendo uma relação de causa e efeito entre eles.*

JAMES, Preston; JONES, Clarence. O campo da geografia. p.609-619. *In:* **Boletim Geográfico**. v.17, n.153, 1959. *O texto aborda questões técnicas e metodologias sobre a geografia, entendendo que o conceito regional deve ser compreendido pelo método geográfico da caracterização da área com auxilio do método histórico.*

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. *Dicionário que traz centenas de verbetes ligados a filosofia.*

JONES, Clarence F. A fazenda Miranda em Mato Grosso. p.353-370. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.12, n.3, 1950. *Texto com características fundamentais da geografia descritiva, pautado na observação direta de uma fazenda no Mato Grosso.*

JUILLARD, Étienne. A região: tentativa de definição. p.224-236. *In:* **Boletim Geográfico**. v.24, n.185, 1965. *O autor explica os conceitos de espaço funcional, paisagem e região nos estudos geográficos.*

KAGEYAMA, Angela A. & SILVA, José F. Graziano da. A propósito da expansão da agricultura paulista. p.29-60. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.56, mar. 1979. *Numa*

perspectiva sociológica e econômica, o texto aprofunda o debate a respeito do capitalismo na agricultura e suas contradições em seu desenvolvimento.

KAHIL, Samira Peduti. A luta dos posseiros em Lagoa – São Paulo: a diferença da construção/destruição do território para o trabalho livre. p.119-132. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.62, 2º sem. 1985. *O texto mostra o processo histórico de construção do território rural em Presidente Epitácio.*

KALIKOSKI, Daniela Coswig & ASMUS, Milton L. Análise sistêmica de ambientes agrícolas na região costeira sul-brasileira. p.121-136. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.58, n.1-4, 1996. *O texto aborda a atividade agrícola na perspectiva sistêmica, integrando os sistemas agropastoris no conjunto do ecossistema.*

KAWAKUBO, Fernando Shinji; MORATO, Rúbia Gomes; CORREIA JUNIOR, Paulo Almeida; LUCHIARI, Ailton. Utilização de imagens híbridas geradas a partir da transformação IHS e aplicação de segmentação no mapeamento detalhado do uso da terra. p.111-122. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.23, 2004. *O texto mostra a técnica das imagens de satélite para identificação do uso da terra, através do satélite Spot 5.*

KELLER, Elza Coelho de Souza. Habitat rural. p.138-144. *In:* **Boletim Geográfico**. v.17, n.149, 1959a. *O texto analisa o conceito de habitat rural, quais os fatores e elementos a serem pesquisados a fim de entender a dinâmica do povoamento rural.*

_____. Habitat rural no Brasil. p.145-148. *In:* **Boletim Geográfico**. v.17, n.149, 1959b. *Texto que analisa a dispersão e aglomeração dos tipos de povoamento no Brasil.*

_____. Mapeamento da utilização da terra. p.151-160. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.31, n.3, 1969. *O texto mostra os primeiros indícios da metodologia da UGI no estudo da utilização da terra, por meio de uma tipologia mundial da agricultura.*

_____. Tipos de agricultura no Paraná, uma análise fatorial. p.41-86. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.32, n.4, 1970. *A autora utiliza a metodologia da UGi, e aplica a técnica da analise fatorial para obter resultados dos elementos internos da agricultura.*

_____. Diretrizes e prioridades das pesquisas agrárias. p.135-140. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.35, n.2, 1973. *O texto apresenta as características e os procedimentos para o uso da metodologia da Comissão de Tipologia Agrícola nos estudos em geografia agrária.*

KOFFLER, Natálio Felipe. Técnicas de sensoriamento remoto orbital aplicadas ao mapeamento de vegetação e uso da terra. p.01-26. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.17, n.2, 1992. *O texto apresenta as técnicas do sistema de informações geográficas para analise do uso do solo agrícola em Rio Claro – SP.*

_____. Uso das terras na bacia do rio Corumbataí, em 1990. p.135-150. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.18, n.1, 1993a. *O texto apresenta as técnicas do sistema de informações geográficas para analise do uso do solo agrícola.*

_____. Técnicas de sensoriamento remoto aplicadas ao mapeamento de solos. p.01-51. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.18, n.2, 1993b. *O texto apresenta as técnicas do sistema de informações geográficas para analise do uso do solo agrícola na bacia do Corumbataí – SP.*

_____. Avaliação do uso das terras das bacias do rio Corumbataí (SP) através de técnicas de geoprocessamento. p.5-64. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.24, n.47-48, 1994. *O texto apresenta as técnicas do sistema de informações geográficas para analise do uso do solo agrícola na bacia do Corumbataí – SP.*

KOFFLER, Natálio Felipe & MORRETI, Edmar. Diagnóstico do uso agrícola das terras do município de Rio Claro (SP). p.01-76. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.16, n.2, 1991.*O texto*

apresenta as técnicas do sistema de informações geográficas para analise do uso do solo agrícola em Rio Claro – SP.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da produção rural no norte do Paraná – Brasil. p.79-94. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.53, n.2, 1991. *O texto mostra uma evolução dos sistemas agropecuários no Paraná, enfatizando as decisões políticas nestas mudanças estruturais.*

KOLB, John H. Interdependência da Geografia e Sociologia nos estudos da comunidade rural. p.631-636. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.15, n.4, 1953. *O texto remete à algumas interdependências de método e técnicas entre sociologia rural e geografia agrária.*

KUHN, Tomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 262p. *O livro é uma referência no estudo epistemológico, pois cita os motivos para os rompimentos de paradigmas e mudanças nas bases teórico-metodológicas da ciência.*

LA CORTE, Judith de. Abastecimento da cidade de São Paulo em produtos hortifrutícolas: problemas e métodos de estudo. p.29-54. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.52, out. 1976. *A autora representou através de gráficos e cartogramas as zonas e setores que abastecem o mercado hortifrutícola do município de São Paulo.*

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. *Dicionário que traz centenas de verbetes ligados a filosofia.*

LANZELOTTE, Marília de Saldanha de Gama; BRITO, Maristella de Azevedo; OLIVEIRA, Tereza Maria Ramos de. A evolução da agricultura na Região Nordeste na década de 70. p.47-106. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.49, n.1, 1987. *O texto apresenta os dados estatísticos dos censos acerca da agricultura na região nordeste na década de 1970.*

LAROCHE, Rose Claire. Ecossistemas e impactos ambientais da modernização agrícola do Vale do São Francisco. p.63-78. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.53, n.2, 1991. *O texto analisa os impactos ambientais da modernização agrícola no Vale do São Francisco.*

LEÃO, Manoel de Azevedo. O problema dos fertilizantes no Brasil. p.103-109. *In:* **Boletim Geográfico**. v.25, n.190, 1966. *O texto faz uma correlação entre o uso de fertilizantes e o aumento da produção agrícola no Brasil.*

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003. *O livro traz reflexões sobre o conceito de região e a história do pensamento geográfico.*

LÉO, Ieda Ribeiro; NASCIMENTO, Luiz Alberto de C. do; SENRA, Telma Suely A de C. Contribuição para a identificação dos principais padrões diferenciadores do uso da terra com lavouras e rebanhos no sudeste do Brasil. p.17-34. *In:* **Boletim Geográfico**. v.36, n.258-259, 1978. *Utilizando a análise fatorial e técnica de grupamento, os autores regionalizaram a produção agropecuária do sudeste brasileiro.*

LESSA, Maria Luisa da Silva. Comentário do mapa de produção de feijão no Sudeste do Planalto Central Brasileiro. p.226-231. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.107, 1952. *O texto representou espacialmente a produção e concentração do feijão no Planalto Central.*

_____. Comentário do mapa de produção de feijão no Sudeste do Planalto Central Brasileiro. p.317-323. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.108, 1952b. *O texto representou espacialmente a produção e concentração do milho no Planalto Central.*

LEITE, Edgard Teixeira. O problema da terra no Brasil. p.127-146. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.21, n.2, 1959. *O autor analisa algumas questões sobre o problema na terra no Brasil, e defende a manutenção da grande propriedade, sendo crítico e contra a reforma agrária.*

LIMA, Heitor Ferreira. Evolução da produção cafeeira no Brasil. p.384-408. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.123, 1954. *O texto analisa a produção do café no Brasil Império, de 1817 a 1889.*

LIMA, Samuel do Carmo; ROSA, Roberto; FELTRAN FILHO, Antonio. Mapeamento do uso do solo no município de Uberlândia – MG, através de imagens TM/LANDSAT. p.127-145. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.1, n.2, 1989. *O texto traz as novas tecnologias, sensoriamento remoto, para fins de planejamento (municipal, rural ou urbano). Neste caso, enfatizando o uso do solo e a agropecuária.*

LIMBERGER, Leila. Abordagem sistêmica e complexidade na geografia. p.95-109. *In:* **Geografia**. Londrina, v.15, n.2, 2006. *O texto analisa a abordagem sistêmica e a teoria da complexidade como formas de entender a organização espacial.*

LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. p.29-40. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.16, n.1, 1996. *O texto mostra a evolução da estrutura agrária em Goiás e a ligação com as políticas vigentes.*

LOCH, Carlos. A importância da estrutura fundiária no planejamento municipal. p.75-84. *In:* **Geosul**. v.3, n.5, 1988. *O texto coloca algumas questões pertinentes no estudo do planejamento municipal com ênfase na estrutura fundiária, em especial o processo histórico de ocupação e divisão.*

LOEBMANN, Daniel Gomes; GUIMARÃES, Renato Fontes; BETTIOL, Giovana Maranhão; FREITAS, Leonardo Figueiredo de; REDIVO, André L; CARVALHO JÚNIOR, Osmar Abílio de. Análise multitemporal do uso da terra por sensoriamento remoto para as diferentes unidades pedológicas da bacia do rio Jardim, importante produtora agrícola do Distrito Federal. p.83-103. *In:* **Geosul**. v.20, n.39, 2005. *O texto contem uma análise em diversos momentos de uma bacia hidrográfica e a interpretação do uso da terra.*

MACÊDO, Marta de Paiva. A festa nacional da melancia em Goiás: uma face da manifestação regional. p.47-72. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.22, n.2, 2002. *Sob a perspectiva fenomenológica dos aspectos culturais das manifestações dos agricultores na festa da melancia, a autora descreve esse evento.*

MACHADO, Lia. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. p.27-56. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.54, n.2, 1992. *A autora analisa o processo histórico de ocupação da Amazônia e suas políticas desiguais de ocupação e colonização do espaço.*

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Agricultura e legislação ambiental brasileira. p.173-182. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.10, n.19, 1985. *Ó texto discorre nas questões agrícolas e ambientais conforme a legislação presente na Constituição Federal.*

MADEIRA, Marcelo Machado. Viabilidade da orizicultura e perspectivas de desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Santa Maria (RS). p.117-131. *In:* **Geosul**. v.16, n.31, 2001. *O texto adota uma abordagem ambiental, com a preocupação das implicações da atividade agrícola da produção de arroz para a demanda hídrica na Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria – RS.*

MAEDA, Eduardo Eiji; FORMAGGIO, Antônio Roberto; SHIMABUKURO, Yosio Edemir. Análise histórica das transformações da floresta Amazônica em áreas agrícolas na bacia do rio Suia-miçu. p.5-24. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.20, n.1, 2008. *O texto analisa o processo histórico de ocupação e uso de áreas agrícolas na Bacia do Rio Suia-Miçu mostrando o desmatamento causado.*

MAGALDI, Sérgio Braz. Notas preliminares sobre a produção florestal no sudoeste paulista. p.37-44. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v. 67, 1º sem. 1989. *O texto apresenta uma discussão política da produção florestal no sudoeste paulista.*

MAGNAGO, Angélica Alves; BARRUCHO, Roberto de Castro Nobrega; MATTOS, Suzi de; CONI, Tereza. A modernização da agricultura no entorno do Distrito Federal e a questão ambiental. p.35-46. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.57, n.4, 1995. *O texto mostra os impactos ambientais decorrentes da modernização da agricultura na Microrregião do Entorno de Brasília.*

MALAGUTTI, Marta & GARCIA, Gilberto José. Técnicas cartográficas na elaboração de mapas de classes de declive para fins agrícolas. p.151-156. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.13, n.25, 1988. *Ó texto mostra os procedimentos para elaboração de mapas de declividade voltados para análise agrícola.*

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. p.7-14. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v. 51, jun. 1976. *O autor analisa a evolução e espacialização dos frigoríficos e da atividade pecuária no Brasil central.*

MANTELLI, Jussara. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. p.87-105. *In:* **Geosul**. v.21, n.41, 2006. *A autora faz um diagnóstico do setor agrário do noroeste gaúcho, enfatizando a estrutura fundiária e produção agropecuária.*

MARAFON, Gláucio. Permanências e mudanças no campo: uma leitura sobre as transformações recentes no espaço rural fluminense. p.329-347. *In:* MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Org.) **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. *O autor debate a complexidade nos estudos no espaço rural, enfocando o caso do espaço rural fluminense.*

MARIANI, Antonio. Baixo São Francisco: uma das regiões mais férteis do Nordeste brasileiro. p.612-615. *In:* **Boletim Geográfico**. v.22, n.176, 1963. *O texto adota um caráter regional e descritivo da região do Baixo São Francisco para a produção agrícola.*

MARICATO, Armely Therezinha. Alguns fitoclimogramas de produtos temperados. p.260-266. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.28, n.3, 1966. *O texto analisa os aspectos climáticos favoráveis a produção de cereais no Brasil, e trata de certa forma, com uma abordagem determinista essa produção agrícola.*

MARINHO, Mara de Andrade, et.al. Bibliografia brasileira de levantamento e de interpretação de solos para fins agrícolas. p.147-176. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.53, n.1, 1991. *Os autores compilaram uma bibliografia diversa sobre a questão de interpretação do solo para fins agrícolas.*

MARQUES, Jorge Soares. Estrutura agrária do Estado de Pernambuco. p.137-148. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.33, n.2, 1971. *O autor utiliza os dados do Censo de 1960, para fazer uma análise estatística da estrutura fundiária em Pernambuco.*

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. p.95-112. *In:* **Terra Livre**. n.19, 2002. *A autora explora a questão conceitual da terminologia espaço rural nas ciências humanas, enfocando as teorias sociológicas e geográficas.*

MARTIN, Jean-Yves. Uma geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. p.11-36. *In:* **Terra Livre**. n.19, 2002. *O autor propõe uma linha especifica de pesquisa na geografia, que contemple os movimentos socioterritoriais, enfatizando a presença do MST.*

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. p.31-47. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.10, n.19, 1980. *O autor utiliza conceitos marxistas para explicar o avanço do capitalismo na agricultura, com um enfoque dialético.*

MASSUKADO, Tomotoshi. A cânfora: uma nova cultura introduzida no litoral sul do Estado de São Paulo. p.95-108. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.41, out. 1964. *Com uma abordagem agronômica e econômica, o autor analisa a potencialidades da cultura da cânfora no litoral paulista.*

MATOS, Odilon Nogueira de. O desenvolvimento da rede ferroviária e a expansão da cultura do café em São Paulo. p.371-381. *In:* **Boletim Geográfico**. v.14, n.133, 1956. *O texto faz a relação entre a expansão da cultura do café e a criação de estradas de ferro no interior paulista, como elementos transformadores da paisagens rural.*

MATOS, Patrícia Francisca de & PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O "Modelo" da agricultura modernizada no Chapadão do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde-Catalão (GO): o Grupo Rampelotti. p.99-114. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.18, n.34, 2006. *O texto indica as transformações ocorridas no espaço rural de Catalão-GO com a modernização da agricultura ocorrida a partir da década de 1970.*

MATTOS, Dirceu Lino de. Contribuição ao estudo da vinha em São Paulo: a região de São Roque. p.27-47. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.4, mar. 1950. *O autor relaciona os aspectos do meio físico e da imigração com o êxito da produção vitivinícola na região de São Roque e Jundiaí.*

_____. Bases geográficas da vida econômica no vale do Itapecuru – Maranhão. p.20-37. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.7, mar. 1951. *O autor analisou a geografia da região em questão, tanto os elementos físicos como a geografia econômica e humana.*

_____. Impressões de viagem à Zona Bragantina do Pará. p.38-62. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.30, out. 1958. *O autor faz um estudo regional, a respeito do povoamento e colonização japonesa na Zona Bragantina no Pará.*

MAYOR, Ariadne Soares Souto. Comentário do mapa da produção do fumo na Bahia. p.87-90. *In:* **Boletim Geográfico**. v.11, n.112, 1953. *O texto o é resultado de um levantamento da produção do fumo no Estado da Bahia, dividindo-a em regiões.*

_____. Comentário do mapa da produção do café no Estado da Bahia. p.291-293. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.122, 1954a. *O texto é resultado de um levantamento da produção de café no Estado da Bahia, elaborando um cartograma temático.*

_____. Comentário do mapa da produção de mamona na Bahia. p.438-440. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.123, 1954b. *O texto é resultado de um levantamento da produção de mamona no Estado da Bahia, elaborando um cartograma temático.*

MEDEIROS, Marlon Clovis. A reestruturação do complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina no período 1990-2000. p.61-81. *In:* **Geosul**. v.17, n.33, 2002. *O texto analisa os processos políticos que reativaram o complexo agroindustrial do arroz na década de 1990.*

MEDINA, Diego Narváez. Territorio e identidad: la caficultura como factor de construcción de território e identidad en Caldas-Colombia. p.9-23. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.21, n.2, 2001. *O texto descreve o habitat rural de Caldas-Colômbia, e sua relação com a paisagem agrícola formada pelo café e suas relação culturais.*

_____. Geografia agrária: objeto e método. p.63-72. *In:* **Boletim Geográfico**. v.34, n.247, 1976. *Neste texto o autor trata das questões metodológicas da geografia agrária, enfocando o objeto e método de estudo.*

MELO, Beatriz Célia Correia de. Interpretação do mapa de produção de café no sudeste do Planalto Central do Brasil. p.73-88. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.12, n.1, 1950. *O texto utiliza dados estatísticos e cartogramas para representar a paisagem e a organização produtiva.*

MELO, Mário Lacerda de. O fator geográfico na economia açucareira. p.684-715. *In*: **Boletim Geográfico**. v.6, n.67, 1948. *O autor faz um estudo da produção da cana-de-açúcar e co-relaciona com os fatores climáticos e culturais presentes nessa paisagem.*

_____. Aspectos da geografia do açúcar no Brasil. p.467-493. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.16, n.4, 1954. *O texto tem características básicas da geografia clássica sobre a produção canavieira, visando descobrir os habitat rurais e a paisagem agrária.*

_____. Os estudos regionais e o papel das universidades. p.56-75. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.20, jul. 1955. *No texto o autor defende a observação e o" ir" e "ver" como metodologia nos estudos regionais.*

_____. Bases geográficas dos problemas do Nordeste. p.503-542. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.24, n.4, 1962. *O método indutivo-descritivo-empírico é aplicado para caracterizar a realidade do nordeste brasileiro.*

_____. A universidade e a formação do geógrafo agrário no Brasil. p.69-75. *In:* **Boletim de Geografia Teorética.** v.9, n.17-18, 1979. *O texto discute o papel do geógrafo agrário e seu processo formativo na universidade.*

MELO, Sandro Cristiano de. Relação cidade-campo: da compreensão clássica a sua interpretação no contexto de um assentamento de reforma agrária. p.99-114. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.28, n.1, 2008. *O texto discorre sobre a definição e a discussão da relação campo-cidade na geografia, e aponta para um estudo em assentamento rural nesse contexto.*

MELLO, Beatriz Célia Corrêa de. Comentário do mapa de densidade de produção da mandioca no Sudeste do Planalto Central do Brasil. p.433-439. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.109, 1952. *O texto representou espacialmente a produção e concentração do algodão no Planalto Central.*

_____. Produção agrícola - 1951. p.474-475. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.139, 1957. *O texto apresenta as principais culturas agrícolas no Brasil representado num mapa de círculos.*

MENDES, Estevane de Paula Pontes. Questões teórico-metodológicas da produção rural familiar. p.113-131. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.14-15, n.26-29, 2003. *O texto apresenta o desenvolvimento desigual da produção familiar no campo frente ao capitalismo.*

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues & THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A reestruturação do capital e a modernização da agricultura no sudeste de Goiás. p.173-188. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.14-15, n.26-29, 2003. *Os autores discorrem sobre o processo de modernização na agricultura e seu conteúdo histórico-geográfico na formação da sociedade.*

MENDONÇA, Nadir Domingues. Chapadão dos Gaúchos (MS) – núcleo de uma franja pioneira. p.51-68. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.67, 1º sem. 1989. *O autor descreve a situação agrícola, econômica e cultural da região do Chapadão dos Gaúchos – MS.*

MENKE, Aline Brignol; CARVALHO JÚNIOR, Abílio de; GOMES, Roberto A.T; MARTINS, Éder de Souza; OLIVEIRA, Sandro Nunes de. Análise das mudanças do uso agrícola da terra a partir de dados de sensoriamento remoto multitemporal no Município de Luis Eduardo Magalhães (BA – Brasil). p.315-326. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.21, n.3, 2009. *O texto procura quantificar o uso da terra e suas mudanças no município de Luis Eduardo Magalhães-BA, usando dados de sensoriamento remoto.*

MESQUITA, Helena Angélica de. A modernização da agricultura em caso de Catalão. p.54-69. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.11, n.1, 1991. *O texto mostra o processo evolutivo da modernização agrícola em Catalão.*

_____. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. p.127-142. **Boletim Goiano de Geografia**. v.28, n.1, 2008. *O texto expressa a desigualdade no campo brasileiro, desde enfatizando o início do século XXI e as políticas dos governos deste período.*

MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Interpretação do mapa da produção de algodão no Sudeste do Planalto Central. p.84-88. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.106, 1952a. *O texto representou espacialmente a produção e concentração do algodão no Planalto Central.*

_____. Distribuição do gado bovino no Sudeste do Planalto Central. p.113-119. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.14, n.1, 1952b. *O texto segue uma metodologia baseada na estatística, porém utiliza conceitos e categorias da geografia clássica para analisar a distribuição da pecuária no Sudeste do Planalto Central.*

MESQUITA, Olindina Vianna. O modelo de von Thünen: uma discussão. p.60-130. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.40, n.2, 1978. *A autora discute a relevância e importância do modelo de von Thünen no estudo da organização espacial agrária na geografia.*

_____. A intensidade da agricultura na temática do desenvolvimento rural. p.26-44. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.4, n.7, 1979. *O texto enfoque a intensidade e localização das atividades agrícolas no Estado de São Paulo, com base nas teorias de von Thünen.*

MESQUITA, Olindina Vianna & BRITO, Maristella de Azevedo. Fechamento da safra nacional: o cacau. p.105-116. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.41, n.4, 1979. *O texto aborda estatisticamente a situação da cultura cacaueira no Brasil no ano de 1979.*

MESQUITA, Olindina Vianna & GUSMÃO, Rivaldo Pinto. As dimensões diferenciadoras e os padrões espaciais de lavouras e rebanhos do sul do Brasil. p.23-35. *In:* **Boletim Geográfico**. v.33, n.246, 1976. *Os autores utilizam uma a técnica da Análise fatorial para interpretar a produção agropecuária na região sul.*

MESQUITA, Olindina Vianna; GUSMÃO, Rivaldo Pinto; SILVA, Solange Tietzmann. Proposição metodológica para estudo de desenvolvimento rural no Brasil. p.93-115. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.38, n.3, 1976. *O texto propõe uma metodologia de estudo para medir os índices de desenvolvimento rural.*

_____. Modernização da agricultura brasileira. p.3-65. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.39, n.4, 1977. *Os autores explicam o uso da quantificação para mensurar índices de modernização da agricultura e de desenvolvimento rural.*

MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann. Regiões agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística. p.3-42. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.32, n.1, 1970. *O texto apresenta as mudanças metodológicas nos estudos agrários, com a inserção de técnicas estatísticas de combinação e cartografia.*

_____. A inserção da pequena produção na mudança tecnológica da agricultura na Região Sul. p.503-534. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.48, n.4, 1986. *O texto mostra a modernização da agricultura na região sul através de cartogramas temáticos, sob a ótica dos dados censitários do IBGE entre 1970 a 1980.*

_____. A evolução da agricultura brasileira na década de 70. p.3-10. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.49, n.1, 1987a. *O texto apresenta os dados estatísticos dos censos acerca da agricultura brasileira na década de 1970.*

_____. A evolução da agricultura na Região Sul na década de 70. p.3-10. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.49, n.1, 1987b. *O texto apresenta os dados estatísticos dos censos acerca da agricultura na Região Sul na década de 1970.*

MIGLIORINI, Elio. A geografia agrária no quadro da ciência geográfica. p.1072-1091. *In*: **Boletim Geográfico**. v.8, n.93, 1950. *Fazendo um levantamento de diferentes obras de autores de vários países, Migliorini caracterizou os objetivos, temas e métodos da geografia agrária, além de expor a importância desse ramo na Ciência Geográfica.*

MILLIET, Sérgio. O desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo. p.11-29. *In*: **Boletim Geográfico**. v.9, n.97, 1951. *Um texto feito com os dados estatístico da situação agropecuária e fundiária no estado de São Paulo em 1930 a 1936.*

MINATTO, João Marcos & CORRÊA, Walquíria Krüger. As estratégias de reprodução na agricultura familiar em Turvo (SC). p.77-98. *In:* **Geosul**. v.18, n.36, 2003. *O texto mostra as formas e estratégias de reprodução da agricultura familiar, analisando os aspectos sociais e econômicos.*

MIORIN, Vera Maria Favila & BEZZI, Meri Lourdes. A dialética da reforma agrária no Rio Grande do Sul. p.115-122. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.18, n.35-36, 1988. *O texto debate a dialética da questão agrária no Rio Grande do Sul.*

MIORIN, Vera Maria Favila; BEZZI, Meri Lourdes; ZIBORDI, Antônio Francisco Guerreiro. A reprodução das relações de produção na evolução do espaço no Rio Grande do Sul. p.67-92. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.13, n.26, 1988. *O texto mostra a utilização da dialética para entender a reprodução das relações de produção no Rio Grande do Sul.*

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. Os movimentos sociais no campo no Estado de São Paulo (1995/2001). p.7-44. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.82, set. 2005. *O autor faz um levantamento de 13 movimentos sociais que atuam no campo no Estado de São Paulo, entre 1995 a 2001.*

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo. p.81-93. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.25, 2005. *O texto apresenta algumas transformações no campo sul mato-grossense decorrentes da modernização e industrialização da agricultura.*

_____. Reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul. p.135-154. *In:* **Geosul**. v.22, n.44, 2007. *O texto explora o sistema de produção da aves sul mato-grossense, abordando os processos de reestruturação industrial.*

MONBEIG, Pierre. Estudos Geográficos. p.7-11. *In*: **Boletim Geográfico**. v.1, n.11, 1944a. *O autor nesse artigo discute as questões metodológicas, de uma forma geral, nos estudos geográficos.*

_____. Notas relativas à evolução das paisagens rurais no Estado de São Paulo. p.428-430. *In*: **Boletim Geográfico**. v.2, n.16, 1944b. *O autor descreve algumas considerações sobre a ocupação da paisagem rural do estado de São Paulo.*

_____. Os problemas geográficos do cacau no sul do Estado da Bahia. p.1878-1883. *In*: **Boletim Geográfico**. v.2, n.24, 1945a. *O autor faz uma breve análise regional no sul da Bahia e da organização produtiva cacaueira.*

_____. A zona pioneira do Norte-Paraná. p.11-17. *In*: **Boletim Geográfico**. v.3, n.25, 1945b. *Nesse texto, Monbeig relata as paisagens encontradas no norte do estado do Paraná, indicando está área como uma nova região produtiva agrícola e econômica.*

_____. A Geografia no ensino secundário. p.163-171. *In*: **Boletim Geográfico**. v.3, n.26, 1945c. *O autor aponta para o objeto de estudo da geografia e os procedimentos que devem ser adotados no ensino da geografia no ensino secundário.*

_____. Pesquisas Geográficas. p.915-919. *In*: **Boletim Geográfico**. v.3, n.31, 1945d. *Monbeig faz um panorama da geografia nacional, e comenta a evolução das pesquisas sobre o fatos geográficos, feitos pelo Conselho Nacional de Geografia e as universidades de São Paulo e Rio de Janeiro.*

_____. A geografia e o meio vivo. p.1267-1269. *In*: **Boletim Geográfico**. v.3, n.34, 1946. *O autor levanta algumas questões metodológicas a respeito dos estudos sobre a alimentação e a geografia.*

_____. Evolução de gêneros de vida rurais tradicionais no sudeste do Brasil. p.980-987. *In*: **Boletim Geográfico**. v.7, n.81, 1949. *Os diferentes gêneros de vida rurais do estado de São Paulo são tratados no texto, dando ênfase a região da Serra da Mantiqueira.*

_____. As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. p. 455-465. *In*: **Boletim Geográfico**. v.11, n.116, 1953. *Relata algumas características das novas regiões povoadas no Estado de São Paulo, como a concentração fundiária, loteamento e condição jurídica da terra.*

_____. Resumo da geografia econômica do café. p. 276-287. *In*: **Boletim Geográfico**. v.12, n.122, 1954. *O autor faz uma breve conclusão sobre a importância da economia cafeeira no Brasil.*

_____. As tendências atuais da agricultura no Estado de São Paulo. p. 721-726. *In*: **Boletim Geográfico**. v.15, n.141, 1957. *O texto é uma análise da agricultura paulista e as conseqüências do êxodo rural na economia agrícola.*

MOARES, Antonio Carlos Robert. Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate. p.101-1109. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.27-28, n.14. 1984. *O texto aponta para questões teórico-metodológicas da renovação critica da geografia.*

_____. Foucault e a geografia. p.129-138. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.66, 1º sem. 1988. *O autor discute a aproximação entre a teoria de Foucault e a geografia.*

MORAES, João de Mello. Aspectos da região litorânea do nordeste. p.259-293. *In*: **Boletim Geográfico**. v.15, n.138, 1957. *Através de descrições da fisionomia da paisagem e relações com agricultura, o trabalho apresenta as conseqüências da estrutura fundiária na constituição da sociedade nordestina.*

MORAES, Roberto Lopes de. Contribuição à identificação de tipos de utilização da terra, através de fotografias aéreas. p.75-76. *In:* **Boletim Geográfico**. v.27, n.204, 1968. *O texto mostra o uso de fotografias aéreas 1:25.000 e sua utilização para identificar as culturas agrícolas existentes.*

MOREIRA, Maurício Alves; BARROS, Marco Aurélio; RUDORFF, Bernardo F.T. Geotecnologias no mapeamento da cultura do café em escala municipal. p.101-110. *In:*

Sociedade & Natureza. v.20, n.1, 2008. *O texto mostra a utilização de imagens de satélite para a delimitação e caracterização da cafeicultura em Minas Gerais.*

MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. p.6-19. *In:* **Terra Livre**, n.1, 1986. *O autor faz uma leitura crítica das políticas para o campo, em especial da reforma agrária, e a relação com o desenvolvimento desigual do capitalismo na agricultura.*

_____. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. p.19-64. *In:* **Terra Livre**. n.6, 1989. *O autor discorre sobre o processo histórico de ocupação de terras no Brasil e o avanço do capitalismo nas relações de produção no campo.*

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. p.67-90. *In:* **Geosul**. v.14, n.27, 1999. *O texto percorre o processo histórico de ocupação de terras no Mato Grosso, desde o final do século XIX até o final do século XX.*

MORIN, Edgar. **O método 1**: a natureza da natureza. 2.ed. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005. *O livro é o primeiro de uma série de 5 que tratam sobre o método na ciência.*

MORO, Dalton Áureo. Dependência econômica e estrutura fundiária: o caso do Norte do Paraná. p.143-151. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.13, n.25, 1988. *O autor analisa os dados censitários do IBGE entre 1960 a 1980 sobre a economia e estrutura fundiária no norte do Paraná.*

_____. A organização do espaço como objeto da geografia. p.1-20. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.15, n.1, 1990. *O autor discorre sobre a evolução e o uso do conceito de organização do espaço na geografia.*

MORTARA, Giorgio. Informações básicas sobre o Brasil: Produção agrícola. p. 1508-1517 *In*: **Boletim Geográfico**. v.7, n.84, 1950a. *O autor faz uma análise dos dados censitários sobre a produção agrícola no período de 1945 a 1947.*

_____. Informações básicas sobre o Brasil – A produção agrícola do Brasil no ano de 1949. p. 84-93. *In*: **Boletim Geográfico**. v.8, n.85, 1950b. *O autor faz uma análise dos dados censitários sobre a produção agrícola no período de 1950.*

MOTA, Fernando Silveira da. As chuvas, a evaporação e a exploração agropecuária no Rio Grande do Sul. p.389-400. *In:* **Boletim Geográfico**. v.22, n.175, 1963. *O texto apresenta uma co-relação entre as condições climáticas e a produção agropecuária no Rio Grande do Sul.*

MOURA, Margarida Maria. Estudo da pequena propriedade numa área de Minas Gerais: um exercício de antropologia econômica. p.3-42. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.71, 1993. *O texto apresenta a descrição de uma região do Vale do Jequitinhonha, apresentando os aspectos culturais e antropológicos.*

MÜLLER, Geraldo. A economia política do complexo agroindustrial brasileiro (notas básicas para elaboração de um programa de pesquisa). p.129-141. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.12, n.23, 1987. *O texto apresenta as conseqüências da mudança de padrão tecnológico e produtivo na agricultura, numa abordagem econômica-política.*

_____. O agrário verde-amarelo hoje e amanhã. p.29-48. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.54, n.4, 1992. *O texto apresenta discussões sobre a evolução agrária no Brasil, focalizando nas medidas políticas e econômicas governamentais para a solução das disparidades socioeconômicas.*

MÜLLER, Keith Derald. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. p.83-139. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.48, n.1, 1986. *O texto apresenta o histórico de um projeto de colonização em Toledo – PR.*

_____. Pindorama: modelo europeu agrícola de assentamento, litoral nordestino brasileiro. p.17-22. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.57, n.4, 1995. *O texto mostra o histórico de um assentamento no litoral nordestino, mostrando a evolução desse projeto de colonização.*

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. p.55-97. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.22, mar. 1956. *Estudo regional sobre o Norte do Paraná, tratando de assuntos básicos da geografia clássica, como "habitat" rural, frentes pioneiras e formação da paisagem.*

_____. Bairros rurais no município de Piracicaba. (Estado de São Paulo). p.83-130. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.43, jul. 1966. *O texto analisa os habitat dos trinta bairros rurais em Piracicaba.*

MÜLLER FILHO, Ivo Lauro. A dimensão agrícola no Estado do Rio Grande do Sul (1980) – uso da média aritmética como instrumento de trabalho. p.175-187. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.10, n.20, 1985. *O estudo classificou a estrutura fundiária no Rio Grande do Sul, baseado nos dados censitários de 1980.*

_____. Reflexões sobre a importância da abordagem comportamental em geografia – comportamento e organização do espaço. p.141-146. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.11, n.22, 1986. *O texto discute as questões metodológicas da abordagem comportamental no estudo da organização do espaço.*

MUSSO, Antônio José de Mattos. Ciclos econômicos do Brasil (Parte I). p.41-56. *In:* **Boletim Geográfico**. v.14, n.130, 1956a. *O autor adota o método histórico para explicar as atividades econômicas no Brasil, como a cana-de-açúcar, gado e minerais.*

_____. Ciclos econômicos do Brasil (Parte II). p.170-176. *In:* **Boletim Geográfico**. v.14, n.131, 1956b. *O autor adota o método histórico para explicar as atividades econômicas no Brasil, neste artigo descreve a importância do café.*

_____. Os ciclos econômicos do Brasil (Parte I). p.50-73. *In:* **Boletim Geográfico**. v.27, n.206, 1968a. *O texto analisa o processo histórico dos ciclos econômicos do Brasil.*

_____. Os ciclos econômicos do Brasil (Parte II). p.67-83. *In:* **Boletim Geográfico**. v.27, n.207, 1968b. *O texto analisa o processo histórico dos ciclos econômicos do Brasil.*

NASH, Roy. Habitações do Brasil rural. p.460-468. **Boletim Geográfico**. v.19, n.163, 1961. *O texto de Roy Nash elenca diversas formas de habitações no meio rural brasileiro, baseado nos referenciais da Antropogeografia de Jean Brunhes para classificação.*

NIMER, Edmon & BINSZTOK, Jacob. Castelo e suas relações com o meio rural – área de colonização italiana. p.44-77. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.29, n.4, 1967. *O texto apresenta uma metodologia recorrente da geografia clássica, com o estudo regional descritivo da imigração no meio rural na região de Castelo na Bahia.*

NOGUEIRA, Emília da Costa. & NUNES, Francisca M. Propriedades de japoneses na região de Cotia. p.38-59. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.9, out. 1951. *Nesse texto, observa-se a influência da imigração japonesa na constituição da região de Cotia, tanto nos aspectos fisionômicos como nas culturas agrícolas.*

NUNES, Eduardo Pereira. Cafeicultura brasileira no 1º semestre de 1979. p.100-104. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.41, n.4, 1979. *O autor analisa estatisticamente a produção do café no Brasil em 1978 e 1979.*

NUNES, Flaviana Gasparotti. A importância do econômico na geografia atualmente: algumas questões para o debate. p.185-196. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.27, 2006. *O texto traz a importância do estudo das relações e processos econômicos para as pesquisas em geografia.*

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A política de contra-reforma agrária do Banco Mundial no Ceará. p.151-175. *In:* **Geousp**. n.19, 2006. *O texto debate as políticas de reforma agrária e no campo no Estado do Ceará, sob a perspectiva social de Marx, centrada na dialética materialista.*

OLIVEIRA, Américo L. Barbosa de. Considerações sobre a exploração da castanha no baixo e médio Tocantins. p.3-15. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.2, n.2, 1940. *O autor explora a região amazônica, mais precisamente o Pará e a cultura da castanha, revelando aspectos favoráveis para colonização nessa região.*

_____. Problemas da produção no Brasil. p.802-814. *In*: **Boletim Geográfico**. v.5, n.55, 1947. *O autor aborda as diferentes regiões produtivas agropecuárias no Brasil fazendo uma classificação entre florestas equatoriais, pastagens tropicais, Vale do São Francisco, indústria pastoril, lavouras tropicais e a região subtemperada.*

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. p.5-64. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.58, set. 1981. *Com uma abordagem dialética, o autor explica o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e a subordinação à indústria.*

_____. A pequena produção agrícola mercantil do Brasil. p.165-195. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.2, n.2, 1982. *O texto expõe as contradições e o desenvolvimento desigual do capitalismo no campo brasileiro.*

_____. "Aos trabalhadores nem o bagaço" ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. p.153-226. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.60, 2º sem. 1983. *O texto é uma junção de textos de jornal, notícias e folhetins a respeito da questão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais no Brasil.*

_____. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. p.26-38. *In:* **Terra Livre**, v.1, 1986. *Com uma abordagem teórico-metodológica marxista, o texto apresenta as contradições do desenvolvimento da agroindústria da citricultura.*

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. p.5-22. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.66, 1º sem. 1988. *O texto apresenta as conseqüências da inserção do capital no campo brasileiro no final dos anos 80.*

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. p.113-156. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.21, 2003. *O texto explora as contradições do capitalismo no campo, enfatizando o desenvolvimento do agronegócio e do latifúndio em detrimento a agricultura camponesa.*

_____. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. p.13-43. *In:* **Terra Livre**. v.1, n.26, 2006. *O texto explora as questões políticas da ocupação do território amazônico, analisando o crescimento da produção de soja e a luta pela reforma agrária.*

OLIVEIRA, Beneval de. Problemas de geografia agrária. p.487-488. *In*: **Boletim Geográfico**. v.8, n.88, 1950. *O autor trata dos problemas físicos relacionados com a produção agrícola, destacando o relevo como um dos principais problemas.*

OLIVEIRA, Bernadete de Castro. Reforma agrária para quem? Discutindo o campo no Estado de São Paulo. p.105-114. *In:* **Terra Livre**. n.6, 1989. *O texto aborda as questões sociais da reforma agrária, valorizando os aspectos sócio-culturais pela luta da terra.*

OLIVEIRA, Ivanilton José de. A agropecuária modernizada e sua sustentabilidade no cerrado: o caso do município de Jataí (GO). p.47-60. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.21, n.2, 2001. *O autor utiliza o conceito de paisagem para analisar os sistemas produtivos agrários e a sustentabilidade no cerrado de Goiás.*

_____. Sustentabilidade de sistemas produtivos agrários em paisagens do cerrado: uma análise no município de Jataí (GO). p.139-159. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.23, 2004. *O autor utiliza o conceito de paisagem para analisar os sistemas produtivos agrários e a sustentabilidade no cerrado de Goiás.*

_____. Dinâmica da ocupação das terras no município de Jataí (GO) e sua relação com o meio físico. p.153-179. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.27, n.2, 2007. *O autor faz um histórico da ocupação de terras em Jataí-GO, utilizando dados estatísticos para comprovar tal evolução.*

OLIVEIRA, João Bertoldo de; CARVALHO, Adilson. Uso do solo no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. p.5-58. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.43, jul. 1966. *O texto apresenta o uso do solo em Ribeirão Preto, através de 134 fotografias aéreas e cartas topográficas.*

OLIVEIRA, Lúcia de. Aspectos geográficos da zona agrícola do Rio da Prata. p.46-80. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.22, n.1, 1960. *O texto analisa os gêneros de vida, habitat e agricultura na região do Rio da Prata (DF) sob influência teórica de Pierre Monbeig.*

OLIVEIRA, Marília L. Peluso de. O projeto de colonização particular da Gleba Celeste, na fronteira agrícola. p.21-38. *In:* **Geosul**. v.3, n.6, 1988. *O texto mostra o processo histórico de formação de projetos de colonização em Sinop – MT.*

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. Patologias e Regras Metodológicas. p.263-268. *In:* **Estudos Avançados**. v.9. n.23, 1995. *O texto aborda as diversidade metodológicas, organizadas (pluralismo metodológico) ou desorganizadas (ecletismo).*

PAPY, Louis. Os sistemas de cultura e suas modalidades. p.23-31. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.6, out. 1950. *O autor faz uma classificação dos tipos de sistemas de culturas e destaca a importância da inter-relação que deve ser feita entre elas e o tipo de povoamento, estrutura social e organização econômica.*

_____. A margem do império do café – a fachada atlântica de São Paulo. p.139-165. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.137, 1957. *Com uma abordagem regional, o autor classifica os tipos humanos e gêneros de vida no litoral paulista.*

PASSOS, Messias Modesto dos. A teledetecção aplicada ao estudo da colonização agrícola do Mato Grosso – Brasil. Um exemplo: a Fazenda Branca/ Chapada dos Parecis. p.183-208. *In:* **Geosul**. v.10, n.19-20, 1995. *O texto apresenta a técnica das imagens de satélite para análise da ocupação do solo, enfocando o caso de uma Fazenda no Mato Grosso.*

PASSOS, Messias Modesto dos; DUBREUIL, Vicent; BARIOU, Robert. Evolução da fronteira agrícola no centro-oeste do Mato Grosso. p.67-85. *In:* **Geosul**. v.21, n.41, 2006. *O texto aborda a evolução histórica da ocupação das áreas agrícolas no Mato Grosso, a partir da década de 1960.*

PAULINO, Eliane Tomiasi. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. p.95-114. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.29, 2007. *O texto debate as mudanças ocorridas sob a mundialização do capital sobre o campo brasileiro, revelando as transformações contraditórias no agronegócio, produção energética e agricultura camponesa.*

PAZERA JÚNIOR, Eduardo & BERNARDES, Laura Regina Mendes. Antigas capitais do café. p.88-102. *In:* **Boletim Geográfico**. v.33, n.242, 1974. *Utilizando uma abordagem descritiva com referenciais franceses, os autores propõem uma geografia do café.*

PÉBAYLE, Raymond. A vida rural na campanha rio-grandense. p.18-32. *In:* **Boletim Geográfico**. v.27, n.207, 1968. *O texto descreve as condições naturais e humanas da região da campanha gaúcha, ressaltando a produção agropecuária e a situação da população desta região.*

_____. A área rural do Distrito Federal brasileiro. p.39-84. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.33, n.1, 1971. *A descrição é a forma apresentada pelo autor para caracterizar o espaço rural em Brasília.*

_____. Uma tipologia da inovação rural no Brasil. p.53-67. *In:* **Boletim Geográfico**. v.35, n.253, 1977. *O texto aborda as questões metodológicas para implantação de uma tipologia com base qualitativa nos estudos rurais.*

PEIXINHO, Dimas Moraes; BERNARDES, Júlia Adão; SCOPEL, Iraci; MELO, Nágela Aparecida de. A reestruturação espacial e a interação entre o local e o global: o exemplo da soja. p.83-112. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.23, n.1, 2003. *O texto analisa o sistema agrícola da soja, na perspectiva local e global, sob a abordagem sistêmica.*

PELUSO JÚNIOR, Vítor. Fazenda do Cedro: Planalto de São Joaquim. p.1379-1391. *In*: **Boletim Geográfico**. v.6, n.72, 1949. *Esse texto compreende outro estudo regional, caracterizando uma localidade do Planalto Catarinense.*

PENTEADO, Antônio Rocha. Problemas da zona rural na região de Caraparú e Inhangapí (Baixo Amazonas). p.30-40. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.12, out. 1952. *O autor analisa a infra-estrutura, produção agrícola e condições naturais da região do Baixo Amazonas.*

_____. A agricultura itinerante e o problema da fixação do homem ao solo, no Congo Belga. p.41-77. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.33, out. 1959. *O autor analisa os tipos e formas de organização da agricultura no Congo Belga.*

PEREIRA, Benedito Alísio S. Plantas nativas do cerrado pastadas por bovinos na região geoeconômica do Distrito Federal. p.381-388. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.46, n.2, 1984. *O texto apresenta um estudo sobre os tipos de vegetais que existem e são consumidos pelos bovinos da região do cerrado no Distrito Federal.*

PEREIRA, Diamantino. Paisagens e uso do solo urbano e rural. p.15-26. *In:* **Terra Livre**. v.1, n.30, 2008. *O texto discute o conceito de paisagem, relacionando com o conceito de espaço sob a perspectiva do rural e urbano e a teoria de Henri Lefebvre.*

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A propósito da evolução, conceito e método da geografia. p. 1477-1481. *In*: **Boletim Geográfico**. v.2, n.22, 1945. *O texto demonstra as características teórico-metodológicas da geografia na década de 1940.*

_____. A moderna produção geográfica do Brasil e seus aspectos metodológicos. p.95-110. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.27, out. 1957. *O texto aborda a questão metodológica da geografia regional, seus aspectos, elementos e contribuições.*

PERTILE, Noeli. Integrados e não-integrados: a agricultura familiar e a produção no espaço no oeste catarinense. p.241-252. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.29, n.2, 2004. *O texto aborda a organização do espaço agrário no oeste catarinense considerando a agricultura familiar nos diversos níveis de integração com a indústria.*

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar & SANCHEZ, Miguel Cezar. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (Minas Gerais). p.67-79. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.19, n.37-38, 1989. *O texto analisa o*

processo de modernização da agricultura e as ações políticas como agentes que delinearam a organização do espaço agrário no cerrado de Minas Gerais.

_____. Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia. p.151-157. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.8, n.15-16, 1983. *O texto apresenta as conseqüências socioeconômicas da política modernizante na agricultura.*

PETRONE, Pasquale. Aspectos geográficos e problemas da região de Corumbataí. p.3-32. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.11, jul. 1952. *O autor faz uma monografia regional em Corumbataí, versando sobre aspectos humanos e físicos.*

_____. Contribuição ao estudo da região do Cariri, no Ceará. p.3-29. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.19, mar. 1955. *Estudo regional sobre o Cariri cearense, baseado na descrição dos fatos somados a dados estatísticos.*

_____. A propósito da cultura do abacaxi em Brodósqui. p.98-104. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.22, mar. 1956. *Descrição da região de Brodósqui, referente a produção agrícola do abacaxi.*

_____. No Rio Paraná, de Porto Epitácio a Guairá (relatório de viagem). p.55-94. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.27, out. 1957. *O autor descreve a geografia humana da região de Porto Epitácio a Guairá no vale do Rio Paraná.*

_____. A região de São Luís do Paraitinga – Estudo de Geografia Humana. p.239-336. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.21, n.3, 1959. *O texto é uma investigação na região de São Luís do Paraitinga, identificado os elementos da geografia humana (gêneros de vida, habitat, agricultura e cidade).*

_____. Notas sobre os sistemas de cultura na Baixado do Ribeira, SP. p.47-63. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.39, out. 1961. *O autor classifica em oito tipos de sistemas agrícolas na Baixada da Ribeira, utilizando o referencial de Leo Waibel e abordagem descritiva.*

_____. Experiências de colonização em uma área tropical: a Baixada da Ribeira. p.31-50. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.42, jul. 1965. *O texto traz um levantamento histórico do processo de povoamento e colonização da Baixada da Ribeira.*

_____. Palestra. p.45-63. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.75, dez. 1998. *Texto que contêm a palestra de Pasquale Petrone em comemoração aos seus 70 anos.*

PETTEI, Beatriz Célia Corrêa de Mello. Produção de milho e suínos no Brasil Meridional. p.329-368. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.16, n.3, 1954. *O texto faz uma análise descritiva com elaboração de mapas temáticos baseados em dados estatísticos e históricos da produção de milho e suínos na região Sul do Brasil.*

PINHEIRO, F.M.A; PINHEIRO JÚNIOR, H.S; ALVALÁ, R.C.S; GIELOW, R; SOUZA, J.R.S; MARQUES, J; VISWANADHAM, Y. Balanço de radiação em trigo de primavera crescido na Austrália. p.83-97. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.24, n. 47-48, 1994. *O texto mostra o cultivo de trigo numa região da Austrália e a variação de radiação.*

PINTO, Maria Novais. Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no Estado da Bahia. p.3-102. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.31, n.3, 1969. *O trabalho desenvolvido pela autora segue uma base do método indutivo-empírico-descritivo, entretanto, a utilização da estatística e de questionários avança nas questões metodológicas.*

PIRAN, Nédio & GERARDI, Lúcia Helena Oliveira. A pequena produção rural em Erexim: um estudo de caso. p.123-135. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.7, n.13-14, 1982. *Os autores*

analisam a evolução agrária de Erechim, com base na abordagem estatística dos dados agropecuários e da estrutura fundiária.

PIZZOLATTI, Roland Luiz. Globalização e a pequena produção "integrada". p.92-105. *In:* **Geosul**. v.11, n.21-22, 1996. *O autor analisa as condições econômicas e de trabalho dos pequenos produtores frente à modernização dos processos produtivos e da agroindustrialização.*

POLTRONIÉRI, Lígia Celoria. Aspectos da economia agrícola na porção centro-norte do Estado de São Paulo. p.65-92. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.48, nov. 1973a. *O texto analisa a produção agrícola na região centro-norte de São Paulo, baseado nos modelos estatísticos e espaciais.*

_____. A produção e a força de trabalho no sistema espacial agricultura paulista. p.59-65. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.3, n.5, 1973b. *A autora emprega a análise fatorial como forma de entender o sistema agricultura em São Paulo.*

_____. Utilização de estruturas econômicas para definição de espaços agrícolas uniformes no Estado de São Paulo. p.5-28. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.4, n.7-8, 1974. *A autora emprega a análise fatorial e análise de agrupamento como forma de entender o sistema agricultura em São Paulo.*

_____. Concentração espacial dos produtos hotículas no Estado de São Paulo, em 1970. p.88-94. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.4, n.7, 1979. *O texto apresenta a localização e distribuição dos produtos hortículas no Estado de São Paulo, através de técnicas estatísticas.*

_____. Aspectos sociais, fundiários e de modernização da agricultura paulista entre 1940 e 1970. p.885-896. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.42, n.4, 1980. *O texto apresenta uma analise estatística sobre a modernização da agricultura e dos aspectos sociais em São Paulo.*

_____. A dinâmica espacial do uso do solo agrícola no Estado de São Paulo no período 1935/1970. p.405-419. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.42, n.3, 1981. *A autora utiliza a técnica do quociente locacional para verificar a concentração agrícola em São Paulo.*

_____. Agricultura, meio ambiente e saúde pública: a questão dos praguicidas no Brasil. p.131-144. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.9, n.17, 1997. *O texto apresenta a preocupação ambiental e de saúde pública resultante do uso de praguicidas na agricultura.*

_____. Estado de São Paulo: a magnitude ameaçada do uso de praguicidas na agricultura. p.5-25. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.10, n.20, 1998. *Através da percepção sobre os efeitos e os custos sociais dos praguicidas na agricultura, a autora aponta os impactos dessa prática.*

POLTRONIÉRI, Lígia Celória & SOUZA, Rita de Cássia Martins de. Praguicidas na agricultura: abordagem geográfica das atitudes do agricultor rioclarense. p.47-66. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.14, n.27, 1989. *O texto visualiza as conseqüências do uso de praguicidas na agricultura causam ao meio ambiente em Rio Claro – SP.*

POLTRONIÉRI, Lígia Celoria; QUINTERO, Rosa Figueroa de; MOREIRA, Victor Hugo Yépez; CORDOVA, Celso Santacruz. Sistemas e paisagens agrícolas: o exemplo do Canton Patate, Província de Tungurahua, Equador. p.29-42. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.4, n.7-8, 1992. *O texto apresenta uma proposta metodológica para identificação e caracterização dos sistemas agrícola.*

_____. Zonas agrícolas do Canton Patate, Província de Tungurahua, Equador: implicações na qualidade de vida e impacto ambiental. p.87-96. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.5, n.9-10,

1993. *O texto apresenta uma proposta metodológica para identificação e caracterização dos sistemas agrícola.*

PÔRTO, Aurélio. Antecedentes econômico-políticos da fundação dos povos. p.445-472. *In:* **Boletim Geográfico**. v.14, n.135, 1956. *O texto mostra o processo histórico de ocupação e da pecuária na região das Missões no Rio Grande do Sul.*

_____. Antecedentes econômico-políticos da fundação dos povos. p.15-44. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.136, 1957. *O texto mostra o processo histórico de ocupação e da pecuária na região das Missões no Rio Grande do Sul.*

PRADO, J. F. de A. Aspectos sociais da cultura do café. p.318-324. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.126, 1955. *Vários elementos foram considerados pelo autor na construção da sociedade do café, como imigração, escravidão, gênero, economia e religião.*

PRADO JÚNIOR, Caio. Problemas de povoamento e a pequena propriedade. p.17-31. *In*: **Boletim Geográfico**. v.2, n.16, 1944. *O autor debate a questão agrária analisando a estrutura fundiária brasileira, ressalta a necessidade da reforma agrária e a maior participação das pequenas propriedades.*

_____. Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo. p.692-700. *In:* **Boletim Geográfico**. v.3, n.29, 1945. *Com um discurso crítico acerca da estrutura fundiária paulista, Prado Júnior retrata o quadro agrário e mostra a concentração de terras existente no estado.*

PRATES, Arlene Maria M & CORRÊA, Walquíria Krüger. Produção e comercialização de hortaliças no município de Antônio Carlos – SC: alguns resultados preliminares. p.65-72. *In:* **Geosul**. v.2, n.4, 1987. *Com uma abordagem econômica, as autoras analisam a produção e comercialização de hortaliças.*

_____. Extensão rural, estrutura agrária e uso da terra no município de Antônio Carlos – SC. p.30-47. *In:* **Geosul**. v.4, n.8, 1989. *O texto exibe ações políticas públicas para auxiliar os agricultores em Antônio Carlos – SC.*

_____. A pequena produção hortícula: o caso de Águas Mornas. p.66-78. *In:* **Geosul**. v.7, n.14, 1992. *O texto aborda as atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares em Águas Mornas – SC.*

PROST, Gérard. O Cariri semi-árido transformado pela agave. p.21-55. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.30, n.2, 1968. *O texto discorre sobre os aspectos físicos e humanos na região do Cariri semi-árido, com uma abordagem descrita e histórica.*

RAPCHAN, Eliane Sebeika. O mito no corpo, na terra, na planta: reflexões acerca dos posseiros do Vale do Pindaré-Mirim. p.69-74. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.67, 1º sem. 1989. *O texto descreve a vida de "camponeses" numa região do Maranhão, sob forte descrição e apelo sociológico.*

RAWITSCHER, Felix. A degradação dos solos tropicais como conseqüência do emprego de métodos agriculturais de climas temperados. p.290-291. *In:* **Boletim Geográfico**. v.20, n.168, 1962. *O texto ilustra as conseqüências negativas do uso de técnicas agrícolas de clima temperados na região tropical brasileira.*

REGO, Nelson. A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e o seu significado para o Movimento dos Sem-Terra. p.65-76. *In:* **Terra Livre**. n.4, 1988. *O texto expõe as condições socioeconômicas e culturais dos assentados e suas perspectivas de autogestão frente às cadeias agroindustriais.*

REIS, Artur Cesar Ferreira. Aspectos sociais da valorização da Amazônia. p.34-40. *In:* **Boletim Geográfico**. v.14, n.130, 1956. *Com uma abordagem determinista em relação a colonização e migração em alguns regiões da Amazônia, o autor descreve a situação social e cultural dessa região.*

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. História do Pensamento Geográfico: como lê-lo para interpretá-la? (as rotinas técnicas). p.596-605. *In:* Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo – 1° SIMPGEO. **Anais...**Rio Claro: AGETEO, 2008. *O texto discute alguns procedimentos técnicos e metodológicos para estudar a história do pensamento geográfico.*

RIBEIRO, Dinalva D. & BINZSTOK, Jacob. De Leo Waibel a Schultz e à transgenia: uma reflexão sobre a agricultura nos cerrados. p.27-45. *In:* **Geosul**. v.19, n.37, 2004. *O texto discute a agricultura no cerrado brasileiro através dos estudos de Waibel e Schultz, referentes à determinação do meio sobre agricultura e as inovações tecnológicas.*

RIBEIRO, Paulo de Assis. Formação do cartógrafo para a reforma agrária. p.282-289. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.28, n.3, 1966. *O texto trata da formação do profissional em cartografia e suas noções de ciência, método e ideologia. Entretanto, quase nada se discute a respeito da cartografia e reforma agrária.*

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de sentido. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976. *O livro analisa algumas formas de interpretação da linguagem, análises de discurso e conteúdo.*

RIOS, José Artur. O imigrante e o problema da terra. p.402-408. *In:* **Boletim Geográfico**. v.7, n.76, 1949. *Uma visão crítica do sistema de imigração e a estrutura fundiária concentrada no Brasil.*

_____. O imigrante e o problema da terra. p.5-11. *In:* **Boletim Geográfico**. v.9, n.97, 1951. *O autor estuda a processo imigratório no estado do Rio Grande do Sul, em especial as colônias alemãs.*

_____. Rumos da reforma agrária. p.169-176. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.121, 1954. *Com uma abordagem histórico-dialética, o trabalho do autor inova quanto a sua metodologia na geografia agrária.*

RIZZINI, Carlos de Toledo. Sobre a distinção e a distribuição das duas espécies de babaçu (Orbignya). p.313-326. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.25, n.3, 1963. *O texto faz um levantamento biogeográfico da cultura do babaçu no Brasil.*

ROCHA, Acílio Estanqueiro. Hermenêutica e estruturalismo. p.87-124. *In:* **Revista Portuguesa de Filosofia**. v.46, n.1, 1990. *O texto faz uma relação entre os métodos hermenêutico e estruturalista, defendendo a cooperação e interrelação entre eles.*

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. p.305-322. *In:* **ALEA**. v.7, n.2, 2005. *O texto mostra algumas técnicas de análise nas pesquisas textuais e de linguagem, enfocando o discurso e conteúdo.*

_____. Análise de conteúdo e análise de discurso: o lingüístico e seu entorno. p.29-52. *In:* **DELTA**, v.22, n.1, 2006. *O texto mostra algumas técnicas de análise nas pesquisas textuais e de linguagem, enfocando o discurso e conteúdo.*

ROCHA, Jonas Romão da & PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A soja transformando Chapadão do Sul. p.107-121. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.19, n.1, 2007. *O texto analisa as*

transformações causadas no espaço agrário de Chapadão do Sul-MS após a modernização da agricultura.

ROCHA, Rosimary Gomes. O caráter dialético da modernização agrícola brasileira e suas inserções nos Gerais de Balsas- MA. p.73-86. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.29, n.1, 2009. *O texto aponta para as contradições da modernização agrícola em Gerais de Balsas-MA, resultantes do processo histórico de formação espacial.*

ROCHA, Sonia. As novas medidas de política econômica afetando o setor agropecuário. p.130-134. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.41, n.3, 1979. *O texto discorre sobre as mudanças políticas e sua relação com o setor agropecuário.*

ROCHE, Jean. Alguns aspectos da vida rural nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. p.378-394. *In:* **Boletim Geográfico**. v.18, n.156, 1960. *O estudo regional faz uma análise dos gêneros de vida, agricultura e habitat rural das colônias alemãs no Rio Grande do Sul.*

RODRIGUES, Aline Rodrigues & BEZZI, Meri Lourdes. O processo de reorganização do espaço agrário em Rosário do Sul/RS/1940-2000. p.5-13. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.17, n.32, 2005. *O texto descreve alguns breves momentos históricos das atividades agropecuárias em Rosário do Sul entre 1940-2000.*

_____. A dinâmica histórica do espaço latifundiário no Rio Grande do Sul e sua manifestação na Microrregião Geográfica da Campanha Central / RS / Brasil. p.21-33. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.33, n.1, 2008. *O texto aborda o processo histórico de concentração de terras na Campanha Gaúcha.*

RODRIGUES, Aparecida Maria Perdigão. Renda da terra, trabalho, espaço e capital – os tiradores de leite de Catuçaba – SP. p.5-46. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.62, 2º sem. 1985. *O texto analisa o processo contraditório do capitalismo no campo em Catuçaba – São Paulo.*

RODRIGUES, José Honório. História da concessão de terras no Brasil. p.366-370. *In:* **Boletim Geográfico**. v.19, n.162, 1961. *O texto traz uma abordagem política e histórica sobre a concessão de terras no Brasil, desde as sesmarias á Lei de Terras.*

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Terra coletiva, terra comunitária: realidade ou mistificação. p.17-27. *In:* **Geousp**. v.3, 1998. *O texto revela os modos de vida de um assentamento rural no Ceará, entre as relações comunitárias e coletivas de reprodução.*

ROMEIRO, Ademar Ribeiro & ABRANTES, Fernando José. Meio ambiente e modernização agrícola. p.3-46. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.43, n.1, 1981. *Com uma abordagem ambiental sobre o espaço geográfico, os autores demonstram os impactos negativos da modernização agrícola.*

_____. Degradação ambiental e ineficiência energética (o círculo vicioso da "modernização" agrícola). p.477-498. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.44, n.3, 1982. *Com uma abordagem ambiental os autores explanam a respeito da degradação ambiental decorrentes da modernização agrícola.*

RONDON, Frederico. Novas perspectivas da valorização rural. p.45-47. *In:* **Boletim Geográfico**. v.17, n.148, 1959. *Texto que comenta a regularização de áreas no atual Estado de Rondônia e a importância do Instituto de Colonização Nacional.*

ROSA, Roberto. Estudo do comportamento espectral da cultura da cana-de-açúcar em função das variações e das condições de iluminação da cena. p.5-43. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.1, n.2, 1989. *O texto mostra a utilidade das imagens de LANDSAT para o cultivo e preparação de solos para agricultura.*

ROSENDO, Jussara dos Santos & TEIXEIRA, Luciana. A expansão da fronteira agrícola no norte do Mato Grosso: impactos sócio-ambientais da exploração madeireira. p.71-79. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.16, n.31, 2004. *O texto analisa a questão da exploração e ocupação no norte de Mato Grosso, do desmatamento até as atividades agropecuárias instaladas.*

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. p.45-66. *In:* **Revista da ANPEGE**. v.2 , 2005. *O texto avalia a relação cidade-campo sob uma perspectiva multidimensional do espaço.*

RUAS, Davi Guilherme Gaspar & BRAY, Silvio Carlos. O MERCOSUL e o setor sucroalcooleiro. p.93-109. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.19, n.1, 1994. *O texto discute as questões políticas para implantação de um plano para o setor sucroalcooleiro com a criação do MERCOSUL.*

RUELLAN, Francis. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. p.51-60. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.5, n.1, 1943. *O autor confere uma breve análise sobre os métodos e técnicas no estudo da geografia.*

_____. O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional. p.35-50. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.6, n.1, 1944. *O texto traz algumas noções sobre como desenvolver uma pesquisa, expondo como o trabalho de campo deve ser realizado na geografia regional.*

SÁ, Maria Elkisabeth de Paiva Correa de; CHMATALIK, Marília de Saldanha de Gama Lanzelotte; AGUIAR, Tereza Coni. Região Geoeconômica de Brasília: a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da capital federal. p.79-196. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.46, n.1, 1984. *O texto mostra o sistema agrícola de abastecimento da região de Brasília, enfatizando os dados do IBGE e EMATER.*

SALAMONI, Giancarla & GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. A produção familiar de pêssego no município de Pelotas (RS). p.45-64. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.17, n.2, 1992. *O texto aborda o sistema da agricultura familiar dos produtores de Pêssego em Pelotas – RS.*

_____. Agroquímica e fumicultura no Rio Grande do Sul. p.121-130. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.27, n.2, 2002. *As autoras discorrem sobre as conseqüências do uso de produtos químicos na fumicultura no Rio Grande do Sul, abordando os fatores ambientais, socioeconômicos e políticos dessa atividade.*

SALES, Wanda Carneiro de Claudino et.al.. Os agrotóxicos e suas implicações socioambientais. p.43-45. *In:* **Terra Livre**. v.1, 1986. *O texto mostra a preocupação ambiental decorrente do uso de insumos químicos no sistema de produção agrícola moderno.*

SAMPAIO, Sílvia Selingardi & DALTRINI, Vera Cristina. Da agro-indústria à produção de bens de capital: a evolução industrial do município de Araraquara (SP). p.55-80. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.15, n.1, 1990. *O texto utiliza uma abordagem econômica para explicar a evolução industrial em Araraquara, analisando a agroindústria como base desse processo.*

SANCHEZ, Miguel Cezar. Características do comportamento espacial da lavoura canavieira no Estado de São Paulo entre 1920-1970. p.48-60. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.10, n.19, 1980. *O texto mostra a utilização da técnica de Análise de Superfície de Tendência no comportamento da lavoura canavieira em São Paulo.*

_____. A expansão das lavouras de soja e trigo no Estado de São Paulo. p.161-177. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.6, n.11-12, 1981. *O autor utilizou a técnica "Análise de Superfície de Tendência" para verificar a produção de trigo em São Paulo.*

SANCHEZ, Miguel Cezar & CERON, Antonio Olivio. A atividade pecuária na região de Araçatuba. p.53-66. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.19, n.37-38, 1989. *O texto analisa a produção agropecuária de Araçatuba, conforme os dados estatísticos disponíveis pelo IBGE entre 1960 a 1980.*

SANCHEZ, Miguel Cezar & PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Projeto Cerrado: a "reforma agrária" no cerrado? (O caso de Irai de Minas). p.392-395. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.16-17, n.31-34, 1987. *O texto debate as questões políticas da viabilidade da reforma agrária no cerrado.*

SANO, Edson Eyji & PINHATI, Filipe Sampaio Casulari. Espaço rural do oeste baiano: identificação de áreas agrícolas sob sistema de plantio direto por meio de dados obtidos por câmera digital e satélite CBERS-2 CCD. p.117-129. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.34, n.1, 2009. *Através de dados de sensoriamento óptico os autores explicam as áreas no oeste baiano que praticam o plantio direto.*

SANT'ANNA, Edna Mascarenhas. Uso da terra no município de Inconfidentes – Minas Gerais – Levantamento e mapeamento (situação em 1979). p.85-92. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.50, n.1, 1988. *Utilizando imagens aéreas o autor mostra a importância dessa técnica para a análise dos sistemas agrícolas.*

SANTOS, Adelci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto; OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. Homem, terra e trabalho no sertão sergipano do São Francisco. p.117-138. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.49, n.3, 1987. *Com uma abordagem neo-positivista, os autores utilizam índices e fórmulas estatísticas para explicar a organização agrária no Sergipe.*

SANTOS, André Luís Andrade dos & PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Os pequenos produtores de leite C em Uberlândia: uma caracterização. p.57-65. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.9, n.18, 1997. *O texto apresenta uma caracterização dos agricultores familiares que produzem leite em Uberlândia.*

SANTOS, Ângela Moulin S. P. Dinâmica econômica e reorganização espacial. Notas sobre o caso da expansão do capital urbano no espaço agrário na Amazônia. p.73-82. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.57, n.1, 1995. *Com uma abordagem econômica, a autora verifica a influência da comercialização e geração de renda na cidade, nos projetos de colonização do espaço rural na Amazônia.*

SANTOS, Claudio João Barreto dos; RIBEIRO, Edison Pereira; FREITAS, Anna Lúcia Barreto de; MAGALHÃES, Wolmar Gonçalves. O mapa municipal digital – apoio à base territorial rural do Censo 2000. p.7-18. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.58, n.1-4, 1996. *O texto discute a base teórica da aplicação dos SIG para a cartografia digital de áreas rurais para o Censo de 2000.*

SANTOS, Lindalvo Bezerra dos. Campos do Sul. p.35-36. *In:* **Boletim Geográfico**. v.1, n.6, 1943. *Este texto descreve de forma sintética a importância e algumas características dos campos sulinos brasileiros.*

SANTOS, Maria Helena Mello e Cunha. A expansão canavieira em Goiás e suas implicações sócio-econômicas-ambientais (Exemplo de Santa Helena de Goiás). p.63-75. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.4/5/6, n.1-2, 1984 (85/86). *A autora utiliza uma abordagem que valoriza os aspectos socioeconômicos e ambientais no espaço rural decorrente da modernização agrícola.*

SANTOS, Maria Juraci Zani dos. Delimitação da região canavieira de Piracicaba. p.82-90. *In:* **Boletim Geográfico**. v.36, n.257, 1978. *O texto analisa a região canavieira de Piracicaba – SP, através de imagens de fotografias aéreas.*

_____. Comportamento espacial da cultura canavieira no Estado de São Paulo, em 1975. p.21-34. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.27-28, n.14, 1984. *O texto apresenta uma análise cartográfica e estatística da produção canavieira no Estado de São Paulo.*

_____. Análise econométrica da produção canavieira paulista. p.75-104. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.8, n.15-16, 1983. *A autora utiliza o Modelo de Nerlove para explicar a evolução canavieira em São Paulo.*

_____. Gênese das chuvas e variação quantitativa da pluviosidade em áreas canavieiras paulistas. p.155-186. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.9, n.17-18, 1984. *A autora fez uma comparação entre pluviosidade e produção canavieira no Estado de São Paulo.*

SANTOS, Maria Juraci Zani dos & VOLPE, Wagner Luiz. Variações hídricas e anos influentes na produção agrícola da região nordeste do estado de São Paulo. p.103-130. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.21, n.1, 1996. *O texto apresenta a relação entre as variações hídricas (chuvas) e a produção agrícola na região de Ribeirão Preto.*

SANTOS, Milton. A cultura do cacau na Costa do Marfim. p.68-95. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.31, mar. 1959. *O texto revela a substituição das culturas de subsistência na Costa do Marfim, pelas atividades agrícolas comerciais e industriais para exportação, o autor procura entender a organização do espaço, os modos de vida e o habitat desse país.*

_____. Aspectos geográficos da comercialização do cacau na Bahia. p.40-44. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.37, mar. 1961. *O texto aborda as questões econômicas da comercialização do cacau na Bahia.*

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. p.9-20. *In:* **Terra Livre**. n.5, 1988. *O texto debate as bases teórico-conceituais da geografia, enfatizando a categoria filosófica "espaço geográfico".*

SANTOS, Roberto de Souza. Regulação e modernização do setor agrícola e território. p.27-50. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.80, dez. 2003. *Com uma abordagem econômica do território, o autor analisou os processo modernizante na agricultura.*

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. Cooperativismo: "a união faz a força". p.99-112. *In:* **Geosul**. v.18, n.36, 2003. *O texto discute a importância das cooperativas no desenvolvimento do capitalismo no campo, exemplificando com a COPAGRIL de Marechal Cândido Rondon – PR.*

SCHMIDT, Carlos Borges. A habitação rural na região do Paraitinga. p.34-50. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.3, out. 1949. *Primeiro texto de geografia agrária no Boletim Paulista de Geografia, trata das habitações rurais da região de Paraitinga, demonstra um trabalho típico da Geografia Clássica Alemã.*

SCHMIDT, Max. Anotações sobre as plantas de cultivo e os métodos da agricultura dos indígenas sul-americanos. p.258-267. *In:* **Boletim Geográfico**. v.20, n.168, 1962. *O texto descreve os métodos aplicados pelos índios na agricultura além de algumas informações sobre o modo de vida deles.*

SCHNEIDER, Sergio. A atualidade da contribuição Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. p. 25-41. *In*: **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 28, n. 1, 2002. *O autor retrata a importância e atualidade das posições teóricas de Leo Waibel para os estudos sobre agricultura familiar.*

SCOLESE, Eduardo. De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária. p.123-138. *In:* **Terra Livre**. v.2, n.23, 2004. *Através de uma análise de textos de jornais, o autor expõe os números e informações sobre a reforma agrária do Governo FHC e os inicio do Governo Lula.*

SEABRA, Manuel. Plano da coleta para a pesquisa sobre o "Abastecimento da cidade de São Paulo em gêneros alimentícios". p.65-78. *In:* **Boletim Geográfico**. v.28, n.209, 1969a. *O texto analisa a produção e comercialização da produtos agrícolas na cidade de São Paulo, com base em 17 cooperativas.*

_____. A cooperativa central agrícola Sul-Brasil e o abastecimento da cidade de São Paulo. p.79-113. *In:* **Boletim Geográfico**. v.28, n.212, 1969b. *O texto analisa a produção e comercialização da produtos agrícolas na cidade de São Paulo, com base em 17 cooperativas.*

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Pensando o processo de valorização e a geografia. p.97-104. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.66, 1º sem. 1988. *A autora faz algumas reflexões sobre a produção do espaço, dialética e capitalismo.*

SENRA, Nelson de Castro. Estrutura do capital da agricultura brasileira. p.40-50. *In:* **Boletim Geográfico**. v.33, n.241, 1974. *O autor utiliza os dados dos censos de 1950 e 1960 para fazer uma análise estatística da estrutura fundiária brasileira.*

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. Pequeno glossário de geografia agrária. p.83-88. *In:* **Boletim Geográfico**. v.27, n.207, 1968. *O autor se preocupou em definir 57 expressões e terminologias comumente utilizadas na geografia agrária, como por exemplo: Espaço agrário, estrutura agrária, habitat rural,paisagem agrária, sistema agrícola etc.*

SERVOLIN, Claude. A absorção da agricultura no modo de produção capitalista. p.425-440. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.45, n.3-4, 1983. *O texto discute algumas questões teóricas do capitalismo na agricultura, com base em Marx e Kautsky.*

SETZER, José. Impossibilidade do uso racional do solo no Alto Xingu, Mato Grosso. p.102-109. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.29, n.1, 1967. *O texto apresenta uma abordagem agronômica, enfatizando a questão do solo para a agricultura na região do Alto Xingu.*

SILVA, Barbara-Christine Nentwing. Dinâmica do crescimento demográfico urbano e rural no Estado da Bahia: 1940-1980. p.67-76. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.14, n.27, 1989. *A autora faz uma análise estatística da população rural e urbana entre 1940 a 1980 na Bahia.*

SILVA, Clécio Azevedo da. Integração de políticas rurais no desenvolvimento regional: a experiência da União Européia. p.51-72. *In:* **Geosul**. v.16, n.32, 2001. *O texto analisa as políticas de desenvolvimento rural e agrícola européias, como a Política Agrícola Comum (PAC) e suas contribuições para o desenvolvimento regional.*

_____. Da gestão dos recursos hídricos ao desenvolvimento rural: uma reflexão metodológica. p.101-110. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.29, n.1, 2004. *O texto discorre sobre as possibilidades da gestão de bacias hidrográficas e dos recursos hídricos como política de desenvolvimento rural.*

SILVA, G. J. Rosa e. Da carência alimentar do nordeste (Condições ecológicas e fatores sócio-econômicos). p.323-349. *In:* **Boletim Geográfico**. v.19, n.162, 1961. *O texto tem um caráter sociológico em sua abordagem ao tratar da questão alimentar no nordeste brasileiro.*

SILVA, Hilda da. Uma zona agrícola do Distrito Federal – O Mendanha. p.429-462. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.20, n.4, 1958. *O texto é uma análise na região do Distrito Federal, identificando os gêneros de vida e as paisagens naturais e culturais.*

SILVA, Mário Cezar Tompes da. A compreensão da relação dialética sociedade e natureza em Marx. p.113-122. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.66, 1º sem. 1988. *O texto discute a relação sociedade – natureza sob o viés da dialética em Marx.*

SILVA, Paula Junqueira da. Territorialidade e desterritorialidade: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro. p.83-101. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.21, n.2, 2001. *O texto explora as condições de produção e de produção do território camponês pelos assentados no cerrado mineiro.*

SILVA, Sidney Gomes Domingues da. A ocupação do solo na região serrana de Taquaritinga do Norte – PE. p.395-397. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.16-17, n.31-34, 1987. *O texto descreve a ocupação do solo na região serrana em Pernambuco relacionando com a estrutura fundiária e condições físicas.*

SILVA, Silvio Simione da. Para pensar o turismo rural: considerações a partir da realidade camponesa na Amazônia-Acreana. p.75-93. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.25, n.1-2, 2005. *O texto discute a viabilidade da introdução do turismo rural em comunidades camponesas na floresta amazônica no Estado do Acre.*

_____. Camponeses da floresta: apontamentos para a compreensão da diferenciação dos trabalhadores seringueiros do campesinato acreano. p.45-61. *In:* **Terra Livre**. v.1, n.26, 2006. *O texto mostra o processo histórico do campesinato acreano e dos seringueiros na floresta amazônica.*

SILVA, Solange Tietzmann. Os estudos de classificação na agricultura: uma revisão. p.3-30. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.42, n.1, 1980. *O texto apresenta uma evolução dos estudos classificatórios na geografia agrária brasileira até a década de 1970.*

SILVA, Solange Tietzmann & MESQUITA, Olinda Vianna. Uma abordagem à questão agrária no Brasil. p.46-58. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.9, n.17-18, 1979. *O texto levanta alguns pontos para serem discutidos na geografia agrária referentes a questão agrária (crédito rural, estrutura fundiária e capitalismo).*

SILVA, L.A.M. & RIBEIRO, A.C.T. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? p.67-88. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.62, 2º sem. 1985. *O texto discute o paradigma na ciência e nos estudos dos movimentos sociais, embasado em Thomas Kuhn.*

SILVA, Rusvênia Luiza B.R. da. Patrimônios goianos: intervalos entre a roça e a cidade. p.81-98. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.28, n.1, 2008. *O texto explora a visão cultural dos valores e patrimônios rurais e urbanos, e a vida de camponeses no interior de Goiás.*

SILVA, Tânia Paula da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. p.229-242. *In:* **Terra Livre**. n.19, 2002. *O texto discorre sobre teorias agrárias de Chayanov, Kautsky, Lênin entre outros para explicar o cooperativismo e o papel do MST no contexto rural brasileiro.*

SILVA FILHO, Luiz R. Aspectos demográficos de Alagoas – Censo de 1960. p.95-103. *In:* **Boletim Geográfico**. v.25, n.190, 1966. *Com caráter descritivo, o autor analisa os dados do Censo de 1960, a respeito da demografia e estrutura agrária de Alagoas.*

SILVEIRA, João Dias da. Formação do geógrafo moderno. p.689-691. *In:* **Boletim Geográfico**. v.3, n.29, 1945. *O autor faz alguns apontamentos sobre as questões teóricas, metodológica s e técnicas da formação do geógrafo.*

SIMÕES, Ruth Matos Almeida. Distribuição da produção do arroz no sudeste do Planalto Central. p.269-284. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.12, n.2, 1950a. *O texto analisou a*

produção e distribuição do arroz em parte de Minas Gerais e Goiás utilizando dados estatísticos e cartogramas para representar a paisagem.

_____. Interpretação do mapa de produção de cana de açúcar no Sudeste do Planalto Central. p.371-382. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.12, n.3, 1950b. *O texto analisou a produção e distribuição da cana-de-açúcar em parte de Minas Gerais e Goiás utilizando dados estatísticos e cartogramas para representar a paisagem.*

_____. Produção de uva no Rio Grande do Sul. p.472-485. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.14, n.4, 1952. *O texto analisa as regiões produtoras de uva no Rio Grande do Sul, fazendo um estudo econômico e espacial dessa cultura.*

_____. Comentário do mapa da produção de mandioca no Estado da Bahia. p.84-86. *In:* **Boletim Geográfico**. v.11, n.112, 1953a. *O texto é resultado de um levantamento da produção da mandioca no Estado da Bahia, dividindo-a em regiões.*

_____. Comentário do mapa da produção de cana-de-açúcar no Estado da Bahia. p.171-173. *In:* **Boletim Geográfico**. v.11, n.113, 1953b. *O texto é resultado de um levantamento da produção de cana-de-açúcar Estado da Bahia, elaborando um cartograma temático e dividindo em regiões.*

_____. Comentário do mapa da produção de côco-da-Bahia no Estado da Bahia. p.435-437. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.123, 1954. *O texto é resultado de um levantamento da produção de côco-da-Bahia no Estado da Bahia, elaborando um cartograma temático e dividindo em regiões.*

_____. Comentário do mapa da produção de arroz no Estado da Bahia. p.180-182. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.125, 1955. *O texto é resultado de um levantamento da produção de arroz no Estado da Bahia, elaborando um cartograma temático e dividindo em regiões.*

SMITH, T. Lynn. O tamanho das propriedades rurais no Brasil - I. p.885-893. *In:* **Boletim Geográfico**. v.5, n.56, 1947a. *O autor faz uma comparação entre os tamanhos das propriedades rurais e o nível de vida das sociedades rurais, dividindo em grandes proprietários e sem terras.*

_____. O tamanho das propriedades rurais no Brasil - II. p.984-1002. *In:* **Boletim Geográfico**. v.5, n.57, 1947b. *Nesse texto, o autor traz dados sobre a estrutura fundiária brasileira do século XX, e faz uma comparação do espaço rural brasileiro e o estadunidense.*

_____. Sistemas agrícolas. p.159-184. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.9, n.2, 1947c. *O autor faz um resgate da evolução dos sistemas agrícolas, e ressalta a necessidade da implantação e disseminação de fazendas familiares no Brasil, para resolver o problema agrário.*

_____. Alguns princípios fundamentais da reforma agrária. p.476-484. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.139, 1957. *O autor defende a necessidade da reforma agrária no Brasil, privilegiando o homem rural.*

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Alguns aspectos da evolução econômica do Maranhão no século XX. p. 444-458. *In:* **Boletim Geográfico**. v.15, n.139, 1957. *Com dados estatísticos, a autora faz uma análise da produção agropecuária do Maranhão.*

SOARES, Sebastião Ferreira. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.927-939. *In:* **Boletim Geográfico**. v.9, n.105, 1951. *O autor analisa através de dados estatísticos a produção de café e de gêneros alimentícios, relacionando com o fim da escravidão no Brasil.*

_____. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.5-22. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.106, 1952a. *O autor analisa através de dados estatísticos a produção da cana-de-açúcar, algodão, fumo e de gêneros alimentícios, relacionando com o fim da escravidão no Brasil.*

_____. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.5-22. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.107, 1952b. *O autor analisa através de dados estatísticos a produção da goma elástica, erva mate, aguardente e cacau, relacionando com o fim da escravidão no Brasil.*

_____. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.263-270. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.108, 1952c. *Neste texto, o autor compara os oitos produtos agrícolas estudados anteriormente e tece algumas considerações.*

_____. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.363-385. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.109, 1952d. *O texto faz parte do levantamento estatístico e histórico da produção agrícola no Brasil Imperial, nesse trabalho o autor estudou em especial as condições do Rio Grande do Sul.*

_____. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.481-506. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.110, 1952e. *O texto faz parte do levantamento estatístico e histórico da produção agrícola no Brasil Imperial, nesse trabalho o autor estudou em especial as condições do Rio de Janeiro e Bahia.*

_____. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.635-654. *In:* **Boletim Geográfico**. v.10, n.111, 1952f. *O texto faz parte do levantamento estatístico e histórico da produção agrícola no Brasil Imperial, nesse trabalho o autor estudou em especial as condições de Pernambuco e as relações de todos os estados analisados.*

_____. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.5-18. *In:* **Boletim Geográfico**. v.11, n.112, 1953a. *O texto faz parte do levantamento estatístico e histórico da produção agrícola no Brasil Imperial, nesse trabalho o autor estudou em especial a produção de carne seca, charque, bacalhau e farinha.*

_____. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. p.133-147. *In:* **Boletim Geográfico**. v.11, n.113, 1953b. *O texto faz parte do levantamento estatístico e histórico da produção agrícola no Brasil Imperial.*

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. p.30-38. *In:* **Boletim Geográfico**. v.21, n.172, 1963. *O texto faz um balanço histórico do conceito de gênero de vida, exemplificando com os estudos na Europa.*

_____. A noção de gênero de vida e seu valor atual. p.711-720. *In:* **Boletim Geográfico**. v.21, n.177, 1963. *O texto faz um balanço histórico do conceito de gênero de vida, exemplificando com os estudos na Europa.*

SOUSA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais. p.47-70. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.13, n.1, 1951. *Utilizando uma metodologia baseada no Censo Demográfico, a autora elabora cartogramas de isaritimas para representar a paisagem rural em Minas Gerais.*

_____. Distribuição das propriedades rurais no Sudeste do Planalto Central. p.209-212. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.14, n.2, 1952. *Com a metodologia baseada na*

estatística e cartografia a autora espacializa a densidade do tamanho médio das propriedades rurais da área em estudo.

SOUSA, Flávio Alves de & LIMA, Cláudia Valéria de. Capacidade de uso das terras como suporte ao planejamento ambiental na bacia hidrográfica do ribeirão Santo Antônio – Iporá-GO. p.91-101. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.27, n.3, 2007. *O texto analisa a utilização das bacias hidrográficas como planejamento rural, com base no uso e exploração dos recursos naturais.*

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. A relação natureza-agricultura no espaço agrário: uma análise dialética. p.123-134. *In:* **Terra Livre**. v.1, n.30, 2008. *O texto faz uma análise dialética da relação sociedade-natureza-agricultura das transformações capitalistas no campo.*

SOUZA, Luiz Humberto de Freitas. A transformação técnico-científica no meio rural brasileiro pós 1990: uma reflexão sobre os impactos herdados do processo de modernização agrícola. p.47-60. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.17, n.32, 2005. *O texto aborda a modernização da agricultura brasileira após a década de 1970, enfatizando os problemas causados ao meio ambiente.*

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de & FRANCIS, David George. O produtor familiar de leite e o processo de granelização na região do Triângulo Mineiro (MG). p.21-38. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.14-15, n.26-29, 2003. *O texto apresenta os impactos econômicos do processo de venda de leite a granel no Triângulo Mineiro.*

SOUZA, Jaimeval Caetano de; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sandra Sueli Andrade da. Combinações agrícolas no Estado da Bahia – 1970/1980: uma contribuição metodológica. p.95-112. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.53, n.2, 1991. *Com uma abordagem positivista lógica, os autores analisam cartograficamente as cominações agrícolas na Bahia.*

SOUZA, Rita de Cássia Martins de & POLTRONIÉRI, Lígia Celória. Praguicidas e legislação: análise da Lei n.7.802 de 11/07/1989. p.111-122. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.2, n.4, 1990. *O texto aborda a questão política do uso de insumos e defensivos químicos na agricultura.*

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004. *Livro que traz algumas definições básicas sobre a metodologia, além de propor o uso de três métodos.*

STACCIARINI, José Henrique Rodrigues & BARRETO, Maria José Rezende. A agricultura sob o modo de produção capitalista: um caso brasileiro – Catalão. p.145-175. *In:* **Boletim Goiano de Geografia**. v.9-10, n.1-2, 1990. *O texto faz uma análise histórica da agricultura em Catalão – GO, enfatizando o processo de acumulação capitalista.*

STAMP, Laurence Dudley. O levantamento dos recursos terrestres. p.483-494. *In:* **Boletim Geográfico**. v.14, n.134, 1956. *O texto é fruto de um conferência realizada no Brasil em 1956, no XVIII Congresso Internacional de Geografia, na qual o autor, presidente da UGI, ressalta a necessidade de um avanço metodológico na questão da geografia agrária, principalmente, o que tange a "utilização da terra".*

STEFFAN, Elvia Roque & BRITO, Maria Socorro. Aplicação de uma análise fatorial para estudo de organização agrária na Paraíba e em Pernambuco. p.22-47. *In:* **Boletim Geográfico**. v.35, n.254, 1977. *As autoras utilizam as técnicas da análise fatorial e agrupamento para regionalizar os sistemas agropecuários na Paraíba e Pernambuco.*

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **Contribuição ao estudo da geografia.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde – Serviço de Documentação, 1946. p.135. *Neste livro, o autor cria um manual de como proceder as pesquisas geográficas, centrando-se no trabalho de campo, laboratórios e equipamentos didáticos.*

STRAUCH, Ney. Distribuição da população rural de uma parte do Sertão Nordestino. p.480-489. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.13, n.3, 1951. *Estudo regional do sertão nordestino identificando os habitat rurais e suas características.*

STRAUCH, Lourdes Manhães de Mattos. Contribuição ao estudo geográfico da erva-mate. p.94-106. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.17, n.1, 1955. *O texto destaca algumas características da cultura da erva-mate no mercado interno e quanto a exportação desse produto.*

_____. Atividades econômicas da região Sul. p.507-515. *In:* **Boletim Geográfico**. v.16, n.145, 1958. *Incluindo o Estado de São Paulo, a autora analisa a localização e distribuição das atividades agropecuárias e industriais na região Sul.*

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes & BERTÊ, Ana Maria de Aveline. Políticas de florestamento em áreas degradadas: areais do sudoeste do Rio Grande do Sul. p.56-70. *In:* **Geosul**. v.12, n.23, 1997. *O texto mostra as políticas adotadas para inibir os processos de arenização no sudoeste gaucho, através da prática de florestamento.*

_____. Geografia contemporânea movimento e crítica. p.107-120. *In:* MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Org.) **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. *O texto apresenta algumas tendências nos estudos da geografia.*

SULZBACHER, Aline Weber & DAVID, Cesar De. Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural. p.69-90. *In:* **Geosul**. v.24, n.47, 2009. *O texto apresenta a atividade agroindustrial familiar como alternativa para o desenvolvimento sustentável para os agricultores em Chapada-RS.*

SUZUKI, Júlio César. Na busca dos momentos, a descoberta da transição: O estudo da urbanização de Rondonópolis-MT. p.65-71. *In:* **Geousp**. v.1, 1997. *O texto mostra o processo de ocupação e urbanização em Rondonópolis-MT, sob o viés da relação campo-cidade.*

TARELHO, Luiz Carlos. O movimento sem terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse de terra. p.93-104. *In:* **Terra Livre**. n.6, 1989. *Com uma abordagem sociológica, o autor analisa as condições sociais e culturais dos agricultores assentados e o processo de luta pela terra.*

TARIFA, José Roberto. Estudo preliminar das possibilidades agrícolas da região de Presidente Prudente, segundo o balanço hídrico de Thornthwaite (1949-1955). p.34-54. *In:* **Boletim Geográfico**. v.29, n.217, 1970. *O autor utiliza o modelo de balanço hídrico para explicar a dinâmica meteorológica para a agricultura. Este trabalho se enquadra no contexto da geografia aplicada.*

TAUNAY, Afonso de E. O café e a economia brasileira. p.447-459. *In:* **Boletim Geográfico**. v.19, n.163, 1961. *O autor aborda no texto uma visão histórica da produção do café na economia brasileira, com uma abordagem descritiva dos momentos.*

TAVARES, Antonio Carlos. As perspectivas ideográfica e nomotética em geografia. p.5-16. *In:* **Boletim de Geografia Teorética**. v.5, n.9-10, 1975. *O texto mostra as principais características da abordagem ideográfica e nomotética na geografia.*

TAYLOR, Harry. Uma região produtora de sorgo nos Estados Unidos. p.57-64. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.29, jul. 1958. *O autor utiliza cartogramas, modelos e estatísticas para analisar a produção de sorgo no Texas, Estados Unidos.*

THOMAZ, Edivaldo Lopes. Mudanças nas características físicas do topo do solo causadas por erosão laminar, em agricultura de subsistência no sistema de rodízio de terras – Guarapuava-PR. p.67-94. *In:* **Geosul**. v.22, n.44, 2007. *O texto aborda as questões agrícolas do sistema de rodízio de terras em Guarapuava.*

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. "Barracão", forma de controle da mão-de-obra recriada pelo capital: os mineiros da região de Jaboticabal. p.141-151. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.60, 2º sem. 1983. *O texto mostra a preocupação com as questões sociais no processo do corte da cana-de-açúcar.*

_____. As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio. p.20-25. *In:* **Terra Livre**, n.1, 1986. *O texto aborda o histórico da família Bellodi na organização da agroindústria canavieira em Jaboticabal – São Paulo.*

TOLEDO, Márcio & CASTILLO, Ricardo. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. p.79-93. *In:* **Geosul**. v.23, n.46, 2008. *O texto apresenta o referencial de Milton Santos para explicar o sistema produtivo da soja e laranja no espaço brasileiro e as conseqüentes políticas do agronegócio.*

_____. Política territorial de grandes empresas do agronegócio no Brasil: os casos da soja e da laranja. p.45-61. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.34, n.1, 2009. *O texto apresenta o referencial de Milton Santos para explicar o sistema produtivo da soja e laranja no espaço brasileiro e as conseqüentes políticas do agronegócio.*

TOSELLO, André. Aspectos da indústria do café. p.68-74. *In:* **Boletim Geográfico**. v.26, n.199, 1967. *O texto apresenta uma breve história da cultura cafeeira no Brasil.*

TRENTIN, Gracieli & PEREIRA FILHO, Waterloo. A organização do espaço rural de Severiano de Almeida – RS. p.91-106. *In:* **Sociedade & Natureza**. v.19, n.1, 2007. *O texto analisa o espaço agrário de Severiano de Almeida-RS, através da utilização do Sistema de Informações Geográficas e de entrevistas junto aos agricultores.*

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos & GERARDI, Lúcia Helena Oliveira. A organização da cafeicultura em São Sebastião do Paraíso (MG). p.105-127. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.8, n.15-16, 1983. *O texto analisa a organização agrária através dos elementos da modernização agrícola, enfocando a cafeicultura.*

UNE, Mitiko Yanaga. Fatores climáticos influenciando a agricultura em Campo Grande. p.3-31. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.41, n.1-2, 1979a. *A autora utilizou técnicas estatísticas para explicar a relação da meteorologia com a produção agrícola.*

_____. Interferências climáticas nas atividades agrícolas no primeiro semestre de 1979. p.112-123. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.41, n.3, 1979b. *A autora utilizou técnicas estatísticas para explicar a relação da meteorologia com a produção agrícola.*

_____. Algumas considerações sobre as abordagens aos estudos do solo e do clima na agricultura. p.570-584. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.42, n.3, 1980. *O texto mostra estudos que trataram da questão do clima e solo relacionados com a agricultura.*

_____. Pimenta-do-Reino no estado do Pará: uma avaliação dos efeitos da tecnologia sobre a produtividade. p.75-98. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.50, n.2, 1988. *O texto apresenta questões sobre o sistema agrícola da pimenta-do-reino e a evolução dessa cultura no Pará.*

VALPASSOS, Oswaldo. Aspectos políticos da reforma agrária. p.649-651. *In:* **Boletim Geográfico**. v.17, n.153, 1959. *O autor faz uma análise da reforma agrária sob o ponto de vista político, criticando alguns pontos das leis vigentes.*

VALVERDE, Orlando. Divisão regional do Vale do São Francisco. p.27-66. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.6, n.2, 1944. *Estudo regional do vale do São Francisco analisando através de uma abordagem de causa e efeito entre os elementos físicos e humanos.*

_____. Excursão à Região Colonial antiga do Rio Grande do Sul. p.477-534. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.10, n.4, 1948. *O autor salienta a paisagem cultural dos municípios colonizados pelos imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul.*

_____. O uso da terra no Leste da Paraíba. p.49-91. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.17, n.1, 1955. *O autor utiliza a base teórico-metodológica de Waibel, cujo se fundamenta em Von Thünen, para explicar os sistemas de utilização da terra no leste paraibano.*

_____. Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. p.381-420. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.19, n.4, 1957. *Com caráter descritivo, Valverde analisa a cultura do babaçu, as condições e potencialidades para industrialização.*

_____. Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. p.3-82. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.20, n.1, 1958a. *O autor estuda a região da Zona da Mata mineira, através de observações em trabalhos de campo e fotografias aéreas a constituição da paisagem.*

_____. Geografia econômica do Estado do Rio de Janeiro. p.520-528. *In:* **Boletim Geográfico**. v.16, n.145, 1958b. *O texto faz uma abordagem histórica e descritiva da geografia econômica do Estado do Rio de Janeiro.*

_____. A velha imigração italiana e sua influência na agricultura e na economia do Brasil. p.145-167. *In:* **Boletim Geográfico**. v.19, n.161, 1961a. *O autor analisa as conseqüências da imigração italiana na composição da paisagem brasileira.*

_____. A geografia agrária como ramo da geografia econômica. p.430-432. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.23, n.2, 1961b. *O texto aborda questões metodológicas a respeito da classificação da geografia agrária como um ramo da geografia econômica.*

_____. Conceitos de sistema agrícola intensivo e extensivo. p.718-720. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.23, n.4, 1961c. *Texto teórico sobre as definições de sistema agrícola intensivo e extensivo, sob influência de Leo Waibel.*

_____. Reconhecimento na bacia leiteira do Rio de Janeiro. p.609-615. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.26, n.4, 1964a. *O texto adota a abordagem estabelecida por Leo Waibel, o estudo da paisagem agrária conforme a estatística-fisionomia-ecologia da bacia leiteira do Rio de Janeiro.*

_____. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: INEP – MEC – CBPE, 1964b. *O livro aborda as questões metodológicas e práticas da geografia agrária.*

_____. Regionalização da reforma agrária. p.616-619. *In:* **Boletim Geográfico**. v.24, n.187, 1965. *O texto de Valverde propõe uma regionalização em regiões geo-econômicas a fim de estabelecer padrões para viabilizar a reforma agrária.*

_____. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. p.37-81. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.29, n.1, 1967. *O texto analisa as características das fazendas de café durante o período escravocrata no Brasil.*

_____. Contribuição de Leo Waibel à geografia brasileira. p.74-83. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.30, n.1, 1968. *O texto de Valverde apresenta uma síntese dos trabalhos desenvolvidos por Leo Waibel no Brasil.*

_____. A Amazônia brasileira – alguns aspectos sócio-econômicos. p.43-50. *In:* **Boletim Geográfico**. v.28, n.208, 1969. *O texto apresenta o estudo das potencialidades da Amazônia e sinaliza elementos para o desenvolvimento dessa região.*

_____. Geografia Agrária. p.126-130. *In:* **Boletim Geográfico**. v.28, n.209, 1969. *O texto conceitua os sistemas de roça itinerante e o Plantation, com base no referencial de Leo Waibel.*

_____. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. p.49-144. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.34, n.1, 1972. *O autor faz um estudo regional, descritivo e histórico do meio rural de Corumbá.*

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Miriam G. C. Geografia agrária do Baixo Açu. p.455-494. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.23, n.3, 1961. *O texto apresenta uma análise regional através de descrições, sobre as condições físicas, habitat rural e sistemas agrícolas existentes na região do Baixo Açu nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.*

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Miriam G. C; SCHEINVAR, Léa. Geografia econômica do Nordeste Potiguar. p.3-42. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.24, n.1, 1962. *O texto apresenta uma pesquisa desenvolvida no nordeste potiguar descrevendo as condições geográficas, através de um inquérito global, com base no método indutivo-descritivo.*

VARGAS, Maria Augusta Mundin. A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento: sertão sergipano do São Francisco. p.27-60. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.69, 1992. *O texto mostra as políticas de desenvolvimento adotadas para solucionar o problema das secas no nordeste.*

VENCOVSKY, Vitor Pires & CASTILLO, Ricardo. Sistema ferroviário pós-privatização e fluidez corporativa: o movimento de produtos agrícolas no território brasileiro. p.119-134. *In:* **Geousp**. n.21, 2007. *O texto discute as políticas do sistema ferroviário brasileiro e seu uso para escoamento da produção agrícola no cerrado brasileiro.*

VERDUM, Roberto. Os geógrafos frente às dinâmicas sócio-ambientais no Brasil. p.91-94. *In:* **Revista do Departamento de Geografia**. n.16, 2005. *O texto aborda questões referentes ao papel do geógrafo frente as dinâmicas sócio-ambientais, mencionando a importância de Leo Waibel nessa temática.*

VESENTINI, José William. O método e a práxis (notas polêmicas sobre geografia tradicional e geografia, crítica). p.59-90. *In:* **Terra Livre**. v.2, 1987. *O texto discute algumas questões metodológicas na história do pensamento geográfico.*

VEYRET, Paul. A pecuária na zona tropical. p.5-13. *In:* **Boletim Geográfico**. v.14, n.130, 1956. *O trabalho mostra as dificuldades de adaptação da pecuária na zona tropical, com uma abordagem determinista em relação ao tema.*

VIANA, Pedro Costa Guedes, et.al. Poluição das águas internas do Paraná por agrotóxicos. p.149-152. *In:* **Terra Livre**, v.2, 1987. *O texto mostra os efeitos negativos para o meio ambiente, da utilização de agrotóxicos na agricultura.*

VIANNA, Fernando Segadas. Os diferentes tipos de vegetação do Brasil e sua possibilidade de explotação e utilização. p.231-244. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.26, n.2, 1964.

O texto analisa as potencialidades de um planejamento em área rurais e o uso racional da vegetação.

VIBRANS, Alexander Christian & PELLERIN, Joel Robert Georges Marcel. Espaço rural: de espaço de vida a produto de consumo urbano? Observações sobre a bacia do Itajaí. p.99-113. *In:* **Geosul**. v.19,n.38, 2004. *O texto aborda o processo histórico de ocupação da bacia do Itajaí, enfocando as transformações nos espaços rurais.*

VIEIRA, Maurício C. ; AZEVEDO, Luís G. Aspectos da fazenda Amália e da organização agro-industrial Amália S/A. p.394-398. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.21, n.3, 1959. *O texto analisa as atividades pastoris e agrícolas da fazenda interligada com a agroindústria.*

VIERS, Georges. O cacau no mundo. p.5-43. **Boletim Geográfico**. v.13, n.124, 1955. *O texto apresenta uma abordagem sistemática da cultura do cacau no mundo, assinalando os países produtores e consumidores.*

VITTE, Antonio Carlos & VILELA FILHO, Luís Ribeiro. Estimativa de perdas de solos em uma bacia hidrográfica sob o cultivo de frutíferas, no município de Valinhos (SP). p.45-64. *In:* **Geousp**. n.20, 2006. *O texto apresenta cálculos para identificação de áreas com processos erosivos em uma bacia hidrográfica em Valinhos-SP, e suas conseqüências para a atividade agrícola.*

ZARUR, Jorge. Análises regionais. p.3-14. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.8, n.2, 1946. *O autor destaca a importância dos estudos regionais, considerando a análise regional como técnica na pesquisa, e que estes estudos devem se disseminar para conhecer as diferentes regiões brasileiras.*

ZEFERINO, Augusto César. Problemas que afetam a distribuição de produtos agrícolas. p.41-49. *In:* **Geosul**. v.3, n.5, 1988. *O texto aborda a questão da distribuição e comercialização dos produtos agrícolas, preocupando-se com a geografia econômica do rural.*

ZOCCOLER, M.M; BACCARIN, J.G; GEBARA, J.J. Evolução da intermediação de mão-de-obra e implicações sobre o trabalhador volante na região de Jaboticabal. p.57-72. *In:* **Boletim Paulista de Geografia**. v.60, 2º sem. 1983. *Com uma abordagem sociológica os autores tratam das questões relacionadas ao trabalhador rural no corte da cana-de-açúcar.*

WAIBEL, Leo. O sistema das plantações tropicais. p.896-900. *In:* **Boletim Geográfico**. v.5, n.56, 1947a. *Este texto caracteriza a economia agrícola dos trópicos, indicando o que é produzido,onde e sua distribuição.*

_____. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. p. 313-342. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.9, n.3, 1947b. *Neste texto, o autor caracteriza a região ao Sul de Goiás, principalmente as colônias agrícolas existentes.*

_____. A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente a utilização da terra. p.3-40. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.10, n.1, 1948a. *Primeiro texto na geografia agrária com a Teoria de Von Thünen, na qual o autor utilizou essas bases teórico-metodológicas para a região central da Costa Rica.*

_____. Vegetação e o uso da terra no Planalto Central. p.335-380. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.10, n.3, 1948b. *O autor caracterizou a região do Planalto Central através de critérios que consideraram a descrição, condições ecológicas e o uso da terra.*

_____. Princípios de colonização européia no Sul do Brasil. p.159-222. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.11, n.2, 1949. *O autor caracteriza o processo de colonização européia na região Sul, os tipos de povoamento e sistemas agrícolas que compõem a paisagem cultural da região.*

_____. A forma econômica da "Plantage" tropical. p.369-383. *In:* **Boletim Geográfico**. v.12, n.123, 1954. *O autor caracteriza o sistema "plantage" nas regiões tropicais, e suas conseqüências para a formação da paisagem.*

_____. O abastecimento da zona temperada com produtos agrícolas tropicais. p.143-154. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.125, 1955a. *O autor analisa o sistema de "plantage" nas zonas tropicais e as áreas de colonização européia.*

_____. A lei de Thünen e a sua significação para a geografia agrária. p.273-294. *In:* **Boletim Geográfico**. v.13, n.126, 1955b. *O autor demonstra a importância da Teoria de Von Thünen para a geografia agrária, através de seu método e aplicabilidade.*

_____. As Zonas Pioneiras do Brasil. p.389-422. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.17, n.4, 1955c. *O autor estuda as zonas pioneiras formadas no Brasil desde o século XVIII até o século XX, em decorrência da expansão agrícola e a conseqüente criação das cidades.*

_____. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. *Este livro aponta as principais pesquisas e contribuições de Leo Waibel desenvolveu no Brasil.*

_____. Determinismo geográfico e geopolítica. p.612-617. *In:* **Boletim Geográfico**. v.19, n.164, 1961. *Neste texto, Waibel analisa as questões filosóficas do determinismo e sua relação com a geopolítica, em especial, na mudança da capital brasileira.*

WATRIN, Orlando dos Santos; GERHARD, Pedro; MACIEL, Maria de Nazaré Martins. Dinâmica do uso da terra e a configuração da paisagem em antigas áreas de colonização de base econômica familiar, no Nordeste do Estado do Pará. p.455-472. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.34, n.3, 2009. *O texto analisa o uso da terra para fins agrícola através das imagens TM/LANDSAT e sua configuração espacial.*

WATRIN, Orlando dos Santos; SAMPAIO, Sandra Maria Neiva; VENTURIERI, Adriano. Dinâmica do uso da terra e seus reflexos na cobertura vegetal em áreas do município de Tomé-Açú, nordeste paraense. p.37-53. *In:* **Geografia**. Rio Claro, v.25, n.1, 2000. *O texto apresenta uma análise da cobertura vegetal e uso do solo a partir da imagens de satélite TM/LANDSAT de 1991.*

WEBB, Kempton E. Problemas do abastecimento de víveres no Brasil. p.49-54. *In:* **Boletim Geográfico**. v.24, n.184, 1965. *O texto de Webb indica algumas causas da dificuldade de abastecimento de gêneros alimentícios no Brasil.*

WEILL, Mara de Andrade Marinho. Metodologias de avaliação de terras para fins agrícolas. p.127-160. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.52, n.4, 1990. *O texto reúne diversos autores e artigos sobre avaliação de terras para fins agrícolas.*

WESCHE, Rolf. A moderna ocupação agrícola em Rondônia. p.233-247. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.40, n.3-4, 1978. *O autor faz uma análise histórica do território de Rondônia e a ocupação agrícola.*

WHATELY, Maria Helena. Uso da terra no município de Albertina – Minas Gerais – Levantamento e mapeamento – situação em 1979. p. 219-233. *In:* **Revista Brasileira de Geografia**. v.48, n.2, 1986. *O texto discute questões metodológicas para análise de fotointerpretação e o uso do solo agrícola.*

WHITTLESEY, Derwent. O conceito regional e o método regional. p.5-36. *In:* **Boletim Geográfico**. v.18, n.154, 1960. *O autor faz um estudo criterioso da importância do conceito e do método regional para a geografia, salientando as principais contribuições dessa abordagem.*

14 - ANEXOS

ANEXO 1 – PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS ENTRE 1939 A 2009.

PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA EM PERIÓDICOS: 1939 – 1940

	Revista Brasileira de Geografia	Boletim Geográfico	Boletim Paulista de Geografia	TOTAL
1939	1	-	-	**1**
1940	2	-	-	**2**
TOTAL	3	-	-	**3**

PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA EM PERIÓDICOS: 1941 – 1950

	Revista Brasileira de Geografia	Boletim Geográfico	Boletim Paulista de Geografia	TOTAL
1941	-	-	-	**-**
1942	-	-	-	**-**
1943	-	2	-	**2**
1944	1	2	-	**3**
1945	-	5	-	**5**
1946	-	3	-	**3**
1947	4	7	-	**11**
1948	5	2	-	**7**
1949	2	4	1	**7**
1950	4	5	3	**12**
TOTAL	**16**	**30**	**4**	**50**

PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA EM PERIÓDICOS: 1951 – 1960

	Revista Brasileira de Geografia	Boletim Geográfico	Boletim Paulista de Geografia	TOTAL
1951	5	6	3	**14**
1952	6	14	4	**24**
1953	2	9	-	**11**
1954	6	12	-	**18**
1955	5	10	1	**16**
1956	1	8	2	**11**
1957	3	15	2	**20**
1958	3	4	4	**11**
1959	5	7	3	**15**
1960	1	2	1	**4**
TOTAL	**37**	**87**	**20**	**144**

PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA EM PERIÓDICOS: 1961 – 1970

	Revista Brasileira de Geografia	Boletim Geográfico	Boletim Paulista de Geografia	TOTAL
1961	5	7	2	**14**
1962	3	4	*	**7**
1963	4	7	*	**11**
1964	3	4	1*	**8**
1965	1	5	1*	**7**
1966	5	4	2*	**11**
1967	4	4	2*	**10**
1968	2	5	3*	**10**
1969	2	6	*	**8**
1970	6	4	*	**10**
TOTAL	**35**	**50**	**11**	**96**

* Não houve publicação ou houve atraso do periódico.

PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA EM PERIÓDICOS: 1971 – 1980

	Revista Brasileira de Geografia	Boletim Geográfico	Boletim Paulista de Geografia	Boletim de Geografia Teorética	Geografia (Rio Claro)	TOTAL
1971	3	-	-	-	******	**3**
1972	1	-	1	-	******	**2**
1973	3	2	2	2	******	**9**
1974	2	3	-	1	******	**6**
1975	-	1	-	-	******	**1**
1976	1	3	6	-	2	**12**
1977	3	2	-	-	-	**5**
1978	5	3	1	-	3	**12**
1979	5	******	1	3	3	**12**
1980	3	******	1	3	1	**8**
TOTAL	**26**	**14**	**12**	**9**	**9**	**70**

PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA EM PERIÓDICOS: 1981 – 1990

	Revista Brasileira de Geografia	Boletim Goiano de Geografia	Boletim Paulista de Geografia	Boletim de Geografia Teorética	Geografia (Rio Claro)	Terra Livre	Sociedade & Natureza	Geosul	TOTAL
1981	3	-	1	-	2	-	******	******	**6**
1982	4	2	-	-	2	-	******	******	**8**
1983	4	-	4	2	3	-	******	******	**13**
1984	6	1	1	1	4	-	******	******	**13**
1985	-	-	3	-	4	-	******	******	**7**
1986	5	-	-	-	-	4	******	-	**9**
1987	8	-	1	4	4	1	******	2	**20**
1988	5	2	1	2	5	1	******	3	**19**
1989	-	-	5	2	4	4	3	3	**21**
1990	3	2	-	-	1	2	2	-	**10**
TOTAL	**38**	**7**	**16**	**11**	**29**	**12**	**5**	**8**	**126**

PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA EM PERIÓDICOS: 1991 – 2000

	Revista Brasileira de Geografia	Boletim Goiano de Geografia	Boletim Paulista de Geografia	Boletim de Geografia Teorética	Geografia (Rio Claro)	Terra Livre	Sociedade & Natureza	Geosul	Geousp	TOTAL
1991	7	1	-	1	1	-	1	-	******	**11**
1992	4	-	1	*	2	1	2	1	******	**11**
1993	-	-	1	-	2	-	2	-	******	**5**
1994	-	-	-	2	3	-	-	-	******	**5**
1995	4	1	-	*	1	-	-	1	******	**7**
1996	2	1	-	******	2	-	1	1	******	**7**
1997	******	-	-	******	-	-	3	2	3	**8**
1998	******	-	2	******	1	-	2	1	1	**7**
1999	******	1	-	******	1	-	-	2	-	**4**
2000	******	-	-	******	3	2	-	-	-	**5**
TOTAL	**17**	**4**	**4**	**3**	**16**	**3**	**11**	**8**	**4**	**70**

* O volume 22, n.43-44 (1992), do Bol. de Geo. Teorética foi uma edição especial da conferência sobre "A Questão Regional e os Movimentos Sociais no Terceiro Mundo" realizado em 1991, em São Paulo. Conteve 12 trabalhos de geografia agrária na Mesa Redonda: Terra e Trabalho.

* O volume 25, n.49-50 (1995), do Bol. de Geo. Teorética foi uma edição especial do "XII Encontro Nacional de Geografia Agrária" realizado em 1994, em Águas de São Pedro - SP. Conteve 104 trabalhos de geografia agrária dividido em 3 eixos: Geografia Rural: questões teórico metodológicas; Agricultura, meio ambiente e modernização; Perspectivas da agricultura brasileira face à integração regional – MERCOSUL.

PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA EM PERIÓDICOS: 2001 – 2009

	Revista Brasileira de Geografia	Boletim Goiano de Geografia	Boletim Paulista de Geografia	Geografia (Rio Claro)	Terra Livre	Sociedade & Natureza	Geosul	Geousp	TOTAL
2001	******	3	-	3	1	1	1	-	**9**
2002	******	2	-	2	8	-	3	1	**16**
2003	******	4	2	2	6	3	3	1	**21**
2004	******	-	-	4	3	4	3	-	**14**
2005	2	1	2	3	2	2	1	-	**13**
2006	******	-	-	3	4	2	3	2	**14**
2007	******	3	-	5	1	3	3	1	**16**
2008	******	3	-	3	2	7	2	1	**18**
2009	******	2	-	6	-	1	1	1	**11**
TOTAL	**2**	**18**	**4**	**31**	**27**	**23**	**20**	**7**	**132**

ANEXO – ABORDAGENS METODOLÓGICAS E AUTORES ENTRE 1939 A 2009.

ABORDAGEM	1939-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2009
Histórico	Carli (1940);	Monbeig (1944b); Deffontaines (1947a); James (1947); Diegues Junior (1947); Smith (1947a); Smith (1947b); Smith (1947c); Waibel (1947b); Carli (1948); Câmara (1948);Rios (1949); Mattos (1950)	Milliet (1950); Dénis (1951); Egler (1951); Carvalho (1951); Freire (1951); Petrone (1952); Bernardes (1952a); Bernardes (1952b); Soares (1951, 1952a, 1952b, 1952c, 1952d, 1952e,1952f, 1953a,1953b); Musso (1956a,b); Deffontaines (1953a, 1953b), James (1954); Monbeig (1954); Pettei (1954); Bernardes (1954); Lima (1954); Gonçalves (1957a, 1957b, 1957c); Barrère (1954); Enjalbert (1955a,1955b); Côrrea Filho (1956); Dantas (1957); Valverde (1958b); Keller (1959b); Camargo (1958, 1959); James (1960)	Valverde (1961); Silva (1961); Rodrigues (1961); Taunay (1961); Brito (1961); Bernardes (1961); Guimarães (1962); Bernardes (1962); Bernardes (1963); Abreu (1963); Andrade (1965); Petrone (1965); Tosello (1967); Valverde (1967); Musso (1968a); Musso (1968b); Pébayle (1968); Prost (1968);Valverde (1969); Barros (1970);	Valverde (1972); Gerardi & Ferreira (1974); Araújo Filho (1976); Mamigonian (1976); Andrade (1976); Fernandes (1978); Andrade (1978); Wesche (1978); Bray (1980); Sanchez (1980);	Poltroniéri (1981); Hess (1982); Ferreira & Bray (1983); Ferreira & Bray (1984); Ceron (1985); Müller (1986); Thomaz Junior (1986); Jahnel (1987); Bezzi & Gerardi (1987); Brito (1987); Moro (1988);Loch (1988); Oliveira (1988); Cavalini & Gerardi (1989); Cavalini (1989); Silva (1989); Costa (1989);Stacciarini & Barreto (1990);	Ceron & Sanchez (1991); Kohlhepp (1991); Ferreira (1991); Mesquita (1991); Grabois et.al.(1991); Grabois et.al. (1992); Machado (1992); Andrade (1992); Garcia (1994); Müller (1995); Lisita (1996); Suzuki (1997); Bray (1998); Costa (1998); Moreno (1999);	Andrade (2002); Campos (2002); Mendonça & Thomaz Júnior (2003); Alentejano (2003); Diniz (2003); Couto (2003); Vibrans & Pellerin (2004); Mitidiero Jr (2005); Rodrigues & Bezzi (2005); Pasos et.al. (2006); Silva (2006); Oliveira (2007); Rodrigues & Bezzi (2008); Alves & Silveira (2008); Brandt & Campos (2008); Maeda et.al. (2008);
Comparação	James (1939);	Smith (1947a); Smith (1947b); Papy (1950); Carvalho (1948)	Bernardes (1951); Carvalho (1951); Cleofas (1952); Geiger e Santos (1954); Campos (1955); Moraes (1957)	Emrick (1966); Andrade (1967); Nimer & Binsztok (1967);Andrade (1968);		Brito & Silva (1982); Santos (1984);		Calle (2002); Couto (2003); Chelotti & Castanho (2006);
Estatístico		Câmara (1949); Mortara (1950a); Mortara (1950b); Caldeira (1950); Simões (1950a); Simões (1950b); Melo (1950)	Milliet (1950); Carvalho (1951); Sousa (1951); Soares (1951, 1952a, 1952b, 1952c, 1952d, 1952e,1952f, 1953a,1953b); Carvalho (1952a); Carvalho (1952b); Simões (1952); Mesquita (1952a); Mesquita (1952b); Lessa (1952a,1952b); Mello (1952); Simões (1953a, 1953b, 1954, 1955); Guerra (1954b, 1955b, 1955c); Mayor (1953, 1954a,1954b); Campos (1954); Pettei (1954); Bernardes (1954); James (1954); Lima (1954);Petrone (1955); Strauch (1955); Mello (1957); Enjalbert (1955a,1955b); Botelho (1954); Soares (1957); Dantas (1957); Araujo Filho (1957); Borges (1958); Camargo (1958, 1959); Carvalho e Silva (1959); Azevedo (1960);	Barthelmes (1961); Corrêa (1963); Duarte (1964); Silva Filho (1966); Borgonovi (1966); Emrick (1966); Becker (1966b); Bleinroth (1967); Ceron (1968); Seabra (1969); Pinto (1969); Barros (1970); Tarifa (1970); Diniz (1970); Mesquita e Silva (1970); Keller (1970); Berry e Pyle (1970);	Diniz & Oliveira (1971); Marques (1971); Ceron (1972); Becker (1973a); Becker (1973b); Ceron & Sanchez (1973); Poltroniéri (1973a); Poltroniéri (1973b); Poltroniéri (1974); Gusmão (1974); Geiger & Lima & Abib (1974); Senra (1974); Gerardi & Ferreira (1974); Ceron (1976); Mesquita & Gusmão (1976);La Corte (1976); Mesquita, Gusmão & Silva (1977); Steffan & Brito (1977); Ceron & Halbsgut (1978); Bernardes (1978); Brito & Senra (1978); Gusmão & Mesquita (1978); Léo & Nascimento & Senra (1978); Poltroniéri (1979);Gerardi & Ceron (1979); Une (1979a); Brito	Poltroniéri (1981); Ceron & Gerardi (1981); Sanchez (1981); Gusmão & Mesquita (1981); Brito & Mesquita (1982); Brito & Silva (1982); Piran & Gerardi (1982); Barreto (1982); Barreto & Gerardi (1982);Hess (1983); Innocencio & Oliveira (1983); Guimarães (1983);Gerardi (1983); Tubaldini & Gerardi (1983); Guimarães, Innocencio e Brito (1984a); Guimarães, Innocencio e Brito (1984b); Sá et.al (1984); Figueiredo, Mesquita e Silva (1984); Santos (1984); Santos (1984); Gusmão (1984); Correa & Gerardi (1984);	Ceron & Sanchez (1991); Ferreira (1991); Koffler & Moretti (1991); Koffler (1992); Koffler (1993a); Koffler (1994); Passos (1995); Bertolami et.al. (1996); Cunha et.al. (1999); Watrin et.al. (2000);	Diniz (2003); Kawakubo et.al. (2004); Castanho et.al. (2004a); Castanho et.al. (2004b); Loebmann (2005); Vitte & Vilela Filho (2006); Ferreira et.al. (2007); Oliveira (2007); Trentin & Pereira Filho (2007); Moreira et.al. (2008); Alves & Silveira (2008); Sano & Pinhati (2009); Menke et.al. (2009);

					& Guitton (1979); Brito & Guimarães (1979); Nunes (1979); Mesquita e Brito (1979); Bray (1980a); Poltroniéri (1980);	Ceron (1985); Müller Filho (1985); Mesquita & Silva (1986); Bezzi & Gerardi (1987); Mesquita & Silva (1987a); Mesquita & Silva (1987b); Lanzelotte et.al (1987); Guimarães e Innocencio (1987); Hess, Sá e Aguiar (1987); Santos, Andrade e Oliveira (1987); Brito (1987); Hess & Aguiar (1988); Moro (1988); Brito & Innocencio (1988); Sanchez & Ceron (1989); Silva (1989);		
Sistemático			Viers (1955); Almeida (1959)					
Causa-efeito Causalidade		Valverde (1944); Barreto (1946); Schmidt (1949);	Rios (1951); Matos (1956); Ab'Saber (1958)	Rawitscher (1962); Mota (1963); Duarte (1963); Webb (1965); Guerra (1965a); Guerra (1965b); Leão (1966); Faissol (1968);				
Descrição	Oliveira (1940);	Domingues (1943); Santos (1943); Monbeig (1944b); James (1945); Deffontaines (1945); Deffontaines (1947a); Deffontaines (1947b); Monbeig (1945a); Monbeig (1945b); Demangeon (1946); James (1947); Oliveira (1947); Waibel (1947b); Deffontaines (1947c); Deffontaines (1947d); Melo (1948); Câmara (1948); Peluso Júnior (1949); Monbeig (1949); Faissol (1949); Schmidt (1949); Oliveira (1950); Caldeira (1950); Mattos (1950); Araujo (1950); Jones (1950)	Mattos (1951); Egler (1951); Strauch (1951); Ab'Saber & Costa Junior (1951); Sousa (1951); Ab'Sáber (1952); Carvalho (1952a); Mesquita (1952b); Carvalho (1952b); Petrone (1952); Simões (1952); Guerra (1952); Penteado (1952); Azevedo (1952); Bernardes (1952a); Bernardes (1952b); Egler (1952); Bernardes (1953); Botelho (1954); Feio (1954); Pettei (1954); Bernardes (1954); Melo (1954); Geiger e Santos (1954); Strauch (1955); Galvão (1957); Guerra (1954a); Guerra (1955a); Campos (1954); Monbeig (1953); Monbeig (1954); Petrone (1955); Galvão (1955); Matos (1956); Muller (1956); Petrone (1957); Gonçalves (1957a, 1957b, 1957c); Barrère (1954); Papy (1957); Moraes (1957); Egler (1957a); Egler (1957b); Monbeig (1957); Araujo Filho (1957); Guerra (1957); Valverde (1957); Strauch (1958); Alonso (1958); Côrtes (1958); Silva (1958); Mattos (1958); Keller (1959b);	Petrone (1961); Valverde (1961a); Taunay (1961); Nash (1961); Brito (1961); Valverde e Mesquita (1961); Valverde, Mesquita e Scheinvar (1962); Schmidt (1962); Melo (1962); Andrade (1963); Rizzini (1963); Mariani (1963); Duarte (1963);Corrêa (1963b); Duarte (1964); Guerra (1964b); Cruz (1965); Silva Filho (1966); Müller (1966); Duarte (1967); Andrade (1967); Abreu (1967); Valverde (1967);Bernardes (1967); Nimer & Binsztok (1967);Musso (1968a); Musso (1968b); Pébayle (1968); Andrade (1968); Prost (1968);Fernandes (1968); Valverde (1969); Carneiro (1969); Pinto (1969);	Pébayle (1971); Valverde (1972);Pazera Jr & Bernardes (1974); Araújo Filho (1976); Andrade (1976);Fernandes (1978); Andrade (1978);	Silva (1987); Mendonça (1989); Rapchan (1989); Barras (1990);	Grabois et.al. (1992); Moura (1993); Candiotto e Soares (1996); Rodrigues (1998);	Candiotto (2001);

			Petrone (1959); Bernardes (1959); Vieira e Azevedo (1959); Oliveira (1960); James (1960); Roche (1960)					
Histórico-Dialético		Prado Júnior (1944); Prado Júnior (1945)	Rios (1954)	Silva (1961);	Kageyama & Silva (1979); Martins (1980);	Oliveira (1981); Oliveira (1982); Rodrigues (1984); Barros (1985); Kahil (1985); Moreira (1986);Oliveira (1986); Miorin & Bezzi (1988); Oliveira (1988); Miorin; Bezzi; Zibordi (1988); Cavalini & Gerardi (1988); Cavalini (1989); Moreira (1989);	Duarte (1999);	Antonello (2002); Mendes (2003); Oliveira (2003); Estrada (2005); Alexandra Oliveira (2006); Fabrini (2006); Paulino (2007); Fabrini (2007); Souza (2008); Melo (2008); alfredo (2008); Rocha (2009);
Neo-Positivista		Câmara (1949)	Taylor (1958)	Borgonovi (1966); Emrick (1966); Guerra (1967); Moares (1968); Ceron (1968);Tarifa (1970); Diniz (1970); Mesquita e Silva (1970); Keller (1970); Berry e Pyle (1970);	Diniz & Oliveira (1971); Ceron (1972); Ceron & Sanchez (1973); Poltroniéri (1973a); Poltroniéri (1973b); Poltroniéri (1974); Gusmão (1974);Geiger & Lima & Abib (1974); Ceron (1973); Gervaise; Tuyuma & Cunha (1975); Mesquita & Gusmão (1976);Ceron (1976a); Ceron (1976c); La Corte (1976); Freire & Soares & Teixeira (1977); Mesquita, Gusmão & Silva (1977); Steffan & Brito (1977); Ceron & Halbsgut (1978); Bernardes (1978);Mesquita (1978); Gusmão & Mesquita (1978); Santos (1978); Léo & Nascimento & Senra (1978);Mesquita (1979); Poltroniéri (1979); Gerardi & Ceron (1979); Une (1979a); Une (1979b);Gerardi (1980a); Sanchez (1980); Poltroniéri (1980);	Gusmão & Mesquita (1981); Poltroniéri (1981); Ceron & Gerardi (1981); Sanchez (1981); Barreto (1982);Barreto & Gerardi (1982);Gerardi (1983); Santos (1983); Correa & Gerardi (1984); Diniz; França; Wanderley (1987); Santos, Andrade e Oliveira (1987);	Souza, Silva e Silva (1991); Pinheiro et.al. (1994);	
Estatístico-fisionômico-ecológico		Waibel (1948a); Waibel (1949); Valverde (1948)	Waibel (1954); Waibel (1955a); Waibel (1955b); Valverde (1955); Bernardes (1956); Waibel (1955c); Faissol (1957); Valverde (1958a)	Valverde (1964a); Valverde (1965)				
Determinista			Abreu (1953); Porto (1956, 1957); Vayret (1956); Reis (1956)	Maricato (1966);				
Sociológica			Freire (1951); Prado (1955); Smith (1957); Almeida (1957); Rondon (1958) Valpassos	Silva (1961); Guimarães (1962)	Andrade (1978); Kageyama & Silva (1979);	Gebara & Baccarin (1983); Zoccoler et.al (1983); Thomaz Junior	Estrada & Yruela (1991); Amaral (1998);	Silva (2001); Macedo (2002); Garcia & Thomaz Júnior

			(1959); Gomes (1959); Santos (1959); Leite (1959)			(1983); Oliveira (1983); Pessoa & Sanchez (1983); Santos (1984); Henriques (1986); Bitoun & Silva (1988);Rego (1988); Rapchan (1989); Tarelho (1989); Oliveira (1989);		(2002); Garcia & Thomaz Júnior (2003);
Política				Rodrigues (1961); Guimarães (1962); Valverde (1965)	Dias (1973); Rocha (1979);	Ferreira & Bray (1983); Pessoa & Sanchez (1983); Bray (1984); Ferreira & Bray (1984); Machado (1985); Bray (1985); Gusmão (1986); Moreira (1986);Thomaz Junior (1986);Ferreira (1987); Bray (1987a); Sanchez & Pessoa (1987); Müller (1987); Magaldi (1989); Cabreira (1989); Costa (1989);Pessoa & Sanchez (1989); Prates & Corrêa (1987); Barbosa (1990); Souza & Poltroniéri (1990).	Kohlhepp (1991); Brito (1991); Machado (1992); Vargas (1992); Figueiredo (1992); Müller (1992); Ruas & Bray (1994); Brito (1995); Candiotto e Soares (1996); Lisita (1996); Suertegaray & Bertê (1997); Fernandes (1997); Amaral (1998); Espíndola (1999); Alentejano (2000);	Correa et.al. (2001); Hespanhol & Costa (2001); Silva (2001);Corrêa (2001); Fabrini (2002); Salamoni & Gerardi (2002); David & Corrêa (2002); Medeiros (2002); Fernandes & Ponte (2002); Bernardes (2003); Carvalho (2003); Scolese (2004); Silva (2004);Candiotto & Corrêa (2004); Mitidiero Jr (2005); Oliveira (2006); Alexandra Oliveira (2006); Fabrini (2006); Hespanhol (2007a); Hespanhol (2007b); Vencovsky & Castillo (2007); Elesbão (2008); Mesquita (2008); Anjos et.al. (2009); Arana & Baldassi (2009);
Cultural				Bernardes (1962); Bernardes (1963a)		Rego (1988)	Moura (1993);	Medina (2001); Garcia & Thomaz Júnior (2002); Garcia & Thomaz Júnior (2003); Carvalho (2003); Almeida (2003); Silva (2008); Floriani et.al. (2009)
Teórico-Metodológica				Valverde (1961b); Valverde (1961c); Faucher (1963); Bernardes (1963b); Cholley (1964a); Cholley (1964b) ; Guerra (1964a); Ceron & Diniz (1966); Ribeiro (1966); Guerra (1967) ; Serra (1968); Ceron (1968);Valverde (1969); Bernardes (1969); Keller (1969); Geiger (1970); Ceron & Diniz	Keller (1973); Gerardi (1976); Ceron (1976b); Ceron (1976c); Megale (1976);Harvey (1976); Mesquita, Gusmão & Silva (1976); Mesquita, Gusmão & Silva (1977); Gusmão (1977); Pebáyle (1977); Gusmão (1978b); Silva e Mesquita (1979); Ceron e Gerardi (1979); Melo (1979); Gerardi	Servolin (1983); Guigou (1984); Whately (1986); Malagutti & Garcia (1988); Brito (1988); Almeida (1988); Ceron (1989); Galvão (1989); Gerardi (1990); Weill (1990);	Marinho et.al.(1991);Koffler (1993b); Gerardi & Salamoni (1994); Barreira (1995); Bray (1998); Fernandes (1998); Ferreira (2000); Fernandes (2000);	Ferreira (2001); Martin (2002); Calle (2002); Marques (2002); Silva (2002); Duarte (2002); Bombardi (2003a); Bombardi (2003b); Almeida (2003); Fernandes, Silva e Girardi (2003); Hespanhol & Hespanhol (2006);

				(1970); Galvão & Faissol (1970);	(1980b); Silva (1980); Une (1980);			Cabral,;Freiras; Fiszon (2007); Pereira (2008);
Agronômica /Agrícola				Braun (1961); Braun (1962); Massukado (1964); Vianna (1964); Leão (1966); Oliveira e Carvalho (1966); Maricato (1966); Setzer (1967);	Costa (1973); Gerardi & Ferreira (1974); Guerra et.al (1978);	Pereira (1984); Sant'Anna (1988); Une (1988); Fleury (1988); Rosa (1989);Lima et.al.(1989);	Koffler & Moretti (1991); Koffler (1992); Koffler (1993a); Poltroniéri et.al. (1992); Fernandez, Ferraz e Oliveira (1993); Poltroniéri et.al. (1993); Kalikoski & Asmus (1996); Santos & Volpe (1996); Bertolami et.al. (1996);	Amaral Filho (2005); Thomaz (2007); Watrin; Gerhard; Maciel (2009);
Econômica				Santos (1961); Massukado (1964); Becker (1966a); Becker (1966b); Seabra (1969a); Seabra (1969b);	Kageyama & Silva (1979);	Pessoa & Sanchez (1983); Sá et.al (1984);Müller (1987); Prates & Corrêa (1987); Zeferino (1988); Moro (1988); Ferreira e Gerardi (1989); Sampaio & Daltrini (1989); Gerardi et.al (1990);	Mesquita (1991); Figueiredo (1992); Müller (1992); Salamoni & Gerardi (1992); Prates & Corrêa (1992); Santos (1995); Pizzolatti (1996); Santos e Pessoa (1997); Corrêa (1997); Elias (1997); Costa (1998); Coy (1998); Espíndola (1999);	Hespanhol & Costa (2001); Corrêa (2001); Salamoni & Gerardi (2002); Arana (2002); Souza & Francis (2003); Barbosa & Marafon (2003); Santos (2003); Peixinho et.al. (2003); Couto (2003); Bernardes (2003); Minatto & Corrêa (2003); Scholosser (2003); Bezerra & Cleps Jr. (2004);Antonello (2004); Pertile (2004); Ribeiro e Binzstok (2004); Elias & Pequeno (2005); Silva (2005); Elias (2005); Mizusuki (2005); Carneiro et.al. (2005); Ferreira (2006); Matos & Pessôa (2006); Mantelli (2006); Funk & Salamoni (2007); Carneiro (2007); Ferreira et.al. (2007); Mizusaki (2007); Rocha & Pessoa (2007); Ferreira et.al. (2008); Alfredo (2008); Alves & Silveira (2008); Ahmad (2008); Almeida et.al. (2008); Bustamante et.al. (2008); Toledo & Castillo (2008); Toledo & Castillo (2009); Biazzo & Marafon (2009);

								Carvalho & Campos (2009); Sulzbacher e David (2009);
Ambiental				Braun (1961); Dasmann (1970)		Romeiro & Abrantes (1981); Romeiro & Abrantes (1982); Santos (1984); Sales et.al. (1986); Viana et.al. (1987); Garcia (1988); Barros (1989); Poltroniéri & Souza (1989); Gonçalves (1990); Hanna (1990);	Laroche (1991); Brito (1991); Magnago (1995); Assis et.al. (1995); Fernández et.al. (1997); Poltroniéri (1997); Suertegaray & Bertê (1997); Cunha et.al. (1999); Furtado et.al. (2000);	Oliveira (2001); Madeira (2001); Salamoni & Gerardi (2002); Araújo e Marchesan (2003); Oliveira (2004); Couto (2004); Rosendo & Teixeira (2004); Fonseca (2005); Souza (2005);Cabral & Scheibe (2005); Funk & Salamoni (2007); Carneiro (2007); Hadlich & Scheibe (2007); Sousa & Lima (2007); Maeda et.al. (2008); Finatto & Salamoni (2008); Arana & Baldassi (2009);
Fenomenológica						Buss & Schimt (1987);	Carvalho e Poltronieri (1992); Poltroniéri (1998);	Macedo (2002); Araújo e Marchesan (2003); Floriani et.al. (2009);